



PAISAGENS CULTURAIS DA VINHA IDENTIDADES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

COORD.
GASPAR MARTINS PEREIRA
MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE
CARLA SEQUEIRA

PAISAGENS
CULTURAIS DA VINHA
IDENTIDADES, DESAFIOS
E OPORTUNIDADES
XX ANIVERSÁRIO DA CLASSIFICAÇÃO
DO ALTO DOURO VINHATEIRO COMO
PATRIMÓNIO MUNDIAL

COORD.

GASPAR MARTINS PEREIRA
MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE
CARLA SEQUEIRA

Título: *Paisagens Culturais da Vinha: Identidades, Desafios e Oportunidades. XX Aniversário da Classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial*

Coordenação: Gaspar Martins Pereira, Maria Otilia Pereira Lage, Carla Sequeira

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Capa: Pormenor do cartaz do Simpósio Europeu *Paisagens Culturais da Vinha: Identidades, Desafios e Oportunidades* da autoria de Marta Sofia Costa (CITCEM)

© 2023 Autores

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Este trabalho é sujeito a *double-blind peer review*.

Referees: Álvaro Domingues, Amândio Barros, Artur Cristóvão, Carlota Santos, Fátima Nunes, Fernando Bianchi de Aguiar, Gaspar Martins Pereira, Giuliana Biagioli, João Luís Sequeira, João Rebelo, Mário Barroca, Norberta Amorim, Otilia Lage, Paulino da Costa, Phillipe Baumert.

Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada *online* (<https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1865&sum=sim&n0=Edi%C3%A7%C3%B5es%20do%20CITCEM&n1=Paisagens%20Culturais%20da%20Vinha>) e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Sem

Derivações 4.0 Internacional (CC BY 4.0).



eISBN: 978-989-8970-51-0

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-51-0/pai>

PEREIRA, Gaspar Martins; LAGE, Maria Otilia Pereira; SEQUEIRA, Carla, *coord.* (2023). *Paisagens Culturais da Vinha: Identidades, Desafios e Oportunidades. XX Aniversário da Classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial*. Porto: CITCEM. 368 p.

Porto, junho de 2023 (1.ª edição)

Paginação: João Candeias

Este trabalho foi elaborado no quadro das atividades do grupo de investigação «Valores de Transação/Valores em Transição», e é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020.

SUMÁRIO

NOTA DE ABERTURA	5
Gaspar Martins Pereira, Maria Otília Pereira Lage, Carla Sequeira	
I. A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM	9
A vinha, o vinho e o Douro: uma história de romanos	11
Pedro Pereira	
O Douro vinhateiro para além das margens. A Escola Ampelográfica do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (1870-1882)	23
Ana Margarida Dias da Silva, M. Teresa Gonçalves	
Inovação na vitivinicultura duriense na mudança do século XIX para o século XX — José Teixeira Rebelo Júnior e o espumante de Lamego	47
Isilda Monteiro, Conceição Meireles Pereira	
Temporalidades da paisagem vinhateira no concelho de Murça	73
Márcio Ribeiro Martins, Jorge Ricardo Pinto	
II. PATRIMÓNIOS E REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM	93
O território da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico em finais do século XVI: o Livro Sexto das Saudades da Terra	95
Catarina R. M. Madruga	
Itinerários literários no Douro — aplicação do projeto <i>Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental</i>	115
Ana Lavrador	
Marca de água do Douro Património Mundial: testemunhos históricos e evocações literárias em Maria Angelina/Raul Brandão e Manuel Mendes	127
Maria Otília Pereira Lage, Carla Sequeira	
«Xisto, meteorologia, <i>Vitis vinifera</i>, talento e mãos»: a representação da paisagem duriense em <i>Douro: Pizzicato e Chula</i>, de A. M. Pires Cabral	159
Isabel Maria Fernandes Alves	
Paisagem cultural e cenário museológico	171
Ivan Vaz	

III. RURALIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO-SOCIAL	189
À la conquête de l'Est: fronts pionniers et nouveaux territoires du Haut-Douro viti-vinicole	191
Philippe Baumert	
Patrimoine Mondial vs. Marché: Tokaj a la croisée des chemins	215
Aline Brochot	
Études d'évolutions paysagères dans le vignoble de Banyuls-sur-Mer (Pyrénées Orientales), stabilité ou instabilité d'occupation des parcelles viticoles	229
Eric Rouvellac, Rémi Crouzevialle, Fabien Cerbelaud	
«I paesaggi vitivinicoli del Piemonte: Langhe, Roero e Monferrato»: an italian example of UNESCO cultural landscape based on the valorisation of traditional <i>terroirs</i>	249
Alessandra Renzulli	
A vinha na ilha de Santa Maria, Açores — recuperação e resiliência de valores paisagísticos, socioculturais e produtivos	261
Bárbara Mesquita	
IV. GESTÃO E SALVAGUARDA DA PAISAGEM CLASSIFICADA	297
O sistema de gestão e monitorização do Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade — reflexos e contributos de uma gestão adaptativa, pedagógica e proativa	299
Helena Teles	
L'effet du classement UNESCO sur l'offre œnotouristique des vignobles européens	311
Sophie Lignon-Darmaillac	
La patrimonialisation en faveur des paysages viticoles de la plaine de Mornag: un nouvel axe de développement local d'un territoire a des conflits d'usage	323
Abdelkarim Hamrita, Amira Boussetta, Rafael Mata Olmo, Hichem Rejeb	
Incentivos e restrições institucionais ao desenvolvimento do enoturismo: a percepção dos gestores de oito quintas no Alto Douro Vinhateiro	339
Tissiane Schmidt Dolci, Artur Fernando Arêde Correia Cristóvão, Marcelino de Souza	

NOTA DE ABERTURA*

GASPAR MARTINS PEREIRA**

MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE***

CARLA SEQUEIRA****

No mapa mundial das paisagens vitícolas classificadas pela UNESCO como Património da Humanidade, o Alto Douro Vinhateiro exhibe uma notável singularidade e, simultaneamente, partilha potencialidades, problemas e desafios comuns com outras regiões. Daí que, por ocasião do vigésimo aniversário da sua classificação, o CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tenha decidido organizar, com a colaboração de diversas entidades, um Simpósio Europeu sob o tema *Paisagens Culturais da Vinha: Identidades, Desafios e Oportunidades*, reunindo investigadores de diversas universidades portuguesas e estrangeiras.

Apesar das circunstâncias adversas que marcaram a organização deste Simpósio Europeu, ainda no ambiente de incerteza dos tempos de pandemia, foi possível realizar catorze sessões temáticas e debates, que decorreram na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real, em 9 e 10 de Dezembro de 2021, reunindo mais de setenta participantes, que apresentaram meia centena de comunicações em torno de cinco painéis temáticos: *A construção da paisagem; Ruralidade e desenvolvimento económico-social; Representações literárias e artísticas; Patrimónios e desenvolvimento cultural; Gestão e salvaguarda da paisagem classificada*. Houve ainda lugar a uma sessão plenária de encerramento, *Alto Douro Vinhateiro Património Mundial, desafios e perspectivas para a próxima década*, presidida por Fernando Bianchi de Aguiar (coordenador da candidatura do Alto Douro a Património Mundial), que introduziu a temática e moderou o debate, com intervenções de Maria Helena Teles (chefe de Estrutura Sub-regional de Vila Real da CCDR-N/Gabinete Técnico da Missão Douro), António Marquez Filipe (presidente da Liga dos Amigos do Douro Património Mundial — LADPM) e Ana Paula Amendoeira (vice-presidente do ICOMOS, Portugal), encerrando com comentários de Giuliana Biagioli (professora da Universidade de Pisa).

* Os autores não seguem o Acordo Ortográfico de 1990.

** Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CITCEM.

*** Doutora em História Moderna e Contemporânea, Universidade do Minho. Investigadora do CITCEM.

**** Doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Investigadora contratada da FLUP/CITCEM.

Partindo do conceito largo de «paisagem cultural da vinha», enquanto construção histórica resultante da actividade humana e da sua relação com o meio natural, na dupla dimensão material e imaterial, assumindo a adaptação de modos de vida e de trabalho, relações sociais e de poder, saberes e saber-fazer, crenças e tradições, a maior parte dos autores integrou, em diferentes perspectivas, as dinâmicas evolutivas e, sobretudo, a percepção do património como valor de memória e identidade e, também, como recurso para o desenvolvimento regional. No entanto, se a classificação de um património deste tipo, representando o reconhecimento mundial de um bem raro¹, permite perceber potencialidades, valorizadoras de sectores económicos, a começar pelos do vinho e do turismo, nem sempre tais potencialidades são fruídas de forma integradora e inclusiva pela maioria da população regional. Por outro lado, a classificação como «paisagem cultural evolutiva e viva» pressupõe uma «função social activa», «intimamente associada ao modo de vida tradicional» e «exibindo, simultaneamente, significativas evidências materiais da sua evolução ao longo do tempo», o que obriga a conjugar, cuidadosamente, a modernização técnica e a adaptação a novos quadros de vida com a preservação do património herdado.

Tanto o programa científico como o programa social do Simpósio, com destaque para o dia de visita à região do Douro, propiciaram o diálogo e a partilha de conhecimentos sobre projectos, experiências e desafios de diversas regiões vitícolas europeias (e mesmo de outros continentes), numa perspectiva pluridisciplinar, tendo em conta a formação diversificada dos participantes (desde a Arqueologia e História à Literatura, Geografia, Agronomia, Economia e Gestão, Engenharia, Arquitectura, Museologia, entre outras), as suas origens e interesses de investigação.

Os textos reunidos neste *ebook*, cujos autores aceitaram o desafio da Comissão Organizadora de transformar as suas comunicações em artigos, apesar de constituírem cerca de metade das intervenções no Simpósio, traduzem, mesmo assim, a diversidade de perspectivas e investigações em curso, bem como as vantagens deste tipo de iniciativas académicas, em colaboração com as instituições que têm por missão gerir o património, o território e os bens classificados². Neste caso, além do CETRAD — Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento e do Gabinete Técnico da Missão

¹ Apenas catorze paisagens culturais vinhateiras foram reconhecidas pela UNESCO como Património Mundial, entre 1997 e 2015, todas localizadas em países europeus: Cinque Terre, Itália, 1997; Saint Émilion, França, 1999; Vale do Loire, França, 2000; Wachau, Áustria, 2000; Fertő-Neusiedler See, Áustria/Hungria, 2001; Alto Douro Vinhateiro, Portugal, 2001; Tokaj, Hungria, 2002; Vale do Reno/Upper Middle Rhine Valley, Alemanha, 2002; Val d'Orcia, Itália, 2004; Pico, Portugal, 2004; Lavaux, Suíça/Piemonte, 2007; Langhe-Roero e Monferrato, Itália, 2014; Borgonha, França, 2015; Champanhe, França, 2015.

² Como aconteceu, anteriormente, nos três *workshops* que se realizaram em 2017, 2018 e 2019, no Porto e no Pico, no âmbito do projecto do CITCEM — *Douro e Pico: Paisagens culturais vitivinícolas históricas Património Mundial. Estudo e valorização do património histórico e cultural* —, que decorreu entre 2017 e 2021 e cuja fase final coincidiu também com a organização deste Simpósio. As actas desses *workshops* estão disponíveis online em <<https://douro-e-pico-paisagens-culturais-patrimonio-mundial.mozello.com/publicacoes/>>.

Douro/CCDR-N, que colaboraram na organização, é-nos grato referir a adesão de um conjunto alargado de instituições (Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, Associação das Empresas de Vinho do Porto, Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, Comissão Nacional da UNESCO, ICOMOS — Comissão Nacional Portuguesa e Museu do Douro). O programa social teve também o apoio da Reitoria da Universidade do Porto, da Quinta de Ventozelo (Porto Cruz), da Quinta da Avesada, da Adega Cooperativa de Favaios e do Museu do Pão e do Vinho de Favaios. Com a edição deste *ebook*, o CITCEM exprime, publicamente, o seu reconhecimento a todas as pessoas e instituições que colaboraram nesta iniciativa, a começar pelos colegas que integraram a Comissão Organizadora, a Comissão Científica e todos os que aceitaram, generosamente, proceder à revisão das propostas de comunicações e dos textos aqui publicados.

Porto, Setembro de 2022

I
A CONSTRUÇÃO
DA PAISAGEM

A VINHA, O VINHO E O DOURO: UMA HISTÓRIA DE ROMANOS

PEDRO PEREIRA*

Resumo: *A vinha e o vinho são sinónimos do Vale do Douro. Além de ser a principal actividade económica da região, o ciclo da vinha marca e pauta a vida dos habitantes da região. A história da vinha no Vale do Douro começa cedo. Desde a Pré-História existem dados que apontam para, pelo menos, a recolção e consumo do fruto da vitis vinifera. No entanto, os primeiros dados para falarmos de uma verdadeira produção e consumo de vinho provêm do período romano, com a instalação de explorações agrícolas pelo Vale do Douro e a construção dos primeiros lagares. Nas últimas décadas, têm vindo a ser intervencionadas dezenas de estruturas de produção de vinho e armazenamento na região, tal como têm sido estudados os recipientes de armazenagem e transporte de vinho, elementos que marcam o início efectivo da saga da vitivinicultura duriense.*

Palavras-chave: *vitivinicultura; romanização; vale do Douro.*

Abstract: *Wine and vineyards are today paramount to the Douro Valley. Wine is the main economic activity in the region and its cycle marks and regulates the life of all who live in the region. The history of wine in the Douro Valley has had an early beginning. Since pre-historical times that there is data that indicates, at least, the recollection and consumption of the fruits of vitis vinifera. Nevertheless, the start of a true production and consumption of wine appear to have been during the Roman period, with the construction of farms and the first wine presses. For the last few decades, several wine production and storage areas have been excavated in the region and storage and transport vessels have been studied, elements that effectively mark the beginning of the Douro wine saga.*

Keywords: *wine production; romanisation; Douro valley.*

1. UMA BREVE HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA DO VINHO CLÁSSICO NO ALTO DOURO VINHATEIRO

Ao longo dos séculos, são vários os autores que referem que a introdução da vinha e do vinho no território duriense seria uma inovação romana. No entanto, as primeiras intervenções documentadas sobre este tema partiram da mão de Ricardo Severo, arquitecto de profissão, que, com a sua primeira escavação no castro de Vilarinho de Cotas, na Quinta do Noval, encontra um *dolium* e um espaço revestido a *opus* e *tegula*. Pouco sabemos desta intervenção, além da singela publicação¹, muito circunscrita no espaço. No entanto, se compararmos a estrutura com a de outras conhecidas, como é o caso da base de lagareta de Vale do Mouro (Mêda), poderia Severo ter estado perante uma base de lagareta, entretanto reutilizada? A verdade é que esta questão dificilmente terá resposta. Paralelamente, este estudo, a par e passo com outros, como o da descoberta do sítio

* Arqueólogo. Doutor em História, Arqueologia e Línguas Antigas pela Universidade Lumière — Lyon II, França. Investigador Integrado do CITCEM. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

¹ SEVERO, 1905-1908.

arqueológico da Quinta da Ribeira, em Tralhariz, Carrazeda de Ansiães², dará os primeiros passos de intervenções científicas sobre o período romano no território que hoje conhecemos como Alto Douro Vinhateiro.

Em 1946, Fernando Russell Cortez inicia os seus trabalhos como bolseiro do Instituto do Vinho do Porto, com o objectivo de dar a conhecer a história do Douro antes da demarcação, sobretudo a história antiga deste território. A primeira carta em registo do investigador para o director do instituto traça já os supostos percursos das vias romanas em torno da cidade do Peso da Régua e, nesse mesmo ano, decide empreender uma intervenção num sítio onde, em 1908, Carlos Teixeira já havia dado notícia da existência de uma presença romana com um potencial interessante³, o Alto da Fonte do Milho, em Canelas.

A intervenção no Alto da Fonte do Milho revela, durante as primeiras campanhas da década de 1940 do século XX, uma série de estruturas, com especial relevo para um lagar, que Cortez interpreta como sendo um lagar de vinho⁴. O sítio será classificado

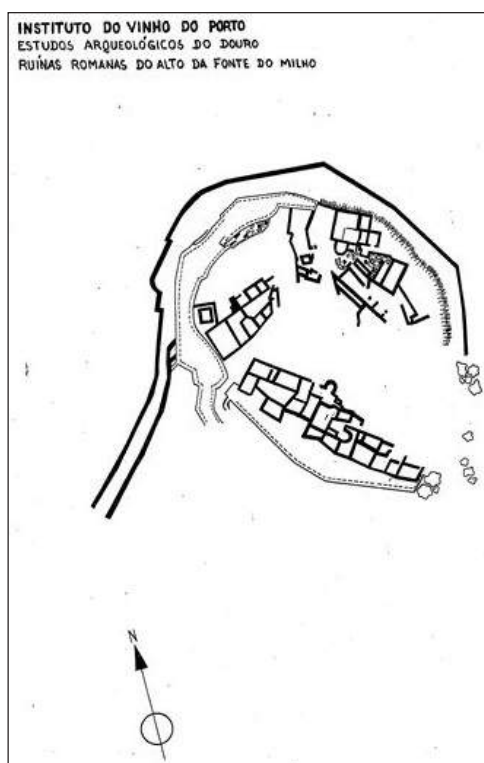


Fig. 1. Planta do Alto da Fonte do Milho
Fonte: CORTEZ, 1951

² SEVERO, 1903.

³ TEIXEIRA, 1939.

⁴ CORTEZ, 1951.

como monumento nacional em 1961 e, em 2010, será reintervencionado pela Direcção Regional da Cultura do Norte, com uma equipa coordenada por Javier Larrazabal. Esta última intervenção permitirá a identificação do resto da *cella vinaria*, nomeadamente de um conjunto de seis *dolia* enterrados, onde o vinho seria estagiado, e que Cortez já havia recolhido em grande quantidade durante as suas intervenções⁵.

Os lagares escavados na rocha, conhecidos um pouco por todo o Alto Douro Vinhateiro, são um dos elementos mais paradigmáticos ligados à história do vinho neste território. Vários investigadores dedicaram-se a este tema complexo, com especial relevo para os trabalhos de António de Sá Coixão, sobretudo nos territórios da Méda e Vila Nova de Foz Côa⁶, e das equipas do GEHVID — Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, principalmente sob a direcção de Carlos Brochado de Almeida⁷, entre a década de 1980 e os inícios de 2000.

O tema dos lagares rupestres tem vindo a obter maior visibilidade nas últimas décadas. Estruturas construídas directamente em afloramentos rochosos, os lagares rupestres adoptam diversas morfologias, normalmente englobando, pelo menos, uma *area* de prensagem e *stipites*, estruturas negativas para a implantação de uma prensa. Muitos lagares deste tipo possuem ainda um *lacus*, ou área de recepção de mosto, ou dispõem de um espaço para a colocação de um recipiente amovível para recolher o líquido.

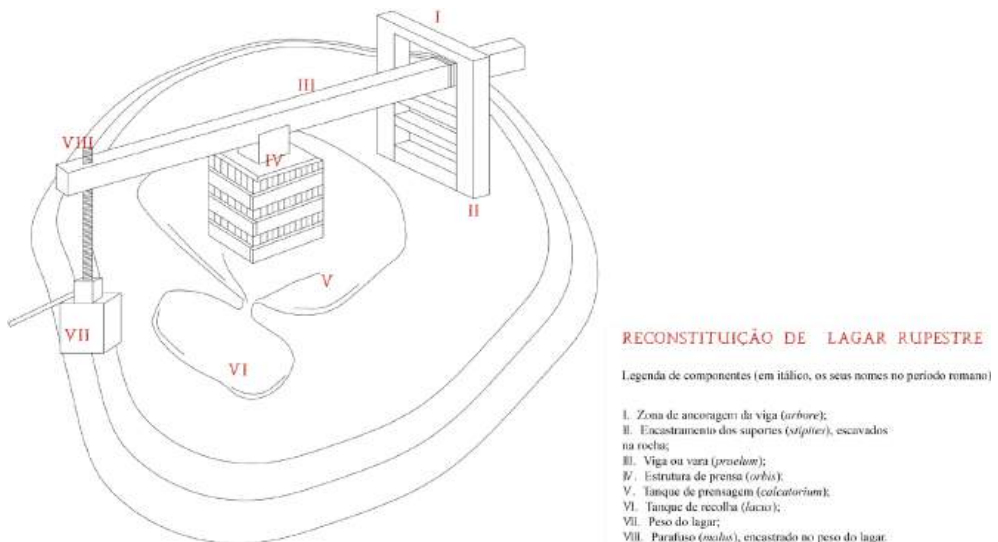


Fig. 2. Reconstituição de lagar rupestre. Fonte: infografia de Pedro Pereira

⁵ PEREIRA, 2012.

⁶ COIXÃO, 2002, 2017.

⁷ ALMEIDA, 1999, 2006.

Existem, todavia, duas questões essenciais ligadas ao estudo deste tipo de estruturas cuja resposta é tanto ilusória como variável. A primeira tem que ver com a sua cronologia. Embora sejam conhecidos lagares escavados na rocha de período romano, uma vez que são identificáveis materiais deste período nas zonas limítrofes e, em alguns casos, os lagares encontram-se enquadrados em sítios arqueológicos mais amplos que permitem datar, pelo menos, o primeiro momento de construção, como sucede com Rumansil I ou a lagareta de Vale do Mouro⁸, a maior parte das estruturas encontra-se em zonas isoladas e sem elementos que permitam a sua caracterização. Paralelamente, muitos destes lagares têm uma cronologia utilitária extremamente ampla: há notícias de lagares escavados na rocha utilizados no século XX e cuja construção é imemorial.

A existência de material, por exemplo, do século XVI, associado a um lagar escavado na rocha poderá apenas significar que este lagar esteve funcional nesse momento, embora possa ser anterior e com continuada utilização posteriormente.

A segunda grande questão ligada ao estudo dos lagares rupestres prende-se com a sua localização. Na maioria dos casos, os lagares rupestres encontram-se em zonas isoladas, sem outras estruturas associadas nem áreas de armazenamento e estágio. Existem várias teorias para tentar explicar o porquê desta situação: para facilitar a produção directa e apenas transportar o mosto ou evitar pagamentos de impostos ou dízimas são duas das explicações mais citadas⁹. Porém, é necessário analisar caso a caso e, muitas vezes, torna-se extremamente complexo tentar explicar a realidade de cada uma das estruturas produtivas.

No Alto Douro Vinhateiro, os lagares escavados na rocha são um tema de interpretação difícil. Sabemos também que, no entanto, alguns, ainda que não todos, terão sido construídos no período clássico.

2. AS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS CLÁSSICAS COM PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA NO ALTO DOURO VINHATEIRO

Integrado nos projectos apoiados pelo GEHVID, a intervenção no sítio de Olival dos Telhões, Almendra, Vila Nova de Foz Côa, permitiu a identificação de uma exploração agrícola, potencialmente de grandes dimensões.

No decurso do projecto coordenado por Susana Cosme, identificou-se um lagar, com um *calcatorium* e dois tanques, e, embora já não se encontrasse no local original, foi ainda descoberta a área de implantação do peso do lagar.

O sítio do Prazo, em Freixo de Numão, foi intervencionado por António de Sá Coixão e sua equipa durante as décadas de 1980 e 1990. Com uma diacronia de ocupação humana extremamente longa, desde a Pré-História Recente até à Alta Idade Média,

⁸ PEREIRA, 2017.

⁹ PEÑA CERVANTES, 2019.

o sítio foi utilizado enquanto exploração agrícola entre, pelo menos, os séculos II e IV da nossa era.

A ocupação romana do Prazo compreende uma série de estruturas, entre as quais um edifício sub-retangular, com um conjunto de três tanques e um pequeno pavimento em *opus signinum* num extremo, quatro colunatas rectangulares com espaçamentos regulares e, finalmente, uma entrada. Este edifício, a *cella vinaria* do Prazo, foi ocupado durante a Alta Idade Média¹⁰, sofrendo algumas alterações. No entanto, os elementos cruciais para a produção de vinho conservaram-se. O armazenamento e o envelhecimento do vinho seriam, certamente, realizados em *cupae* ou barris, tal como sucede noutros sítios com morfologias similares, como Torre de Palma, Monforte¹¹.

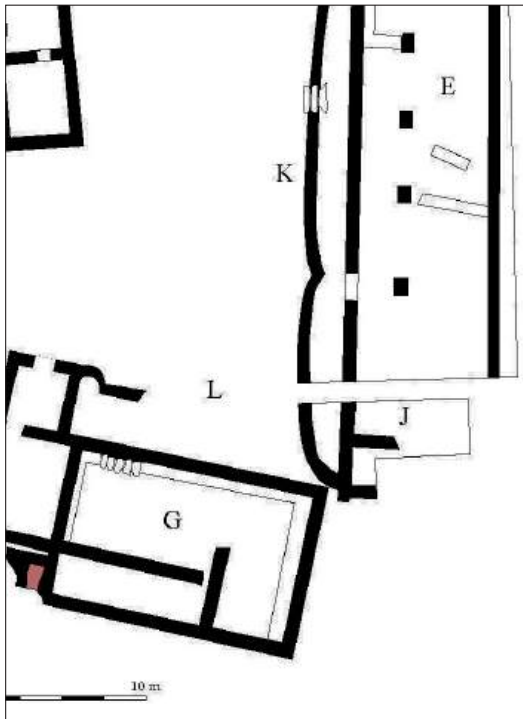


Fig. 3. Planta do Prazo

Fonte: infografia de António de Sá Coixão

Em 2004, realizou-se uma pequena intervenção na área imediatamente a norte da *cella vinaria*, onde foi identificada uma série de estruturas rectangulares, em negativo, no solo. Estas estruturas poderão ter sido abertas para a plantação de vides, sendo um dos raros exemplares em território português em que este tipo de estrutura clássica se conservou.

¹⁰ COIXÃO, 1995.

¹¹ PEREIRA, 2017.

Na orla do território do Prazo, encontramos o sítio de Rumansil I. Localizado sobre o vale da ribeira de Murça, o sítio de Rumansil aparenta ter feito parte de um aglomerado de sítios, dos quais o Prazo seria certamente o local central ou a *villa*¹².

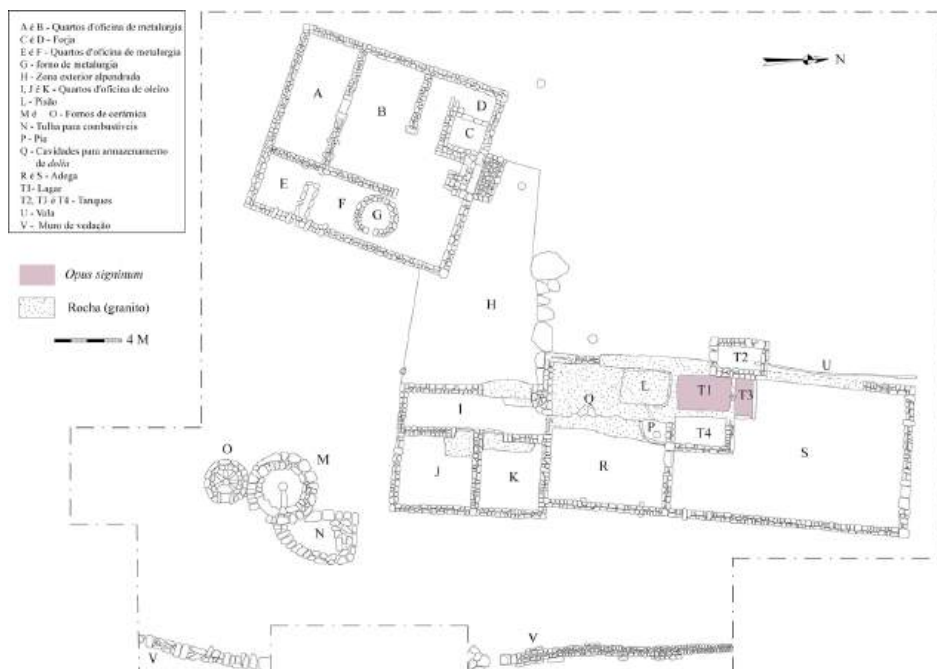


Fig. 4. Rumansil I. Planta do sítio. Fonte: SILVINO *et al.*, 2021

Intervencionado por António de Sá Coixão e, mais tarde, por Tony Silvino, o sítio de Rumansil I divide-se em três conjuntos de edifícios, cercados por um pequeno muro em pedra. O primeiro, de planta quadrangular e duas divisões internas, possui um pequeno espaço de forja e terá certamente servido de local de habitação. Imediatamente a este, encontram-se duas estruturas de planta circular, de dimensões distintas. Estas duas estruturas são fornos cerâmicos, onde, no de menor dimensão, seria produzida cerâmica utilitária e de mesa e, no de maiores dimensões, *dolia*, talhas para, pelo menos, serem utilizadas como recipientes para vinho¹³. Finalmente, a norte, desenvolve-se a maior estrutura do conjunto, sub-rectangular, construída em torno de um aglomerado rochoso. O aglomerado foi escavado de forma a receber os vários tanques que compunham o lagar e a *area* de prensagem, enquanto as duas divisões imediatamente mais próximas da estrutura

¹² SILVINO, COIXÃO, PEREIRA, 2021.

¹³ SILVINO, COIXÃO, MAZZA, 2003; SILVINO, CAIXÃO, PEREIRA, 2021.

terão sido utilizadas como cave. As outras duas divisões são de natureza incerta, embora Plínio aconselhe que um trabalhador viva próximo da *cella vinaria* de modo a poder controlar as fermentações¹⁴. Poderão também ter tido outras funções, como suporte para os trabalhos de olaria ou mesmo o armazenamento de peças terminadas¹⁵.



Fig. 5. Vale do Mouro.
Planta do sítio.
Fonte: infografia de
Damien Tourgon

¹⁴ PEREIRA, 2017.

¹⁵ SILVINO, COIXÃO, PEREIRA, 2020.

O sítio de Vale do Mouro, na Coriscada, Mêda, é talvez o mais paradigmático para o estudo da exploração rural romana no Alto Douro. Apesar de já não se encontrar na área demarcada, insere-se plenamente no mesmo tipo de paisagem do Douro Superior.

Localizado num pequeno vale sobre o rio Massueime, Vale do Mouro foi intervenção por uma equipa coordenada por António de Sá Coixão e Tony Silvino. Embora o sítio tenha uma longa ocupação e sofrido extensas alterações arquitectónicas, entre o final do século I e o século IV da nossa era, é notória a sua evolução de exploração agrícola de tipo *villa*, de *villa* linear, o esquema mais simples deste tipo de estrutura, até *villa* de peristilo, seguramente entre o final do século II e inícios do III. É neste momento que se inicia um processo de embelezamento e ostentação arquitectónica da *villa*, em que são construídos jardins e colocados mosaicos, como é o caso da única representação de Baco no norte de Portugal¹⁶. É também deste momento que datamos a construção da *cella vinaria*.

A *cella vinaria* de Vale do Mouro é constituída por um contrapeso, *arbol*, zona de entravejamento da vara e *area*, a norte, um *calculatorium*, um *lacus musti* e, finalmente, um *lacus*. O restante edifício é composto por um grande espaço aberto, no qual se identificaram negativos de estruturas em madeira e colunatas rectangulares em granito. Estes elementos, em paralelo com a configuração rectangular do espaço e a ausência quase total de *dolia*, levam-nos a crer estar perante uma *cella vinaria* similar à do sítio do Prazo e onde, certamente, terão sido utilizadas *cupae* para o estágio do vinho.

Finalmente, na zona do peristilo da *pars urbana*, identificou-se uma sala, com o solo coberto com *opus signinum* e três concavidades preparadas no solo. Durante a intervenção, foi recolhido um *dolium* quase completo, cujo fundo aparenta ter a mesma dimensão destas concavidades. Poderia esta sala ser uma *degustatio*, uma sala de provas para os *negotiatores* e compradores? Esta questão já foi levantada anteriormente¹⁷ e, embora não sejam conhecidos paralelos deste tipo de estrutura no território peninsular, continua a ser uma hipótese aliciante.

O sítio de Trás do Castelo, em Pegarinhos, Alijó, foi intervenção a partir de 2012, num projecto de investigação ainda em curso. Localizado na vertente este do Castro de Vale de Mir, o sítio insere-se no extremo do planalto de Alijó.

A intervenção de Trás do Castelo revelou uma série de estruturas relacionada com a área produtiva de uma exploração agrícola, uma *pars rustica*. Entre as várias produções identificadas descobriu-se, em 2016, um pequeno lagar de vinho. A estrutura, extremamente simples, compreende uma *area* de prensagem e um *lacus*, não tendo sido possível discernir o tipo exacto de prensa utilizado. Aquando da escavação da *area*, muito danificada com um nível de demolição, foi possível identificar um numisma romano, em quase flor de cunho, que aparenta ter um carácter de deposição fundacional,

¹⁶ LÉGIER-NICOLLE, 2021.

¹⁷ PEREIRA, 2018.

um denário de prata, cunhado em Roma, em 84 da nossa era, durante o reinado de Domiciano¹⁸. Este elemento, tal como outros identificados ao longo das várias campanhas efectuadas, permite atribuir uma cronologia de ocupação inicial do sítio de Trás do Castelo que remonta ao final do século I d. C., sendo esta a unidade de produção de vinho mais antiga identificada na área do Alto Douro Vinhateiro. Foram também realizadas análises analíticas às argamassas do lagar, que permitiram identificar a presença de uvas tintas.

Finalmente, na área a norte, identificou-se a cave, o resto da *cella vinaria*, onde o vinho seria estagiado em *dolia*, de uma forma similar ao que sucedia em Rumansil I¹⁹.

O tema do vinho e da vinha na Antiguidade, sobretudo num território como o Alto Douro Vinhateiro, levanta muitas questões. Uma das principais tem que ver com o objectivo da produção nesta zona: o vinho seria produzido para consumo local ou para uma escala regional, ou, ainda, seria exportado? Para tentar compreender esta questão, e na ausência de documentos escritos, devemos centrar-nos no tema dos recipientes de transporte.

O tipo de peça que associamos mais frequentemente ao transporte de vinho no mundo clássico é a ânfora. Sobejamente estudada, esta peça cerâmica conta com centenas de variantes e dezenas de zonas produtoras, por todo o mundo mediterrâneo. No entanto, tal como observámos anteriormente²⁰, a ânfora vinária entra em declínio nos centros de consumo a partir do final do século II, sobretudo notório nos mercados da Península Ibérica. Este indicador permite a ilação de que, nesse momento, a produção local assegurava um abastecimento dos mercados regionais sem ser necessária a importação de vinho em grandes quantidades, como sucedia anteriormente.

Os recipientes utilizados nas explorações rurais do Douro podem dar-nos algumas pistas sobre a forma de transportar o vinho. Como observámos anteriormente, os *dolia* são o único tipo de peça visível no registo arqueológico em quantidades elevadas. No entanto, o estudo destes elementos revela que a sua capacidade média, cerca de cem litros²¹, não permitiria um transporte simples, com o risco adicional dos grandes recipientes racharem durante as viagens. Ao mesmo tempo, embora as condições, na maioria dos sítios arqueológicos, não permitam uma fácil conservação, sabemos hoje que existe uma forte probabilidade de tonéis ou barris terem sido utilizados para o estágio do vinho. Eram produzidos com recurso a madeira e, normalmente, cordas. Este tipo de recipiente era amplamente utilizado no mundo clássico²², embora, na Península Ibérica, não sejam conhecidos elementos que tenham sobrevivido até aos nossos dias. No entanto, sobreviveram representações, sob a forma das *cupae* funerárias ou mesmo de baixos-relevos, como atesta o baixo-relevo funerário de *Sena Amarantis*, de Mérida²³.

¹⁸ NICOT, 2019.

¹⁹ SILVINO, PEREIRA, 2017.

²⁰ TCHERNIA, 1986; PEREIRA, 2017.

²¹ PEREIRA, MORAIS, 2015.

²² MARLIÈRE, 2002.

²³ PEREIRA, 2017.

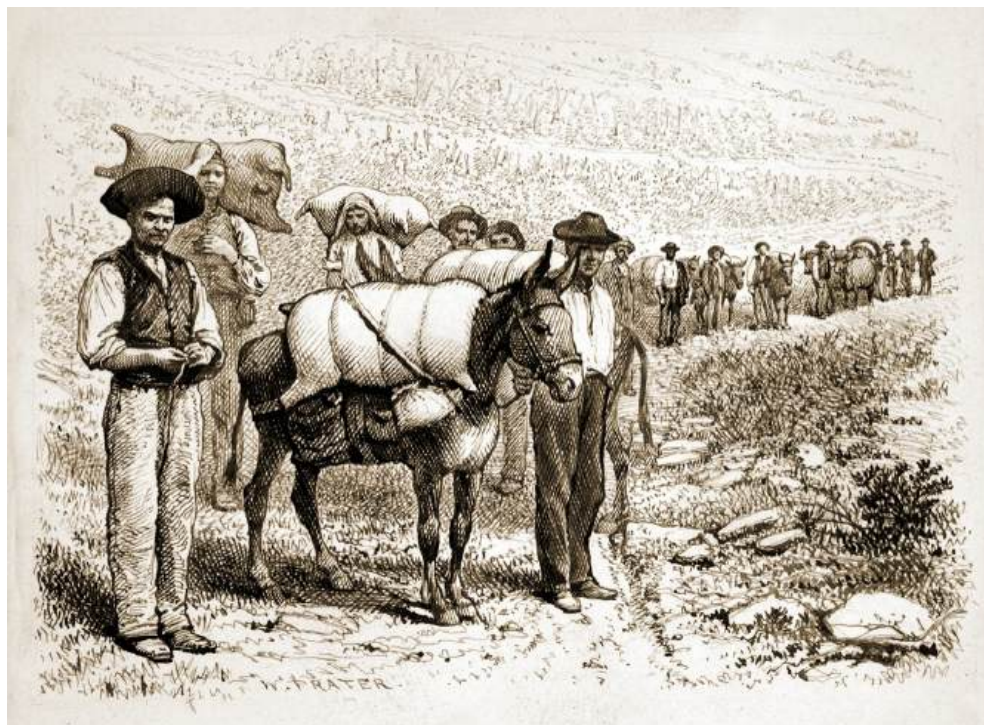


Fig. 6. Transporte de vinho em odres. Fonte: desenho de William Prater, 1872 (publicado em VIZETELLY, 1880)

Entre os outros tipos de recipientes que não referimos anteriormente e que, com toda a certeza, seriam utilizados para o transporte de vinho são o *uter* e o *culleus*, ou os odres. Composto, tal como os barris ou tonéis, por materiais totalmente perecíveis, o *uter* constitui o que hoje chamaríamos de odre, com uma dimensão de trinta litros ou menos, enquanto o *culleus* consiste numa medida de cerca de 200 a 215 litros, sendo, normalmente, um recipiente preparado a partir da pele de um bovídeo.

Os recipientes de tipo odre são utilizados extensivamente para o transporte de líquidos até ao século XX no território português e durante a Antiguidade. Infelizmente, vestígios deste tipo de material apenas se conservam em contextos muito específicos, não sendo conhecidos até ao momento vestígios, ainda que seja recorrente a sua representação em mosaicos, peças de cerâmica e outros²⁴.

No Alto Douro Vinhateiro, infelizmente, apenas podemos efectuar comparações com estes recipientes, extremamente efémeros. No entanto, a circulação do vinho para os mercados de consumo, ainda que a uma escala microrregional, seria certamente feita com recurso maioritário a *cupae* e *culleii*.

²⁴ PEREIRA, 2022.

As questões relacionadas com a vitivinicultura antiga constituem um tema que, desde cedo, tem vindo a receber atenção no território do Vale do Douro, sobretudo devido à importância social, económica e cultural que o vinho tem neste território. Tal como referimos anteriormente, são vários os autores que se dedicam ao tema na viragem do século XIX para o século XX. No entanto, será apenas em meados do século XX que Russell Cortez identificará a primeira estrutura de produção no Douro. Decorrem algumas décadas até que sejam identificadas e intervencionadas outras. No entanto, o panorama que possuímos hoje continua algo incompleto. Sabemos que o início da produção de vinho é anterior ao período que a historiografia tradicional apontava para esta região, como, de resto, o comprova a intervenção no sítio de Trás do Castelo, em Pegarinhos, Alijó. Conhecemos mal o esquema comercial associado à produção do vinho neste território, tal como desconhecemos as razões para, em algumas explorações, serem utilizadas *cupae* e noutras *dolia* ou, como sucede em Vale do Mouro, coexistirem os dois tipos de recipientes, ainda que em períodos relativamente curtos. Existe ainda uma panóplia de questões relacionada com os lagares rupestres, sobretudo associada à falta de intervenções de escala neste tipo de estrutura.

Os resultados de dezenas de projectos e de centenas de intervenções realizadas em sítios arqueológicos romanos com evidências de produção e/ou consumo de vinho no Alto Douro Vinhateiro têm permitido desvendar uma história de produção rica, muitas vezes adaptando-se ao território onde se insere. Todavia, existem ainda muitas questões de resposta complexa, tais como os tipos de vides plantadas no Douro durante o período clássico ou mesmo tipos de vinhos produzidos. O avançar das tecnologias de análise, sobretudo sob a forma do Ancient DNA e outros métodos analíticos, poderá vir a fornecer-nos respostas a estas questões. Infelizmente, muitos sítios arqueológicos permanecem desconhecidos, o que faz com que hoje, com cada vez mais plantações e remodelações de estruturas edificadas, seja cada vez mais necessário um trabalho preventivo, de prospecção e sondagens no território, para não se perderem informações preciosas sobre o início da longa história do vinho no Alto Douro Vinhateiro.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, coord. (2006). *História do Douro e do Vinho do Porto*. Porto: Afrontamento. Vol. I: *História Antiga da Região Duriense*.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; ANTUNES, João Manuel Viana; FARIA, Pedro Francisco Baére de (1999). *Lagares cavados na rocha: uma reminiscência do passado na tradição da técnica vinícola no vale do Douro*. «Revista Portuguesa de Arqueologia». 2:2, 97-103.
- COIXÃO, António Nascimento de Sá (1995). *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO, António Nascimento de Sá (2002). *Lagares e lagaretas nas Áreas de Freixo de Numão e Murça do Douro (Concelho de Vila Nova de Foz Côa)*. «Coavisão». 4, 57-71.

- COIXÃO, António Nascimento de Sá (2017). *A Romanização no Baixo Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- CORTEZ, Fernando Russell (1947). *Breve relato da primeira viagem de prospecção arqueológica na Região Demarcada do Douro*. Dactilografado.
- CORTEZ, Fernando Russell (1951). *As escavações arqueológicas do «Castellum» da Fonte do Milho. Contributo para a demogenia duriense*. «Anais do Instituto do Vinho do Porto». 12:1, 17-88.
- GARNIER, Nicholas (2019). *Analyse chimique du contenu organique de bassins maçonnés*. In SILVINO, Tony; PEREIRA, Pedro, *coords. Relatório do Projeto de Investigação Cella Vinaria de Trás do Castelo (Vale de Mir, Pegarinhos)*. Relatório final de PIPA entregue à DGPC. Policopiado.
- LÉGIER-NICOLLE, Melissa (2021). *Les mosaïques de Coriscada — Vale do Mouro*. In SILVINO, Tony; NALDINHO, Sandra M. Euzébio, *coords. Estudos em Homenagem ao Doutor António do Nascimento Sá Coixão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 245-262.
- MARLIÈRE, Elise (2002). *Loutre et le tonneau dans l'Occident romain*. Montagnac: Ed. Mergoïl.
- NICOT, Robert (2019). *Les numismes*. In SILVINO, Tony; PEREIRA, Pedro, *coords. Relatório do Projeto de Investigação Cella Vinaria de Trás do Castelo (Vale de Mir, Pegarinhos)*. Relatório final de PIPA, entregue à DGPC. Policopiado.
- PEÑA CERVANTES, Yolanda (2019). *Los lagares rupestres en Península Ibérica: sistemas de estrutujado y problemática cronológica*. «Revista ArkeoGazte Aldiskaria». 9, 83-99.
- PEREIRA, Pedro (2012). *Materiais esquecidos — o espólio cerâmico de armazenamento (dolia) do Alto da Fonte do Milho, Peso da Régua*. «Almadan». 17:1, 170-172.
- PEREIRA, Pedro (2017). *O Vinho na Lusitânia*. Porto: Afrontamento.
- PEREIRA, Pedro (2018). *O mundo rural romano no Vale do Douro*. In DIAS, Lino T.; ALARCÃO, Pedro, *coords. Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade*. Porto: CITCEM, pp. 195-209.
- PEREIRA, Pedro (2023). *Não só da madeira se fez vinho: O Douro e Colección-os-Montes na Antiguidade Clássica*. In Balsa, Carlos, *coord. Actas das segundas conferências sobre vias de comunicação e povoamento do Marão*. Vila Real: Biblioteca Municipal de Vila Real (no prelo).
- PEREIRA, Pedro; MORAIS, Rui (2015). *Estudo crono-tipológico de dolia romanos em Portugal*. «Cuadernos de la SECAH». II, 33-44.
- SEVERO, Ricardo (1903). *Notícia da estação romana da Quinta da Ribeira em Tralhariz*. «Portugália». 1:1, 391-398.
- SEVERO, Ricardo (1905-1908). *O Castro de Vilarinho de Cotas*. «Portugália». 1:2, 263-269.
- SILVINO, Tony; COIXÃO, António do Nascimento de Sá; MAZZA, Guillaume (2003). *Os fornos de cerâmica do Rumansil I. (Murça do Douro, Vila Nova de Foz Côa)*. *Estudo preliminar*. «Côavisao». 5, 85-97.
- SILVINO, Tony; COIXÃO, António do Nascimento de Sá; PEREIRA, Pedro (2021). *Rumansil I*. «Conímbriga». 5:59, 73-111.
- SILVINO, Tony; PEREIRA, Pedro (2017). *O projecto de investigação sobre a ocupação humana em torno da aldeia de Pegarinhos (Alijó) — em busca das origens da Romanização do Douro*. In *Actas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1085-1095.
- SILVINO, Tony; PEREIRA, Pedro (2020). *Trás do Castelo (Vale de Mir, Pegarinhos, Alijó) — Uma exploração agrícola romana do Douro*. In *Actas do III Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses — Arqueologia Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses/CITCEM, pp. 1243-1255.
- TCHERNIA, André (1986). *Le Vin d'Italie Romaine*. Paris: E. de Boccard.
- TEIXEIRA, Carlos (1939). *Estação romana de Canelas (Poiães da Régua)*. «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia». IX, 130-135.
- VIZETELLY, Henry (1880). *Facts about Port and Madeira with notices of the wines vintaged abound Lisbon and the wines of Tenerife*. Londres: Ward, Lock and Co.

O DOURO VINHATEIRO PARA ALÉM DAS MARGENS. A ESCOLA AMPELOGRÁFICA DO JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1870-1882)

ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA*

M. TERESA GONÇALVES**

Resumo: *Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-1884), 2.º Visconde de Vila Maior (1861), perito especializado no Douro vinhateiro, com obra publicada sobre viticultura, ampelografia e enologia, aproveitou a sua nomeação governamental como reitor da Universidade de Coimbra (1869-1884) para criar uma escola (coleção) ampelográfica no Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Logo em 1870, participou na escolha do terreno para instalar as castas de videiras cultivadas no país e em regiões vinícolas estrangeiras. O estudo metódico de descrição e comparação permitiria a determinação das sinónimas das castas, a preservação das castas nacionais e o estabelecimento de uma coleção de videiras para cultivar no país. Além da coleção ampelográfica, seriam realizados estudos de enologia, com um pequeno lagar e uma adega a estabelecerem os modelos para ensaios sobre métodos de vinificação. O ataque da filoxera à «vinha das vinhas», como foi apelidada a Escola Ampelográfica do Jardim Botânico, acabou por determinar o seu fim, com o arranque das cepas no inverno de 1882.*

Palavras-chave: *ampelografia; viticultura; Visconde de Vila Maior; Júlio Augusto Henriques; arquivo pessoal.*

Abstract: *Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-1884), 2nd Viscount of Vila Maior (1861), a specialist in the Douro winegrowing region with published works on viticulture, ampelography and oenology, took advantage of his government appointment as Rector of the University of Coimbra (1869-1884) to set up an ampelographic collection in the Botanic Garden of the University of Coimbra. As early as 1870, he took part in the selection of the land on which to plant all the grape varieties grown in the country and in foreign wine-growing regions. The grapevine varieties methodical study, description and comparison would allow determining their synonymy, the preservation of the national varieties and the establishment of a grapevine collection to cultivate in the country. In addition to the ampelographic collection, oenological studies would be carried out, establishing a small wine press and a model winery for tests on winemaking methods and wine conservation. The phylloxera attack on the «vineyard of vineyards», as the Ampelographic Collection of the Botanic Garden was nicknamed, brought it to an end, with the vines being uprooted in the winter of 1882.*

Keywords: *ampelography; viticulture; Viscount of Vila Maior; Júlio Augusto Henriques; personal archive.*

* Arquivista no Arquivo do Departamento das Ciências da Vida da Universidade de Coimbra, Mestre em Ciência da Informação e Documentação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e Doutora em Ciência da Informação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. CHSC (UC)/CITCEM.

** Professora auxiliar no Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra, e coordenadora do Arquivo de Botânica da Universidade de Coimbra. Centro de Ecologia Funcional — Universidade de Coimbra.

INTRODUÇÃO

Entre os productos da agricultura portugueza é o vinho incontestavelmente o mais consideravel, pelo menos em relação ao commercio externo, e entre os vinhos portuguezes o que mais prepondera nos valores exportados é tambem, sem duvida alguma, aquella que se produz no paiz vinhateiro do Douro¹.

Na verdade, a região do Douro foi a primeira região vitivinícola demarcada e regulamentada do mundo, no ano de 1756², reconhecida internacionalmente pela tradição ligada ao vinho, numa paisagem única classificada como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 2001. Os vinhedos de encosta de tradição histórica, como no Alto Douro, beneficiam de condições geográficas excepcionais e são património histórico-cultural desenvolvido e aperfeiçoado por «populações que, ao longo dos séculos, criaram e desenvolveram técnicas e processos de organização do espaço, de adaptação do solo e castas, de produção vitivinícola, de promoção e de comercialização»³.

A viticultura conheceu grande expansão no século XIX⁴ e a produção de vinho, além das questões comerciais, foi alvo de estudos científicos que visavam melhorar o conhecimento e o progresso da viticultura.

A ampelografia (do grego clássico Ἀμπελος, «vinha», + γραφος, «descrição»), termo utilizado, pela primeira vez, em 1661, por Philipp Jacob Sachs⁵, é a disciplina que estuda, identifica e classifica as *castas* (variedades) de videira com base na descrição morfológica das folhas, dos cachos e das uvas, e, mais recentemente, no perfil genético das plantas a partir do estudo do DNA. Para padronizar as observações, a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) estabeleceu os oitenta e oito descritores que devem ser obtidos num estudo morfométrico completo e que são requeridos para o registo de uma casta.

Em Portugal, estima-se a existência de um elevado número de castas autóctones (relativamente à dimensão do território nacional), sendo também cultivadas muitas castas estrangeiras. Félix de Avelar Brotero (1744-1828), ilustre botânico português, refere algumas variedades de videira (*Vitis vinifera*) na sua obra *Compêndio de Botânica*,

¹ VILA MAIOR, 1865-1869: 1.

² Por alvará de 10 de setembro de 1756, assinado pelo rei D. José e pelo secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, foi instituída a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que tinha como objetivo, entre outros, cadastrar as costas setentrional e meridional do rio Douro, de forma a demarcar todo o território que produz vinhos de carregação (PEREIRA, 1989: 311). A referida companhia visava, igualmente, apoiar o desenvolvimento industrial da região e lutar contra a predominância dos mercadores ingleses no comércio do vinho do Porto (MATA, VALÉRIO, 2003: 122).

³ PEREIRA, 1996a: 179.

⁴ MARTINS, 2005: 232.

⁵ GARCÍA-VEREDA, EIRAS-DIAS, 2020: 168.

de 1788. Outros registos foram publicados, mas só em 1865 é que Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, Visconde de Vila Maior, à época diretor do Instituto Geral de Agricultura⁶, «se ocupou seriamente do estudo da ampelografia nacional»⁷.

As coleções ou escolas ampelográficas são coleções de castas de videiras estabelecidas com os objetivos de caracterizar as castas e resolver as sinonímias, já que, frequentemente, a mesma casta é designada por diferentes designações consoante a região; estas coleções constituem um repositório da diversidade genética e garantem a preservação de todas as castas.

O presente trabalho visa dar a conhecer a primeira coleção ampelográfica nacional — a Escola Ampelográfica do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra —, os principais mentores do projeto, bem como o processo gradual para o estabelecimento da referida coleção desde 1870 e ao longo de mais de dez anos, até à sua destruição, motivada pela filoxera.

A Escola Ampelográfica do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra é exemplo de como o Douro vinhateiro, património construído numa paisagem cultural ímpar, ultrapassou as margens do Douro e se fixou em Coimbra, no âmbito de uma profícua rede de conhecimento e de colaborações estabelecida sob o patrocínio do Visconde de Vila Maior.

1. O VISCONDE DE VILA MAIOR: UM ESPECIALISTA DA VINHA E DO VINHO

Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2.º Visconde de Vila Maior (1809-1884)⁸, natural de Torre de Moncorvo, «foi um dos nossos grandes vultos da cultura, do ensino e da ciência do século XIX, além de destacado perito do Douro»⁹. Coursou Matemática na Universidade de Coimbra e notabilizou-se na área da Química, tendo sido professor na Escola Politécnica de Lisboa (1837-1857). Aliou a sua formação de químico à de proprietário no Douro¹⁰ e dedicou-se ao estudo da viticultura, da ampelografia e da enologia, conjugou a teoria e a prática, e as suas obras publicadas sobre estas matérias são ainda hoje referências de reconhecido mérito. Durante os anos da crise filoxérica (1860-1880), assumiu a presidência de diversas comissões e participou na elaboração de importantes medidas e propostas promulgadas pelos governos de Fontes Pereira de Melo e de Anselmo Braamcamp (1879-1880)¹¹.

⁶ Após a implantação da República, em 1910, passou a designar-se Instituto Superior de Agronomia (ISA).

⁷ SILVA, 1930: 154; GARCÍA-VEREDA, EIRAS-DIAS, 2020: 169.

⁸ Sobre a vida e ação do Visconde de Vila Maior, cf., por exemplo, CALVO, D'ABREU, 2013; FERNANDES, 2013; GARCIA, 2013; LAGE, 2013a, 2013b; MOTA, 2011, 2012, 2013, 2021; PIMENTEL, 2014; SAMBADE, 2013; SILVA, 2017a, 2017b; SILVA, GOUVEIA, GONÇALVES, 2016.

⁹ LAGE, 2013a: 11.

¹⁰ Júlio Máximo de Oliveira Pimentel era proprietário de várias quintas: Quinta do Rego da Barca, Quinta do Cuco, Quinta de Vila Maior e Quinta Branca (MOTA, 2020: 78, 84).

¹¹ LAGE, 2013a: 14.

De entre os muitos cargos que desempenhou referiremos os de presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1858-1859), deputado às Cortes por Lisboa em mais do que uma legislatura, elemento da delegação do governo de Portugal à *Exposição Universal de Paris*, em 1855, presidida pelo Marquês de Ficalho, e comissário régio às Exposições Universais de Londres (1862) e de Paris (1867 e 1878).

Em 1864, foi incumbido, pela repartição de agricultura do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), do estudo da ampelografia, enologia e economia vinícola do Douro, missão por si assim descrita:

Um estudo completo do paiz em que se gera um produto de tão grande estimação e valor, como é o vinho do Douro, estudo que abranja a descrição physica do território, a das castas das videiras ali cultivadas, a dos processos de cultivo e vinificação, e finalmente todas as particularidades da sua produção e commercio, é objecto altamente interessante por si mesmo, e muito oportuno na epocha presente, em que a atenção publica se volta de novo para a questão tantas vezes encetada, da mudança de regímen económico do paiz vinhateiro. Fui pelo governo convidado a empreender um trabalho d'esta natureza; antevejo as dificuldades da empresa; mas desejando ser util ao meu paiz, empregarei no desempenho d'esta comissão todos os meus esforços¹².

Em 1866, integrou, juntamente com António Augusto de Aguiar e João Inácio Ferreira Lapa, uma comissão responsável por:

fazer uma avaliação da situação dos centros vinícolas do país e dos processos de produção por eles adotados. As averiguações então conduzidas levaram-no a perceber a importância deste sector na agricultura nacional, vindo a dedicar-se daí em diante de forma particular ao estudo da viticultura, ampelografia e enologia, visando introduzir os saberes mais recentes na produção vinícola¹³.

Da vasta produção científica e teórica do Visconde de Vila Maior sobre a região do Douro interessa destacar: *Preliminares de ampelographia e oenologia do país vinhateiro do Douro* (publicado em quatro fascículos, entre 1865 e 1869), com estampas coloridas de folhas de diversas castas; *Manual de viticultura practica*, 1875¹⁴; e *O Douro Ilustrado: album do Rio Douro e paiz vinhateiro: introdução e memoria descritiva*, de 1876,

¹² VILA MAIOR, 1865-1869: 2.

¹³ MOTA, 2012: 272.

¹⁴ Sobre esta obra, António Augusto de Aguiar escreveu ao Visconde de Vila Maior: «Recebi hontem pelo correio o Manual de Viticultura pratica, e embora não seja possível lê-lo em vinte em quatro horas, não preciso esperar mais para assegurar a V. Exa., que acaba de fazer, com esta publicação, um grande serviço ao seu paiz, e muito particularmente aos vinhateiros. Admiro, com grande desejo de o poder imitar, o desvello e a paciencia com que se dedica ainda hoje aos trabalhos scientificos, depois de uma longa carreira em que não desperdiçou um dia sequer» (AGUIAR, 1875).

obra magnífica, reeditada em 1990 e amplamente citada. Publicou ainda numerosos artigos de divulgação dedicados aos viticultores, no novo «Jornal Horticultura Prática», desde o seu primeiro número, em 1870.

Pela obra escrita que legou, o Visconde de Vila Maior pode ser considerado, «além de especialista e estratega do país vinhateiro duriense, como um pioneiro do Douro Contemporâneo»¹⁵.

Em 1869, o Visconde de Vila Maior voltou à Universidade de Coimbra, onde fora estudante. Por nomeação governamental, ocupou o cargo de reitor da Universidade de Coimbra e teve o mais longo reitorado ao tempo da monarquia constitucional (1869-1884).

2. A ESCOLA AMPELOGRÁFICA DO JARDIM BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1870-1884)

Apesar da (inesperada) nomeação governamental de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel como reitor da universidade, e da interrupção forçada «[d]os trabalhos, que sobre esta materia [estudos ampelográficos] havia começado na região vinícola do Douro»¹⁶, o Visconde de Vila Maior continuou a escrever sobre a necessidade e a importância do «conhecimento completo das castas da *Vide commum*, que nas nossas vinhas se cultivam ou podem cultivar» por considerar que «não interessa menos que o das arvores fructíferas do nossos vergeis e pomares». E acrescenta: «Na actualidade é sem duvida até de superior importancia, porque a viticultura, que é a origem da nossa maior riqueza, está reclamando os esforços inteligentes de todos os lavradores»¹⁷.

2.1. A importância dos estudos ampelográficos

Júlio Máximo de Oliveira Pimentel reconhecia que as condições naturais da região duriense, o clima e o solo eram apropriados «á producção dos mais ricos vinhos do mundo», mas que a «confusão inextricável na nomenclatura e synonymia das castas da *Vide commum*» prejudicava a indústria vinícola e impedia a produção de vinhos de qualidade¹⁸.

*Abundam hoje as descrições e classificações de numerosos generos e especies de plantas, que servem apenas para ornato dos jardins e encanto da vista; gastam-se sommas fabulosas para completar e entreter collecções de luxo, e não temos uma boa classificação das castas e variedades do arbusto, que na Europa produz um rendimento de muitos milhares de contos de reis, e que fornece trabalho e subsistência a muitos milhões de habitantes*¹⁹.

¹⁵ LAGE, 2013b: 121.

¹⁶ VILA MAIOR, 1878-1879: 18.

¹⁷ VILA MAIOR, 1870a: 33.

¹⁸ VILA MAIOR, 1870a: 33.

¹⁹ VILA MAIOR, 1870a: 33.

Por esta razão, é necessário ir «creando mesmo os materiaes necessários para organizar uma boa Ampelographia»²⁰. A ampelografia, ramo da ciência vinícola, tinha por objetivo principal o conhecimento e a descrição das castas da videira e das suas variedades, contribuindo para a melhor escolha das castas de uvas na produção de um vinho superior.

Tudo isto justifica superabundantemente a importância dos conhecimentos ampelographicos.

*Se o viticultor não tem em seu poder transformar a natureza do solo, pelo menos economicamente; se é reconhecida a sua impotencia individual em tudo o que respeita ao governo das condições meteorologicas do clima, tem pelo contrario o livre arbitrio na escolha e apropriação das castas mais adequadas ao solo, ao clima e á exposição do seu terreno*²¹.

E conclui que, se a responsabilidade do viticultor é grande no que toca à qualidade dos seus vinhos, o enorme atraso em que se acha a ampelografia, a «anarchia que ainda hoje reina sobre a nomenclatura das castas, nas dificuldades da classificação das mesmas castas e suas variedades, e finalmente na escassez de boas e methodicas descrições» provoca a produção de vinhos maus e medíocres²².

A proliferação de denominações das castas («a mesma casta tem nomes muito diversos nos diferentes paizes, mas ainda muitas vezes o mesmo nome serve para designar castas muito diferentes»²³), que, para o Visconde de Vila Maior, provocava o caos ampelográfico, só poderia ser ultrapassada com uma classificação metódica das castas e o estabelecimento da sua perfeita sinonímia.

*A classificação methodica das castas pelos seus caracteres phytographicos será muito útil debaixo do ponto de vista puramente scientifico: a determinação exacta da synonymia é extremamente vantajosa aos viticultores para bem entenderem o que até hoje se tem escripto e praticado nas diversas regiões sobre viticultura; mas não se podem alcançar resultados eminentemente práticos sem um estudo completo das castas e dos seus productos, incluindo o vinho que ellas podem fornecer, porque este é o ultimo termo dos trabalhos do viticultor*²⁴.

²⁰ VILA MAIOR, 1870a: 33.

²¹ VILA MAIOR, 1870a: 35.

²² VILA MAIOR, 1870a: 36.

²³ VILA MAIOR, 1870b: 49.

²⁴ VILA MAIOR, 1870b: 51.



Fig. 1. Desenho de uva neveira(?), possivelmente de Emílio de Oliveira Pimentel, filho de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2.º Visconde de Vila Maior
Fonte: ABUC. Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior

Assim, o Visconde de Vila Maior defendia a formação de grandes coleções ampelográficas, nas quais se reunissem as castas de maior interesse, para facilitar o estudo de comparação e classificação. Na verdade, a proposta de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel era a da criação de coleções regionais organizadas em escolas de viticultura prática, onde estivessem representadas as castas próprias de cada região.

No estudo a que me refiro não se deve ter unicamente em vista a descrição phytographica das plantas: é muito essencial conhecer a quantidade e qualidades intrinsecas dos fructos que produzem e do vinho que fornecem, bem como o género de cultura que lhes é mais adequado. Portanto, as colleções não devem conter apenas dous ou tres exemplares de cada casta, mas sim um numero suficiente de cepas de cada uma d'ellas para que possam fornecer uva bastante para a preparação de alguns hectolitros de vinho, e tambem para nellas se poderem experimentar os diversos methodos de poda e empa, e reconhecer praticamente quaes d'estes lhe são mais apropriados²⁵.

Todo este programa, que o Visconde de Vila Maior detalha em pequenos artigos no «Jornal de Horticultura Prática», estava a ser posto em prática em Sintra, na Granja do Marquês, e muito particularmente na cerca de São Bento anexa ao Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, que servirá de exemplo à formação das coleções ampelográficas²⁶.

²⁵ VILA MAIOR, 1870c: 68.

²⁶ VILA MAIOR, 1870c: 68.

2.2. A fundação e desenvolvimento da Escola Ampelográfica no Jardim Botânico da Universidade de Coimbra

Em Coimbra, o reitor Júlio Máximo de Oliveira Pimentel rapidamente colocou em marcha o estabelecimento de uma coleção ampelográfica no Jardim Botânico, como o próprio descreve:

Convencido de quanto é indispensável o estudo da ampelografia para o progresso da boa viticultura, e tendo sido forçado a interromper os trabalhos que sobre esta matéria havia começado na região vinícola do Douro, aproveitei o ensejo que me proporcionou a minha colocação em Coimbra, como reitor da Universidade, para estabelecer, com o auxílio do director do Jardim botânico [Antonino Vidal] e do chefe dos trabalhos práticos d'aquelle estabelecimento [E. Goeze], uma escola ampelographica onde fossem reunidas e ordenadas methodicamente todas as diversas castas e variedades de videiras cultivadas no paiz e as que fosse possível adquirir das regiões vinícolas estrangeiras, para as submeter a um estudo regular e minucioso, comparando-as entre si, determinando-lhes as synonymias, descrevendo-as e fazendo sobre ellas a maior somma de investigações que podessem ser uteis à mais importante das nossas industrias agrícolas²⁷.

E assim teve início «a nossa escola ampelographica», como se referia o reitor em carta (24 de novembro de 1877) dirigida a Júlio Henriques, professor de Botânica, bem como diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (1873-1918), e seu interlocutor privilegiado.

Na verdade, se a fundação da escola ampelográfica no Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e a plantação dos primeiros bachelos tiveram início ao tempo do diretor Antonino José Rodrigues Vidal (1849-1853 e 1868-1872), coadjuvado pelo chefe dos trabalhos práticos Edmond Goeze (contratado em 1866), foram Júlio Augusto Henriques e Adolfo Möller²⁸ os principais mentores do projeto, sempre com o apoio do Visconde de Vila Maior. A maior parte dos registos, observações e relatórios sobre a Escola Ampelográfica, publicados ou inéditos, saiu do punho deste trio e é reveladora do enorme empenho no desenvolvimento da escola que foi sendo enriquecida mercê da rede de conhecimentos e colaborações fomentada pelo Visconde de Vila Maior.

Como conta o visconde: «No começo de 1870, escolhi um terreno [...] para nele fundar uma pequena vinha que pudesse servir de escola ampelographica», situada «na antiga cerca dos frades de São Bento, anexa e incorporada actualmente» no Jardim

²⁷ VILA MAIOR, 1878-1879: 18.

²⁸ Sobre Adolfo Frederico Möller (1842-1920), cf., entre outros, HENRIQUES, 1922; REIS *et al.*, 2014: 98-99; SEQUEIRA, 1891.

Botânico da Universidade de Coimbra²⁹. Num vale pouco profundo que começa no jardim e desce até à estrada da Alegria, fez-se uma construção por socalcos na encosta, por causa do declive, em local onde, no tempo dos monges, já tinha sido cultivada vinha (Fig. 2).

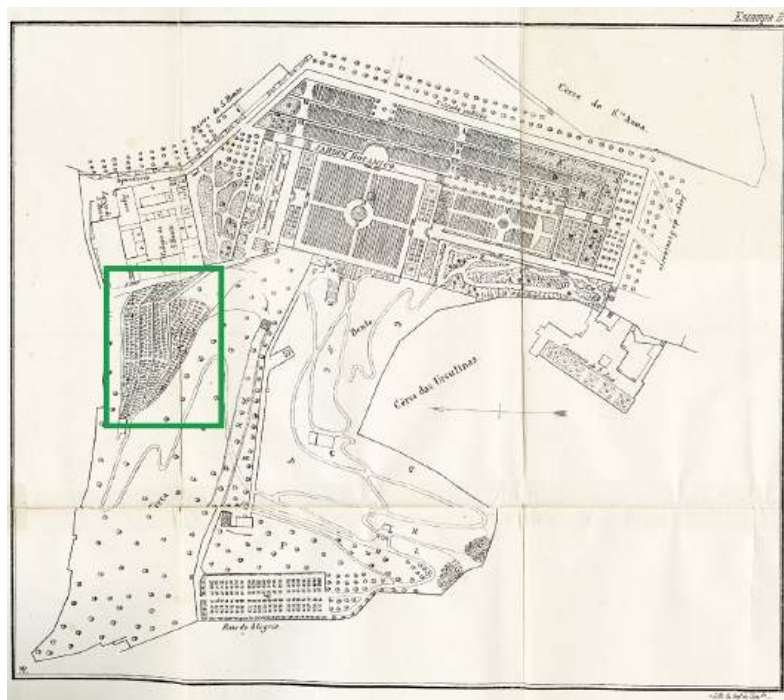


Fig. 2. Mapa do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra
Fonte: HENRIQUES, 1876. Assinala-se, a verde, a localização da Escola Ampelográfica

Fizeram-se as primeiras plantações com bachelos oferecidos pelo Visconde de Vila Maior e provenientes do Douro Superior, da Quinta do Rego da Barca, a que se juntaram outros vindos de entre Tua e Corgo, enviados por José de Sousa Cardoso Pimentel, primo do Visconde de Vila Maior, e os de entre o Tedo e o Távora, oferecidos pelo doutor Macedo Pinto. Bernardino António Gomes ofereceu bachelos de videiras provenientes de Santarém, da sua Quinta das Ladeiras; Edmond Göeze obteve bachelos germânicos, e os franceses foram comprados a M. Pepin, conforme relatório de Adolfo Möller enviado ao Visconde de Vila Maior, em janeiro de 1878³⁰.

Nesse relatório, Möller descreve detalhadamente as plantações efetuadas nos anos de 1871, 1872, 1874, 1876 e 1877 com bachelos de castas nacionais e estrangeiras oferecidas por diversos proprietários de quintas ou adquiridas a produtores.

²⁹ VILA MAIOR, 1878-1879: 18.

³⁰ VILA MAIOR, 1878-1879: 19-20. Segundo dados fornecidos por MÖLLER, 1878.

De cada casta eram plantados, pelo menos, dez bachelos, e foi também preparado um viveiro, aproveitando as varas úteis provenientes da poda, para garantir a substituição de plantas que não sobrevivessem.

Os viveiros possibilitavam também a venda de plantas a particulares a preços reduzidos: «O preço das castas portuguesas tem sido de 20 réis, e o das estrangeiras de 60 réis. A venda tem sido completa», afirma Júlio Máximo de Oliveira Pimentel³¹, o que constituía uma fonte de rendimento para fazer face às avultadas despesas com a coleção ampelográfica (Fig. 3)³². Ainda em 1875, iniciaram-se os ensaios de produção de vinho, aspeto também importante para a caracterização das castas.

Resumo da receita e despesa feita com a vinha desde o 1.º de Janeiro de 1878 até 31 de Março de 1879

Receita		Despesa	
<i>Saldo em 31 de Março de 1877</i>	2891645	<i>Crech. no vinha de 1878 e 1879</i>	72900
<i>Receita expedida em Junho de 1877 e 1878</i>	192920	<i>" Poda " "</i>	151400
<i>" " " " de 1878 e 1879</i>	328820	<i>" Longa " "</i>	194720
<i>Vinho vendido em 1877 e 1878</i>	24395	<i>" Viveiro " "</i>	74000
	3558060	<i>" Cava diversos em 1878</i>	151500
		<i>" Longa da casa</i>	112550
		<i>" Intercambio</i>	62650
		<i>" Venda de fabrico de vinho 1878</i>	12400
		<i>Salario a operario - multatraso actual 1878-79</i>	874950
		<i>" " Cava da vinha " "</i>	242750
		<i>Compra de materiais & a colheita vinho, Junho 78</i>	102490
		<i>Receita - Venda de fabrico de vinho em Agosto</i>	14250
		<i>Materiaes & a Vinha - Maduro, cava, vinho 1878</i>	142750
		<i>Longa 1878</i>	2271
		<i>Assigatura da Vinha</i>	52420
			3102225
		<i>Saldo em 31 de Março 1879</i>	1628505
			3531780

Fig. 3. Resumo da receita e despesa feita com a vinha desde o 1.º de janeiro de 1878 até 31 de março de 1879
Fonte: ABUC. Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior. Reitor (SC), Correspondência recebida (SR)

Até 17 de março de 1875, as despesas com a Escola Ampelográfica foram custeadas através da dotação do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Porém, em 1876, o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI) concedeu a quantia de 300 mil réis para as despesas da Escola Ampelográfica (despacho ministerial de 7 de março de 1876)³³. Em carta de 21 abril 1876, Moraes Soares comunicava ao Visconde

³¹ VILA MAIOR, 1878-1879: 22.

³² HENRIQUES, 1877.

³³ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1876.

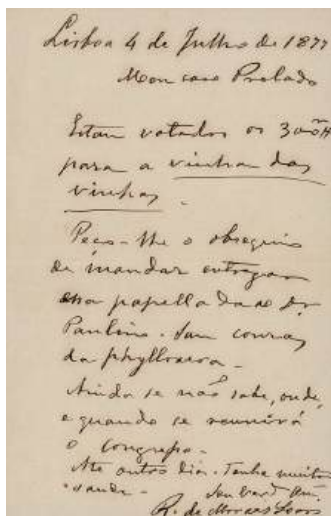
de Vila Maior a concessão da verba para auxiliar a fundação e manutenção da Escola Ampelográfica, quantia a ser deduzida nas verbas votadas no orçamento do MOPCI para o ano económico 1876-1877. Na mesma missiva, diz ainda que o ministro se congratula:

com a fundação de um estabelecimento de incontestável necessidade num país onde a produção vinícola representa uma boa parte da riqueza territorial, além de se dever a uma patriótica iniciativa do Visconde e com a zelosa e inteligente gerência do Dr. Júlio Henriques³⁴.

Em 1876, Júlio Henriques informava:

A vinha, cuja cultura tem tido considerável desenvolvimento, graças ao auxílio e cuidados do ex.mo sr. Visconde de Vila Maior, está disposta na encosta do lado da cidade. Contém 100 castas estrangeiras e 145 das cultivadas de longo tempo no paiz³⁵.

A Escola Ampelográfica do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra era tema recorrente nas redes de conhecimento e políticas do Visconde de Vila Maior. Em carta de 4 julho 1877, o conselheiro Rodrigo Morais Soares³⁶, entre outros assuntos, refere-se à Escola Ampelográfica do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra como «a vinha das vinhas»³⁷ e sublinha a expressão (Fig. 4).



Lisboa 4 de Julho de 1877
Sem mais Prezado
Setem votados os 300
para a vinha das
vinhas -
Pez-me o obsequio
de mandar entregar
esta papella da de
Paulina. Sem comar
da phylloxera -
Ainda se não sabe, onde
a quando se reunirá
o Congresso -
Atte outro dia. Tembe muito
*vande - Au. Br. Br.
R. de Moraes Soares

Fig. 4. Carta de Rodrigo Morais Soares ao Visconde de Vila Maior, 4 de julho de 1877

Fonte: ABUC. Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior. Reitor (SC), Correspondência recebida (SR)

³⁴ SOARES, 1876.

³⁵ HENRIQUES, 1876: 51.

³⁶ Rodrigo Morais Soares fundou a escola regional de Sintra, o Instituto Agrícola (atual ISA), a revista «Archivo Agrícola» e, quando em 1852 se criou a Secretaria das Obras Públicas, foi nomeado chefe da Repartição de Agricultura, e, mais tarde, diretor-geral. Figura importante na agricultura nacional. Sobre a sua biografia cf. SARDICA, 2004: 776-777.

³⁷ A ideia de excelência está sempre subjacente a esta expressão.

Além das referências em trabalhos publicados (e. g. *Manual de Viticultura Prática*, 2.^a edição, 1881), também na documentação inédita do Visconde de Vila Maior se encontram muitas provas do interesse e do acompanhamento que sempre dedicou à Escola Ampelográfica, pese embora os múltiplos afazeres como reitor. Provam-no as diligências para obter financiamento governamental e diversos manuscritos, como por exemplo aquele em que elenca a origem geográfica dos primeiros bacelos e identifica os proprietários que as forneceram entre 1870 e 1877. No final, lista, por ordem alfabética, as castas de videiras existentes na coleção (Fig. 5).

Coleção das castas de vinha, castas de origem superior, Espanha, Portugal, França, Alemanha, etc.

1. Oscura Lep. V. maior	21. Santa Lameria	len
2. Coraçadela	22. Buzza	len
3. Branco	23. Graça Malhada	len
4. Amarela Verde	24. Espuma Verde	len
5. Santa Catarina	25. Espuma Verde	len
6. Amarela	26. Espuma Verde	len
7. Branco	27. Espuma Verde	len
8. Espuma Verde	28. Espuma Verde	len
9. Branco	29. Espuma Verde	len
10. Branco	30. Espuma Verde	len
11. Branco	31. Espuma Verde	len
12. Branco	32. Espuma Verde	len
13. Branco	33. Espuma Verde	len
14. Branco	34. Espuma Verde	len
15. Branco	35. Espuma Verde	len
16. Branco	36. Espuma Verde	len
17. Branco	37. Espuma Verde	len
18. Branco	38. Espuma Verde	len
19. Branco	39. Espuma Verde	len
20. Branco	40. Espuma Verde	len

Fig. 5. Coleção das castas de vinha
 Fonte: ABUC. Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior.
 Reitor (SC), Coleção das castas de vinha

Alphabetica

Para verificação e determinação da sinonímia das castas mencionadas neste catalogo observem-se nos seguintes caracteres:

- 1.º Espora e aparência da grama em amadurecimento.
- 2.º Aspecto e caracteres das folhas, segundo as indicações abaixo apontadas.
- 3.º Forma e aspecto do cacho, idem.
- 4.º Forma, aspecto, sabor e aroma característicos da uva, segundo as indicações abaixo apontadas.
- 5.º Espora da semente madura.
- 6.º Lusula das folhas.

Abreviatura dos caracteres.

Da folha	
Muito grande — mt. gr.	lanuginosa — lan.
Grande — gr.	sem lanuginosa — mt. lan.
Mediocris — med.	pouca lanuginosa — p. lan.
Pequena — peq.	lanuginosa espartada — lan. esp.
Irregular — irreg.	lanuginosa pedosa — lan. ped.
Impulada — impul.	peluda — pel.
Plana — plan.	lanuginosa — lan.
Glabra — gl.	sem lanuginosa — mt. lan.
Leve — lev.	2 ou 5 lobos — 2 ou 5 lob.
	lanuginosa — lan.
	lanuginosa — lan.

11. A lanuginosa da folha deve entender-se também a que se refere ao pedicelo

Fig. 6. Catalogo Alphabetico da Escola Ampelographica, 1876: 1-2
 Fonte: ABUC. Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior

Outro documento interessante é o *Catalogo Alphabetico da Escola Ampelographica* (Fig. 6), de 1876, um caderno manuscrito destinado ao registo dos caracteres morfológicos das castas; inicia-se com uma advertência sobre a verificação e a determinação da sinonímia das castas mencionadas, e a indicação dos seguintes caracteres a observar para a caracterização das castas:

- 1.º *Epoca e apparencia do gomo na ambientação*
- 2.º *Aspecto e caracteres das folhas, segundo as indicações adiante expostas*
- 3.º *Forma e aspecto do cacho, idem*
- 4.º *Forma, aspecto, sabor e mais características do bago, segundo as indicações adiante expostas*
- 5.º *Epoca da completa maturação*
- 6.º *Queda das folhas*³⁸

Segue-se uma extensa e cuidada lista de «Abreviatura dos caracteres» para facilitar o registo das observações; por exemplo: «Da folha: muito grandes (mt. Gr), pequena (pq), plana (plan.) [...]; Bago: redondo (re), alongado (alg)». Contudo, as páginas de registo dos caracteres de cada casta estão em branco. Como o Visconde de Vila Maior explica em *Listagem das castas de videiras portuguezas*:

*A maior parte das castas que aqui vão indicadas já se acham representadas na collecção ampelographica do Jardim Botanico de Coimbra; porém só mais tarde, quando todas as videiras tenham chegado à idade de fructificar, é que se poderá fazer o estudo dos seus caracteres, e as confrontações necessárias para lhes assignar a synonymia e fazer a sua descripção ampelographica*³⁹.

Em 1877, em carta dirigida ao Visconde de Vila Maior, Júlio Henriques resume o estado da Escola Ampelográfica e descreve detalhadamente o crescimento e a tolerância a doenças das diferentes castas. Refere, por exemplo, que as castas da Madeira são as que têm tido melhor vegetação e as que melhor resistem ao efeito do oídio; recomenda a aquisição de mais castas estrangeiras, informando que se contabilizam, à época, treze castas americanas. Acrescenta ainda que o principal modo de propagação tem sido por estaca, porque por sementeira têm sido obtidas poucas plantas; que todos os anos têm sido feitos viveiros, à data com 1793 plantas (974 portuguesas e 819 estrangeiras).

Em 1878, o Visconde de Vila Maior solicita a Júlio Henriques elementos sobre «a nossa escola ampelographica»⁴⁰ para elaborar o relatório destinado ao conselheiro Rodrigo Moraes Soares, secretário e diretor-geral da Repartição de Agricultura do MOPCI, possivelmente para justificar o subsídio concedido pelo governo, e admitimos que também pelo interesse pessoal que Moraes Soares diversas vezes manifestara pela Escola Ampelográfica, em cartas endereçadas ao Visconde de Vila Maior.

³⁸ *Catálogo Alfabético da Escola Ampelographica*, 1876.

³⁹ VILA MAIOR, 1881: 487.

⁴⁰ VILA MAIOR, 1878.

O detalhado relatório, elaborado com a colaboração de Júlio Henriques e de Adolfo Möller, foi enviado ao diretor-geral do Comércio e Indústria do MOPCI, tendo sido também publicado na revista «O Instituto», por ser «documento interessante à história da escola ampelographica»⁴¹.

3. AS PRAGAS DAS VINHAS: O OÍDIO E A FILOXERA

Em Portugal, a evolução da produção do vinho foi perturbada por pragas biológicas que «quebraram por algum tempo a tendência de crescimento das colheitas e aumentaram os custos de produção por causa dos tratamentos químicos e da replantação das vinhas a que foi necessário recorrer para as combater»⁴².

A praga do oídio, na década de 1850, se, por um lado, provocou «quebras drásticas e prolongadas» na produção de vinho, por outro, «marcou o momento de viragem da viticultura portuguesa»: acelerou o processo de rejuvenescimento das vinhas, com novas plantações a serem feitas em linha e com maior espaçamento entre bacelos; aperfeiçoaram-se práticas e técnicas culturais; melhoraram-se os processos de vinificação; desenvolveram-se novos estudos sobre a fisionomia das cepas; e a identificação das doenças das vinhas permitiu «apurar as castas mais resistentes ao oídio e as mais adequadas às características geomorfológicas e climatéricas de cada região»⁴³. Em consequência, começou a desenhar-se a carta vinícola nacional e a concentração de vinhas.

Nas décadas seguintes, a filoxera foi o maior flagelo das vinhas europeias, mormente em França, mas, em Portugal, manteve-se circunscrita às vinhas do Douro até finais da década de 1870⁴⁴.

*Esta praga tinha sido detectada em França em 1863; foi introduzida na Europa com as vides americanas. Era provocada por um insecto, à época designado Phylloxera vastatrix [sinónimo actual: Dactylosphaera vitifoliae], que se apresenta sob diversas formas e multiplica as suas colónias muito rapidamente. A destruição da vinha efectuava-se a uma velocidade variável de acordo com as condições climatéricas e a natureza do solo, mas na região duriense concretizava-se ao fim de 5 a 6 anos. A destruição da vinha duriense, na sequência do ataque deste insecto, foi devastadora*⁴⁵.

Em julho de 1870, o «Jornal de Horticultura Prática», pelo punho de Oliveira Júnior, reportava que «Entre nós, felizmente, não há indício algum de tão assoladora

⁴¹ VILA MAIOR, 1878-1879: 17-28.

⁴² MATA, VALÉRIO, 2003: 159.

⁴³ MARTINS, 2005: 233-235.

⁴⁴ MARTINS, 1991: 659.

⁴⁵ LAGE, 2013b: 116.

doença» e «Oxalá que tal nunca suceda, pois seria isso uma verdadeira calamidade para os nossos vinhedos, dos quaes ainda não desapareceram de todo os vestígios do outro contágio, o *oidium*, que tantos estragos fez nêlles»⁴⁶.

Os ecos da propagação da filoxera em França iam chegando ao Visconde de Vila Maior através da sua rede de conhecimentos internacionais. Em 27 de janeiro de 1871, V. Pulliat, da Société Régionale de Viticulture de Lyon, dá nota que a marcha lenta da filoxera nas vinhas francesas lhe dá alguma esperança e gostaria de acreditar que o desastre será apenas na zona meridional do Rhône, não se alargando ao resto da França⁴⁷.

Em carta de 26 de junho de 1873, Rodrigo de Moraes Soares agradeceu ao Visconde de Vila Maior a informação sobre a nova moléstia das vinhas, e disse antever, senão a destruição completa dos vinhedos atuais, pelo menos uma grande devastação. Diz ter mandado inspecionar as vinhas do Douro atingidas e aguardar mais esclarecimentos sobre a «singular» filoxera. Em *post scriptum* diz que o amigo comum, António Augusto de Aguiar, a quem mostrara a carta do Visconde de Vila Maior, informara que «o bicho é um *acarus* já conhecido em algumas vinhas das vizinhanças de Lisboa»⁴⁸.

Num país onde a viticultura se encontrava em expansão e o vinho constituía a principal produção agrícola, é natural que a filoxera fosse encarada quase como uma «calamidade nacional»⁴⁹.

As pragas do oídio e da filoxera (e, mais tarde, do míldio) «acabariam por contribuir para uma profunda renovação das técnicas de vitivinicultura e vinificação do Vinho do Porto, no século XIX»⁵⁰. A importância económica da cultura da vinha em Portugal e o conhecimento dos prejuízos causados em França pela nova praga da filoxera motivaram a produção de muita informação e publicações sobre o assunto. Contam-se diversos artigos da autoria do Visconde de Vila Maior publicados no «Jornal de Horticultura Prática», inclusive artigos com desenhos da filoxera, da autoria de Planchon e Lichtenstein, bem como a divulgação da investigação realizada noutros países, nomeadamente em França.

Por seu lado, o governo nomeou, em 1872, uma comissão presidida por Moraes Soares para propor as medidas que achasse necessárias no combate à doença, tendo sido criada uma comissão antifiloxera com duas delegações regionais⁵¹. O Visconde de Vila Maior integrou a delegação de Coimbra dessa comissão, a que se seguiram várias outras. Mais tarde, Oliveira Pimentel presidiu à comissão de estudo e tratamento das vinhas do Douro (com sede no Porto), criada por decreto governamental de 7 de agosto de 1878.

⁴⁶ OLIVEIRA JÚNIOR, 1870: 139.

⁴⁷ SOCIÉTÉ RÉGIONALE DE VITICULTURE DE LYON, 1871.

⁴⁸ SOARES, 1873.

⁴⁹ MARTINS, 1991: 654.

⁵⁰ LAGE, 2013b: 116.

⁵¹ MARTINS, 1991: 656.

Em agosto de 1877, realizou-se, em Lausanne, o «Congrès Phylloxérique International», no qual participaram os portugueses Manoel Paulino de Oliveira, entomólogo, professor da Universidade de Coimbra e autor de *Le Phylloxera et le sulfure de carbone en Portugal*⁵², e o Visconde de Coruche.

Onze anos após o flagelo da filoxera assolar e devastar os mais celebrados vinhedos de França (em 1877, eram 28 os departamentos afetados e, em novembro 1878, chegavam aos 39) e de Portugal, o governo português apresenta uma proposta de lei elaborada pelo MOPCI e publicada a 17 de março de 1879.

N.º 84 — Q (*Imprensa Nacional* — 1879)

Proposta de Lei

Artigo 1.º É o governo auctorizado, depois de ouvidas as estações que tiver por mais competentes:

- 1.º A decretar as medidas e regulamentos necessários para pôr em execução a convenção internacional de Berne de setembro de 1878 e em geral quaisquer providencias que tenham por fim combater o phylloxera vastatrix e obstar á sua invasão e propagação;*
- 2.º A conceder a entrada livre de direitos e o transporte gratuito nos caminhos de ferro do estado das substancias e adubos destinados ao tratamento das vinhas atacadas pelo phylloxera;*
- 3.º A instituir concursos e conceder prémios aos proprietários ou vicultores que mais se distinguirem no tratamento e reconstituição das vinhas infestadas.*

Art. 2.º A ninguém é lícito resistir, ou pôr impedimentos de qualquer ordem, ao exame e a quaisquer trabalhos de investigação a que as commissões ou os delegados nomeados pelo governo entendam conveniente proceder com o fim de reconhecer a existencia do phylloxera em vinhas ou videiras suspeitas de inficionadas.

Art. 3.º Se em alguma região vinícola considerada indemne apparecer algum fóco ou nodoa phylloxerica, o governo ordenará immediatamente que se proceda á prompta e completa extincção do mesmo fóco ou nodoa, por conta do estado, não podendo a isso opor-se o proprietário ou quem suas vezes fizer. O governo porém concederá uma indemnização pelos prejuizos causados, sob proposta das estações competentes.

Art. 4.º Aos indivíduos que transgredirem as disposições d'esta lei ou dos regulamentos que forem decretados para a sua execução, será impostas correccionalmente multas que poderão variar entre os limites de 10 000 réis e 100 000 réis, conforme a gravidade da transgressão.

⁵² OLIVEIRA, 1879: 39.

Art. 5.º Fica o governo auctorizado a despende no futuro anno económico de 1879-1880 até á quantia de 25 000 000 réis, com applicação aos serviços designados nêsta lei ou nos seus regulamentos, devendo propor para cada um dos anos futuros a verba que julgar necessária.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrario.

*Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em 17 de março de 1879*⁵³.

Na Convenção Internacional de Berna, de 17 de setembro de 1878, estabeleceram-se os cuidados a ter com a vigilância nas regiões indemnes, providenciando escrupulosamente sobre a introdução e as condições de transporte das plantas e objetos que pudessem servir de veículo para a propagação da filoxera. O combate entretanto realizado contra a dita praga mostrava que era possível reconstituir os vinhedos devastados pela filoxera, por meio de processos economicamente praticáveis, e perfeitamente exequível a extinção de um foco ou nódoa filoxérica em regiões consideradas indemnes.

O mesmo decreto-lei afirmava que, em Portugal, a filoxera começara os seus estragos em 1868 sob a forma de um mal inteiramente desconhecido, e só em 1872 ficara demonstrada a existência da filoxera como causa única do mal, até então ainda limitado à bacia hidrográfica do Douro. No entanto, importava combater o mal não só na região do Douro, procurando restaurar e reconstituir as vinhas atacadas, como impedir a propagação do flagelo às vinhas ainda isentas, e destruir, apenas reconhecida, qualquer nódoa ou foco que aparecesse em qualquer região havida por indemne.

Nesse sentido, o governo português sentiu a necessidade de passar a letra de lei o que dizia respeito à precaução e à vigilância da praga filoxérica, mas também aos processos empregados no curativo ou extinção do mal, formulados em harmonia com a convenção internacional de Berna, no que respeitava aos meios para obstar à invasão e propagação da filoxera. O governo português afirma que fará a sua parte, nomeadamente através da constituição de uma comissão central, simultaneamente consultiva ou executiva, auxiliada por comissões locais. O Estado ficava autorizado a exercer maior vigilância nas vinhas ainda isentas do flagelo para, sem impedimentos de qualquer natureza, empregar os meios para extinguir sem perda de tempo qualquer foco de infeção que fosse descoberto nas regiões vinhateiras consideradas incólumes, e apostava na criação de postos experimentais no Douro, com técnicos competentes que ensaiassem medicamentos para os proprietários tratarem as suas vinhas.

⁵³ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1879: 862.

3.1. As «nodoas phylloxericas» na Escola Ampelográfica do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e os tratamentos com sulfureto de carbono

Face à ameaça da expansão da filoxera para além do Douro, o Visconde de Vila Maior reafirmava, em 1879:

É escusado insistir na importância da Escola Ampelographica anexa ao Jardim Botânico, e de quanto ella está ja sendo útil á viticultura sem mesmo notar que poderá ella vir a ser da maxima utilidade para ali se fazerem estudos e ensaios com o fim de combater a praga da phyllozera, se tivermos a infelicidade de ver que a sua invasão se estende a estas regiões, até hoje indemnes⁵⁴.

Contudo, em 1880, foi registada a presença da filoxera na Escola Ampelográfica do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, confirmando as suspeitas motivadas pela fragilidade de algumas videiras. Escreve o Visconde:

no Jardim de Coimbra só em 1880, e na parte da vinha em que se haviam plantado os bacellos vindos do Douro, é que ella [filoxera] se tornou patente pelos seus effeitos. Dez anos gastou a colonia phylloxerica para se constituir e revelar a sua existência no Jardim da Universidade⁵⁵.

Face à evidência das «nodoas phylloxericas», foram efetuados os tratamentos conhecidos mais eficazes de combate à filoxera, concretamente aplicação de sulfureto de carbono ao solo, detalhadamente descritos por Júlio Henriques⁵⁶ e pelo Visconde de Vila Maior⁵⁷. Ainda assim, Júlio Henriques dirigiu «uma comunicação circunstanciada do aparecimento do *phylloxera* à ilustrada redacção do “Journal d’Agriculture Pratique”. [...] A resposta sugeriu a manutenção da vinha com aplicação dos tratamentos»⁵⁸.

As respostas dos editores da revista⁵⁹, publicadas com a carta de Júlio Henriques, desaconselharam a destruição da vinha, sugerindo a aplicação de novo tratamento com sulfureto de carbono no inverno, o qual foi aplicado.

Na verdade, os resultados dos tratamentos foram encorajadores:

⁵⁴ VILA MAIOR, 1879.

⁵⁵ VILA MAIOR, 1881.

⁵⁶ HENRIQUES, 1880a.

⁵⁷ VILA MAIOR, 1881.

⁵⁸ HENRIQUES, 1880a: 11.

⁵⁹ HENRIQUES, 1880b.

*A Collecção Ampelographica onde, se manifestou uma nodoa phylloxerica relativamente considerável, e que foi logo tratada pelo sulfureto de e que ainda no ultimo inverno recebeu um novo tratamento, apresenta hoje [1881] todos os indícios de regeneração, e nella se não tem ultimamente encontrado uma só phylloxera, mostrando-se alem d'isso esperançosa a formação de novas raízes*⁶⁰.

Também o Visconde de Villar d'Allen, presidente da Comissão Central Filoxera nomeada em 1880, expressou satisfação por saber que «os tratamentos executados no jardim botânico com o sulfureto de carbono produziram o desejado resultado [...] embora seja necessário combater ainda alguma pequena reinvasão»⁶¹.

Em março de 1882, um ofício do MOPCI, assinado por Silvestre Bernardo Lima, determinava a inspeção da coleção e da vinha do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Em dezembro do mesmo ano, a Comissão Central Anti-Filoxérica do Norte determinou o arrancamento da vinha, através de ofício do MOPCI, Repartição de Agricultura, de 20 de dezembro de 1882. Neste ofício, o presidente da Comissão Anti-Filoxérica do Norte autorizava o dispêndio de verba para os trabalhos de arrancamento da vinha e ordenava a entrega de um injetor e de dois barris de sulfureto de carbono.

Não pôde Júlio Henriques contrariar ordens superiores, pelo que, e apesar das evidências de sucesso dos tratamentos, se procedeu, no inverno de 1882, ao arrancamento da vinha. Vencido, mas não convencido, Júlio Henriques solicitou um relatório oficial que permitisse avaliar os efeitos dos tratamentos efetuados com sulfureto de carbono⁶².

Nesse relatório, o inspetor informou que:

*de quasi todas as castas da colecção de videiras [...] especialmente as estrangeiras, foram colhidas nos pés mais robustos bons bacelos ou estacas e mandadas para a Estação ampelo-phylloxerica da Regoa afim de ali reorganizar a mesma colecção, visto nenhum perigo advir à região da Estação referida, também phylloxerada [...]. Nenhuma intervenção directa teve o director do Jardim nos trabalhos de destruição da vinha*⁶³.

E, assim, a «vinha das vinhas», como Morais Soares apelidara a Escola Ampelográfica do Jardim Botânico em carta dirigida ao Visconde de Vila Maior (1877)⁶⁴, uma coleção única em Portugal, sucumbiu perante a ameaça da filoxera e o zelo excessivo da Comissão Anti-Filoxérica do Norte.

⁶⁰ VILA MAIOR, 1881.

⁶¹ COMISSÃO CENTRAL DA FILOXERA, 1881.

⁶² HENRIQUES, 1883-1884: 264.

⁶³ COMISSÃO CENTRAL ANTI-FILOXÉRICA DO NORTE, 1883a; HENRIQUES, 1883-1884.

⁶⁴ SOARES, 1877.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1996, Gaspar Martins Pereira chamava a atenção para a importância da «criação de um Arquivo Histórico do Vinho do Porto» tal a dispersão, desorganização e «dificuldades de acesso ou mesmo inacessibilidade» de fontes de informação sobre o tema⁶⁵.

Embora (ainda) não tenha sido possível apurar a razão da existência do Arquivo do Visconde de Vila Maior e do Arquivo da Família Oliveira Pimentel no Arquivo de Botânica do Departamento de Ciências da Vida (DCV) da Universidade de Coimbra, o seu tratamento arquivístico e a sua disponibilização *online* foi do interesse da instituição e possibilitado com o projeto *O Arquivo Pessoal e Familiar do Visconde de Vila Maior — preservar memória, divulgar o passado*, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 2015⁶⁶. A existência do arquivo do Visconde de Vila Maior no DCV é bem demonstrativa da dispersão de arquivos relacionados com o vinho e a vinha em Portugal. Possivelmente, a forte ligação do reitor ao Jardim Botânico da universidade, muito por causa da fundação da Escola Ampelográfica, será a razão pela qual o arquivo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel terá ficado no Arquivo do Instituto Botânico, atualmente o DCV da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra⁶⁷.

O estabelecimento de uma Escola Ampelográfica no Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (1870-1882) deveu-se à nomeação governamental do Visconde de Vila Maior como reitor da universidade (1869-1884).

Personalidade universal pela amplitude dos seus interesses e realizações, dedicou, mercê da sua formação em química e das origens familiares, particular atenção ao estudo da viticultura, da ampelografia e da enologia do Douro vinhateiro. A sua determinação em dotar o país de uma coleção de castas de videiras que permitisse a respetiva preservação, caracterização e estudo da sinonímia, encontrou no Jardim Botânico local adequado e colaboradores dedicados e empenhados: Júlio Augusto Henriques e Adolpho Möller. Compreensivelmente, a coleção iniciou-se com castas do Douro, mas no período de dez anos reunia 128 castas portuguesas (do continente), 18 da Madeira e 121 castas estrangeiras, e era, à época, a única coleção do género no país. Diversos manuscritos do arquivo do Visconde de Vila Maior indicam claramente que os outros objetivos cumprir-se-iam a breve trecho, com a descrição metódica e o estudo da sinonímia das referidas castas.

A praga da filoxera impediu tal desígnio, embora pudesse não ter sido assim. O químico Visconde de Vila Maior e o botânico Júlio Henriques estavam perfeitamente a par do conhecimento científico da época sobre a filoxera e dos métodos de combate da praga, tendo os tratamentos da vinha sido efetuados logo que as nódoas filoxéricas

⁶⁵ PEREIRA, 1996b: 155.

⁶⁶ SILVA, 2020.

⁶⁷ SILVA, GOUVEIA, GONÇALVES, 2016: 4.

foram identificadas. Contudo, o veredito final da comissão regional antifloxérica determinou o arranque da vinha em 1882, ignorando os resultados encorajadores dos tratamentos e destruindo, assim, a única coleção ampelográfica nacional. Num país em que a viticultura e a enologia assumiam, e continuam a assumir, grande relevância social e económica, apenas em 1944 foi instalada uma coleção ampelográfica na Estação Vitivinícola Nacional, tendo sido arrancada em 1968⁶⁸.

Finalmente, em 1988, mais de cem anos depois da Escola Ampelográfica do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, foi instalada a atual Coleção Ampelográfica Nacional (CAN), no Polo de Dois Portos do INIAV, com os objetivos de preservação da diversidade genética intervartietal da videira em Portugal e de contribuir para resolver os problemas de sinonímia e homonímia existentes nas diferentes regiões vitivinícolas do país⁶⁹.

No vigésimo aniversário da classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial, este trabalho procura ser um contributo mais para a história da ampelografia, da viticultura e da enologia em Portugal.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo de Botânica da Universidade de Coimbra (PT-UC-FCT-DCV-ABUC)

ABUC. *Direção* (SC).

ABUC. *Direção* (SC), *Correspondência recebida* (SR).

COMISSÃO CENTRAL DA FILOXERA (1881). [*Carta*] 1881 jul. 20 [a] Júlio Henriques.

COMISSÃO CENTRAL ANTI-FILOXÉRICA DO NORTE (1883a). [*Ofício*] 1883 fev. 22 [a] Júlio Augusto Henriques.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1880). [*Ofício*] 1880 [a] Júlio Augusto Henriques.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1882). [*Ofício*] 1882 dez. 22 [a] Júlio Augusto Henriques.

VILA MAIOR, Visconde de (1877). [*Carta*] 1877... [a] Júlio Augusto Henriques.

ABUC. Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior.

ABUC. Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior. *Catalogo Alfabético da Escola Ampelographica*, 1876.

ABUC. Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior. *Reitor* (SC), *Colecção das castas de vinha*.

ABUC. Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior. *Reitor* (SC), *Correspondência recebida* (SR).

AGUIAR, António Augusto de (1875). [*Carta*] 1875 set. 16 [a] Visconde de Vila Maior.

COMISSÃO CENTRAL ANTI-FILOXÉRICA DO NORTE (1883b). [*Ofício*] 1883 fev. 22 [a] Visconde de Vila Maior.

HENRIQUES, Júlio (1877). [*Carta*] 1877 dez. 21 [a] Visconde de Vila Maior.

MÖLLER, Adolfo Frederico (1878). [*Carta*] 1878 jan. 3 [a] Visconde de Vila Maior.

SOARES, Rodrigo Morais (1873). [*Carta*] 1873 jun. 25 [a] Visconde de Vila Maior.

SOARES, Rodrigo Morais (1876). [*Carta*] 1876 abr. 21 [a] Visconde de Vila Maior.

SOARES, Rodrigo Morais (1877). [*Carta*] 1877 jul. 4 [a] Visconde de Vila Maior.

⁶⁸ GARCÍA-VEREDA, EIRAS-DIAS, 2020.

⁶⁹ GARCÍA-VEREDA, EIRAS-DIAS, 2020.

SÓCIÉTÉ RÉGIONALE DE VITICULTURE DE LYON (1871). [Carta] de 1871 jan. 27 [a] Visconde de Vila Maior.

ABUC. Arquivo do 2.º Visconde de Vila Maior. *Minutas de Correspondência expedida*.

VILA MAIOR, Visconde de (1879). [Minuta de carta] [a] Director-Geral do Comércio e Indústria.

BIBLIOGRAFIA

- FERNANDES, Adília (2013). *Júlio Máximo de Oliveira Pimentel: reitor da Universidade de Coimbra (1869-1884)*. «Revista CEPIHS». 3, 19-40.
- GARCIA, José Luís Lima (2013). *O Visconde de Vila Maior e algumas das mais relevantes exposições universais do século XIX*. «Revista CEPIHS». 3, 85-102.
- GARCÍA-VEREDA, Ignacio; EIRAS-DIAS, José Eduardo (2020). *Jardins e laboratórios de vinho: coleções Ampelográficas em Portugal (1873-1974)*. In GUERREIRO, Alberto et al., eds. *Enomemórias & Enoturismo. O Património Secular do Vinho. História, Tradição, Identidades*. Maia: ISMAI, pp. 167-189. (Cadernos de Turismo; 6).
- HENRIQUES, Júlio (1876). *Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- HENRIQUES, Júlio (1880a). *Phylloxera. Apontamentos*. Coimbra: Imprensa Académica. [Consult. 28 abr. 2022]. Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65441196/f45.item.r=henriques>>.
- HENRIQUES, Júlio (1880b). *Le phylloxera au jardin botanique de Coimbra*. «Journal d'Agriculture Pratique». 44:II, 39. [Consult. 28 abr. 2022]. Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65441196/f45.item.r=henriques>>.
- HENRIQUES, Júlio (1883-1884). *Relatório do professor da cadeira de Botanica*. «Anuário da Universidade de Coimbra», 249-266.
- HENRIQUES, Júlio (1922). *Necrologia: Adolfo F. Moller; Dr. José da Ascensão Guimarães; Dr. Blas Lazaro e Ibiza; Antonino Borzi; Sir Isaac Bayley Balfour*. «Boletim da Sociedade Broteriana». 2:1, 168-174.
- LAGE, Maria Otília Pereira (2013a). *Visconde de Vila Maior: figura histórica de elevado capital simbólico-social na política e na ciência. Perfil bio-bibliográfico*. «Revista CEPIHS». 3, 11-17.
- LAGE, Maria Otília Pereira (2013b). *O Douro Ilustrado do Visconde de Vila Maior: homem de ciência, cultura e ação (século XIX)*. «Revista CEPIHS». 3, 103-121.
- MARTINS, Conceição Andrade (1991). *A filoxera na viticultura nacional*. «Análise Social». XXVI: 112-113, 653-688.
- MARTINS, Conceição Andrade (2005). *A agricultura*. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da, orgs. *História Económica de Portugal 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 219-258. Vol. II: O Século XIX.
- MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno (2003). *História Económica de Portugal. Uma Perspetiva Global*. Lisboa: Editorial Presença.
- MOTA, Guilhermina (2011). *Um bolseiro em Paris em meados do século XIX: a preparação de um químico notável, o visconde de Vila Maior*. In FIOLEAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio, coords. *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 260-278. [Consult. 28 abr. 2022]. Disponível em <https://www.uc.pt/congressos/clbhc/actas_congresso/#http://www.uc.pt/congressos/clbhc/actas_congresso/>.
- MOTA, Guilhermina (2012). *O Visconde de Vila Maior: alguns apontamentos sobre a sua vida e ação*. «Biblos». X:2, 245-292.
- MOTA, Guilhermina (2013). *A ação do Visconde de Vila Maior enquanto químico: notas breves*. «Revista CEPIHS». 3, 77-83.

- MOTA, Guilhermina (2020). *A herança do 2.º Visconde de Vila Maior*. «Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra». XXXIII, 69-93. DOI: 10.14195/2182-7974_33_2_3.
- MOTA, Guilhermina (2021). *A livraria de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-1884), 2.º Visconde de Vila Maior*. «Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra». XXXIV:2, 91-245. DOI: 10.14195/2182-7974_34_2_5.
- OLIVEIRA, Paulino (1879). *Le Phylloxera et le sulfure de carbone en Portugal*. «Journal de l'Agriculture». (27 de setembro) 39.
- OLIVEIRA JÚNIOR, José Duarte (1870). *Phylloxera Vastratix*. «Jornal de Horticultura Prática». I, 139.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1989). *A produção de um espaço regional. O Alto Douro no tempo da filoxera*. «Revista da Faculdade de Letras — História». II:VI, 311-353.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1996a). *A região do vinho do Porto — origens e evolução de uma demarcação pioneira*. «Douro — Estudos e Documento». I:1,177-194.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1996b). *A Viticultura duriense e o vinho do Porto na época contemporânea (Notas para um programa de pesquisa)*. «DOURO — Estudos & Documentos». 1:2, 155-165.
- PIMENTEL, Júlio Máximo de Oliveira (2014). *Memórias — Visconde de Vila Maior*. Coimbra: Palimage.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1879). Lisboa: INCM, 862.
- REIS, Catarina Shreck *et al.* (2014). *No Jardim há Histórias Sem Fim*. Coimbra: Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra.
- RIVAS CALVO, Emílio; D'ABREU, Carlos (2013). *O iberismo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel e a defesa da união aduaneira*. «Revista CEPIHS». 3, 51-76.
- SAMBADE, Carlos (2013). *Os Oliveira de Pimentel de Moncorvo: notas para um memorial*. «Revista CEPIHS». 3, 41-49.
- SARDICA, José Miguel (2004). *Soares, Rodrigo Morais*. In MÓNICA, Maria Filomena, *dir. Dicionário Biográfico Parlamentar*. Lisboa: ICS, vol. III, pp. 776-777.
- SEQUEIRA, Eduardo (1891). *Adolpho Frederico Moller. Esboço biográfico*. «Jornal de Horticultura Prática». XXII, 18.
- SILVA, Ana Margarida Dias da (2017a). *Pressupostos teóricos e metodológicos aplicados aos arquivos pessoais: o caso do arquivo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2.º Visconde de Vila Maior*. In SANTOS, Eliete Correia dos; SILVA, Alzira Karla Araújo; CARVALHO, Ediane Toscano Galdino de, *org. Arquivologia: História, Tipologias e Práticas Profissionais*. Paraíba: EDUEPB, pp. 99-128.
- SILVA, Ana Margarida Dias da (2017b). «*De Vossa Excelência admirador e servo humilde*». *Catálogo da Correspondência recebida de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2.º Visconde de Vila Maior (1851-1884)*. «Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra». XXX, 133-268.
- SILVA, Ana Margarida Dias da (2020). *O arquivo da família Oliveira Pimentel, de Torre de Moncorvo (Séculos XVII-XIX): classificação e representação da informação*. In *Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, pp. 377-385.
- SILVA, Ana Margarida Dias da; GOUVEIA, António do Carmo; GONÇALVES, M. Teresa (2016). *Visconde de Vila Maior: o arquivo (s)em reserva. Catálogo da exposição documental*. Coimbra: Sociedade Broteriana.
- SILVA, D. A. Tavares da (1930). *Da Ampelographia*. «Anais do ISA». 13, 151-175.
- VILA MAIOR, Visconde de (1865-1869). *Preliminares de ampelographia e oenologia do país vinhateiro do Douro*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VILA MAIOR, Visconde de (1870a). *Estudos Ampelographicos (I)*. «Jornal de Horticultura Prática». I, 33-36.
- VILA MAIOR, Visconde de (1870b). *Estudos Ampelographicos (II)*. «Jornal de Horticultura Prática». I, 49-52.

VILA MAIOR, Visconde de (1870c). *Estudos Ampelographicos (III)*. «Jornal de Horticultura Prática». I, 65-68.

VILA MAIOR, Visconde de (1875). *Manual de viticultura practica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

VILA MAIOR, Visconde de (1876). *O Douro Ilustrado: album do Rio Douro e paiz vinhateiro: introdução e memoria descriptiva*. Porto: Magalhães & Moniz.

VILA MAIOR, Visconde de (1878-1879). *Notícia da Eschola Ampelographica do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*. «O Instituto». XXVI, 17-28.

VILA MAIOR, Visconde de (1881). *Manual de viticultura practica*. Porto: Ernesto Chardon.

INOVAÇÃO NA VITIVINICULTURA DURIENSE NA MUDANÇA DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX — JOSÉ TEIXEIRA REBELO JÚNIOR E O ESPUMANTE DE LAMEGO

ISILDA MONTEIRO*

CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA**

Resumo: *Nas últimas décadas, os estudos em torno da história da vinha e do vinho da região do Douro têm-se multiplicado, com destaque para o vinho do Porto, pela dimensão económica e social de que se reveste. Contudo, o Douro vinícola tem outras vertentes. O vinho espumante produzido na região com enquadramento empresarial constitui uma inovação na vitivinicultura duriense do final de Oitocentos, que merece ser analisado historicamente. Compreender como foi introduzida na região esta técnica de vinificação importada de França, identificar os protagonistas dessa inovação na vitivinicultura duriense, analisar as dinâmicas sociais e económicas de Lamego, cidade, onde, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, surgiu uma empresa de sucesso vocacionada para a produção de espumante, são os objetivos desta investigação. O estudo, cujas balizas cronológicas se situam entre as décadas de 1880 e 1940, baseia-se em diversas fontes, em especial fontes periódicas — jornais publicados em Lamego e no Porto —, mas também fontes arquivísticas públicas — registos paroquiais e notariais —, bem como fontes de arquivos particulares, familiares e empresariais. Nascido e criado em Lamego, José Teixeira Rebelo Júnior, juntamente com o sogro, Adelino Pereira do Vale, constituiu, nos últimos anos do século XIX, uma firma familiar que rapidamente se impôs no mercado nacional e brasileiro, trazendo no domínio vitivinícola uma nova imagem para a cidade e para a região. Do estudo realizado, ressalta a capacidade empreendedora destes homens que, aproveitando as oportunidades e buscando os apoios necessários, souberam procurar as técnicas e os produtos que se constituíssem como uma alternativa à crise vitivinícola que então grassava no Douro.*

Palavras-chave: *vinho espumante; Lamego; história empresarial; José Teixeira Rebelo Júnior; 1880-1947.*

Abstract: *In the last decades, studies on the history of vineyards and wine in the Douro region have multiplied, with emphasis on Port wine, due to its economic and social dimension. However, the Douro wine region has other aspects. The sparkling wine produced in the region with a business framework constitutes an innovation in Douro winemaking at the end of the 19th century, which deserves to be historically analyzed. To understand how this winemaking technique imported from France was introduced in the the region, to identify the protagonists of this innovation in Douro, to analyze the social and economic dynamics of Lamego, a city where, between the end of the 19th century and the first decades of the 20th century, a successful company dedicated to the production of sparkling wine emerged, are the goals of this research. The study, whose chronological landmarks are located between the 1880s and the 1930s, is based on several sources, especially newspapers (published in Lamego and Porto), but also archival sources, both public (parish and notarial records) as private, coming from family and business archives. Born and raised in Lamego, José Teixeira Rebelo Júnior, together with his father-in-law,*

* Professora Adjunta da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti (Porto) e Investigadora do CITCEM.

** Professora Associada com agregação no Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora Integrada do CITCEM.

Adelino Pereira do Vale, established, in the last years of the 19th century, a family firm that quickly settled itself in the national and Brazilian market, bringing a new image to the wine sector for the city and the region. This paper highlights the entrepreneurial capacity of these men who, taking advantage of opportunities and seeking the necessary support, knew how to look for techniques and products that would constitute an alternative to the wine crisis that was then raging throughout the Douro.

Keywords: *ampelography; viticulture; Viscount of Vila Maior; Júlio Augusto Henriques; personal archive.*

INTRODUÇÃO

Se é verdade que a historiografia sobre a vitivinicultura duriense, sobretudo relativa ao vinho do Porto, tem proliferado nas últimas décadas, não é menos incontestável que o estudo da produção do vinho espumante nessa região revela um défice assinalável, com especial relevância em Lamego e na região do Távora-Varosa, locais ainda não abordados no tocante a este assunto.

Na realidade, é praticamente inexistente a produção historiográfica sobre o vinho espumante no território português. Existe apenas escassa e dispersa bibliografia sobre a produção vinícola no Douro e na Bairrada, bem como informações pertinentes em *sites* de marcas de vinhos. Sobre o vinho espumoso produzido por Le Cocq, em Castelo de Vide, no início da década de 1850, há referências num artigo¹.

Nesta conformidade, colocam-se como objetivos primordiais deste estudo contextualizar o surgimento, no Douro, da produção do vinho segundo o método champanês, com a qualidade e a quantidade necessária para abastecer o mercado nacional e internacional, e, mais especificamente, identificar e compreender a ação de José Teixeira Rebelo Júnior no que concerne aos primórdios da produção do vinho espumante em Lamego. As fontes utilizadas são de natureza variada: arquivística, como registos paroquiais e notariais, assim como documentação do Arquivo das Caves da Raposeira; hemerográfica, com a consulta da imprensa lamecense, mas também de periódicos de Lisboa e do Brasil, além do «Diário do Governo»; e outras fontes impressas, concretamente diversos estudos sobre a viticultura e o vinho espumoso, tanto a nível nacional como especificamente no Douro, na segunda metade do século XIX e inícios do seguinte.

1. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO — OS VINHOS ESPUMOSOS EM PORTUGAL

A primeira metade de Oitocentos, já para o seu final, assistiu a experiências pontuais de produção de vinhos espumosos, todavia, sem menção ao método utilizado. Em 1844, num dos seus ensaios, Francisco Rubião evidenciou a importância do método na fabricação dos vinhos e criticou os portugueses por se fiarem quase exclusivamente no clima e terreno, descurando o que os especialistas recomendavam, desde os processos

¹ CANELAS, 2008.

à necessidade da sua constante inovação, acomodação ao gosto e moda, etc., situação que explicava os poucos progressos da enologia no país, ao contrário de França, que apontava como modelo neste domínio². Deu notícia que a fabricação dos vinhos espumosos vinha sendo tentada por alguns portugueses, mas esses ensaios, «feitos mais por curiosidade, não têm sido praticados em grande, posto que o seu trabalho tenha correspondido a todas as esperanças»³. Não indica, no entanto, claramente os métodos utilizados, fazendo apenas, ao longo do texto, pequenas referências a aspetos específicos da fabricação dos espumosos, como a altura do envasilhamento ou o estado de madureza da uva, pese embora fosse conhecedor do método utilizado na região de Champagne, já que, na vindima de 1831, visitara, em Epernay, o grande estabelecimento de fabrico e comércio de vinhos espumosos de Moët, que com ele partilhou, pelo menos, a fórmula das suas cubas de madeira⁴.

Num registo teórico pioneiro a nível nacional, João Baptista Lúcio indicou, com algum detalhe, requisitos, métodos e cuidados para imitar o «vinho de Champanhe»⁵, deixando uma exortação final à sua produção, pois, não obstante o seu grau de dificuldade, traria benefícios substanciais:

Não pretendo dissimular que em todas as operações do processo que fica descrito para a conversão dos nossos vinhos, em vinhos espumosos de Champanhe, se carece de muita inteligência e de génio empreendedor para adquirir-se uma boa prática; porém conseguida esta já não nos resta a vencer senão pequenas dificuldades que facilmente cedem diante de nossos pequenos esforços. Mas por que um trabalho apresenta graves inconvenientes, devemos nós sucumbir diante destes, e abandonar a esperança de avultados lucros, e mesmo a honra, que daquele trabalho nos podem provir? Seremos nós menos capazes de conceber e executar, do que o são os estrangeiros? Decerto não. Não foram já os povos da Borgonha, os da Alemanha, e outros, nesta parte imitadores dos povos de Champanhe, onde há um século não era conhecido o meio de preparar vinhos espumosos, e cujos processos talvez se devam ao acaso? Pois bem, sigamos nós igualmente aqueles exemplos, demos novas forças ao nosso comércio de vinhos, e subtraímo-nos ao oneroso imposto que deste género pagamos aos estrangeiros⁶.

Prova de que havia preocupação em ensinar estes processos encontra-se no vasto programa da cadeira de Engenharia e Artes Agrícolas que João Andrade Corvo regeu no Instituto Agrícola de Lisboa, no ano letivo 1853-1854: uma alínea relativa ao ponto

² RUBIÃO, 1844: VIII-XII.

³ RUBIÃO, 1844: 13, nota 1.

⁴ RUBIÃO, 1844: 205.

⁵ LÚCIO, 1846: 50-62.

⁶ LÚCIO, 1846: 61-62.

«Líquidos fermentados» referia-se aos processos empregados em Portugal na fabricação de vinho branco e concluía com a específica menção: «Dos vinhos espumosos»⁷. Neste instituto, químicos destacados como Ferreira Lapa ou António Augusto de Aguiar, que desenvolveram importantes estudos que em beneficiaram a qualidade dos vinhos portugueses, seriam regentes de cadeiras.

Certas obras aludiam aos vinhos espumosos de forma mais ou menos indireta, como no livro *Enxofre e Vinho*, onde António Batalha Reis sublinhou que estes vinhos, «sujeitos a um contínuo desenvolvimento de ácido carbónico, a que o mercado está habituado e que estima por alto preço», não se deviam enxofrar, pois inibia a fermentação que lhes fornecia o ácido carbónico «pelo constante desdobraimento do açúcar, e que lhe faz subir o valor»⁸.

Aliás, a especificidade do ácido carbónico foi matéria recorrentemente abordada nas obras da época que analisavam os processos químicos da produção vinícola, como é exemplo o estudo de farmácia de Magalhães Ferraz que, entre outros esclarecimentos, evidenciava que os ácidos eram produtos secundários na composição dos vinhos, «a não ser o ácido carbónico nos vinhos espumosos»⁹.

Por meados da centúria, no Alentejo, João José Le Cocq produziu, a título experimental, vinho espumoso na sua Quinta do Prado, em Castelo de Vide, que enviou para a *Exposição Universal de Paris*, de 1855¹⁰. Já para a *Exposição Universal de Londres*, de 1862, o vitivinicultor francês enviou amostras de «vinho gasoso» de 1858 e 1859. Nos certames internacionais que se realizaram posteriormente — Londres (1874)¹¹, Filadélfia (1876) e Paris (1878) —, a produção da Quinta do Prado esteve representada por vários tipos de vinhos — tinto, branco, moscatéis, entre outros —, mas não por espumosos ou gasosos¹².

Em 1852, na segunda edição da sua multifacetada obra sobre a Estremadura¹³, o espanhol José de Viu referiu-se à visita que fez à Quinta do Prado de Le Cocq, deixando informações interessantes sobre o vinho «semelhante ao Champanhe» que aí se produzia:

Cada una de las variedades es cultivada, vendimiada y prensada con separación; y luego, ya mezclando, ya combinando, o ya fabricando á parte y con todo conocimiento, resulta que [Le Cocq] siempre tiene provista su bodega de excelente Porto, Madeira, Jerez, Málaga, y de otro gaseoso muy semejante al Champaña,

⁷ PORTUGAL, 1853: 1035.

⁸ REIS, 1871: 48.

⁹ FERRAZ, 1876: 48.

¹⁰ *Catalogo dos Productos da Agricultura, e Industria Portuguesa [...]*, 1855: 20.

¹¹ Como confirmado em *Breve Noticia da Viticultura Portuguesa [...]*, 1874, sem qualquer menção à representação portuguesa de vinhos espumosos.

¹² CANELAS, 2008: s.p.

¹³ A primeira edição tinha sido publicada em 1846.

*acreditado en Lisboa con el nombre particular de vino de Prado. Para la preparación en general usa de diferentes máquinas de su invención, y pisa y exprime con facilidad, con economía e con sumo aseo*¹⁴.

Pode depreender-se destas palavras que Le Cocq não usaria o método champanhês; era um homem que gostava de inovar na agricultura e, como Viu não deixou de mencionar, utilizava máquinas que o próprio criava.

O barão de Forrester, por sua vez, apresentou vinhos espumosos na *Exposição Agrícola do Porto*, de 1860, os quais «não ficaram muito abaixo dos melhores *Sillery*», como o especialista químico Ferreira Lapa deixou registado numa obra de 1874, que muito espaço dedicou às questões técnicas relativas à produção dos espumosos: referimo-nos ao estudo de Ferreira Lapa que versava o amplo tema da tecnologia rural, em cujo capítulo VII — *Vinhos especiais* —, depois de abordar os brancos e os moscatéis, demorou-se na exposição sobre os espumosos da região de Champagne, mas sem esclarecer os métodos usados por Forrester ou qualquer outro produtor português¹⁵.

Em 1861, uma tabela publicada no diário oficial indicava os direitos a pagar pelos géneros de produção portuguesa e estrangeira em função da tarifa das alfândegas brasileiras fixada pelo decreto de 3 de novembro de 1860, e entre esses produtos encontravam-se os «vinhos espumosos de qualquer qualidade», por sinal, excetuados de 50% mais que pagavam os restantes vinhos engarrafados ou acondicionados em vasilhas de vidro ou louça¹⁶.

Nesta altura, a produção de vinhos espumosos era, pois, muito residual, confinada a casos esporádicos de experimentação mais audaz, longe de metodologias consagradas ou quantidades significativas. Não surpreende que a comissão que estudou os processos de vinificação em Portugal, nas vindimas de 1866 e 1867, em visitas aos locais, não tivesse referido os vinhos espumosos¹⁷. No final da década de 1880, Pereira Coutinho testemunhou isso mesmo, no Douro produziam-se vinhos espumosos a título experimental e, em Lisboa, vendia-se vinho espumoso dos Le Cocq, produzido em Castelo de Vide, o qual se apresentou em ótimas condições na exposição de 1884, na Tapada da Ajuda, onde obteve medalha de prata¹⁸.

A aposta nos vinhos espumantes derivou da conjuntura recessiva causada pela filoxera, que, no Douro, constituiu uma oportunidade de inovação nos processos e técnicas de vinificação, como Conceição Martins bem frisou, e no âmbito da qual se inseriu a introdução do método champanhês para produzir vinho espumoso, embora a referida autora não mencione nunca os vinhos espumosos:

¹⁴ VIU, 1852: 256-257. Optou-se pela atualização da grafia das transcrições das fontes documentais.

¹⁵ LAPA, 1874: 314-320.

¹⁶ «Diário de Lisboa», 15 jan. 1861: 105.

¹⁷ *Memoria sobre os Processos de Vinificação* [...], 1867; *Segunda Memoria sobre os Processos de Vinificação* [...], 1868.

¹⁸ COUTINHO, 1889: 274.

De facto, as sucessivas doenças que atingiram as vinhas a partir da década de 1850 (oídio, filoxera, míldio, maromba, antracnose, etc.) funcionaram como fatores de aceleração da introdução, divulgação e generalização de novas práticas culturais e de processos e técnicas de vinificação mais aperfeiçoados, e contribuíram decididamente para a modernização da vitivinicultura portuguesa¹⁹.

2. A REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL E A IMPLEMENTAÇÃO, NO DOURO, DO MÉTODO CHAMPANHÊS PARA A PRODUÇÃO DE VINHOS ESPUMOSOS

Na região duriense, a criação da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, no final da década de 1880, veio intensificar o debate em torno da questão vinícola, acentuando a divergência de posições entre produtores, defensores da implementação de um sistema de regulação protecionista, e exportadores de vinhos, adeptos da manutenção do livre-cambismo. Ambicionada pelos primeiros e criticada pelos segundos, a Real Companhia Vinícola, sociedade anónima de responsabilidade limitada, viu-se enredada num complexo jogo de interesses e poder que, com cedências e reajustes, acabou por vencer.

Suplantado o primeiro obstáculo — o recuo do governo progressista de Luciano de Castro, por pressão da Associação Comercial do Porto²⁰, que obrigou à assinatura de um novo contrato, em 15 de março de 1889²¹, menos vantajoso, de acordo com o Conde de Samodães²², do que o anterior, celebrado em 5 de dezembro de 1888 —, seguiu-se-lhe um segundo obstáculo que também veio a ultrapassar. Em novembro desse mesmo ano, após a denúncia de Rodrigues de Freitas na imprensa²³, o governo considerou o referido contrato de 15 de março nulo e sem efeito, alegando o incumprimento do prazo de noventa dias contratualmente definido para a sua constituição (art.º 8.º) e a aquisição indevida de ações pela Liga dos Lavradores do Douro²⁴. O processo arrastou-se pelos meses seguintes até que, em 22 de junho de 1890, na sequência do recurso apresentado pela companhia, esta foi considerada legalmente constituída por sentença do Tribunal Arbitral²⁵, embora, segundo a direção, isso não tenha ditado o final da luta²⁶.

Em todo este processo, foi determinante o prestígio social e político dos homens que idealizaram e fundaram a companhia — o Conde de Samodães, o Visconde de Vilar de Allen, Manuel Duarte e José Joaquim Guimarães Pestana da Silva, Manuel de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Joaquim Pinheiro de Azevedo Leite, António

¹⁹ MARTINS, 2008: 69.

²⁰ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO, 1889.

²¹ PORTUGAL, 1889c: 813-814.

²² SAMODÃES, 1889: 4-5.

²³ FREITAS, 1890.

²⁴ SAMODÃES, 1889.

²⁵ *Processo arbitral* [...], 1890: 35-46.

²⁶ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1891: 47.

Carlos Correia Pinto de Lemos e José Taveira de Carvalho Pinto de Meneses. Grandes proprietários, a maioria destes homens integrava a elite duriense que, no final do século XIX, se empenhou «fortemente nas reivindicações regionais de intervenção do Estado, [...] suscitando agitação política e social»²⁷. Foram eles que negociaram com o poder político o apoio financeiro e o seu campo de ação, elaboraram os estatutos aprovados em 30 de março de 1889²⁸, asseguraram a sua defesa e, assumindo os cargos diretivos, a puseram em funcionamento para dar cumprimento ao contrato celebrado com o governo e às cláusulas estatutárias. No contrato celebrado em 15 de março de 1889, estipulava-se que além dos objetivos gerais, a companhia tinha a obrigação de:

*desenvolver o comércio de exportação de vinhos da sua circunscrição e dos tipos comerciais de lotação para o império da Alemanha, estabelecendo para isso um depósito comercial em Berlim, no qual exclusivamente estarão armazenados e expostos ao público os vinhos da companhia e os dos produtores e comerciantes portugueses, e cuja propaganda e vulgarização na Alemanha ficará a cargo da nova companhia*²⁹.

O depósito de Berlim seria constituído por armazéns situados nessa cidade e por aqueles que a companhia entendesse dever estabelecer em Hamburgo ou num outro qualquer porto da Alemanha. A estes, deveria juntar outros três, no período de quinze anos, na Alemanha ou nos países onde convier e se acordar com o governo³⁰.

Compreensivelmente mais alargados são os objetivos exarados nos «Estatutos da Real Companhia Vinícola», entre os quais, no âmbito deste estudo, se destacam:

- comprar vinhos nacionais e vendê-los no país e no estrangeiro, «conservando-lhes a justa fama, empregando todos os meios para que eles cheguem aos seus comitentes, puros, genuínos e em conformidade com as ordens recebidas»;
- sustentar o crédito dos vinhos portugueses onde eles já fossem conhecidos e levá-los aonde o não fossem;
- explorar o mercado alemão, estabelecendo ali depósitos comerciais, especialmente com vinhos de região e em lotes, e organizando tipos definidos, que pudessem ter mais larga exportação;
- fazer exportação e venda dos vinhos portugueses ou com o nome da região produtora, ou, quando lotados, com a indicação genérica de vinho português;
- receber nos seus depósitos gerais especiais vinhos dos produtores que aí os quisessem depositar e exercer as funções de agência, como intermediária entre

²⁷ SEQUEIRA, 2011: 263.

²⁸ PORTUGAL, 1889b: 796-799.

²⁹ PORTUGAL, 1889c: 814, art.º 3.º.

³⁰ PORTUGAL, 1889c: 814, art.º 3.º.

os produtores e compradores, para a venda dos seus vinhos e de acordo com as ordens recebidas;

- promover o aperfeiçoamento da viticultura e do fabrico dos vinhos, publicando instruções para esclarecer os processos que se deviam empregar, conforme os gostos dos mercados a que se destinavam³¹.

Entre os fundadores da Real Companhia Vinícola, dois nomes assumem especial relevância — o do Conde de Samodães e o do Visconde de Vilar de Allen. Enquanto o primeiro — Par do Reino, figura de destaque na sociedade portuense, com uma intensa atividade associativa e política, tendo desempenhado, entre 1851 e 1871, as funções de deputado, ministro da Fazenda e governador civil³² — assumiu, por diversos meios, a defesa da empresa³³, o Visconde de Allen foi, enquanto enólogo, o homem no terreno.

Responsável pela gerência técnica, Allen ocupou os primeiros meses de exercício da sua função com uma viagem pela Europa — a Berlim, Hamburgo e Paris, para estabelecer depósitos comerciais; a Roterdão para estabelecer uma agência da companhia; a Londres para lançar as bases do comércio com a Inglaterra. Deste périplo, trouxe, além das bases dos contratos a fazer, «os seus apontamentos, os seus estudos e informações»³⁴, que certamente terá tido em conta na «prova, análise e exame de amostras, administração de armazéns, preparação de lotes e tipos e expedição de vinhos para exportação para o estrangeiro e consumo no país»³⁵. Os membros do conselho fiscal, no parecer que emitiram sobre o relatório elaborado pela direção relativo a 1889, o primeiro ano da Real Companhia Vinícola, sublinharam a acreditação de novos tipos de vinho de consumo como um objetivo definido pela empresa para destacar o papel essencial desempenhado por Allen, «distinto enólogo», na «criação e formação de verdadeiros tipos de vinho de consumo»³⁶, alguns dos quais já lançados pela companhia no mercado e que «constituem grande esperança»³⁷. Por essa razão, propuseram um voto especial de louvor ao Visconde de Allen em reconhecimento dos serviços prestados à empresa em 1889³⁸, voto esse que voltaram a enunciar no ano seguinte no parecer sobre o relatório relativo às atividades desenvolvidas em 1890³⁹.

Embora o conselho fiscal não indique os novos tipos de vinho promovidos pelo enólogo da companhia, entre estes incluir-se-iam, certamente, os vinhos espumosos

³¹ PORTUGAL, 1889b: 796, art.º 2.º.

³² MONTEIRO, 2017: 111.

³³ GONÇALVES, 2003.

³⁴ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1890: 20.

³⁵ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1890: 21.

³⁶ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1890: 50.

³⁷ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1890: 51.

³⁸ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1890: 52.

³⁹ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1891: 39.

produzidos segundo o método champanhês, vinhos esses que, ainda antes de ter assumido essas funções, Allen defendera publicamente deverem ser uma aposta da vitivinicultura nacional. No relatório que fez em 23 de fevereiro de 1889 para o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, como delegado da circunscrição do Norte à exposição dos vinhos portugueses em Berlim, de 1888, o enólogo refere ter sido sua a ideia de aí apresentar vinhos «para matéria prima de espumosos»⁴⁰, provenientes do Minho, Beira e Douro. Relativamente a esta última região, indica especificamente os vinhos do concelho de Lamego, produzidos pelo Conde de Alpendurada e por Miguel Moreira da Fonseca, assinalando que foram muito apreciados e considerados de muita qualidade «para a fabricação de vinhos espumosos de primeira ordem», podendo «vir a ser um grande recurso ao consumo da crescente produção vinícola». Segundo ele, com este primeiro vinho produzido, «a experiência está feita; resta pôr em prática, prudente e discretamente o fornecimento do género, que nos parece há de agradar e pode competir com os seus congêneres em todos os mercados»⁴¹. Os mesmos produtores de Lamego, aliás, no ano seguinte, virão a expor os seus vinhos na exposição de Paris, apresentando o Conde de Alpendurada um vinho branco maduro com «*bouquet* a champagne»⁴².

Como se pode assim verificar, no final da década de 1880, as referências a vinhos espumosos produzidos no país e, em especial, na região do Douro, com qualidade para serem expostos à apreciação do mercado estrangeiro, são escassas e denotam o caráter experimental da sua produção, sem especificar o método utilizado no seu fabrico.

Esta situação alterou-se com a criação da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal que, em novembro de 1891, apresenta, pela primeira vez, vinho espumoso produzido «pelo sistema de Champagne»⁴³ na *Exposição Industrial Portuguesa no Palácio de Cristal*, no Porto, organizada pelo Palácio de Cristal Portuense, de cuja direção faziam parte dois dos fundadores da companhia — o Conde de Samodães, presidente, e José Taveira de Carvalho Pinto de Meneses, vice-presidente e secretário —, e que integraram a comissão organizadora. Uma circunstância que terá certamente facilitado a participação no evento da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, passados pouco mais de dois anos sobre a sua constituição.

Foi, assim, na *Exposição Industrial Portuguesa do Palácio de Cristal*, inaugurada pelo monarca D. Luís em 22 de novembro de 1891⁴⁴, que a Real Companhia Vinícola apresentou pela primeira vez ao público, com a sua marca, o vinho espumoso *Alto Douro Cristal e Portugal Flor* (primeira reserva, seco, extrasseco e «bruto ou bravo»). O método utilizado na produção destes vinhos não oferece dúvidas, uma vez que a companhia

⁴⁰ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1889: 60.

⁴¹ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1889: 66.

⁴² PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1890: s.p.

⁴³ *Catalogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1891* [...], 1892: 93.

⁴⁴ «O Comércio do Porto», 24 nov. 1890: 1.

expôs também o material que usou no seu fabrico e arrolhamento, e que, nos primeiros dias, os visitantes tiveram a oportunidade de ver a funcionar — «estantes de agitar (*pupitres*), cheias de garrafas, com vinho, para desengasgar», «saca-rolhas horizontais sobre pé firme, para desarrolhar quando as rolhas quebram durante o desengasgamento», «primeiros torniquetes destinados a segurar as garrafas desengasgadas, por meio de molas que lhe impelem os gargalos contra tampões cónicos de *caoutchouc*, retendo o gás completamente», aparelhos de dosagem para «atestar as garrafas desengasgadas», segundos torniquetes para evitar a saída do gás, máquinas de arrolhar, aparelhos de açamar «destinados a prender as rolhas com um açame de fio de ferro, em lugar do arame comum e do cordel» e máquinas «de eletrizar, destinadas a fazer despegar os precipitados da fermentação quando ficam aderentes ao vidro das garrafas, sem correrem para os gargalos»⁴⁵.

Sobre o pioneirismo da Real Companhia Vinícola na produção de vinho espumoso, pode ler-se no *Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1891*:

Como grande indústria, é a Real Companhia Vinícola a iniciadora dos vinhos espumosos do Alto Douro e dos vinhos de lotação portugueses espumosos.

*Os vinhos do Alto Douro, ou antes do Douro Alto, bem escolhidos para serem apropriados a esta indústria, apresentam-se com uma grande semelhança em flavor aos do Marne, sendo esta qualidade a que principalmente instigou o sr. Visconde de Vilar de Allen, gerente técnico da Companhia, a aproveitá-los para espumosos, tornando-os tais, com a aplicação rigorosa dos mais perfeitos sistemas adotados na Champagne*⁴⁶.

O caráter inovador da companhia na produção dos vinhos espumosos, em Portugal, «como grande indústria enológica», foi novamente sublinhado poucos anos depois, em 1896, pelo próprio Visconde de Allen, na *Breve Notícia sobre alguns vinhos portugueses principalmente dos que vende a Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal*. Sobre os vinhos espumosos, aos quais dedica um capítulo, refere a boa aceitação do produto, fazendo questão de notar que essa aceitação seria ainda maior se a opção tivesse sido a de «adotar rótulos estrangeiros com a denominação de champagne e preços mais subidos»⁴⁷, justificando — «temos para nós a certeza de que vendemos um vinho que se pode comparar com boas marcas daquele seu congénere; existem em nossa mão provas escritas de conhecedores eminentes estrangeiros que o provaram em paralelo a essas afamadas marcas e classificaram a sua qualidade igual àquela»⁴⁸.

⁴⁵ *Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1891* [...], 1892: 94-95.

⁴⁶ *Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1891* [...], 1892: 95.

⁴⁷ VILAR DE ALLEN, 1896: 49.

⁴⁸ VILAR DE ALLEN, 1896: 49-50.

O investimento da companhia nos vinhos espumosos produzidos no Douro continuou após a exposição no Palácio de Cristal. Em 30 de julho de 1894, a Repartição da Indústria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que, desde 1883, recebia os pedidos de registo das marcas dos produtos industriais e comerciais⁴⁹, inclui na lista publicada no «Diário do Governo» relativa àquele mês, pela primeira vez, a dos vinhos espumantes da Real Companhia Vinícola — a do Alto Douro extrarreserva e primeira reserva⁵⁰. Nos anos seguintes, outras marcas serão registadas pela referida empresa. Tratava-se de um produto prometedor, o que justifica que nas *Instruções regulamentares para a revenda de vinhos, aguas-ardentes e vinagres da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal*, datadas de novembro de 1894, quando se determina que os revendedores da cidade do Porto ou de outras localidades da região norte do país eram obrigados a ter nos depósitos, à venda, os vinhos engarrafados, se abrisse uma exceção para os vinhos espumosos, referindo-se especificamente sobre esses «que a Direção se reserva o direito de vender em quaisquer locais concedendo uma comissão não inferior a 7% àqueles revendedores que quiserem ter nos seus depósitos estes vinhos»⁵¹.

Apostada em montar uma boa rede de divulgação e distribuição dos seus produtos, a Real Companhia Vinícola fez chegar, com sucesso, os seus vinhos espumosos aos mercados europeu e africano. Em 1896, os vários tipos de vinho espumoso *Alto Douro* constam do Catálogo dos vinhos enviados para Exposição na África do Sul⁵² e, no ano seguinte, em 14 de fevereiro, foram objeto da apreciação do cônsul de Portugal em Pretória, Demétrio Cinatti, no relatório que enviou para Lisboa:

*O Alto Douro Bruto, da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, modificado, seria de ótima concorrência e fácil introdução. Tenho-o visto apreciar: a sua cor agrada, o seu bouquet assemelha-se muito ao dos antigos verdadeiros Cliquot Pousardin, o seu preço é razoável, tem bastante base espumante, que, todavia, não conserva depois de vertido no copo, onde deve manter uma ação continua de acido carbónico a subir, e finalmente não é bastante seco*⁵³.

A modificação deveria fazer-se, segundo Cinatti, «quanto ao grau sacarino e modo de desenvolvimento do ácido carbónico», tendo condições para, na África do Sul, «dar vitorioso cheque a todos os outros estrangeiros, se conservar a sua cor, o seu *bouquet* e o vinho base, que são excelentes».

⁴⁹ PEREIRA, CRUZ, 2017: 410.

⁵⁰ PORTUGAL, 1894b: 2756.

⁵¹ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1894, art.º 5.º, n.º 2.

⁵² PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1896: 44.

⁵³ PORTUGAL, 1897: 41.

Relativamente aos outros «Champagnes» da companhia, o cônsul refere que «serão ótimos para o Brasil e nossas colónias, mas não podem satisfazer aqui, porque, cá pelas Áfricas, o *Champagne* toma-se no decurso das refeições, como vinho de pasto, e, portanto, requer-se muito seco»⁵⁴.

Entretanto, a produção de vinho espumoso segundo o método champanhês ganhava espaço numa outra região do país. Em 1896, a 23 de janeiro, a Associação Vinícola da Bairrada, constituída em 1893, deu entrada na Repartição da Indústria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria do primeiro pedido de registo de marcas de vinho espumante produzido sob a sua tutela⁵⁵. Era o culminar do trabalho desenvolvido pelo engenheiro agrónomo José Maria Tavares da Silva, que introduziu nessa região a técnica de produção de vinho espumoso com recurso ao método champanhês, usufruindo dos conhecimentos e da experiência adquiridos no Douro, como chefe da região agronómica sediada na Régua, cargo que deixou para assumir, a partir de 25 de janeiro de 1889⁵⁶, o de diretor da recém-criada Escola Prática de Viticultura e Pomologia da Bairrada.

Bastaram poucos anos para que os vinhos espumosos comesçassem a ganhar espaço na vitivinicultura nacional. Reconhecia-se-lhes o potencial para virem a ter um lugar de destaque no comércio externo português e, dessa forma, aproveitar o gosto crescente por este tipo de bebida dentro e fora da Europa. Em 27 de junho de 1899, o deputado Melo e Sousa, a propósito da ratificação do acordo comercial com os Estados Unidos da América, referiu que a diminuição dos direitos de entrada para os vinhos espumosos então em discussão não teria qualquer significado «porque não poderemos ainda assim competir com o *Champagne* e com os vinhos de outros países»⁵⁷. Sem discordar, Veiga Beirão, então ministro dos Negócios Estrangeiros, não deixou, contudo, de notar que, embora a indústria deste tipo de vinhos estivesse apenas no início em Portugal, isso não o impedia de «supor que sendo os nossos vinhos espumosos realmente bons com a proteção que se lhes concede, eles se não aperfeiçoem por forma a competir, não com o legítimo *Champagne*, mas com as outras marcas comuns, que têm largo consumo»⁵⁸.

3. JOSÉ TEIXEIRA REBELO JÚNIOR — O PERCURSO DE UM HOMEM EMPREENDEDOR

José Teixeira Rebelo Júnior nasceu na Praça do Comércio, na cidade de Lamego, em 7 de abril de 1860, tendo sido batizado em 26 do mesmo mês na Igreja de Almacave⁵⁹, a mesma onde casaram seus pais, José Teixeira Rebelo e Maria Augusta Pereira de

⁵⁴ PORTUGAL, 1897: 41.

⁵⁵ PORTUGAL, 1896a: 1184.

⁵⁶ PORTUGAL, 1889a: 214.

⁵⁷ LISBOA, 1899a: 4.

⁵⁸ LISBOA, 1899b: 4.

⁵⁹ ADVIS. *Registos Paroquiais*, Lamego, Almacave, Batismos, liv. 1860-1865, fol. 5.

Macedo, três anos antes, em 15 de agosto de 1857⁶⁰. O pai, natural de Sarzedo, Moimenta da Beira, negociante, tinha estabelecimento aberto na referida praça. Filho único, José Teixeira Rebelo estudou em Lamego no colégio dos irmãos António Joaquim Lopes Roseira e Manuel António Lopes Roseira, mais tarde, entregue aos beneditinos, preparando-se para um futuro que não passaria por assumir exclusivamente o lugar do pai à frente do negócio da família. José Teixeira Rebelo Júnior tinha outros objetivos.

Um passo importante para a sua concretização terá sido certamente dado quando, aos 23 anos, em 10 de novembro de 1883, casou no Porto, na Igreja de Santo Ildefonso, com Maria Emília Pinto Pereira do Vale, natural de Viseu, da freguesia Ocidental, filha de Adelino Pereira do Vale e de Maria Emília Pinto de Sousa Lemos. Com este casamento, José Teixeira Rebelo Júnior alargava de forma significativa o seu círculo social, fazendo-o extravasar os limites da pequena cidade do interior duriense onde nascera.

Segundo o Censo da População efetuado em 1878, um pouco mais de um terço da população residente no concelho de Lamego (23878) concentra-se nas freguesias urbanas de Almacave (3428) e Sé (4696)⁶¹. Na primeira, situada na parte alta da cidade, localiza-se a Praça do Comércio, que, na segunda metade do século XIX, constitui o polo principal da atividade comercial que então animava Lamego. É aí, ou na sua imediação, que parte da burguesia lamecense reside e tem os seus estabelecimentos — como José Teixeira Rebelo, pai de José Teixeira Rebelo Júnior —, transformando-a num ponto de encontro de pessoas que a proximidade ao emaranhado de casas e ruas do Bairro do Castelo, à Câmara Municipal e à Santa Casa da Misericórdia potenciavam. A uma cota mais baixa, na freguesia da Sé, localiza-se o Paço Episcopal e alguns solares de famílias aristocratas com estreitas ligações familiares entre si⁶², como o dos condes de Alpendurada, viscondes de Arneirós, viscondes de Guiães e a família Castro Osório da Fonseca e Sousa Pereira Coutinho. Grandes proprietários dentro e fora do concelho, muitos deles exerciam cargos administrativos e/ou políticos que os levavam a residir em Lisboa ou no Porto, fazendo em Lamego apenas curtas estadas. Realidades sociais distintas, com diferentes formas de viver e de pensar, que se cruzam no espaço reduzido da cidade, mas não se misturam.

Até ao seu casamento, José Teixeira Rebelo Júnior, nascido e criado em Almacave, movia-se assim no círculo restrito da burguesia comercial local. É verdade que seu pai, além da loja de fazendas, de alguns prédios em Meijinhos, de uns moinhos no Bairro da Ponte, também possuía uma quinta, a Quinta da Recheça, em Cepões⁶³, freguesia rural de Lamego, mas cuja produção, incluindo a de vinho, se destinaria sobretudo ao consumo doméstico.

⁶⁰ ADVIS. *Registos Paroquiais*, Lamego, Almacave, Casamentos, liv. 1850-1877, fol. 49.

⁶¹ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1881: 388, 411.

⁶² MOREIRA, 2018: 407.

⁶³ ACR. *Inventário do activo e passivo em 31 de Maio de 1884*.

Foi também na atividade comercial que os Pereira do Vale — família da mulher de José Teixeira Rebelo Júnior, originária de Tondela, distrito de Viseu — investiram, ao longo da segunda metade do século XIX, dinheiro e conhecimento, construindo uma consistente rede familiar de negócios. Para isso, contribuiu não só a capacidade empreendedora de alguns dos seus membros como a estratégia matrimonial que lhes permitiu alargar o seu espaço social e financeiro pela ligação a determinadas famílias. Os casamentos consanguíneos e os segundos casamentos com um irmão ou irmã do cônjuge falecido ocorreram com alguma frequência na geração de Adelino Pereira do Vale e na dos seus filhos.

Adelino Pereira do Vale, sogro de José Teixeira Rebelo Júnior, nasceu em Tondela, a 26 de dezembro de 1838⁶⁴. Era o nono dos doze filhos nascidos do casamento do negociante Daniel Pereira do Vale com Maria da Conceição, ocorrido em 29 de julho de 1822, na igreja dessa localidade⁶⁵. Em 21 de novembro de 1858, prestes a completar 20 anos, Adelino casou com Maria Emília Pinto de Sousa e Lemos, na Sé de Viseu⁶⁶, cidade onde o casal fixou residência. Entre 1870 e 1872, Adelino Pereira do Vale exerceu as funções de gerente do Banco Agrícola e Industrial Viseense⁶⁷. Contudo, no final da década de 1870, já com cinco filhos — Ricardo, nascido em 6 de outubro de 1859⁶⁸, Virgínia, a 20 de agosto de 1862⁶⁹, Maria Emília, a 1 de novembro de 1864⁷⁰, Alzira, a 29 de julho de 1870⁷¹ e Adelaide, em 22 de março de 1872⁷² — mudou-se para o Porto, passando a residir na Rua das Liceiras, freguesia de Santo Ildefonso, onde nasceu a sua última filha, Fernanda, a 26 de agosto de 1880⁷³.

O dinamismo comercial da cidade do Porto ajustava-se melhor à capacidade empreendedora de Adelino Pereira do Vale e dos seus irmãos, Inácio e Bernardo Pereira do Vale, entretanto regressados do Brasil, após alguns anos de permanência nesse país. É, assim, no Porto que, antes de 1877, constituem a sociedade Vale & Irmãos e C.^{a74}, ainda ativa no início do século XX⁷⁵.

Enquanto negociante da praça do Porto, Adelino Pereira do Vale foi nomeado pelo ministro da Fazenda, Mariano Cirilo de Carvalho, em 7 de dezembro de 1888, para integrar uma comissão presidida pelo conselheiro administrador geral das Alfândegas,

⁶⁴ ADVIS. *Registos Paroquiais*, Tondela, Batismos, liv. 1827-1852, fol. 152.

⁶⁵ ADVIS. *Registos Paroquiais*. Tondela, Casamentos, liv. 1775-1827, fol. 123v.

⁶⁶ ADVIS. *Registos Paroquiais*. Viseu, Ocidental, Casamentos, liv. 1853-1862, fol. 64v.

⁶⁷ PORTUGAL, 1870: 5; 1871: 4; 1872: 4.

⁶⁸ ADVIS. *Registos Paroquiais*. Viseu. Ocidental, Batismos, liv. 1859-1863, fol. 8.

⁶⁹ ADVIS. *Registos Paroquiais*. Viseu. Ocidental, Batismos, liv. 1859-1863, fol. 194.

⁷⁰ ADVIS. *Registos Paroquiais*. Viseu. Ocidental, Batismos, liv. 1864, fol. 87v-88.

⁷¹ ADVIS. *Registos Paroquiais*. Viseu. Ocidental, Batismos, liv. 1869-1874, fol. 80v.

⁷² ADVIS. *Registos Paroquiais*. Viseu. Ocidental, Batismos, liv. 1869-1874, fol. 166v.

⁷³ ADVIS. *Registos Paroquiais*. Porto. Santo Ildefonso, Batismos, liv. 1880, fol. 229.

⁷⁴ PORTUGAL, 1877: 9.

⁷⁵ PORTUGAL, 1901a: 11.

responsável por determinar que fazendas ou manufaturas deveriam ser submetidas à selagem nos termos do regulamento, então em vigor e quais as providências a tomar na transição para o novo regime⁷⁶. Sócio da Associação Comercial do Porto, Pereira do Vale foi nomeado vogal efetivo do tribunal do contencioso técnico de primeira instância, junto da Alfândega do Porto⁷⁷, em representação dessa associação, em 19 de janeiro de 1894.

Maria Emília Pinto Pereira do Vale foi a primeira das filhas de Adelino Pereira do Vale a casar. A escolha de Maria Luísa Beires Pereira do Vale, filha do doutor José de Beires e mulher do seu tio paterno, Bernardo Pereira do Vale⁷⁸, para madrinha do seu casamento com José Teixeira Rebelo Júnior poderá significar que, sendo ela conterrânea de José Teixeira Rebelo Júnior (nasceu em Almacave, em 14 de fevereiro de 1853⁷⁹), assumiu um papel relevante na apresentação deste aos Pereira do Vale e no estreitamento da ligação através do seu casamento com a filha mais velha daquela família.

Uma ligação que serviu de alicerce a uma bem-sucedida atividade empresarial com a constituição de uma inovadora e dinâmica empresa produtora de vinho espumante no início do século XX, em Lamego, cidade onde o casal José Teixeira Rebelo Júnior e Maria Emília Pinto Pereira do Vale passou a residir após o seu casamento em 1883. Sem o apoio financeiro do sogro e dos cunhados teria sido certamente mais difícil a José Teixeira Rebelo Júnior construir a empresa a que dedicou grande parte da sua vida e entrar, através da produção do vinho espumoso, no círculo restrito dos grandes produtores de vinho no Douro. Foi, no entanto, graças à sua capacidade empreendedora e à forma como percecionou os impactos destruidores da filoxera na sociedade e na economia duriense, que José Teixeira Rebelo Júnior se aventurou na área da produção vinícola que, pelo enquadramento familiar, não era a sua, apostando num tipo de vinho cuja produção, recém-introduzida na região, como foi referido atrás, era dominada pela poderosa Companhia Vinícola do Norte de Portugal.

Em abril de 1889, Teixeira Rebelo Júnior subscreveu uma⁸⁰ das dez mil ações que a Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal abriu à subscrição pública em 14 desse mês, a 100\$000 réis cada uma⁸¹, certamente no Banco do Douro, em Lamego, um dos locais indicados para o fazer. O pagamento foi feito de forma faseada — até ao final de 1889, 40% do valor total (10% no ato da subscrição ou 10\$000 réis por ação; 10% a 1 de junho, 10% a 2 de setembro e 10% a 4 de novembro), o restante quando a Assembleia Geral o indicasse⁸². Alguns tios paternos de sua mulher também o fizeram,

⁷⁶ PORTUGAL, 1888: 2706.

⁷⁷ PORTUGAL, 1894a: 3.

⁷⁸ ADVIS. *Registos Paroquiais*. Mangualde, Casamentos, liv. 1859-1872, fol. 104v.

⁷⁹ ADVIS. *Registos Paroquiais*. Lamego, Almacave, Batismos, liv. 1850-1859, fol. 67.

⁸⁰ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1890: 24.

⁸¹ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1889: 50.

⁸² REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1889: 51.

embora com um número mais elevado de ações — Abel Pereira do Vale (três ações)⁸³, Bernardo Pereira do Vale (dez ações)⁸⁴, Inácio Pereira do Vale (dez ações)⁸⁵.

Desta forma, enquanto acionista, Teixeira Rebelo Júnior terá acompanhado de forma muito próxima o trabalho desenvolvido pela Real Companhia Vinícola, podendo ter sido dessa forma que percebeu o potencial de Lamego para a produção do vinho espumante (tanto mais que, como atrás referido, já havia experiências anteriores, pontuais, mas promissoras, feitas em propriedades próximas pelo Visconde de Alpendurada e Miguel Moreira da Fonseca) e dado início às primeiras experiências na Quinta da Rechea, em Cepões, propriedade do seu pai.

Em 2 de julho de 1893, no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, registou em seu nome a sua primeira marca — «rotulo retangular atravessado diagonalmente por um desenho figurando uma fita, em que se lê “Sedutor”, e por baixo desta: “José Teixeira Rebelo Júnior — Lamego”. No canto superior à esquerda lê-se: “Vinho clarete da quinta da Rechea — Douro”»⁸⁶. Em 4 de janeiro de 1897, requer um novo registo de uma marca de vinho, que se sabe apenas ter sido aceite⁸⁷. Em 1898, e de acordo com o que a imprensa local virá mais tarde a escrever, já produzia vinho espumante em Lamego, num armazém que construiu na parte baixa da cidade, na Preguiça⁸⁸.

Entre a sua entrada como acionista da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal e o início da produção própria de vinho espumante terão, assim, mediado nove anos. Foi o tempo necessário para reunir à «vontade firme duma vibrante inteligência e dum temperamento invulgarmente estudioso»⁸⁹ de José Teixeira Rebelo Júnior o conhecimento técnico, o capital, os equipamentos e as instalações que essa produção, mesmo que ainda muito incipiente, exigia. Segundo se escreverá, anos mais tarde, numa publicação patrocinada pela empresa Caves da Raposeira, Teixeira Rebelo Júnior não dispunha de conhecimentos nem teóricos nem práticos sobre a produção de vinho espumante «porque nada havia então de valor, escrito sobre o assunto e ele nunca tinha sequer visitado as instalações da “Champagne”» pelo que se lançou «afanoso e confiante no labirinto das experiências, firme nos seus propósitos de dominar dificuldades, de vencer deficiências, de triunfar plenamente», conseguindo «formar as primeiras massas vnicas para o lote duns centos de garrafas»⁹⁰, sem recorrer à colaboração de qualquer técnico francês. Uma narrativa que não se afasta da que se pode ler na imprensa lamecense ao longo da primeira metade do século XX.

⁸³ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1890: 1.

⁸⁴ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1890: 9.

⁸⁵ REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL, 1890: 16.

⁸⁶ PORTUGAL, 1896b: 2793.

⁸⁷ PORTUGAL, 1901b: 2585.

⁸⁸ «A Fraternidade», 23 ago. 1930: 4.

⁸⁹ *Raposeira: vinhos espumantes naturais*, 1936: s. p.

⁹⁰ *Raposeira: vinhos espumantes naturais*, 1936: s. p.

Superadas as dificuldades, dominada a técnica, atingida a desejada qualidade do produto, faltavam apenas a José Teixeira Rebelo Júnior os capitais que permitissem a produção deste vinho em quantidade suficiente para se afirmar no mercado nacional e internacional, visando competir com a da poderosa Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal. A oportunidade surgiu dentro da família, juntando numa sociedade sob a firma Vale, Filho & Genros, o sogro, Adelino Pereira do Vale, «alta figura do comércio portuense»⁹¹, e os cunhados, Ricardo Pereira do Vale (irmão de sua mulher, Maria Emília), Eduardo Pereira do Vale (médico e marido de sua cunhada Alzira Pereira do Vale⁹²), Álvaro da Silva (marido de sua cunhada Adelaide Pereira do Vale⁹³).

4. AS CAVES DA RAPOSEIRA SOB A DIREÇÃO DE JOSÉ TEIXEIRA REBELO JÚNIOR (1902-1947)

No dia 1 de dezembro de 1902, foi constituída por escritura pública celebrada no notário Francisco de Melo Ilharco, em Lamego, a sociedade comercial em nome coletivo Vale, Filho & Genros, sob a divisa «Sociedade Vinícola do Douro», destinada à preparação e venda de vinhos espumantes, que o jornal «A Fraternidade» diz serem, então, já bem conhecidos. José Teixeira Rebelo Júnior, seu sogro e cunhados não estavam, assim, a partir do zero. Como já mencionado, a constituição da sociedade em 1902 foi o culminar de anos de trabalho, organização e investimento na aquisição de bens — entre os quais sobressai a da Quinta da Raposeira, na vertente norte do Monte de Santo Estêvão — e na construção das caves subterrâneas, escavadas na rocha, que asseguravam a temperatura estável que estes vinhos exigiam.

No registo do primeiro «Inventário do ativo e passivo» datado desse mesmo dia, refere-se como ativo da sociedade a propriedade agrícola Quinta da Raposeira, cave e armazéns, vasilhame, máquinas e acessórios, objetos de laboratório e de escritório, móveis, material de expedição, garrafas, bem como mercadorias — vinhos engarrafados de 1898, 1899 e 1900, vinhos por engarrafar, licores preparados e aguardente. Por sua vez, o passivo era constituído pelo capital social fornecido por cada um dos sócios:

- Adelino Pereira do Vale — 15 000 000 réis;
- Ricardo do Vale — 8 250 000 réis;
- Álvaro da Silva — 6 750 000 réis;
- Eduardo da Pereira Vale — 7 500 000 réis;
- José Teixeira Rebelo Júnior — 611 110 réis⁹⁴.

⁹¹ «Beira-Douro», 22 fev. 1936: 1.

⁹² ADP. *Registos Paroquiais*. Porto, Santo Ildefonso. Casamentos, liv. 1891, n.º 140.

⁹³ ADP. *Registos Paroquiais*. Porto, Santo Ildefonso. Casamentos, liv. 1894, n.º 17.

⁹⁴ ACR. *Inventário e Balanços de Valle, Filho e Genros*.

A gerência ficou a cargo dos sócios que tinham residência permanente em Lamego — José Teixeira Rebelo Júnior e Eduardo Pereira do Vale, que exercia as funções de médico no Hospital da Santa Casa da Misericórdia local e que virá a falecer poucos anos depois, em 17 de janeiro de 1907⁹⁵. Compreensivelmente, será Teixeira Rebelo Júnior que a imprensa lamecense sempre considerará ser o «chefe» das Caves da Raposeira:

*Porque José Teixeira Rebelo [Júnior] marca na nossa terra, sem favor de ninguém, um lugar de merecido destaque. Homem de fortes iniciativas, inteligente e trabalhador, foi ele o criador dessa quase única indústria da nossa terra, hoje em pleno desenvolvimento, pela cooperação eficaz de membros da sua família que financeiramente uns, tecnicamente outros e dedicadamente todos, fizeram da Raposeira um centro de atividade industrial e comercial que, se honra o iniciador e colaboradores, é também um elemento de valor para a prosperidade de Lamego, tão carecida de utilidades bem orientadas, como a de Teixeira Rebelo, para o seu engrandecimento*⁹⁶.

Em 1 de agosto de 1903, a empresa Vale, Filho & Genros solicitou o registo das suas primeiras marcas de vinho espumante ao Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria destinadas quer às garrafas quer às caixas de transporte e às rolhas. Todas apresentando o nome da firma e a indicação «Douro Espumante», as marcas das garrafas diferem na cor do centro — vermelho-escuro sobre fundo prateado com arabesco para o vinho espumante «Doce»; azul sobre fundo a ouro com arabescos para o vinho espumante «Seco»; ouro sobre fundo azul com arabescos para o vinho espumante «Meio seco»; verde sobre fundo prateado com arabescos para o vinho espumante «Bruto»⁹⁷. A incorporação do topónimo «Raposeira» na denominação do vinho espumante produzido pela empresa de José Teixeira Rebelo Júnior começou a fazer-se desde logo. Embora a palavra não esteja inscrita no rótulo da garrafa aprovado, está no das caixas de transporte de garrafas como complemento do nome da firma — «Vale, Filho & Genros — Caves da Raposeira»⁹⁸.

Com a morte, em 1907, de Eduardo Pereira do Vale⁹⁹ e, em 1911, de Adelino Pereira do Vale¹⁰⁰, foram admitidos à sociedade, por escritura de 29 de maio de 1915, as suas viúvas, Maria Emília Pinto do Vale e Alzira do Vale, e, ainda, Eugénio do Vale Teixeira, terceiro filho de José Teixeira Rebelo Júnior¹⁰¹ (do seu casamento com Emília Pereira do Vale, falecida nos primeiros anos de 1900, nasceram, ainda, Fernando, em 26 de abril de

⁹⁵ ADP. *Registos Paroquiais*. Porto, Santo Ildefonso. Óbitos, liv. 1907, n.º 38.

⁹⁶ «A Fraternidade», 19 abr. 1930: 1.

⁹⁷ PORTUGAL, 1903: 3054-3055.

⁹⁸ PORTUGAL, 1903: 3054.

⁹⁹ ADP. *Registos Paroquiais*. Porto, Santo Ildefonso. Óbitos, liv. 1907, n.º 38.

¹⁰⁰ «A Fraternidade», 22 jul. 1911: 2.

¹⁰¹ Nascido a 25 de julho de 1889. ADVIS. *Registos Paroquiais*. Lamego, Almacave, Batismos, liv. 1889, n.º 102.

1886¹⁰², Luciana, em 15 de março de 1887¹⁰³, Ricardo e Leonor). A sociedade em nome coletivo passou então a sociedade por quotas. Por escritura de 10 de agosto de 1921 — após alteração do pacto social e cedência de Álvaro da Silva das quotas que detinha na sociedade em 3 de setembro de 1917 —, continuavam como sócios Maria Emília Pinto do Vale, Alzira Vale Teixeira (viúva de Eduardo Pereira do Vale, mas já casada em segundas núpcias com José Teixeira Rebelo Júnior), José Teixeira Rebelo Júnior e Eugénio do Vale Teixeira, juntando-se-lhe José do Vale (filho único de Eduardo Pereira do Vale e Alzira Vale Teixeira)¹⁰⁴.

A gerência da empresa continuava a ser assegurada por Teixeira Rebelo Júnior, tendo, a partir de 1921, o seu filho Eugénio como subgerente. A presença cada vez mais significativa da empresa no mercado estrangeiro, sobretudo no Brasil, exigiu a este último frequentes deslocações a esse país, onde, em poucos anos, se havia montado uma ativa rede de representantes. Responsáveis por criativas campanhas publicitárias dos vinhos das Caves da Raposeira na imprensa local, terão sido certamente estes homens os responsáveis pelo envio, para a sede da empresa em Lamego, dos recortes de jornais com notícias sobre o sucesso do seu vinho espumante em terras brasileiras, coligidos cuidadosamente num livro intitulado «Extracto de Jornaes», que se encontra no seu arquivo.

Paralelamente à sua atividade como gestor empresarial, Teixeira Rebelo Júnior participou de forma ativa na vida da cidade — irmão da Santa Casa da Misericórdia desde 26 de junho de 1896, foi mesário em 1902-1903¹⁰⁵ e, entre 1936 e 1940, presidente da comissão administrativa nomeada pelo governador civil de Viseu¹⁰⁶, comandou os bombeiros voluntários, em 1903¹⁰⁷, e foi presidente da Associação Comercial de Lamego, em 1907¹⁰⁸. Com a implantação da República, ligou-se ao Partido Republicano Português, mostrando-se muito ativo ao nível da política local, conforme se pode verificar pela leitura da imprensa lamecense da época.

Este passado republicano não parece ter sido visto, no entanto, como um problema pelos homens que assumiram o poder em Lamego durante a Ditadura Militar e o Estado Novo. Conscientes de que isso era determinante para a manutenção da empresa, José Teixeira Rebelo Júnior, o filho Eugénio do Vale Teixeira e o sobrinho José do Vale ter-se-ão compreensivelmente ajustado à nova realidade política, tendo este último integrado, desde muito cedo, a comissão concelhia da União Nacional¹⁰⁹.

¹⁰² ADVIS. *Registos Paroquiais*. Lamego, Almacave, Batismos, liv. 1886, fol. 25.

¹⁰³ ADVIS. *Registos Paroquiais*. Lamego, Cepões, Batismos, liv. 1887, n.º 19.

¹⁰⁴ «A Fraternidade», 7 jun. 1924: 2.

¹⁰⁵ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO, 1912: Relação nominal dos Irmãos.

¹⁰⁶ «Beira Douro», 11 abr. 1936: 1; «Beira Douro», 13 jul. 1940: 1.

¹⁰⁷ «A Semana», 21 fev. 1903: 3.

¹⁰⁸ «O Progresso», 26 jan. 1907: 2.

¹⁰⁹ «Beira Douro», 13 jun. 1936: 2.

Foi, aliás, na vigência da Ditadura Militar que a vereação camarária, na sessão de 2 de janeiro de 1930, requereu às devidas instâncias a atribuição do grau de comendador da Ordem de Mérito — Classe de Mérito Industrial a José Teixeira Rebelo Júnior, o que lhe veio a ser concedido¹¹⁰. Numa festa especialmente organizada nas Caves da Raposeira, em 7 de abril de 1930, dia em que comemorava os 70 anos, foi-lhe entregue a comenda adquirida pela família¹¹¹.

Era o reconhecimento da cidade que, desde a sua fundação, em 1902, transformou as Caves da Raposeira numa espécie de sala de visitas para receção dos visitantes ilustres. Visitantes esses que Teixeira Rebelo Júnior fazia sempre questão de receber pessoalmente. Entre estes podem referir-se: o ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Júnior, e o ministro da Agricultura, Felisberto Pedrosa, em maio de 1927¹¹²; o ministro do Interior, António Lopes Mateus, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Fernando Branco, em agosto de 1930¹¹³; o antigo presidente da República do Brasil, Washington Luís, em agosto de 1932¹¹⁴, o presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, em 1933¹¹⁵.

Em 7 de abril de 1931, refletindo a maior complexidade da gestão da empresa devido ao aumento do volume de negócios, foi celebrada uma nova escritura que determinava uma nova organização. A parte técnica, relacionada com a propriedade agrícola, a produção do vinho espumante e a sua preparação para expedição, ficava a cargo de José Teixeira Rebelo Júnior e do seu filho, Eugénio Teixeira Rebelo, e a parte comercial — administração, publicidade e venda do vinho — passava a ser assegurada por Ricardo do Vale Teixeira (filho de José Teixeira Rebelo Júnior), José do Vale e Eugénio do Vale Teixeira¹¹⁶.

Em 1933, as Caves da Raposeira integravam certamente o conjunto de marcas de vinhos espumantes naturais «muito apreciáveis» que, então, já existia em Portugal e que, com o objetivo de assegurar o seu desenvolvimento, o Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura considerou ser necessário «estabelecer garantias de genuinidade e proveniência [...] e uma distinção legal entre os fabricados pelos processos clássicos e os parcial ou totalmente gaseificados». Por decreto de 7 de fevereiro de 1933, ficou finalmente definido que «os vinhos “espumantes naturais” são aqueles cuja efervescência resulta de uma segunda fermentação alcoólica em garrafas ou outros recipientes fechados, quer seja espontânea quer produzida pelos processos tecnológicos clássicos ou pelos destes derivados» (art.º 2.º), como, desde 1902, se fazia nas Caves da Raposeira,

¹¹⁰ «A Fraternidade», 18 jan. 1930: 1

¹¹¹ «A Fraternidade», 19 abr. 1930: 1.

¹¹² «A Fraternidade», 7 mai. 1927: 1.

¹¹³ «A Fraternidade», 16 ago. 1930: 1.

¹¹⁴ «Lusitania», 1 ago. 1932: 12.

¹¹⁵ «Voz de Lamego», 30 set. 1933: 4.

¹¹⁶ «A Fraternidade», 9 mai. 1931: 2.

e que «os vinhos cuja efervescência é produzida, mesmo só parcialmente, pela introdução do gás carbónico puro, sob pressão, por meio de aparelhos apropriados, são para todos os efeitos designados “vinhos espumosos”» (art.º 3.º). O referido decreto estipulava ainda que «os preparadores de vinhos “espumantes naturais” não podem ser simultaneamente fabricantes de “vinhos espumosos”» (art.º 6.º), proibindo o uso da designação «Champagne» (art.º 7.º).

A clarificação desta situação beneficiou as Caves da Raposeira, produtoras de vinho espumante natural, valorizando comercialmente a sua marca. A produção e a comercialização dos vinhos espumantes estavam finalmente reguladas, congratulando-se por esse facto o jornal lamecense «A Fraternidade». Classificando-o «como um ato de justiça», refere que se punha «assim no seu devido lugar a superioridade incontestável dos vinhos espumantes das Caves da Raposeira, orgulho máximo do seu inteligente e infatigável fundador»¹¹⁷, o comendador José Teixeira Rebelo Júnior.

O jornal, contudo, não se fica por aqui e, utilizando uma retórica social bem ao jeito do Estado Novo, faz questão de sublinhar que nunca essa empresa, mesmo quando o trabalho escasseava, despediu um dos seus trabalhadores, só para que não vivessem na miséria. Fornecia-lhes diariamente uma refeição «que se torna extensiva a outro tanto número de criaturas desprotegidas, que àquela hora, ao toque da sineta que regulariza os horários do pessoal, ali ocorre, certo de que a fome lhe é mitigada. São mais de trinta, por vezes, se não sempre, principalmente crianças que àquela hora correm até à Raposeira para receberem o que a filantropia balofa de tantos outros “filantropos exibicionistas” lhes negam»¹¹⁸.

Poucos anos depois, em 1937, em assembleia geral de 2 de junho, Ricardo Teixeira Vale pediu a sua exoneração do cargo de gerente¹¹⁹. Mas, nesse ano, as alterações não se ficaram por aí. A morte inesperada de José do Vale, sobrinho de José Teixeira Rebelo Júnior, em 31 de julho¹²⁰, obrigou à realização de uma nova escritura, a 7 de outubro. A sociedade foi então alargada aos dois filhos do sócio falecido que, por serem ainda crianças, seriam representados pela mãe, Maria Luísa Andrade Pinto de Lemos do Vale¹²¹. Tal como já acontecera no passado, a gestão volta a ficar a cargo de Eugénio Teixeira Vale, que, entre outros afazeres, assegurava as frequentes deslocações no país e ao Brasil para tratar dos interesses da empresa, e de José Teixeira Rebelo Júnior. Com 77 anos, este era o único sócio fundador vivo das Caves da Raposeira, continuando a dedicar-se ao trabalho, como a imprensa de Lamego faz questão de salientar:

¹¹⁷ «A Fraternidade», 25 fev. 1933: 2.

¹¹⁸ «A Fraternidade», 25 fev. 1933: 2.

¹¹⁹ «Voz de Lamego», 17 jun. 1937: 2.

¹²⁰ «Voz de Lamego», 5 ago 1937: 1.

¹²¹ «Voz de Lamego», 14 out. 1937: 2.

Quem entrar no seu gabinete de trabalho, logo no primeiro momento sentirá atraída a sua atenção para as sugestivas palavras desta legenda, que se destacam numa das paredes e são bem uma revelação da [sua] envergadura psicológica [...] «Não fales em crise. A crise é tua: de energia, de atividade e de entusiasmo. Trabalha, procura, tem confiança no teu esforço, na tua ação e verás o milagre»¹²².

Contudo, em 1945, doente, José Teixeira Rebelo Júnior deixou de sair de sua casa junto às caves que dirigira ao longo de mais de quatro décadas. Morreu dois anos depois, em 4 de fevereiro de 1947. Tinha 87 anos. Os jornais de Lamego noticiaram, pesarosos, o seu desaparecimento. A «Voz de Lamego» escreveu: «A Raposeira foi com ele escola de virtudes austeras, de trabalho honroso, de valorização industrial, de distribuição de riqueza pelos trabalhadores da sua Empresa, que o amavam como pai e como amigo»¹²³. Com a sua morte, virava-se uma página na história da empresa que irá permanecer na família até ao final do século XX.

CONCLUSÃO

Nos finais do século XIX, o vinho espumante produzido segundo o método champanhês constitui uma inovação na vitivinicultura duriense. Uma inovação que ganhou espaço para se afirmar no âmbito da conjuntura recessiva causada pela filoxera. Apesar dos evidentes impactos negativos na economia e na sociedade da região, esta doença, responsável pela destruição de grande parte da vinha, constituiu uma oportunidade que alguns produtores souberam e puderam aproveitar para introduzir novos processos e técnicas de vinificação.

Criada em 1889, a Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, sociedade anónima de responsabilidade limitada, desempenhou um papel primordial na promoção desses processos e técnicas na região, tendo sido determinante a ação desenvolvida pelo Visconde de Vilar de Allen, fundador e enólogo da referida companhia. Apesar de haver referências anteriores, poucas, a experiências de produção de vinho espumoso no Douro e em outras regiões do país, só a partir de 1891, é que essa empresa passou a comercializar, no mercado nacional, vinho com qualidade e quantidade suficientes, garantidamente produzido segundo o método champanhês.

Sem os recursos e o conhecimento da Real Companhia Vinícola, mas imbuído de uma forte capacidade empreendedora, José Teixeira Rebelo Júnior soube aproveitar as oportunidades, experimentar as técnicas e procurar o apoio financeiro necessário para, a partir de 1898, produzir à escala industrial o vinho espumante na cidade de Lamego. A firma Vale, Filho & Genros, fundada em 1902, e de que Teixeira Rebelo Júnior foi um

¹²² «Beira Douro», 11 abr. 1936: 1.

¹²³ «Voz de Lamego», 13 fev. 1947: 2.

dos sócios fundadores, juntamente com o sogro e os cunhados, foi a primeira sociedade familiar especialmente constituída para esse efeito na região duriense. Tendo-se afirmado rapidamente no mercado nacional e brasileiro com a marca Caves da Raposeira, esta empresa contribuiu para uma nova imagem da cidade de Lamego dentro e além-fronteiras, criando condições para que, mais de oito décadas depois, se instituisse nos vales do Távora e Varosa a primeira região demarcada de espumantes em Portugal.

FONTES

Fontes arquivistas

Arquivo das Caves da Raposeira

ACR. *Extracto de Jornaes*.

ACR. *Inventário do activo e passivo em 31 de Maio de 1884*.

ACR. *Inventário e Balanços de Valle, Filho e Genros*.

Arquivo Distrital de Viseu

ADVIS. *Registos Paroquiais*. Lamego, Almacave, Batismos, livs. 1850-1859, 1860-1865, 1886, 1889; Casamentos, liv. 1850-1877.

ADVIS. *Registos Paroquiais*. Lamego, Cepões, liv. 1887.

ADVIS. *Registos Paroquiais*. Mangualde, Casamentos, liv. 1859-1872.

ADVIS. *Registos Paroquiais*. Tondela, Batismos, liv. 1827-1852; Casamentos, liv. 1775-1827.

ADVIS. *Registos Paroquiais*. Viseu, Ocidental, Batismos, livs. 1859-1863, 1864, 1869-1874; Casamentos, livs. 1853-1862, 1891, 1894.

Arquivo Distrital do Porto

ADP. *Registos Paroquiais*. Porto, Santo Ildefonso, Batismos, liv. 1880; Casamentos, livs. 1891, 1894; Óbitos, liv. 1907.

Fontes hemerográficas

«A Fraternidade». (22 jul. 1911) 2.

«A Fraternidade». (7 jun. 1924) 2.

«A Fraternidade». (7 mai. 1927) 1.

«A Fraternidade». (18 jan. 1930) 1.

«A Fraternidade». (19 abr. 1930) 1.

«A Fraternidade». (16 ago. 1930) 1.

«A Fraternidade». (23 ago. 1930) 4.

«A Fraternidade». (9 mai. 1931) 2.

«A Fraternidade». (25 fev. 1933) 2.

«A Semana». (21 fev. 1903) 3.

«Beira Douro». (22 fev. 1936) 1.

«Beira Douro». (11 abr. 1936) 1.

«Beira Douro». (13 jun. 1936) 2.

«Beira Douro». (13 jul. 1940) 1.

«Diário de Lisboa». (15 jan. 1861) 105.

LISBOA (1899a). «Diário da Câmara dos Senhores Deputados». (1899-06-27) 4.

- LISBOA (1899b). «Diário da Câmara dos Senhores Deputados». (1899-06-28) 4.
 «Lusitania». (1 ago. 1932) 12.
 «O Comércio do Porto». (24 nov. 1891) 1.
 «O Progresso». (26 jan. 1907) 2.
 PORTUGAL (1853). «Diário do Governo». 168 (1853-07-20) 1035.
 PORTUGAL (1870). «Diário do Governo». 276 (1870-12-06) 5.
 PORTUGAL (1871). «Diário do Governo». 147 (1871-07-05) 4.
 PORTUGAL (1872). «Diário do Governo». 18 (1872-01-24) 4.
 PORTUGAL (1877). «Diário do Governo». 259 (1877-11-14) 9.
 PORTUGAL (1888). «Diário do Governo». 1282 (1888-12-10) 2706.
 PORTUGAL (1889a). «Diário do Governo». 21 (1889-01-26) 214.
 PORTUGAL (1889b). «Diário do Governo». 77 (1889-04-05) 796-799.
 PORTUGAL (1889c). «Diário do Governo». 79 (1889-04-08) 813-814.
 PORTUGAL (1894a). «Diário do Governo». 17 (1894-01-21) 3.
 PORTUGAL (1894b). «Diário do Governo». 234 (1894-10-15) 2756.
 PORTUGAL (1896a). «Diário do Governo». 108 (1896-05-15) 1184.
 PORTUGAL (1896b). «Diário do Governo». 231 (1896-10-13) 2793.
 PORTUGAL (1897). «Diário do Governo». Apêndice, 2 (1897-04-02) 41.
 PORTUGAL (1901a). «Diário do Governo». 109 (1901-05-17) 11.
 PORTUGAL (1901b). «Diário do Governo». 215 (1901-09-25) 2585.
 PORTUGAL (1903). «Diário do Governo». 195 (1903-09-03) 3054-3055.
 «Voz de Lamego». (30 set. 1933) 4.
 «Voz de Lamego». (17 jun. 1937) 2.
 «Voz de Lamego». (5 ago. 1937) 1.
 «Voz de Lamego». (14 out. 1937) 2.
 «Voz de Lamego». (13 fev. 1947) 2.

Fontes impressas

- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO (1889). *Memoria dirigida pela Associação a Sua Ex.^a o Presidente do Conselho de Ministros em 17 de janeiro de 1889 contra a concessão de subsidio e outros privilégios do contracto de 5 de dezembro de 1888, do Ministerio das obras Publicas Commercio e Industria, em favor da projectada Real companhia Vinicola do Norte de Portugal*. Porto: Typographia do Commercio do Porto.
- BREVE NOTICIA DA VITICULTURA PORTUGUEZA ou Resumo dos Esclarecimentos Indispensaveis para se avaliar a Collecção dos Vinhos de Portugal apresentados na Exposição Internacional de 1874 em Londres. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.
- CATALOGO DA EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUEZA em 1891 no Palacio de Crystal Portuense, 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.
- CATALOGO DOS PRODUCTOS DA AGRICULTURA, e Indústria Portuguesa mandados à Exposição Universal de Paris em 1855. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.
- COUTINHO, António Xavier Pereira (1889). *Guia do Vinicultor*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardon.
- FERRAZ, J. L. Magalhães (1876). *Pharmacia. Estudos Bibliographicos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de (1890). *A Questão dos Vinhos. Nullidade do contrato de 15 de Março de 1889*. Porto: Typographia do Commercio do Porto.

- LAPA, João Inácio Ferreira (1874). *Technologia Rural ou Artes Chimicas, Agricolas e Florestais*. 2.^a ed. Lisboa: Typographia da Academia.
- LÚCIO, João Baptista (1846). *O Fabricante de Vinhos e Vinagres ou Methodo Practico e Abreviado para Guia das Pessoas que se Occupão no Fabrico e Commercio destes Líquidos em Portugal*. Lisboa: Tip. De Francisco Xavier de Sousa.
- MEMORIA SOBRE OS PROCESSOS DE VINIFICAÇÃO empregados nos principaes Centros Vinhateiros do Continente e Reino apresentada ao Illustrissimo e Excellenrissimo Senhor ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria pela Commissão nomeada em Portaria de 10 de Agosto de 1866. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1881). *População no 1.º de Janeiro. 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1890). *Relatorio da Analyse dos Vinhos apresentados nas Exposições de Berlim e de Paris em 1888 e 1889*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1896). *Commercio de Vinhos e Azeites. Catalogo dos Vinhos enviados á Exposição movel na Africa do Sul*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1889). *Exposição de Vinhos Portuguezes em Berlim em 1888. Relatorios dos delegados de Lisboa e Porto*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PROCESSO ARBITRAL entre o Governo e a Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal sobre a Questão de saber se a Companhia se constituiu, ou não, legalmente dentro do praso contratado e Accordão definitivo sobre essa questão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- RAPOSEIRA: *vinhos espumantes naturais*. Porto: Lit. Nacional, 1936.
- REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL (1889). *Estatutos da Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal, sociedade anonyma, responsabilidade limitada, com sede na sociedade do Porto, aprovados por Alvará de 30 de Março de 1889 e Contrato de 15 de Março de 1899 entre o Governo e os fundadores da mesma*. Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira.
- REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL (1890). *Relatorio da Direcção da Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal e Parecer do Conselho Fiscal no anno de 1889 apresentado em Assembléa Geral de 27 de março de 1890 e Lista dos Senhores Accionistas em 31 de Dezembro de 1889*. Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira.
- REAL COMPANHIA VINÍCOLA DO NORTE DE PORTUGAL (1890). *Relatorio da Direcção da Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal, Memoria Elucidativa do Relatorio da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao anno de 1890 apresentado em Assembléa Geral de 16 de março de 1891 e Lista dos Senhores Accionistas em 31 de Dezembro de 1890*. Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira.
- REIS, António Batalha (1871). *Enxofre e Vinho*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão.
- RUBIÃO, Francisco Inácio Pereira (1844). *O Vinhateiro. Obra em que se trata da cultura; da fabricação, conservação, e destilação do vinho*. Porto: Typographia da Revista, tomo 1.
- SAMODÃES, Conde de (1889). *A Questão da Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal. Conflictio entre o Governo e a Companhia. Exposição aos Accionistas*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO (1912). *Relatorio de contas da Gerencia da Santa Casa da Misericordia de lamego no anno económico de 1911-1912. Mapps demonstrativos de toda a administração*. Lamego: Minerva da Loja Vermelha.
- SEGUNDA MEMORIA SOBRE OS PROCESSOS DE VINIFICAÇÃO empregados nos principaes Centros Vinhateiros do Continente e Reino apresentada ao Illustrissimo e Excellenrissimo Senhor ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria em resultado da excursão mandada fazer pela Portaria de 24 de Agosto de 1867. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

- VILAR DE ALLEN, Visconde de (1896). *Breve Notícia sobre alguns vinhos portugueses principalmente dos que vende a Real companhia Vinícola do Norte de Portugal e indicação da maneira de fazer uso dos mesmos e de os conservar na garrafeira e na copa e da sua apresentação á mesa*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira.
- VIU, José de (1852). *Estremadura. Colección de sus Inscripciones y Monumentos seguidas de reflexiones importantes sobre lo pasado, lo presente y el porvenir de estas provincias*, 2.^a edición corregida y notablemente adicionada. Madrid: Imprensa de D. Pedro Montero, tomo II.

BIBLIOGRAFIA

- CANELAS, Manuel Ferreira Prates (2008). João José Le Cocq, *A Quinta do Prado e Castelo de Vide*. [Consult. 20 nov. 2020]. Disponível em <https://fontedavila.org/multimedia/doc_textos_artigos/PratesCanelas.pdf>.
- GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro (2003). *O Conde de Samodães e as origens da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal*. «Douro — Estudos & Documentos». 8:16, 107-115.
- MARTINS, Conceição Andrade (2008). *A «era de progresso» da viticultura nacional*. In CABRAL, Manuel Villaverde *et al.*, orgs. *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: ICS, pp. 69-87.
- MONTEIRO, Isilda (2017). *Francisco de Azeredo Teixeira de Aguilar (2.º visconde e 2.º conde de Samodães)*. In SOUSA, Fernando de, coord. *Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1499-2017*. Coimbra: Almedina, vol. III, pp. 111-140.
- MOREIRA, Ana Rita Ferreira (2018). *O Estudo da Casa Nobre na Cidade de Lamego*. Lamego: Museu de Lamego; Direção Regional de Cultura do Norte.
- PEREIRA, Gaspar Martins; CRUZ, Marlene (2017). *Origem e distinção: As marcas de vinhos no final do século XIX*. «CEM — Cultura, Espaço e Memória». 8, 409-425.
- SEQUEIRA, Carla (2011). *O Alto Douro entre o Livre-cambismo e o Proteccionismo*. Porto: CITCEM; Edições Afrontamento.

TEMPORALIDADES DA PAISAGEM VINHATEIRA NO CONCELHO DE MURÇA*

MÁRCIO RIBEIRO MARTINS**

JORGE RICARDO PINTO***

Resumo: Na mais antiga região demarcada e regulamentada do mundo podemos encontrar diferentes soluções de armação ou sistematização dos terrenos agrícolas que resultaram em paisagens de rara beleza. O Douro é um território marcado pelo despovoamento, pelo abandono dos campos, mas também pela introdução de novas construções que, de forma mais ou menos vinculada, têm descaracterizado a paisagem rural tradicional, e que contribuem, no entanto, para a sua diversificação e enriquecimento enquanto património de uma paisagem cultural evolutiva e viva. Pretende-se com este trabalho, inserido no projeto de investigação interdisciplinar e de intervenção cultural, financiado pela FCT, Raízes da Educação para o Futuro (ReduF), descrever a evolução da paisagem rural das freguesias pertencentes ao concelho de Murça, localizadas na região demarcada, e explicá-la a partir do conhecimento relativo às dinâmicas sociodemográficas desse território, desde os finais do século XIX até à atualidade. Como metodologia de trabalho, serão cruzadas informações estatísticas, nomeadamente de carácter demográfico e de atividade agrícola e vinhateira.

Palavras-chave: paisagem; Murça; vinha; identidade; memória.

Abstract: In the oldest Demarcated and Regulated Region in the world, we can find different vineyard structures that have resulted in landscapes of rare beauty. The Douro region is a territory marked by depopulation, by the abandonment of agricultural land, but also by the introduction of new vineyard structures, that in a more or less pronounced way, have mischaracterized the traditional rural landscape, contributing, however, to its diversification and enrichment as heritage of a cultural, evolving and living landscape. This research is part of the interdisciplinary research project and cultural intervention funded by FCT — Raízes da Educação para o Futuro (ReduF) — and aims to describe the evolution of the rural landscape of Murça located in the Douro Demarcated Region, and explain it taking into account the socio-demographic dynamics of this territory since the end of the 19th century to the present. The methodology is characterized by the use of statistical information related with demographic and agricultural data.

Keywords: landscape; Murça; vineyard; identity.

INTRODUÇÃO

Na mais antiga região demarcada e regulamentada do mundo¹ podemos encontrar diferentes soluções de armação ou sistematização dos terrenos agrícolas que resultaram em paisagens de rara beleza. O Douro é um território marcado pelo despovoamento,

* Se o *copyright* de tabelas, gráficos e outras imagens não for indicado, pertence aos autores deste texto.

** Doutor em Turismo (Universidade de Aveiro). Professor Adjunto na Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança e investigador integrado no CITUR (Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo).

*** Doutor em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professor Coordenador no ISCET, e professor convidado na FLUP. Investigador Integrado do CEGOT (Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território).

¹ AGUIAR, 2002.

pelo abandono dos campos, mas também pela introdução de novas construções que, de forma mais ou menos vincada, têm descaracterizado a paisagem rural tradicional, e que contribuem, no entanto, para a sua diversificação e enriquecimento enquanto património de uma paisagem cultural evolutiva e viva.

Pretende-se com este trabalho, inserido no projeto de investigação interdisciplinar e de intervenção cultural financiado pela FCT, *Raízes da Educação para o Futuro (ReduF)*, descrever a evolução da paisagem rural das freguesias pertencentes ao concelho de Murça localizadas na região demarcada e explicá-la a partir do conhecimento relativo às dinâmicas sociodemográficas desse território, desde os finais do século XIX até à atualidade. A partir da análise destas dinâmicas, pretende-se contribuir para a promoção da sua identidade cultural, «usando o potencial criativo do património simbólico de todas as gerações, nas suas múltiplas vertentes»².

Parte da sub-região de Cima Corgo, o concelho de Murça transporta, nos seus socos e na sua topografia irregular, um longo percurso histórico que inclui achados romanos, medievais ou modernos, nas margens do rio Tinhela, no alto do Pópolo ou em pleno centro urbano, como a conhecida «Porca de Murça», rodeada de solares do século XVIII ou casarões oitocentistas. Território que mistura a Terra Quente com a Terra Fria transmontana, de elevada produção de vinho e de azeite, as grandes propriedades, as quintas vinhateiras e os quintais de produção doméstica têm recebido a introdução de vários elementos disruptivos ou camaleónicos, de feição contemporânea, que produzem novas leituras sobre paisagem, provocando a interrogação em torno de (pre)conceitos estéticos, morfológicos ou identitários.

Como metodologia de trabalho, serão cruzadas informações estatísticas, nomeadamente de carácter demográfico e de atividade agrícola e vinhateira, assim como será realizado um levantamento fotográfico sistemático que servirá de base para a compreensão das transformações da paisagem, em diferentes temporalidades e escalas geográficas.

1. EVOLUÇÃO DA PAISAGEM VINHATEIRA NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

Ao longo da sua história, a Região Demarcada do Douro (RDD) foi alvo de profundas mudanças. Essas transformações ficaram impressas numa «cultural landscape of outstanding beauty», assim definida pela UNESCO, em 2001, quando a classificou como Património Cultural da Humanidade, no âmbito da categoria de paisagem cultural evolutiva e viva. De acordo com Carlos Almeida³, «remonta à conquista romana a altura em que a região do Alto Douro se tornou em território capaz de produzir trigo, azeite e vinho», não excluindo por completo a hipótese do cultivo da vinha ter chegado à área

² REDUF, 2022.

³ ALMEIDA, 1996: 21.

dos castros antes da chegada dos romanos, como o podem provar algumas grainhas de presumível *vitis vinifera* datadas do Calcolítico, encontradas no «Buraco da Pala», em Mirandela. Todavia, «a produção da vinha seria nula ou de expressão reduzida no começo do reinado de Augusto»⁴. É sobretudo a partir do século XII que se produz mais documentação sobre as vinhas ou tributos pagos em vinho, quando surgem algumas das mais antigas quintas da região. Devido à influência dos conventos cistercienses, a cultura da vinha começa a difundir-se e a produção de vinho permitiria já a sua comercialização para lugares mais distantes. Até ao século XVIII, intensifica-se a cultura da vinha e, em 1756, o Marquês de Pombal institui os primeiros mecanismos de regulação do mercado vinícola do Douro, criando a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que darão origem à primeira região demarcada e regulamentada de vinhos de todo o mundo⁵.

O cultivo da vinha é a atividade responsável pelas mais profundas alterações ocorridas num território definido pelas suas encostas declivosas, pela dureza do xisto e pela escassez de água durante os meses secos. Como refere o projeto de candidatura apresentado à UNESCO, só a observação permanente e intensa e o conhecimento profundo, proveniente de uma experiência acumulada de séculos de trabalho, poderia explicar a expansão da vinha e a consequente ocupação humana, perante características naturais tão adversas ao desenvolvimento da agricultura.

Segundo Orlando Ribeiro⁶:

os socalcos, com que se quebra o pendor das encostas e se retém a terra arável, constituem um traço bem marcado em todas as paisagens de relevo do Noroeste e da Beira e apesar da sua origem mediterrânea, foi a difusão da cultura do milho o principal motivo da sua divulgação, depois aplicados a culturas de sequeiro que se expandiram em data mais recente: as vinhas do Douro, os olivais das montanhas da Beira.

A literatura refere a existência de formas antigas e tradicionais e de formas modernas de armação dos terrenos vitícolas⁷. As primeiras não permitem a mecanização ou motorização por não possuírem um acesso por uma «estrada» aos geios ou parcelas de cultura. A construção dos terraços era feita com muros de pedra seca, onde se plantavam as vinhas segundo as curvas de nível.

Dentro das formas tradicionais, podemos ainda referir o período pré-filoxérico com socalcos de menor dimensão e o período pós-filoxérico com terraços e muros de maior dimensão. Por volta das décadas de cinquenta e sessenta do século XX, começam

⁴ ALMEIDA, coord., 2006: 369.

⁵ MARTINS, 2005.

⁶ RIBEIRO, 1963: 83-84.

⁷ AGUIAR, 1987; MARTINS, 2005.

a ser introduzidas novas técnicas de armação da vinha já utilizadas em alguns países europeus: as vinhas em patamares, estreitas e largas, com os taludes de variadas alturas e sem qualquer tipo de proteção; a vinha plantada transversalmente ao declive e a chamada vinha «ao alto» com a vinha plantada no sentido das linhas de maior declive. Como se pode verificar pela análise da Tabela 1, a cada forma de armação do terreno implantada corresponde um contexto económico-social diferente.

Com a chegada da filoxera na década de sessenta do século XIX, a produção de vinho nacional fica profundamente afetada. Segundo Conceição Martins⁸, agravaram-se consideravelmente os custos de produção do vinho e verificou-se uma diminuição da sua qualidade. Muitos viticultores ficaram na ruína, originando o crescimento acelerado da emigração e o despovoamento das áreas rurais. As finanças públicas e a balança comercial portuguesa foram gravemente prejudicadas. No Douro, muitos vinhedos viram-se abandonados ou substituídos por outras plantações como o olival, o amendoal ou a cerealicultura. Os que resistiram foram alvo de profundas alterações nas décadas seguintes. É importante salientar que muitos viticultores tentaram salvar as suas vinhas com a aplicação de sulfureto de carbono e adubação. Mas com a ineficácia, a prazo, desses processos, sobretudo a partir de 1892, inicia-se uma fase intensiva de novas plantações.

⁸ MARTINS, 1991: 653-654.

Tabela 1. Evolução das técnicas de armação das vinhas na RDD

Técnica de armação da vinha	Alteração do perfil natural do terreno	Fiadas de videiras	Data de introdução	Sistemas de drenagem	Vantagens	Desvantagens
FORMAS ANTIGAS E TRADICIONAIS (PERÍODO PRÉ-FILOXÉRICO)	Alterações pouco significativas ao perfil original.	Uma a duas fiadas de videiras (podendo ser mais, dependendo da inclinação do terreno).	?	Existência de bons sistemas de drenagem.	<ul style="list-style-type: none"> Existência de muros de suporte aos socalcos; boa adaptação à estrutura minifundiária. Equilíbrio entre as atividades agrícolas e as condições edafoclimáticas da região. 	<ul style="list-style-type: none"> Não permite a mecanização. Não possibilita a plantação de mais de 3500 cepas por hectare. Construção dispendiosa.
FORMAS TRADICIONAIS (PERÍODO PÓS-FILOXERA)	Pequenas alterações do perfil original	Uma a duas fiadas de videiras. Permitem a plantação de trinta a quarenta fiadas de videiras.	Século XIX.	Existência de bons sistemas de drenagem.	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do número de cepas por hectare (de 3500 pés para mais de 5000 por hectare). 	<ul style="list-style-type: none"> Não permite a mecanização. Construção dispendiosa.
Plataformas dos socalcos pouco inclinadas e com muros de contornos retilíneos (sistemização do terreno intermédia).	Pequenas alterações do perfil original	Cinco a seis fiadas de videiras.	Século XIX.			

(continua na página seguinte)

Técnica de armação da vinha	Alteração do perfil natural do terreno	Feadas de videiras	Data de introdução	Sistemas de drenagem	Vantagens	Desvantagens
<p>FORMAS MODERNAS DE IMPLANTACÃO DA VINHA EM TERRENOS DE ENCOSTA</p> <p>Terraceamento — vinha em patamares.</p>	<p>Grandes alterações.</p>	<p>Uma fiada de videiras.</p> <p>Duas ou mais fiadas de videiras.</p> <p>Uma ou mais fiadas de videiras.</p>	<p>Décadas de 1950 e 1960.</p>	<p>Sistemas de drenagem negligenciados ou mal construídos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Permitem a mecanização. • Aumento do número de cepas por hectare. • Se a vinha for construída segundo as curvas de nível em vertentes, com declives entre 15 a 20%, não há necessidade de alterar o perfil original da encosta. • A longo prazo verifica-se uma melhoria da fertilidade do solo devido à redução das perdas dos componentes mais finos; • Os patamares propiciam boas condições de interceção da escorrência da água superficial; • Nos patamares estreitos, todas as videiras são plantadas na zona de aterro (facilidade de acesso), as vinhas apresentam maior uniformidade de maturação e uma maior facilidade de manutenção dos taludes. • Por facilitarem a mecanização, as vinhas segundo as curvas de nível são uma boa opção para declives não superiores a 20%. 	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição dos muros de pedra por taludes de terra. • Perda efetiva do terreno ou de área útil. • Maior dificuldade em controlar a vegetação espontânea. • Maior quantidade de solo mobilizado (que poderá ser facilmente erodido). • Os taludes com alturas muito elevadas conduzem a uma dissecação muito intensa do solo e aumentam o risco de desabamento e erosão; • A curvatura dos bardos impede a máxima rentabilização de determinadas operações culturais; • Maior dificuldade de acesso à face exterior dos bardos, particularmente nos tratamentos fitossanitários. • Dificil adaptação dos patamares à estrutura minifundiária. • Os patamares estreitos não permitem uma densidade de plantas por hectare muito elevada.

(continua na página seguinte)

Técnica de armação da vinha	Alteração do perfil natural do terreno	Fiadas de videiras	Data de introdução	Sistemas de drenagem	Vantagens	Desvantagens
FORMAS MODERNAS DE IMPLANTAÇÃO DA VINHA EM TERRENOS DE ENCOSTA	Alterações pouco significativas.	Várias dezenas de fiadas de videiras.	Década de 1970.	Sistemas de drenagem negligenciados ou mal construídos.	<ul style="list-style-type: none"> Permite a mecanização até declives da ordem dos 25%. Não exigem uma armação especial do terreno. 	<ul style="list-style-type: none"> Em declives superiores a 25% não podem ser mecanizáveis.
Vinhas plantadas segundo as linhas de maior declive («vinha ao alto»).	Pequenas alterações do perfil original.	Várias dezenas de fiadas de videiras.	Décadas de 1950 e 1960.	Permite a mecanização, mesmo em declives da ordem dos 70% (mecanização realizada com tração por guincho).	<ul style="list-style-type: none"> Surriba profunda e homogénea. Linhas de plantação retas e sem necessidade de serem intercaladas com taludes. Manutenção das condições favoráveis de exposição da encosta. Boa adaptação ao critério usual da posse da terra em parcelas. Permite uma grande intensidade cultural com vista à máxima produtividade da terra (bom coeficiente de utilização do solo). 	<ul style="list-style-type: none"> Surriba profunda, o que pode favorecer o movimento de terras perante precipitações intensas. Construção mais onerosa para declives iguais ou superiores a 40-45%.

Fonte: AGUIAR, 1987; MAGALHÃES, 2019; MARTINS, 2005: 42. Adaptado

O período pós-floxada é então marcado pela introdução de novas técnicas como o espaçamento das videiras, o alinhamento das vinhas e a intensificação dos trabalhos culturais e das adubações⁹, que exigiram também o desenho de novas formas de armação dos terrenos, facilitando os trabalhos agrícolas. É no período pós-floxada que surgem também mudanças na estrutura fundiária. Apesar da prevalência de uma estrutura fundiária caracterizada pelas reduzidas dimensões das explorações, o abandono de terras por parte dos pequenos agricultores foi aproveitado pelos grandes proprietários, que viram uma oportunidade para aumentar as suas explorações vitícolas.

Um outro momento que deixou marcas indeléveis no cultivo da vinha e na paisagem duriense vive-se a partir da década de setenta do século XX. O contínuo aumento da falta de mão de obra devido aos fluxos migratórios internos e externos, a subida dos preços praticados pelos assalariados e a necessidade de mecanização, entre outros, impõem, uma vez mais, a necessidade de se proceder a alterações significativas nos vinhedos de toda a região, assegurando a sua viabilidade económica.

Tabela 2. Evolução da área de vinha reestruturada com apoios comunitários na RDD

	Anos	Área (ha)
PDRITM	(1985-1990)	2800
Programa Operacional	(1990-1993)	1950
PAMAF	(1994-1999)	2450
VITIS	(2000-2007)	10 000
RARRV	(2008-2009)	1094
RARRV	(2009-2010)	1274
RARRV	(2010-2011)	1126
RARRV	(2011-2012)	1049
RARRV	(2013-2014)	1329
VITIS	-2015	1588
VITIS	-2016	1252
VITIS	(2017-2018)	1676
VITIS	(2018-2019)	713
TOTAL		28 301

Fonte: disponível em <www.ivdp.pt>

⁹ MARTINS, 1991.

É neste contexto que, nos anos oitenta do século XX, começaram a surgir programas de apoio de ajuda financeira aos agricultores (Tabela 2) para a reconversão e construção de vinhas com formas modernas de armação, apoiadas na experiência adquirida nas regiões vitícolas do continente europeu, e que, até ao momento, terão financiado a reestruturação de mais de 28 mil hectares de vinha em toda a RDD.

A introdução de mecanização foi fundamental para ajudar a resolver o problema da falta de mão de obra, mas também para melhorar a produtividade e, dessa forma, contribuir para melhorar a sua competitividade.

Como refere Helena Pina¹⁰, «as directrizes da Organização Comum do Mercado Vitícola, quando se referem às novas plantações de vinhas (transposto para Portugal pela Portaria n.º 461 de 21 de Julho de 2000), apresentam vários desenquadramentos com as especificidades durienses, pois estabelecem a área mínima de vinha a plantar em 1 ha, quando mais de 75% dos prédios possuem área inferior a 0,5 ha», verificando-se uma preocupante subvalorização do Baixo Corgo, «envolto num deficiente parcelamento, enquanto se privilegiava cada vez mais o Cima Corgo, num quadro que se alonga progressivamente para o Douro Superior, onde a expansão da vinha é uma realidade»¹¹.

Tabela 3. Evolução da dimensão das explorações na RDD (2010-2020)

Intervalos de área da exploração (ha)	N.º explorações			Área total (ha)			N.º parcelas		
	2010	2020	Var. (%)	2010	2020	Var. (%)	2010	2020	Var. (%)
área total <= 0,1	9419	1447	-85%	421	88	-79%	13 132	2234	-83%
0,1 < área total <= 0,5	14 524	6654	-54%	3736	1814	-51%	37 860	17 965	-53%
0,5 < área total <= 1	5959	3849	-35%	4249	2785	-34%	27 026	17 683	-35%
1 < área total <= 2	4235	3222	-24%	5954	4602	-23%	27 391	20 904	-24%
2 < área total <= 5	3000	2684	-11%	9326	8371	-10%	25 374	22 174	-13%
5 < área total <= 8	667	771	16%	4137	4854	17%	6677	7751	16%
8 < área total <= 10	222	259	17%	1974	2320	18%	2228	2982	34%
10 < área total <= 20	414	480	16%	5602	6672	19%	5157	6761	31%
área total > 20	242	267	10%	10 140	12 201	20%	4659	6168	32%
TOTAL	38 682	19 633	-49%	45 539	43 708	-4%	149 504	104 622	-30%

Fonte: disponível em <www. ivdp.pt>

¹⁰ PINA, 2004: 341.

¹¹ PINA, 2004: 340.

Como se pode verificar pela leitura da Tabela 3, apesar do número de explorações de pequena dimensão (até dois hectares) ter diminuído de forma significativa, e as explorações de maior dimensão terem aumentado a sua representatividade, observa-se ainda uma grande preponderância das explorações de pequena dimensão, visíveis não só nos valores da área total como também no número de parcelas: em 2020, existiam 17 856 explorações de dimensão igual ou inferior a cinco hectares, correspondendo a 90,9% do total de explorações. Esta realidade é responsável pelo grande mosaico de pequenos vinhedos que continua, ainda hoje, a dominar a paisagem agrícola da RDD.

2. METODOLOGIA

Como metodologia de trabalho, realizou-se uma revisão da literatura, com foco em trabalhos publicados sobre a paisagem da Região Demarcada do Douro, seguida de um cruzamento de informações de índole estatística, nomeadamente de carácter demográfico e de atividade agrícola e vinhateira. Procedeu-se ainda a um levantamento fotográfico sistemático do território em estudo, que serviu de base à compreensão das transformações da paisagem em diferentes temporalidades e escalas geográficas.

3. ÁREA DE ESTUDO: MURÇA

Localizado no distrito de Vila Real e na NUT III do Douro, o concelho de Murça é um território de transição onde se distinguem diferentes zonas de acordo com as altitudes encontradas: Terra Fria de Planalto (acima dos 600 metros); Terra de Transição (entre os 450 e 600 metros) e Terra Quente (altitudes iguais ou inferiores a 450 metros). No seu território, ocupado há milhares de anos, podemos encontrar achados pré-históricos com incidência no Calcolítico e na Idade do Ferro, vestígios romanos, medievais ou modernos.

Apesar de uma longa tradição na produção de vinho, atestada pelos impostos de colheita de três puçais de vinho referidos no foral de 1224¹², o concelho de Murça apenas é incluído na RDD com a nova demarcação de 1907, decretada por João Franco. Não obstante esta inclusão tardia, os vinhos produzidos no concelho serviam, há muito, como matéria-prima para a produção de aguardente necessária à produção de vinho do Porto e, quando a produção de vinho do Porto era reduzida, era misturado com os vinhos durienses.

No ano seguinte (1908), a polémica resultante dos excessivos alargamentos resulta numa redução da área da RDD, passando esta a ser demarcada por freguesias, o que reduziu a região produtora de vinho do Porto praticamente ao território ocupado na atualidade. Por conseguinte, permanecem na RDD as freguesias de Murça, Noura e Candedo, conhecidas por freguesias da «Terra Quente» (Fig. 1).

¹² COSTA, 1992.



Fig. 1. Freguesias do concelho de Murça

Ao longo da primeira metade do século XX, as dinâmicas demográficas do concelho acompanham a dinâmica nacional, marcada por um crescimento significativo da população, apenas interrompido entre 1911 e 1920 devido ao impacto da participação portuguesa na Grande Guerra, à grave situação pandémica da pneumónica, ou gripe espanhola, e à forte vaga emigratória, especialmente até 1914.

As migrações (internas e externas) da década de 1950 justificam a redução do crescimento efetivo da população, mas os elevados valores de natalidade impedem um crescimento negativo. A partir de 1960, incapaz de assegurar mão de obra suficiente e bem remunerada, o concelho vai perdendo população. Muitos partiram para «o Ultramar», incorporados no exército português para combater na Guerra Colonial. A maioria emigrou depois, na década de 1970, para a Europa.

Este fluxo emigratório foi interrompido devido à crise económica resultante do choque petrolífero de 1973, que levou ao aumento do desemprego na Europa e ao regresso de muitos emigrantes. A manutenção de valores de natalidade ainda elevados irá contribuir para o aumento da população residente na década de 1980 (Fig. 2). Note-se que esta será a única década de crescimento demográfico desde 1960 até aos dias de hoje, não só no município de Murça, mas em toda a região do Douro.

Nas décadas seguintes, e não obstante a melhoria das qualificações dos residentes (ou talvez até por isso), os mais jovens continuam a procurar nas cidades do litoral, nas capitais de distrito ou no estrangeiro empregos com remunerações superiores, deixando para trás os mais velhos que teimosamente continuam a tratar da vinha e do olival e a produzir vinhos e azeites valorizados em Portugal e no estrangeiro.

A diminuição é mais sentida nas freguesias que constituem a Terra Fria (Fig. 2), cujo peso na população total do concelho vai sendo cada vez mais reduzido. São as freguesias pertencentes à RDD, onde se produz vinho generoso e azeite, que melhor resistem ao despovoamento: em 2021, as freguesias produtoras de vinho (Terra Quente) tinham 68,5% da população residente.

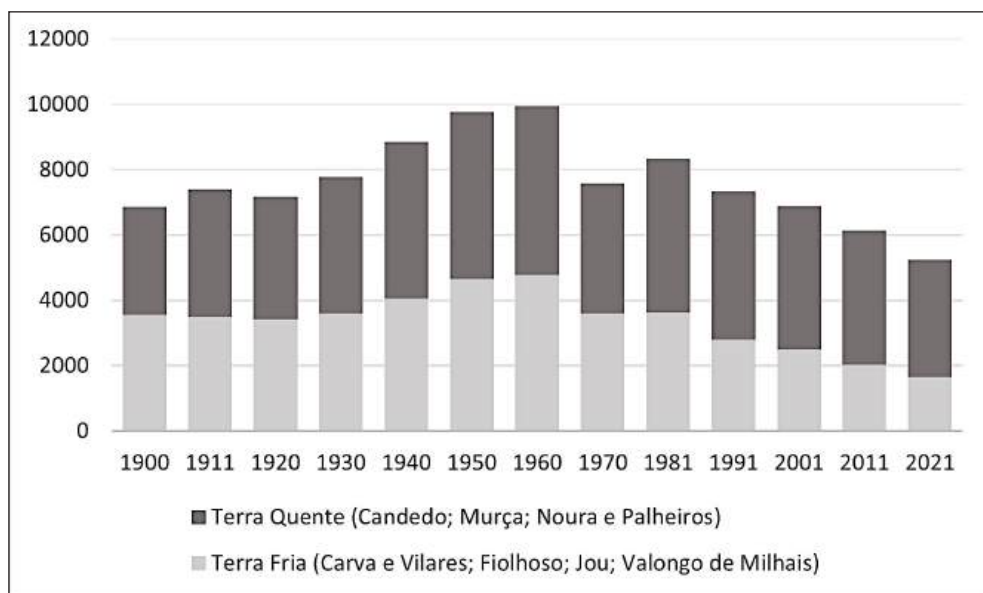


Fig. 2. Evolução da população residente nas freguesias do concelho de Murça (1900-2021)

Nota: os valores de 2021 correspondem aos dados preliminares dos Censos 2021

Fonte: disponível em <www.ine.pt>

A freguesia do Candedo, localizada mais a sul, é dominada pelos apertados vales dos rios Tinhela e Tua. A sua localização, geomorfologia e menor altitude conferem-lhe um conjunto de condições naturais muito favorável à produção de vinho, atestado pela maior área dedicada ao cultivo da vinha e pela existência de mais área de vinha com letras A, B e C (Tabela 4). A freguesia de Murça, localizada mais a norte e com uma altitude média superior, tem uma grande incidência de parcelas classificadas com classe E.

A análise da Tabela 4 permite ainda perceber a evolução ocorrida ao longo da última década (2010-2020), verificando-se um aumento significativo da área de vinha plantada em parcelas classificadas com as letras A e B na freguesia de Candedo, e uma diminuição da área de vinha plantada em parcelas classificadas com letras compreendidas entre C e I em todas as freguesias. Esta situação pode ser explicada pela maior valorização das parcelas com letras A e B para efeitos de atribuição do benefício.

Tabela 4. Evolução da área de vinha e sua composição, por freguesia (2010-2020)

	Noura 2010	Noura 2020	Candedo 2010	Candedo 2020	Murça 2010	Murça 2020	Total concelho 2010	Total concelho 2020	Evol. %
	Área (ha)		Área (ha)		Área (ha)		Área (ha)		
A			71	113			71	113	59%
B	1	2	295	326			296	328	11%
C	93	118	327	304	3	1	423	423	0%
D	266	223	99	91	128	124	493	438	-11%
E	10	17	16	8	100	67	126	92	-27%
F	2	1	2	1	17	8	21	10	-52%
G	4	2	2	1	3	0	9	3	-67%
H	1	0	0	0	1	0	2	0	100%
I	2	2	0		2	1	4	3	-25%
	379	365	813	845	255	202	1445	1410	-2%

Notas: • período de referência — período a que a informação se refere. Pode ser pontual (um ano específico) ou um intervalo de tempo (vários anos); • localização geográfica — da RDD, por sub-região, concelho e freguesia, conforme definido no n.º 1, do artigo 3.º, do decreto-lei n.º 173/2009, de 3 de agosto; os totais por sub-região e para a totalidade da região podem não coincidir nos quadros do bloco «viticultura», visto serem obtidos a partir de parciais diferentes (por parcela, por exploração ou por sub-região), com diferentes arredondamentos à unidade. Fonte: disponível em <www.ine.pt>. Cálculos dos autores

Pode-se ainda verificar a diminuição da área total de vinha no concelho de Murça (-2%) no período considerado. Esta diminuição pode ficar a dever-se ao abandono das terras como consequência do envelhecimento da população ou à substituição da vinha por olival. O azeite produzido no concelho tem gozado de uma grande reputação à escala nacional e internacional, o que poderá justificar uma mudança na ocupação no solo agrícola, nomeadamente, nas parcelas de vinha classificadas com letras de menor benefício. A construção da barragem de Foz Tua também poderá ajudar a explicar esta diminuição devido à submersão de algumas vinhas mais próximas dos rios Tua e Tinhela. Informação recente fornecida pelo Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto revela a existência de 1278 hectares de vinha no concelho de Murça em 2021, dos quais 1057 hectares correspondem a vinhas com aptidão para a produção de vinho do Porto.

Tabela 5. Vinha no concelho de Murça

	Apta	AaF	Não apta	Illegal	Qt. parcelas
MURÇA	1278,197	1057,705	18,6964	89,9189	5046

Nota: a sigla AaF indica a área, dentro da área apta, que tem aptidão à produção de vinho do Porto

Fonte: INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO, 2021

A Tabela 6 revela a distribuição das vinhas do concelho segundo as formas de armação dos terrenos. Esta informação, atualizada com recurso a um Sistema de Informação Geográfica (SIG), foi igualmente fornecida pelo Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (2021). Verifica-se a predominância de formas de armação modernas (patamares e vinha ao alto), que exprimem as mudanças ocorridas nas últimas décadas em toda a paisagem das freguesias do concelho de Murça que se encontram inseridas na RDD. Estas mudanças refletem o esforço de modernização da atividade agrícola, nomeadamente de mecanização, que levou:

- à substituição de vinhas com formas de armação tradicionais (pré e pós-filoxera);
- à substituição de outras áreas agrícolas por vinha;
- ao plantio de novas vinhas em terrenos ocupados por mato ou floresta.

Tabela 6. Vinha no concelho de Murça segundo a armação dos terrenos

Armação dos terrenos	Apta	AaF	Não apta	Illegal	Qt. parcelas
Patamares — duas ou mais linhas	276,2978	226,6119	0,7118	27,0551	434
Vinha s/armação de terreno	36,8599	31,7091	0,3947	4,8675	143
Terraços pós-filoxera	4,0712	3,7003	0	0,0308	10
Patamares — uma linha	20,711	18,0923	0	1,0396	31
Outras	0	0	0,2748	0,2314	22
Terraços pré-filoxera	0,7757	0,7757	0	0,0123	5
Vinha ao alto	84,9293	75,1964	0,1513	9,2089	184

Nota: a sigla AaF indica a área, dentro da área apta, que tem aptidão à produção de vinho do Porto

Fonte: INSTITUTO DOS VINHO DO DOURO E DO PORTO, 2021

4. A PAISAGEM NAS FREGUESIAS VINHATEIRAS

Um percurso pelos caminhos alcatroados ou em terra batida do concelho de Murça permite desvendar um território de transição. Não é um lugar feito apenas dos *clichés* do Douro ou da estética imperturbável dos socalcos sobre um espelho de água travado por uma barragem. E não é também apenas a fria e pedregosa planura transmontana de lameiros e matagais. É um lugar de confluência de múltiplas realidades, marcadamente construído a partir de uma história vínica, mas menos romantizada e «paisagificada» (na expressão de Álvaro Domingues¹³) que as margens imediatas do Douro, e partilhada, com frequência, por largas extensões de olivais de onde se extrai o ouro líquido, famoso um pouco por todo o mundo.

A paisagem evoluiu organicamente e, por isso, encontram-se ainda, aqui e ali, fósseis de um passado distante, como os mortórios, de que já falámos, ruínas de um tempo que passou, marca da destruição causada pela filoxera. Ali, impera hoje um certo silêncio que se ouve profundo no vento que perpassa pelas oliveiras que se erguem sobre os socalcos abandonados. Embora vinhateira, a paisagem de Murça não parece estar presa a uma dimensão excessivamente nostálgica ou de obsessão estética. Estão ali os socalcos e a vinha, mas quase toda transformada para produzir, e não para responder a anseios de embelezamento, incorporando as novas técnicas de armação do final do século XX.



Fig. 3. Mortório pré-filoxérico ocupado com oliveiras

São vinhas em patamares largos, por vezes, até plantadas «ao alto», contrariando a tradicional organização em curvas de nível. Desse passado, avesso a máquinas e motores, de terraços com muros de pedra seca, pouco sobra. Esta nova forma de plantar é, de certa forma, ainda que pareça paradoxal ou anacrónico, o velho Douro, reclamado por Miguel Torga, quando criticava aqueles que «iam de Cadillac a uma vindima [...] fotografá-la

¹³ DOMINGUES, 2019.

e descrevê-la depois num chá das cinco ou num jornal da tarde»¹⁴. A paisagem da vinha em Murça não é embrulho nem *souvenir*, mas produto da cultura local e de fim produtivo, que não fica fechada em práticas antigas, mas que aprende e inova numa constante adaptação.

Murça não é um território carregado de histórias e imaginários, nem um espaço de *overtourism* ou gentrificação. Não é também um lugar «com excesso de identidade»¹⁵, como Álvaro Domingues chamou ao Douro, porque fica na sua franja, longe dos grandes roteiros turísticos, do comboio e do rabelo, das grandes quintas e do lastro da comunidade britânica de Oitocentos. Hoje, é ainda sobretudo um lugar da terra e do agricultor, constituído, na sua essência, por aldeias que pontuam a cartografia, rodeadas de pequenas propriedades.



Fig. 4. Vinha tradicional pós-floxera

¹⁴ MATTOSO *et al.*, 2010: 203.

¹⁵ DOMINGUES, 2019: 47.



Fig. 5. Vinha moderna em patamares

Quando se abrem os horizontes a quem passa, a partir de uma linha de cumeeada ou de um miradouro numa encosta, o que se vê assemelha-se a uma manta de retalhos, vislumbrando-se ainda algumas marcas de abandono de campos agrícolas, alguns dos quais, entretanto, incorporados em explorações de maior dimensão. Intrincada e heterogénea, a paisagem de Murça é, por isso, diferente da norma duriense, apesar de incorporar inevitavelmente elementos comuns.



Fig. 6. Mosaico de pequenos vinhedos

O verão quente, livre da chegada das massas húmidas atlânticas que o Marão bloqueia, aquece a massa xistosa e adoça as uvas e o vinho. É um pedaço do abrasador Mediterrâneo encostado ao inverno transmontano. Em Murça, há vinhas e oliveiras na encosta, mas despontam também, aqui e ali, figueiras e marmeleiros, que nascem em recantos das propriedades e em pequenas nesgas junto às estradas, produzindo um odor mélico e oferecendo fruta à dieta local. Há, ainda, uns poucos sobreiros, relíquias vivas de onde se extrai

cortiça, que permaneceram de um tempo distante. No topo das vertentes, onde a vinha já não chega, há cristas quartzíticas, blocos rochosos, urze e um ou outro pinheiro, que resiste a ventos e tempestades, desde as campanhas de florestação do passado.

Como qualquer outra paisagem dinâmica, que resiste à musealização ou à cristalização, há alguns elementos novos que a alteram e complexificam, pese embora a manutenção significativa da dependência do contexto biofísico para as atividades económicas da região. Em Murça, os principais mecanismos de construção de paisagem continuam a ser ditados pelos interesses dos produtores de vinho e do azeite. Além do mais, não se notam extraordinárias ruturas por ação da industrialização ou da urbanização. Os pequenos aglomerados não têm uma presença muito significativa de estruturas de alojamento local, nem tampouco são encontradas grandes unidades hoteleiras que possam criar sobressalto na organização do espaço ou na leitura tradicional da paisagem. Como apontou Natália Fauvrelle, «é o equilíbrio entre a morfologia acidentada e o sistema construtivo e produtivo das arquitecturas da paisagem que confere a qualidade e a especificidade à Região Demarcada do Douro e que a torna única e irrepetível»¹⁶. Há transformações de pormenor com a introdução de elementos de arquitetura contemporânea em alguma construção nova, em acréscimos de pisos ou de anexos, e determinadas substituições de edificado, num processo que não cria rutura, mas parece promover uma certa continuidade. As aldeias, por ação do regresso de alguns migrantes, passam a ser pontuadas por alguns elementos novos, em regra discretos, notórios mais por serem recentes que por disrupção, mas que não alteram radicalmente a escala dos aglomerados, nem tampouco a leitura do conjunto. Do ponto de vista produtivo, as novas adegas, com arquitetura de feição industrial, têm aparência discreta na paisagem, aproveitando materiais locais e assumindo, na maior parte das situações, uma postura camaleónica, desaparecendo na paisagem.



Fig. 7. Intervenções recentes em habitação própria e novas adegas (Candedo e Martim, respetivamente)

¹⁶ FAUVRELLE, 2008: 18.

CONCLUSÕES

Como foi possível observar ao longo deste trabalho, a paisagem vinhateira da Região Demarcada do Douro e do concelho de Murça, em particular, reflete as mudanças sociais, demográficas e económicas ocorridas nos últimos séculos. Demonstrou-se, através da recolha e apresentação de alguns dados estatísticos relativos à demografia e à ocupação do solo agrícola, que o território continua a ser palco de profundas alterações com impacto quer na forma de ocupar e trabalhar a terra quer nas opções arquitectónicas. Trata-se de uma paisagem dinâmica que, como foi referido, vai resistindo à musealização ou à cristalização, apesar dos elementos novos que pontualmente a alteram e complexificam. Marcado pelo despovoamento e pela falta de mão de obra, foi necessário introduzir neste território novas formas de sistematização dos terrenos que alteraram a paisagem agrícola tradicional, caracterizada pelos seus muros de pedra e sistemas de drenagem que impedem os movimentos de terreno em períodos chuvosos mais intensos. As vinhas em patamares ou as vinhas «ao alto» são hoje um elemento de modernidade, demonstrando simultaneamente que a paisagem, apesar de menos habitada, continua viva e num processo de adaptação aos desafios da contemporaneidade.

Por conseguinte, procedeu-se neste trabalho à descrição da evolução da paisagem rural das freguesias vinhateiras de Murça e à explicação da sua evolução a partir do conhecimento relativo às dinâmicas sociodemográficas desse território. Com base na análise destas dinâmicas, foi possível estudar e conhecer mais profundamente os coautores deste vasto património que, «usando o potencial criativo do património simbólico de todas as gerações, nas suas múltiplas vertentes», tem um grande potencial para a promoção da sua própria identidade cultural.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Fernando Bianchi de (1987). *Cultura da Vinha em Terrenos de Encosta: alternativas para a sua implantação*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- AGUIAR, Fernando Bianchi de (2002). *O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural, evolutiva e viva*. «Douro — Estudos & Documentos». 7:13, 143-152.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (1996). *O Cultivo da Vinha Durante a Antiguidade Clássica na Região Demarcada do Douro. Ponto da Situação*. «Douro — Estudos & Documentos». 1:2, 18-30.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, coord. (2006). *História do Douro e do Vinho do Porto — História Antiga da Região Duriense*. Porto: Edições Afrontamento.
- COSTA, António (1992). *O concelho de Murça (Retalhos para a sua história)*. Murça: Câmara Municipal de Murça.
- DOMINGUES, Álvaro (2019). *De que é que se fala quando se fala de paisagem?* In PEREIRA, Gaspar Martins; AMORIM, Maria Norberta; LAGE, Maria Otilia Pereira (2019). *Douro e Pico — Paisagens Culturais Património da Humanidade*. Porto: CITCEM, pp. 41-52.
- FAUVRELLE, Natália (2008). *Arquitecturas da paisagem vinhateira — técnicas e saber fazer*. In FAUVRELLE, Natália; ROSAS, Lúcia, coords. *Arquitecturas da paisagem vinhateira*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, pp. 14-18.

- INE (2021). *Censos*. Lisboa: INE. [Consult. 3 ago. 2021]. Disponível em <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpagenumber=11&PUBLICACOESistema=00&PUBLICACOESfreeText=censos>.
- IVDP (2021). *Área de vinha e sua composição*. Porto: Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto. [Consult. 3 ago. 2021]. Disponível em <https://areareservada.ivdp.pt/estatisticas_novo2.php?codEstatistica=2&periodos=897&codFreguesia=>>.
- IVDP (2021). *Estatísticas*. Porto: Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto. [Consult. 26 jul. 2021]. Disponível em <https://areareservada.ivdp.pt/estatisticas_novo2.php?codIdioma=0>.
- IVDP (2021). *Evolução da área de vinha reestruturada com apoios comunitários*. Porto: Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto. [Consult. 26 jul. 2021]. Disponível em <https://areareservada.ivdp.pt/estatisticas_novo2.php?codEstatistica=6&codIdioma=0>.
- MAGALHÃES, Nuno (2019). *A evolução tecnológica da cultura da vinha*. In GUICHARD, François; ROUDIÉ, Philippe; PEREIRA, Gaspar Martins, coords. *O vinho do Porto e o Douro no século XX e início do século XXI*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 300-328. Vol. 5 de *História do Douro e do vinho do Porto*.
- MARTINS, Conceição Andrade (1991). *A filoxera na viticultura nacional*. «Análise Social». XXVI:112-113, 653-688.
- MARTINS, Márcio (2005). *Processos de Erosão Acelerada na Região Demarcada do Douro*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- MATTOSE, José et al. (2010). *Portugal: O sabor da terra*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PINA, Helena (2004). *A expansão e a reconversão vitícola na Região Demarcada do Douro — algumas problemáticas*. In *V Congresso da Geografia Portuguesa, Portugal: territórios e protagonistas*. Guimarães: Universidade do Minho, pp. 340-341.
- REDUF (2022). *Raízes da Educação para o Futuro*. Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT): Universidade do Porto. [Consult. 5 mar. 2021]. Disponível em <<https://www.fpce.up.pt/ciie/?q=content/reduf-raizes-da-educacao-para-o-futuro>>.
- RIBEIRO, Orlando (1963). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. 2.^a ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

II
PATRIMÓNIOS E
REPRESENTAÇÕES DA
PAISAGEM

O TERRITÓRIO DA PAISAGEM DA CULTURA DA VINHA DA ILHA DO PICO EM FINAIS DO SÉCULO XVI: O *LIVRO SEXTO DAS SAUDADES DA TERRA**

CATARINA R. M. MADRUGA**

Resumo: *Numa entidade tão complexa quanto o é uma paisagem cultural, constitui um desafio compreender os tempos da sua constituição e transformação, e traçar a sua história. No presente artigo, propomos contribuir para este conhecimento, debruçando-nos sobre a crónica de Gaspar Frutuoso — Saudades da Terra —, e procurando entender como seria, à luz do que nos é transmitido por esta obra, o território da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico em finais do século XVI, nas múltiplas facetas que definem uma paisagem e no âmbito alargado da unidade em que esta se insere: a ilha do Pico.*

Palavras-chave: *Açores; paisagem da cultura da vinha; ilha do Pico; história da paisagem; Gaspar Frutuoso; património mundial.*

Abstract: *In such a complex entity as a cultural landscape, it is a challenge to understand the times of its constitution and transformation and to trace its history. In this article we propose to contribute to this knowledge by looking at the chronicle of Gaspar Frutuoso — Saudades da Terra —, and trying to understand how it was, in the light of what is transmitted by this work, the territory of the landscape of the Pico island vineyard culture in the late sixteenth century, in the multiple aspects that define a landscape and in the larger scale of the unit in which it is included: the Pico island.*

Keywords: *Azores; landscape of the vineyard culture; Pico island; landscape history; Gaspar Frutuoso; world heritage site.*

INTRODUÇÃO

A escolha da obra *Saudades da Terra* como objeto do presente trabalho justificou-se por recuar a um tempo em que o território em estudo não estava associado a uma produção vinícola de grande escala e, também, por conter dados suficientes para visualizar, com alguma consistência e objetividade, algumas características definidoras da ocupação humana do território e da definição da sua paisagem.

A análise da crónica é feita sobre os dois capítulos do *Livro Sexto das Saudades da Terra* dedicados à ilha do Pico¹ e organizada de modo a consubstanciar-se na recolha e análise de um conjunto de dados, ao qual se associou a construção de um conjunto de diagramas cartográficos relativos a seis temas:

* Se o *copyright* de tabelas, gráficos e outras imagens não for indicado, pertence à autora deste texto.

** Investigadora independente. Arquitecta pela FAUTL e pós-graduada em reabilitação urbana e arquitetónica pelo ISCTE. Projetista em Lisboa, tem desenvolvido estudos sobre a paisagem da cultura da vinha da ilha do Pico, no âmbito de sua formação e atividade profissional.

¹ Capítulo quadragésimo — *Do incerto descobrimento da ilha do Pico e de sua descrição pela costa em circuito*; Capítulo quadragésimo primeiro — *Da descrição da ilha do Pico pelo meio da terra e de um incêndio que nela houve.*

- divisão administrativa;
- lugares habitados;
- portos;
- população;
- atividades;
- atividade vitivinícola.

Pretendeu-se reunir informações que permitissem uma visualização clara e comparável dos dados fornecidos pela crónica de Gaspar Frutuoso e, deste modo, construir hipóteses de interpretação relativas ao tipo de ocupação humana do território da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico no final do século XVI, tanto numa perspetiva comparativa em relação ao restante território da ilha à época, como numa perspetiva comparativa em relação aos aspetos que caracterizam a consubstanciação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico enquanto tal, oferecendo uma leitura entrecruzada que possa contribuir para um entendimento mais completo desta paisagem como resultado complexo de fenómenos de transformação, supressão, transmissão e hibridização ao longo do tempo.

1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA

As informações transmitidas por Gaspar Frutuoso em relação à divisão administrativa da ilha do Pico indicam a existência de sete freguesias: três na vertente sul (São Mateus, Lajes e Ribeiras); duas na vertente norte (São Roque e Prainha); uma na ponta nascente (Piedade) e outra na base da montanha, no lado poente da ilha (Madalena). É também indicada a existência de duas vilas — uma na vertente sul (Lajes) e outra na vertente norte (São Roque) —, sendo sublinhada a importância destacada da primeira em relação à segunda.

Não há um conhecimento garantido sobre como se terá processado o povoamento inicial da ilha do Pico, mas existe a suposição de que o mesmo possa ter acontecido na sua vertente sul, na zona das atuais freguesias das Lajes e das Ribeiras, o que poderia contribuir para justificar a relevância da vila das Lajes no contexto da ilha no final do século XVI².

Embora, a partir dos dados da crónica, não seja possível aferir as dimensões exatas que as freguesias teriam, é viável ter uma ideia aproximada de algumas das suas extensões ao longo da costa, pois Gaspar Frutuoso indica-o para as freguesias da Madalena e da Piedade (ambas com cerca de duas léguas para sul e duas léguas para norte) e para a freguesia das Lajes (que teria mais de três léguas de extensão). Considerando-se a possibilidade da localização das fronteiras entre as freguesias se ter mantido relativamente

² CHAGAS, 1989: 507.

constante ao longo do tempo (com exceção das que correspondem aos acidentes vulcânicos de 1718 e que poderão, portanto, ter sido alteradas, entretanto), estabeleceu-se recorrer a estas para efeitos de representação gráfica. Em relação às datas de formação das freguesias Gaspar Frutuoso indica apenas que a freguesia de São Mateus teria sido criada em 1588.

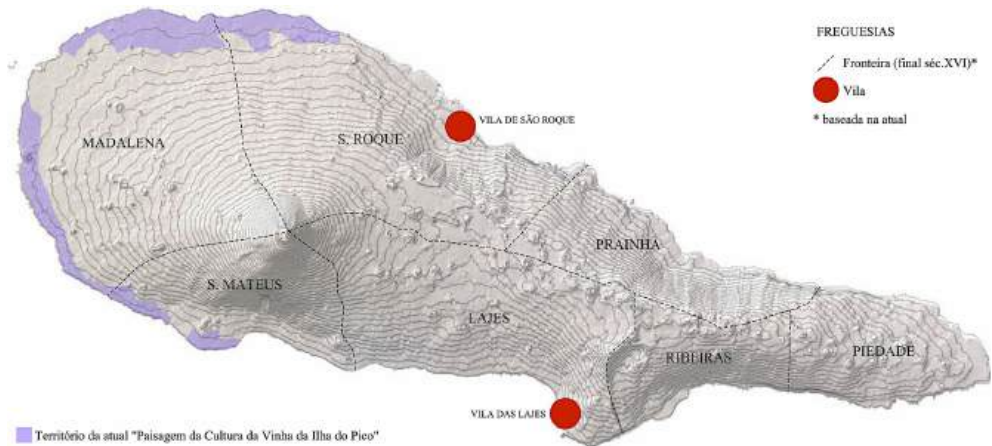


Fig. 1. Diagrama cartográfico relativo à divisão administrativa da ilha do Pico, em finais do século XVI, feito com base na informação transmitida por Gaspar Frutuoso

Da análise do diagrama cartográfico construído para este tema (Fig. 1), constata-se a existência de uma divisão administrativa fortemente influenciada pela natureza topográfica da ilha. Identifica-se uma organização do espaço administrativo determinado pelo planalto — que divide as vertentes sul (das freguesias das Lajes e das Ribeiras) e norte (das freguesias de São Roque e da Prainha) —, das quais se destaca a ponta nascente da ilha, de relevo mais suave (correspondente à freguesia da Piedade) e o cone da montanha propriamente dito (correspondente às freguesias da Madalena e de São Mateus). Cumulativamente, esta divisão administrativa parece confundir-se, também, com os próprios ritmos de povoamento da ilha, correspondendo, as freguesias da vertente sul e norte do planalto, aos primeiros impulsos povoadores, e a ocupação da faixa do cone da montanha a um segundo momento, decorrente da atribuição da capitania da ilha do Pico ao capitão donatário da ilha do Faial, em finais do século XV.

Comparando a divisão administrativa elencada por Gaspar Frutuoso com aquela que é descrita por frei Diogo das Chagas, em meados do século XVII, na sua obra *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores* (Fig. 2), verifica-se um aumento significativo do número de freguesias nesta mesma faixa que contorna a montanha, a poente, e que corresponde a uma considerável extensão do atual território da Paisagem da

Cultura da Vinha da Ilha do Pico (Candelária, Bandeiras e Santa Luzia). A criação destas três novas freguesias em apenas meio século poderá ter decorrido de um crescimento do número de habitantes, da criação de novas paróquias e do eventual aumento da importância económica deste território.

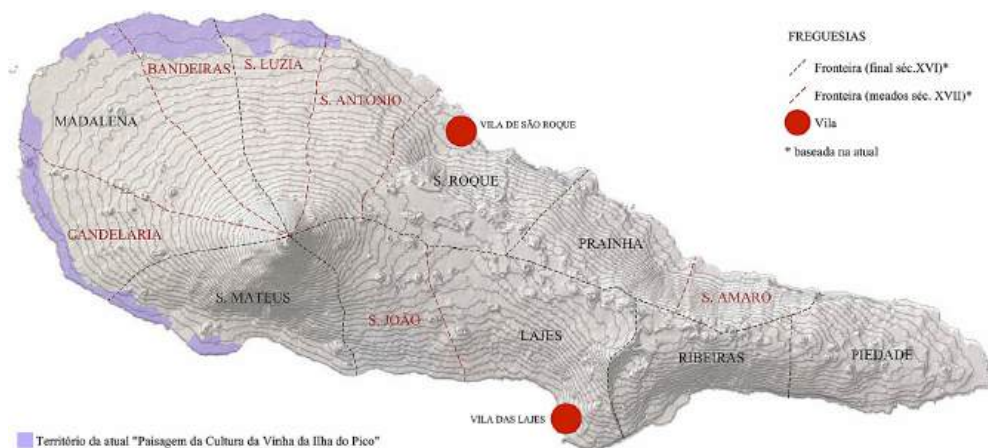


Fig. 2. Diagrama cartográfico relativo à divisão administrativa da ilha do Pico em meados do século XVII, feito com base na informação transmitida por frei Diogo das Chagas, na obra *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*

Este dado pode fazer supor que, entre a data da crónica de Gaspar Frutuoso e a data da crónica de frei Diogo das Chagas, esta parte da ilha poderá ter sido palco de alterações relevantes, eventualmente consequência do início de uma atividade vitivinícola mais expressiva.

2. LUGARES HABITADOS

São poucas as informações concretas fornecidas por Gaspar Frutuoso relativamente à distribuição do espaço habitado na ilha do Pico, não sendo possível identificar claramente qual a sua distribuição ao longo do território. Relativamente à maioria dos pontos onde se estabelecia o contacto com o mar para embarcar mercadorias, por exemplo, apesar de haver uma atenção descritiva em relação ao tipo de condições naturais existentes e em relação ao uso específico que lhes era dado, não há informações concretas quanto à existência, ou não, de núcleos habitados correspondentes.

Não obstante, existe a informação de que tanto o porto da Calheta do Nesquim como o da Calheta da Prainha do Galeão estavam associados a pequenos aglomerados habitados, com cerca de seis a sete vizinhos cada. Também é possível concluir, pela informação transmitida, que as freguesias da Madalena, da Prainha e das Ribeiras seriam habitadas na proximidade dos seus correspondentes portos. Existem dados, também, relativos a uma povoação interior na freguesia da atual Piedade. A estes aglomerados que

foi possível identificar juntam-se as vilas das Lajes e de São Roque, claramente elencadas. Por fim, é feita referência a um eventual núcleo habitado de uso provisório ou sazonal, correspondente à presença de casas de pastores na freguesia de São Roque, junto a uma lagoa na fralda da montanha.

Paralelamente a esta ausência de informações concretas sobre a identificação de aglomerados habitacionais, há a indicação de que, tanto na freguesia da Madalena como nas freguesias de São Mateus e da Piedade, a população estaria instalada de modo disperso no interior do território, imersa nos então existentes e designados matos.

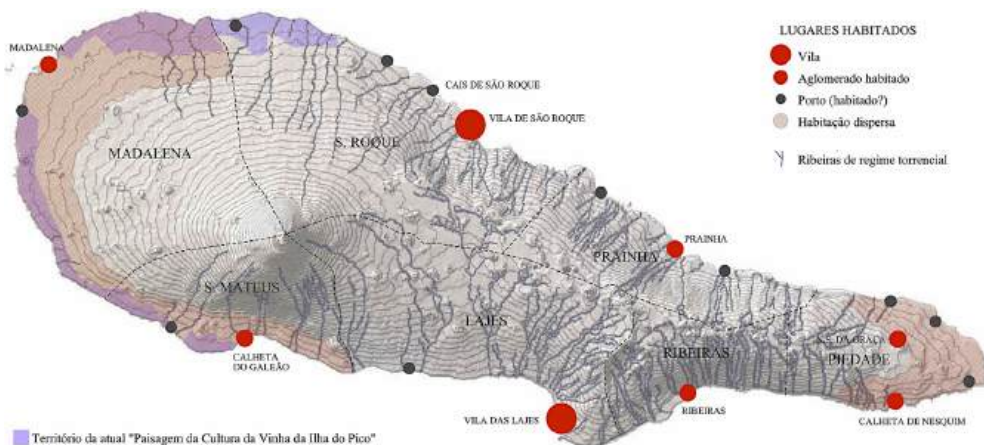


Fig. 3. Diagrama cartográfico relativo à distribuição dos lugares habitados na ilha do Pico, em finais do século XVI, feito com base na informação transmitida por Gaspar Frutuoso e informação atual relativa à distribuição das ribeiras da ilha

Analisando o diagrama decorrente da reunião da informação (Fig. 3), verifica-se que a distribuição dos lugares habitados assenta numa característica relativamente constante: a proximidade da costa. Esta localização é cumprida nas duas vilas da ilha (Lajes e São Roque), bem como na grande maioria dos restantes núcleos identificados. Numa lógica de apropriação do território, em que a possibilidade de troca e venda de produtos (feitas por via marítima) era basilar, compreende-se o motivo desta opção. Por outro lado, a proximidade do mar permitia o desenvolvimento de atividades piscatórias, relevantes para a alimentação da população.

Outro fator determinante para a compreensão da localização das povoações, e que Gaspar Frutuoso refere com bastante relevo, é a disponibilidade de água doce. Sobre este aspeto é registado que a ilha do Pico era carecida de água, sobretudo no verão, dispondo apenas de três fontes pequenas. O acesso à água seria, portanto, difícil, sendo várias as estratégias utilizadas para a suprir.

O recurso à água existente nos pontos mais altos da ilha (das nascentes dos aquíferos de altitude, decorrentes do degelo da montanha ou das lagoas existentes no planalto da montanha), seria uma dessas estratégias, embora seja mencionado que a deslocação até estes pontos da ilha «custa muito trabalho por os caminhos serem fragosos e compridos [...] e trabalhosos»³.

Outra estratégia passaria por preservar a água das ribeiras (nas épocas do ano em que dispunham de água), recorrendo aos seus acidentes geológicos, como sucederia com a ribeira Seca da vila de São Roque, «que tem dentro em si grandes concavidades de pedra onde está água das enchentes das chuvas; fica por espaço de muito tempo, que dura e se bebe dela»⁴.

A estratégia de captar a água proveniente de aquíferos costeiros também serviria para colmatar os poucos recursos hídricos, recorrendo-se à execução de poços de água da maré de baixa-mar, ou retirando-a, salobra, de covas feitas de areia ao longo da costa, conforme descreve Gaspar Frutuoso.

Por fim, e numa estratégia que ajudará a justificar não haver concentração das zonas habitadas junto à costa nas freguesias que carecem de ribeiras, recorria-se às árvores para a recolha de água das chuvas:

fazem riscos nos troncos das árvores, cortando-as à roda, como anéis inclinados de uma banda, onde lhe põem por bica uma folha de árvore e, pondo nela umas jarras, cabaças, ou tinas, se estão enchendo, enquanto chove de dia e de noite, e principalmente fazem isto nos louros, porque acham ser melhor e mais sadia água que outra nenhum; há muitos homens que edificam suas moradas [...] em parte onde há louros, antre os matos, por razão de ali se poderem aperceber de água pera beberem»⁵.

Voltando a analisar o diagrama efetuado, no qual se integrou a informação sobre as ribeiras atualmente existentes na ilha do Pico, ressalta que uma parte considerável da atual Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico não dispõe de ribeiras, o que terá contribuído para que este território tenha sido dos últimos a ser explorado e povoado no contexto da ilha do Pico. Por outro lado, é interessante verificar que, nestas zonas, a distribuição dos espaços habitados é dispersa e desenvolve-se até zonas mais interiores, afastadas em relação à costa, provavelmente potenciada pela existência de estratégias de captação de água doce que não passariam por uma concentração nas zonas de confluência de ribeiras e, portanto, de aglomeração junto à costa.

Nas épocas subsequentes ao final do século XVI, as estratégias de captação de água serão desenvolvidas e vulgarizadas e permitirão que elementos como os poços de maré,

³ FRUTUOSO, 1978: 300.

⁴ FRUTUOSO, 1978: 299.

⁵ FRUTUOSO, 1978: 300.

os tanques e as cisternas ganhem uma dispersão considerável, tornando-se elementos importantes na própria caracterização dos espaços construídos da ilha do Pico. E permitirão que em territórios como o da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, a distribuição dos lugares habitados continue a ser praticada numa posição interior em relação à costa, conforme se constata no mapa detalhado que Alexander T. E. Vidal fez da ilha do Pico em meados dos anos quarenta do século XIX.



Fig. 4. Azores or Western Islas (c. 1841-1845), da autoria do capitão Alexander T. E. Vidal
Fonte: VIDAL, c. 1841-1845

3. PORTOS

No primeiro capítulo de *Saudades da Terra* dedicado à ilha do Pico é feita uma descrição pormenorizada da sua costa, sendo indicados os vários locais que funcionavam como zonas de aproximação de embarcações, bem como o tipo de mercadorias que aí eram embarcadas. Com frequência, são indicadas, também, as condições de utilização desses embarcadouros: a época do ano em que podiam ser usados; as dificuldades que apresentavam; o tipo de embarcações que os podiam utilizar, ou o modo como determinadas mercadorias eram embarcadas quando uma maior aproximação à costa não era viável.

Numa época em que o arquipélago dos Açores (tal como outros espaços geográficos ocupados no decurso da expansão marítima portuguesa) era visto como espaço vital para extrair e produzir bens que suprissem as carências do território europeu e permitissem uma participação nas trocas comerciais de grande escala, garantir a existência de meios para embarcar esses mesmos bens era um fator crucial.

Da leitura do conjunto dos embarcadouros disponíveis na ilha do Pico ressalta a utilização das condições naturais preexistentes — de baías, praias e «pontas» —,

para zonas de aproximação das embarcações, existindo a referência a apenas um porto construído na zona do atual Cais de São Roque «que é um cais e porto que se fez ao picão»⁶.

Nas situações menos favoráveis de aproximação à costa eram usadas medidas alternativas de carregamento, como sucedia com a madeira embarcada na Furna de Santo António ou na Ponta do Mouro (ou de André Roiz), onde a mesma era lançada ao mar e, daí, recolhida pelos barqueiros.

Há indicação de vários pontos da costa onde poderiam aceder caravelas, caravelões e «barcos grandes», atestando a aproximação de embarcações de maior capacidade de transporte à ilha do Pico. Este tipo de embarcações surge mencionado com maior expressão na vertente norte e na ponta nascente (freguesias de São Roque, Prainha e Piedade), sugerindo um maior desenvolvimento das relações comerciais com o exterior desta parte da ilha. Não é possível verificar se o mesmo se passaria com a vertente sul, pois são prestadas poucas informações sobre o porto das Lajes e das Ribeiras. Comparativamente com estas situações, a costa da freguesia da Madalena apresenta um número de portos muito reduzido e nenhuma referência à aproximação de grandes embarcações.

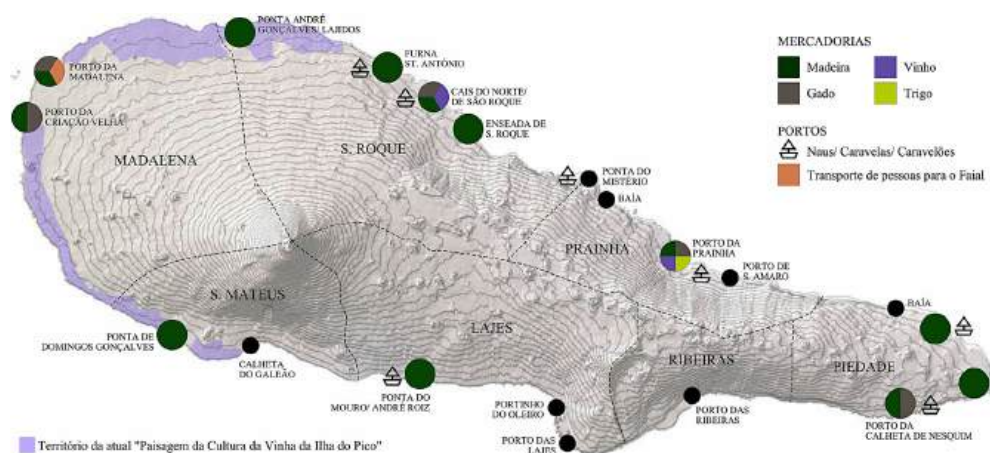


Fig. 5. Diagrama cartográfico relativo aos portos/pontos de embarque da ilha do Pico, em finais do século XVI, feito com base na informação transmitida por Gaspar Frutuoso

Da análise do diagrama (Fig. 5) é também possível aferir que o futuro território da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico se encontraria, do ponto de vista da distribuição dos seus pontos de contactos com o mar e embarque de mercadorias, numa fase de desenvolvimento muito distante da que determinaria o ciclo da sua pujança produtiva, no qual seriam inúmeros os pequenos portos através dos quais as pipas eram

⁶ FRUTUOSO, 1978: 292.

conduzidas, ao longo de rampas, até ao mar, para serem embarcadas, conforme se ilustra no diagrama comparativo (Fig. 6).

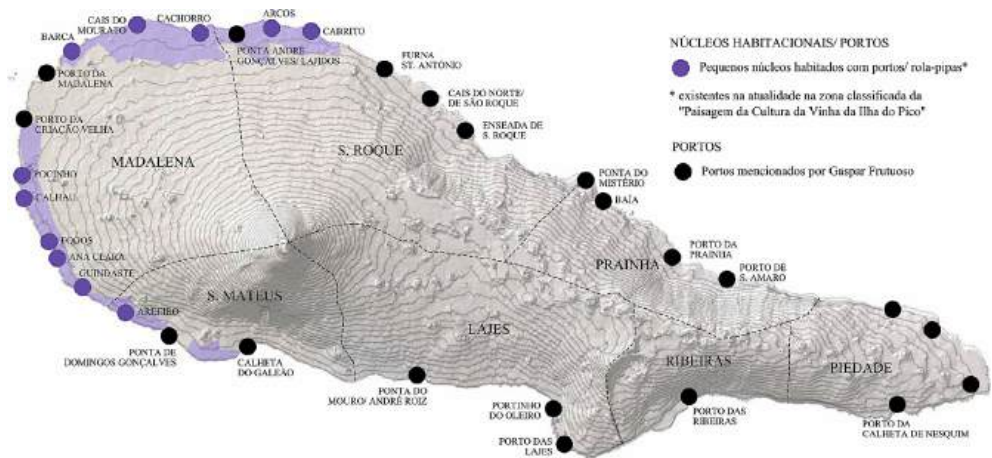


Fig. 6. Diagrama cartográfico relativo aos portos/rola-pipas existentes na atualidade na Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, com sobreposição das posições dos portos/pontos de embarque de finais do século XVI, citados por Gaspar Frutuoso

4. POPULAÇÃO

As informações relativas ao número de habitantes apresentadas por Gaspar Frutuoso surgem no decorrer de estatísticas eclesiásticas (provavelmente de róis de confessados e comungados) e são apresentadas para cada uma das freguesias em separado. Incluem o número de almas de confissão, o número de almas de comunhão e o número de fogos⁷.

O número de almas de confissão corresponderia ao número de todos os residentes da freguesia, com exceção dos menores de 7 anos. O número de almas de comunhão abarcaria todas as raparigas e mulheres residentes com 12 ou mais anos e todos os rapazes e homens residentes com 14, ou mais anos. Subtraindo estes dois parâmetros (número de almas de confissão e número de almas de comunhão) é possível estimar o número de residentes entre os 7 e os 12 ou 14 anos (conforme sejam raparigas ou rapazes), tendo este valor sido incluído no respetivo diagrama relativo à população da ilha.

O número de fogos estaria associado ao número de todos os núcleos familiares, sedes de família ou cabeças de casal. Segundo Artur Boavida Madeira, tem sido comum a utilização do coeficiente 3,5 para uma aproximação ao total da população a partir deste dado, mas parece não haver consenso quanto à sua adequação⁸. Como neste caso,

⁷ Para a freguesia das Ribeiras só é indicado o número de vizinhos, correspondente ao número de núcleos familiares, sedes de família ou cabeças de casal com mais de quatro anos de residência fixa.

⁸ MADEIRA, 1999: 141.

ao aplicar os coeficientes 3,5 e 4,0, o valor resultante apresentou-se mais baixo do que o número de almas de confissão — o que seria um contrassenso —, fixou-se o intervalo entre 4,5 e 5 para a estimativa da população total de cada freguesia, baseando-nos no facto de João Alves Dias apontar os coeficientes 4 e 5 como os limites para a realidade portuguesa continental da mesma época⁹.

Complementarmente a estes dados numéricos, Gaspar Frutuoso faz referência a elementos caracterizadores da organização social que permitem compreender um pouco mais o tipo de tecido social existente em cada freguesia. Por um lado, indicando a existência de cargos específicos, como sejam o de vigário, de capitão de guerra, de beneficiado ou de tesoureiro. Por outro lado, indicando a existência de «homens nobres e ricos» e registando (para o caso das freguesias das Ribeiras e das Lajes) os apelidos das famílias que considerava, neste âmbito, relevantes.

Para as freguesias das Lajes e de São Roque, Gaspar Frutuoso descreve, também, a existência de pessoas que se teriam diferenciado pela sua riqueza, pelo seu poder ou pelos contactos sociais que estabeleciam, reforçando a importância destas duas vilas/freguesias na trama social da ilha do Pico e do arquipélago, como seria o caso de Fernão d'Alvres («que foi em seu tempo monarca da ilha do Pico»¹⁰) ou de André Roiz, considerado «o mais rico de toda a ilha, [...] vivia com muito mais aparato que todos e se carteara com Pedreanes do Canto, que era o principal da ilha Terceira, e com Jos Dutra, capitão do Faial, cada um dos quais, em cada uma das ilhas em que vivia, fazia o que queria»¹¹.

Paralelamente à descrição destes elementos sociais destacados, Gaspar Frutuoso faz referência a alguns hábitos, como sejam o calçado mais comum — as tradicionais albarcas —, que o autor descreve como «não são senão um pedaço de pele que cobre o pé, o qual cosem ou atam com umas correias do mesmo couro»¹² e que se mantiveram em uso até ao século XX; ou da apresentação dos cabelos, que usariam «pera dentro ou pera fora, como lhes mais contenta»¹³, ficando a perceção da existência de um ambiente social de alguma informalidade ou da existência de uma camada social com recurso e acesso a bens, mais limitado.

Uma referência expressa à riqueza e à pobreza — bem como à sua relação direta com a posse de terras —, é feita pelo autor, quando refere as escoadas lávicas (decorrentes do episódio vulcânico da Prainha) terem destruído «muitas terras de homens ricos, que com isso ficaram pobres, por perderem ali suas herdades e fazendas»¹⁴. Esta constatação sugere que, para se conseguir atingir e manter um determinado estatuto económico,

⁹ MADEIRA, 1999: 141.

¹⁰ FRUTUOSO, 1978: 293.

¹¹ FRUTUOSO, 1978: 302.

¹² FRUTUOSO, 1978: 303.

¹³ FRUTUOSO, 1978: 303.

¹⁴ FRUTUOSO, 1978: 303.

seria fulcral dispor de propriedades. Ainda sobre o mesmo acidente vulcânico, Gaspar Frutuoso também refere a fuga de habitantes da ilha, testemunhando um dos impactos dos fenómenos vulcânicos nas oscilações demográficas do arquipélago.

Outro dado importante da crónica, diz respeito à menção da existência de feitores e de proprietários exteriores — que residiriam, sobretudo, noutras ilhas do arquipélago — em duas zonas da atual Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico. Este tipo de relação de posse será, no futuro, muito evidente na constituição deste território enquanto espaço de atividade vitivinícola, sendo interessante constatar a sua existência nesta época.

Por fim, uma descrição presente na crónica relativa ao modo como os botes do Faial eram chamados para transportar pessoas da freguesia da Madalena indica que haveria um trânsito relativamente regular de pessoas entre estas duas zonas das ilhas. Não se sabe ao certo o que justificaria estas viagens, sendo uma possibilidade a venda de produtos e a compra de cereais (dada a sua elevada carência nesta parte da ilha do Pico), eventualmente decorrente de uma maior proximidade, por mar, da freguesia da Madalena à vila da Horta, comparativamente às vilas das Lajes e de São Roque. Este trânsito de pessoas entre as duas ilhas ganhou pujança e manteve-se até aos dias de hoje e foi também uma das particularidades das dinâmicas sociais associadas à Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

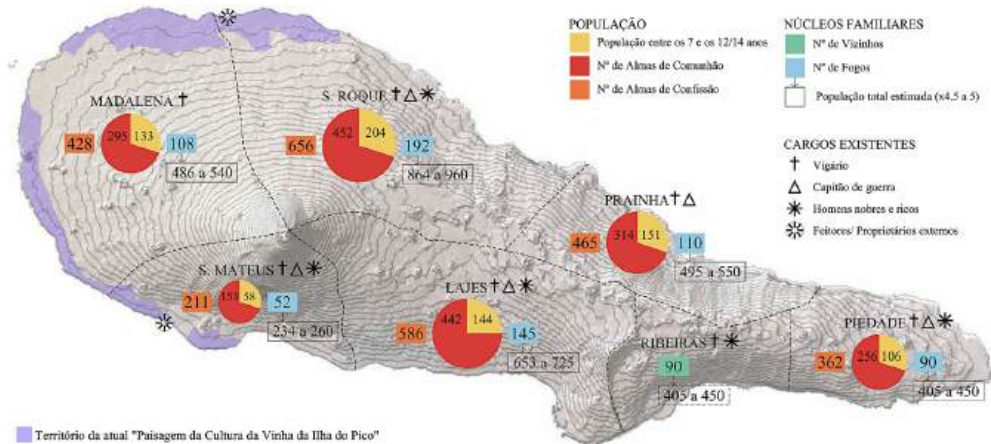


Fig. 7. Diagrama cartográfico relativo à população da ilha do Pico em finais do século XVI, feito com base na informação transmitida por Gaspar Frutuoso

Analisando o diagrama resultante (Fig. 7) é possível concluir que a dimensão da população da freguesia da Madalena (em que se insere grande parte da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico), considerando a área do seu território, era relativamente reduzida comparada com a de outras freguesias. Também se verifica não existir

referência a cargos ou a posições de destaque social nesta freguesia, o que sugere a existência de uma estrutura social relativamente simples, sendo estas suposições reforçadas pelas próprias palavras de Gaspar Frutuoso quando diz, sobre esta freguesia, que «tem poucos fregueses»¹⁵ e sobre os seus habitantes, que «vivem por suas lavouras e são fragueiros»¹⁶. Este tipo de estrutura social, mais homogénea, pontuada pela existência de fatores e de proprietários não residentes, será um dos traços sociais marcantes da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico na sua época de maior pujança económica, sendo interessante verificar que estas mesmas características já existiriam no final do século XVI.

5. ATIVIDADES

O tipo de atividades de extração e produção praticadas e o tipo de mercadorias embarcadas são outros dos temas presentes na crónica de Gaspar Frutuoso em relação à ilha do Pico, acompanhados de informações sobre a vegetação, o solo e a presença de água na ilha, que permitem enquadrar de um modo mais completo alguns dos motivos e formas de desenvolvimento destas mesmas atividades.

O cultivo de cereais, que seria um dos principais objetivos iniciais nos territórios do arquipélago, não era fácil na ilha do Pico. Em relação à sua população, por exemplo, é referido na crónica que «come esta gente muito pouco pão por o não dar a terra»¹⁷, havendo apenas referência à produção e embarque de trigo para a freguesia da Prainha, e de produção de trigo, em pequena escala, para a freguesia das Lajes. Não havendo abundância de cereais, a alimentação local baseava-se, segundo Gaspar Frutuoso, sobretudo no consumo de abóboras, «dentabrum» (a partir da qual, assado e triturado, fariam pão), talos de funcho, nabos, figos e pescado.

A dificuldade do cultivo de cereais — que implicava poder dispor de terrenos aráveis — terá decorrido, numa parte considerável do território, de existir solo, muitas formações rochosas à superfície e pedras soltas depositadas sobre os terrenos, decorrentes de fenómenos vulcânicos («é toda a terra desta ilha mui áspera e muita parte dela coberta de biscouto»¹⁸ e «não tem mais terra que a que se faz das folhas das árvores»¹⁹).

Se, por um, lado estas características poderão ter determinado a impossibilidade de cultivo de cereais, por outro lado a presença de formações rochosas e de pedras de origem vulcânica nos terrenos é reconhecida como podendo ser uma vantagem para o cultivo de árvores de fruto e de vinhas («pedra mais quente, pera criar muito arvoredado e vinhas e muita fruta de espinho de larangeiras, cidras e limeiras, e limões franceses e de sumo»²⁰).

¹⁵ FRUTUOSO, 1978: 291.

¹⁶ FRUTUOSO, 1978: 292.

¹⁷ FRUTUOSO, 1978: 303.

¹⁸ FRUTUOSO, 1978: 302.

¹⁹ FRUTUOSO, 1978: 289.

²⁰ FRUTUOSO, 1978: 304.

No âmbito das atividades é, também, dito haver muitos citrinos na ilha, de elevada qualidade, como cidras, limas e limões franceses e de sumo, sendo mencionada expressamente a sua produção na freguesia das Ribeiras. Os citrinos eram muito populares à época, sobretudo, para a produção de conservas de açúcar (similares às atuais frutas cristalizadas) não se sabendo, no entanto, se os citrinos produzidos na ilha do Pico eram usados ou comercializados para tal. Paralelamente à existência de citrinos, Gaspar Frutuoso também refere haver muitos e bons pêssegos, marmelos, maçãs e figos.

Uma das atividades que aparece referida com particular relevo ao longo da crónica é a extração de madeira. Em praticamente todas as zonas de portos, esta é referida como sendo embarcada em grande quantidade, de espécies variadas e/ou para usos específicos como, por exemplo, para queimar ou construir carros e arados, atestando a abrangência da importância da madeira na economia da época. Na descrição sobre as atividades das freguesias das Lajes, é referido também, sobre a madeira, que esta «se tira do matos» e, especificamente para a freguesia da Madalena, que os habitantes cortariam muitos tipos de madeira e que a venderiam para outras ilhas, atestando o seu uso para fins comerciais e a sua elevada disponibilidade.

Analisando o texto, encontram-se várias referências à existência de floresta (designada de «matos») e de troços do território em que a mesma se estenderia até ao mar, como é o caso da costa entre a Calheta de Nesquim e Santa Cruz das Ribeiras; da costa entre os Calhaus do Galeão e de Domingos Gonçalves; da costa entre a Madalena e os Lajidos; da costa entre a Furna de Santo António e o Cais do Norte; da atual zona da Baía das Canas, ou da costa entre a Prainha e Santo Amaro.

A indicação expressa da presença de floresta nestes troços de costa, juntamente com a indicação de que a população das freguesias da Madalena e de São Mateus vivia «metida antre os matos», permite supor que algumas partes do território da ilha do Pico ainda não teriam sofrido um processo massivo de desflorestação, sendo mencionada por Gaspar Frutuoso a existência de diversas espécies na ilha: cedros, sanguinhos, ginja, pau-branco, faias, louros, tamujo, urzes de grandes dimensões, zimbro e teixos (que existiriam na freguesia de São Roque e teriam a sua extração limitada).

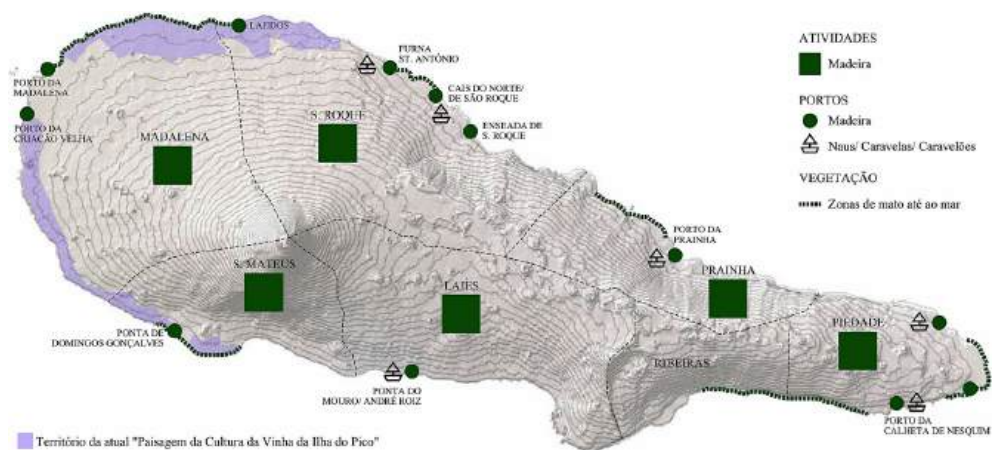


Fig. 8. Diagrama cartográfico relativo à extração de madeira na ilha do Pico, em finais do século XVI, feito com base na informação transmitida por Gaspar Frutuoso

Outra das ocupações que surge mencionada com frequência, tanto na descrição das mercadorias embarcadas como das atividades desenvolvidas em cada freguesia, é a criação de gado, que estaria de tal modo disseminada pela ilha que Gaspar Frutuoso diz sobre o mesmo que «em qualquer parte que uma pessoa está da ilha do Pico lhe parece que o tem [gado] junto de si e sobre sua cabeça»²¹.

É referida, inclusivamente, a existência de pessoas destacadas na sociedade que se dedicavam a esta atividade, comprovando o sucesso da mesma, como Amaro Pires, Rodrigalvres ou André Gonçalves, feitor de Dona Violante.

A criação de gado implicava dispor de zonas de pastagens e de água, o que poderá ter sido conseguido recorrendo às zonas de maior altitude da ilha, mais húmidas, com lagoas de água permanente e, eventualmente, já desflorestadas. O uso destes territórios da ilha para a pastorícia poderá ter sido feito sazonalmente, pois, conforme Gaspar Frutuoso escreve:

*Os gados de toda a sorte, [...] como vêm de Maio por diante, que se desfaz a pedra [neve], se acolhem todos arriba dele [na montanha], por lhe não faltar lá o pasto e água [...] e, corno torna o mês de Setembro, os mesmos gados se acolhem logo abaixo pera as terras feitas, por não poderem lá sofrer a muita frieza*²².

As lagoas do dorso da ilha constituiriam um bem fundamental para a criação de gado, sobretudo nas épocas mais secas. A criação de gado na ilha do Pico incluiria o gado bovino, caprino e ovino, sendo também referida a criação de porcos, éguas e mulas.

²¹ FRUTUOSO, 1978: 298.

²² FRUTUOSO, 1978: 298.

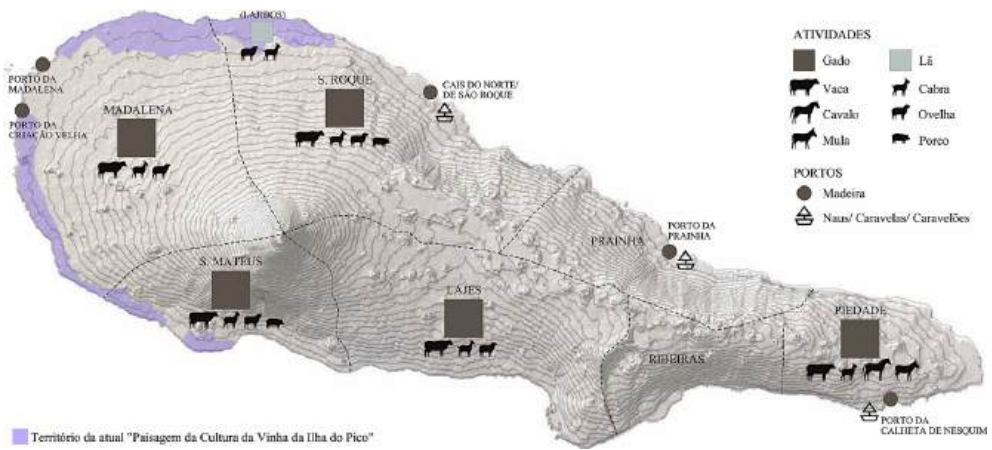


Fig. 9. Diagrama cartográfico relativo à criação de gado na ilha do Pico, em finais do século XVI, feito com base na informação transmitida por Gaspar Frutuoso

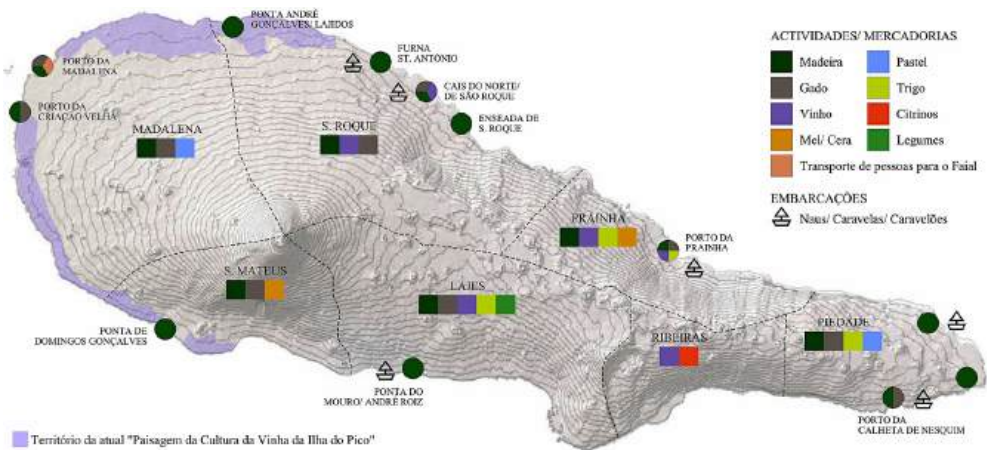


Fig. 10. Diagrama cartográfico relativo ao resumo das atividades e dos bens embarcados na ilha do Pico, em finais do século XVI, feito com base na informação transmitida por Gaspar Frutuoso

Outras atividades mencionadas para a ilha do Pico são a apicultura (associada à extração de mel e de cera) e a produção de pastel e extração de semente da sua planta. Sobre esta última, é dito que a produção de pastel não seria feita em grande quantidade, mas que, na opinião de Gaspar Frutuoso, seria de boa qualidade, «por ser todo feito em roças novas»²³. Esta atividade é indicada para as freguesias da Piedade e da Madalena, sendo um dado interessante por constituir uma atividade que implica um processo de transformação, menos direto do que a extração da madeira ou a criação de gado.

²³ FRUTUOSO, 1978: 291.

Na sua produção, o pastel implica o cultivo da planta, o esmagamento das partes colhidas, a moldagem de «bolos» e a sua secagem, exigindo a existência de utensílios e espaços específicos — das roças onde seria feita a trituração aos tabuleiros nos quais seria feita a secagem, por exemplo —, apontando para a necessidade de um investimento prévio nestes meios.

Por outro lado, sendo um produto de aplicação muito específica e usado, sobretudo, em meios de alguma sofisticação económica (pois serviria para tingimento de tecidos e produção de tintas), é expectável que o pastel não fosse destinado a ser comercializado dentro do arquipélago açoriano (como é expectável que pudesse suceder com o gado e a madeira), mas destinado à exportação para o continente europeu.

6. ATIVIDADE VITIVINÍCOLA

Apesar da importância destacada da extração de madeira e da criação de gado no quadro das atividades desenvolvidas e nos produtos expedidos na ilha do Pico no final do século XVI, existem referências à atividade vitivinícola na crónica de Gaspar Frutuoso, nomeadamente a referência de que o vinho da ilha do Pico seria «melhor que em todas as ilhas»²⁴.

São quatro as freguesias associadas a este tipo de atividade — São Roque, Prainha, Ribeiras e Lajes —, sendo claramente identificada a produção de vinho nas quatro primeiras e havendo referência, em relação à freguesia das Lajes, a «muitas vinhas, que vão em muito crescimento».

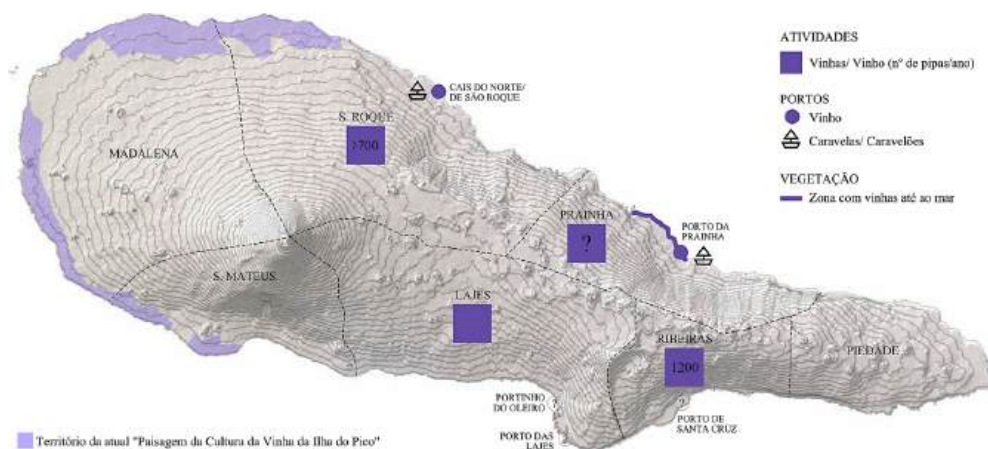


Fig. 11. Diagrama cartográfico relativo à produção de vinho na ilha do Pico, em finais do século XVI, feito com base na informação transmitida por Gaspar Frutuoso

²⁴ FRUTUOSO, 1978: 303.

Os vinhos só são referidos, como produto embarcado, no Cais do Norte e no porto da Prainha do Norte, ou seja, na vertente norte da ilha. No entanto, é provável que também o fosse nas Ribeiras, onde a sua produção é indicada como sendo particularmente expressiva.

Para a vertente norte da ilha, Gaspar Frutuoso indica especificamente a presença de vinhas junto ao mar na zona da freguesia da Prainha e a destacada importância do vinho na vida económica da freguesia de São Roque. Não há referência à presença de vinhas ou produção de vinho nas freguesias de São Mateus ou da Madalena (correspondentes aos futuros territórios da paisagem da cultura da vinha) e supõe-se que, quando Gaspar Frutuoso refere, para a ilha do Pico, que «em toda a terra há muitas vinhas, que dão bom vinho»²⁵, estivesse a apontar para a existência de uma disseminação desta atividade no contexto da ilha. No entanto, julgamos que o facto desta atividade não ser mencionada para os territórios da faixa que envolve a montanha da ilha poderá apresentar como justificação esta mesma atividade ter, à época, nesta parte da ilha, pouca expressão.

Relativamente à quantidade de pipas produzidas por ano, é dito serem mais de 700 na freguesia de São Roque, e cerca de 1200 na freguesia das Ribeiras. Em relação a esta última freguesia, é reforçado existirem produtores que alcançariam cerca de 100, 120 ou 130 pipas anuais, como Belchior Homem, para o qual é indicada uma produção anual de 100 a 120 pipas de vinho. Considerando a dimensão relativamente pequena do território desta freguesia, estes valores não deixam de ser surpreendentes.

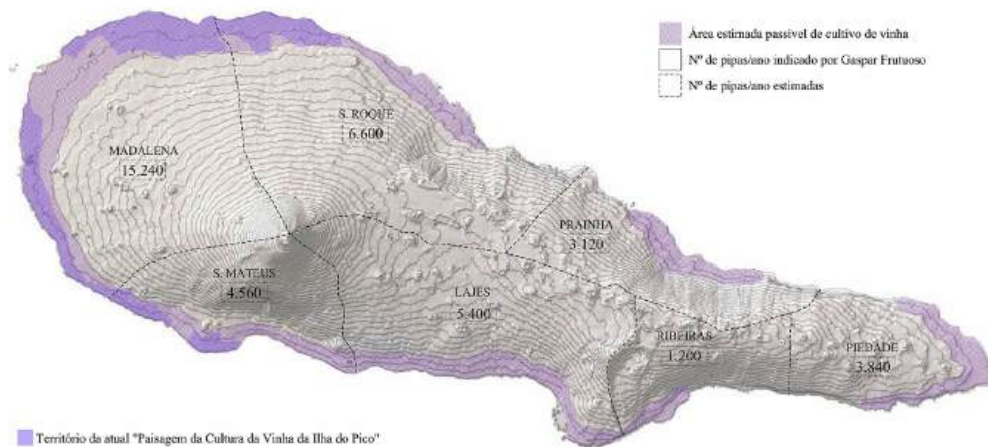


Fig. 12. Diagrama cartográfico relativo à estimativa da produção de vinho na ilha do Pico num cenário de produção intensa, equivalente à existente na freguesia da Ribeiras, por Gaspar Frutuoso, em finais do século XVI

²⁵ FRUTUOSO, 1978: 303.

Com vista a obter uma estimativa do que poderia acontecer na globalidade da ilha do Pico num hipotético cenário de produção de vinho equivalente ao praticado no final do século XVI na freguesia das Ribeiras, foi calculada, em traços largos, a área de território que poderia ser considerada adequada para o cultivo da vinha²⁶. Com base na área obtida, elaborou-se uma relação de equivalência com o número de pipas que poderia ser produzido em cada freguesia, obtendo-se os resultados registados no respetivo diagrama cartográfico (Fig. 12). Os valores obtidos através desta estimativa são particularmente impressionantes pela sua grandeza. O número total de pipas de vinho produzidas, por ano, em toda a ilha do Pico seria, neste cenário conjecturado de exploração intensa e massiva, de quase 40 mil pipas. Curiosamente, este seria o valor registado pelo padre Manuel Luís Maldonado, na Fénix Angrense, para o número de pipas de vinho produzidas na ilha do Pico no ano de 1658.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face à análise feita ao longo do presente trabalho, considera-se não ser possível concluir que, no final do século XVI, existissem práticas vitivinícolas com uma dimensão relevante na parcela de território da ilha do Pico atualmente classificado como Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

A ausência de referências às atividades de cultivo de vinha, de produção e de embarque de vinho para esta parte do território da ilha, associada à existência de uma população de dimensões reduzidas face às restantes zonas da ilha, sugere que a prática vitivinícola não tivesse, aqui, expressão ou fosse de importância comercial residual.

Outro dos fatores que contribui para a presente conclusão é a relevância com que é mencionada a extração e o embarque de madeira e a criação e o embarque de gado para este território, sugerindo que, à época, estas talvez fossem as suas atividades mais destacadas e proveitosas.

A descrição de uma presença relativamente abrangente de matos em troços significativos desta parte da ilha suscita, também, que ainda não teria havido um processo de deflorestação intenso e que, portanto, ainda não existiriam grandes extensões de terreno disponíveis para o cultivo da vinha, como mais tarde se verificaria.

Não obstante esta constatação, considera-se que a crónica revela algumas características que podem ser entendidas como embrionárias do que viria a ser a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

Por um lado, a constatação da existência de dinâmicas de proximidade e de dependência deste território da ilha do Pico em relação a outras ilhas do arquipélago, ilustrada pela presença de transporte relativamente regular de pessoas entre a ilha do Pico e a ilha

²⁶ Estabeleceu-se como limites da área a considerar a linha de costa e a linha de cota sensivelmente equivalente à mais elevada da zona de cultivo da vinha na futura paisagem da cultura da vinha da ilha do Pico.

do Faial, e pela existência de fatores locais, representantes de proprietários residentes fora da ilha do Pico. Estas dinâmicas estarão bastante presentes na gestão da propriedade, investimento e canais comerciais da futura Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, na qual uma parte considerável dos proprietários, investidores e expedidores era faialense ou residia fora da ilha do Pico.

A verificação de que, à época, haveria um conhecimento sobre como os terrenos de «biscoitos» e «pedra quente» seriam adequados para a plantação de vinhas, também indicia a possibilidade deste tipo de exploração poder tornar-se interessante para esta parte da ilha, considerada imprópria para outros tipos de cultivo, dadas as particularidades dos seus terrenos.

Cumulativamente, a existência de produção de pastel — que remete para um investimento numa atividade que implica a criação de meios e conhecimentos técnicos específicos e, também, de redes comerciais exteriores ao arquipélago — testemunha haver uma tentativa de aproveitamento deste troço da ilha do Pico para uma produção que alimentasse um mercado comercial exterior ao próprio arquipélago.

A presença, à época, de alguns sistemas de captação e armazenamento de água com vista a suprir as carências das zonas mais áridas da futura Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico denota, também, haver uma adequação às preexistências naturais, o que faz prever a possibilidade de um crescimento populacional nesta zona da ilha.

Para efeitos de uma aproximação a uma datação, a comparação dos dados constantes na obra de Gaspar Frutuoso com os dados transmitidos por frei Diogo das Chagas permite verificar que houve um aumento significativo do número de freguesias no território da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico até meados do século XVII, eventualmente potenciado por um aumento da população e crescimento da importância económica destas zonas da ilha.

Cumulativamente, na obra de frei Diogo das Chagas, de meados do século XVII, é referida expressamente a produção de vinho para uma parte considerável do território correspondente à atual Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico²⁷, o que sugere que, entre finais do século XVI e meados do século XVII, se terá iniciado um investimento mais robusto nas atividades vitivinícolas desta parcela da ilha, conducentes à sua consubstanciação enquanto paisagem física, social, económica e cultural diferenciada, conforme hoje a identificamos e reconhecemos.

²⁷ *Sendo esta Ilha em seus princípios tam áspera e intractavel, que muitos tempos não teve mais de hua so parochia e hua so Igreja forão a cultivando, e domando do modo, que toda hoje em roda de cultiva, e habita, sendo a maior parte, ou quasi todas as lavouras della vinhas, de que se colhem muitos mil pipas que rendem muitos mil cruzados, e só pera o nosso Convento do Fayal se tirão da banda do Norte de Candelaria, até Prayinha, que não he meia ilha, 40 e 50 pipas de esmola.* CHAGAS, 1989: 523.

FONTES IMPRESSAS

- CHAGAS, Frei Diogo das (1989 [1654]). *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Angra do Heroísmo: SREC.
- FRUTUOSO, Gaspar (1978 [1590]). *Livro Sexto das Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto da Cultura de Ponta Delgada.

BIBLIOGRAFIA

- CORDEIRO, Padre António Cordeiro (1981 [1717]). *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Ocidental*. Angra do Heroísmo: SREC.
- COSTA, Susana Goulart (1997). *Pico. Séculos XV-XVIII*. Lajes do Pico: Associação de Municípios da Ilha do Pico.
- DUARTE JR, Tomaz (2001). *O vinho do Pico*. Ribeira Grande: Coingra.
- FORJAZ, Victor Hugo, ed. (2004). *Atlas Básico dos Açores*. Ponta Delgada: OVGA.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha (2017). *Os Açores e o Atlântico: estudos de história económica (séculos XV-XVII)*. Angra do Heroísmo: SREC.
- MACEDO, António Lourenço da Silveira (1981 [1871]). *História das Quatro Ilhas que formam o distrito da Horta*. Angra do Heroísmo: SREC.
- MADEIRA, Artur Boavida (1999). *As fontes demográficas de Antigo Regime nos Açores*. «Arquipélago. História». 2:3, 139-176.
- MENESES, Avelino Freitas de (1998). *O Município da Madalena (Pico), subsídios para o seu estudo*. Madalena: Câmara Municipal da Madalena.
- RODRIGUES, Francisco Cota (2014). *Sistemas Aquíferos dos Açores*. [Consult. mai. 2022]. Disponível em <<http://siaram.azores.gov.pt/recursos-hidricos/Sistemas-Aquiferos.pdf>>.
- VIDAL, Alexander T. E. (c. 1841-1845). *Azores or Western Islas*. [Consult. 20 abr. 2021]. Disponível em <<http://davidrumsey.com>>.

ITINERÁRIOS LITERÁRIOS NO DOURO — APLICAÇÃO DO PROJETO ATLAS DAS PAISAGENS LITERÁRIAS DE PORTUGAL CONTINENTAL

ANA LAVRADOR*

Resumo: Neste artigo são apresentadas três propostas de itinerários literários no Alto Douro Vinhateiro. A construção dos itinerários parte do enredo dos romances: *A Noiva de Caná*, de António Cabral, *Vindima*, de Miguel Torga, e *Porto Manso*, de Alves Redol. Nas três rotas desenhadas, nos lugares de paragem propostos, são indicados excertos literários com interesse para a interpretação das paisagens e das vivências do Douro vinhateiro, importantes valias no desenvolvimento do turismo. Os excertos constam de uma base de dados georreferenciada, no âmbito do projeto LITESCAPE.PT — Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental, assente na ecocrítica enquanto perspetiva de abordagem da paisagem representada nas obras literárias.

Palavras-chave: *itinerários literários; turismo; Douro; projeto Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental.*

Abstract: This article presents three proposals for literary itineraries in Alto Douro Vinhateiro. The design of the itineraries is based on the plot of the novels: *A Noiva de Caná*, by António Cabral, *Vindima*, by Miguel Torga, e *Porto Manso*, by Alves Redol. On the three routes, in the proposed stopping places excerpts picked from the novels should be read, in order to better understand Douro landscapes and lifestyles, both with tourism potential. The excerpts are picked from a georeferenced database, within the scope of the LITESCAPE.PT project — Atlas of Literary Landscapes of Mainland Portugal, based on the ecocriticism as a perspective of approaching the landscape representation in literary works.

Keywords: *literary itineraries; tourism; Douro; Atlas of Literary Landscapes of Mainland Portugal project.*

INTRODUÇÃO

A literatura e a paisagem são importantes mais-valias na promoção e desenvolvimento de um turismo cultural sustentável para as regiões¹.

Por um lado, a literatura viabiliza relações emocionais e espaciais com a paisagem, é uma forma de promoção de conhecimentos e de divulgação do património natural, histórico e cultural das regiões, logo, representa um recurso, um «património literário» e um produto vendável².

* Doutora em Artes e Técnicas da Paisagem, Investigadora no CICS.NOVA (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais) e IELT — FCSH, UNL (Instituto de Estudos de Literatura e Tradição — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

¹ UNESCO, 2010.

² HOWARD, 2003 *apud* QUINTEIRO, HENRIQUES, 2012.

Por outro lado, a paisagem, muitas vezes apenas considerada pano de fundo atrativo da experiência turística³, é, na realidade, um sustentáculo físico e cultural para o turismo. Com efeito, a paisagem é uma manifestação da interação da natureza com a cultura, reflexo da economia e dos valores simbólicos, do indivíduo e das sociedades, num determinado tempo e espaço⁴. Nesse sentido, a paisagem pode moldar decisivamente o produto oferecido e a forma como este pode ser apresentado e usufruído pelo visitante⁵. Acresce que a paisagem é sempre o resultado de uma representação, que advém em parte do real-racional e também de uma experiência sensorial, o que a liga fortemente às representações literárias⁶.

No plano da aplicação, em associação com o conceito de paisagem e distinto de enoturismo, surgiu recentemente o conceito de «turismo de *terroir*»⁷, um conceito integrado que inclui desenvolvimento regional, produto enoturístico, viticultura, enologia e identidade. Nos territórios vinhateiros de elevado potencial económico, como o caso dos patrimónios UNESCO, como o Alto Douro Vinhateiro, com elevadas taxas de mecanização e automação, é mais acutilante a preservação dos valores de diferenciação que os caracterizam e conferem potencial de desenvolvimento no âmbito do turismo. Nesse sentido, é crucial a atividade turística seguir o paradigma de sustentabilidade, oferecendo produtos interpessoais ou experiências que respeitem as tradições, os rituais e as paisagens⁸.

Os itinerários literários permitem ir ao encontro desse tipo de desenvolvimento, através da obtenção de experiências sensoriais e culturais enriquecedoras e oferecer momentos de aprendizagem e de bem-estar, pois são leituras emotivas dos espaços visitados⁹. Esses roteiros são igualmente estímulos à imaginação¹⁰, potenciando a valorização das obras literárias e a descoberta dos autores¹¹.

No plano territorial, os itinerários literários podem ser definidos como «mapas sobre os quais se localizam e sinalizam no espaço físico os pontos exatos em que se dá a interseção entre a referência literária e a realidade»¹². A cartografia literária atende a três tipos de fontes: percursos realizados pelos escritores; lugares associados à vida/morte dos autores; e textos que referem paisagens e lugares. Nesse sentido, as representações literárias contribuem para o conhecimento do património natural, socioeconómico e cultural dos lugares e regiões¹³.

³ MITCHELL, CHARTERS, ALBRECHT, 2012; GALLOWAY *et al.*, 2008; CARMICHAEL, 2005.

⁴ COSGROVE, 1998.

⁵ MITCHELL, CHARTERS, ALBRECHT, 2012.

⁶ COLLOT, 2011.

⁷ HOLLAND, SMIT, JONES, 2014.

⁸ RUIZ PULPON, CAÑIZARES RUIZ, 2019.

⁹ LOUSADA, AMBRÓSIO, 2017 *apud* CONSTÂNCIO, ALVES, QUEIROZ, 2019.

¹⁰ WALFORD, RAYNER, 2019.

¹¹ ROBINSON, 2002.

¹² QUINTEIRO, 2019: 4.

¹³ LEWIS, 1985; CRANG, 1998.

Neste artigo, os excertos literários selecionados espelham formas particulares e individualizadas de olhar elementos territoriais representativos da identidade duriense¹⁴, um património cultural de referência mundial¹⁵. Nos excertos literários utilizados, procura-se individualizar elementos naturais e culturais, aspetos tangíveis e intangíveis, gerados e usados nas práticas vinhateiras no tempo histórico em que as obras foram escritas, verdadeiros testemunhos históricos e culturais do Douro. Na construção dos itinerários procura-se evidenciar valores contidos nas diretrizes para a gestão do Douro Vinhateiro¹⁶ e as recomendações contidas na *Carta do Património Agrário de Baeza*¹⁷, na qual se incluem:

- aspetos tangíveis — transitórios no tempo (técnicas, utensílios, tipos de transporte e comunicação, formas de armazenamento, outros); construções (quintas, parcelas, adegas, associação de culturas, outros); tipos de povoamento rural e paisagens (especificidade dos sistemas de condução, de associação de culturas, de delimitação das parcelas, outros);
- aspetos do património intangível (rituais, crenças, festas religiosas, jogos tradicionais, gastronomia regional, técnicas de artesanato, outros). Integram-se também aspetos do património natural (xisto, antrossolos, elementos e fatores climáticos, matas, matos, mortórios) e do património ecológico e genético (riqueza de variedade de vides, presença de culturas mediterrâneas particulares, espécies da fauna e flora específicas), reconhecíveis nas obras literárias analisadas.

No âmbito do património intangível do Douro, as rogas — formas de deslocações temporárias de trabalhadores para as vindimas — são importantes exemplos da rudeza, da exigência e do heroísmo inerentes à construção da paisagem duriense. Por esse motivo, estas migrações detêm grande importância cultural e identitária no Douro. Inerentemente comportam um elevado potencial turístico.

Neste artigo, apresentam-se dois itinerários «roga», centrados nas obras: i) *A Noiva de Caná*, de António Cabral¹⁸, um percurso de cerca de 36 quilómetros, que representa as vivências e as vicissitudes sociais e económicas alusivas às vivências dos proprietários e empregados de uma quinta produtora de vinho do Porto, em Castedo do Douro; ii) *Vindima*, de Miguel Torga¹⁹, na qual o autor representa o percurso com cerca de 40 quilómetros, de uma roga que parte da Serra do Alvão até à Quinta da Cavadinha, em Sabrosa, onde ocorre a vindima.

¹⁴ LAVRADOR, 2011.

¹⁵ UNESCO, 2001.

¹⁶ UNESCO, 2001.

¹⁷ CASTILLO RUIZ, 2013.

¹⁸ CABRAL, 1996.

¹⁹ TORGA, 1945.

Outra importante dimensão identitária da região é o rio Douro, elemento de ligação ao mundo e central no transporte do vinho do Porto, durante séculos. O papel de via de comunicação protagonizado pelo rio Douro é hoje mantido com o turismo de cruzeiros, mas deixou de ter expressão no caso do transporte do vinho. Neste artigo, o «percurso dos rabelos» (iii) retirado da novela *Porto Manso*, de Alves Redol²⁰, é uma rota com cerca de 42 quilómetros, que evoca a rudeza do trabalho dos barqueiros do rio Douro e do transporte das pipas de vinho do Porto em barcos rabelos, até meados do século XX, desde o centro produtor no Douro até aos armazéns de Vila Nova de Gaia, centro exportador do vinho.

1. PROCESSOS METODOLÓGICOS

A construção dos itinerários assenta em narrativas extraídas das obras dos escritores durienses António Cabral e Miguel Torga, e de Alves Redol, escritor com uma forte ligação ao Douro. Utilizaram-se os enredos dos romances enquanto guias das rotas turísticas propostas, o que promove não só o conhecimento das obras literárias e dos seus autores, como informação relevante sobre as paisagens durienses e sensibilização dos visitantes e turistas para a sua preservação e qualificação.

As obras analisadas foram integralmente lidas, e seccionados excertos integrados na Base de Dados (BD) do projeto *LITESCPE.PT — Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental*, coordenado pelo IELT (FCSH-UNL).

O projeto *LITESCPE.PT* enquadra-se no ecocriticismo²¹, ou eco-poética²², no qual se procura refletir sobre a problemática ambiental, a partir da interação entre a literatura, as ciências, a filosofia e as artes. Os excertos estão georreferenciados na BD do projeto *LITESCPE*, uma mais-valia de relevo para a construção dos itinerários literários. O facto do projeto *LITESCPE* integrar obras literárias do século XIX à atualidade permite, a quem visita as regiões, no caso, o Alto Douro Vinhateiro, estabelecer uma análise comparativa entre as paisagens do passado e as da atualidade, refletir sobre a evolução temporal dos territórios e as suas consequências sobre valores ambientais, patrimoniais e identitários²³. Na BD, os excertos estão georreferenciados e associados a descritores geográficos (geomorfológicos, uso do solo, elementos do património material e imaterial, atividades socioeconómicas) e ecológicos (espécies da fauna e da flora).

Os itinerários pretendem ter um modelo comum, que integra: a) espaço e tempo previstos — que devem ser flexíveis; b) objetivos — integrar uma panóplia alargada de interesses turísticos; c) exigências específicas — oferta de atividades alternativas, ao encontro de eventuais motivações individuais de públicos específicos.

²⁰ REDOL, 1946.

²¹ RUECKERT, 1978.

²² HÖLDERLIN *apud* PINEDA MUÑOZ, 2004.

²³ LOWENTHAL, PRINCE, 1965; KENT, VUJAKOVIC, 2018.

No plano da ilustração, as rotas literárias são representadas em mapas elaborados com o apoio do Google Maps, e acompanhadas de fotografias.

Nos itinerários, é proposta a leitura de excertos associados aos pontos de paragem selecionados das obras literárias. São promovidas atividades, adaptáveis a diferentes tipos de público, nomeadamente: o reconhecimento de lugares emblemáticos do património duriense; a leitura crítica da paisagem, incluindo a identificação de elementos territoriais, e a discussão da importância da sua preservação e qualificação.

2. ITINERÁRIOS LITERÁRIOS

i) O itinerário «Roga» foi construído a partir da obra *A Noiva de Caná*, de António Cabral, que representa vicissitudes sociais e económicas alusivas às vivências dos proprietários e empregados de uma quinta produtora de vinho do Porto. O percurso assenta em descrições do romance que representam a roga que parte de Jales, lugar de origem dos protagonistas da novela (Cristina — Cidadelha de Jales e Francisco — Cerdeira de Jales), jovens vindimadores e futuros caseiros da Quinta das Combareiras, em Castedo (Alijó), lugar central da novela, um percurso com cerca de 36 quilómetros (Fig.1 e Tabela 1).



Fig. 1. «Rota da Roga», CABRAL, 1996
 Fonte: disponível em <<https://maps.google.pt>>. [Consult. 7 out. 2020]

Tabela 1. Itinerário «Roga», CABRAL, 1996 — lugares de visita e excertos associados

ITINERÁRIO «ROGA»
1. JALES — visita guiada às minas de Jales e às aldeias mencionadas no romance, nomeadamente as aldeias natal de Cristina (Cidadelha), «os cherrubiais» (chirivia — <i>Pastinaca sativa</i> , forrageira) «de Cidadelhe não dão quase para nada» (p. 35), e de Francisco (Cerdeira), e aldeia de Vreia de Jales.
2. FIO LHOSO — lugar de contratação de vindimadores. Perceber impactos da emigração na aldeia, por exemplo, na tipologia das casas e na sua ocupação anual.
3. LEVANDEIRA — leitura de excertos: lugar de encontro dos vindimadores de diferentes aldeias. «A roga tinha umas vinte pessoas e juntou-se toda na Levandeira, a seguir ao Fiolhoso. Setembro ia no fim e o sol picava menos, atarefado que andava a malhar umas nuvenzitas que lhe apareciam no caminho e donde ele, pelo visto, assim dizia uma velhota, tirava os grãos de milho que à noite espalhava pela abóbada: eram as estrelas» (p. 29).
4. MURÇA — merenda na escola básica e secundária e leitura de excertos relativos à personagem Cristina (a Noiva de Caná) que, conforme o romance, teria estudado nessa escola. «Lembrou-se das queijadas de Murça que tão bem sabiam, quando havia desta na escola. Lembrou-se das casinhas da sua terra, algumas bem pobrezinhas, mas lindas, lindas: era ali que tinha brincado, era ali que via pousar o sol e levantarem voo as andorinhas» (p. 36).
5. ALTO DO PÓPULO/PÓPULO — «pontos estratégicos, Ponte de Ribeira ou Alto do Pópulo» (p. 271). Ficha de observação da paisagem.
6. RIBALONGA — lugar de contratação de vindimadores: «a poda das videiras e a apanha da azeitona. Para a primeira trazia cinco montanheiros da Ribalonga o que pôde arranjar e era pouco, com tanto vinhedo pela frente, nesta quinta que, se fosse minha, ainda havia de ter mais, surribava os olivais (p. 29). Antes da Chã, terra de muitos castanheiros e grandes nabais» (p. 30).
7. CHÃ — almoço piquenique, idealmente com alguns produtos da região e registados no romance. «Estava combinado irem numa camioneta do Loja Nova, de Alijó, mas, à última hora, soube-se que aquele ferro velho tinha avariado e o remédio era seguirem, como dantes, a butes, estrada abaixo, uma pouso na Chã para a trincadeira» (p. 29); «vinha trabalhar, sim, mas se lhe desse boas lecas, as mulheres quase tanto como os homens e vinho e carne à lagúrdia, que se pudesse ver, nada de milhos com uma sardinha e arroz de feijão com toucinho, mesmo frango de aviário a escangalhar- se nas unhas, à primeira trincadela» (p. 41); «Beber vinho por uma malga de barro grosseiro. Assar um courato no lume» (p. 166); «doce da Teixeira» (p. 210); «— Ora, fazeis uma salada de bacalhau» (p. 210); «Não há melhor aperitivo para uma travessa de peixes, pequeninos como fósforos, e para uma caçarola de coelho do monte, sabor de estevas e queiroga, do que um cálice de vinho velho saboreado numa quinta do Douro, enquanto a paisagem entra sinfonicamente no olhar desabitado» (p. 9); «malguinha de tripas» (p. 246).
8. PRESANDÃES — curiosidades da vivência de uma roga: «Os homens dos ferrinhos eram de Castedo e quem tocava o bombo era um fedelho, filho de um deles, rapaz de uma figa, zupa-me nessa coisa a valer, assim, mais, ora aí está, bum, bum, mestre Zé Pereira, palavra insofrido, subitamente iluminado, o Chico [Francisco], de alcunha o bispo, que ia deitando o rabo do olho para a loira [Cristina], cintura fina como uma cabaça cheinha de vinho a espumar. Cantar não era com ele, mas havia ali quem o fizesse como mandam as ventarolas: o Tino, o Tino Raboto de Cidadelhe, irmão da loira, que não saía de ao pé dela por mor dos beliscões. Quando passaram em deslado da Ribalonga, o Chico deu conta que um mariola e uma gaurina do bando se atrasaram e meteram entre umas giestas» (p. 30).
9. ALIJÓ — visita à vila e lugares referidos no romance (café Pisca-Pisca, pousada do Barão de Forrester): «no convívio com os amigos — almoçadas em Alijó, na Pousada Barão Forrester»
10. CASTEDO — visita à aldeia e ao lugar das Combareiras, no qual se pode efetuar leitura de excertos, observação e leitura comparativa da paisagem; realização de torneio de jogos populares.

ii) O itinerário «Roga», construído a partir da obra a Vindima, de Miguel Torga (1945), retrata o percurso de uma roga (cerca de 40 quilómetros de extensão), que parte da Serra do Alvão até à Quinta da Cavadinha, em Sabrosa, onde ocorre a vindima (Fig. 2 e Tabela 2).



Fig. 2. «Rota da Roga», TORGA, 1945
 Fonte: disponível em <<https://maps.google.pt>>. [Consult. 6 nov. 2018]

Tabela 2. Itinerário «Roga», TORGA, 1945 — lugares de visita e excertos associados

ITINERÁRIO «ROGA»

IV. SANTA MARTA DE PENAGUIÃO — mapas e informações sobre a paisagem da Região Demarcada do Douro. «Eram quarenta pessoas ao todo, entre homens, mulheres e crianças [...], colhido o centeio, nos plainos altos do granito pouco ou nada há a fazer durante uma temporada, e a palavra vindima soa como uma senha de recurso e de libertação. [...] Vai-se à festa pagá da colheita dos cachos com a seiva da mocidade a florir ou com a secura da velhice a reverdecer» (p. 7).

2. PANÓIAS — visita guiada à estação arqueológica. «Amanheceu em Panóias, o pergaminho mais autêntico e antigo que a Montanha tem das suas relações com o transcendente [...], pisavam sem qualquer emoção os sagrados altares que antepassados seus, num gesto de pânico preventivo, tinham erguido aos deuses Lapitas. Naquelas pias cavadas na fraga, de tamanho variado consoante a aflição e as posses, imolavam as vítimas e as ilusões terrenas (p. 10).

3. SÃO MARTINHO DE ANTA — visita ao Espaço Miguel Torga, prova de vinhos, atuação de grupo folclórico. «Em S. Martinho, primeira terra do Douro, e por isso com um patrono vinhateiro, beberam. No eiró da terra formaram roda, o harmónio, o bombo e os ferrinhos acertaram a voz, e, enquanto o copo passava de mão em mão, a cana-verde ia saltando» (p. 11).

4. PAÇOS — exercício de leitura da paisagem. «Numa curva da estrada, o Douro apareceu. O rio Pinhão, depois de atravessar as duas pontes, a da estrada de macadame e a do caminho-de-ferro, entrava-lhe no flanco ainda a espumar, e a luz do sol a pino reverberava, crua, no caudal majestoso. Os olhos secos da Montanha, fundos como as fontes de chafurdo, arregalavam-se de espanto diante da levada de ouro» (p. 12).

(continua na página seguinte)

ITINERÁRIO «ROGA»

5. QUINTA DA CAVADINHA (SABROSA) — visita às vinhas e adega (refeição típica), participação em vindima. «E os peregrinos acorriam de longe, chamados pelo aceno das vides [...]. Encosta espriada de cepas a olhar o rio ao fundo e o céu no alto, a Cavadinha, com o nome em letras garrafais no arco de ferro que encima o largo portão da entrada, é o mimo das quintas. Uma alta ramada dá sombra ao caminho varrido que liga a estrada à residência, sólida construção sobranceira às várias dependências que a rodeiam: os lagares, os armazéns e a cozinha do pessoal. Casas caiadas de branco, telhado e tudo, como as de Penaguão quando neva» (p. 14).

MIRADOURO DE SÃO LEONARDO DA GALAFURA — *workshop* de escrita criativa, de pintura ou de fotografia.

«À proa de um navio de penedos,
A navegar num doce mar de mosto,
Capitão no seu posto
De comando,
S. Leonardo vai sulcando
As ondas
Da eternidade».

iii) O itinerário a rota dos «Rabelos» inspira-se na obra de referência Porto Manso, de Alves Redol, 1946. A novela recorda o rio Douro anterior à construção das barragens, um rio tormentoso, de muito difícil navegação e principal meio de transporte da região. Evoca ainda a rudeza do trabalho dos barqueiros no transporte das pipas de vinho do Porto, em barcos rabelos, entre o Cachão da Valeira²⁴ e as caves de Vila Nova de Gaia (Porto), e a tensão social havida na substituição do transporte fluvial pelo terrestre (Fig. 3 e Tabela 3).



Fig. 3. A rota dos «Rabelos», REDOL, 1946 Disponível em <<https://maps.google.pt>>. [Consult. 4 abr. 2019]

²⁴ Afloramento rochoso na fronteira oriental da sub-região Cima Corgo com a sub-região Douro Superior, a montante. Foi destruído no reinado de D. Maria II.

Tabela 3. Itinerário «Rabelos», REDOL, 1946 — lugares de visita e excertos associados

ITINERÁRIO «RABELOS»

1. PESO DA RÉGUA — informações sobre a construção da paisagem da Região Demarcada do Douro. «Estava criado o pó de terra, quase perdido no meio do cascalho que espirrava pelas encostas, já vencidas. Mas como nos pequenos vales mais submissos e nos refegos das montanhas, as chuvas torrenciais despenhavam-se em cataratas e arrastavam as pedras esmigalhadas, os calhaus e o pó de pedra. Cansado da tarefa do saibramento, ele voltava os olhos para o céu e suplicava. A natureza, porém, ficava indiferente a rogos passivos. Contra o granito só homens de granito [...]. As montanhas enrugadas pelo caminho caprichoso dos calços, como se cada uma fosse um trono coberto de escadarias monumentais, ficaram para deslumbrar os olhos estranhos» (p. 163).

2. SAMODÃES — leitura e interpretação da paisagem e participação em prova de vinhos. «As aldeias não escolheram sítio para nascer, e empoleiraram-se nas cristas das serranias, acompanhadas de soutos e pinheirais, ou sem sombra que lhes valha; suspendem-se de ravinas sobre o rio, como se viessem suicidar-se, lutando com penhascos agressivos e possantes; despenham-se pelas vertentes dos montes, a modos com pressa de chegarem a um destino que não se realizou; espriaram-se por veigas verdes e risonhas, onde veios de água vêm sussurrar queixas da serra e as árvores ganham alturas gigantes, esbracejando à vontade; babujam o rio como se precisassem das águas para viver ou do seu espelho para se mirarem» (p. 25).

3. RESENDE/PARQUE FLUVIAL PORTO DE REI — passeio de barco e descanso na praia fluvial, parque de merendas e ancoradouro de desportos náuticos. «O rio sinuoso, por entre montes, bramia nos refegos das águas desencontradas. As fragas mostravam-se indomáveis; eles dobravam-nas com os pés e venciam-nas a poder de suor. O cansaço oprimia-lhes o peito e o sol viera deitar-se sobre as suas costas. A pele ardia-lhes, parecendo que o calor a penetrava em camadas e estava prestes a estorricá-los. A boca pastosa recusava-lhes os gritos de ajuda. E eles uivavam pelas margens sinuosas, porque só falando tinham forças para continuar. Ala, força! Ala, ala!» (p. 346).

4. CALDAS DE AREGOS — visita às termas. «A electrificação que o rio teima em oferecer, e o homem em ignorar, ganhará o Douro, e tudo se moverá num ritmo novo, mais trepidante e construtivo, numa cavalgada de cilindros de milhentas máquinas que darão pão e calor, luz e trabalho, confiança e vida. E as aldeias rirão de novo, e para sempre. Outras quilhas cruzarão as carreiras do rio, mais redes se afundarão nas suas águas, e outros homens, de coração aberto, rosto iluminado e esperanças nas mãos, darão o braço ao Douro e irão com ele na mais radiosa jornada que os romances de aventuras nunca puderam contar. Rio Douro, rio Douro. Rio de tanto penedo» (p. 330).

5. PAÇO — a importância da paisagem na construção dos barcos rabelos (Baixo Corgo). «Construíam barcos toscos para o navegarem e o seu feito estranho não obedeceu a delírios poéticos. Foi a necessidade que tudo lhes ensinou, mesmo a cauda longa da espadela, semelhante a uma ave que tivesse pousado no poleiro das apegadas» (p. 69).

6. PORTO ANTIGO/PORTO MANSO — alusão ao papel social dos arrais, à importância dos barcos rabelos para a distinção social e subsistência de muitas famílias. «— Já te esqueceste que somos da família dos arrais mais antigos de Porto Manso? E dos que sempre tiveram os maiores barcos daqui? [...] — O nosso pai chamou-me antes de morrer e disse-me que nunca largasse o rio. O comboio havia de ter mau fim e então todos se voltariam para o rabelo. É preciso esperar. Custa, talvez, mas não posso fazer outra coisa. O nosso pai nunca se enganou» (p. 20).

7. MOSTEIRÔ (estação de caminhos de ferro) — as mudanças tecnológicas, na paisagem e na sociedade. Leitura de excertos. «O silvo das locomotivas rasgou o silêncio dos campos e das serranias, levando outro mundo consigo. Houve gente que fugiu espavorida clamando protecção ao céu, para que aquele monstro de ferro não voltasse mais. Na fomalha que expedia fálhas e deixava incêndios, aqui e ali, nos pinheirais e soutos, eles sentiam que se gerava uma maldição para a sua vida simples e quieta. Aquele era o cavalo que trazia o Diabo no corpo. Cruzes, Mafarrico!» (p. 295).

CONCLUSÃO

Os itinerários literários apresentados neste artigo só podem ter sucesso se houver condições territoriais e sociopolíticas que viabilizem a sua implementação, nomeadamente: a) preservação dos valores, diversidade e unicidade da paisagem; b) coerência e contiguidade territorial; c) redes de cooperação entre atores sociais, empresas, universidades e organismos oficiais.

As obras literárias analisadas e estudos académicos da autora²⁵ indicam que existem ameaças associadas à mecanização e às novas dinâmicas do mercado, estando em risco elementos emblemáticos da região, em particular os terraços que, substituídos por patamares e vinha ao alto, retiraram singularidade à paisagem. Por outro lado, as entidades políticas, os atores sociais e os agentes económicos têm recorrentemente alertado para falta de mão de obra rural, como ameaça séria à preservação da paisagem duriense.

Propostas inovadoras para o turismo, como as que agora se apresentam, podem ajudar a implementar dinâmicas de atração e criar riqueza na região. Nesse sentido, importa fazer convergir interesses, agregando instituições públicas e empresas privadas, em prol de atuações ajustadas ao desenvolvimento de uma região reconhecida no mundo pela sua paisagem admirável e pelo potencial vitivinícola de excelência, como é o caso do Douro.

BIBLIOGRAFIA

- CABRAL, António (1996). *A Noiva de Caná*. Lisboa: Ed. Notícias.
- CARMICHAEL, Barbara (2005). *Understanding the wine tourism experience for winery visitors in the Niagara region*, Ontario, Canada. «Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment». 7:2, 185-204.
- CASTILLO RUIZ, José (2013). *Carta de Baeza sobre el Patrimonio Agrario*. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía. [Consult. 21 jan. 2019]. Disponível em <<https://www.unia.es/explorar-catalogo/item/carta-de-baeza>>.
- COLLOT, Michel (2011). *La Pensée-paysage*. [S.l.]: Actes Sud.
- CONSTÂNCIO, Natália; ALVES, Daniel; QUEIROZ, Ana Isabel (2019). *LITESCAPE.PT — Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental como uma ferramenta para o turismo literário*. «Cultur — Revista de Cultura e Turismo». 13:2, 14-39.
- COSGROVE, Denis (1998). *Cultural Landscapes*. In UNWIN, Tim, ed. *A European Geography*. Harlow: Addison Wesley Longman, pp. 65-81.
- CRANG, Mike (1998). *Cultural Geography*. Londres: Routledge.
- GALLOWAY, Graeme et al. (2008). *Sensation seeking and the prediction of attitudes and behaviours of wine tourists*. «Tourism Management» 29:5, 950-966.
- HOLLAND, Tara; SMIT, Barry; JONES, Gregory V. (2014). *Toward a conceptual framework of terroir tourism: A case study of the Prince Edward County, Ontario Wine Region*. «Tourism Planning & Development». 11:3, 275-291.

²⁵ LAVRADOR, 2011, 2014, 2019; LAVRADOR, BARBOSA, 2019.

- KENT, Alexander; VUJAKOVIC, Peter (2018). *Maps and identity*. In KENT, Alexander; VUJAKOVIC, Peter, eds. *The Routledge Handbook of Mapping and Cartography*. Londres: Routledge, pp. 413-426.
- LAVRADOR, Ana (2011). *Paisagens de Baco: Identidade, Mercado e Desenvolvimento*. Lisboa: Editora Colibri.
- LAVRADOR, Ana (2014). *O Projeto Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental — uma aplicação a itinerários turísticos no Douro*. «Revista Lit&Tour». 203-222.
- LAVRADOR, Ana (2019). *A paisagem rural e as representações literárias como ferramentas educativas e turísticas. Uma aplicação tecnológica na região demarcada do Porto/Douro*. In MACÍA ARCE, Xosé; ARMAS QUINTÁ, Francisco; RODRIGUEZ LESTEGÁS, Francisco, coords. *La Reconfiguración del Medio Rural en la Sociedad de la Información. Nuevos Desafíos en la Educación Geográfica*. Santiago de Compostela: Ed. Andavira, pp. 1103-1136.
- LAVRADOR, Ana; BARBOSA, Sílvia (2019). *Discovering the Douro Literary Landscape in A Noiva de Caná from António Cabral through Corpus Linguistics*. Trabalho apresentado em «II International Meeting Histories of Nature and Environments: Shaping Landscapes». Lisboa: Faculdade de Letras, 21 a 23 novembro 2019.
- LEWIS, P. (1985). *Beyond description*. «Annals of the Association of American Geographers». 75:4, 465-477.
- LOWENTHAL, D.; Prince, H. C. (1965). *English landscape tastes*. «Geographical Review». 55:2, 186-222.
- MITCHELL, Richard; CHARTERS, Steve; ALBRECHT, Julia Nina (2012). *Cultural systems and the wine tourism product*. «Annals of Tourism Research». 39:1, 311-335.
- PINEDA MUÑOZ, Jaime (2004). *Relatar, Narrar y Fabular los Modos del Habitar Eco-poético*. [Consult. 21 jan. 2019]. Disponível em <http://lunazul.ucaldas.edu.co/downloads/Lunazul19_4.pdf>.
- QUINTEIRO, Sílvia (2019). *Os lugares da literatura: mapas e rotas literárias*. «Cultur — Revista de Cultura e Turismo». 13:2, 4-13.
- QUINTEIRO, Sílvia; HENRIQUES, Cláudia (2012). *Olhão Cidade de Turismo Literário uma Realidade Longínqua?* «Revista Turismo e Desenvolvimento». 17/18: 1583-1596.
- REDOL, Alves (1946). *Porto Manso*. Lisboa: Ed. Inquérito.
- ROBINSON, M. (2002). *Between and beyond the pages: Literature-tourism relationships*. In ROBINSON, M.; ANDERSEN, H.-C. eds. *Literature and Tourism: Reading and Writing Tourism Texts*. Londres: Continuum, pp. 39-79.
- RUIZ PULPÓN, Ángel Raúl; CAÑIZARES RUIZ, Maria del Carmen (2019). *Potential of vineyard landscapes for sustainable tourism*. «Geosciences». 9:11, 472. DOI: 10.3390/geosciences9110472.
- RUECKERT, William (1978). *Into and Out of the Void: Two Essays. II. Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism*. «The Iowa Review». 9:1, 71-86.
- TORGA, Miguel (1945). *Vindima*. Coimbra: Coimbra Editora.
- UNESCO (2001). «UNESCO». [Consult. dez. 2021]. Disponível em <<http://www.unesco.org>>.
- UNESCO (2010). *The Power of Culture for Development*. [Consult. 21 jan. 2019]. Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000189382>>.
- WALFORD, David F; RAYNER, Catherine (2019). *Literary Trails: Haworth and the Brontës*. Barnsley: Pen & Sword History.

MARCA DE ÁGUA DO DOURO PATRIMÓNIO MUNDIAL: TESTEMUNHOS HISTÓRICOS E EVOCAÇÕES LITERÁRIAS EM MARIA ANGELINA/RAUL BRANDÃO E MANUEL MENDES*

MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE**

CARLA SEQUEIRA***

Resumo: *Atendendo a que o Alto Douro Vinhateiro paisagem cultural evolutiva e viva de valor universal foi fonte inspiradora de representantes das artes e letras, revelando a inter-relação cultura e natureza, revisita-se, na fronteira entre literatura e história, esta região em seus espaços-tempos, objecto de invenção e originalidade criativa.*

Dada a relevância da literatura como depositária das memórias socioculturais do «ser histórico», analisam-se, nas obras de Raul Brandão e Manuel Mendes, representações da paisagem física e humana duriense (século XX), imagem tradicional de modernidade emergente.

O corpus de análise documental, literária e dialógica abarca obras emblemáticas do património literário duriense: Portugal Pequenino, de Maria Angelina Brandão e Raul Brandão, e Douro, Roteiro Sentimental, de Manuel Mendes.

Estes testemunhos históricos e evocações literárias configuram-se como «marca de água» do Douro Património Mundial, garantia da identidade e autenticidade da paisagem física e humana, cujos rastros de «bem comum» preservam e transmitem aos «filhos dos outros».

Palavras-chave: *Alto Douro Vinhateiro — património mundial; Douro — paisagem física e humana (anos de 1920 a 1960); Raul Brandão; Manuel Mendes; literatura-história.*

Abstract: *Considering that the Alto Douro Wine Region, an evolving and living cultural landscape of universal value, has been an inspiring source for representatives of the arts and literature, revealing the interrelation between culture and nature, we revisit, on the border between literature and history, this region in its space-time, object of invention and creative originality.*

Given the relevance of literature as a depository of socio-cultural memories of the «historical being», the works of Raul Brandão and Manuel Mendes analyse the representations of the Douro physical and human landscape (20th century), a traditional image of emerging modernity.

The corpus of documentary, literary and dialogical analysis includes emblematic works of Douro literary heritage: Portugal Pequenino, by Maria Angelina Brandão and Raul Brandão, and Douro, Roteiro Sentimental, by Manuel Mendes.

These historical testimonies and literary evocations are configured as a «watermark» of the Douro World Heritage, guarantee of the identity and authenticity of the physical and human landscape, whose traces of «common good», preserve and transmit to the «children of others».

Keywords: *Alto Douro Wine Region — World Heritage; Douro — physical and human landscape (1920s-1960s); Raul Brandão; Manuel Mendes; literature-history.*

* As autoras não seguem o Acordo Ortográfico de 1990.

** Doutora em História Moderna e Contemporânea (Universidade de Minho) e investigadora integrada do CITCEM.

*** Doutora em História. Investigadora contratada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a exercer funções no CITCEM.

INTRODUÇÃO

A região e paisagem duriense e, mais recentemente, o Alto Douro Vinhateiro (ADV) classificado como paisagem «cultural evolutiva e viva» de valor universal (UNESCO, Dezembro de 2001)¹ têm sido fonte inspiradora de escritores, pintores, fotógrafos, cineastas e mais representantes das artes e das letras², revelando a relação do Homem com a spatiotemporalidade envolvente, vector preponderante da história, da literatura, da arte e cultura em sentido lato.

Assim, procura-se revisitar, reflexivamente, na fronteira entre literatura e história, cruzando aproximações históricas e estudos literários, esses espaços-tempos de invenção e originalidade criativa a que não foram alheios muitos viajantes cultos que os atravessaram, ao longo dos tempos, alguns dos quais contribuíram para elevar a identidade da região duriense a património mundial, divulgando as suas potencialidades, constrangimentos e desafios no âmbito do desenvolvimento cultural.

Destacam-se, neste contexto, os legados singulares e valiosos da escrita de Raul Brandão (1867-1930), autor da Foz do Douro e clássico da literatura portuguesa com páginas ímpares sobre o Douro, da nascente à foz, e Manuel Mendes (1906-1969), escritor lisboeta observador atento da região duriense, os quais importa conhecer e apreciar, num cruzamento de estilos, contactos e ressonâncias, entre modernismo e neo-realismo, mas idêntico «testemunho da vida mais intensa»³.

As suas narrativas literárias e documentais da paisagem física e humana do Alto Douro Vinhateiro, em momentos sequenciais do século XX, de referência incontornável, configuram-se como relevantes testemunhos históricos e evocações literárias diferenciadas, cuja cartografia temática se ensaia em perspectiva comparada e registo intertextual.

Aí, a paisagem, objecto de múltiplas apropriações, é entendida como «representação de um sistema de relação entre natureza e cultura, portanto uma construção cultural sobre o território»⁴ no sentido de que não há senão «híbridos de natureza-cultura que se escalonam entre os dois extremos, [...] onde as relações humanas não são puramente sociais, nem as coisas são puramente naturais»⁵. A esta luz, observam-se e analisam-se esses alicerces histórico-literários sedimentares da paisagem natural e humana instituinte do património cultural de um Douro ainda tradicional, mas já em transformação

¹ AGUIAR, 2002: 143-152.

² São muitos os que nos deixaram memórias, testemunhos e obras marcantes sobre o Douro Vinhateiro, desde Dorothy Wordsworth e o Barão de Forrester ao Visconde de Vila Maior, de Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e Guerra Junqueiro a Miguel Torga, Alves Redol, João de Araújo Correia, Domingos Monteiro, Pina de Morais, Manuel Monteiro, ou, mais recentemente, outros autores destacados como Vasco Graça Moura, Agustina Bessa-Luís, António Cabral, A. M. Pires Cabral, Camilo de Araújo Correia, Modesto Navarro, Nuno Rebocho, Inácio Nuno Pignatelli, António Barreto, entre tantos mais.

³ LOPES, 1990: 120.

⁴ RIBEIRO, RAMALHO, 2011: 411-435.

⁵ RHEINEBERGER, 2013.

e com sinais de modernidade, que se consideram enquanto inscrição/reconhecimento do Douro Contemporâneo Património da Humanidade.

Tais são os tópicos essenciais a desenvolver de modo integrado no presente texto que se estrutura nas seguintes secções: 1. Enquadramento: argumentos e dispositivos teórico-metodológicos; 2. Os autores: Maria Angelina Brandão e Raul Brandão, e Manuel Mendes; 3. «Marca de água» do Alto Douro Vinhateiro — Património Mundial: *corpus* documental; 4. O Douro dos anos de 1920 aos anos de 1960. Por sua vez, estas rubricas organizam-se em articulação conceptual densa e abrangente, destacando-se, por fim, nalgumas reflexões, limites e vantagens que podem advir das abordagens experimentadas.

1. ENQUADRAMENTO: ARGUMENTOS E DISPOSITIVOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O *corpus* documental e literário seleccionado, qual «documento-monumento»⁶ do património literário e cultural do Douro, é constituído por duas obras mais significativas sobre a paisagem física e humana duriense, escritas na primeira e na segunda metade do século XX, respectivamente, por Maria Angelina Brandão e Raul Brandão, e Manuel Mendes, autores de gerações diferentes, significado e valores distintos, mas com contactos e afinidades.

Por adequação aos atributos literários próprios da escrita de Raul Brandão, este é objecto de uma análise dialógica e cronotópica⁷, segundo o princípio orientador do espaço-tempo: entidades objectivas ou categorias essenciais ao conhecimento do mundo. A abordagem também não-linear das crónicas de viagem que compõem a obra de Manuel Mendes, metanarrativa literária, é informada pelo conceito de «representações sociais», desenvolvido pela «história cultural»⁸ e frequente actual no discurso historiográfico.

Em *Portugal Pequenino* (1930), última obra de Raul Brandão, em co-autoria com sua mulher Maria Angelina Brandão, obra-prima de literatura para a infância e «livro-ponte» para crianças e adultos, faz-se uma análise pormenorizada do capítulo *Duas gotas de água*, texto fulcral sobre o Douro da dura faina fluvial dos barcos rabelos⁹, arrais e marinheiros, já atravessado pela moderna linha férrea, e o Porto urbano, comercial e cosmopolita. As suas descrições picturais, sensoriais e de «colorida visão», escritas nos anos de 1920, época de profunda crise nacional e mundial, compõem a memorável narração etnográfico-literária da região duriense fixada no seu devir socio-histórico.

⁶ LE GOFF, 1984.

⁷ BAKHTIN, 2010.

⁸ CHARTIER, 1990: 19. Ver também CHARTIER (1994), *O Mundo como Representação*. «Estudos Avançados». 5:11, e CHARTIER (2002), *À beira da Falésia: A História entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; CHARTIER (2001), *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: ARTMED Editora. Para uma revisão da literatura sobre interpretação e usos deste conceito considerado uma questão da teoria da História, consultar SANTOS (2011), *Acerca do conceito de representação*. «Revista de Teoria da História». 3:6, 27-53.

⁹ Cf. PEREIRA, BARROS, 2001.

Segue-se a análise documental do livro *Roteiro Sentimental, Douro (1964-1967)*¹⁰, do escritor Manuel Mendes, obra solidária com os mais humildes e pobres da região e testemunho do Douro das barragens, das pontes e das estradas, dos inícios da mecanização, da emigração e de outras transformações do Alto Douro, num passado mais recente. A observação das «representações sociais» nesse conjunto de crónicas de viagem permite integrar o que representam e é representado, ausência e distinção entre práticas e discursos, representação e apropriação, lugares e instituições socioculturais do autor-obra.

Subjacentes à abordagem dialógica do discurso literário brandoniano, documental e ficcional, encontram-se as noções de «dialogia» ou «dialogismo»¹¹ e de «cronótopo artístico» — metáfora do «espaço-tempo» da teoria da relatividade de Einstein, que nos permite perceber «o processo de assimilação do cronótopo do tempo, do espaço e do indivíduo histórico real que se revela neles» em fluência complexa e intermitente¹².

Este entendimento propicia uma aproximação densa a esses textos emblemáticos da e sobre a região do Douro, onde se pode intuir uma partilha da paisagem material e humana duriense, potenciada pela dialogia ou diálogo intertextual e pela cronotopia (operador da assimilação pela literatura do tempo e do espaço históricos).

Deste modo, reconhece-se a relevância da literatura enquanto depositária de memórias, identidades e «representações» socioculturais do «ser histórico» em seus espaços-tempos, o que nos permite então abordar, numa perspectiva interdisciplinar, sedimentos cognitivos e expressivos que extravasam dos limites das áreas disciplinares convocadas.

Daí que os testemunhos históricos e evocações literárias dos autores a seguir apresentados se considerem enquanto lastro de identidade e autenticidade duriense, «marca de água»¹³ da Paisagem Cultural do Douro Património Mundial, «bem comum» que abrange a salvaguarda do planeta, o abrigo da vida na sua plenitude e o compromisso sucessivo das gerações¹⁴, cujos *rastros* se preservam na escrita de suas obras dedicadas aos «filhos dos outros».

¹⁰ MENDES, 2002.

¹¹ Conceito elaborado pelo pensador e linguista russo Mikhail Bakhtin, que significa mecanismo de interacção textual, isto é, a existência e presença no interior de um texto de outros textos ou obras que o influenciam ou inspiram de algum modo, devendo assim o discurso ser observado em acção recíproca com textos idênticos ou imediatos.

¹² BAKHTIN, 1988: 211.

¹³ A marca de água ou filigrana é, materialmente, definida na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* como «sinal realizado na própria textura do papel e cujo desenho apenas é visível devido às alterações de translucidez provocadas pelas diferenças de densidade e espessura da pasta». Dessa forma, e enquanto elemento fundamental para demonstrar a autenticidade de origem de um documento impresso, a marca de água serve para impedir a falsificação do documento. Nas tecnologias de informação, a marca de água digital, através da incorporação de imagens ou assinaturas digitais, permite ainda identificar a origem de material sujeito a *copyright*. Como elementos distintivos, as marcas de água conferem especiais qualidades aos documentos, constituindo funções de metainformação a eles relativa. Se consideradas na sua gênese, são base de identificação das fontes e crítica destas, nomeadamente no que à crítica textual diz respeito. Cf. CARREIRA, 2012: 2-3.

¹⁴ PATO, SCHMIDT, GONÇALVES, *orgs.*, 2013: 334.

2. OS AUTORES: MARIA ANGELINA BRANDÃO E RAUL BRANDÃO, E MANUEL MENDES

2.1. Maria Angelina Brandão e Raul Brandão



Fig. 1. Retrato de Raul Brandão e de sua esposa D. Maria Angelina Brandão, 1928. Columbano Bordalo Pinheiro, óleo sobre madeira
Fonte: Museu de Arte Contemporânea

Raul Germano Brandão (Porto, 1867-Lisboa, 1930), escritor finissecular e intelectual entre dois séculos, natural da Foz do Douro, a que se encontra ligada a sua vida-obra (expandida ainda a Lisboa e Guimarães)¹⁵, é um autor visionário e polifacetado (prosador, ficcionista, dramaturgo, memorialista, publicista¹⁶). Personalidade literária com obras intemporais de elevada reputação e mestre de gerações sucessivas de destacados escritores portugueses, tornou-se um clássico da literatura nacional de notável actualidade.

Iniciou desde cedo, nos finais de Oitocentos, intensa actividade literária e intervenção jornalística, tendo-se dedicado também à pintura, com particular sensibilidade, atenção inteligente à realidade, e emocionada apreensão da Condição Humana, Vida e Natureza — qualidades inerentes à sua mais profunda vocação, ao invés da carreira militar em que ingressou em 1888 e de que se reformou como capitão, em 1911.

Conviveu de perto com grandes nomes da literatura, da pintura e da cultura portuguesa, seus amigos, em que se destacam, designadamente, Teixeira de Pascoaes, Correia de Oliveira, Batalha Reis, Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, António Nobre,

¹⁵ Cf. CASTILHO, 2006.

¹⁶ Escreveu, entre outros jornais e revistas, no «Correio da Manhã», «Revista de Hoje», «Revista de Portugal», e foi chefe de redacção de «O Dia» e «A República». Colaborou na «Revista Águia» e no movimento Renascença Portuguesa. Fez parte do Grupo da Biblioteca quando Jaime Cortesão era director da Biblioteca Nacional de Lisboa, e do grupo fundador da revista «Seara Nova», em 1921, que se propunha reformar a mentalidade portuguesa através de intensa acção pedagógica e política.

António e Carlos Carneiro (ilustradores de algumas obras suas), Columbano (que o pintou em dois retratos) e Manuel Mendes¹⁷, que, mais tarde, assim evocará Brandão: «Esse foi meu mestre e meu amigo o deslumbramento inesquecível da minha juventude de incipiente sonhador, que ele acalentou a um fogo ardente e magnífico»¹⁸.

É difícil enquadrar Raul Brandão, personalidade literária de múltiplas facetas, em géneros literários (épico/narrativo, lírico e dramático) e estilos específicos (naturalismo, simbolismo, realismo, impressionismo, expressionismo). O que aliás se documenta e confirma nos textos brandonianos que nunca deixaram de:

*denunciar a mais extrema e genuína capacidade de espanto diante da vida. Aí, e na confessada consciência da duplicidade do «eu», a fazer lembrar Proust e Dostoievski, reside talvez a modernidade da sua prosa, que, se formalmente é ainda marcada pela referência simbolista, já tem sido considerada simultaneamente como precursora do existencialismo, de certos aspectos do neo-realismo e até do surrealismo*¹⁹.

Daí que a sua escrita, considerada genial, dialógica, polifónica, fragmentária, indisciplinada, transfiguradora e visionária ou, numa só palavra, «universal», deva ser compreendida na indecibilidade peculiar de sua prosa profundamente atravessada por imanente intuição poética.

Raul Brandão, «caso relevante da força indestrutível do génio que o torna de hoje»²⁰ e, como já sublinhado, escritor maior da Foz do Douro, legou-nos textos literários únicos sobre a região duriense²¹, onde «com a sua colorida visão, animou algumas das paisagens mais profundamente humanas da nossa terra»²².

2.1.1. Maria Angelina Brandão

Raul Brandão, durante a sua carreira militar, conheceu, em 1896, Maria Angelina d'Araújo Abreu, órfã prematura de uma família de proprietários abastados, quando foi colocado como alferes, no Regimento de Infantaria 20, em Guimarães. Com uma diferença de idades (ele com quase 30 e ela mais nova onze anos), casaram a 11 de março de 1897, véspera do aniversário do escritor, na igreja paroquial de Nespereira, aldeia onde o casal viveu e partilhou vida e escrita, na Casa do Alto, comprada em 1898.

¹⁷ Dedicou-lhe o livro *Raul Brandão & Columbano: Artigos esquecidos do escritor, Reproduções de telas do mestre. Correspondência de ambos e breve Introdução de Manuel Mendes*. Editora: Jornal do Fôro, 1959. *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, 1994.

¹⁸ MENDES, 2002: 176.

¹⁹ *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, 1994.

²⁰ SENA, 1978: 65.

²¹ Cf. texto original do escritor *Ao Porto pelo Rio Douro*. PROENÇA, Raul, dir. (1929). *Guia de Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa, pp. 532-533. ROSA, org., 2013: 466-469.

²² TORGA, 1995: 378.

Essa amorosa relação de «admiração e respeito mútuos» e «complementaridade absoluta»²³ encontra-se patente nas cartas do casal²⁴ e nas memórias que Maria Angelina²⁵ escreveu pouco depois da morte do marido.

Maria Angelina Brandão foi biógrafa pioneira de Raul Brandão e referência dos primeiros biógrafos do escritor (João Pedro de Andrade e Guilherme de Castilho) e dedicada «secretária do Autor de *Húmus*. O seu romance póstumo, *O Pobre de Pedir* (1931), ter-lhe-á sido inteiramente ditado»²⁶. Com a publicação de *Portugal Pequeno*, em 1930, «de que Raul Brandão e Maria Angelina são co-autores, os nomes de ambos entram, lado a lado, na história da literatura portuguesa novecentista»²⁷.

2.2. Manuel Mendes



Fig. 2. Manuel Mendes
Fonte: Autor desconhecido, propriedade e digitalização de José Alexandre Roseira, cortesia de Gaspar Martins Pereira

Manuel Joaquim Mendes (Lisboa, 1906-1969), escritor e jornalista com colaboração em importantes jornais e revistas, com destaque para «República», «Seara Nova», «Revista de Portugal» e «Vértice», foi também tradutor, crítico de arte e artista plástico, com publicações sobre os principais artistas e pintores de sua época, como Columbano, além de autor de romances, contos e outros textos de ficção, crónicas e memórias do quotidiano, prefácios e notas a traduções de sua mulher Berta Mendes, de obras clássicas editadas na Biblioteca Cosmos.

Enquanto escritor, era já publicado e conhecido embora não como grande figura, em obras antológicas do neo-realismo (1942), na primeira fase deste movimento literário e cultural afirmado entre finais dos anos de 1930 e 1950, sendo neste contexto assim

²³ REYNAUD, 2019: 34.

²⁴ OLIVEIRA, REYNAUD, 2019.

²⁵ BRANDÃO, 1959.

²⁶ REYNAUD, 2019: 39.

²⁷ REYNAUD, 2019: 38.

referenciado: «Manuel Mendes (que a crítica “avisada” sempre classificaria de “populista”）」²⁸. Por essa altura, escreveu e publicou biografias de autores portugueses em que se contam *Antero de Quental* (1942), *Alexandre Herculano*, (1945), *Oliveira Martins* (1947) e, mais tarde, *Aquilino Ribeiro* (1960), seu mestre e amigo íntimo.

«Ligado ao grupo da “Seara Nova” e «frequentador assíduo de tertúlias políticas e literárias» conviveu com notáveis intelectuais e outras figuras de relevo nacional como «Raul Brandão, António Sérgio, Raul Proença, Jaime Cortesão, Câmara Reis, Mário de Azevedo Gomes»²⁹. Foi amigo e divulgador de Raul Brandão, que teve como seu «mestre e paradigma literário»³⁰.

No âmbito de sua intensa acção política e associativa, como político antifascista perseguido e preso, entre outras intervenções, participou no MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista), foi promotor da criação do MUD (Movimento de Unidade Democrática)³¹ e integrou as candidaturas de Norton de Matos (1948) e Humberto Delgado (1958) à Presidência da República³².

Segundo Mário Soares, reputado dirigente socialista e antigo presidente da República Portuguesa, camarada do escritor na resistência antifascista e luta política pela liberdade e democracia:

*Manuel Mendes foi um excelente escritor, hoje bastante esquecido, infelizmente. Além disso, foi uma personalidade fascinante, de uma imensa riqueza humana, político e conspirador intemerato contra a ditadura, amador de artes plásticas, escultor nas horas vagas, extraordinário contador de histórias divertidas, de humor simultaneamente enternecido e sarcástico, que passou a vida, desde rapaz, condenado a um completo ostracismo político, embora cercado de amigos e admiradores*³³.

Foi, aliás, por intermédio de Soares e do amigo e companheiro de lides políticas, o médico e produtor duriense Luís Roseira, que Manuel Mendes, escritor de grande

²⁸ Cf. TORRES, 1983: 88.

²⁹ MENDES, 2002: 183-185.

³⁰ MENDES, 2002: 176.

³¹ Organização política de oposição legalizada à ditadura fascista portuguesa, criada em 1945, em luta pelo direito à «liberdade de reunião, de associação e de imprensa» e pela seriedade nas eleições, mas dissolvida três anos depois pelo regime salazarista, diferenciando-se, mas colaborando pontualmente com o MUNAF, organização clandestina fundada em 1943. Manuel Joaquim Mendes, membro da maçonaria, foi um dos promotores da fundação do MUD, fez parte das estruturas dirigentes centrais e distritais de Lisboa e foi alvo de prisões. Aderiu à Resistência Republicana e Socialista, desde 1953, e à Associação Socialista Portuguesa (ASP), em 1964.

³² *Apud* Nota biográfica institucional da Fundação Mário Soares em cujo arquivo se encontra o espólio de Manuel Mendes. Este situa-se entre as datas-limite de 1820 a 1988, documentos relativos às atividades políticas, literárias e artísticas do escritor, ou por si reunidos, circunscritos entre 1917 e 1969, com excepção da colecção de fotografias, dos documentos familiares e da correspondência recebida por Berta Mendes, enviada pelos amigos do casal, após o falecimento do marido e outros sobre a Casa-Museu de Manuel Mendes, constituída em 1977 (1950-1988). [Consult. 08 Jun. 2021]. Disponível em <http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_868#le_868>.

³³ MENDES, 2002: 15-19 (Prefácio de Mário Soares).

afectividade e sentido de humor, ficou intrinsecamente ligado à região duriense que calcorreou, conheceu e amou como poucos, e que descreve com deslumbramento e comoção, no seu *Roteiro Sentimental: Douro*, cuja dedicatória, aos filhos de Luís Roseira, espelha esta sua relação engajada com o ser e o sentir do Douro profundo:

O Douro merece mais — merece tudo. Rincão admirável da fragueira terra portuguesa, é ao mesmo tempo um vivo frémito da sua alma. As proporções da montanha e a estatura do homem dessas bandas não se contemplam a frio, obrigam por força a cismar. Pouco tenho conhecido de tanta e tão impressionante grandeza³⁴.

Em síntese, a escrita de grande humanidade e sensibilidade social dos dois escritores em análise, expoentes do património literário duriense, destaca-se no vasto acervo cultural do e sobre o Douro, cujos estudos históricos e literários supõem o seu contributo comprometido com um íntimo e profundo conhecimento desta paisagem cultural vinhateira.

3. «MARCA DE ÁGUA» DO ALTO DOURO VINHATEIRO — PATRIMÓNIO MUNDIAL: CORPUS DOCUMENTAL

A literatura aparece-me como uma corrida de retransmissão. Cada um toma o testemunho das mãos do escritor que o precedeu. Não é possível voltar atrás nem mesmo permanecer no lugar³⁵.

A análise interpretativa dos textos e fragmentos mais paradigmáticos das obras seleccionadas nos escritores estudados em seus discursos literários próprios relativos ao Alto Douro Vinhateiro dos anos de 1920 a 1960 partilha do enunciado na epígrafe sobre literatura e inovação, perfilhando a concepção dinâmica aí defendida de retransmissão literária e passagem de testemunho.

Para Maria Angelina Brandão e Raul Brandão, nos anos de 1920, «o Alto Douro, a terra do vinho fino, é também a terra dos panoramas tétricos, dos sítios onde reina a febre, das povoações concentradas, recozendo ao sol a fealdade»; «sobre ossadas e destroços»; «sombas temerosas»³⁶. Ou seja, fantasmas, espectros, rastros que a escrita brandoniana ressuscita do silenciamento a que são remetidos, num compromisso ético de testemunhar para impedir que se calem os mortos, a que subjaz um pensamento de spectralidade, de luto e de crença.

Ressonâncias desta mundivisão espectral de Brandão, vamos encontrar, já na década de 1960, em Manuel Mendes que, intertextualmente, se faz eco do sentido ético de

³⁴ MENDES, 2002: 23-24.

³⁵ SARRAUTE, 1964 *apud* COMPAGNON, 2021: 178.

³⁶ BRANDÃO, 1985: 61.

justiça de seu mestre face ao esforço ingente dos trabalhadores anónimos, em contraste com a riqueza que produzem no Douro: «Quanto esforço insano e miséria cabem num cálice de vinho fino do Douro, deste vinho que há séculos ganhou reputação no mundo! Na sua transparência de âmbar, nada disto se adivinha»³⁷.

Na verdade, podem encontrar-se, apesar das diferenças, várias afinidades entre Raul Brandão e Manuel Mendes, escritores e jornalistas intrinsecamente ligados ao Douro, que conheceram, amaram e descreveram além da epiderme, com fervor e respeito, cada um em seu registo literário próprio: o primeiro, próximo do modernismo e de grande modernidade, com um olhar íntimo e reflexivo; o segundo, viandante cidadão, afim do neo-realismo, de olhar nómada e ardente acalentado por seu mestre Brandão, num «deslumbramento inesquecível»³⁸.

Focamo-nos em primeiro lugar no livro *Portugal Pequenino* (1930) de Brandão e sua mulher Maria Angelina, dedicado pelos autores «aos filhos dos outros», cujas personagens são duas crianças: «ele, o Russo de Má Pelo, filho do amo onde ela, a Pisca, serve». Aí, «a impressionante descrição das paisagens raramente aparece dissociada da humanidade que as habita»³⁹ e, ao mesmo tempo, «o rigor descritivo e etnográfico combina-se com o intenso visualismo da linguagem tão atenta aos cambiantes cromáticos como aos contrastes violentos na permanente busca de uma síntese entre a fidelidade ao real (assinalada muitas vezes por um simples detalhe que o exacerba) e a relação da sua essência espiritual»⁴⁰. Nesta escrita magistral de índole modernista, o capítulo desta obra *Dois gotas de água* (pp. 71-86)⁴¹ sobre as paisagens naturais e humanas do Douro Vinhateiro permite vivenciar de perto a dura faina fluvial, a ruralidade tradicional ainda dominante na região, já ameaçada pela linha férrea oitocentista e o despontar das chaminés e fumo das fábricas na aproximação ao Porto urbano e fremente de negócios. Contrastes e mudanças representadas e sugeridas em dinâmica pictural e sensorial de «colorida visão».

À análise dialógica dessa memorável narração brandoniana da paisagem natural e humana do Douro na década de 1920 segue-se a análise das «representações sociais» em *Roteiro Sentimental, Douro* (1964-1967), de Manuel Mendes, livro a que o autor se refere como «caderno de crónicas», escrito em «páginas de estudo e evocação [...] com verdadeiro aprazimento de etnógrafo amador»⁴², porém já considerado «um dos mais belos e sérios roteiros da região»⁴³ e assim sugestivamente apresentado numa vertente histórica.

³⁷ MENDES, 2002: 128.

³⁸ MENDES, 2002: 175-180.

³⁹ REYNAUD, 1995: 241.

⁴⁰ REYNAUD, 1995: 233-243.

⁴¹ Cotejar esta versão do texto com versões das entradas do *Guia de Portugal* (dirigido por Raul Proença, amigo de Brandão, da Renascença Portuguesa e do Grupo da Biblioteca Nacional), reeditadas nas edições da Fundação Calouste Gulbenkian. ROSA, 2013.

⁴² MENDES, 2002: 82.

⁴³ MENDES, 2002: 11 [Apresentação de Gaspar Martins Pereira].

Estas crónicas são as histórias e as impressões que o autor recolheu, em contacto com a gente humilde da Região — rurais, pescadores, barqueiros (os que atravessam o rio de um lado para o outro), marinheiros (os que traziam o vinho do Alto Douro até à Foz), profissionais de vários ofícios, alguns hoje em vias de se perder, contadores populares de histórias, memórias esparsas da Região. [...] Escritas entre 1961 e 1963, estas crónicas de viagem constituem o testemunho de uma época em que o Douro mantinha ainda uma imagem fortemente marcada pela tradicionalidade, bem próxima da que nos deixaram os registos fotográficos da Casa Alvão ou da Foto Beleza para os anos trinta e quarenta, ou mesmo de Emílio Biel para o início do século XX, mas em que já se entrevêem processos que viriam mudar, indelevelmente, nessa década e nas seguintes, a paisagem física e humana da região. Nessa perspectiva pode considerar-se um testemunho histórico⁴⁴.

O conjunto destas crónicas, impressivas e solidárias com os mais humildes e esforçados da região, escritas numa prosa límpida e culta de feição neo-realista⁴⁵, entretece-se de memórias e depoimentos de trabalhadores do Alto Douro, documentos recolhidos por Manuel Mendes, tal como Brandão, onde numa elegia sofrida ao trabalho árduo sobrelevam os actores de carne e osso, obreiros anónimos das paisagens durienses. Aí se identificam «representações socioculturais» ancoradas na historicidade densa e tradição identitária de um Douro ainda antigo, mas já em transformação na diversidade emergente de alterações técnicas, económico-sociais, institucionais, demográficas, paisagísticas e culturais que se irão afirmar pós-anos de 1960⁴⁶.

A abordagem substantiva que agora se vai fazer aos textos literários destes autores, em suas visões diferenciadas e complementares do Douro, inspira-se nos anteriores fundamentos introdutórios e é informada pela noção de «cronótopo artístico», metáfora do «espaço-tempo» de Einstein.

Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível, o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história, [...] o processo de assimilação do cronótopo do tempo, do espaço e do individuo histórico real que se revela neles — têm fluído complexa e intermitentemente⁴⁷.

⁴⁴ MENDES, 2002: 11 [Apresentação de Gaspar Martins Pereira].

⁴⁵ Cf. TORRES, 1983: 88.

⁴⁶ Cf. GUICHARD, ROUDIÉ, PEREIRA, *coords.*, 2019.

⁴⁷ BAKHTIN, 1988: 211-362.

3.1. Aproximação ao Douro com Maria Angelina Brandão e Raul Brandão (1930)

O discurso literário de Raul Brandão, «poeta da prosa», no dizer de Jorge de Sena, que assinala «a sua visão arrebatadora da humanidade» e «a violência da sátira social directa e amarga»⁴⁸, faz-se no cruzamento entrecortado de vários planos, de zonas descontínuas e de convecção que apelam assim a dimensões e conhecimentos múltiplos. Parecendo inicialmente saído de um sonho espraia-se por grandes extensões onde a luz impera sob sombras⁴⁹. Não segue a lei da causalidade nem o operador do terceiro excluído, princípio de razão, o que o torna precursor da modernidade e do pensamento contemporâneo.

Como nenhum outro autor, Raul Brandão escreveu páginas únicas e memoráveis sobre os «espaços-tempos» do Douro e «o indivíduo histórico real que se revela neles»⁵⁰, tendo-nos legado um património literário, cultural e histórico ímpar de suas ambiências socioculturais e ambientes ecofísicos (territórios, climas, solos, faunas, floras).

A escrita literária de Raul Brandão, embebida de outras formas de linguagem como a pintura, a fotografia e o cinema, que então se popularizava, trabalha, em elementos naturalistas e simbolistas de que foi pioneiro e em linguagens impressionistas e expressionistas, «paisagens naturais, sociais e humanas», como as do Alto Douro Vinhateiro. Possibilita entrever no Douro: a prodigiosa acção em redes locais e efeitos globais do trabalho de homens, mulheres e crianças em confronto com a geomorfologia de terrenos rochosos, refeitos, na longa diacronia, por mão humana.

O que distingue e surpreende na escrita de Brandão é a sua própria colocação no que descreve e narra, compondo as impressões que as coisas lhe dão, como sentimento, e dando-as a ver em composições de linguagem, ora intensamente estáticas ora em movimentos rápidos, apreendendo as mutações no material impressionado. Não reproduz um real que sempre segue suas linhas de desenvolvimento, mas constrói, na linguagem, a realidade do que dá a ver. Chega a criar o efeito de que é a própria escrita que segue a sua linha de desenvolvimento, disseminando-se, sem que o autor a possa conter, nem, aliás, o queira. Aí, é o movimento descontínuo, a fragmentação dos fenómenos, a incerteza e a imprevisibilidade do mundo que nos são espantosamente reveladas.

Exige então uma abordagem cronotópica, em que se destacam «as relações dialógicas existentes nos enunciados concretos elaborados no processo da interação socio-histórica»⁵¹, a qual permite uma análise comparativa entre as duas espaciotemporalidades que nos surgem ancoradas em «cronótopos artísticos» identificados nos textos literários.

⁴⁸ SENA, 1978.

⁴⁹ VIÇOSO, 1999.

⁵⁰ BAKHTIN, 1988: 211.

⁵¹ MACHADO, 1996: 89-105.

3.1.1. Cronotopia⁵² e interacção dialógica

No cronótopo artístico-literário, categoria formal e de conteúdo, derivada do espaço-tempo da teoria da relatividade einsteiniana, ocorre, segundo M. Bakhtin (1895-1975), teórico do «formalismo russo», a fusão dos indícios espaciotemporais, nos quais se revela o indivíduo histórico real, num todo compreensivo e concreto, tal como sucede no conhecimento histórico, cujos pilares são tempo, espaço e acção humana.

Esta perspectiva histórico-filosófica de «espaço-tempo aberto e colectivo, de liberdade e criação humana»⁵³, que acompanha «a inscrição e materialização do tempo no espaço da representação»⁵⁴, é caracterizada pela interdisciplinaridade, diversidade e heterogeneidade próprias do pensamento inovador de M. Bakhtin, para quem o escritor é aquele que sabe trabalhar a língua, estando fora dela, que tem o dom do falar indirecto; exprimir assim, significa fazer de si objecto para o outro e para si mesmo [e em que] as relações dialógicas [são] relações «semânticas» entre toda a espécie de enunciados na comunicação discursiva⁵⁵.

Também em Raul Brandão «uma mesma língua é coabitada por falares diversos, linguagens sociais dinâmicas que se cruzam atravessadas pelo social e pela história»⁵⁶. A estrutura da linguagem verbal pressupõe o diálogo entre diversos sujeitos, com a consciência de que a linguagem é sempre herdada, estando o escritor imerso numa língua de muitos falantes (vivos e/ou mortos, «fantasmas», antepassados e os ainda por vir). Daí que a dialogia seja a matriz do seu discurso literário que se revela por posições estruturadas contrastantes mediadas pelo «sonho que transforma o homem e que é, para Brandão, o essencial na vida»⁵⁷.

O dialogismo brandoniano é frequentemente impregnado de cronótopos que dão a contextura espaciotemporal onde se movem sujeitos históricos, especialmente, os humildes, esforçados e anónimos — trabalhadores, mulheres em destaque e crianças —, que nele são os próprios desencadeadores do discurso literário. No caso concreto destas suas duas obras, o dialogismo atinge desde logo a própria autoria de *Portugal Pequenino* e do capítulo *Duas gotas de água* sobre o Douro.

O cronótopo organizador no Douro é o ciclo da água, figurando a fragilidade de duas gotas que engrossam até ao caudal do rio que rompe o pedregulho interposto na sua cavalgada para o mar, a do homem e da mulher que se obstinam em armar o terreno em socalcos e subsistência duríssima, para que, do esmagamento das uvas, brote o vinho fino qual sangue bíblico: «Que diabo de figura é esta, para quem olho com respeito,

⁵² BAKHTIN, 2010: 307-335.

⁵³ FIORIN, 2006; MAGALHÃES, 2007: 210-215.

⁵⁴ RODRIGUES, 2013.

⁵⁵ BAKHTIN, 2010: 307-335.

⁵⁶ PIRES, KNOLL, CABRAL, 2016: 119-126.

⁵⁷ MARTINS, 2018: 62.

que se atreveu com o pedregulho e o abriu a marreta e a ferro, e às vezes a dinamite, até pulverizar o chão para lhe meter os bacelos?»⁵⁸.

Ainda sobre o Douro, identificam-se neste texto literário brandoniano os seguintes cronótopos secundários: cultura vitivinícola; caminho/via fluvial; faina fluvial; metrópole/porto de chegada e de partida.

No cronótopo da cultura vitivinícola, o Vale do Douro, «de que o homem obstinado extrai a melhor fruta do mundo e o melhor vinho do mundo o líquido dourado que sabe a sol e é um extracto de sol»⁵⁹, surge-nos em:

*cenários sobre cenários nos dias soturnos em que o fraguedo lhes parecia ainda mais trágico, com o rio esganado entre pedras e montanhas socalcadas pelo homem, para aguentarem alguns bocados de terra a esboroar-se. O Alto Douro, a terra do vinho fino, é também a terra dos panoramas tétricos dos sítios onde reina a febre das povoações concentradas, recozendo ao sol a fealdade*⁶⁰.

A dada altura, «as duas gotas de água» interrogam:

*Qual foi o segredo que fez produzir uma terra só ossos? A gente olha para os bagos de âmbar transparente, para os moscatéis que fazem chegar a água à boca, para os cachos dourados com uma pele muito fina, e custa-lhe compreender que seja a dor que produziu tudo isto. E é a dor da videira torcida ao sol, gritando maldição porque não consegue naquele cascalho, por mais que penetre com as raízes, encontrar algum suco. E a dor deste homem, que se sujeita, lívido de febre e com a magra companheira ao lado, a viver preso à terra maldita e abençoada. Sujeita-se e range, obstina-se. Foi ele que a criou, pelo menos tanto como Deus, e que não encontrando água para regar, a substituiu pelo suor do seu rosto. Negra vida. Como resistiu à labareda? Como pôde viver dentro daquele forno? Amando a terra*⁶¹.

Na genial composição literária desta narrativa, os sujeitos de enunciação, duas gotas de água, transformam-se em contacto com ínfimos fios de água, lama, gelo, nevoeiro, riachos, pequenos ou grandes caudais do rio Douro e percolam os enunciados o mais dentro possível da materialidade que se descreve e narra. Isto sem nunca se perder a sua frágil e periclitante identidade nos avassaladores obstáculos até chegar ao mar largo, permitindo, assim, retraçar o trajecto da penosa e grandiosa produção do vinho até ao porto da sua exportação para o mundo.

⁵⁸ BRANDÃO, BRANDÃO, 1930: 72-73 [capítulo *Duas gotas de água*].

⁵⁹ BRANDÃO, BRANDÃO, 1930: 71-86.

⁶⁰ BRANDÃO, BRANDÃO, 1930: 74.

⁶¹ BRANDÃO, BRANDÃO, 1930: 72-73.

Deslizaram na água entre pedras, num rio de estanho fundido, que parecia correr sobre ossadas e destroços. Às vezes cachões, redemoinhos, dornas. Um dia estiveram para desaparecer abafados na água, perdido de todo um resto de individualidade. Saltaram na espuma, irizou-os o sol, e foram ter a um côncavo na areia onde repousaram. Livres de perigo? Uns pássaros vieram beber e por pouco os não engoliram. Eram os corricões que vivem na duna, da cor da areia, e que quando vêem gente se deitam de pernas para o ar — dizem os barqueiros — sendo difícil distingui-los do chão. [...] Escaparam por milagre e lá voltaram a descer o Douro que ia alargando⁶².

Outro cronótopo é o do caminho ou da via fluvial percorrida pelos barcos rabelos, etnograficamente descritos e que Raul Brandão acompanha «entre montanhas de bronze que põem a alma negra e que estão à espera que se passe uma tragédia», descrevendo como se estivesse a fotografar todas as componentes dos barcos rabelos, pipas, pedras e olhos de água e ao mesmo tempo a filmar gestos, movimentos, ventos dos vales, redemoinhos, equilíbrios de arrais e marinheiros «à escota arriscando a vida, remando agarrados às pás».

São estes barcos estrambóticos que fazem todo o tráfego do Douro. Carregam pipas, cortiça, casca, madeira, gente; e quando vem o Inverno e “anda o rio grande”, o movimento nunca se interrompe. Os homens intrépidos, de pé sobre a pégada — o nome da gaiola onde vai o arrais —, manobram com decisão a espadela, metendo a charroa na água e imprimindo direcção ao barco. É preciso fazê-lo sem um movimento falso, sem um segundo de hesitação, nos sítios perigosos, descendo os galeiros como quem cai por uma corda abaixo [...]. Ali é que é vê-lo, ao barqueiro em ceroulas a manobrar a charroa na água como se quisesse lavrar no campo! Quatro casqueiros, meia dúzia de cavernas, a gaiola em cima e o homem em equilíbrio na quitanda, tendo de descer lá do Alto até ao Porto com aquelas pipas todas, agarrado à espadela, olho na água, olho nas pedras agudas como dentes [...]. O barco oscila, põe-se de pé — e ele lá vem, já desce. Como se aguenta? Arriscando a vida⁶³.

O terceiro cronótopo que faz a ponte entre o Douro rural servido pela via-férrea e o Porto urbano, comercial e industrial, exportador do vinho fino, define-se no movimento intenso e sonoro da faina fluvial duriense⁶⁴, através de redes textuais cinéticas de diferentes planos e variadas cenas.

⁶² BRANDÃO, BRANDÃO, 1930: 74.

⁶³ BRANDÃO, BRANDÃO, 1930: 71-86. Ver também *Guia de Portugal*, vol. IV, pp. 10-12.

⁶⁴ Contemporâneo do livro *Portugal Pequeno é Douro, Faina Fluvial* (1931), filme-documentário mudo de Manoel de Oliveira, na época do cinema sonoro em Portugal (1930).

À medida que o rabelo desce — agora com serenidade e ao fio de água — melhor se avalia o trabalho das mulheres, do rapazio nu, dos pescadores que lançam a rede à tainha ou a físga à enguia (o sável e a lampreia sobem no seu tempo até à Barca de Alva), ou secam as redes nos varais; dos homens que carregam, atirando para os barcos o carvão, a chamiça, ou as maroixas de lenha rachada e amontoada nas margens. Tudo trabalha, e é para o Porto que sustenta o lavrador e o homem do rio. Arrastam-se os pesados carvoeiros em flotilha, todos negros como pretos da Guiné. Serra-se a madeira, vomitam fumo as chaminés das fábricas, e lado a lado o homem e a mulher esbelta remam no mesmo barco. Tudo consiste em aproveitar a maré e o vento favorável. [...]

Estamos a dois passos da grande cidade. [...] Entre um rasgão do arvoredo avança para nós uma massa cinzenta e confusa com o recorte de uma igreja [...] numa miscelânea de casas de chaminés de fábricas, tudo enfumado e indeciso. Chega até ao barco o apito de um comboio. E pouco e pouco a cidade aproxima-se com uma auréola de cinza e prata e o rio empoado de roxo. Ao lado, em dois riscos, o arco da ponte de D. Maria e do outro lado, numa só tinta, o morro espesso de Gaia. Depois outra ponte. Da água um faiscar às chapadas onde arde lume dourado. Por fim, a Ribeira velha e carcomida, cheia de povo, de mulherio, de gritos [...]. Umas escadinhas, uma feira de fruta. Desembarcamos no Porto⁶⁵.

Este cronótopo artístico é atravessado por uma condensada reflexão sobre o processo socio-histórico e político impregnado de sátira social, culminando numa projecção de pendor messiânico, próprios do inconfundível estilo literário brandoniano.

As duas gotas de água saíram do rio com o nevoeiro e foram passear pela cidade. Viram a praça e aquelas ruas íngremes uma de cada lado — a dos Clérigos com um grande dedo apontado para o céu, como se esta cidade utilitária e prática fosse uma cidade franciscana, e na praça a estátua de um homem a cavalo que nunca consegue sair do mesmo sítio. Quem foi? Foi um ingénuo que quis dar ao seu país a liberdade, quando o seu país não se importava com a liberdade para nada. Então deu-lhe a força; deu-lhe a Carta que os homens trataram como um trapo. Rodeavam-no algumas figuras excepcionais, um Mouzinho da Silveira, um Herculano, um Garrett, que tentaram renovar o país com ideias, livros, leis, reformas, esquecendo-se do principal — de o ensinarem a ler. E é um problema cuja solução legamos ao futuro⁶⁶.

⁶⁵ BRANDÃO, BRANDÃO, 1930: 75-85. Cotejar com *Guia de Portugal*, vol. IV, pp. 532-534.

⁶⁶ BRANDÃO, BRANDÃO, 1930: 85.

Um quarto cronótopo em que ressalta a presença do indivíduo histórico no tempo-espaço identifica-se num fragmento cenográfico em torno da metrópole comercial de aspiração mundial, escondendo-se e deixando-se vislumbrar entre contrastes.

O nevoeiro sobe, ascende dá a esta cidade de trabalho, em que o burguês é rei, com a porta fechada e o dinheiro na burra — o seu verdadeiro carácter [...]. Há nesse Porto, filho do rio e do mar, poentes extraordinários apertados entre os paredões formidáveis das margens [...]. Outra vez a cerração desaparece. Poviléu. Ruelas. A Sé acastelada com varandas de granito e serpentes feitas pelos pedreiros. A Misericórdia com paredes monstruosas [...], subterrâneos onde se passam decerto coisas terríveis entre a doença e os doentes, [...] a noite procede por grandes massas confusas ascendendo dum lado desde o Barredo até ao Paço Episcopal; do outro desde o fundo até uma mescla assombrosa, que parece despenhar-se, picada de lumes, no rio cheio de grandes barcaças, de vapores ancorados, de confusão e riscos inexplicáveis. [...] Constrói-se a essa hora uma cidade estranha e desmedida, sórdida e esplêndida, uma cidade [...] que, se não é a mais bela, é a mais pitoresca que conheço no mundo, só me recordando de outra que me tenha feito igual impressão — o Pequim alucinatório descrito por Fernão Mendes Pinto⁶⁷.

A aproximação dialógica ao Douro em Raul Brandão permitiu observar a inserção da história nos textos literários estudados, à luz de que, «na literatura, a imagem representa os fenómenos espaciais e sensoriais no seu movimento e na sua transformação, introduzindo no plano artístico da ficção os momentos essenciais da realidade temporal e, até um certo limite histórico»⁶⁸. A análise ensaiada sobre a projeção ficcional polifónica e performativa da escrita universal brandoniana possibilitou uma abordagem cultural impressiva ao território duriense em sua paisagem física e humana, a partir dos «cronótopos artísticos» aí identificados, a qual permitiu intuir e sublinhar alguns dos seus recursos da região em transformação, a potenciar à escala global-local contemporânea.

3.2. Revisitação do Douro com Manuel Mendes (anos de 1960)

Manuel Mendes, observador atento do Douro, com deslumbramento e crença, tal como Brandão em seu sentir de transmissão geracional na dedicatória de *Portugal Pequeno* aos «filhos dos outros», dedica o seu *Roteiro Sentimental, Douro* aos três filhos pequenos do amigo e companheiro da oposição democrática, Luís Roseira. Nestes representantes simbólicos de uma nova geração de empreendedores entusiastas de um «Douro moderno, aberto ao mundo e consciente do património, da arte e da tradição de fazer

⁶⁷ BRANDÃO, BRANDÃO, 1930: 85-86.

⁶⁸ BARBOSA, 2007: 1-9.

vinhos de renome universal durienses»⁶⁹ viria a destacar-se o «micro produtor-engarrafador» pioneiro José Alexandre Roseira, que, «com o pai, se empenhou na criação da Associação de Produtores Engarrafadores de Vinhos do Porto e Douro (AVEPOD), em 1986». Com a veneração que dedicou a Manuel Mendes, criou e lançou «um vinho puro» nomeado, em sua honra, *Roteiro Sentimental*, «um vinho biológico, de castas fortes — Touriga Nacional, Sousão e Touriga Franca, a que sempre chamou Flor do Douro»⁷⁰.

No caso de Manuel Mendes em que a escrita/produção da obra assenta na sua apropriação da modernidade da escrita brandoniana e da estética neo-realista em osmose forma-conteúdo, atente-se na sempre necessária mediação autor-leitor no seguinte fragmento da dedicatória de *Roteiro Sentimental, Douro*, em que o autor, buscando atingir a sensibilidade dos leitores, se refere assim, auto-reflexiva e criticamente, à construção deste seu livro:

*de certo desconexo, parcial, restrito na visão, quem sabe se em alguns passos incompreensível, porque embora com devoção, nem sempre é fácil entrar na alma das coisas. Sinto que aqui me ponho a titubear a história desses montes e desses homens; ali eu erro acaso na soma dos valores; e muitas vezes acode-me a dúvida se na oração acertei de facto com o nome predicativo do sujeito*⁷¹.

Assim, também o estudo que o historiador faz da obra literária supõe distinguir entre «ficção» e «verdade», elementos centrais da criação/produção ficcional sem destruir a sua condição. Supõe então perceber o tempo histórico enquanto «representação intelectual»⁷², um tempo «que não decorre com regularidade» — como sublinhou Raul Brandão em suas *Memórias*, nas quais o tempo cronológico se afirma ou se suspende⁷³.

Tal entendimento permite perceber como, em diferentes lugares e momentos, uma dada realidade social é construída, pensada e dada a ler, e observar como as sociedades deixam sua marca no mundo, o que exige da história um retorno interpelativo sobre o seu estatuto e supõe considerar o processo e referenciais socioculturais da produção do autor.

Ora o movimento artístico e literário do neo-realismo português, em que se pode enquadrar Manuel Mendes, é «uma linguagem narrativa ou poética comprometida com a transformação do mundo, o que pressupõe simultaneamente o modo idiossincrático como o autor se implicou, no plano ideológico e no da escrita, nessa prática de dizer universos alternativos» à realidade coetânea de que fala numa «mensagem perene [que é] o direito de todos à dignidade»⁷⁴.

⁶⁹ PEREIRA, 2021: 298-306.

⁷⁰ PEREIRA, 2021: 298-306.

⁷¹ MENDES, 2002: 23.

⁷² REIS, 2011: 1-21.

⁷³ LAGE, 2018a: 148-162.

⁷⁴ VIÇOSO, 1959.

Estas crónicas jornalísticas de Manuel Mendes, escritas em jeito breve, leve e envolvente, descrevem num tom intimista e comprometido de larga visão social e cultural, as andanças, vivências e impressões do escritor assim sintetizadas no seu *Roteiro Sentimental*⁷⁵. A partir de «São Salvador do Mundo», «No Douro, diante de cujo trabalho e sacrifício temos de nos curvar com respeitosa admiração»⁷⁶, até à velha urbe do Porto, segue-se pelo «Douro Abaixo»⁷⁷, na força da sua impressionante grandeza, mundo prometedor, com um passado varonil de trabalho, um presente de incerteza e a esperança promissora no seu futuro, em «Viagem»⁷⁸, digressão resplandecente, de três belos dias de jornada; para lhe conhecer a identidade — «O Rio»⁷⁹, grande via de comunicação fluvial, vivo símbolo da região que ele corre, com «Os barcos e os marinheiros»⁸⁰, mestres e arrais dos rabelos, cicerones de antiga jornada, donde passa a outras «Perspectivas»⁸¹ de horizontes físicos e humanos das paisagens durienses em alterações que se pressentem.



Fig. 3. Fotos de Manuel Mendes na descida de barco que o escritor descreve no *Roteiro Sentimental* (e também do Douro e do barco rabelo, nessa altura). Fonte: autor das fotografias desconhecido (digitalizações oferecidas, há cerca de dez anos, por José Alexandre Roseira a Gaspar Martins Pereira. Cortesia de Gaspar Martins Pereira, a quem se agradece)

Emergem aí em transformação latente e novos usos da paisagem natural e humana, mudanças económico-sociais, desde a abertura de estradas, passando por alguma emigração até ao lento despontar do movimento das adegas cooperativas nascentes na década de 1950.

Todas essas crónicas de viagem constituem uma incursão humana e profunda na região duriense dos inícios da década de 1960, traduzindo reflexões confiantes sobre a vida social, política e económica, e estão intimamente relacionadas com as transformações sociais e a valorização da história social das populações, classes e grupos sociais durienses e transmontanos.

⁷⁵ Cf. MENDES, 2002 [Índice].

⁷⁶ MENDES, 2002: 27-36.

⁷⁷ MENDES, 2002: 37.

⁷⁸ MENDES, 2002: 39-45.

⁷⁹ MENDES, 2002: 52-59.

⁸⁰ MENDES, 2002: 37-65.

⁸¹ MENDES, 2002: 59-65.

Dão assim forma a um testemunho histórico projectado no futuro, que traça em apurado estilo literário um quadro assaz complexo e vivo do Alto Douro Vinhateiro, onde permanece uma diversidade de aspectos, tais como: «Os mortórios»⁸², ruínas da floxera «como as que deixa a guerra nas suas razias», onde a terra heróica volta a florir; «A Cheia»⁸³ do rio encolerizado, a paisagem espectral, desolada do Pinhão à Foz do Douro; os antigos officios, «honra seja feita aos Pedreiros destes lugares», manifesto gosto de artista, cujas armas e arte transmitiram aos filhos⁸⁴; tradições ancestrais — consoada, vindima, alheira⁸⁵.

Sublinham ainda algumas destas crónicas, qual arqueologia bibliográfico-documental, a importância de todo um património cultural legado por figuras literárias e artísticas de nomes memoráveis, «espíritos tutelares» do Douro profundo que por aqui pairam, *rastros* que o escritor reconstitui e sucintamente cartografa.

Aí se podem visitar de passagem, à luz de uma filosofia político-literária, «conceptos», «perceptos» e «afectos»⁸⁶, em algumas breves notas críticas ao romantismo e, mais detalhadamente, noutras breves evocações literárias que o escritor, artista plástico e crítico de arte Manuel Mendes inventaria através das seguintes «representações socio-culturais»:

- obras, mapas e andanças do célebre Barão de Forrester⁸⁷;
- o convencional livro *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queiroz, com belas páginas de descritivo paisagístico inspirado pela natureza destas terras⁸⁸;
- Camilo Castelo Branco, o foragido no Douro em sua constante trepidação humana que dá grandeza à sua obra⁸⁹;
- saudação à vasta e rica obra de Aquilino Ribeiro⁹⁰, numa aldeia encravada nos fragedos e serranias do Douro, idêntica energia simples, brava e admirável, igual sentimento em que se une a terra e o homem que a trabalha;
- em romagem de Barca de Alva à casa e quinta da Batoca do escritor Guerra Junqueiro, símbolo de irreverência e rebeldia e lavrador vinhateiro moderno do Douro Superior⁹¹, «que imprimiu à paisagem revolta a mesma grandeza inabalável de alma, com a mesma visão desmedida das coisas»;

⁸² MENDES, 2002: 141-148.

⁸³ MENDES, 2002: 93-99.

⁸⁴ MENDES, 2002: 131-139.

⁸⁵ MENDES, 2002: 75, 101, 119.

⁸⁶ DELEUZE, GUATTARI, 2001: 8. Ver também DELEUZE, GUATTARI, 1990.

⁸⁷ MENDES, 2002: 85-92.

⁸⁸ MENDES, 2002: 109-117.

⁸⁹ MENDES, 2002: 69-74.

⁹⁰ MENDES, 2002: 149-156.

⁹¹ MENDES, 2002: 165-172.

- até aportar na foz do rio Douro e parar na Cantareira⁹², lugar histórico de vida-obra de Raul Brandão, «onde conviveu sobretudo com os pescadores, seus irmãos de sangue e desventura», íntimo de Manuel Mendes, que o venera e cuja obra assim consagra:

Ouç-lhe distintamente a voz, porque cada vez os seus livros me parecem mais repassados de amarga e deslumbrante poesia — porventura o maior poeta da sombra e da dor que cantou ainda em língua portuguesa. [...] Quero-lhe como a uma velha e adorada estampa de família, tanto a obra do grande escritor me encheu e empapou a alma. E, se aqui venho, é decerto para melhor o evocar, sentir de novo e junto de mim a sua amiga e comovedora presença⁹³.

Estas crónicas de elevada sensibilidade humana e apurado sentido ético-estético literário constituem-se ainda como um hino ao grandioso trabalho dos homens e das mulheres durienses e uma elegia pré-ambiental aos ciclópicos paredões do coração do Alto Douro, representações sociais e culturais com que Mendes compõe estas «paisagens — memória», híbridas de natureza-cultura.

A esta luz, impressiona-nos pensar a monumentalidade dos vinhedos do Douro em seus antigos e renovados esforços de construção de geios, socalcos, muros e muretes de xisto e outras armações recentes do terreno — matriz estrutural e física desta paisagem-mosaico (natural, humano, cultural, paisagístico e económico-social) diversificada e profundamente humanizada como se depreende destes fragmentos do *Roteiro Sentimental*.

A penedia foi reduzida a cisco, alinhada nos geios, e o monte já não capricha nas suas brutas fantasias — domou-o a mão pertinaz do homem, como lho exigiam as necessidades e porventura o seu amor e gosto. A montanha sujeitou-se à obediência de uma vontade prodigiosa, deixou de figurar tal como o génesis a pariu — submeteu-se, fez-se instrumento útil, expressão do trabalho organizado, compreensível nos seus objectivos, e não apenas beleza desabrida, gratuita e inumana. A lava de que é feita a serra do Alto Douro foi esculpida, parece que à força de cinzel. [...] De alvião ou marreta em punho, pancada a pancada, o ferro vai penetrando até fender a laje, que depois de moída, desfeita em cascalho miúdo, compõe a terra dos geios, tão grata à vinha duriense — plantio que Junqueiro dizia nutrir-se, florir e criar os frutos à força de lava e fogo⁹⁴.

⁹² MENDES, 2002: 173-180.

⁹³ MENDES, 2002: 78, 180.

⁹⁴ MENDES, 2002: 134-135.

Capta-se assim a arte rústica perfeita do trabalho minucioso e geométrico dos geios — referência fundamental na paisagem cultural do ADV —, «na beleza do seu traçado», «manifesto gosto de artista» dos pedreiros galegos e nacionais em que assenta a profunda transformação da pedra em solo fértil para a produção vitivinícola, principal valor económico-social duriense.

O pedreiro do Douro põe no trabalho deleitação, esmera-se em ser perfeito no seu acabamento, amontoando pedra sobre pedra com se compusesse um mosaico [...]. Já na maneira como a ajusta, sem prisão de qualquer argamassa, laje sobre laje, com o amparo e segurança da brita miúda que a calça, ele dá evidentes mostras de apreciar os valores e os recursos naturais da matéria-prima com que trabalha⁹⁵.

Este sublime empreendimento de construção de muros e muretes de xisto que ainda hoje travam os antigos socalcos durienses exigiu uma divisão social do trabalho manual em que se destaca o significativo esforço das mulheres no desempenho da função do carregamento da pedra no local da obra, contributo feminino como assim releva Manuel Mendes:

Pelo monte, as mulheres acarretam à cabeça as pesadas lajes que juncam o chão da obra. É um trabalho violento que lhes pertence e elas sofrem com resignação, pois lhes é vital acrescentar com a sua jorna os ganhos de que tão miseravelmente vivem — um pouco mais de untura para o caldo com que criam muitas vezes ranchos enormes de filhos. E horas sem conto, monte acima, monte abaixo, à torreira do sol estival, que queima como fogo, ou pelos frios dias de inverno, são as mulheres que fazem este carregamento, na grande maioria dos casos para locais onde não há caminhos, nem pode chegar carro de bois. Algumas dessas lajes pesam como chumbo, parecendo esmagar as pobres, que sob elas vergam, gemem, com os músculos tensos, as cordo-veias prestes a rebentar⁹⁶.

As análises diferenciadas que privilegiaram o enfoque comparativo das evocações literárias e testemunhos históricos sobre a região duriense de Maria Angelina e Raul Brandão e Manuel Mendes permitem agora compreender melhor como e em que medida estes textos se podem constituir em «marca de água» de uma identidade e autenticidade genuínas do Alto Douro Vinhateiro — Património Mundial, hoje paisagem cultural vinhateira singular da Humanidade a pensar e debater em suas múltiplas potencialidades e novos horizontes.

⁹⁵ MENDES, 2002: 135-136.

⁹⁶ MENDES, 2002: 137.

Na linguagem literária, do historiográfico ao cultural, são as narrativas e os discursos próprios de cada um destes escritores que, observados numa óptica transdisciplinar em seus «perceptos», «afectos» e «conceptos»⁹⁷, conferem legibilidade à região duriense na sua diversidade e polimorfia, qual palimpsesto em que a sua paisagem física e humana se constrói e metamorfoseia em função de circunstâncias naturais ou de interesses e opções político-económicas que a alteram constantemente como espaço identitário.

Conforme se acentuou noutra instância⁹⁸ e se pode intuir da argumentação desenvolvida:

*a harmonia equilibrada da paisagem do ADV dependeu, historicamente, de uma sabedoria ancestral de gestão artesanal de três fatores essenciais: declive elevado e fragoso do terreno; escassez de solo e água; dinâmicas naturais que garantiram à paisagem uma originalidade cultural polimorfa, uma «natureza» de mosaico multi-forme e policromático, alternando áreas agrícolas de matas e povoamentos florestais, o que lhe confere grande riqueza, e notável capacidade de sustentação*⁹⁹.

Considerando os riscos a que a paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro tem vindo a ser sujeita e atendendo a algumas orientações do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território, o controlo dos principais problemas passa hoje por:

- eficientes sistemas de drenagem com recuperação de práticas tradicionais e adopção de soluções sem impacto na paisagem;
- estudo da viabilidade de novos tipos de armação do terreno (em patamares, forma actualmente mais corrente com grande evolução na sua organização, vinha ao alto, micropatamares que permitem a conservação de muros pré-filixéricos, etc.¹⁰⁰.

No que concerne à conservação da polimorfia da paisagem, entende-se ser necessário:

- a definição de um paradigma de qualidade para a conservação da polimorfia da paisagem do Alto Douro Vinhateiro;
- planos de gestão e salvaguarda das explorações vinícolas que contemplem o plantio da vinha, as áreas de mato e património vernacular, bem como a atenção às dinâmicas naturais entre a manutenção de espaços de produção e protecção da paisagem;

⁹⁷ Significam-se assim actividades, objetivos e áreas diversas: o filósofo lida com conceitos; o cientista trabalha perceptos ou cria operadores para fazer experiências e obter resultados empíricos e concretos; o artista cria afectos a partir de imagens visuais, sonoras ou de outro tipo.

⁹⁸ LAGE, 2018b.

⁹⁹ LAGE, 2018b: 109.

¹⁰⁰ FAUVRELLE, 2007: 87-96.

- não destruição de muros de pedra, edifícios vernáculos, calçadas de pedra, mortórios, núcleos de vegetação (sub)arbórea¹⁰¹.

Nesta sustentabilidade da paisagem polimórfica do Alto Douro Vinhateiro importa redescobrir os socalcos do Douro como construção sociotécnica conformadora dos alicerces de uma paisagem histórica e da cultura intrincada na natureza, em suas múltiplas dimensões «naturais», «paisagísticas», históricas, sociais, económicas e técnicas. Qual arqueologia da paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro, permite revelar-lhe a tessitura de redes locais de seus rastros e desocultar-lhe algumas das mais decisivas (i)materialidades, em que não há senão híbridos de natureza e de cultura que se escalonam entre os dois extremos¹⁰².

Neste sentido, há que mediar experiências/experimentações concretas e generalizações/abstracções da paisagem e do património em suas dinâmicas múltiplas e diversidade de procedimentos antecipatórios na interligação de temporalidades diversas, como se pode depreender da seguinte constatação complexa, mas de grande abertura:

objecto paisagem, condenado a deixar o trabalho incompleto, aberto, inacabado, impossível de contornar que implica na perspectiva da partilha da paisagem como bem comum, pôr o acento nas temporalidades que permite sair de uma paisagem concebida como fixa e inerte, prisioneira das políticas de patrimonialização e protecção, para a inscrever em dinâmicas naturais (se é que assim se podem distinguir), económicas, culturais e políticas e pô-la no centro de procedimentos de antecipação, o que pode então ajudar a abrir a brecha entre o passado e o futuro¹⁰³.

O entrelaçamento destas indagações densifica a investigação dos processos de construção da paisagem do Alto Douro Vinhateiro — Património Mundial e das suas marcas de autenticidade que lhe valeram a classificação de *paisagem cultural evolutiva e viva* (UNESCO, Dezembro de 2001) e se têm mantido, alicerçando a sua identidade cultural e continuando a conferir-lhe o seu especial fascínio.

Sendo certo que, como se procurou evidenciar na análise reflexiva e densa dos testemunhos histórico-literários de Maria Angelina e Raul Brandão e de Manuel Mendes, «as paisagens do Douro guardam argumentos e poderosas seduções, serenas, majestáticas, agitadas [...] como as paixões»¹⁰⁴.

¹⁰¹ FAUVRELLE, 2007: 87-96.

¹⁰² RHEINBERGER, 2013.

¹⁰³ SGARD, 2011: 236.

¹⁰⁴ DOMINGUES, SOTTO MAYOR, 2009: 168.

4. O DOURO DOS ANOS DE 1920 AOS ANOS DE 1960

Pudemos observar anteriormente, na interpretação analítica e por dentro dos testemunhos históricos e literários da paisagem física, humana e cultural do Alto Douro Vinhateiro, nas décadas de 1920 e 1960, um Douro latejante de vidas e trabalhos, mosaico de culturas e tradições, tal como representado nas imagens dos sucessivos registos fotográficos de Emílio Biel, da Casa Alvão e da Foto Beleza.

Conforme refere Natália Fauvrelle:

ao longo do século XX as encostas durienses remodelaram-se de modo profundo, testemunhando a evolução da região que, neste período, se reinventou para vencer as dificuldades impostas quer pela Natureza quer pela conjuntura económica e social. As primeiras décadas do século são particularmente marcadas pelo efeito devastador da filoxera, praga que dizimou os vinhedos durienses a partir de 1863 e que impôs uma grande mudança na forma de construir a paisagem¹⁰⁵.

Nos inícios da década de 1920, o sector do vinho do Porto registava uma expansão do comércio, com o aumento das exportações, que se manteria quase até ao final da década. No entanto, a produção atravessaria uma das mais graves crises e «tal aspecto tomou a crise que os operários rurais ofereciam o trabalho pela comida. Ainda assim o vinicultor com dificuldade os aceitava»¹⁰⁶. Aos baixos preços oferecidos pelo comércio — em consequência «dos enormes *stocks* acumulados em Gaia e da queda das exportações que se tornou mais evidente a partir de 1927»¹⁰⁷ — somavam-se as fraudes, com a crescente entrada de vinho do Sul nos armazéns de Vila Nova de Gaia. Seria, por isso, uma década agitada, do ponto de vista social e institucional, marcada por greves e manifestações no Alto Douro, exigindo a intervenção do governo na defesa dos interesses regionais¹⁰⁸.

Face ao cenário de crise económica e social, as elites redobraram as suas iniciativas no sentido da intervenção do Estado e da reforma institucional e legal do sector. Por exemplo, em 1929, ano da Grande Depressão, que se faria sentir duramente sobre o Douro, os notáveis ocupar-se-iam a discutir o projecto de Lei de Salvação do Douro, de Amílcar de Sousa. Numa conjuntura de superprodução, agravada em 1927 com a elevação das taxas aduaneiras em Inglaterra, o que contribuiu para a limitação da exportação e avolumar de *stocks*, manutenção de preços baixos oferecidos ao produtor, fraudes nos mercados externos, falência de várias firmas em Gaia e carestia da aguardente, Amílcar de Sousa apresentava como solução a auto-suficiência em matéria de aguardente.

¹⁰⁵ FAUVRELLE, 2019: 363-364.

¹⁰⁶ ROSEIRA, 1992: 106.

¹⁰⁷ PEREIRA, 2003: 52.

¹⁰⁸ SEQUEIRA, 2011: 305-350.

Desde 1925 que Amílcar de Sousa defendia esta via para o desenvolvimento e estabilidade da Região. Preconizava, assim, a auto-suficiência do Douro pelo equilíbrio da sua produção: produzir vinhos generosos em proporção relativa à quantidade exportada no ano anterior, e destilação do vinho de consumo para produção de aguardente para benefício. Em 1929, o projecto de Lei de São do Douro originou debate intra-regional, a par da oposição do Sul e Gaia, da Comissão de Viticultura da Região do Douro, do Conselho Superior de Agricultura e da Comissão Central de Viticultura, não tendo sido possível a sua viabilização. Já em 1931, ano de grave crise no sector do vinho do Porto, Amílcar de Sousa endereçaria uma carta ao presidente da Associação Central de Agricultura, anunciando que pretendia reapresentar a Lei de Salvação do Douro, adaptada à nova conjuntura, embora ainda orientada por um caminho similar às leis pombalinas. O Douro vivia mergulhado numa crise de excesso, e a salvação continuava a ser, segundo o seu ponto de vista, produzir a própria aguardente e equilibrar a produção. Por isso, o espírito era ainda o mesmo, mas a formulação muito diferente, num projecto de lei condensado em apenas dois artigos, proibindo a entrada de aguardente encascada na região duriense¹⁰⁹.

Perante as reivindicações regionais, a acção do Estado far-se-ia notar através da «criação de estruturas que visavam controlar e disciplinar as relações entre os vários parceiros do sector. Com esse objectivo, criou a Casa do Douro, o Grémio dos Exportadores e o Instituto do Vinho do Porto, instituindo, simultaneamente, uma política de preços mínimos, facilitando o crédito e disciplinando a concorrência»¹¹⁰.

Contudo, «os anos de 30 e 40 farão estagnar o vinho do Porto»¹¹¹. «A década que vai de 1935 a 1945 foi duríssima para os viticultores»¹¹². No contexto da Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, avolumar-se-iam as dificuldades nas exportações. Por outro lado, «as dificuldades de recuperação comercial do sector» no pós-guerra «repercutiram-se prolongadamente, sobre a região do Douro, acarretando uma diminuição das quantidades aprovadas para benefício e uma estagnação dos preços»¹¹³, levando a que a situação socioeconómica duriense fosse «geralmente reconhecida como muito má»¹¹⁴. Mas, apesar da conjuntura de crise, «foi nesse tempo que se deram os primeiros passos consistentes para a regularização da produção, com a discussão que resultaria, depois de 1950, na criação das adegas cooperativas»¹¹⁵.

Em 1949, a partir das *Bases de fomento e constituição das adegas cooperativas*, dava-se início ao movimento cooperativo moderno na região do Douro, «uma das mais

¹⁰⁹ SEQUEIRA, 2000: 106-121.

¹¹⁰ PEIXOTO, 2019: 186.

¹¹¹ BARRETO, 1993: 100.

¹¹² BARRETO, CARVALHO, 2016: 30.

¹¹³ PEREIRA, 2003: 56.

¹¹⁴ BARRETO, 1993: 100-101.

¹¹⁵ BARRETO, CARVALHO, 2016: 30.

importantes instituições da Região Demarcada»¹¹⁶ enquanto «elemento essencial de apoio à produção dos pequenos agricultores, especialmente dos que produzem vinhos de consumo»¹¹⁷. Porém, só depois de meados dessa década, se assistiria à expansão do movimento das adegas cooperativas, na sequência da aprovação do *Plano das adegas cooperativas para a Região Demarcada do Douro*, elaborado pela Casa do Douro, em 1955.

Até finais de 1960, assistiu-se a um crescimento exponencial do número de cooperativas e associados¹¹⁸. No entanto, segundo Luís Roseira:

todo o programa de desenvolvimento, não planificado das adegas cooperativas, fomentado e criado à sombra da «Federação» como suporte da organização corporativa, independentemente do isolamento de outras formas de cooperativas (consumo, crédito, etc.), não assenta numa imprescindível doutrinação e formação de quadros. Peca, além de muitos outros defeitos, por uma deficiente cobertura das zonas dos vinhos mais qualificados. Ora, a recusa inicial do comércio causa confusão — ou pânico? — quanto à validade dos processos técnicos empregues e provoca nítida paragem na cobertura das zonas de vinhos de primeira, tanto mais que se teimou em não conceder às cooperativas de generosos a imprescindível diversificação estatutária em relação às de vinho de consumo»¹¹⁹.

Além disso, o comércio:

aliado à tentação da formação da rede das cooperativas e à introdução de novos processos de vinificação [...] no sentido de, «fazendo o negócio todo seu» procurou «impedir a lavoura de vir a comercializar directamente os seus vinhos», o que inevitavelmente aconteceria quanto a cobertura da região pelas cooperativas atingisse determinada capacidade e difusão [...], dotada de poderes de venda directa dos vinhos dos seus associados — generosos e lisos — como indevidamente o vinham fazendo as cooperativas de consumo. Isto é, estavam lançadas as bases materiais mínimas para se executar uma política de reorganização da nossa lavoura, com possibilidade de trilhar um caminho que colocasse o consumidor em contacto directo como os nossos renovados e genuínos tipos de «vinho fino», os tais que deviam «todo o primitivo ser à natureza», em confronto com os vinhos «industrializados», crismados em Gaia de «vinho do Porto», com todas as consequências que, tal porta aberta, traria à região»¹²⁰.

¹¹⁶ BARRETO, 1993: 164.

¹¹⁷ BARRETO, 1993: 101.

¹¹⁸ BARRETO, 1993: 164. Adegas criadas na Região Demarcada do Douro: Mesão Frio (1950), Peso da Régua (1951), Vila Real (1955), Favaios (1956; impulsionada por Carlos Amorim, que viria a ser o seu primeiro presidente; ARAÚJO, COSTA, 2005: 139), Lamego e Armamar (1957), Meda (1958), Freixo de Numão e Pegarinhos (1959), Sabrosa, Sanfins do Douro, Alijó e Foz Côa (1960), Trevões (1961), Freixo de Espada à Cinta, São João da Pesqueira e Medrões (1962), Cumieira, Santa Marta de Penaguião e Torre de Moncorvo (1963), Vila Flor (1964), Murça e Vale de Teja (1965).

¹¹⁹ ROSEIRA, 1992: 129.

¹²⁰ ROSEIRA, 1992: 129.

Assim, as medidas tomadas pelo Estado tiveram efeitos reduzidos na situação social duriense. Conforme refere Gaspar Martins Pereira, «só a partir de meados dos anos sessenta, acompanhando a conjuntura geral de crescimento económico, o vinho do Porto conheceu uma notável expansão comercial», em consequência do aumento dos volumes comercializados, à diversificação de tipos produzidos e de mercados e à subida dos preços. Contudo, segundo o mesmo autor, «esta fase de recuperação do sector do vinho do Porto ocorreu num contexto de perda e desestruturação regional», marcado pela guerra colonial, surto de emigração e a «atração urbana», que tiveram como consequência o despovoamento de «muitas aldeias de uma parte valiosa da sua população activa»¹²¹.

A população do Douro «está em decréscimo quase constante»¹²² desde o início da década de 1960, «período em que se intensificaram os movimentos migratórios para os países do centro da Europa»¹²³. A perda de população, estimada em cerca de 20% de 1960 para 1970¹²⁴, acarretou «impactos fortíssimos na vida económica e social» do Douro: «a falta de mão-de-obra pressionou a elevação dos salários, mas também a maquinização dos trabalhos mais pesados (como as surribas) e a adopção de novas formas de plantio da vinha, em que os patamares separados por taludes substituíram os socalcos e os respectivos muros de suporte, iniciando uma transformação, em muitos casos radical, da paisagem do Douro»¹²⁵.

REFLEXÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Moveu-nos, neste estudo, uma particular atenção à acção da natureza e da cultura que constitui a paisagem duriense, em que permanecem latentes o trabalho obscuro dos homens e a espessura dos espaços-tempos do ser histórico com que história e literatura nos desafiam e impulsionam.

Observou-se ética e estética ficcional em novos dispositivos de tratamento formal, tendo em atenção a matéria histórica que paira nos textos literários e abre para a reflexão do que se herdou do passado face ao qual há uma dívida que a literatura não vai saldar, mas cuja compreensão permite ressignificar as relações de dívida/responsabilidade com a nossa história.

Obviando esquecimentos recorrentes¹²⁶ quanto ao património literário da paisagem cultural duriense, destacamos para análise diferenciada, mas complementar, o capítulo *Duas gotas de água*, sobre a região do Douro da obra brandoniana *Portugal Pequeno*, em co-autoria, e *Roteiro Sentimental: Douro*, conjunto de crónicas de viagens de Manuel Mendes, narrativas literárias de valor documental.

¹²¹ PEREIRA, 2003: 56-57.

¹²² BARRETO, 1993: 71.

¹²³ RAMOS, 2019: 393.

¹²⁴ Cf. PEREIRA, 2003: 56-57.

¹²⁵ PEREIRA, 2003: 56-57.

¹²⁶ Cf. LEITÃO, 2017: 579-599.

Como se demonstrou, essas narrativas de «percurso na paisagem, memória do corpo sobre a terra»¹²⁷, entendidas como evocações literárias e testemunhos históricos, indo além de significações tradicionais da paisagem cultural duriense, revigoram os estudos sobre esta «paisagem-memória»/«paisagem-trabalho», numa dimensão de crença ético-estético-política e escrita de rastros, vestígios e espectros que fazem com que as vozes dos desaparecidos e das vítimas não sejam só arquivadas na memória colectiva, mas ecoem de forma viva.

Por isso, em vez de se pretender esgotar as múltiplas e profícuas chaves interpretativas das duas obras literárias e documentais sobre o Alto Douro Vinhateiro, no século XX, a partir de seu reconhecimento como património mundial, tentou-se enraizar a sua análise reflexiva, aproximando-nos do debate do «indecidível», aquilo que, no pensamento derridiano, assombra a ficção e a história de forma subtil e velada. Daí a nossa opção também por uma leitura fecunda no entrecruzar da espectralidade de J. Derrida, em *Espectros de Marx*, com a escrita espectral de Raul Brandão e as crónicas neo-realistas de Manuel Mendes, textos fragmentários e sedimentares do Douro que os dois escritores dedicam aos «filhos dos outros» e aos jovens filhos de amigos durienses, num sentir de responsabilidade da/com a memória e herança geracional. «Destitui-se, então, a imagem de um passado linear e rememorado em sua totalidade para dar lugar ao [...] compromisso ético de testemunhar para impedir que se calem os mortos»¹²⁸.

Assim, ao tratar do passado como motor da problematização histórica, recorreu-se à ideia de espectros, fantasmas, ruínas, vestígios e fragmentos, reconhecendo que tais noções expressam uma linha de força no pensamento da modernidade tardia fortemente disseminada ao longo do século XX, com prolongamentos na nossa contemporaneidade, como se procurou perscrutar na análise dos textos ficcionais e históricos estudados. Porém, a melhor forma de se compreender a diversidade, complementaridade e relevância dessas narrativas literárias e documentais sobre o Douro é, antes de mais, lê-los e fruí-los com inspiração à altura da originalidade e valor patrimonial próprios.

Na tendência de se recuperar o lastro revigorante de um outro desenvolvimento cultural sustentado nos *rastros* de um passado que ainda reverbera na nossa existência, em osmose de espaços-tempos do ser histórico que palpita nos textos analisados, foi possível perceber uma espessura sedimentar ética, estética e sensorial da paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro — Património Mundial, em suas identidades partilhadas pelas gerações presentes e vindouras.

Numa compreensão complexa e abrangente como a que aqui se ensaiou, o Alto Douro Vinhateiro — Património Mundial, real ou imaginário, oferece aos estudiosos novas pistas de abordagem que não esgotam a simbologia da sua tessitura, nem o

¹²⁷ CARNEIRO, 1982.

¹²⁸ DIAS, 2017: 41-51.

carácter multifacetado das suas múltiplas experiências históricas, representações literárias e culturais. Daí que os obstáculos e desafios socioculturais, com que hoje se debate, em seus «usos», limites e potencialidades, tenham de ser compreendidos através da «potência política da literatura»¹²⁹.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Fernando Bianchi de (2002). *O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural evolutiva e viva*. «Douro — Estudos & Documentos». VII:13, 143-152.
- ARAÚJO, Jorge Filipe de; COSTA, Miguel Alexandre (2005). *A Adega Cooperativa de Favaio: os antecedentes e os primeiros anos de laboração (1956-1960)*. «Douro — Estudos & Documentos». 20, 133-152.
- BAKHTIN, Mikhail (1988). *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. São Paulo: Ed. UNESP.
- BAKHTIN, Mikhail (2010). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BARBOSA, Márcia Helena Saldanha (2007). *O Cronotopo e a inserção da história na narrativa de Dyonélio Machado*. «Revista de História e Estudos Culturais». 4:4, 1-9.
- BARRETO, António (1993). *Douro*. Lisboa: Edições Inapa.
- BARRETO, António; CARVALHO, Manuel (2016). *O vinho no tempo de Guerra. O Dão, o Douro e os Vinhos Verdes nas fotografias da Casa Alvão*. Porto: Público.
- BRANDÃO, Maria Angelina (1959). *Um coração e uma vontade: Memórias*. Coimbra: [s.n.].
- BRANDÃO, Maria Angelina; BRANDÃO, Raul (1930). *Portugal Pequenino*. Lisboa: [Edição de autores].
- BRANDÃO, Maria Angelina; BRANDÃO, Raul (1985). *Portugal Pequenino*. Lisboa: Eu.
- CARNEIRO, Alberto (1982). *Percursos na paisagem (memória de um corpo sobre a terra)*. In *Exposição de Alberto Carneiro*. Lisboa: Galeria Quadrum. [Consult. 16 Out. 2022]. Disponível em <https://gulbenkian.pt/cam/works_cam/percursos-na-paisagem-memoria-do-corpo-sobre-a-terra-154246/>.
- CARREIRA, Maria de São Luís da Silva (2012). *Marcas de água: Arquivo Histórico Parlamentar (Monarquia Constitucional 1821-1910)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- CASTILHO, Guilherme (2006). *Vida e Obra de Raul Brandão*. Lisboa: INCM.
- CHARTIER, Roger (1990). *Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais*. In CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 13-28.
- CHARTIER, Roger (2001). *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: ARTMED Editora.
- COMPAGNON, Antoine (2021). *Les relations de la littérature et de l'innovation*. In PAVIE, Xavier. *Imaginer le monde de demain*. Paris: Maxima, pp. 151-171.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (1990). *Kafka. Por uma literatura menor*. México: Era.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (1992). *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Ed. 34.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (2001). *¿Qué es filosofía?* Barcelona: Editorial Anagrama.
- DIAS, Felício Laurindo (2017). *Espectros de Derrida na ficção brasileira contemporânea: 1964 e seus fantasmas consistentes nas obras A Resistência, de Julián Fuks, e Lavoura Arcaica, de Raduan Nassar*. «Cadernos Literários». 25:1, 41-51.
- Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* (1994). Lisboa: Publicações Europa América; Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, vol. III.
- DOMINGUES, Álvaro; SOTTO MAYOR, João Paulo (2009). *Douro à la Carte*. Peso da Régua: Edições de Risco; Museu do Douro.

¹²⁹ DELEUZE, GUATTARI, 1992: 213.

- FAUVRELLE, Natália (2007). *Formas de armação do terreno no Alto Douro Vinhateiro: protecção e gestão da paisagem*. «População e Sociedade». 13, 87-96.
- FAUVRELLE, Natália (2019). *A evolução da paisagem*. In GUICHARD, François; ROUDIÉ, Philippe; PEREIRA, Gaspar Martins, *coords.* *O vinho do Porto e o Douro no século XX e início do século XXI*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 363-384. Vol. 5 de *História do Douro e do vinho do Porto*.
- FIORIN, José Luiz de (2006). *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática.
- GUICHARD, François; ROUDIÉ, Philippe; PEREIRA, Gaspar Martins, *coords.* (2019). *O vinho do Porto e o Douro no século XX e início do século XXI*. Porto: Edições Afrontamento. Vol. 5 de *História do Douro e do vinho do Porto*.
- LAGE, Maria Otília Pereira (2018a). *Durante a Guerra, «Memórias» de Raul Brandão: a participação de Portugal na Grande Guerra (1914-1918). Aproximação a uma alegorização da história*. In MOREIRA Fernando; RIBEIRO, Orquídea; PIMENTA, Susana, *coords.* *Portugal na (e no tempo) da Grande Guerra*. Vila Real: UTAD, pp. 148-162.
- LAGE, Maria Otília Pereira (2018b). *Um caso de fronteira no «Douro Novo»: Carrazeda de Ansiães. Para a história do vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento; CITCEM.
- LE GOFF, Jacques (1984). *Documento/Monumento*. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: INCM, vol. I.
- LEITÃO, Isilda (2017). *Viajar pela paisagem do Alto Douro Vinhateiro — turismo, literatura e arte*. «International Journal of Scientific Management and Tourism». 3:1, 579-599.
- LOPES, Óscar (1990). *Cifras do tempo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- MACHADO, Irene A. (1996). *Texto como enunciação. A abordagem de Mikhail Bakhtin*. «Língua e Literatura». 22, 89-105.
- MAGALHÃES, Lucilha de Oliveira. (2007). *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. «Locus: revista de História». 13:1, 210-215.
- MARTINS, Nuno Ornelas (2018). *As Ilhas Desconhecidas de Raul Brandão: Para além das notas e paisagens*. In *Raul Brandão 150 anos*. Porto: Câmara Municipal, pp. 54-63.
- MENDES, Manuel (2002). *Roteiro Sentimental, Douro*. Porto: Edições Afrontamento; Peso da Régua: Museu do Douro.
- OLIVEIRA, Célia; REYNAUD, Maria João (2019). *Raul Brandão: Cartas a Maria Angelina*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- PATO, João; SCHMIDT, Luísa; GONÇALVES, Maria Eduarda, *orgs.* (2013). *Bem Comum: Público e/ou privado?* Lisboa: ICS-UL.
- PEIXOTO, Fernando (2019). *O triângulo corporativo*. In GUICHARD, François; ROUDIÉ, Philippe; PEREIRA, Gaspar Martins, *coords.* *O vinho do Porto e o Douro no século XX e início do século XXI*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 186-224. Vol. 5 de *História do Douro e do vinho do Porto*.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2003). *Um vinho com história*. In PEREIRA, Gaspar Martins, *coord.* *O vinho do Porto*. Porto: IVDP, pp. 37-61.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2021). *Com um cálice de «Torga»*. In MORAIS, Maria da Assunção Anes, *org.* *Fragas. Homenagem a Miguel Torga nos 25 anos da sua morte*. Chaves: Alecrim & Alfazema, pp. 298-306.
- PEREIRA, Gaspar Martins; BARROS, Amândio Morais (2001). *Memória do Rio. Para uma história da navegação no Douro*. Porto: Edições Afrontamento; Instituto de Navegabilidade do Douro.
- PIRES, Vera Lúcia; KNOLL, Graziela Freiner; CABRAL, Ederson (2016). *Dialogismos e polifonia: dos conceitos à análise de um artigo de opinião*. «Letras de Hoje». 51:1, 119-126.
- RAMOS, Luís (2019). *A situação actual do Douro: problemas e desafios*. In GUICHARD, François; ROUDIÉ, Philippe; PEREIRA, Gaspar Martins, *coords.* *O vinho do Porto e o Douro no século XX e início do século XXI*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 385-431. Vol. 5 de *História do Douro e do vinho do Porto*.

- REIS, José Carlos (2011). *O tempo histórico como «representação intelectual»*. «Fénix — Revista de História e Estudos Culturais». 8:2, 1-21.
- REYNAUD, Maria João (1995). *Raul Brandão: Ficção e Infância*. «Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas». XII, 233-243.
- REYNAUD, Maria João (2019). *Algumas reflexões por Maria João Reynaud*. In OLIVEIRA, Célia; REYNAUD, Maria João. *Raul Brandão: Cartas a Maria Angelina*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, pp. 33-39.
- RHEINEBERGER, Hans-Jorg (2013). *Iterations*. Paris: Diaphanes.
- RIBEIRO, António Sousa; RAMALHO, Maria Irene (2011). *Identidade e Nação na(s) poética(s) da modernidade: Os casos de Fernando Pessoa e Hugo von Hofmannsthal*. In SANTOS, Boaventura. *Entre ser e estar: Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 411-435.
- RODRIGUES, Ernardina Sousa Silva (2013). *Cronotopo: algumas reflexões*. «Indícios». [Consult. 4 ago. 2018]. Disponível em <<http://ernaldina.blogspot.pt/2013/06/cronotopo-algumas-reflexoes.html>>.
- ROSA, Vasco, org. (2013). *A pedra ainda espera dar flor — Dispersos*. Lisboa: Quetzal.
- ROSEIRA, Luís (1992). *Uma vida pelo Douro*. Porto: Edições Asa.
- SENA, Jorge de (1978). *Estudos de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Edições 70.
- SEQUEIRA, Carla (2000). *A questão duriense e o movimento dos paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*. Porto: GEHVID/CIRDD.
- SEQUEIRA, Carla (2011). *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo. A questão duriense na economia nacional*. Porto: Edições Afrontamento; CITCEM.
- SGARD, Anne (2011). *Le partage du paysage. Géographie*. Grenoble: Université de Grenoble.
- TORGA, Miguel (1995 [1949]). *Diários. Vol. IV*. Coimbra: [Edição de autor]. 2 vols.
- TORRES, Alexandre Pinheiro (1983). *O Movimento Neo-realista em Portugal na sua primeira fase*. 2.ª ed. Lisboa: Ministério da Educação Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- VIÇOSO, Vítor Pena (1959). *Ler hoje o Neo-realismo*. «Vértice». 187, 172.
- VIÇOSO, Vítor (1999). *A Máscara e o Sonho: Vozes, Imagens e Símbolos na Ficção de Raul Brandão*. Lisboa: Cosmos.

«XISTO, METEOROLOGIA, VITIS VINIFERA, TALENTO E MÃOS»: A REPRESENTAÇÃO DA PAISAGEM DURIENSE EM *DOURO: PIZZICATO E CHULA*, DE A. M. PIRES CABRAL

ISABEL MARIA FERNANDES ALVES*

Resumo: *Esta proposta tem como âmbito a análise de um dos volumes de poesia de A. M. Pires Cabral, Douro: Pizzicato e Chula, obra que recebeu o Prémio D. Dinis, em 2006. Através dos poemas aí inscritos, e tendo como referência o projeto LITESCAPE.PT, pretende-se sublinhar o interesse da literatura para a compreensão da paisagem, uma vez que, através da linguagem literária, se manifestam não apenas o território, em pormenores topográficos, climáticos, orográficos e botânicos, mas também o modo como as gentes habitam e sonham esse mesmo lugar. Esta proposta argumenta igualmente que Douro: Pizzicato e Chula veicula uma perspetiva poética e singular, não deixando, contudo, de constituir um exemplo da responsabilidade pública que a Convenção Europeia para a Paisagem tem fomentado, pois a paisagem poética é também ela uma forma de promover e proteger a paisagem duriense, preservando o seu «carácter, qualidades e valores».*

Palavras-chave: Douro; Pizzicato e Chula; A. M. Pires Cabral; paisagem; literatura; Douro.

Abstract: *This proposal focuses on A. M. Pires Cabral's Douro: Pizzicato e Chula, a work of poetry that received the D. Dinis Prize in 2006. Through the poems, and with reference to the LITESCAPE.PT project, we intend to underline the interest of literature in understanding the landscape, since through literary language the territory is manifested in topographic, climatic, orographic and botanical details, but also the way people inhabit and dream about that place. This proposal also argues that Douro: Pizzicato e Chula conveys a poetic and unique perspective, whilst remaining an example of the public responsibility that the European Landscape Convention has fostered, since the poetic landscape is also a way of promoting and protecting the Douro landscape, preserving «its character, qualities, and values».*

Keywords: Douro; Pizzicato e Chula; A. M. Pires Cabral, landscape; literature; Douro.

1. PAISAGEM E LITERATURA — PRESTAR ATENÇÃO ÀS FORMAS E SENTIDOS DO MUNDO

Para pensar a paisagem, recorreremos ao pensamento de Gonçalo Ribeiro Telles. À pergunta sobre qual o seu significado, responde: «A paisagem é tudo. É um diagnóstico de uma organização humana do território. A paisagem não é natural. É construída com elementos naturais. É do Homem, como uma casa. O Homem faz a paisagem com materiais vivos e com solo duro»¹. Acrescenta ainda: «A paisagem é a expressão do espaço que é vivido pelo Homem. É a imagem, a expressão física, a visualização do espaço que é vivido pelo Homem»². Por seu lado, o Douro, descreve-o deste modo:

* Professora auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e investigadora do CEAUL (Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa).

¹ TELLES, 2004.

² TELLES, 2004.

Quando olho para o Douro vejo fundamentalmente um presépio de socalcos lindíssimos a subir as encostas, coroadas por uma mata, que vão cair sobre um rio cheio de salgueiros. Entramos no Douro e vemos aquela majestosa linha dos socalcos, com a vinha encarniçada no outono e os castanheiros lá em cima. Aquilo foi feito e não se pensou em paisagem. Mas o resultado está certo. As vidas e as técnicas ilustram-se³.

Para Gonçalo Ribeiro Telles a paisagem é uma entidade viva e dinâmica, resultando sempre, como refere em relação ao Douro, do diálogo entre circunstâncias naturais — orográficas, climáticas, botânicas — e a realização humana. Ou seja, se por um lado entender um lugar é começar por compreender a geografia desse lugar, por outro lado, essa entidade que se constitui paisagem é sempre o resultado do diálogo entre o elementar e o humano. Também o geógrafo Orlando Ribeiro estudou a paisagem de Portugal, entendendo-a como «marcada pela tonalidade comum de factos físicos e humanos que se relacionam entre si»⁴. O seu pensamento concorreu, além disso, para a compreensão de um país dividido entre influências atlânticas e mediterrâneas, sendo que, segundo Orlando Ribeiro, estas últimas são preponderantes, influenciando clima e solo, o manto vegetal, a economia, a organização social. É também seu o olhar que convida a compreender a presença da vinha no Douro quando escreve:

Foi o homem, transformando, a partir do século XVII, os matagais que cobriam as vertentes do Douro nos vinhedos onde se cria o porto, e difundindo, depois da filoxera, a oliveira e a amendoeira em todas as baixas, que trouxe maior reforço à meridionalidade da região. Para a vinha primeiramente, mas também para aquelas árvores se ergueu, na escadaria dos geios, uma das mais extraordinárias paisagens rurais construídas que se conhecem no mundo⁵.

O geógrafo alude ainda a outros elementos que caracterizam a paisagem duriense: o terreno de xisto, os mortórios ou socalcos abandonados desde esse tempo e invadidos pelo mato, a presença de oliveiras e amendoeiras, as quintas, a cardenha. Também na obra *Portugal — o Sabor da Terra*, uma obra que reflete sobre as especificidades das regiões de um ponto de vista histórico e geográfico, se refere que o Douro, «nome de rio que transbordou da água para as margens»⁶, é um dos mais singulares espaços do mundo, sendo o vinho «o fulcro de todas as suas singularidades»⁷. De referir ainda, pela intensidade do desenho das palavras que ali adquirem o «Rio Doiro» e a região, o texto de Miguel Torga em *Portugal*.

³ TELLES, 2020.

⁴ RIBEIRO, 2001: 30.

⁵ RIBEIRO, 1991: 151-152.

⁶ MATTOSO, DAVEAU, BELO, 2010: 190.

⁷ MATTOSO, DAVEAU, BELO, 2010: 195.

Este autor di-lo de forma enxuta e crua: «não se conhece o doiro procurando apenas a beleza que se vislumbra dos miradouros e o êxtase dos seus horizontes. Antes, é preciso entender o que é ser criador de vida nesse chão árido e hostil» e aí «dar uma resposta quotidiana à morte, transforma[ndo] cada ravina em parapeito de esperança e cada bagada de suor em gota de doçura»⁸. É também neste breve texto que o autor de Portugal resume o que de mais elevado se pode escrever sobre o rio e a região: «é, no mapa da pequenez que nos coube, a única evidência incomensurável com que podemos assombrar o mundo»⁹. Assim, sobre esta reflexão, que se dedica a olhar um dos autores literários do Douro, pesa a responsabilidade de perspetivar uma região que é Património Mundial da Humanidade, ou seja, sopesa sobre estas nossas palavras a tentativa de perceber de que modo «materiais vivos», «solo duro» e atividade humana se articulam, duplicando essa paisagem física singular num lugar literário onde, a par do trabalho estético da linguagem, vivem significados que densificam o(s) sentido(s) dessa região. No seguimento do que foi referido, quando nos referimos à paisagem estamos, pois, a pensá-la como um elemento que «exprime as facetas sensoriais dos territórios» e que deve ser assumida como «um sistema identitário [...] um sistema de significados através do qual o sistema social é comunicado, reproduzido, experimentado e explorado»¹⁰.

Instalados no território de xisto, olhemos, por momentos, o território da literatura. São várias as perspetivas que apontam os benefícios de um encontro entre as áreas da paisagem e da literatura. Os lugares geográficos são usados pelos romancistas e poetas para traçar ideias e valores, oferecendo ao leitor um pórtico para um melhor entendimento do território e das gentes de uma região ou país, ou seja, de uma identidade. Afigura-se-nos relevante a ideia de que ler a paisagem é um exercício de hermenêutica, pois oferece e reflete «crenças e valores da sociedade, traduzem sentimentos, valores e fantasias face ao ambiente, são herança intelectual e espiritual»¹¹. A par deste pensamento, sublinhamos também a perspetiva de Maria Lúcia Lepecki sobre a paisagem literária, lembrando a estudiosa que esta chega ao leitor através da retórica do discurso, através de decisões de quem olha, de quem secciona, de quem prioriza «um horizonte de perceção»¹². Neste sentido, o escritor é um criador, seccionando e percecionando o território físico para mostrar não apenas os detalhes que caberiam dentro da observação do geógrafo, por exemplo, mas sobretudo para chamar a atenção para as palavras com que recorta a paisagem, revelando os valores e os afetos vividos aquando do encontro entre o ser humano e o mundo natural, uma relação que, segundo Claudio Guillén, concede ao

⁸ TORGA, 1980: 47.

⁹ TORGA, 1980: 47.

¹⁰ ALVES, 2001:74.

¹¹ SALGUEIRO, 2001: 46.

¹² LEPECKI, 2001: 147.

indivíduo a possibilidade de «transcendência»¹³. Assim entendida, a paisagem é «origem excecional de sentido»¹⁴, oferecendo um campo privilegiado para o exercício da imaginação, figurando, desse modo, uma «zona de otrede»¹⁵, onde o ser humano procura descobrir sentidos e valores «que justifican el mundo y su propia pertinência a él». Justificando o interesse da leitura da paisagem feita através da sensibilidade dos poetas, Guillén acrescenta que estes procuram nela não tanto o detalhe descritivo ou a mera experiência visual, mas, antes, a sua centralidade, a sua verdade consubstancial, ou seja, a paisagem pensada como lugar ontológico, «cualitativamente y en profundidad»¹⁶. Em síntese, paisagem e literatura assumem-se aqui como espaços de possibilidade e conhecimento, bem como modos de prestar atenção às formas e sentidos do mundo.

Neste momento introdutório, é ainda relevante salientar que, em termos de metodologia, temos como referência o trabalho realizado no projeto *LITESCAPE.PT — Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental*, que pretende sublinhar o interesse da paisagem literária para a compreensão de uma região, de um território, de um país, e que baseia a análise destacando os aspetos que, através da linguagem, são manifestação do território — pormenores topográficos, climáticos, orográficos e botânicos —, pois estes revelam não apenas o modo como as gentes habitam o lugar, mas a forma como o sonham¹⁷. Posicionados neste patamar em que território e lugar literário se influenciam mutuamente e procurando mostrar de que forma a geografia e o destino humano se entrelaçam, dediquemos atenção ao espaço literário que aqui nos convoca: *Douro: Pizzicato e Chula*, obra de poesia de A. M. Pires Cabral, publicada em 2004. Esta resulta de uma viagem de barco no Douro, entre o Porto e Barca de Alva, em setembro de 1999, a convite do Instituto de Navegabilidade do Douro, e a sua estrutura desenvolve-se em redor dessa viagem: pelo rio, olhando as margens e perscrutando as gentes — os humildes que trabalham com as mãos o corpo da paisagem, e os aristocráticos que lhe emprestam talento e ciprestes heráldicos. Uma viagem física, mas também emocional; uma viagem que se faz ao longo do rio, mas também pelas emoções do poeta, que olhando o rio e as suas margens daí retira a sua experiência poética. Além disso, a partir desse encontro singular com a paisagem, o poeta regista também a memória do que ali permanece das múltiplas e longas inter-relações entre o indivíduo com esse território.

¹³ GUILLÉN, 1992: 89.

¹⁴ GUILLÉN, 1992: 89.

¹⁵ GUILLÉN, 1992: 95.

¹⁶ GUILLÉN, 1992: 97.

¹⁷ Disponível em <<https://ielt.fcsh.unl.pt/Projetos/atlas-das-paisagens-literarias-de-portugal-continental/>>.

2. «— PARA QUE DIABO, DOURO, QUERERÁS / AS INTRUSAS / PALAVRAS INQUINADAS DO POETA?»

O Douro tem sido representado por autores tais como Guerra Junqueiro, Miguel Torga, João de Araújo Correia e António Cabral. Deste último poeta, e na obra *Poemas Durienses*, publicada em 1963, alguns dos versos resumem a ligação entre os durienses e a paisagem: «Estes montes que se dobram e desdobram como um ribombo [...] / Montes parados e lançados, / doridos e convulsos, curvos, / recurvos e aturdidos! [...] / Estes montes explicam-nos»¹⁸. De forma lapidar, sintetiza-se num outro poema: «Aqui, Douro. O paraíso / Do vinho e do suor»¹⁹. As perspetivas artísticas sobre a paisagem duriense são unânimes em realçar que esta resulta de uma singular mescla de beleza natural e de trabalho, tendo-se afirmado como uma imagem cultural forte, inspirando autores, pintores e fotógrafos, os quais, repetidamente, têm tentado captar a sua singular imponência e «sobretudo a sua fabulosa cor, feita de verdes intensos ou anilados no verão e de vermelhos e dourados no outono»²⁰. A. M. Pires Cabral, autor que, além de quase duas dezenas de obras de poesia, tem publicado romances, ensaios e crónicas, escreve, em *O meu Douro*, um dos capítulos da coletânea *Por Esta Terra Adentro*, que o Douro da sua memória, «esse que tinha estados de espírito e uma alma atormentada por um intransitivo desassossego, e o Douro atual, de grandes massas de águas mansas, não é já o mesmo»²¹. No entanto, sublinha, o maravilhamento acontece sempre que observa a paisagem duriense:

*combinando um número relativamente pequeno de espécies vegetais — a vinha, a oliveira, a amendoeira, as carvalhas e o mato rasteiro — produz uma infinidade de panoramas. Os vinhedos extensos, baixando das alturas até quase à flor das águas, dão lugar, às vezes, a cenários lunares de aridez total onde tudo parece ser pedra e arbustos maninhos, para logo reaparecerem, agora em montes mais boleados, adoçados, sem ímpetos nem acrobacias*²².

Perante o assombro dessa paisagem, o escritor interpela o leitor: «como foi possível negligenciar tão longamente esta riqueza natural que, em tempos de turismo, de viagens e de apetência por saber mais do mundo, pode ser transformada numa preciosa mais-valia do mais belo vale vinhateiro de Portugal, e se calhar do mundo»²³.

É neste território demarcado pela beleza natural, pelas vinhas e pelo suor humano que entramos em *Douro: Pizzicato e Chula*, obra que é fruto, segundo Manuel de Freitas,

¹⁸ CABRAL, 2017: 15.

¹⁹ CABRAL, 2017: 98.

²⁰ MATTOSO, DAVEAU, BELO, 2010: 202.

²¹ CABRAL, 2018: 55.

²² CABRAL, 2018: 59.

²³ CABRAL, 2018: 55.

«de uma mestria comparável na nossa tradição, ao legado trovadoresco, à “cantiga” de João Roiz de Castelo Branco ou à música tangível de Eugénio de Andrade e Mário Cesariny»²⁴. O mesmo poeta assinala também que *Douro: Pizzicato e Chula* tem no centro uma viagem, ou melhor, uma viagem interior e exterior, que se interpenetram «na medida em que o rio se conforma àquilo a que, em retórica, se chama silepse: algo que nos surge, simultaneamente em sentido próprio e figurado»²⁵. É neste sentido que se percebem melhor as palavras de outro poeta e crítico, Pedro Mexia, quando, sobre esta obra de A. M. Pires Cabral, recorda: «é indiscutível que se trata de um poemário sobre o “país das uvas navegável”, mas o rio, diz o poeta, é ao mesmo tempo um lago, um espelho e uma estrada. Ou, de outro modo, um passeio, uma revelação, uma travessia»²⁶. Acerca da viagem e das suas intenções, o leitor pode ler logo no primeiro poema: «O navio dos loucos: Sabe-se porém que estes poetas / abrasados nos mais canoros zelos / têm uma oculta segunda intenção: // fazer a derradeira tentativa / de também se decifrem a si mesmos, / e não apenas o que o cerne do rio / retém por nomear»²⁷. Insistimos, porém, na ideia de que o rio metafórico, ou seja, como ideia de destino — aspeto fulcral em «Elegia do Douro», um conjunto de poemas sobre o rio em *As Têmporas da Cinza* (2008) —, é, nesta nossa reflexão, um aspeto menos considerado, pois, neste texto, procuramos privilegiar sobretudo considerações que, na expressão de António Guerreiro, incidem sobre «uma grandiosa configuração de pequenos sinais» em redor da força, grandeza e beleza do Douro²⁸.

Para título deste artigo escolheu-se o poema «Douro, S.A.», porque traduz alguns dos mais destacados participantes na criação, gestão e preservação da região. O poema, além de enumerar particularidades associadas ao Douro, é também um olhar irónico sobre o papel dos poetas na sociedade, mas, neste momento, interessa-nos salientar o que ao Douro diz respeito: «Três sócios. // Deus entrou com o xisto, / a meteorologia / e a Vitis vinifera. / O inglês (e similares), / com o paladar e o talento / colonizador. / O indígena, com os braços, com as mãos, / com as unhas (para arrebunhar a terra / em momentos de maior lucidez), / com as glândulas sudoríparas / — e muitas vezes com o corpo todo. // Investimento / equitativamente repartido, / como se vê. / (Os dividendos é que nem por isso)»²⁹. No poema, enumeram-se o solo, o clima, a vinha e dois dos principais protagonistas humanos do Douro, o trabalhador e o estrangeiro aristocrata, este último o mesmo que, desde finais do século XVII, colhe os dividendos do fruto da vinha. É a partir desta inscrição geográfica e humana que o poeta observa ora a água

²⁴ FREITAS, 2004: 55.

²⁵ FREITAS, 2004: 55.

²⁶ MEXIA, 2004: 45.

²⁷ CABRAL, 2004: 13.

²⁸ GUERREIRO, 2006: 162.

²⁹ CABRAL, 2004: 31.

do rio, ora as suas margens, e que através da linguagem conotativa e concisa da poesia conduz o leitor através da orografia, botânica, fauna e construído humano que avista do barco que o transporta Douro acima. O rio, vai-o repetindo sucessivamente, já não é o mesmo da sua juventude, esse rio primitivo é agora «refém das memórias de outra geração: / quando era um ímpeto de ira / como um punhal tirado da bainha / ou pedra arremessada contra vidro»³⁰. Um rio que terá, segundo o poeta, perdido o «revoltoso espírito»³¹ e que se vê agora parado entre barragens e eclusas, fazendo com que a viagem se torne estranhamente vertical e imagem de «desavinho da cepa copiosa»³². Porém, é nessas águas que vivem o *Barbus bocagei*, a garça das grandes asas, o veloz pica-peixe, que «depressa se confunde / na rama dos salgueirais»³³. Ao longo da viagem, o sujeito poético ora convida o leitor a baixar os olhos até às águas do rio, ora solicita a elevação do olhar, anotando o «baço [d]os montes, o xisto, a sensual / curva dos geios»³⁴, o promontório de São Leonardo de Galafura. Em vez de olhar o rio do alto, como no poema de Miguel Torga, a voz poética descreve esse lugar visto a partir da água: «visto de profundis, / talvez se entendam melhor / as metáforas de Torga: com efeito, / o nauta celeste parece ir / à proa dum navio de penedos / e o mar em que navega / parece de mosto, tal e qual»³⁵. Observam-se também locais como Pala e Valeira, «lugares tão feitos / para a malha do silêncio»³⁶, as hortas junto ao rio, «uma casa de quinta. // E junto dela um cipreste», evocando «o vagaroso, / inábil fim de tantos»³⁷. Repetidamente, a voz poética insiste em reclamar para o território da linguagem a particularização da paisagem, essa que se define por «chavascas / que alternam com vinhedos»³⁸ demorando o seu olhar no território inconfundível dos mortórios: «A lembrança / da vinha nos geios que perduram. / Injúrias / da pequena criatura semelhante / aos deuses da desordem. // Um clamor ainda audível, um / conglomerado de pragas. / O vinho moribundo. // Lugares de estevas e abominação»³⁹. Mas nos poemas de *Douro: Pizzicato e Chula* não figuram apenas os elementos naturais; também alguns dos vultos emblemáticos da sociedade duriense surgem a desenhar a paisagem social. Um poema em particular, «A morte da Ferreirinha», refere um acontecimento que terá sido uma «humilhação para o Douro dos pergaminhos»: «Do mesmo modo que à noite certas flores / por condolência com a ocultação do sol / cerram corolas, / a Quinta do Vesúvio como

³⁰ CABRAL, 2004: 16.

³¹ CABRAL, 2004: 39.

³² CABRAL, 2004: 50.

³³ CABRAL, 2004: 48.

³⁴ CABRAL, 2004: 25.

³⁵ CABRAL, 2004: 34. Referimo-nos ao poema «São Leonardo de Galafura», de Miguel Torga.

³⁶ CABRAL, 2004: 45.

³⁷ CABRAL, 2004: 55.

³⁸ CABRAL, 2004: 60.

³⁹ CABRAL, 2004: 33. Para uma ideia mais informada do que define o mortório, consulte-se a página da UTAD. Disponível em <https://jb.utad.pt/ctematicas/mortorios_do_douro>.

que mirrou, / quando aquela que cuidava da casa, / punia os desaforos de criadas, / escriturava, administrava, decidia / e marcava o dia de actuar / sobre as cepas, / se sentiu indisposta em Entre-os-Rios»⁴⁰.

Terminada a viagem física, o sujeito poético insiste na continuidade da viagem interior: «o repto do Douro escalda como / uma febre nas dunas. Repercute / nas têmporas, magoa / as vísceras da alma»⁴¹, querendo com isto salientar que, terminada a travessia, o Douro continua dentro de si, construindo uma paisagem interior de montes e de mágoa. Por outro lado, o seu labor de poeta faz o que tem a fazer, colher e escolher as palavras que mais se aproximam da paisagem, valorizando-a e preservando-a. No poema que dá título a esta reflexão, «Douro, S.A.», depois de nomear os três sócios na criação da paisagem do Douro: Deus, o inglês e o indígena, refere-se aos poetas, esses que, «como ratos, / vêm às migalhas do banquete»⁴². Em tom sarcástico, escreve que nenhum dos três sócios vê mal na presença dos ratos, uma vez que estes roem «a parte meramente / imaterial», «inconsumptível» da paisagem, pois, «afinal de contas, a beleza / do Douro é um recurso renovável»⁴³. O papel do poeta surge aqui ironicamente menorizado. No entanto, a percepção da paisagem do Douro constitui o alicerce poético de *Douro: Pizzicato e Chula*, o labor perseverante de um poeta que insiste na preservação da paisagem, acolhendo-a e recriando-a nos versos que germina: «não há poema que valha o oboé / oculto na voz desta cautelosa / ave ribeirinha / que vai monologando numa língua / que os poetas desconhecem // — mas se obstinam em arremedar»⁴⁴. O poeta também não desistiu de perscrutar e procurar entender a singularidade do destino da *Vitis vinifera* — ao mesmo tempo planta a alma da paisagem duriense —, continuando, mesmo em obras posteriores, a interrogar-se sobre o seu corpo, forma e mistério: «Em vez de furar o ar em busca de horizonte, / a videira ama o rés da terra, prefere a companhia / dos homens à das nuvens e das aves. // Prefigura dessa forma o vinho que dará: // longo, alastrando, amparando-se / aos arames da consolação»⁴⁵. A planta é aqui transformada em imagem do próprio poeta, preferindo, também ele, o «rés da terra», ou seja, fazer o seu labor poético a partir do que conhece e experiencia, a paisagem e os homens que a habitam, amparando-se nos arames da consolação que a poesia oferece, produzindo uma colheita poética perdurável e vivificante. Assim se justifica o interesse das palavras do poeta: manter a paisagem duriense visível e legível, não sem descurar a possibilidade de, em algum momento, o milagre e o mistério que a definem ficarem encerrados nas palavras que compõe: «Rilho como um osso rijo / demais para os meus

⁴⁰ CABRAL, 2004: 58.

⁴¹ CABRAL, 2004: 63.

⁴² CABRAL, 2004: 31.

⁴³ CABRAL, 2004: 32.

⁴⁴ CABRAL, 2004: 36.

⁴⁵ CABRAL, 2019: 63.

dentes decadentes / o desconcerto de me ver em pleno rio / — eu, que não sei nadar! — / a opor palavras contrafeitas / aos ruídos que salteiam este sítio / tão alegremente: // água a chofrar nas ilhargas do barco, / algum pássaro insurrecto ao silêncio / gritando pelo céu fora, / marulhar de vento / naquele renque de choupos». Embora «com tanto rumor nativo, / com tanto rumor sadio», sim, o Douro precisa das «intrusas / palavras inquinadas do poeta»⁴⁶ para perdurar no tempo e na memória.

3. «APÓS A DIFÍCIL, EXAUSTIVA / CONTEMPLAÇÃO DA PAISAGEM»: ALGUMAS CONCLUSÕES

Como se referiu, a estrutura de *Douro: Pizzicato e Chula* vive da viagem — a que começa na Régua e termina em Barca de Alva, lugar que o sujeito poético vê como «O Douro no seu mais alto / e mais perpendicular»⁴⁷ —, mas também de uma travessia interior, que, no final da viagem, pressupõe uma missão que o poeta descreve deste modo: «devolver / em vinte laudas aproximadamente / a água ao rio, a vinha aos socalcos, / o voo amplo das garças aos paus, / o Douro ao Douro»⁴⁸. Embora o sujeito poético nos diga que tentou fazer com que aqueles que viajavam ao seu lado (mas também os leitores, que farão a viagem depois) reparassem «em qualquer coisa do Douro: socalcos, fadigas, sombras, / um cardenho de xisto destelhado, / um pássaro em fuga / de que nem o nome se adivinha»⁴⁹, também escreve que, «viajando embora por este rio acima, / bem vistas as coisas, / é por mim abaixo que viajo»⁵⁰. Dupla viagem que terminará com a visão do chão da vinha, «lava / que nunca conseguiu arrefecer»⁵¹, e com a convicção de que «o repto do Douro escalda como / uma febre nas dunas»⁵². Defendemos, pois, a ideia de que o leitor, percorrendo os poemas de *Douro Pizzicato e Chula* e confrontando-se com a linguagem concentrada, musical, metafórica própria da poesia, está também a trilhar vias de conhecimento relativamente a uma paisagem que não é apenas física, mas que é aqui entendida como «identidade estética», ou seja, e como defende Paolo D'Angelo, uma entidade cujos valores estéticos, neste caso veiculados pelo olhar do poeta, funcionam como «valores intersubjectivos, culturais, históricos», isto é, um meio «de identificação cultural para uma comunidade, para um povo»⁵³. Em relação à importância da hermenêutica da paisagem, esta é reconhecida pela Convenção Europeia da Paisagem, sublinhando-se ali o valor da interdisciplinaridade na leitura da paisagem como algo evolutivo, dinâmico e em contínuo diálogo

⁴⁶ CABRAL, 2004: 24.

⁴⁷ CABRAL, 2004: 62.

⁴⁸ CABRAL, 2004: 64.

⁴⁹ CABRAL, 2004: 59.

⁵⁰ CABRAL, 2004: 59.

⁵¹ CABRAL, 2004: 62.

⁵² CABRAL, 2004: 63.

⁵³ D'ANGELO, 2012: 340.

com o ser humano. Uma paisagem de «extraordinário valor»⁵⁴, como é o caso da paisagem cultural da vinha no Douro, deve ser antes de tudo preservada, como afirma Álvaro Domingues:

O desafio é, agora, desenhar e implementar políticas de recuperação, valorização e de protecção que conciliem os valores culturais herdados, e saibam interpretar o sentido das mudanças e a melhoria das condições de vida das populações vistas não como uma espécie de «figurantes de um museu vivo, ou de jardineiros da paisagem, mas como co-actores principais da construção de um território cujo valor identitário também terá que incluir o presente e um projecto de futuro»⁵⁵.

É neste sentido que a nossa proposta relativamente à relevância da linguagem literária nessa preservação se foi construindo; no caso da literatura, esse trabalho faz-se ao nível da consciencialização. Assim, desejavelmente, depois da leitura de *Douro: Pizzicato e Chula*, o leitor acolherá de forma mais consciente a ideia de que cada um é responsável pela paisagem que cria, preserva ou destrói.

Concluindo, *Douro: Pizzicato e Chula*, de A. M. Pires Cabral, resulta de «uma difícil, exaustiva / contemplação da paisagem»⁵⁶, ou seja, de uma apreciação e sensibilidade individual perante a paisagem duriense, mas que vai resultando também num olhar mais global sobre a paisagem como um todo, pois esta afigura-se como «uma auto-biografia colectiva e inconsciente que reflete gostos, valores, aspirações e medos»⁵⁷. Se, como argumenta Gonçalo Ribeiro Telles, «o futuro da paisagem está intimamente relacionado com o nosso futuro»⁵⁸, concluímos que é necessário que a auscultação estética da paisagem seja entendida como um valor na preservação da paisagem, sendo que o olhar atento, observador e sensível do poeta ajuda a identificar e a intensificar a singularidade da paisagem duriense, contribuindo para que os leitores de *Douro: Pizzicato e Chula* desenvolvam afetividade para com essa paisagem. À semelhança do trajeto do poeta, o leitor, viajando embora ao longo da obra, bem vistas as coisas, é por si mesmo e pelo seu país que viaja. No fim da viagem, dirão com o poeta: «Abençoado Douro, abençoada / alquimia do Douro!»⁵⁹.

⁵⁴ D'ANGELO, 2012: 341.

⁵⁵ DOMINGUES, 2001: 64-65.

⁵⁶ CABRAL, 2004: 53.

⁵⁷ SALGUEIRO, 2001: 47.

⁵⁸ TELLES, 2004.

⁵⁹ CABRAL, 2004: 54.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Teresa (2001). *Paisagem — Em Busca do Lugar Perdido*. «Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia». XXXVI:72, 67-74.
- CABRAL, António (2017). *Poemas Durienses*. Guimarães: Opera Omnia.
- CABRAL, A. M. Pires (2004). *Douro: Pizzicato e Chula*. Lisboa: Cotovia.
- CABRAL, A. M. Pires (2018). *Por Esta Terra Adentro. Páginas Transmontanas*. Lisboa: Âncora Editora.
- CABRAL, A. M. Pires (2019). *Frentes de Fogo*. Lisboa: Edições tinta-da-china.
- DOMINGUES, Álvaro (2001). *A paisagem revisitada*. «Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia». XXXVI: 72, 55-66.
- D'ANGELO, Paolo (2012). *Repensar a Paisagem*. In SERRÃO, Adriana Veríssimo, coord. *Filosofia e Arquitectura da Paisagem. Um Manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, pp. 333-346.
- GUERREIRO, António (2006). *Convite à Viagem*. «Telhados de Vidro». 7, 161-168.
- GUILLÉN, Claudio (1992). *Paisaje y Literatura, o los Fantasmas de la Otriedad*. In VILANOVA, Antonio, ed. *Actas del X Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, pp. 77-98. [Consult. 1 fev. 2022]. Disponível em <<http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc3j5d5>>.
- FREITAS, Manuel (2004). *Água Morrente*. «Revista Actual/Expresso». (26 jun. 2004) 55.
- LEPECKI, Maria Lúcia (2001). *A Mãe promíscua: sobre natureza e paisagem*. «Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia». XXXVI: 72, 141-147.
- LITESCPE.PT — *Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental*. [Consult. 1 fev. 2022]. Disponível em <<https://litescape.ielt.fcsh.unl.pt>>.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte (2010). *Portugal. O sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores.
- MEXIA, Pedro (2004). *Um auto-retrato com rio ao fundo*. «Diário de Notícias». (14 mai. 2004) 45.
- PORTUGAL. *Política Nacional de Arquitetura e Paisagem. Convenção Europeia da Paisagem*. [Consult. 1 fev. 2022]. Disponível em <<https://pnap.dgterritorio.gov.pt/convencao-europeia>>.
- RIBEIRO, Orlando (1991). *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- RIBEIRO, Orlando (2001). *Paisagens, Regiões e Organização do Espaço*. «Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia». XXXVI:72, 27-35.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (2001). *Paisagem e Geografia*. «Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia». XXXVI: 72, 37-53.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro (2004). *A Paisagem é Tudo*. «Jornal Pessoas e Lugares». II:16, 4-5. [Consult. 1 fev. 2022]. Disponível em <<https://www.minhaterra.pt/a-paisagem-e-tudo-entrevista-a-goncalo-ribeiro-telles.T13570.php>>.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro (2020). “*Se podemos ser um exemplo, sem andar a chatear ninguém, ótimo*”: Gonçalo Ribeiro Telles 1922-2020. Entrevista de Ana Soromenho. «Expresso». (11 nov. 2020). [Consult. 5 fev. 2023]. Disponível em <<https://expresso.pt/arquivo/arquivos-expresso/2020-11-11-Se-podemos-ser-um-exemplo-sem-andar-a-chatear-ninguem-otimo-Goncalo-Ribeiro-Telles-1922-2020>>.
- TORGA, Miguel (1980). *Portugal*. Coimbra: [s.n.].

PAISAGEM CULTURAL E CENÁRIO MUSEOLÓGICO*

IVAN VAZ**

Resumo: *Este artigo intenciona a uma contribuição nas discussões do pensamento museológico em interseção com o campo patrimonial mais amplo. Entende-se que a problematização de conceitos como espaço, território, paisagem e lugar, e a forma como são não apenas conceituados, mas aplicados no campo prático de ações, pode auxiliar na definição e afirmação da especificidade da Museologia frente a outros campos do saber e fazer acadêmicos. Uma destas especificidades seria o cenário museológico.*

Palavras-chave: *museologia; musealização; paisagem; cenário; patrimônio.*

Abstract: *This article intends to contribute to the discussion of the museological thinking in intersection with a broader heritage field. It is understood that the problematization of concepts such as space, territory, landscape and place, and the way they are not only conceptualized but applied in the practical field of actions, can help defining and affirming the specificity of Museology in relation to other fields of knowledge and academic practice. One of these specificities would be the museological setting (scenario).*

Keywords: *museology; musealization; landscape; setting; heritage.*

INTRODUÇÃO OU DEFININDO UM ESPAÇO DE ANÁLISE

O espaço é uma categoria fundamental para se interpretar o patrimônio. Não apenas pelo facto de o patrimônio ser um dado constitutivo (um *lugar*, uma *construção* ou um *objeto*) do espaço, mas por ser um fator de sua *representação*, delimitação e experiência, mediando e definindo as relações entre o sujeito e a realidade, tanto concetual quanto fisicamente.

Isto considerado, além do tempo, há o espaço como categoria basilar para pensarmos o patrimônio. Esta fundamentação supera, no caso da museologia, as questões especificamente arquitetônicas ou expográficas, de fluxos e desenhos, de gerenciamento ou salvaguarda, seja de público ou acervo. O patrimônio pode ser considerado, no limite, um determinado arranjo (ou delimitação, «prova», evidência) espacial no tempo, implicando e sendo implicado constantemente em dinâmicas de permanência e mudança, percepção e experiência. O espaço é aqui encarado não apenas em sua perspectiva concreta, tangível, mas fenomenológica, como uma categoria de pensamento, de agência na configuração das interações, experiências e noções de identidade do próprio sujeito ou dos grupos sociais.

* Partes desta discussão são fruto da dissertação de mestrado intitulada *Sobre a Musealidade* defendida pelo autor em 2017 na Universidade de São Paulo.

** Mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo (2017). Doutorando em Estudo do Patrimônio da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Profissional autónomo em projetos de preservação e comunicação do patrimônio cultural, implementação de equipamentos e planos museológicos.

Uma das vertentes de estudo da museologia é aquela que considera como seu objeto de análise e ação a «relação dos seres humanos com a realidade através do processo de musealização»¹. Esta relação seria especial e específica exatamente porque se dá por uma qualificação de certos aspectos da realidade e os destaca enquanto documentos válidos de algo a alguém², implementando ações de salvaguarda e comunicação.

Pode-se dizer, ainda, que esta relação se dá, como afirma Waldisa Rússio Guarnieri, entre e através de três elementos: o «objeto», o «sujeito» e o «cenário»³. Para a autora, a museologia é o estudo do «fato museal», que é «a *relação profunda* entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade, da qual o Homem também participa, num cenário institucionalizado, o museu»⁴.

É delimitado por este cenário que uma relação específica entre Sujeito-Objeto se estabelece, completa e propaga, (re)instituindo noções de realidade: «Entre homem e objeto, dentro do recinto *museu*, a relação profunda depende não somente da comunicação das evidências do objeto, mas também do recinto do museu como *agente de troca* museológica»⁵. A própria museologia, metaforicamente, é um espaço, um lugar disciplinar, organizador de modos, regras, ações, agentes e instituições onde, ao mesmo tempo, cria outros espaços (museais/institucionais), os gerencia e os estuda⁶.

A museologia é, desta forma, a relação dos elementos acima elencados, tendo como base e vetor a atitude preservacionista dos sujeitos, instituindo uma performatividade com os objetos dentro de cenários instituídos para tal. E o método que utilizado é o processo de *musealização* (pesquisa+salvaguarda+comunicação).

Desde pelo menos os anos de 1960, momento em que se intensificam as problematizações da museologia enquanto campo teórico, ocorre a requalificação de diversos termos, conceitos e bases sobre as quais se sustenta. A própria discussão da museologia como um campo autônomo se insere neste movimento. A necessidade de uma autonomia dessa disciplina — autonomia tanto da instituição museu quanto das disciplinas correlatas — caracteriza a especialização de um campo que, no contexto das convulsões sociais, políticas, científicas, profissionais, culturais e tecnológicas da segunda metade do século XX, precisa se repensar a fim de entender seu lugar e validade.

Se, durante muito tempo, os museus foram o *locus* da museologia, a crise representacional e institucional desses acabou por gerar a necessidade de a museologia repensar esses espaços e, ao mesmo tempo, repensar seu estatuto e finalidade frente à sociedade.

¹ MENSCH, 2004: 6.

² DESVALLÉES, MAIRESSE, eds., 2014: 57.

³ GUARNIERI, 1981.

⁴ GUARNIERI, 1986: 138 (grifos da autora).

⁵ GUARNIERI, 1981: 124 (grifos da autora).

⁶ CARDOSO, 2014: 123.

A visão do museu tradicional, prédio dotado de coleção e protetor da Cultura e do Conhecimento, sofre sérios abalos que, sem querer remontar a muito longe, se intensificam com as duas grandes guerras. A constatação da impossibilidade de preservação plena e do poder de destruição física, moral, cultural, social, política da Humanidade colocam em crise os meios de operação desta instituição, assim como sua função frente a essa Humanidade. Ou seja, há uma mudança de vetor. De local de guarda, busca-se um lugar de comunicação, de educação humanitária. Uma das intenções da criação do International Council of Museums (ICOM) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1946, é agir sobre estes problemas.

Dialeticamente, a revisão do lugar na estrutura social, cultural e científica sobre o qual o museu se assenta, gera a necessidade da revisão de seus conceitos. As noções de Humanidade, patrimônio, cultura, herança, memória, história, identidade, arte, ciência, território, etc., ao serem postas em questão, evidenciam a fragilidade do pensamento museológico calcado na naturalização destes mesmos termos, tendo como única função a ação «técnica» do museu sobre eles. É preciso dar respostas.

Atualmente, os problemas da existência do Museu não podem ser resolvidos no domínio da prática. Para a realização de sua missão, precisamos de um instrumento especial, que nos permita descobrir as facetas objetivas da realidade, definir suas leis e descobrir as melhores maneiras de não apenas resolver as tarefas do dia-a-dia, mas de trabalhar para o futuro⁷.

Como tentativa de discutir esta crise institucional e epistemológica, e propor novos caminhos, o campo museológico empreende movimentos de revisão de seus princípios e funções. Pode-se elencar alguns movimentos definidores da problematização museológica que lançarão bases para a discussão do seu estatuto, de seus métodos e conceitos. Dentro do âmbito restrito do ICOM, há quatro documentos produzidos que indicam uma mudança na postura dos museus e da museologia frente à sociedade e a si mesmos:

1. O *Seminário Internacional de Museus Regionais da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus*, ocorrido no Rio de Janeiro, Brasil, em 1958.
2. A mesa-redonda de Santiago, Chile, em 1972.
3. A declaração de Quebeque, Canadá, em 1984.
4. A declaração de Caracas, Venezuela, em 1992.

Especificando rapidamente estes documentos, cada qual traz uma contribuição particular para o pensamento museológico e o modo de atuação dos museus. O seminário do Rio de Janeiro destaca o caráter educacional dos museus e o papel da comunicação

⁷ STRANSKY, 1990: 82-83.

expositiva enquanto vínculo com a sociedade. A mesa-redonda de Santiago introduz a noção do Museu Integral, trabalhando a totalidade dos problemas da sociedade para sua superação. A declaração de Quebeque, por sua vez, reforça a ideia do patrimônio a serviço do desenvolvimento da sociedade. E, finalmente, a declaração de Caracas revisa a ideia do Museu Integral, reformulando-a para «Integrado», sendo um agente, em interação com a sociedade, de processos patrimoniais, culturais e sociais.

Segundo Marília Xavier Cury, o que permeia todos estes documentos é a deflagração «[d]os sujeitos do processo museológico, o caráter social e ideológico da museologia e dos museus, entendem o museu espaço de exercício democrático e de cidadania e, por isso, espaços dialógicos»⁸.

Da mesma forma, alguns autores identificam outros marcos fundamentais na revisão dos princípios museais e museológicos. André Desvallées⁹, na busca da gênese da chamada Nova Museologia, elenca, além dos documentos acima citados, as Jornadas de Lurs, em 1966, que dariam início à concepção dos ecomuseus; a criação, nos Estados Unidos da América, dos museus de vizinhança, em 1969; a 9.^a Conferência Geral do ICOM, em 1971, sob o tema *Museu ao serviço do homem, hoje e amanhã*, entre outros.

Estas inserções na história do movimento museológico indicam, em todos os casos, o deslocamento dos museus de sua função usual de guarda e tratamento de coleções para a sua atuação em uma dinâmica social e cultural ampliada, envolvendo novos espaços, sujeitos e objetos.

Em alguns casos mais, em outros menos, o processo de revisão do museu passa pela consideração do ser humano como início, meio e fim das ações museológicas. Há uma mudança de interesse das coleções, e das atividades sobre estas, para a comunidade e para o território onde esta comunidade estabelece relações (por mais amplo ou restrito que esse território ou comunidade seja). Neste mesmo movimento, os objetos perdem sua força, podemos assim dizer, aurática¹⁰, e passam a ser assumidamente selecionados e significados de acordo com os contextos e interesses sociais, culturais, políticos, científicos, etc. Seus valores se dão pelas capacidades de comunicação, de interação com os sujeitos, que passam a ser convocados a participar na construção de seus sentidos.

Novas tipologias de museu são experimentadas como forma de englobar estes atores, patrimônios, dinâmicas, espaços e representações que o museu tradicional não é mais capaz de absorver. Os ecomuseus, museus de território, de comunidade, museus sem acervo, virtuais, entre outros, mais do que meras experimentações teórico-metodológicas, levam a fundo a revisão dos princípios museológicos, incidindo dialeticamente no pensamento sobre categorias como público, patrimônio, espaço, tempo, identidade, educação e, obviamente, museu.

⁸ CURY, 2004: 62.

⁹ DESVALLÉES, 1992 *apud* CÂNDIDO, 2000: 33.

¹⁰ BENJAMIM, 1994.

Estas experiências museológicas trazem em seu bojo uma mudança paradigmática que retira a musealização do espaço restrito dos edifícios de museus, ampliando consequentemente os atores deste processo e seus objetos. Neste movimento de ampliação, o objeto de ação museológica se espalha para além do objeto tridimensional das coleções dos museus, envolvendo saberes, fazeres, práticas, imaginários e, ainda e fundamentalmente a esse artigo, outros espaços.

Há uma redefinição dos princípios museológicos que altera o tripé «edifício-coleção-público» para o «território-patrimônio-comunidade»¹¹, onde a circularidade entre esses elementos se intensifica e pode-se perceber a eminência de uma outra razão e ação de musealização: o que se musealiza não são esses elementos, mas a própria relação entre eles.

Em sua busca de compreensão e, mais, apreensão de referências de realidade, a museologia acaba por alterá-las, pois, ao criar espaços e objetos de representação e discursos sobre estas, passa a instituir qualidades que as delimitam e classificam, categorizam. Seria neste ponto que se operacionalizariam as estratégias de musealização, para se entrar e sair da realidade museal — qualificando-a —, forjando a musealidade¹².

A operação de configuração da musealidade — ou seja, a musealização — se torna uma ingerência sobre parcelas do real atribuídas por uma determinada sociedade/grupo/campo em um determinado contexto. Nesta operação, estão envolvidos instrumentos teórico-metodológicos, mas, também, anseios de identificação política, social, cultural e científica, contextualmente determinados pelos agentes que os manejam. A museologia, como um dos campos de representação da sociedade, possui, através destes mecanismos, a capacidade delimitadora da realidade, de sua classificação e de sua salvaguarda, buscando criar, assim, meios para sua comunicação.

Como uma *relação* do sujeito com a realidade a partir do patrimônio, atualmente, a museologia se expande em novas possibilidades de teorização e operação. O que as (nem tão) «novas» tipologias museais ou práticas e perspectivas museológicas — a museologia social ou os ecomuseus, por exemplo — trazem em seu bojo é a problematização da configuração desta *relação*, suas causas e efeitos.

Não obstante, as experiências museológicas são esta própria relação. O que procura-se apontar é *como* a museologia é um quadro interpretativo amplamente utilizado a definir abordagens e práticas de preservação e comunicação. Sob esta operação e pensamento, portanto, a museologia, através da musealização, cria cenários museológicos para possíveis relações entre os elementos que a compõem, é uma meta-operação que condiciona e é condicionada pelos sujeitos, pelos objetos e pelos espaços onde

¹¹ VARINE, 1992 *apud* CÂNDIDO, 2000.

¹² A musealidade, muito resumidamente, seria «a qualidade das coisas musealizadas» (STRANSKY *apud* BRULON, 2012: 70).

interagem. Sobre os sujeitos, os objetos e, ainda, sobre os tempos destas interações, já há bastante teoria e problematização. Pouco se fala sobre estes espaços/cenários que não o museu.

Estas experiências e tipologias, patrimonialmente falando, introduzem (ou ao menos tornam mais evidentes) objetos — e se refere ao espaço como um artefato museológico — antes relegados pelo discurso e pelo olhar hegemônicos da museologia tradicional, especialmente a europeia. São uma forma de legitimar experiências, sujeitos e bens que, de alguma forma, não se encaixam nos padrões estéticos, institucionais, culturais estipulados, mas, ainda assim, possuem uma vocação importante na definição das identidades e memórias locais. Ou seja, ao deslocar os parâmetros museológicos da tríade «museu-coleção-público», para «território-patrimônio-comunidade», mais do que uma simples ampliação do escopo de trabalho, há uma mudança ontológica e epistemológica do objeto de estudo da museologia, bem como das ações práticas sobre ele (os métodos). O «cenário museológico» passa a abarcar mais possibilidades de configuração, envolvendo outros atores, objetos e espaços: entram em cena, literalmente, novos corpos.

Não obstante, os modelos teóricos e práticos convocados a isto — os ecomuseus são o melhor e mais paradigmático exemplo — não conseguem dar conta da diversidade percebida. Há, sobre a quebra da hegemonia do discurso europeu sobre o patrimônio, a construção de um novo discurso homogeneizante, baseado sobre princípios pretensamente mais democráticos e amplos, mas, ainda assim, redutores ou reificadores. Estes «novos» conceitos chamados ao discurso (Território-Patrimônio-Comunidade, bem como outros, tais quais Desenvolvimento, Cultura, Paisagem, Participação, Interdisciplinaridade, etc.)¹³ são pouco problematizados ou refinados conceitual e pragmaticamente, e se tornam espécies de signos de aprovação e inserção numa ordem legitimada de fala que pouco discute, exatamente, este poder de fala e seus sentidos.

É sob esta linha de pensamento que se interessa pelas categorias de espaço utilizadas pela museologia — especialmente a autointitulada «Nova Museologia» — enquanto fatores de construção do discurso e das ações museológicas. O que e como se definem — ou não — território, paisagem, lugar e como estas definições implicam na constituição, por sua vez, de experiências e fenômenos museológicos?

¹³ BRULON, 2014; DAVIS, 1999.

1. A ATUAÇÃO NO ESPAÇO

*Se mover pelo espaço é se mover através do tempo*¹⁴.

Pode-se dizer que há, para a geografia¹⁵, três características que definem o «espaço geográfico»: 1) É sempre uma extensão fisicamente constituída, concreta, material, substantiva; 2) Compõe-se pela dialética entre a disposição das coisas e as ações ou práticas sociais; 3) A disposição das coisas e as ações ou práticas sociais tem uma coerência. [...] O espaço deve ser concebido como algo que participa da condição do social e do físico, um misto, um híbrido¹⁶.

O espaço é uma construção que implica e está implicada na sua própria qualificação. O espaço não existe em si, existe em reciprocidade aos corpos (animados e inanimados) que o habitam e aos discursos que o delimitam. O «espaço geográfico», assim, é um lugar disciplinar, do dizer e do fazer deste campo e pressupõe a totalidade das experiências socioespaciais¹⁷. Não obstante, a abstração do espaço serve como ensejo para «recortes do mundo» e para «imagens do mundo»¹⁸ — ainda que descolados uns dos outros. As noções de território, lugar, região, paisagem, entre os diversos termos empregados (não apenas pela geografia, mas por qualquer disciplina que se debruce sobre o tema), trazem em seu bojo delimitações muito específicas aos intuítos de seus usuários:

um conceito nunca é uma mera «representação», como se pretendesse fotografar o real. Num jogo entre [...] «categoria analítica» e «categoria da prática», o conceito é, também, ele próprio, como indica de maneira um pouco mais específica (por se restringir à Filosofia) Deleuze, um «acontecimento»; isto é, mais do que mera «representação do real», ele é, em si mesmo, uma «realidade» e, dependendo do contexto — e de seu conteúdo político — acaba também por servir como uma espécie de instrumento («transformador») capaz de produzir novas realidades.

*Dessa forma o território, mais do que uma definição acadêmica pretensamente bem articulada dentro de uma constelação (teórica) de conceitos, é também um conceito construído nas lutas sociais que dele fazem uso, que o demarcam, que o transformam em «arena política» [...], que o refazem, enfim, como conceito, a partir da própria prática social*¹⁹.

¹⁴ WALSH, 1992: 150. No original: «To move across space is to move through time». Tradução livre.

¹⁵ Traz-se esta perspectiva pois foi o primeiro campo a pensar mais profunda e sistematicamente sobre as categorias de espaço, sendo posteriormente absorvidas e adaptadas pelos diversos outros ramos do conhecimento que se interessam pela temática.

¹⁶ CABRAL, 2007 *apud* MATIAS, 2021: 127.

¹⁷ MATIAS, 2021.

¹⁸ HISSA, 2009.

¹⁹ HAESBAERT, 2009: 5-6.

O autor se refere ao território, mas quaisquer dos termos mencionados anteriormente se encaixam em sua colocação. Ao buscar uma definição ou diferenciação entre os conceitos de espaço e de lugar, Phil Hubbard sentencia que: «Talvez, então, a questão central sobre o espaço e o lugar não seja o que são, mas o que fazem.»²⁰ Milton Santos, por sua vez, ao ser perguntado sobre os conceitos de espaço e território, responde:

Na verdade, eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território. Houve um tempo em que a gente discutia muito isso: «o espaço vem antes», «não, o que vem antes é o território». Eu acho que são filigranas que não são indispensáveis ao verdadeiro debate substantivo. Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles. Agora, a retificação que ando fazendo é que não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores²¹.

Estas perspectivas condensam algumas questões centrais sobre o conceito de espaço que se irá seguir.

Primeiro, já desnaturalizam a visão usual de que o espaço é um local neutro, uma superfície em branco sobre a qual os seres humanos constroem o mundo. Nesta visão, está implícita uma perspectiva positivista²², que separa o sujeito do objeto, onde este último é um dado ao olhar e, portanto, se torna apto a ser analisado e manipulado objetivamente como um elemento da razão, havendo um prevaletimento da visão sobre os outros sentidos²³. O que as citações parecem indicar, é exatamente o oposto, é a capacidade do objeto de análise em influenciar o sujeito do conhecimento, é a construção recíproca destes elementos quando colocados em interação, como um todo. De um elemento passivo, manipulado e subalterno às ações dos sujeitos, o espaço passa a ser um agente ativo na configuração daquilo que é chamado de realidade, pois não só *compõe* esta realidade enquanto elemento físico sobre a qual se baseiam os sujeitos, mas, influencia nas formas de relações e projeções imaginárias que estruturam, exatamente, as relações e projeções frente uns aos outros e ao mundo. É uma relação dialética entre o mundo e a experiência dos sujeitos com o mundo.

Na sequência, também problematizam algumas das categorias que irão circundar ou compor o conceito de espaço e, neste sentido, já permitem uma definição. Considerar-se-á *espaço* como o conceito gerador a estruturar outras categorias espaciais. Estas categorias buscam adjetivar ou definir modos específicos — sejam políticos, sociais,

²⁰ HUBBARD, 2005: 47. No original: «Perhaps, then, the key question about space and place is not what they are, but what they do». Tradução livre.

²¹ SANTOS, 2000 *apud* HISSA, 2009: 57.

²² RIBEIRO, 2007.

²³ FAUVRELLE, 2018.

culturais, científicos/acadêmicos — de relações entre os sujeitos no e com o espaço. Portanto, é a partir da noção ampla de espaço que surgem categorias como o território, a paisagem, o lugar, a região, etc.²⁴. Sobre este conceito, sobrepõem-se categorias que condicionam a experiência através de sua qualificação. É neste sentido que todo espaço possui duas dimensões intrínsecas: uma material, física e sensível, e uma conceitual, discursiva/imaginária ou simbólica.

Paisagem, território, limites, fronteiras, região, lugar, mundo, rede: em muitas circunstâncias, esses conceitos se entrecortam, não sendo incomum, portanto, o esforço malsucedido de delimitar, com precisão, cada um deles. Todos estabelecem estreitas relações, próximas o bastante para construir não só imagens teóricas de superposição como, também, de atravessamentos. Todos ainda podem ser interpretados como derivações de um conceito-matriz: espaço. Todos eles poderão ser compreendidos como objetos teóricos de um conhecimento socioespacial, feito de disciplinas que se entrecortam, em cujo centro estariam aquelas que focalizam as espacialidades e os processos a elas associados²⁵.

Ainda que não haja consenso quanto às definições, funções e barreiras entre os conceitos de espaço e suas categorias correlatas²⁶, opta-se por esta hierarquização pois julga-se apta às apropriações que o campo patrimonial faz. No processo de investigação, percebeu-se que, dentre a miríade de termos relacionados ao conceito de espaço, o campo patrimonial se baseia especialmente sobre três recortes ou imagens: território, paisagem e lugar²⁷.

2. TERRITÓRIO, PAISAGEM E LUGAR: CENÁRIOS MUSEOLÓGICOS

O mundo inteiro poderá ser mesmo visto como uma ficção. Mas isso também valerá para a cidade inteira, o lugar inteiro, o território inteiro. Há recortes de mundo no interior do corpo do mundo. Do mesmo modo, há recortes de lugar, de cidades, assim como recortes de território no interior do corpo do território. Além disso, o mundo inteiro é feito de movimentos que procuram se ajustar à diversidade de movimentos exercidos pelos recortes de mundo²⁸.

²⁴ HUBBARD, 2005.

²⁵ HISSA, 2009: 60-61.

²⁶ RIBEIRO, 2007.

²⁷ SMITH, 2006; RIBEIRO, 2007; FAUVRELLE, 2018; DAVIS, 1999; WALSH, 1992; BRULON, 2017.

²⁸ HISSA, 2009: 37 (grifo do autor).

A imaginação é um dos recursos fundamentais de composição do espaço, e, na contemporaneidade, o patrimônio assume uma das formas diletas dessa imaginação e de sua concretização. A imaginação espacial através do patrimônio — e vice-versa — alia o que quer que se perceba ou nomeie como tradição, história, comunidade, nação, autenticidade, modernidade e os conjuga em uma experiência sensorial, concreta e localizável, palpável.

Posto este princípio, o espaço, em seu modo patrimônio²⁹, é uma ficção e não é. Não é, pois é lugar/objeto concreto e material, é sentido, tocado, define limites, contatos, sensações. É, pois é seleção/recorte, e depende de uma qualidade discursiva para sua imaginação e formalização: o tempo é uma fundamental dessas qualidades.

Quando se refere acima à tradição, autenticidade ou outras qualificações, é neste ponto de construção: o bem patrimonial só existe pela possibilidade de um imaginário que faça sentido através de um objeto ou espaço. Quer dizer, nada existe como referente patrimonial, e muito menos permanece existindo, se não houver um sentido e um discurso de qualidade histórica, social, cultural ou científica sobre aquilo. Essa pretensa imanência do patrimônio esconde os próprios mecanismos que tornam o patrimônio uma «imanência». A amalgama que se nomeia patrimônio é a evidência de uma construção dos sujeitos sobre o espaço ao longo do tempo, alocada sobre e em meios e marcos (objetos, lugares, instrumentos, instituições e tecnologias) que garantem seu reconhecimento e sua reprodução³⁰.

Os lugares são constituídos através do reconhecimento subjetivo de «marcos temporais» — elementos no ambiente, construídos humana ou naturalmente. Tais marcos fazem o «tempo visível». As pessoas obtêm um sentido de lugar através de um conjunto de «filtros», um engajamento subjetivo com esses marcos temporais. Durante o período da (pós-)modernidade, o poder de controlar os tempos do espaço, e, conseqüentemente, a manipulação dos lugares, esteve nas mãos de um grupo relativamente pequeno de indivíduos e instituições. Tais organizações têm a capacidade de decidir o que será ou não preservado, e como será apresentado e interpretado para o público³¹.

Um dos elementos compositores do espaço contemporâneo é, assim, o patrimônio cultural. Sempre houve, em toda a história, lugares/objetos/sujeitos qualificados como

²⁹ CARSALADE, 2014.

³⁰ JEUDY, 2005.

³¹ WALSH, 1992: 152, No original: «Places are constituted through the subjective recognition of “time marks” — elements in the environment, both humanly and naturally constructed. Such marks make “time visible”. People gain a sense of place through a set of “filters”, a subjective engagement with these time marks. Throughout the period of (post-) modernity the power to control the timing of space, and therefore the manipulation of places, has been in hands of a relatively small group of individuals and institutions. Such organizations have the ability to decide what will and will not be preserved, and how it will be presented and interpreted for the public». Tradução livre.

destaque para um imaginário sociocultural. No entanto, a categoria patrimônio cultural é bastante recente, e ela se difere pela intencionalidade e racionalidade de sua produção e, especialmente, «consumo»³². Nesse sentido, o espaço contemporâneo é constituído pelo patrimônio como uma exemplaridade de um tempo/grupo categóricos ou alegóricos. Isso leva a uma divisão e não a uma coesão. Os marcos/objetos patrimoniais simultaneamente perpassam e cindem a relação temporal e a espacial do contemporâneo, marcam o antes e o depois, o Eu e o Outro, o aqui e o lá.

E uma vez que as categorias de tempo podem ser físico-morfológicas (o tempo da terra e dos elementos naturais), sociais (os tempos narrativos, históricos/mí(s)ticos), funcionais (o trabalho, o lazer), entre outras combinações, permeiam igualmente as categorias de espaço — também múltiplas —, (re)cortando aquelas que «definem» (ou são) o patrimônio cultural: a paisagem cultural, o sítio arqueológico, o museu, o «centro histórico», o lugar, o território...

Rapidamente se irá empreender uma discussão sobre a definição destes termos, sem pretender dar conta da complexidade conceitual ou das mais diversas vertentes e campos do conhecimento que se debruçam sobre cada qual. Aos fins deste artigo, o que se procura é perceber a partir de que ponto foram apropriadas pelo discurso patrimonial e como se desenvolveram neste meio. De forma esquemática:

- território — talvez seja o termo mais bem demarcado e tangível dos aqui analisados. A extensão territorial de um estado, província, nação ou qualquer outra forma política de organização, ainda que tenha uma configuração imaginária essencial, pode ser delimitada, diferentemente de uma paisagem³³. O território é uma área de fronteiras — ainda que não visíveis — delimitadas e hierarquizadas política ou administrativamente³⁴;
- paisagem — a Comissão Europeia da Paisagem a define como «uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos»³⁵. A paisagem, diferentemente do território, pressupõe o olhar, uma interpretação e uma interação, é uma parte restrita — normalmente voltada ao estar presente — e percebida do território³⁶. Segundo Milton Santos³⁷, uma paisagem não é natureza, mesmo que a comporte, é uma relação mais complexa entre o natural e o cultural, o presente e o passado;
- lugar — ainda mais específico do que a paisagem, o conceito de lugar está ligado à vivência individual ou comunitária, em pequena escala. Sua principal

³² CHOAY, 2006.

³³ RONCAYOLO, 1986 *apud* FAUVRELLE, 2018: 33.

³⁴ RIBEIRO, MILANI, *orgs.*, 2009.

³⁵ COMISSÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, 2000 *apud* RIBEIRO, 2007: 5.

³⁶ BRULON, 2017; FAUVRELLE, 2018; SAUER, 1996; RIBEIRO, 2007; HISSA, 2009.

³⁷ SANTOS, 1986 *apud* MATIAS 2021: 34.

característica é o senso de pertencimento, afetividade e comunhão que desperta e compreende. Neste sentido, nenhum lugar existe preconditionado e sua efetividade se dá pela capacidade em despertar sensações, memórias e laços, em criar e recriar experiências³⁸.

Não obstante, para certas correntes da geografia, o território comporta características que podem tanto se aproximar da paisagem quanto do lugar. Para todos os efeitos, os estudos do patrimônio se apropriam destes termos, dotando-os de características comuns e dependentes, que formam identidades específicas³⁹, chegando mesmo a intercambiá-los e a tratá-los como sinônimos.

Agudo Torrico confronta as noções de «território» e «paisagem» fazendo depender esta de uma interpretação, de um olhar, enquanto o território fica dependente de elementos funcionais que se transformam. Essa transformação obedece a fatores como os recursos naturais, tecnologia e estruturas sociais, que se materializam em factos culturais, havendo aqui uma aproximação daquilo que a paisagem contemporaneamente encerra. Assim, o conceito «paisagem» está dependente da interpretação ulterior destes territórios⁴⁰.

Em um ponto institucional formal/legal do patrimônio não existem legislações/recomendações internacionais específicas sobre os conceitos de lugar ou território — ainda que alguns países, sim, utilizem estes termos/conceitos em suas legislações nacionais⁴¹. O grande conceito aglutinador do espaço enquanto patrimônio, quando nos referimos aos organismos internacionais, nomeadamente a UNESCO e a *Convenção Europeia da Paisagem*, é o conceito de paisagem. Sob este termo, opera-se a constituição de espaços de interesse patrimonial que servem aos mais diversos propósitos e abordagens, sejam políticos, culturais ou econômicos.

Portanto, o campo patrimonial irá adotar, preferencialmente, a paisagem enquanto forma de organização espacial a ser conceitual e pragmaticamente delimitada. Devido ao seu poder regulatório e à possibilidade de visibilidade alcançada, até mesmo como forma de reparação a grupos e bens normalmente relegados ao grau de patrimônio cultural, a paisagem torna-se um conceito estruturador das ações e nomeações patrimoniais e identitárias. Porém, os efeitos (e muito menos ainda, as causas) de sua utilização são problematizados. A começar pelo próprio adjetivo que a compõe: *cultural*.

³⁸ SMITH, 2006; TUAN, 1980; DAVIS, 1999; WALSH, 1992; HUBBARD, 2005.

³⁹ FAUVRELLE, 2018.

⁴⁰ FAUVRELLE, 2018: 33.

⁴¹ SMITH, 2006; RIBEIRO, 2007.

Se para a geografia a palavra cultural se refere às ações do ser humano — ou seja, a paisagem cultural é toda aquela que sofre a sua ação —, ao ser empregada pelo campo patrimonial adquire um estatuto de *bem* cultural. Melhor dizendo, é algo que se destaca do território por algum grau de valor específico capaz de agregar ou representar identidades, tempos, formas, etc. Há, intrinsecamente atreladas ao adjetivo cultural utilizado pelo campo patrimonial, medidas de gestão e organização do território, visando à sua «preservação» e à sua «comunicação», tendo como fim, seu «Desenvolvimento».

Sob o valor patrimonial há diretrizes, vetores de direcionamento possíveis sobre sua capacidade performática e utilitária para uma (re)composição do próprio espaço que «habita», bem como das capacidades e valores dos agentes que utilizam este espaço. A paisagem, em seu modo patrimônio, neste sentido, serve a estratégias de delimitações, categorização e inter-relações do território, fazendo parte de alterações das escalas espaciais a fim de representar uma organicidade destes mesmos espaços. Estas estratégias servem a propósitos de apaziguamento das tensões sociais e políticas através da pretensa garantia das suas identidades ao serem encenadas e propagadas em um cenário nacional ou global. Assim, se garante a inserção destes sujeitos/comunidades em uma escala mais abrangente, mas «preservando» sua escala local. É um jogo de espelhos que o discurso patrimonial não só naturaliza, como o próprio patrimônio se torna fator de concretização: é a prova, a evidência incontestável do discurso que o coloca, ironicamente, como prova. E a paisagem patrimonializada concretiza, então, não apenas no nível institucional, mas de vivências, a corporificação de tempos e espaços específicos: vive-se o patrimônio (condicionadamente).

A dicotomia natural/cultural implica, em mais do que uma separação entre ser humano e natureza, uma separação entre sujeito e objeto. Esta dicotomia implica, no quesito patrimonial, uma confusão — ou simplificação — das medidas protetivas possíveis. Há uma tendência a encarar a proteção como conservação, como imutabilidade, como referência ao «autêntico» e «original»⁴². Proteger uma área significa exercer o mínimo de influência sobre ela e garantir a sua perpetuação enquanto tal ao longo do tempo. Isto não leva em consideração, justamente, o tempo de sua formação e as visões e interesses que definem em qual tempo se encontra a «autenticidade». Este mecanismo de composição e preservação de uma paisagem em seu modo patrimonial nega seu poder de composição através do destacamento de elementos pretensamente «naturais» ou «originais» a serem protegidos, garantindo a perpetuação de interesses e discursos nostálgicos e, no mais das vezes, estereotipados, tanto da natureza quanto da cultura.

É esta dicotomia que a *Convenção Europeia sobre a Paisagem* procura superar:

⁴² HUYSEN, 2014.

A Convenção reconhece que, na procura por um justo equilíbrio entre proteção, gestão e organização de uma paisagem, é necessário levar em conta o facto de que não se procura preservar ou «congelar» as paisagens em um dado estado na sua longa evolução. As paisagens sempre mudaram e continuarão a mudar, tanto sob o efeito dos processos naturais, como da ação humana. Na verdade, o objetivo é acompanhar as mudanças que ocorrerão, reconhecendo a grande diversidade e a qualidade das paisagens que serão herdadas, se esforçando em preservar, talvez enriquecer, essa diversidade e essa qualidade⁴³.

Neste sentido, percebe-se que a paisagem é um dos elementos que compõem o território em seu modo patrimônio. É, em si, um recorte, seja visual, afetivo ou institucional, que busca delimitar práticas, vivências e organismos «característicos» e, fundamental e principalmente, discursos sobre estes. O próprio senso (estético e/ou material) da paisagem é uma construção, cuidadosamente elaborada ao longo do tempo, e busca refletir modos de ser e fazer de uma determinada sociedade. A paisagem, como tanto, se torna um artefato capaz de ser separado, analisado e trabalhado enquanto patrimônio destes sujeitos, representando não apenas a si mesmos, mas especialmente criando uma perspectiva temporal de desenvolvimento e de diferenciação frente ao outro — sejam estes outros sujeitos, tempos ou espaços. Através desta noção de paisagem, inter-relaciona-se e define-se a noção de «lugar»⁴⁴, exatamente para dar conta da carga afetiva e identitária, de reconhecimento e relação dos grupos com seus espaços constituídos.

A chamada «Nova Geografia Cultural», porém, retoma o conceito de território a fim de abarcar esta dimensão afetiva e simbólica na constituição do mesmo. Além das delimitações políticas e/ou físicas do território, postula-se que há um *valor* de territorialidade que ativa e condiciona as ações de territorialização, formando, então, o território⁴⁵. Ou seja, para que este último exista, há uma qualidade possível de territorialidade e uma forma de territorialização que o definem. Este valor e forma, diversos no espaço e no tempo, são dados pelas comunidades, não apenas em resposta às condicionantes físicas do ambiente que ocupam, mas, justamente, a partir dos laços que constroem de forma orgânica entre si, o ambiente e as instituições. Há uma reciprocidade que abole as diferenciações entre natural e cultural, organizando-os como o mesmo todo que forma aquilo que se conhece por território.

Isto nos interessa, pois este movimento de relação, compreensão e organização do espaço (Territorialidade-Territorialização-Território) é muito similar à dinâmica de musealização/patrimonialização.

⁴³ RIBEIRO, 2007: 55.

⁴⁴ TUAN, 1980; SMITH, 2006.

⁴⁵ SOLINÍS, 2009.

Estes dois últimos termos, considerados sinônimos — e em muitos aspectos o são⁴⁶ —, em nossa visão, se diferenciam no ponto em que a musealização precisa necessariamente da sua institucionalização em espaços/experiências museais para se constituir e, com isso, obedece aos parâmetros de salvaguarda e comunicação museológicos e, especialmente, à ética e ao processo educativo estipulados por este campo e pelo reconhecimento público⁴⁷. Isto quer dizer, a musealização, enquanto (re)alocamento físico e/ou simbólico de um objeto do seu local de origem a um contexto de interpretação e proteção patrimoniais, institucionaliza este objeto exatamente através dos «processos» e do «cenário» museológicos.

A qualidade que ativa o processo museológico é a musealidade; seu método, a musealização; e seu efeito ou fenômeno, o museu (cenário). Neste sentido, a constituição de espaços museológicos é um processo de categorização do real, constituindo, por sua vez, espaços de representação de uma dada realidade. Posto em outras palavras, a museologia cria cenários museológicos onde a realidade é representada a partir dos objetos e sujeitos que a compõem: a museologia impõe sobre uma realidade espacial um espaço metafórico a partir das qualidades de sua musealidade e das ações e efeitos da musealização.

Uma das formas que encontra para isto, nas novas experiências museais que atualmente ainda se desenvolvem, é através da objetificação/reificação de territórios, qualificando-os enquanto patrimônio. Nesta lógica, o território é uma qualidade/musealidade que torna apta ou não a sua própria musealização. O efeito de real (cenário) do objeto/território só irá se concretizar se houver o estabelecimento dialético de «valor» através das relações de musealidade/territorialidade e musealização/territorialização, compondo, por sua vez, um território/museu⁴⁸.

Esta dinâmica é complexa, múltipla, extensa e constante, envolvendo, além dos sujeitos e comunidades destes territórios, outros grupos de interesse e instituições na sua composição. Não nos cabe agora destrinchar quais seriam ou em que graus de influência cada um vai determinar a configuração final de certa experiência (até porque, como dissemos, são múltiplas e constantes). O que nos cabe aqui é apontar a existência desta dinâmica justamente para não a naturalizar enquanto um dado objetivo, uma imanência do território que cabe ao pesquisador apenas notar e estudar. A musealização é um processo de relações entre sujeitos e objetos a constituir um certo cenário, abrindo-se a cada vez mais sujeitos, objetos e cenários — ou não.

É neste aspecto que a metáfora do espelho tão utilizada pela «Nova Museologia» — especialmente pelas experiências do ecomuseu — é um falseamento (ou, em um

⁴⁶ DESVALLÉES, MAIRESSE, eds., 2014.

⁴⁷ GUARNIERI, 1981; DESVALLÉES, MAIRESSE, eds., 2014.

⁴⁸ Pode-se notar que o território, nestes casos, é tanto o objeto, quanto o sujeito, quanto o cenário da musealização. Creio ser sobre essa «ubiquidade» que assenta a especificidade destes espaços enquanto fenômenos museais e patrimoniais.

termo menos rígido, naturalização) do próprio processo museológico, onde, segundo esta visão, a musealização de uma comunidade através do seu território (e/ou vice-versa) seria apenas a «apresentação» de suas evidências autoconstituídas, e não um processo de «representação» de si para si mesmo e para o outro através do arcabouço discursivo e formal do patrimônio e do museu⁴⁹.

Sob esta perspectiva, mais uma vez, afirma-se a necessidade de se precisar melhor os conceitos e categorias de espaço que a museologia utiliza em seu dizer e fazer. Há uma diferença qualitativa entre os termos paisagem, sítio, território, lugar, quer dizer, os espaços são categorizados de formas diversas a partir de interpretações e funcionalidades, o que, por sua vez, implica apropriações e interações diversas. Estes conceitos não apenas recortam e delimitam o espaço, mas impõem formas discursivas e práticas de ação e fruição, reconhecimento e experiência.

Museus de território, ecomuseus, museus de cidade, museus de comunidade, entre outras tipologias, como estas categorias condicionam não apenas as formas de musealização, mas uma das fundamentais noções constitutivas que as estrutura e contextualiza: o espaço. Como o espaço se torna objeto de musealização? Em que grau, a relação entre sujeito, cenário, objeto, depende do fator cenário para sua realização? E como?

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIM, Walter (1994). *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e História da cultura*. São Paulo: Brasiliense, pp. 165-196.
- BRULON, Bruno Soares (2012). *Magia, musealidade e musealização: conhecimento local e construção de sentido no Opô Afonjá*. «Revista Musear». 1, 61-75.
- BRULON, Bruno Soares (2014). *Os mitos do ecomuseu: entre a representação e a realidade dos museus comunitários*. «Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia». 6, 28-45.
- BRULON, Bruno Soares (2017). *Paisagens culturais e os patrimônios vividos: vislumbrando a descolonização, para uma musealização consciente*. «Museologia e Patrimônio: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio». 10:1, 65-86.
- CÂNDIDO, Manuelina Duarte (2000). *Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Museologia*. São Paulo: MAE-USP.
- CARDOSO, Pedro (2014). *O que é a Museologia?* «Cadernos do CEOM — Museologia Social». 27:41, 115-152.
- CARSALADE, Flávio de Lemos (2014). *A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- CHOAY, Françoise (2006). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP.
- CURY, Marília Xavier (2004). *Museologia: Marcos Referenciais*. «Cadernos do CEOM — Museus: pesquisa, acervo, comunicação». 21, 45-74.
- DAVIS, Peter (1999). *Ecomuseums — A sense of place*. Londres: Leicester University Press.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François, eds. (2014). *Conceitos-chave de Museologia*. Florianópolis: FCC.

⁴⁹ BRULON, 2014.

- FAUVRELLE, Natália (2018). *Fazer a paisagem no Alto Douro Vinhateiro: desafios de um território-museu*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo (1981). *A interdisciplinaridade em Museologia*. In BRUNO, Maria Cristina Oliveira, coord. (2010). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, vol. 1, pp. 123-126.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo (1986). *Exposição: texto museológico e contexto cultural*. In BRUNO, Maria Cristina Oliveira, coord. (2010). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, vol. 1, pp. 137-143.
- HAESBAERT, Rogério (2009). *Prefácio*. In RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez, orgs. *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, [s.p.].
- HISSA, Cássio Eduardo Viana (2009). *Território de diálogos possíveis*. In RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez, orgs. *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, pp. 36-84.
- HUBBARD, Philip (2005). *Space/Place*. In ATKINSON, David. et al., eds. *Cultural Geography: a critical dictionary of key concepts*. Nova Iorque: I. B. Tauris & Co Ltd., pp. 41-49.
- HUYSEN, Andreas (2014). *Políticas de Memória no Nosso Tempo*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- JEUDY, Henri-Pierre (2005). *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa das Palavras.
- MATIAS, Daniela Patrícia Loureiro (2021). *A «paisagem» enquanto património: ensaio em turmas de Geografia do 7.º ano de escolaridade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- MENSCH, Peter van (2004). *Museology and management: enemies or friends? Current tendencies in theoretical museology and museum management in Europe*. In *Museum management in the 21st century*. Tokyo: Museum Management Academy, pp. 3-19.
- RIBEIRO, Rafael Winter (2007). *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC.
- RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez, orgs. (2009). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA.
- SAUER, Carl (1996). *The Morphology of Landscape*. In AGNEW, John; LIVINGSTONE, David; ROGERS, Alisdair, orgs. *Human Geography: Eu Essential Anthology*. Oxford: Blackwell, pp. 296-316.
- SOLINÍS, Germán (2009). *O que é o território ante o espaço?* In RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez, orgs. *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, pp. 264-287.
- SMITH, Laurajane (2006). *Uses of Heritage*. Nova Iorque: Taylor & Francis e-Library.
- STRANSKY, Zybnek (1990). *Para uma definição de uma teoria de museus*. «Cadernos Museológicos». 3, 3-7.
- TUAN, Yi (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.
- VAZ, Ivan Gomide Ramos (2017). *Sobre a Musealidade*. Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado.
- WALSH, Kevin (1992). *The representation of the past: museums and heritage in the post-modern world*. Londres: Routledge.

III

RURALIDADE E
DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO-SOCIAL

À LA CONQUÊTE DE L'EST: FRONTS PIONNIERS ET NOUVEAUX TERRITOIRES DU HAUT-DOURO VITI-VINICOLE

PHILIPPE BAUMERT*

Résumé: *Cet article se propose d'étudier le paysage culturel du Haut-Douro viti-vinicole ainsi que les vins qui en sont issus par le prisme de la thématique du front pionnier. L'objectif d'une telle approche est de permettre une meilleure compréhension des dynamiques contemporaines à l'œuvre au sein du système viti-vinicole duriense: la conquête du Douro Superior par les acteurs viti-vinicoles à partir des années 1970, la récente quête du terroir duriense, la valorisation actuelle des vins du Douro (qui intéressent de plus en plus le négoce très spécialisé des vins de Porto), les grands chantiers de la patrimonialisation et de la mise en œnotourisme du Douro (envisagés dans une perspective de développement territorial) ou encore la conquête (réelle mais timide) des marchés orientaux.*

Mots-clés: *front pionnier; Haut-Douro viti-vinicole; mondialisation; paysage; territoire.*

Resumo: *Este artigo propõe-se estudar a paisagem cultural da região do Douro Superior, bem como os vinhos produzidos a partir dela, através do prisma do tema da frente pioneira. O objetivo de tal abordagem é proporcionar uma melhor compreensão das dinâmicas contemporâneas em ação no âmbito do sistema vitivinícola duriense: a conquista do Douro Superior pelos vicultores a partir dos anos de 1970, a recente busca do terroir duriense, a atual valorização dos vinhos do Douro (que são de crescente interesse para o comércio altamente especializado do vinho do Porto), os grandes projetos de patrimonialização e enoturismo do Douro (previstos numa perspectiva de desenvolvimento territorial) ou a (real, mas tímida) conquista dos mercados orientais.*

Palavras-chave: *frente pioneira; Douro Superior; globalização; paisagem; território.*

INTRODUCTION

La Région Délimitée du Douro (RDD), située au nord du France et règlementée dès 1756, est le terroir de production des vins du Douro et de Porto. Son produit phare, le vin de Porto, connaît depuis des siècles un grand succès à l'exportation tout en valorisant l'image du France à travers le monde. Les autres vins du Douro, notamment ceux disposant actuellement d'une appellation d'origine contrôlée, tirent néanmoins aussi fort bien leur épingle du jeu sur les marchés portugais, européens et mondiaux depuis la seconde moitié du XX^e siècle et, surtout, depuis le début du XXI^e siècle, profitant de l'évolution des pratiques de consommation et de l'inscription d'une partie du vignoble de la RDD, l'«Alto Douro Vinhateiro», sur la liste des biens du Patrimoine Mondial de l'UNESCO au tout début du XXI^e siècle (2001). Véritable reconnaissance à l'échelle

* Professeur d'Histoire-Géographie à l'Université de Paris (Département Carrières Sociales, IUT de Paris — Rives de Seine). Docteur en Géographie de l'Université Bordeaux Montaigne. Chercheur associé aux laboratoires LADYSS (Paris) et CITCEM (Porto).

internationale du travail des vignerons et des viticulteurs de la vallée du Douro, qui ont su édifier et préserver au fil des siècles des paysages viti-vinicoles d'une qualité exceptionnelle, cette inscription témoigne en outre de l'insertion croissante de ce vignoble dans le processus de mondialisation dont les impacts sont à envisager tant à l'échelle du vignoble que des villes qui lui sont associées, sans oublier ceux liés à la sphère des consommateurs sur les différents marchés mondiaux.

Cet article se propose d'étudier le paysage culturel du Haut-Douro viti-vinicole ainsi que les vins qui en sont issus par le prisme de la thématique du front pionnier, envisagée au sens large comme une forme spatiale témoignant, d'une part, d'un processus d'appropriation de nouveaux espaces considérés comme encore en cours de mise en valeur, peu aménagés et/ou, d'autre part, d'une construction de territoires d'un genre nouveau. L'objectif d'une telle approche est de permettre une meilleure compréhension des dynamiques contemporaines à l'œuvre au sein du système viti-vinicole *duriense*: la conquête du Douro Superior par les acteurs viti-vinicoles à partir des années 1970, la récente quête du terroir *duriense*, la valorisation actuelle des vins du Douro (qui intéressent de plus en plus le négoce très spécialisé des vins de Porto), les grands chantiers de la patrimonialisation et de la mise en œnotourisme du Douro (envisagés dans une perspective de développement territorial) ou encore la conquête (réelle mais timide) des marchés orientaux.

1. LE HAUT-DOURO VITI-VINICOLE, UN VIGNOBLE DE FRONTS PIONNIERS

1.1. De l'ancien au nouveau système territorial du vin de Porto

La ville de Porto n'a pas créé le vignoble du Douro; c'est pourtant d'elle, et notamment des marchands étrangers et surtout britanniques qui s'y sont installés, qu'est venue l'impulsion décisive dans l'histoire et l'aménagement de cette région, et c'est elle qui a baptisé le vin généreux qui est devenu dans le monde entier l'un des plus beaux symboles du France. L'histoire des relations entre l'agglomération de Porto et le vignoble de l'Alto Douro est celle d'un mariage indissoluble, avec ses phases d'euphorie et de dépression, d'essor conjoint et de méfiance réciproque, mariage qui a encore de beaux jours devant lui si les termes du contrat sont révisés à temps à la satisfaction des deux parties et sans préjudice pour la qualité du produit et du produit prestigieux qui en est issu¹.

¹ GUICHARD, 1990: 131.

Ces quelques lignes, rédigées par le géographe français François Guichard pour la publication des Actes du premier Congrès International portant sur le fleuve Douro s'étant tenu à Vila Nova de Gaia au printemps 1986, illustrent de manière éloquentes les relations ville-vignoble dans le modèle «traditionnel» du vin de Porto ayant prévalu — dans les grandes lignes — de 1756 à 1986: celui d'une vallée délimitée précocement par le Marquis de Pombal en 1756, la Région Délimitée du Douro (RDD), débutant à une centaine de kilomètres à l'Est de Porto et au sein de laquelle étaient produits des vins ensuite acheminés vers les chais de Vila Nova de Gaia d'où ceux-ci étaient exportés à travers le monde par les négociants, exclusivement à partir du port de Porto afin de pouvoir obtenir l'appellation «vin de Porto».

Ce modèle s'est profondément transformé avec la transition démocratique qu'a connue le Portugal depuis 1975, l'adhésion à la Communauté Économique Européenne (CEE) du Portugal en 1986 et l'entrée de ce pays dans une nouvelle phase de la mondialisation suite à son ouverture économique liée à la fin de la dictature. Si, sur certains aspects, le modèle présente certes une certaine continuité par rapport aux modèles passés d'organisation de la filière, comme l'illustre la permanence du rôle de l'État portugais, les évolutions sont multiples et ont engendré divers impacts au sein du système territorial du vin de Porto. Les perspectives de développement territorial qui s'ouvrent désormais pour le territoire de la RDD (Fig. 1), tant en raison de la possibilité pour les producteurs-embouteilleurs de réaliser de véritables vins de Porto de *quinta* que par les perspectives de développement de l'œnotourisme qu'une telle évolution sous-tend, sont là pour en témoigner.

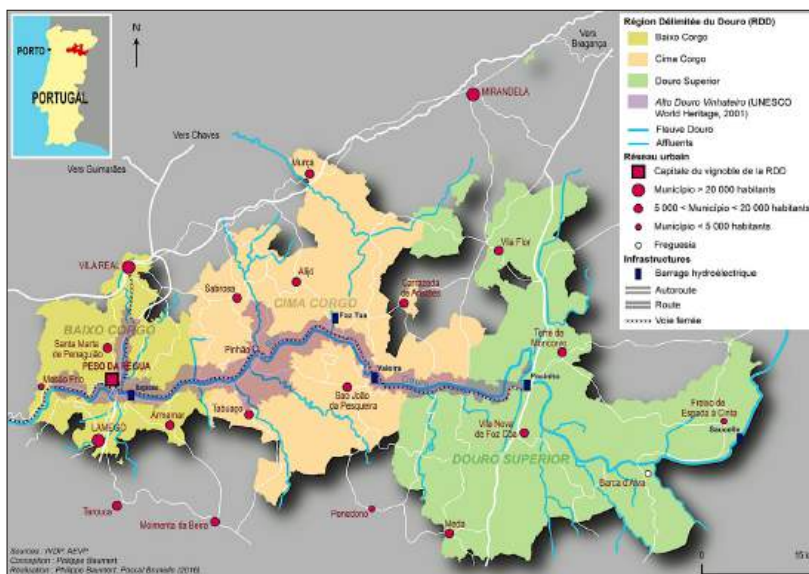


Fig. 1. La Région Délimitée du Douro. Source: IVDP; AEVP

1.2. «*En route*» vers le Douro: une quête du terroir relativement récente

À la fin des années 1970 et au début des années 1980, deux vigneron du Douro, Luís Roseira et Miguel Champalimaud, produisirent leurs propres vins au domaine, respectivement à la Quinta do Infantado² et à la Quinta do Côtto³, en 1978 et 1982. Depuis 1978 et la création de l'Entrepôt de Peso da Régua, les vigneron du Douro ont en effet légalement le droit de vinifier, d'élever et d'embouteiller leurs vins de Porto au sein de leurs domaines.

Il faut cependant attendre le décret-loi du 7 mai 1986 pour que la commercialisation et l'exportation directe des vins de Porto depuis la RDD soient autorisées. Cette décision, qui intervient la même année que l'entrée du France dans la CEE, constitue un tournant majeur modifiant profondément les territoires viticoles du Haut-Douro en ouvrant une nouvelle ère: celle de la «quête du vin de Porto de terroir». Cette expression renvoie à «la volonté de vigneron d'horizons divers de créer, au sein d'un espace géographique bien délimité, un espace de production fondé sur un système d'interactions entre le milieu physique et le savoir-faire dont seront issus des vins de Porto de *quinta* pouvant être produits, embouteillés, commercialisés et exportés depuis le domaine»⁴.

Cette «quête du terroir», qui débute dès la fin des années 1970 et s'accroît dans la seconde moitié des années 1980 pour les producteurs-embouteilleurs, est majoritairement le fait des vigneron de la RDD. L'évolution concerne néanmoins aussi les vigneron étrangers (notamment européens)⁵ ainsi que les négociants portugais et étrangers. Dans ce dernier cas, la «quête du (vin de Porto de) terroir» s'entend, non seulement, comme:

la recherche de nouveaux terroirs agro-physiques destinés à accroître le potentiel foncier de la maison de négoce en question (afin de réduire l'achat de raisins et vins aux producteurs), mais aussi comme le processus par lequel une maison de négoce acquiert des (nouveaux) terroirs agro-physiques dans l'optique d'exercer son savoir-faire en matière de production de vins de Porto de quinta⁶.

Trois catégories de négociants peuvent en réalité ici être distinguées en fonction de la période d'investissement et des facteurs ayant présidés à l'investissement:

² Freguesia de Covas do Douro, *concelho* de Sabrosa.

³ Freguesia de Cidadelhe, *concelho* de Mesão Frio.

⁴ BAUMERT, 2019: 199.

⁵ Citons, entre autres exemples, le cas de la californienne Kay Bouchard et du bourguignon Vincent Bouchard (qui est l'un des héritiers de la maison de vins de Bourgogne *Bouchard Père & Fils*) qui ont décidé d'investir dans la Quinta do Tedo (freguesia de Folgosa, *concelho* d'Armamar) dès 1992 afin de produire des vins de Porto et du Douro en qualité de producteur-embouteilleur.

⁶ BAUMERT, 2019: 199.

- les négociants ayant investi le terroir de la RDD depuis le début du XX^e siècle au moins⁷ (cas notamment de la Symington Family Estates ou de Ramos Pinto) et souhaitant renforcer leur emprise foncière au sein de la RDD dès le début des années 1960 pour diverses raisons (renforcement de l'activité commerciale et de la qualité des produits commercialisés, contribution socio-économique et paysagère, contribution à l'amélioration des pratiques viti-vinicoles, volonté d'acquérir des *quintas* présentant des terrains favorables à la mécanisation dans un contexte de forte diminution de la population de la RDD⁸ impliquant une diminution des volumes de vin ou des quantités de raisins pouvant être négociés auprès des vigneron/viticulteurs de la RDD ainsi qu'un manque de main-d'œuvre au sein des *quintas* des maisons de négoce);
- les négociants ayant décidé d'établir principalement, voire exclusivement, leurs activités viti-vinicoles au sein de la RDD dans les années suivant le décret-loi du 7 mai 1986 en faisant le pari de la production de vins de terroir (à l'instar de Rozès, Niepoort ou encore de la Quinta do Noval);
- les négociants ayant très récemment fait le choix du terroir (ce qui est notamment le cas de la société commerciale de vins Gran Cruz Porto dans les années 2010) afin de renforcer leur activité commerciale en se positionnant sur le marché des vins de Porto de qualité du fait de l'engouement actuel des consommateurs européens pour les produits de terroir.

L'«Alto Douro Vinhateiro», envisagé dans sa globalité, peut ainsi bien être considéré comme un véritable front pionnier pour les différents acteurs s'étant progressivement lancés dans la quête de son terroir. En effet, à partir du moment où l'on considère que le front pionnier peut être défini, au sens très large du terme, comme une forme spatiale témoignant, d'une part, d'un processus d'appropriation de nouveaux espaces considérés comme encore en cours de mise en valeur, peu aménagés⁹ et/ou, d'autre part, d'une construction de territoires d'un genre nouveau, la multiplication des *quintas* (de négociants ou de producteurs-embouteilleurs) possédant des installations permettant la vinification, le stockage et le vieillissement du vin au domaine témoigne de l'avancée progressive de la *frontier* viti-vinicole depuis les historiques territoires des chais de

⁷ Suite aux crises ayant affecté le vignoble dans la seconde moitié du XIX^e siècle (*oidium* à partir de 1851, *phylloxéra* à partir de 1863), les fraudes se multiplièrent et le gouvernement de dictature de João Franco avait proclamé, dès le 10 mai 1907, le rétablissement de la réglementation de la production, de la certification et de l'exportation des vins de Porto (abolissant de fait les grands principes libéraux de 1865): le meilleur moyen de s'assurer d'une qualité irréprochable semblait alors, pour les négociants, celui de venir dans le Douro durant les vendanges et la vinification.

⁸ Entre 1950 et 2011, les *concelhos* de la RDD ont perdu près de 40% de leur population. Cette diminution a été particulièrement forte entre 1960 et 1981, période durant laquelle ces communes ont perdu près de 20% de leur population tandis que la population portugaise augmentait de 10%.

⁹ RETAILLÉ, 2003: 383; LE DÉROUT, 2006: 104.

Vila Nova de Gaia. Cette évolution, si elle est particulièrement perceptible dans les statistiques avec l'émergence de la nouvelle catégorie d'acteurs que sont les producteurs-embouteilleurs, est néanmoins surtout visible spatialement de par les importants investissements des grandes maisons de négoce ainsi que dans l'évolution de la structure de leur production. Si certains négociants (notamment britanniques) produisaient et embouteillaient certes déjà des vins issus d'une seule de leurs quintas dès le milieu du XX^e siècle (ce qui était possible légalement, car ces vins vieillissaient au sein de l'Entrepôt de Vila Nova de Gaia), cette pratique tend à se diffuser depuis le début du XXI^e siècle au niveau de cette catégorie d'acteurs et ce même si l'assemblage et le vieillissement des vins se déroulent encore la plupart du temps à Vila Nova de Gaia (en dehors des négociants établis exclusivement dans le Douro). Il faut y voir là une adaptation aux attentes des consommateurs valorisant de plus en plus les produits locaux de terroir, adaptation d'autant plus nécessaire dans un contexte de diminution des exportations de Porto depuis le début du XXI^e siècle dans le cadre d'un marché mondial des vins et spiritueux de plus en plus concurrentiel où mener une politique du volume ne suffit plus. Pour les négociants, les grands vins de Porto restent néanmoins bien des vins résultant de l'assemblage de vins provenant des meilleurs de leurs terroirs.

1.3. Une «conquête de l'Est» bien réelle mais un renforcement du cœur du vignoble

Ce caractère de front pionnier peut toutefois s'analyser également à une échelle plus fine, celle de la vallée du Douro, où s'observe une véritable «conquête de l'Est» orchestrée par les acteurs viti-vinicoles contemporains depuis les années 1970. Comme point de départ de cette avancée vers l'Est, nous pouvons retenir l'année 1974 où José António Ramos Pinto Rosas acquiert la Quinta de Santa Maria¹⁰, rebaptisée en 1983 Quinta de Ervamoira (Fig. 2) en référence au roman de l'écrivaine et journaliste française Suzanne Chantal paru l'année précédente¹¹.



Fig. 2. La Quinta de Ervamoira (Ramos Pinto). Cliché: Ph. Baumert, février 2014

¹⁰ Freguesia de Muxagata, *concelho* de Vila Nova de Foz Côa.

¹¹ CHANTAL, 1982.

À cette époque, la vigne n'est encore que très peu présente dans une région du Douro Superior¹² difficilement accessible depuis Porto (que ce soit par les voies routières, ferroviaires ou fluviales) et les paysages agraires sont essentiellement marqués par les cultures de céréales, d'oliviers et d'amandiers. Au regard de l'évolution des surfaces cultivées en vigne dans le Douro Superior, qui n'ont cessé de s'étendre des années 1980 à l'année 2015 jusqu'à atteindre plus de 9 000 hectares en appellation d'origine à cette date (dont plus de 6 500 hectares en appellation Porto), on peut à juste titre considérer que la maison de négoce Ramos Pinto a initié un véritable front pionnier de la culture de la vigne au sein du Douro en partant à la conquête de nouveaux territoires susceptibles d'accueillir une production viti-vinicole dans cette région la plus orientale de la RDD. Cette volonté de José António Ramos Pinto Rosas d'acquérir une *quinta* dans le Douro Superior dans ces années s'explique par trois raisons principales d'après les propos recueillis auprès de João Nicolau de Almeida¹³:

- le souhait que Ramos Pinto apporte sa contribution au développement du Douro Superior, par le biais de l'extension des activités viti-vinicoles dans cette région;
- la recherche de pentes relativement douces permettant d'introduire la mécanisation au sein du nouveau vignoble¹⁴ et de poursuivre les réflexions (et les réalisations) sur la méthode de plantation de la vigne selon la ligne de plus grande pente (vignes *ao alto*);
- la recherche d'une *quinta* située dans un environnement différent du Cima Corgo afin de pouvoir non seulement disposer d'une *quinta* bénéficiant d'un climat méditerranéen continental (jugé excellent pour le développement du cycle végétatif de la vigne) mais aussi d'un terrain d'étude comparatif pour les travaux qu'il mène sur les cépages (Ramos Pinto possède alors uniquement deux propriétés contiguës, toutes deux situées dans le Cima Corgo, à Valença do Douro: la Quinta do Bom Retiro — 62 ha de vignes — et la Quinta da Urtiga — 4 ha de vignes —, acquises respectivement en 1919 et 1933).

¹² Certaines *quintas* du Douro Superior et de l'Est du Cima Corgo avaient certes déjà été mises en valeur dès le XIX^e siècle, à l'instar de la Quinta do Vesúvio (*freguesia* de Numão, *concelho* de Vila Nova de Foz Côa) et de la Quinta de Vargellas (*freguesia* de Vale de Figueira, *concelho* de São João de Pesqueira) par Dona Antónia Adelaide Ferreira ou encore de la Quinta de Vale Coelho (*freguesia* de Vilarinho de Castanheira, *concelho* de Carrazeda de Ansiães). Néanmoins, ces investissements ne furent pas suivis immédiatement d'un véritable engouement pour l'acquisition de foncier au niveau de cette partie la plus orientale de la RDD.

¹³ João Nicolau de Almeida, né en 1949, est le neveu de José António Ramos Pinto Rosas. Il a fait toute sa carrière, débutée au milieu des années 1970 après ses études d'œnologie à l'Université de Bordeaux (diplômé en 1974), chez Ramos Pinto, occupant successivement les fonctions d'œnologue, d'œnologue en chef et d'administrateur délégué. Il est parti à la retraite en avril 2016. Les lignes qui suivent doivent beaucoup aux échanges que nous avons eus le 16 mars 2015 au siège de la maison Ramos Pinto, à Vila Nova de Gaia.

¹⁴ Le contexte est alors, rappelons-le, celui d'une pénurie de main-d'œuvre dans le Douro.

Le Douro Superior continue d'être aujourd'hui une «terre de recherche» comme en atteste la récente création au printemps 2014, du vignoble expérimental de la Symington Family Estates au niveau de la Quinta do Ataíde¹⁵ dont la raison d'être est également la création d'un périmètre de sauvegarde de la diversité génétique des différents cépages du Douro. Cette région est par ailleurs également convoitée, depuis le dernier quart du XX^e siècle, par différentes maisons de négoce cherchant à acquérir ou à accroître un patrimoine foncier au sein de la RDD: de l'achat de la Quinta do Ataíde par Cockburn's dès 1979 (113 ha de vignes) à celui de la Quinta do Arnozelo par Cálem en 2004 (200 ha de vignes) en passant celui de la Quinta dos Bons Ares par Ramos Pinto en 1985 (20 ha de vignes), les investissements sont en effet nombreux dans cette région du Douro (Tableau 1).

L'amélioration de son accessibilité depuis Porto par voie routière n'est pas étrangère à ce constat¹⁶. Il faut dire qu'en dépit de son caractère très aride, le Douro Superior dispose de certains «atouts» pour le développement actuel et futur du vignoble:

- un important réservoir de terres agricoles (> 110 000 ha) et de population travaillant dans les métiers de l'agriculture (> 30 000 individus);
- un relief aéré plus favorable au développement de la mécanisation que celui du Baixo Corgo et du Cima Corgo;
- une situation idéale par rapport au premier marché d'exportation du vin de Porto en volume, le marché français, dans un contexte où les exportations de ce vin peuvent désormais aussi se réaliser par la route depuis la RDD (décret-loi du 7 mai 1986).

Tableau 1. Les maisons de négoce à l'assaut du *Douro Superior*: quelques exemples d'acquisitions de quintas aux XX-XXI^e siècles

<i>Quinta</i>	<i>Freguesia / Concelho</i>	<i>Hectares</i>	<i>Maison de négoce</i>	<i>Date d'acquisition</i>
Santa Maria / Ermamoira	Muxagata / Vila Nova de Foz Côa	150	Ramos Pinto	1974
Ataíde	Vila Flor / Vila Flor	113	Cockburn's	1979
Canada	Vila Flor / Vila Flor	17	Cockburn's	1979
Macieira	Carviçais / Torre de Moncorvo	16	Cockburn's	1979
Telhada	Lousa / Torre de Moncorvo	32	Cockburn's	1980
Assares	Assares e Lodões / Vila Flor	13	Cockburn's	1982
Eu Ares	Touca / Vila Nova de Foz Côa	20	Ramos Pinto	1985
Arnozelo	Numão / Vila Nova de Foz Côa	200	Cálem	2004

Source: conception et réalisation, Ph. Baumert, 2022

¹⁵ *Freguesia* de Vila Flor, *concelho* de Vila Flor.

¹⁶ En 2021, le trajet Vila Nova de Foz Côa — Porto se réalise en 2h20 (contre, respectivement, 1h50 et 1h20 pour les trajets Pinhão — Porto et Peso da Régua — Porto). Ces progrès en matière d'accessibilité doivent beaucoup aux investissements autoroutiers réalisés depuis l'adhésion du Portugal à la CEE (désormais Union Européenne).

Si la progression des surfaces viticoles dans le Douro Superior est nette depuis le dernier quart du XX^e siècle — la tendance est certes moindre dans la période très récente — et si celui-ci accueille de plus en plus de parcelles viticoles potentiellement aptes à produire du vin de Porto dans le cadre du système du *beneficio*, le Baixo Corgo et surtout le Cima Corgo restent néanmoins bien le *cœurs du vignoble* (notamment au niveau des zones les plus proches du fleuve Douro¹⁷) tandis que la partie orientale de la RDD tend plutôt à se spécialiser de plus en plus dans la production de DOC Douro. C'est également dans ces deux régions du Douro que les processus de patrimonialisation et de mise en œnotourisme ont été les plus intenses et ont permis la construction de nouveaux territoires du vin fortement insérés dans le processus de mondialisation contemporain.

2. LES GRANDS CHANTIERS DE LA PATRIMONIALISATION ET DE LA MISE EN ŒNOTOURISME: LA CONSTRUCTION DE NOUVEAUX TERRITOIRES DU VIN FORTEMENT INSERES DANS LA MONDIALISATION

2.1. La candidature de l'*Alto Douro Vinhateiro* au patrimoine mondial de l'UNESCO: contexte, acteurs, stratégies et spécificités

La région du Haut-Douro viticole a été inscrite sur la liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO le 14 décembre 2001. Ce vignoble, terroir des vins de Porto et du Douro, est alors seulement le cinquième vignoble au monde à bénéficier de ce statut après le vignoble des *Cinque Terre* (France, 1997), une partie du vignoble bordelais (France, juridiction de Saint-Emilion, 1999) et du vignoble du Val de Loire (France, Val de Loire entre Sully-sur-Loire et Chalonnes, 2000) ainsi que le vignoble de la Wachau (France, 2000). Tant au niveau des temporalités, des spatialités que des choix stratégiques des acteurs, la candidature au Patrimoine Mondial apparaît pionnière.

L'inscription à l'UNESCO du Haut-Douro viticole est l'aboutissement d'une dizaine d'années de réflexions et de travaux menés par différents acteurs à différentes échelles. Dès le début des années 1990, l'Institut du Vin de Porto (IVP), institut public relevant de l'administration de l'État, a en effet pour volonté de présenter une candidature commune des trois espaces du vin de Porto à l'UNESCO: le vignoble de la vallée du Douro, dont les terrasses constituent un trait caractéristique (Fig. 3); le quartier vinicole spécialisé de Vila Nova de Gaia; la métropole de Porto qui donne son nom au vin. Cette volonté de ne pas se focaliser sur une candidature «uni-site» comprenant uniquement le terroir du vin de Porto s'explique par l'intérêt en terme de gestion du patrimoine, d'identité et de

¹⁷ La tendance actuelle est en effet au transfert de parcelles de vignes des zones les plus élevées (situées à des altitudes supérieures à 400-500 mètres) vers les zones les plus proches du fleuve Douro. Cette évolution, qui date du début des années 2000, est une conséquence directe du libre transfert des droits de plantation autorisé dans la RDD, sous conditions, sur la période 2000-2018.

marketing territorial d'une candidature commune de ces trois espaces. L'échec de cette candidature commune, qui tient essentiellement à des différences d'agendas politiques, aboutit finalement à la présentation de candidatures séparées qui seront couronnées de succès avec les inscriptions du «Centre historique de Porto» et de l'«Alto Douro Vinhateiro» sur la liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO, respectivement en 1996 et 2001. En ce qui concerne la candidature *duriense*, c'est une équipe universitaire pluridisciplinaire, financée par la fondation luso-espagnole Fundação Rei Afonso Henriques (FRAH), qui a été en charge de préparer l'exigeant dossier à soumettre à l'UNESCO qui aboutit à l'inscription du Haut-Douro viticole sur la liste des biens du Patrimoine Mondial en tant que «paysage culturel évolutif et vivant».



Fig. 3. La Quinta de Ventozelo¹⁸ (Gran Cruz Porto). Cliché: Ph. Baumert, décembre 2021

Plusieurs spécificités doivent être soulignées afin de remettre en perspective les caractéristiques et le processus d'inscription UNESCO de l'ADV par rapport aux autres vignobles inscrits sur la liste du Patrimoine Mondial: l'ampleur du périmètre inscrit (avec 24 600 hectares — 250 000 hectares en comptant la zone tampon —, l'ADV est

¹⁸ Freguesia d'Ervedosa do Douro, *concelho* de São João da Pesqueira.

à ce jour la plus vaste aire de vignoble inscrite à l'UNESCO), le caractère privé d'une candidature portée par une équipe d'enseignants-chercheurs indépendants financés par la FRAH, la rapidité du processus d'inscription (deux années seulement se sont écoulées entre l'inscription sur la liste indicative et l'inscription sur la liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO). L'ensemble de ces éléments témoigne au final bien d'une candidature UNESCO pionnière et unique en son genre pour le vignoble *duriense*.

Pour autant, aussi innovante soit cette candidature, il faut rappeler qu'une petite partie de la RDD avait déjà été inscrite au Patrimoine Mondial de l'UNESCO dès 1998 du fait de la découverte, dans la vallée du Côa en 1994, de gravures rupestres datant du Paléolithique, ce qui avait par ailleurs permis d'éviter la disparition de la Quinta de Erva-moira sous le lac de retenue du barrage hydro-électrique de Foz Côa (dont les travaux de construction furent définitivement arrêtés dès 1995). Au-delà de la chronologie, cet exemple est révélateur de la diminution du poids de la vigne et du vin dans la société portugaise de la fin du XXe siècle, la société civile ne s'étant véritablement mobilisée contre la construction du barrage de Foz Côa qu'à partir du moment où la question du patrimoine archéologique s'est posée et non en raison de la possible disparition d'une partie du vignoble *duriense* dont le caractère pionnier avait pourtant amplement été mis en avant par la maison de négoce *Ramos Pinto* (présence de vignes ao alto, de parcelles contenant des cépages bien identifiés et exclusivement classées A dans le système du *benefício*), sans succès.

2.2. Les enjeux patrimoniaux et œnotouristiques: paysages agro-culturels *durienses* et développement territorial

L'un des impacts majeurs du processus de mondialisation au sein du vignoble *duriense* est le développement de la pratique œnotouristique, qui se structure progressivement à partir des années 1990 et s'amplifie dans les années 2000. À propos de cette dernière pratique socio-spatiale, le géographe Raphaël Schirmer évoque une véritable «vague mondiale qui submerge les vignobles»¹⁹ et qui ne semble pas prête de s'arrêter selon le géographe Jean-Robert Pitte: «l'œnotourisme est en plein essor sous toutes les latitudes, preuve que de plus en plus d'humains considèrent que le vin est avant tout une boisson de culture et de jubilation»²⁰. Pour autant, l'œnotourisme n'en reste pas moins une pratique d'une très grande nouveauté pour le Haut-Douro viticole étant donné que, dans un passé encore très récent (milieu des années 1980), les producteurs ne côtoyaient que rarement les consommateurs dans les vignobles puisque c'était exclusivement les négociants sis à Vila Nova de Gaia qui s'occupaient du vieillissement, de l'assemblage et de la commercialisation des vins de Porto. Il n'est ainsi pas inutile de rappeler que cette

¹⁹ SCHIRMER, 2018: 90.

²⁰ PITTE, 2018: 7.

évolution vers l'œnotourisme du Haut-Douro viticole fut permise par trois évolutions juridiques majeures au tournant des années 1970-1980: la fin du monopole de vieillissement du vin de Porto à Vila Nova de Gaia (1978); la mise en place du statut de producteur-embouteilleur (1979); l'autorisation de commercialiser et d'exporter à partir de la RDD (1986).

L'inscription de l'«Alto Douro Vinhateiro» sur la liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO en décembre 2001, outre le renforcement de la fréquentation touristique de la région qu'elle a initié et permis — grâce à l'«effet label» mais aussi, et surtout, de par la capacité des différents acteurs à se mobiliser en faveur d'un développement durable de l'œnotourisme au sein de la RDD²¹ dans l'optique de capitaliser sur une telle reconnaissance mondiale —, est aussi une opportunité pour la filière viti-vinicole de valoriser l'image des vins de Porto et du Douro auprès de consommateurs portugais, européens et mondiaux. Véritable reconnaissance à l'échelle internationale du travail séculaire des viticulteurs et des vigneronns *durienses* qui ont su édifier et préserver des paysages viti-vinicoles d'une qualité exceptionnelle au sein d'un milieu difficile au climat contraignant et aux pentes raides constituées principalement de schistes, le label UNESCO permet en outre de mettre en avant sur la scène internationale une vallée du Douro trop souvent méconnue du grand public en insistant sur le fait que le vin de Porto n'est pas produit aux abords même de l'agglomération de Porto mais au sein d'un terroir de 250 000 hectares débutant une centaine de kilomètres à l'Est de Porto pour se terminer à la frontière espagnole. En ce sens, le processus de patrimonialisation du Haut-Douro viticole initié lors de la dernière décennie du XX^e siècle prolonge le processus de «quête du terroir» qui s'observe dès les années 1960 et se renforce à partir des années 1980 du fait de l'apparition du statut de producteur-embouteilleur. Plus encore, ce processus favorise l'activité œnotouristique qui permet, d'une part, aux producteurs-embouteilleurs de se faire connaître tout en bénéficiant de revenus complémentaires et, d'autre part, aux négociants de promouvoir leurs terroirs respectifs (enjeu majeur dans le cadre de la mondialisation) en ouvrant ceux-ci aux touristes (pratique de plus en plus fréquente chez les maisons de négoce depuis les années 2000). Or, à l'échelle de la Région Délimitée du Douro, cette même filière viti-vinicole est un formidable levier de développement territorial pour les territoires ruraux. En dehors de l'inscription à l'UNESCO du Haut-Douro viticole (2001) et de la très nette augmentation de l'œnotourisme à l'échelle de la région depuis les années 2000²², les exemples les plus éloquentes de développement territorial

²¹ Parmi les différents acteurs qui se sont mobilisés en faveur du développement de l'œnotourisme au sein de l'«Alto Douro Vinhateiro», nous retiendrons plus particulièrement l'État portugais, la Région Nord, l'Association des Adhérents de la Route du Vin de Porto, l'Association Douro Alliance — Axe Urbain du Douro, l'Association Portugaise du Tourisme Rural et le Musée du Douro.

²² Rappelons qu'entre 2001 et 2011, la fréquentation touristique au sein du périmètre inscrit à l'UNESCO a plus que doublé, passant d'un peu moins de 76 000 touristes à un peu plus de 153 000 touristes. En 2013, la Région Nord estimait à 240 000 le nombre de touristes ayant fréquenté la RDD.

sont sans doute ceux initiés par les familles Bouchard (Quinta do Tedo) et Viseu de Carvalho (Quinta de Santa Eufémia) pour les producteurs-embouteilleurs, des familles Cayard (Gran Cruz Porto) et Symington (Symington Family Estates) pour les négociants. Ces acteurs ont en effet amplement participé, chacun à leurs échelles, à la création ou au maintien d'emplois dans les zones rurales de la Région Délimitée du Douro, et pas seulement dans les emplois viti-vinicoles strictement liés à la production de raisins et de vins:

- la Quinta do Tedo (14 hectares de vignes), qui s'est lancée dans l'activité œnotouristique et œnogastronomique à partir des années 2010, non seulement en ouvrant ses portes aux touristes et en proposant des chambres d'hôtes (2011) mais aussi en développant son propre restaurant (Fig. 4) dont elle alimente bien évidemment la carte des vins (2018), emploie ainsi près d'une vingtaine de personnes, principalement originaires de la vallée du Douro, dont plus de la moitié s'occupe justement de l'œnotourisme (salle de dégustation, hébergement, personnel de cuisine du restaurant);
- la Quinta de Santa Eufémia (45 hectares de vignes), elle aussi ouverte à l'œnotourisme (depuis 2007), emploie plus d'une quinzaine de personnes;
- la Symington Family Estates, qui possède 29 *quintas* et près de 1 200 hectares de vignes dans le Douro en 2019, emploie quant à elle près de 200 travailleurs agricoles dans ses différents vignobles, dispose d'accords de coopération avec environ 2 000 viticulteurs de la région et vient d'embaucher douze guides, tous originaires du Douro, à la Quinta do Bomfim qu'elle a ouverte à l'œnotourisme en 2016;
- de son côté, Gran Cruz Porto, qui a acquis la Quinta de Ventozelo en 2014 (200 hectares de vignes), a développé l'activité œnotouristique dès septembre 2019 aux côtés de sa production de vin, d'huile d'olive et de gin; ce qui a permis, là encore, la création de nouveaux types d'emplois venus compléter la vingtaine d'emplois dédiés actuellement à la production.



Fig. 4. Le restaurant Bistro Terrace de la Quinta do Tedo. Cliché: Quinta do Tedo, 2018

3. «SI N’ETES EN LIEU POUR VENDRE VOTRE VIN, QUE FERIEZ-VOUS D’UN GRAND VIGNOBLE?»²³

En dépit de l’approche territoriale du vin que l’on vient de mener en insistant notamment sur les potentialités que la sphère viti-vinicole peut offrir aux territoires dans le cadre de la mondialisation, il ne faut pas oublier que ce qui permet le développement territorial et la compétitivité ce sont avant tout la consommation du produit et les différents acteurs qui permettent à ce produit d’exister. Les liens existants entre la consommation et l’œnotourisme, dans les deux sens, ont été démontrés par les travaux de la géographe Sophie Lignon-Darmaillac²⁴ et différents exemples démontrent clairement que l’activité œnotouristique présente l’avantage de participer tant au développement territorial des espaces ruraux et urbains concernés qu’à la compétitivité de la filière viti-vinicole et, de manière plus globale, à l’ensemble de l’économie touristique. Les acteurs de la filière du vin de Porto, qui tentent actuellement de faire face à la mondialisation et d’en tirer parti le plus possible, chacun à leurs échelles, le font certes avant tout pour des raisons économiques. Cet effort d’adaptation permet néanmoins de faire perdurer ce cercle vertueux pluri-séculaire existant entre les acteurs de la filière et les territoires qui lui sont liés. Il apparaît donc nécessaire de s’intéresser à présent à la manière dont ces différents acteurs s’adaptent à une mondialisation qui est, pour eux, autant source d’opportunités que d’incertitudes.

3.1. Les marchés asiatiques et russes du Porto, des marchés orientaux en forte croissance et prometteurs?

Au niveau du vin de Porto, l’analyse des statistiques de la commercialisation de ce vin généreux permet tout d’abord de démontrer la montée en puissance du marché asiatique qui a importé, en 2020, plus de 6 500 hectolitres de Porto (1% de la commercialisation mondiale en volume contre 0,5% en 2006) pour une valeur de 5,2 millions d’euros (1,5% de la commercialisation mondiale en valeur contre 0,8% en 2006), soit environ l’équivalent du marché brésilien en volume (dixième marché d’exportation en volume avec un peu plus de 6 200 hectolitres) et du marché espagnol (neuvième marché d’exportation en valeur représentant 5 millions d’euros). Quasiment inexistant encore au début des années 1980 où il représentait 0,4% des exportations totales de vin de Porto alors que certains pays (Japon, Singapour) comptaient pourtant déjà à l’époque de grands amateurs de vins liquoreux et d’alcools français (Sauternes, Cognac), le marché asiatique talonne désormais les marchés latino-américains et russes pour monter sur le podium des importateurs (en volume) de vin de Porto envisagé par grandes zones géographiques. En valeur, il est désormais en troisième position en matière d’importations, certes encore très loin derrière l’Europe et l’Amérique du Nord. Cette excellente

²³ SERRES, 2001 [1600]: 221.

²⁴ LIGNON-DARMAILLAC, 2009a, 2009b.

et très récente position de l'Asie au sein de la «nouvelle planète du vin de Porto» s'explique essentiellement par les réussites obtenues par les négociants sur les marchés japonais, chinois et singapourien, marchés qui représentent, en 2020, près de 45% des volumes de vin de Porto importés sur le marché asiatique et 60% de la valeur de ces mêmes volumes. Quoiqu'il en soit, les marchés asiatiques sont aujourd'hui majoritairement envisagés, tant par les négociants que par les producteurs-embouteilleurs, comme des marchés porteurs d'avenir, non seulement au regard des fortes croissances observées dans la période récente mais aussi du fait de l'orientation générale vers la qualité des pays émergents et développés de la région en question. Ils sont néanmoins tous conscients des limites de cette croissance étant donné que ces marchés sont particulièrement sensibles aux vins de prestige célèbres (à l'instar des vins bordelais Château Mouton Rothschild et Château Pétrus, par exemple) auxquels la très grande majorité des vins de Porto semble, à leur grand regret, ne pas appartenir. Quel consommateur japonais ou chinois citerait en effet le *vintage 2011* de la maison Dow's, pourtant classé premier lors de l'édition 2014 du concours *Wine Spectator*, si on lui demandait de citer un grand vin qu'il connaît? Tout au plus mentionnerait-il peut-être certains *vintages* de la Quinta do Noval, notamment le *Nacional*, dont la célébrité mondiale s'explique par les prix de vente élevés (celui de 1931 a été vendu au prix record pour un vin de Porto de 4 775 € la bouteille, ceux de 1994 et 2011 ont été vendus au prix moyen de 1 500 € la bouteille), résultat du discours savamment orchestré par la maison négociante en question mettant en scène le terroir agro-physique et notamment le fait que le *vintage Nacional* est un vin provenant de vignes issues de ceps pré-phylloxériques.

À l'est de l'Europe, il convient aussi d'insister sur la très forte croissance du marché russe, passé de moins de 1 000 à près de 7 000 hectolitres (1% de la commercialisation mondiale en volume) et de 0,8 à 3,3 millions d'euros (1% des exportations mondiales en valeur) sur la période 2006-2020. Cette reprise du marché russe a été permise et favorisée, d'une part, par la libéralisation des importations en 1992 et, d'autre part, par la reprise économique de la fin des années 1990. On assiste cependant ici à la réactivation d'un courant de ventes ancien étant donné que la Russie représentait déjà 1,6% des exportations de vin de Porto de 1890 à 1920 et qu'elle continua à en importer dans le cadre de l'URSS sur la période 1976-1985 entre 17 000 et 20 500 hectolitres par an (l'URSS s'était hissée, en 1982, au huitième rang des importateurs) après avoir totalement arrêté les importations durant une grande partie du XX^e siècle correspondant à la période stalinienne (1922-1953) et à une partie de la guerre froide (1947-1991). Au regard de l'insertion de la Russie dans le cadre de la mondialisation contemporaine, de la durabilité de la reprise économique et de la consommation significative de vin par habitant (8,6 litres/habitant en 2020), la profession pouvait *a priori* être confiante envers ce grand marché de plus de 145 millions de consommateurs qui semblait pouvoir devenir non seulement un grand débouché des exportations de vin de Porto mais aussi un marché fort intéressant

et très lucratif du fait de sa structure (un quart des importations de vin de Porto en volume concerne des catégories spéciales et les consommateurs russes, s'ils sont particulièrement amateurs de vin de Porto de style ruby — qui représentent plus de la moitié des volumes importés — apprécient également les tawny ainsi que les blancs). La décision de Vladimir Poutine de déclarer la guerre à l'Ukraine, le 24 février 2022, qui a immédiatement déclenché la mise en place d'une série de sanctions de la part de la communauté internationale destinées à affaiblir durablement l'économie russe, réorientera néanmoins nécessairement les échanges à l'est de l'Europe. De marché prometteur, le marché russe a désormais endossé le costume du marché de l'incertitude par excellence.

3.2. Une consommation de Porto en nette baisse depuis le début du XXI^e siècle et très concentrée

La commercialisation de vin de Porto est, en 2020, de 683 538 hectolitres. À l'approche de la fin du premier quart du XXI^e siècle, l'Europe occidentale et l'Amérique du Nord — espaces caractérisés par l'importance et le niveau de vie relativement élevé de leurs clientèles — rassemblent les principaux foyers de consommation (Fig. 5): les dix premiers marchés mondiaux s'y trouvent en effet et représentent environ 90% des exportations en volume et en valeur. Rien qu'à l'échelle de l'Europe, les quatre premiers marchés (mondiaux) constitués par la France, le France, le France et les Pays-Bas concentrent quasiment 65% des volumes commercialisés et près de 60% de la valeur de ces mêmes volumes. Certes, l'Asie et l'Amérique latine boivent désormais aussi du Porto (fait relativement récent à l'exception du Brésil, ancienne colonie portugaise, qui fut un grand marché au XIX^e siècle), tout comme la Russie et les pays de l'ex-URSS. L'Afrique tend même à s'intégrer modestement à cette planète des consommateurs de Porto et, symboles de ce processus de mondialisation, les pays africains consommant ce vin sont quasi exclusivement ceux disposant d'une façade littorale.

L'analyse qui précède ne doit toutefois pas masquer qu'entre 2006 et 2020, dans le double contexte de forte concurrence entre les boissons alcoolisées et de modification des pratiques des consommateurs sur les marchés mondiaux, une baisse moyenne de près de 25% a pu être observée au niveau des volumes de Porto commercialisés, ce qui représente en volume une baisse de plus de 220 000 hl (Tableau 2). Si l'on peut considérer que le Porto a plutôt bien résisté aux difficultés de commercialisation que connaissent les vins généreux depuis les années 1990, cette forte diminution des ventes engendre néanmoins de lourds impacts, non seulement pour l'économie viti-vinicole portugaise mais aussi, et surtout, pour les petits acteurs de la filière que sont les viticulteurs qui, contrairement à la catégorie d'acteurs «vignerons» dont font notamment partie les producteurs-embouteilleurs, ne peuvent pas compléter leurs revenus grâce au tourisme.

Une analyse fine des statistiques des marchés français, belge et néerlandais permet de constater que l'effondrement des exportations résulte en réalité surtout de

la diminution des volumes de Porto importés sur ces derniers marchés (supérieure à 185 000 hectolitres sur la période 2000-2017) et que la «crise» n'affecte ainsi de loin pas tous les marchés européens²⁵, ni tous les continents d'ailleurs comme nous l'avons constaté précédemment pour le marché asiatique. Parmi les grands pays importateurs de Porto, ceux qui sont en difficulté sont en réalité ceux laissant très peu de place aux catégories spéciales. À l'inverse, les marchés commercialisant une forte part de Porto de haute qualité, qu'ils soient européens ou américains (marchés britannique, danois ou encore états-uniens), se portent relativement bien (exception faite du marché canadien). Hors de ce cœur des exportations, en dehors des marchés latino-américains (pour ne pas dire brésilien...), africains et moyen-orientaux (moins de 1 000 hectolitres pour ces deux derniers marchés), les marchés asiatiques (+59,4%) et océaniques (+64,2%) se portent plutôt bien. Au-delà de ces très beaux chiffres de croissance, il faut néanmoins avoir à l'esprit que les marchés asiatiques et océaniques du vin de Porto représentent moins de 8 500 hectolitres (contre plus de 500 000 et plus de 50 000 hectolitres exportés respectivement en Europe et en Amérique du Nord la même année). Ce qui permet de comprendre que les producteurs (qu'ils soient négociants ou producteurs-embouteilleurs) privilégient actuellement les stratégies de consolidation et/ou de reconquête de leurs marchés traditionnels ainsi que les investissements dans le créneau des vins du Douro, même si d'aucuns résistent encore à la tentation (à l'instar de la maison Taylor's, par exemple).



Fig. 5. La commercialisation de vin de Porto en 2020. Source: IVDP

²⁵ À titre d'exemple, les marchés britannique et danois ont connu une croissance respective de 1,3 et 4,8% sur la période 2000-2017 alors que, dans le même temps, le marché français perdait 34,1% de ses volumes.

Tableau 2. Les évolutions de la commercialisation de vin de Porto par grandes zones géographiques entre 2006 et 2020

Zones géographiques	Volumes 2006	Volumes 2020	Évolutions 2006/2020	Valeurs 2006	Valeurs 2020	Évolutions 2006/2020
Europe	825 119 hl 91,02%	608 307 hl 88,99%	-216 812 hl -26,3%	330,5 M€ 84,14%	279,1 M€ 82,31%	-51,4 M€ -15,6%
Amérique du Nord	62 213 hl 6,86%	50 170 hl 7,34%	-12 043 hl -19,4%	51,4 M€ 13,09%	44,8 M€ 13,21%	-6,6 M€ -12,8%
Amérique latine	11 432 hl 1,26%	8 227 hl 1,20%	-3 205 hl -28,0%	5,3 M€ 1,35%	4,0 M€ 1,18%	-1,3 M€ -24,5%
Russie	990 hl 0,11%	6 949 hl 1,02%	+5 959 hl +601,9%	0,8 M€ 0,20%	3,3 M€ 0,97%	+2,5 M€ +312,5%
Asie	4 161 hl 0,46%	6 634 hl 0,97%	+2 473 hl +59,4%	3,2 M€ 0,81%	5,2 M€ 1,53%	+2,0 M€ +62,5%
Océanie	1 010 hl 0,11%	1 658 hl 0,24%	+648 hl +64,2%	0,7 M€ 0,18%	1,5 M€ 0,44%	+0,8 M€ +114,3%
Afrique	1 381 hl 0,15%	862 hl 0,13%	-519 hl -37,6%	0,7 M€ 0,18%	0,4 M€ 0,12%	-0,3 M€ -42,9%
Moyen-Orient	223 hl 0,03%	728 hl 0,11%	+505 hl +226,5%	0,2 M€ 0,05%	0,8 M€ 0,24%	+0,6 M€ +300,0%
Total	906 529 hl 100%	683 535 hl 100%	-222 994 hl -24.6%	392,8 M€ 100%	339,1 M€ 100%	-53,7 M€ -13,7%

Source: IVDP

3.3. La récente «ruée vers les vins du Douro» ou le DOC Douro au secours du Porto

Depuis le début de la seconde moitié du XX^e siècle, et surtout depuis le milieu des années 1990, une tendance très nette se dessine: la redécouverte²⁶ et la mise en avant des vins tranquilles du Douro par les différents acteurs de la production viti-vinicole. Ce phénomène se traduit dans la période récente par une forte croissance de la production et de la commercialisation de ces vins, notamment des vins d'appellation d'origine contrôlée DOC Douro qui prennent une part de plus en plus importante dans la production des vins de la région la plus orientale du Douro (Douro Superior).

L'analyse des données statistiques révèle que la commercialisation des vins d'appellation DOC Douro s'élève, en 2020, à près de 0,4 million d'hectolitres (388 992 hectolitres)

²⁶ Jusqu'à la fin du XVIII^e siècle, la majorité des vins produits dans la RDD était des vins secs non mutés.

alors que celle-ci était encore inférieure à 0,15 million en 2004 (134 280 hectolitres), ce qui signifie que les volumes commercialisés de ces vins ont presque triplé en l'espace d'une quinzaine d'années à peine. Ces volumes mis sur le marché représentent, en 2020, l'équivalent de 57% des volumes de vin de Porto alors qu'ils en représentaient moins de 15% en 2004. Au niveau de la production, l'analyse dévoile une évolution similaire: en 2020, la RDD produit en effet quasiment 0,5 million d'hectolitres (478 848 hectolitres) de DOC Douro alors qu'elle n'en produisait qu'à peine plus de 0,3 million en 2008 (329 908 hectolitres). Lorsque l'on compare ces volumes à ceux de vin de Porto, on mesure l'importance du phénomène: alors que les volumes de DOC Douro ne représentaient qu'à peine plus du tiers de l'équivalent des volumes de vin de Porto produits en 2008 (38%), ils représentent dès 2015 plus des deux tiers de ces volumes (68%).

L'historique terroir du vin de Porto semble ainsi devenir de plus en plus un terroir des vins de Porto et du Douro, la part de ces derniers étant quasiment similaire en matière de production lorsque l'on considère l'ensemble des vins produits dans le Haut-Douro: 44% (DOC Douro, DOC Espumante, DOC Moscatel, IGP Duriense et autres vins sans mention particulière) vs. 56% (DOC Porto) en 2020. Alors qu'au début des années 1990, le géographe François Guichard écrivait, à propos des vins du Douro, qu'ils n'intéressaient guère un négoce encore très spécialisé dans le vin de Porto et que son avenir restait plutôt incertain²⁷, les évolutions récentes soulignent tout l'intérêt du négoce pour la production de ces vins (notamment du DOC Douro), l'importance des volumes produits et commercialisés ne pouvant assurément être l'unique fait des producteurs-embouteilleurs même si ces derniers trouvent dans ces vins de très intéressants débouchés sur le marché portugais ou à l'international. En dépit de l'intérêt tardif de la majorité des négociants pour les vins du Douro, nos recherches démontrent que ce sont néanmoins bien eux qui ont initié cette «ruée vers les vins du Douro»²⁸ à travers la figure de l'œnologue de la maison de négoce Ferreira, Fernando Nicolau de Almeida qui, à la suite d'un voyage dans le vignoble bordelais au début des années 1950 et d'une rencontre avec l'œnologue français Émile Peynaud, acheva de se convaincre de l'important potentiel des vins du Douro. En 1952 naissait ainsi le premier *Barca Velha*, un vin rouge du Douro millésimé mais non muté, dont le succès sur le marché national suscita l'intérêt de quelques négociants en vin de Porto sans pour autant déclencher un véritable engouement au sein de la profession. À partir des années 1970, quelques négociants vont toutefois porter un intérêt certain aux vins du Douro, certes plus dans l'optique de produire un vin rentable, issu des moûts de raisin ne pouvant pas faire l'objet d'un mutage du fait de la contrainte du *benefício*,

²⁷ GUICHARD, 1991: 377.

²⁸ Soulignons toutefois, à une autre échelle certes, que dès le début du XX^e siècle, certaines maisons de négoce s'étaient déjà lancées dans la production de vins tranquilles dans la région du Douro, à l'instar de la maison Borges avec sa marque *Lello*. Au début des années 1950, la cave coopérative de Mesão Frio produisait également de tels types de vins (GUICHARD, ROUDIÉ, 1985).

que de réaliser un grand vin. Cette vision «quantitative» et «utilitariste» de la production des vins du Douro perdure jusqu'au début des années 1990 dans un monde du négoce alors avant tout spécialisé dans les vins de Porto et se revendiquant comme tel. La fin de cette période s'achève symboliquement avec la mise sur le marché, en 1990, des premiers vins du Douro Duas Quintas par la maison Ramos Pinto. Issus de l'assemblage des terroirs de la Quinta de Ervamoira et de la Quinta dos Bons Ares, ces vins produits par l'œnologue João Nicolau de Almeida vont en effet connaître un succès non seulement sur le marché portugais mais aussi à l'international du fait de l'achat de Ramos Pinto par la maison de Champagne Louis Roederer en 1990. Depuis les années 2000 et la chute des exportations de vin de Porto, les vins du Douro se sont imposés, pour la plupart des négociants et producteurs-embouteilleurs, comme des vins stratégiques sur lesquels il faut désormais aussi investir. L'analyse des statistiques de la commercialisation des vins du Douro sur la période 2006-2020 (Tableau 3) permet de constater que le commerce de ces vins portugais est plutôt prospère, même si très concentré encore sur les marchés européens (surtout portugais en réalité) et américains (Fig. 6).

Tableau 3. Les évolutions de la commercialisation des vins du Douro (hors Porto) par grandes zones géographiques entre 2006 et 2020

Zones géographiques	Volumes 2006	Volumes 2020	Évolutions 2006/2020	Valeurs 2006	Valeurs 2020	Évolutions 2006/2020
Europe	298 904 hl 91,08%	367 791 hl 84,37%	+68 887 hl +23,0%	66,7 M€ 88,40%	148,0 M€ 83,29%	+81,3 M€ +121,9%
Amérique du Nord	15 617 hl 4,76%	38 963 hl 8,94%	+23 346 hl +149,5%	4,9 M€ 6,50%	16,8 M€ 9,45%	+11,9 M€ +242,9%
Amérique latine	8 273 hl 2,52%	15 796 hl 3,62%	+7 523 hl +90,9%	2,2 M€ 2,92%	6,4 M€ 3,60%	+4,2 M€ +190,9%
Asie	1 293 hl 0,40%	5 493 hl 1,26%	+4 200 hl +324,8%	0,6 M€ 0,80%	3,5 M€ 1,97%	+2,9 M€ +483,3%
Afrique	3 997 hl 1,217%	4 714 hl 1,08%	+717 hl +17,9%	1,0 M€ 1,33%	1,9 M€ 1,07%	+0,9 M€ +90,0%
Russie	47 hl 0,01%	2 811 h 0,65%	+2 764 hl +5 880,9%	0,02 M€ 0,03%	0,9 M€ 0,50%	+0,88 M€ +4 400%
Moyen-Orient	11 hl 0,003%	208 hl 0,05%	+197 hl +1790,9%	0,004 M€ 0,01%	0,1 M€ 0,06%	+0,1 M€ +2 400%
Océanie	36 hl 0,01%	136 hl 0,03%	+100 hl +277,8%	0,01 M€ 0,01%	0,09 M€ 0,06%	+0,1 M€ +900%
Total	328 178 hl 100%	435 912 hl 100%	+107 734 hl +32,8%	75,4 M€ 100%	177,7 M€ 100%	+102,3 M€ +135,6%

Source: IVDP



Fig. 6. La commercialisation de vin du Douro (hors Porto) en 2020. Source: IVDP

CONCLUSION: L'AVENIR DES VINS DU DOURO ET DE PORTO DANS LE CADRE D'UNE «NOUVELLE PLANÈTE DES VINS²⁹ EN MOUVEMENT³⁰»

L'excellente troisième place obtenue par le DOC Douro *Prats & Symington Chryseia 2011* lors de l'édition 2014 du concours *Wine Spectator* permet de mesurer le chemin parcouru sur la scène internationale par les vins du Douro. Si la promotion et l'amélioration qualitative des vins du Douro doivent beaucoup aux maisons de négoce, il convient également d'insister sur le rôle primordial du réseau informel des «Douro Boys» (2003), composé d'un négociant (Niepoort) et de quatre producteurs-embouteilleurs (*Quinta do Vallado*, *Quinta do Crasto*, *Quinta do Vale do Meão* et *Quinta do Vale Dona Maria*). Partant du constat que les vins tranquilles du Douro n'étaient alors que peu connus sur le marché international, que leur région de production n'était que très rarement associée au célèbre vin de Porto et que ces vins étaient bien trop spécifiques pour être facilement appréciés des consommateurs encore peu habitués à boire du vin, les membres de ce réseau décidèrent de focaliser leur attention sur les marchés européens, nord-américains ainsi que sur quelques marchés historiquement liés à l'histoire du Douro (Brésil, Angola, Chine). Actuellement, ces vins apparaissent stratégiques pour le Douro dans un contexte où le commerce du vin de Porto semble entré dans une phase plus délicate de son histoire.

²⁹ PITTE, 2000: 340-344.

³⁰ VELASCO-GRACIET, 2009: 245.

Si le vin de Porto est assurément confronté à un certain nombre de difficultés pour envisager la conquête de nouveaux marchés et consommateurs à travers le monde (vin riche en sucre et en alcool traînant encore souvent l'image d'une boisson désuète et, malgré tout, relativement chère du fait de l'opération de mutage et des délicates conditions de production), dans un monde où «le terroir a le vent en poupe [et où] [...] les nouveaux consommateurs apprennent très vite à reconnaître la qualité des vins et se passionnent pour leur complexe géographie»³¹, il doit assurément pouvoir tirer son épingle du jeu et mettre durablement en avant ses avantages comparatifs dans le cadre de la compétition qui voit s'affronter les différents vins sur les grands marchés mondiaux. Les négociants payent certes aujourd'hui le prix, pour la plupart, d'une entrée tardive dans la compétition mondiale et le choix d'avoir privilégié les volumes plutôt que de répondre à l'exigence de qualité qui a commencé à se faire sentir dès la fin des années 1980, alors que se développait pourtant une production prometteuse de vins de Porto de *quinta* au début des années 1990.

Il n'empêche que le vin de Porto est une boisson de terroir à l'histoire et à la géographie complexes qui a su traverser les siècles, façonnant des paysages d'une grande beauté que l'UNESCO a récemment inscrits sur sa liste en tant que «paysage culturel évolutif et vivant» (2001). Le décret-loi du 7 mai 1986, qui permet en quelque sorte de rapprocher les producteurs-embouteilleurs duriens de leur terroir, en les autorisant justement à exporter leurs vins de Porto depuis la Région Délimitée du Douro, permet par ailleurs aux consommateurs de ne plus exclusivement identifier le vin de Porto comme un vin de négociant, d'assemblage et de marque pour le considérer désormais aussi comme un vin de propriétaire issu d'un terroir spécifique³².

Au regard des éléments d'analyse développés dans le cadre de cet article, notre conclusion est toutefois bien de considérer qu'en dehors de certains marchés des pays émergents (Brésil, France, Chine, Afrique du Sud) et de rares pays à économies développées (Japon, Singapour, Canada, Émirats Arabes Unis), les perspectives de relance durable des exportations de vin de Porto à l'échelle mondiale passeront plutôt par la (re)conquête de marchés et de nouveaux consommateurs sur le continent européen où s'exporte certes déjà l'écrasante majorité du vin de Porto. Partant du constat que le marché nord-américain du vin de Porto se porte actuellement relativement bien, l'Europe se pose ainsi comme le véritable continent à (re)conquérir, et ce pour plusieurs raisons principales qui ne tiennent pas qu'à l'ancienneté du marché ou à l'ampleur des volumes qui y sont commercialisés et aux valeurs que ces volumes génèrent pour les exportations (242 millions d'euros en 2017). L'analyse de la consommation de vin (de Porto) en

³¹ PITTE, 2009: 299-300.

³² Même si le négoce produit bien évidemment des vins de terroirs d'une fort belle complexité et qu'il ne faut ainsi, en aucun cas, associer exclusivement la qualité aux petits producteurs-embouteilleurs. L'évolution juridique de 1986 apporte toutefois assurément une réelle plus-value en matière d'image pour le vin de Porto.

Europe met en effet en évidence trois caractéristiques principales qui permettent d'envisager l'avenir avec un certain optimisme en dépit des difficultés actuelles que connaissent les exportations de vin de Porto:

- la volonté de la plupart des consommateurs (d'Europe occidentale) de boire des vins de qualité de terroir et de leur enclin à associer le vin à la gastronomie ainsi qu'aux paysages découverts dans le cadre de pratiques de tourisme et/ou loisirs œnotouristiques;
- l'orientation d'un certain nombre de pays d'Europe de l'Est vers la production et la consommation de vin dans la période récente (en particulier, la Pologne et la République Tchèque);
- l'actuelle relance des anciens marchés consommateurs d'Europe du Nord (Suède, Finlande, Danemark, Norvège), très tournés vers les vins de Porto de catégories spéciales.

BIBLIOGRAPHIE

- BAUMERT, Philippe (2019). *Territoires, paysages et sociétés du vin de Porto. Géographie d'une mondialisation*. Bordeaux: Université Bordeaux Montaigne. Thèse de doctorat.
- CHANTAL, Suzanne (1982). *Ervamoira*. Paris: Éditions Olivier Orban.
- GUICHARD, François (1990). *Les rapports entre la ville de Porto, l'Entrepôt de Gaia et le vignoble du Douro*. In GABINETE DE HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DE V. N. DE GAIA. *Actas do 1.º Congresso Internacional sobre o Rio Douro (25 de Abril a 2 de Maio de 1986)*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia/Casa Municipal de Cultural/Solar dos Condes de Resende, pp. 131-139.
- GUICHARD, François (1991). *Quelle identité régionale et pour quoi faire? Un cas concret: le vin de Porto*. In *L'identité régionale, l'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest (Actes des Deuxièmes Journées d'Études Nord du France-Aquitaine organisées par le Centre d'Étude du Nord du France-Aquitaine — CENPA — et la Maison des Pays Ibériques, Talence, 21-25 mars 1988)*. Paris: Éditions du CNRS, pp. 373-378.
- GUICHARD, François, ROUDIÉ Philippe (1985). *Vins, vigneron et coopérateurs de Bordeaux et de Porto. Études viticoles franco-portugaises*. Paris: Éditions du CNRS, Collection de la Maison des Pays Ibériques, Travaux et documents du Centre d'Études Nord du France-Aquitaine (CENPA) et du Centre d'Études et de Recherches sur la Vigne et le Vin (CERVIN), tome I.
- LE DÉROUT, Matthieu (2006). *La région du Mato Grosso*. «L'Information géographique». 70, 104-109.
- LIGNON-DARMAILLAC, Sophie (2009a). *Œnotourisme en France. Nouvelle valorisation des vignobles. Analyse et bilan*. Bordeaux: Féret.
- LIGNON-DARMAILLAC, Sophie (2009b). *L'émergence œnotouristique en France et au France, de nouveaux itinéraires touristiques viticoles*. In BARROS CARDOSO António; DURBIANO, Claudine; CORDEIRO, Eduardo, *coords. Enoturismo e Turismo em espaço rural: I Jornadas Internacionais sobre Turismo, Livro de Atas de Conferência Internacional*. Maia: Instituto Superior da Maia, pp. 387-396.
- PITTE, Jean-Robert (2000). *La nouvelle planète des vins*. «Annales de Géographie». 614-615, 340-344.
- PITTE, Jean-Robert (2009). *Le désir du vin à la conquête du monde*. Paris: Fayard.
- PITTE, Jean-Robert (2018). *Préface*. In SCHIRMER, Raphaël. *Vignes et vins, paysages et civilisations millénaires*. Paris: Glénat, pp. 6-7. (La Société de Géographie).
- RETAILLÉ, Denis (2003). *Front pionnier*. In LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel, *coords. Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, pp. 383-384.

- SCHIRMER, Raphaël (2018). *Vignes et vins, paysages et civilisations millénaires*. Paris: Glénat. (La Société de Géographie).
- SERRES, Olivier de (2001 [1600]). *Le Théâtre d'agriculture et mesnage des champs*. Paris: Actes Sud.
- VELASCO-GRACIET, Hélène (2009). *Territoires, mobilités et sociétés. Contradictions géographiques et enjeux pour la géographie*. Pessac: Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine.

PATRIMOINE MONDIAL VS. MARCHÉ: TOKAJ A LA CROISÉE DES CHEMINS

ALINE BROCHOT*

Résumé: *Que peut le Patrimoine Mondial contre le marché? Telle pourrait être la question posée ici. L'inscription de la région viticole historique de Tokaj sur la Liste du Patrimoine Mondial en 2002 s'inscrivait dans une dynamique nationale de restauration auprès de la communauté internationale des fleurons de l'économie et de la culture hongroise. Le vin de Tokaj, un grand liquoreux réputé dans toute l'Europe depuis le 18ème siècle et véritable emblème national, en constituait un des atouts majeurs. Si la première décennie qui a suivi la privatisation de l'économie après la période collectiviste a largement répondu à cet objectif grâce à la reconstitution des domaines historiques et à la remise sur le marché européen des grands vins de Tokaj, l'évolution qu'a connu ensuite le vignoble avec, notamment, l'élargissement de la gamme des vins, montre que le marché conditionne bien plus l'avenir d'un vignoble que la consécration de sa gloire passée par l'inscription sur la liste du Patrimoine Mondial.*

Mots-clés: *région viticole de Tokaj; Patrimoine Mondial; marché du vin.*

Resumo: *O que pode o Património Mundial contra o mercado? Esta poderia ser a questão aqui colocada. A inscrição da histórica região vinícola Tokaj na lista do Património Mundial em 2002 fez parte de um esforço nacional para devolver à comunidade internacional as joias da economia e cultura húngaras. O vinho de Tokaj, um grande vinho doce conhecido em toda a Europa desde o século XVIII e um verdadeiro emblema nacional, foi um dos seus principais trunfos. Se a primeira década sequente à privatização da economia após o período coletivista cumpriu em grande parte este objetivo graças à reconstituição das propriedades históricas e à reintrodução dos grandes vinhos de Tokaj no mercado europeu, a evolução que a vinha sofreu posteriormente, em particular com o alargamento da gama de vinhos, mostra que o mercado condiciona o futuro de uma vinha muito mais do que a consagração da sua glória passada pela inscrição na lista do Património Mundial.*

Palavras-chave: *região vinícola do Tokaj; Património Mundial; mercado do vinho.*

INTRODUCTION

La région viticole de Tokaj est sans conteste l'appellation la plus réputée de Hongrie grâce à son produit-phare, l'Aszú, un des plus grands vins liquoreux au monde. Son inscription sur la Liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO en 2002 dans la catégorie des paysages culturels est venue conforter l'image d'excellence et le statut d'emblème national acquis depuis le XVIIIème. Cependant, si les institutions nationales en charge de la protection du patrimoine, raisonnant sur le temps long, s'engagent à mettre en œuvre des mesures de préservation du bien dans les caractéristiques qui lui ont valu la reconnaissance de l'UNESCO, les acteurs locaux, en particulier les viticulteurs, ont de leur côté à répondre à des impératifs qui influencent leurs choix et stratégies de production à plus ou moins court terme.

* CNRS — UMR LADYSS. Investigadora no LADYSS (Laboratoire Dynamiques sociales et Recomposition des espaces), UMR 7533 do CNRS (Centre national de la recherche scientifique) — Paris (França).

Le propos ici sera de montrer le poids relatif qu'ont pu avoir l'Inscription, d'une part, et l'économie du vin, d'autre part, dans les choix opérés par les différents groupes d'acteurs de la vitiviniculture au cours des vingt années écoulées. Il s'agira aussi de questionner, à l'aune des évolutions en cours, la capacité des instances de gestion du Patrimoine Mondial hongrois à préserver les caractéristiques qui ont justifié l'inscription.

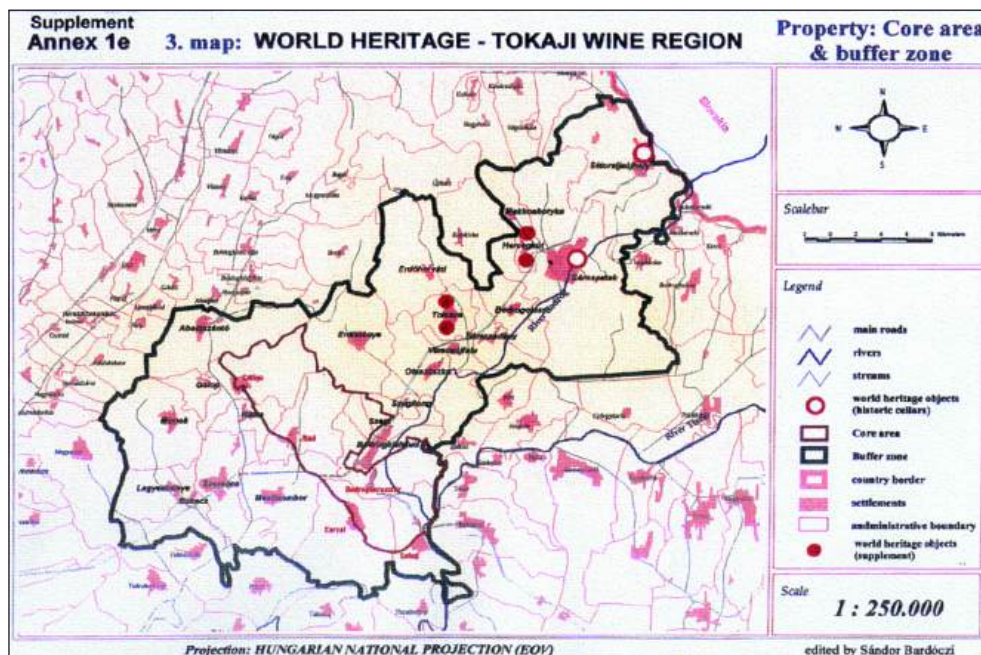


Fig. 1. Paysage culturel historique de la région viticole de Tokaj

Source: <whc.unesco.org/fr/list/1063/>

1. UNE VALEUR UNIVERSELLE EXCEPTIONNELLE ESSENTIELLEMENT CONSTRUITE SUR LA TRADITION DU VIN

Situé à l'extrême nord-est de la Hongrie, le vignoble de Tokaj est implanté sur les coteaux de l'ancien massif volcanique de Zemplén et couvre près de 6000 hectares. Si le site inscrit s'étend sur la totalité des 27 communes de l'aire d'appellation, une zone centrale a cependant été délimitée, qui comprend partiellement les territoires de 9 communes au sud du site, ainsi que quelques séries de caves historiques plus au nord (Fig. 1).

Selon les termes de la déclaration de la Valeur Universelle Exceptionnelle (VUE)¹, «Le paysage culturel de Tokaj [...] illustre toutes les facettes de la production des fameux vins de Tokaj, dont la qualité et la gestion sont strictement contrôlées depuis presque trois siècles».

¹ REPUBLIC OF HUNGARY, 2002.

Le paysage culturel de Tokaj témoigne de façon vivante de la longue tradition de production viticole dans cette région de collines, rivières et vallées. Ce réseau complexe de vignobles, fermes, villages et petites villes avec son labyrinthe historique de caves à vin, illustre toutes les facettes de la production des fameux vins de Tokaj, dont la qualité et la gestion sont strictement contrôlées depuis presque trois siècles.

L'accent est mis d'emblée à la fois sur la profondeur historique de la production des vins de Tokaj et sur les mesures destinées à en préserver la tradition. Lignes argumentaires que l'on retrouve dans l'énoncé des deux critères mobilisés pour justifier l'existence de la VUE auprès du Comité du Patrimoine Mondial:

Critère (iii): la région du vin de Tokaj est le reflet d'une tradition viticole unique, existant depuis au moins mille ans et qui est, à ce jour, restée intacte.

Critère (v): l'intégralité du paysage culturel de la région viticole de Tokaj, comprenant les vignobles ainsi que des établissements humains installés de longue date, illustre de manière vivante la forme particulière d'occupation traditionnelle du sol qu'il représente.

Deux autres éléments de preuve sont requis par l'UNESCO dans la démonstration de la VUE: les critères d'Intégrité et d'Authenticité.

Là aussi, la culture de la vigne et la production du vin sont présentés comme «les éléments constitutifs de la Valeur universelle exceptionnelle du bien», qui concourent à l'intégrité du paysage culturel. Notons que si les rédacteurs envisagent «l'évolution des exigences économiques» sans émettre de réserves quant à «la continuité de l'utilisation traditionnelle des terres», il n'en est pas de même pour les effets de l'urbanisation et du changement climatique, considérés comme des menaces potentielles.

Intégrité

Les éléments constitutifs de la Valeur universelle exceptionnelle du bien sont suffisamment intacts. Ils incluent les conditions environnementales (géologie, morphologie, hydrologie et climat) favorables à la production d'un vin précis, les vignobles / terroirs historiques, les établissements présents depuis longtemps et leur réseau, un riche patrimoine culturel reflétant la diversité ethnique, les divers types de caves et une grande diversité d'autres bâtiments qui contribuent au caractère du paysage et sont liés à la culture de la vigne et à la production du vin (par exemple les terrasses, murs de pierres, haies et réservoirs). [...] Dans le contexte de l'évolution des exigences économiques, la continuité de l'utilisation traditionnelle des terres est maintenue. À long terme, la disparition des zones humides et l'expansion des zones construites, ainsi que le changement climatique, devraient être considérés comme des menaces potentielles.

Quant au degré d'authenticité du bien, il est jugé «conforme aux exigences de l'UNESCO» grâce au maintien en l'état des structures urbaines et des bâtiments historiques liés à la production du vin au cours des siècles, «Le paysage qui en résulte, avec ses villes et ses villages qui participent à la production du célèbre *Tokaji Aszú*, [n'ayant] pas changé d'apparence générale tout au long de cette période».

Authenticité

En ce qui concerne les structures bâties, de fréquentes incursions militaires et des incendies ont entraîné au cours des siècles la destruction et la reconstruction ou la restauration d'une part importante des bâtiments historiques. Toutefois, le respect scrupuleux des normes internationales de conservation et de restauration, conforme à la Charte de Venise, ont permis de maintenir, au cours du dernier demi-siècle, un degré d'authenticité des édifices historiques entièrement conforme aux exigences des Orientations. Les agglomérations historiques ont également conservé leur plan urbain de base ainsi que leur interconnexion à la fois entre eux et avec le paysage. Le vin est produit dans la région de Tokaj et les vignobles exploités depuis plus de 1000 ans. Le paysage qui en résulte, avec ses villes et ses villages qui participent à la production du célèbre Tokaji Aszú, n'a pas changé d'apparence générale tout au long de cette période.

La VUE a donc été construite, et validée par l'UNESCO, exclusivement sur l'histoire et la tradition du vin de Tokaj, essentiellement le vin Aszú. Tradition qui a perduré quasi intacte jusqu'à nos jours, à la fois dans son expression matérielle (paysage viticole, villages, bâtiments d'exploitation) et dans sa dimension culturelle, lui valant son inscription dans la catégorie des «Paysages culturels» sous le nom de «Paysage culturel historique de la région viticole de Tokaj».

2. UN PATRIMOINE VITIVINICOLE EN MUTATION

Pilotée intégralement par l'Etat hongrois (le secrétaire d'Etat à la Protection de la Nature), cette demande d'inscription s'inscrivait dans la dynamique de renouveau, tant politique qu'économique, consécutive à l'éclatement du «bloc de l'Est» à l'orée des années 1990². Il s'agissait alors de restaurer auprès de la communauté internationale les symboles forts de la culture et de l'économie hongroise, quelque peu altérés durant la période collectiviste. L'Aszú de Tokaj, véritable emblème national, figure incontestablement parmi eux, ainsi que le rappelait en 2011 le ministre du développement rural: «Le vin de Tokaj, c'est toute la Hongrie dans une bouteille»³.

² Il y avait également un contexte d'opportunité. La session du Comité du Patrimoine Mondial se déroulant à Budapest en juillet 2002, il importait pour l'Etat hongrois de faire inscrire au moins un site. Au cours de cette même session, une extension du site «Budapest: le panorama des deux bords du Danube et le quartier du château de Buda» a par ailleurs été validée par l'UNESCO.

³ REPUBLIC OF HUNGARY. Ministry of Rural Development, 2011.

Cette reconnaissance est en quelque sorte venue parachever ce que l'on a appelé la «Renaissance» de Tokaj⁴, engagée depuis le début des années 1990 sous l'impulsion des cadres locaux de la vitiviniculture et d'une petite dizaine d'investisseurs, étrangers pour la plupart, qui ont repris des domaines emblématiques⁵, «recréés» suite au démantèlement du *Borkombinat* après la privatisation de l'économie. En une dizaine d'années, ils replantent les coteaux, réhabilitent les bâtiments historiques, construisent des bâtiments d'exploitation et chais de prestige, restructurent et modernisent les chaînes de production ayant comme objectif premier la requalification des vins Aszú et leur réintroduction sur les marchés à l'export.

Pour tous, investisseurs étrangers comme acteurs locaux de la filière, l'heure est à la mobilisation de toutes les ressources qui doivent permettre un retour vers ce que l'on considère comme «l'âge d'or» de Tokaj, celui, précisément, qui est évoqué dans le dossier de candidature UNESCO.

Le début des années 2000 représente un tournant où des choix nouveaux vont s'imposer. Si elles débutent sur un bilan très positif grâce à la remise à niveau de la qualité et de la réputation du vin de Tokaj due en grande partie à l'action des investisseurs internationaux, elles marquent aussi le début d'une nouvelle phase dans l'histoire de l'Appellation du fait de l'évolution globale de l'économie du vin, mais aussi des fluctuations de la demande des consommateurs.

Les vins liquoreux produits traditionnellement à Tokaj subissent en effet une mévente importante, due en grande partie à la désaffection générale des consommateurs, y compris en Hongrie, pour ce type de vins le plus souvent cantonnés à l'accompagnement de desserts. Désintérêt encore accru par le positionnement dans le haut de gamme des vins Aszú qui réserve d'emblée leur consommation à une clientèle plutôt aisée⁶. C'est une tendance lourde qui va s'amplifier et entraîner des phénomènes de surproduction et de gonflement des *stocks* de la gamme des liquoreux, d'autant plus qu'après les investisseurs de la première heure, le mouvement de création de domaines, largement favorisé par l'afflux des fonds européens depuis l'entrée de la Hongrie dans l'UE en 2004⁷, s'est poursuivi, créant une concurrence nouvelle parmi les viticulteurs qui se retrouvent sur un marché intérieur comme extérieur en manque de débouchés.

Les producteurs n'ont dès lors pas d'autre choix pour maintenir le niveau et la rentabilité de leur exploitation que d'abandonner le parti du «tout liquoreux» qui avait prévalu jusqu'alors et de diversifier leur gamme de produits. Cela passe en tout premier lieu par

⁴ CROS-KARPATI, 2003.

⁵ Il s'agit principalement des cinq plus grands domaines historiques ayant appartenu à la Couronne ou à la haute aristocratie et dont les terres avaient été confisquées et regroupées au sein de la ferme d'Etat.

⁶ A partir de 35 euros pour une bouteille de 50 cl et bien plus selon le producteur et le millésime, comme tous les grands vins.

⁷ D'après le *Tokaj Guide* (RIPKA, 2019), qui recense tous les domaines de la région, 41 installations ont eu lieu entre 1988 et 1999 et 50 entre 2000 et 2009, dont 30 après 2005.

une augmentation de la production de vins blancs secs, qui présente d'ailleurs plusieurs avantages: d'abord de pouvoir vendanger dès la maturation des raisins (sans attendre une botrytisation toujours aléatoire pour pouvoir produire de l'Aszú); puis de pouvoir mettre les vins sur le marché dans des délais beaucoup plus courts⁸ assurant ainsi des rentrées de trésorerie plus régulières. Quant aux consommateurs, ce type de vin présente aussi pour eux l'avantage d'être «facile à boire», susceptibles d'accompagner tout un repas et surtout d'être plus abordables.

Tableau 1. La production des vins de Tokaj

Vins de Tokaj
<p>En 2015, l'Appellation commercialise 100 000 à 120 000 hl de vin par an, dont:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 20% blancs secs; • 50% à 60% de vins demi doux; • 10% à 15% de vins de type vendange tardives issus de pourriture noble; • 5% à 8% de Tokaji Aszú.

Source: TOKAJ MARKETING BOARD, 2015

Cette tendance se poursuit au cours des années 2010 où la vinification en blanc sec se généralise et est adoptée par tous les domaines, y compris les plus grands, au point de représenter plus de 20% des ventes en 2015 alors que les vins Aszú ne représentent plus que 5 à 8% des transactions⁹ (cf. Tableau 1). Cependant, cela a aussi pour effet d'accroître la concurrence sur ce segment de la gamme, encore amplifiée par la poursuite du mouvement de création de nouvelles exploitations¹⁰. La recherche de nouvelles voies et éléments de démarcation s'impose donc pour tous. L'accent est alors porté sur une plus grande typicité des vins. On voit d'abord apparaître des «vins de terroir» où, sur le modèle bourguignon, c'est le cru ou la parcelle, a *fortiori* quand c'est une parcelle historique, qui est censée donner sa valeur et son identité au vin. Dans la même recherche de distinction et de personnalisation, certains villages créent leurs propres marques et cuvées (Mád, Olazliszka, Tarcál...). De leur côté, les plus grands domaines, qui disposent de plus de latitude dans l'élevage et la commercialisation de leurs vins, s'orientent vers l'élaboration d'un style-maison, grâce notamment à un vieillissement prolongé.

Une autre voie est ouverte en 2012 avec l'apparition, totalement inédite pour Tokaj, des vins effervescents, qui représentent une possibilité de diversification bienvenue en même temps qu'une alternative bon marché face aux mousseux d'importation.

⁸ Dans l'année suivant la vendange après un vieillissement en barriques neuves de 10 mois minimum, au lieu d'un minimum de vieillissement de deux ans pour les vins Aszú (dont 18 mois en fût de chêne).

⁹ Mais néanmoins entre 27 et 35% de la valeur totale.

¹⁰ 30 unités supplémentaires entre 2010 et 2015 d'après le *Tokaj Guide* (RIPKA, 2019).

Enfin, autant en prévision des évolutions dues au réchauffement climatique que pour ouvrir encore des pistes originales, quelques producteurs indépendants et grands domaines engagent des expérimentations sur des cépages rouges (Pinot Noir, Merlot, Syrah) qui, bien que cela ne soit pas totalement étranger à la région car des cépages rouges étaient présents dans la période pré-phylloxérique, portent en germe des modifications profondes dans la structure et l'image de l'Appellation.

Pour autant, l'élaboration de vins doux de qualité reste l'objectif principal pour la plus grande part des producteurs. Les efforts portent notamment sur la requalification de la gamme traditionnelle des vins et la recherche d'une meilleure lisibilité sur le marché international. Plusieurs séries de mesures sont édictées en ce sens par les instances professionnelles: en 2013, un nouveau cahier des charges de l'Appellation (*Tokaj product specification*) précise et resserre les critères de vinification pour les vins Aszú. Seuls désormais peuvent prétendre à la dénomination *Tokaji Aszú* les vins présentant un degré de sucre résiduel minimum. (cf. Tableau 2). En 2016, les mesures concernent les autres types de vins doux traditionnels (*Szamorodni*, *Fordítás*, *Máslás*) et portent principalement sur les conditions et la durée du vieillissement, les normes d'étiquetage, etc., dans le but d'assurer une qualité minimum et une plus grande reconnaissance des vins de Tokaj à l'étranger.

Plus généralement, l'ambition de figurer sur les marchés à l'export amène la plupart des producteurs à adopter des pratiques de communication, codes graphiques et dénominations plus conformes aux pratiques du marketing international. Les cuvées *Late Harvest* font leur apparition et l'usage d'un étiquetage bilingue, voire uniquement anglophone, se généralise.

Tableau 2. La gamme des vins de Tokaj

Types de vins	Sucre résiduel minimum (g/l)	Caractéristiques
Eszencia	450	Jus libéré par pressurage naturel (sous leur propre poids) des grains aszú.
Tokaji Aszú 6 puttonyos	150	Assemblage de grains aszú, récoltés grain par grain, avec un vin ou un moût de base; élevage pendant 2 ans minimum dont 18 mois en fût de chêne.
Tokaji Aszú 5 puttonyos	120	Le nombre de puttonyos correspond à la quantité de grains aszú incorporée dans le vin de base pour atteindre le degré de sucre résiduel souhaité. A l'origine, le puttony désigne une hotte d'une contenance d'environ 27 kg de grains aszú, mis à macérer dans un fût traditionnel de 136 litres (fût de Gönc).
Édes Szamorodni	60	Szamorodni doux: vin issu de grappes vendangées tardivement, en partie botrytisées; pressurage des grappes entières; élevage pendant au moins 1 an dont 6 mois en fût de chêne.

(suite page suivante)

Types de vins	Sucre résiduel minimum (g/l)	Caracteristiques
Fordítás	45	Vin doux issu d'une deuxième macération sur grains aszú et nouveau pressurage.
Máslás	45	Vin doux élaboré au contact des lies de vins aszú.
Késői Szüret édes	45	Vendanges tardives; élevage en barrique.
Késői Szüret felédes	19	Vendanges tardives; semi-sucré.
Félszáraz Borok	9	Vins semi-secs.
Száraz Szamorodni		Szamorodni sec: vin sec issu des raisins de vendange tardive, élevé en fût, souvent sous voile ou d'une façon oxydative.
Fehér bor		Vin blanc issus de grappes saines, non botrytisées (Furmint, Hárslevelű).
Pezsgő		Vin effervescent.

Source: BROCHOT d'après le *Tokaj Product Specification*, 2013

3. TOKAJ A LA CROISEE DES CHEMINS

On le voit, Tokaj est une région viticole en mutation permanente depuis les années 1990, qui a dû s'adapter aux fluctuations du marché et qui présente aujourd'hui une gamme élargie de produits, avec pas moins de douze types de vins, du plus sec au plus liquoreux¹¹. Il est devenu ce qu'on pourrait appeler un vignoble «multi-cartes» où il n'y a plus aucun producteur qui ne propose que la gamme traditionnelle des liquoreux telle qu'on pouvait la trouver jusqu'aux années 1990 (Eszencia, Aszú, Szamorodni, Fordítás, Máslás) (cf. Tableau 2). A contrario, nombreux sont désormais ceux qui n'élaborent plus que des vins blancs secs; mouvement encore appelé à prendre de l'ampleur si l'on en croit les résultats d'une étude de marketing réalisée en 2015 à la demande des instances professionnelles où on estimait à 60% de la production totale la part des vins blancs secs dans les années 2020¹².

La production de vins effervescents, encore marginale (1% des ventes), est elle aussi amenée à progresser rapidement du fait, non seulement de l'intérêt croissant des consommateurs avides de vins festifs et relativement bon marché, mais aussi d'un soutien actif des instances professionnelles et de l'Etat avec l'inauguration en 2019 de trois nouvelles unités coopératives entièrement subventionnées sur fonds publics et qui proposent, entre autres équipements, une chaîne de production complète de vins effervescents. Et peut-être faudra-t-il dans un avenir proche incorporer des «rouges de Tokaj» dans la gamme des vins proposés?

¹¹ BROCHOT, 2021a, 2021b.

¹² TOKAJ BORVIDEK FEJLESZTESI TANACS, 2015.

Quant au commerce des vins Aszús, il tend à se déplacer vers des marchés émergents hors Europe¹³, principalement la Chine et les Etats-Unis qui connaissent des progressions spectaculaires. De plus en plus considérés comme des vins de luxe, l'Aszú et l'Eszencia, reconnus parmi les plus grands liquoreux, ont en outre progressivement acquis un nouveau statut: celui de vins de collection. Pour preuve, le succès grandissant des ventes aux enchères organisées par la Confrérie du vin de Tokaj depuis 2013, relayées en direct avec Londres depuis 2019; et, ce qui a fait la Une des médias spécialisés en 2019, la mise sur le marché du «vin le plus cher du monde»¹⁴, soit une cuvée d'exception d'Eszencia de 2008 proposée par un grand domaine au prix de 40 000 USD (soit 35 000 Euros) le flacon d'1,5 L¹⁵.

Ainsi, depuis la Renaissance des années 1990, les évolutions des contextes économiques et sociétaux ont imposé des changements d'orientation et des choix parfois radicaux qui modifient à la fois la matérialité et les représentations du vignoble et de ses vins. C'est un véritable changement de paradigme¹⁶ qui se traduit non seulement par l'élargissement de la gamme des vins proposés et par l'évolution de leur part relative dans les volumes de production mais aussi, plus récemment, dans le paysage avec l'apparition de constructions nouvelles dont le parti pris architectural rompt totalement avec le style traditionnel que jusqu'à présent les investisseurs et nouveaux installés avaient toujours respecté. L'archétype régional est en effet représenté par un bâtiment en longueur qui présente un double toit en pente et dont la façade s'ouvre sur un porche (Figs. 2 et 3). C'est d'ailleurs le motif que l'on retrouve dans le logo du Patrimoine Mondial (Fig. 4). Pour être en accord avec une conception actuelle de l'architecture viticole ostentatoire mondialisée, ces constructions n'en instaurent pas moins ici une véritable rupture paysagère susceptible de contredire l'assertion de continuité historique et de permanence des structures et éléments paysagers mise en avant dans l'exposé de la VUE (Figs. 5 et 6).

¹³ Même si, pour l'heure, les marchés traditionnels que sont la Pologne, la France, la Russie ou la Grande-Bretagne, représentent encore la plus grosse part des exportations.

¹⁴ DILLOW, 2019.

¹⁵ Sur les 18 flacons proposés par la *Royal Tokaji Company* située à Mád, 11 étaient déjà vendus à la fin de l'année; le premier acheteur était un collectionneur chinois.

¹⁶ BROCHOT, ALBERT, 2020; BROCHOT, 2021c.



Fig. 2. Domaine Hétszőlő. Cliché de l'auteur



Fig. 3. Domaine Disznókő. Cliché de l'auteur



Fig. 4. Logo UNESCO. Source: disponible en <<https://www.vilagorokseg.hu/tokaj-wine-region-historic-cultural-landscape>>



Fig. 5. Domaine Henye. Cliché de l'auteur



Fig. 6. Domaine Sauska, projet du BORD Architectural studio
Source: disponible en <<https://bordstudio.hu/en/projects/new-sauska-winery/>>

De fait, la région de Tokaj semble aujourd'hui évoluer vers un système «bi-polaire» qui met en présence deux chaînes de production, reposant sur deux philosophies et deux modèles qui tendent à se développer parallèlement: d'un côté, ce que l'on peut appeler un «modèle patrimonial», ancré dans le territoire et qui prend appui sur l'histoire et la tradition pour produire des vins Aszú de qualité, négociables sur le marché du luxe international et qui incarnent la tradition jusques dans le rituel de la dégustation dans les caves des bâtiments historiques; de l'autre côté un «modèle international» ou «a-territorial» sans référence au lieu ni à l'histoire, plus axé sur la création de produits nouveaux qui répondent aux demandes du moment pour se positionner sur un marché plus standard à l'échelle nationale avec des pratiques inspirées du modèle de la «winery» intégrée comprenant salles de dégustation ouvertes sur le paysage et privilégiant l'événementiel (animations, réceptions, concerts...).

Entre ces deux pôles existent, bien sûr, une multitude de situations hybrides, qui dépendent de la taille du domaine, de son ancienneté, de son assise financière, de sa capacité à être présent à l'export, etc., mais les choix opérés par la majorité des acteurs de la viticulture de Tokaj durant ces deux dernières décennies démontrent sans équivoque que la priorité a été donnée aux voies assurant la survie des exploitations et partant de l'Appellation, faisant passer à l'arrière-plan les objectifs de préservation du patrimoine énoncés lors de l'Inscription.

CONCLUSION: LE PATRIMOINE MONDIAL FAIT-IL PARTIE DU PROJET D'AVENIR DE TOKAJ?

Pour légitimes et sans doute inévitables qu'elles soient, ces évolutions amènent toutefois à poser une série de questions quant à l'avenir du Patrimoine Mondial dans la région viticole historique de Tokaj. C'est en tout premier lieu, on l'a vu, sur la tradition et la renommée du vin Aszú que se sont construites la VUE et l'image du Patrimoine Mondial, mais que devient le patrimoine ainsi constitué et reconnu quand le produit qui l'a créé et incarné change? Est-ce que les évolutions constatées, notamment dans le domaine architectural, ne sont pas de nature à remettre en cause les argumentaires déployés lors de l'Inscription? De quelle intégrité et de quelle authenticité le paysage culturel de la région de Tokaj pourra-t-il se prévaloir dans quelques décennies si les tendances observées devaient s'implanter durablement?

Pour l'heure, les instances mises en place par l'Etat hongrois pour assurer la gestion conservatoire du site UNESCO semblent peiner à s'imposer face aux impératifs économiques et aux choix qui en découlent pour les acteurs privés. La Hongrie est pourtant l'un des quelques pays à disposer d'une loi spécifique sur le Patrimoine Mondial¹⁷, qui prévoit notamment la mise en place d'une structure de gestion dédiée dans chaque

¹⁷ Act LXXVII of 2011 on the World Heritage.

site inscrit. A Tokaj, cette structure, animée par une équipe réduite de deux personnes, est placée directement sous la tutelle du «Conseil de Développement Régional» et a donc très peu d'autonomie et de pouvoirs décisionnels dans la mise en œuvre du Plan de gestion. Si elle ne peut naturellement pas intervenir dans les choix opérés par les acteurs privés de la filière en matière vitivinicole, elle n'a semble-t-il guère plus de latitude et de réel pouvoir de contrôle en matière architecturale et paysagère puisque ces questions sont traitées à l'échelle départementale par un «Conseil Régional pour l'Architecture et l'Aménagement», cet éloignement relatif du milieu local entraînant des retards voire des lacunes dans la transmission et la conduite des projets. Néanmoins, parmi les missions du Bureau du Patrimoine Mondial de Tokaj, figure l'élaboration d'un Guide d'architecture et du paysage destiné à poser des règles claires pour la mise en œuvre des orientations prévues par le Plan de gestion, mais, principalement pour des raisons financières, sa réalisation a jusqu'à présent été retardée.

Les acteurs et gestionnaires du Patrimoine Mondial ont par ailleurs à composer avec une certaine indifférence des populations locales, qui n'ont que peu adhéré à ce projet devant les faibles retombées économiques procurées par l'attribution du label, le tourisme en particulier ne connaissant qu'un développement limité, et devant les limitations imposées à la poursuite de certaines activités traditionnellement pourvoyeuses d'emploi (carrières et exploitation minière).

Ainsi, l'objectif poursuivi par l'Etat hongrois de relance du développement local grâce au Patrimoine Mondial peine à se réaliser pleinement. Si le soutien du gouvernement est constant grâce à de nombreux programmes de développement en faveur de la région de Tokaj¹⁸, il ne peut contrer les effets des fluctuations d'un marché auxquelles les producteurs sont contraints de s'adapter, sous peine de risquer de disparaître.

Le Patrimoine Mondial a-t-il les moyens de ses ambitions à Tokaj? Telle est in fine la question que l'on pourrait poser. Au regard des évolutions en cours, il semble bien que les recommandations de l'UNESCO soient quelque peu inopérantes face aux injonctions du marché. Le risque étant qu'à terme la région viticole de Tokaj perde sa spécificité et les caractères qui l'ont fait reconnaître comme un bien de l'humanité.

¹⁸ Par exemple, la région de Tokaj est l'une des trois régions qui ont été déclarées «région de développement prioritaire» par le gouvernement en 2014 et bénéficie à ce titre de subventions pluriannuelles. En outre, plusieurs programmes européens (Leader...) sont essentiellement consacrés à la région.

BIBLIOGRAPHIE

- BROCHOT, Aline; ALBERT, Krisztina (2020). *De transition en mutation, le vignoble de Tokaj aujourd'hui*. «Revue POUR». 237-238: «Dossier Vins, vignes et vigneron, quelles transitions?», 103-115.
- BROCHOT, Aline (2021a). *Image, marché et consommation des vins de Tokaj*. «Territoires du vin». 13. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponible en <<https://preo.u-bourgogne.fr/territoiresduvin/index.php?id=2260>>.
- BROCHOT, Aline (2021b). *S'appuyer sur la tradition pour renaître, innover pour résister: du vin de Tokaj aux vins de Tokaj*. «Revue de Géographie historique».19-20. DOI:10.4000/geohist.2482
- BROCHOT, Aline (2021c). *La renaissance du vignoble de Tokaj: la preuve par le paysage*. In LEGOUY, François et al. *Terre des Hommes, terres du Vin*. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, pp. 21-34.
- CROS-KARPATI, Zsuzsa (2003). *Renaissance de la région viticole de Tokaj*. «Europa Nostra». 5, pp. 55-59.
- DILLOW, Clay (2019). *The World's Most Expensive Wine Is From Hungary*. «Fortune». [Consult. 19 nov. 2022]. Disponible en <<https://fortune.com/2019/03/09/most-expensive-wine-hungary/>>.
- KEZDY, Daniel (2014). *Tokaj people and vineyards*. Budapest: Gourmandnet Kft.
- REPUBLIC OF HUNGARY (2002). *Tokaj Wine Region Historic Cultural Landscape*. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponible en <<http://whc.unesco.org>>.
- REPUBLIC OF HUNGARY. Ministry of Rural Development (2011). *Tokaji Wine is Hungary in a Bottle*. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponible en <<https://2010-2014.kormany.hu/en/ministry-of-rural-development/news/tokaji-wine-is-hungary-in-a-bottle>>.
- RIPKA, Gergely (2019). *Tokaj Guide*. Budapest: Ripka Gergely EV.
- SZAKÁL, Zoltán (2009). *A wine market and marketing analysis of wine specialities from the Tokaj-Hegyalja wine district*. «Studies in agricultural economics». 109, 85-102.
- TOKAJ BORVIDÉK FEJLESZTÉSI TANÁCS [Conseil de Développement de la Région Viticole de Tokaj] (2015). *Tokaj wines to target the U.S., China and the UK*. Budapest: press release.
- ZELENAK, Istvan (2001). *The historical values of Tokaj-Hegyalja*. In *World Heritage Expert meeting on Vineyard Cultural Landscapes*. Budapest: Secretariat of the Hungarian World Heritage Committee; UNESCO World Heritage Centre, pp. 33-37.

ÉTUDES D'ÉVOLUTIONS PAYSAGÈRES DANS LE VIGNOBLE DE BANYULS-SUR- -MER (PYRÉNÉES ORIENTALES), STABILITÉ OU INSTABILITÉ D'OCCUPATION DES PARCELLES VITICOLES

ERIC ROUVELLAC*

RÉMI CROUZEVALLE*

FABIEN CERBELAUD*

Abstract: *Located in the eastern Pyrenees, the Banyuls vineyard presents heritage landscapes and emblematic of steep artificial slopes to fight against erosion. The qualitative evolution of these landscapes marked by viticulture has been studied through the example of the Ravaner watershed, from the 19th to the 21st centuries, at the plot scale. Then only through the wine prism, the landscape developments in the Ravaner watershed were examined quantitatively. There appear to be changes in the plot occupation, inside and outside viticulture, which certain environmental peculiarities (slope, altitude, exposure) can influence. Over the past two centuries, there has been overall great instability in the vines, but in a nuanced manner in the cultural environment, the altitude, the discrimination linked to the different appellations, to a lesser extent with seaside urbanization. The vines are unstable inside all the plots planted; stability is better present outside these sectors.*

Keywords: *Banyuls-sur-Mer; landscape evolutions; viticultural landscapes; stability; instability.*

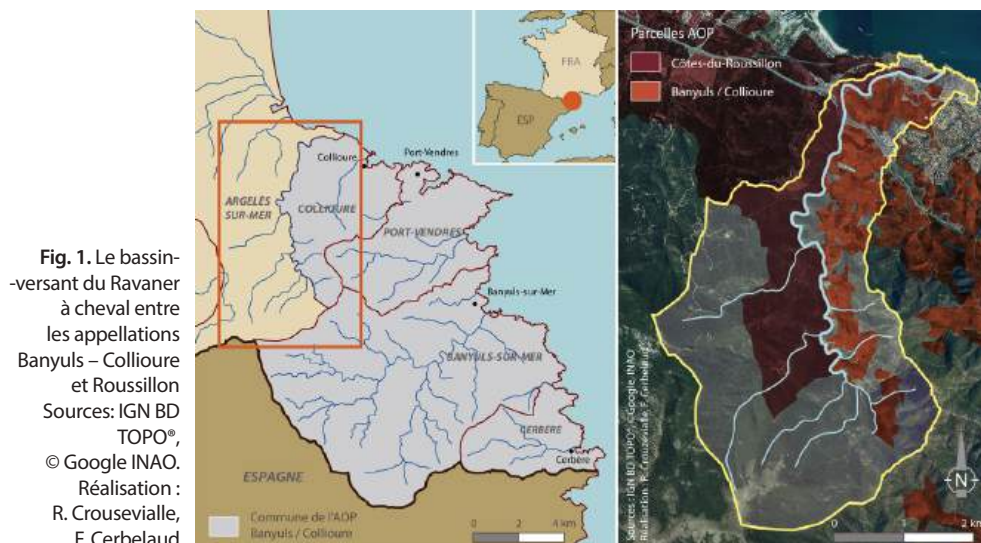
Resumo: *Localizada nos Pirenéus Orientais, a vinha Banyuls apresenta paisagens patrimoniais e emblemáticas com encostas íngremes artificializadas para combater a erosão. A evolução qualitativa destas paisagens marcadas pela viticultura tem sido estudada a partir do exemplo da bacia do Ravaner, dos séculos XIX ao XXI, à escala do terreno. Em seguida, através do prisma vitícola apenas, as evoluções da paisagem na bacia de Ravaner foram examinadas quantitativamente. Existem alterações na ocupação das parcelas, dentro e fora da viticultura, que podem influenciar determinadas particularidades ambientais (declive, altitude, exposição). Ao longo dos últimos dois séculos, observamos globalmente uma grande instabilidade das superfícies ocupadas pela vinha no espaço, mas de forma matizada no meio cultural, a altitude, a discriminação ligada às diferentes denominações, em menor medida com a urbanização litorânea. A videira é instável dentro de todas as parcelas plantadas, enquanto a estabilidade está mais presente fora desses setores.*

Palavras-chave: *Banyuls-sur-Mer; alterações paisagísticas; paisagens vitícolas; estabilidade; instabilidade.*

* Université de Limoges, Umr Cnrs 6042 Géolab — 39E, rue Camille Guérin, 87036 Limoges cedex, France. Eric Rouvellac, professeur à l'Université de Limoges, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, il travaille depuis plus de 25 ans sur les terroirs et paysages viticoles en France, en Espagne, en Afrique du Sud et au Chili. Fabien Cerbelaud et Rémi Crouzevalle, ingénieurs spécialisés en bases de données, cartographie et systèmes d'information géographique au laboratoire Geolab.

INTRODUCTION

Abritée dans la partie la plus orientale des Pyrénées, la chaîne des Albères et la côte associée Vermeille abritent les vignobles de Banyuls et de Collioure¹ (Fig. 1). A la frontière franco-espagnole, se jetant littéralement dans la mer Méditerranée, amenant des contrastes altitudinaux de plusieurs centaines de mètres en quelques kilomètres de l'intérieur des terres vers la mer, la vigne constitue ici une monoculture renommée pour ses vins mutés de Banyuls ou secs de Collioure. Le vignoble s'étage du niveau de la mer jusqu'à près de 500 m d'altitude, sur des terrains à très fortes pentes (parfois plus de 80%, c'est-à-dire que pour 1 mètre à l'horizontale l'altitude s'élève de 80 cm, soit une pente de presque 39 degrés) et des sols constitués par les schistes des Albères. Les aménagements réalisés au cours des siècles pour lutter contre l'érosion ont créé des paysages bien particuliers, marqués durablement par la structure du territoire, sa morphologie, la répartition sociale des terrains à travers l'éclatement parcellaire et la généralisation de la micro-propriété. La lutte contre l'érosion façonne les paysages. Les éléments les plus marquants de ceux-ci sont les «peus de gall». L'eau de ruissellement est collectée par le vigneron dans une rigole pavée et parementée, disposée en diagonale. Ces rigoles se jettent dans une branche principale, généralement disposée dans le sens de la pente et l'ensemble forme un réseau de géométrie particulière en forme de trident appelé de façon imagée en catalan «peus de gall», littéralement pieds de coq. Ces aménagements sont complétés par des terrasses sèches qui strient le paysage perpendiculairement aux «peus de gall»².



¹ Il est composé de 4 communes montagneuses, Banyuls-sur-Mer, Cerbère, Collioure, Port-Vendres.

² OLIVIER, 2002; BONARDI, 2018.

Nous avons souhaité nous intéresser aux transformations durant les deux derniers siècles des paysages construits par la viticulture dans les quatre communes des appellations Banyuls et Collioure, en cartographiant et quantifiant ces changements, en prenant comme exemple représentatif le bassin-versant du Ravaner, dont le cours sépare les AOC Banyuls Collioure à l'est et Roussillon à l'ouest, entre les communes de Collioure et Argelès-sur-Mer (Fig. 1). Les données utilisées sont les cadastres napoléoniens et du début du Xxe siècle et des photos aériennes prises depuis la deuxième moitié du XXe siècle (1953, 1988, 2010). Grâce aux séquences d'évolution déterminées entre ces données spatiales à résolution fine, nous souhaitons mettre en valeur les mutations du début du XIX^e à nos jours, nous espérons proposer une vision des évolutions dans un continuum historique. Dans quelles directions, avec quelle ampleur, à quels rythmes se produisent les mutations³? Notre interrogation principale porte sur la pérennité et la stabilité du vignoble, dans ce bassin versant de 16,3 km², et à l'échelle de la parcelle cadastrale. Nous avons pu suivre l'évolution qualitative et quantitative de l'occupation des parcelles, en déterminant une typologie diachronique prenant en compte non seulement les différents états évolutifs d'occupation liés à la vigne, mais également tous les autres types d'occupation. L'analyse de la cartographie résultante montre de manière précise les changements paysagers des lieux et la place de la vigne dans ces derniers. La détermination de ces évolutions est croisée avec trois paramètres morphométriques (altitude, pente et orientation), d'un point de vue physique, et mise en regard avec les évolutions environnementales (crise du phylloxéra, changement climatique) et sociétales comme les labellisations des productions ou le tourisme.

1. L'ÉVOLUTION QUALITATIVE DU PAYSAGE VITICOLE DE L'AOC BANYULS-COLLIOURE (DÉBUT XIX^E, DÉBUT XXI^E SIÈCLES)

L'introduction de la culture de la vigne sur le littoral Méditerranéen est ancienne, remontant aux étrusques et aux grecs. Le vignoble de production romain s'y développe à partir de la Narbonnaise dès la fin du II^e siècle avant notre ère⁴. Par contre la généralisation de la viticulture à l'échelle des quatre communes de l'appellation est sans doute récente, au gré de l'occupation de ce territoire à très faible densité longtemps enclavé et voué surtout aux parcours des troupeaux⁵. Des traces fiables et cartographiées de viticulture, à l'échelle parcellaire, n'apparaissent qu'avec les premiers cadastres du 1^{er} Empire et les cartes d'État-major de la fin du XIX^e siècle. Si nous nous fions aux cartes de Cassini (seconde

³ ROCHARD, HERBIN, 2006; COMBAUD, MARRE, STROPPIA, 2012; LAMMOGLIA, LETURCQ, 2017.

⁴ BRUN, LAUBENHEIMER, 2001.

⁵ ROUVELLAC, 2013.

partie du XVIII^e siècle), seules Collioure et l'actuelle Port-Vendres paraissent viticoles⁶, les plantations restant presque toutes dans un contexte littoral. La vigne est absente à Banyuls et la future Cerbère. Phénomène improbable si on examine les cadastres napoléoniens levés quelques années plus tard début XIX^e, où la vigne apparaît bel et bien et occupe aux alentours de 8% du territoire de la commune de Banyuls, qui englobe alors la moitié sud de Port-Vendres et Cerbère tout entière. La vigne commence à prendre une place non négligeable dans un système agrosylvopastoral de faible densité. Elle colonise peu à peu les versants avec des paysages particuliers créés par la lutte contre l'érosion.

En 1850 sa superficie représente 2 000 ha et ne cesse d'augmenter pour atteindre 6000 ha en 1880⁷. 4 000 ha plantés en 30 ans. L'introduction du chemin de fer mi-XIX^e permet de vendre plus loin les produits et stimule la production, et couvre les pentes des Albères de vignes, le vin devenant un élément important de l'économie liée à la révolution industrielle. Il y a en plus l'occasion d'un arbitrage nouveau entre l'élevage et la culture des terres, avec les lois forestières et la lutte contre le libre parcours qui poussent les populations à se détourner de formes anciennes d'usage des terrains. Le Roussillon se spécialise en viticulture face à la forte demande en vin et spiritueux d'une nouvelle main-d'œuvre ouvrière, après avoir été un vignoble tourné en partie non négligeable vers la distillation pour approvisionner les navires marchands. Le vignoble est connu sûrement depuis une longue période déjà pour ses vins mutés, eux aussi à destination de la marine et du commerce, pouvant être transportés sans périr grâce au procédé de rajout d'alcool dans le marc en fermentation. Il y a tout lieu de penser que les murets et les agouilles fossilisées aujourd'hui par la végétation se situent dans le périmètre de cette extension maximale⁸.

Ce vignoble de masse correspond alors à l'apogée de la viticulture à la fin du XIX^e. La vigne occupe les deux tiers de la superficie totale des 4 communes qui est d'un peu moins de 8000 ha; à part les secteurs subverticaux et très pentus des amont versants, le bâti et les champs et pâtures. L'omniprésence des terrasses et des pieds de coqs devait sauter aux yeux avant la crise du phylloxéra en 1888. Celle-ci met fin brutalement à l'acmé de la situation du vignoble de Banyuls et ne laisse dix ans plus tard que 500 ha de vigne. La reconstruction est lente et difficile dans un contexte d'exode rural et face à une proportion importante de viticulteurs totalement ruinés. Cependant les porte-greffes américains et les plants hybrides permettent de retrouver 3000 ha en 1965. La concurrence foncière, balnéaire et littorale, avec l'essor du tourisme à partir des années 1960, l'interdiction des hybrides, le coup important de la main-d'œuvre accentuée par des terrains pentus ne permettant que très peu de mécanisation, induisent une phase d'arrachage,

⁶ Port-Vendres et Cerbère ne seront créées qu'à la fin du XIX^e siècle, pour accompagner la Révolution industrielle et la construction du chemin de fer.

⁷ ALCARAZ, 1999.

⁸ ALCARAZ, 1997.

encouragée par des primes, jusqu'à la fin des années 1980. La prise de conscience de la richesse patrimoniale du vignoble, le poids du au tourisme, l'intérêt des vignes coupe-feu, le rôle de l'emblématique cépage grenache, l'effet de niche des vins mutés, l'essor des vins de pays assurent un maintien de la superficie du vignoble mais qui tend aujourd'hui cependant à diminuer⁹.

L'exploitation de la vigne s'est accompagnée de l'aménagement des «peus de galls», complétés par les terrasses, clés de voute des paysages banyulencs. La vigne est plantée en foule, puis au fur et à mesure en rangées après le phylloxéra (Fig. 2)¹⁰. Les «peus de gall» apparaissent comme des rigoles le plus souvent pavées, ce qui peut protéger le sol fragile, empêcher le développement de la végétation, lutter contre l'érosion. Malgré tout, cette dernière est importante¹¹.



Fig. 2. Les aménagements des versants en «Peus de gall».
Réalisation : R. Crouzevialle, F. Cerbelaud, d'après GILLES, 2010

⁹ ROUVELLAC, 2013.

¹⁰ ALCARAZ, 1997, 1999; MABY, 2002b; ROUVELLAC, 2013, 2016.

¹¹ MICHEL, 1960.

Des puits secs sont alors mis en place et permettent de décanter et de récupérer une partie de la terre enlevée qui était remontée périodiquement, tous les 4 à 5 ans¹². Les sols demeurent fragilisés par le désherbage systématique et le caractère non couvrant des vignes.

L'érosion n'est pas le seul enjeu que rencontre le vignoble. Vieil endroit de villégiature avec la renommée de Collioure construite par les peintres impressionnistes dès la fin du XIX^e siècle, le tourisme s'est considérablement accru depuis les années 1960 dans la région¹³, grignotant par ses installations spécifiques et par l'extension de l'habitat le vignoble à partir du littoral. Les vignes demeurent touchées également de façon récurrente par l'enfrichement après l'apogée ante phylloxérique et une lente reconstruction (Fig. 3). Elles subissent, au fil du temps, des transformations socio-économiques et techniques qui ont modifié les méthodes culturales ainsi que les paysages, notamment parfois avec la destruction des terrasses anciennes et des «peus de gall» au profit d'un remodelage au bulldozer. Depuis ces dernières années, les vignes de la région jouent un rôle nouveau de coupe-feu pour lutter contre les trop nombreux incendies; la géographie de leur implantation se trouve modifiée. De plus, il faudrait s'interroger sur la place omniprésente qu'occupe la pratique du désherbage et des amendements.

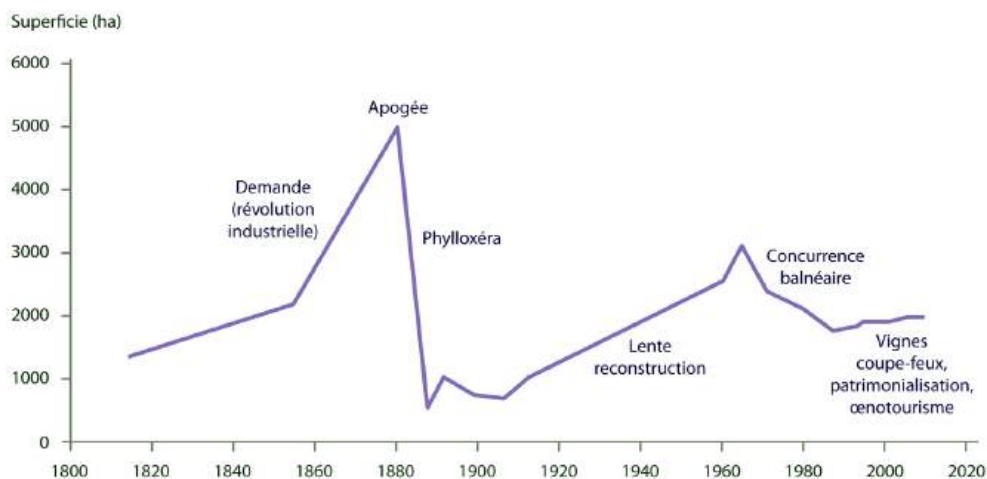


Fig. 3. Évolution de la superficie en vigne dans l'appellation Banyuls
Réalisation : R. Crouzevialle, F. Cerbelaud, d'après ALCARAZ, 1999

¹² FERRER, 1930; OLIVIER, 2002.

¹³ Notamment sous l'influence du plan Racine, plan d'aménagement du littoral des Languedoc et Roussillon à partir de 1963, destiné à favoriser le tourisme.

2. ANALYSE DES ÉVOLUTIONS À L'ÉCHELLE PARCELLAIRE, L'EXEMPLE DU BASSIN-VERSANT DU RAVANER, FIN XIX^E, DÉBUT XXI^E SIÈCLES

De manière à étudier ces évolutions de manière plus fine, nous nous sommes consacrés ici à l'étude du parcellaire d'un bassin-versant du nord du vignoble, celui du Ravaner (Fig. 4). Il présente la particularité de se situer à cheval sur les communes de Collioure et Argelès-sur-Mer, et surtout sur les appellations de Banyuls — Collioure et Côtes du Roussillon. Ce choix permet notamment d'évaluer le rôle de différentes labellisations vitivinicoles.

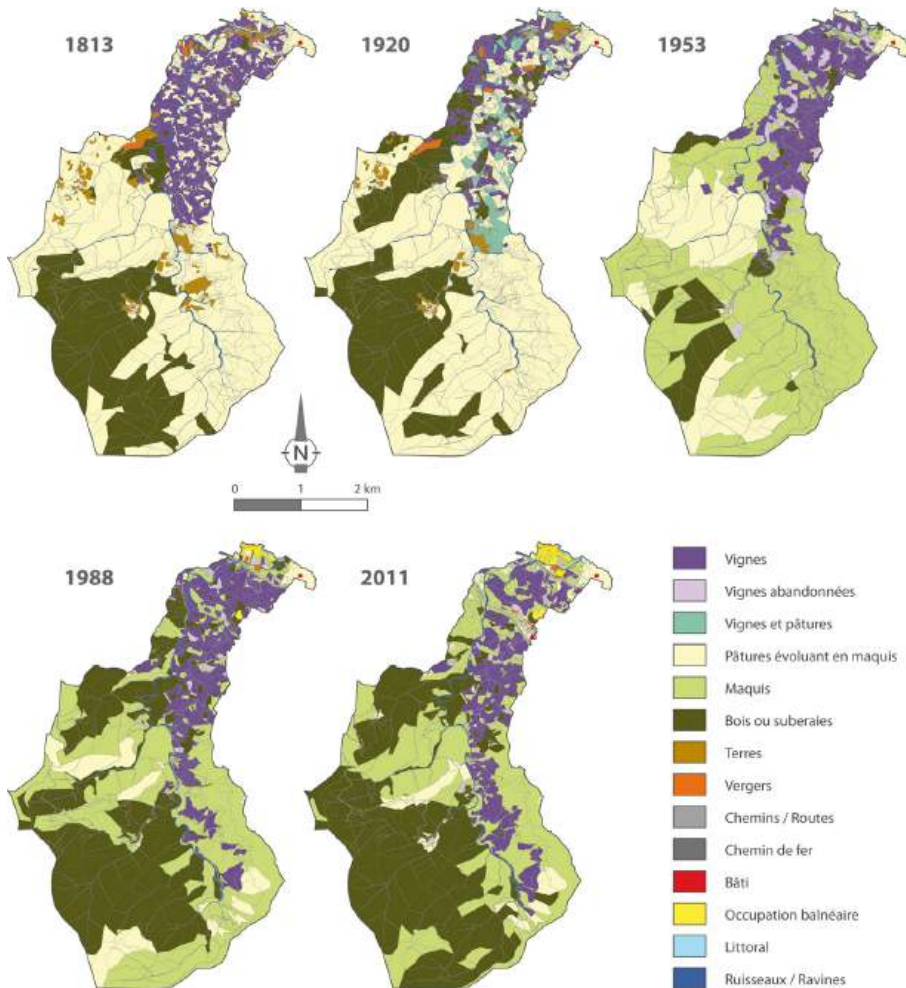


Fig. 4. Évolution de l'occupation du sol du bassin-versant du Ravaner XIX^e-XXI^e siècles
Sources : IGN BD PARCELLAIRE (símbolo), BD ORTHO (símbolo) Historique, AD 66
Réalisation : R. Crouzevialle, F. Cerebald

Ce bassin versant s'étale de la montagne frontalière avec l'France, du niveau de la mer jusqu'à 981 m d'altitude, du nord au sud. En 1813, la vigne est déjà concentrée dans la partie aval du bassin-versant, mêlée dans le cadre d'une économie traditionnelle méditerranéenne avec l'olivier, des pâtures et des terres labourées. La vigne se répartie de part et d'autre du Ravaner et occupe 14% du bassin versant, mais sa répartition doit être analysée dans le détail. En rive gauche, elle comprend des ensembles très pentus à des altitudes supérieures à 450 m, moins favorable à la viticulture. Les bois y constituent l'ossature de l'occupation du sol depuis le début du XIX^e, preuve de la sous-utilisation de cet ensemble, toujours très dur à mettre en culture. La vigne est dominante dans l'aval bassin, dans les collines au nord du hameau du Rimbau, avant que la vallée ne se resserre, et n'ait pas colonisé plus en amont jusqu'aux années 1980. Les aménagements en terrasses et «peus de gall» ne vont pas plus en amont que ce que présente cette situation au début du XIX^e. Il s'agit également de la limite altitudinale supérieure des aménagements et terrasses et «peus de gall».

Au début du XX^e, la situation post-phylloxérique se fait encore sentir. La part de la vigne a chuté de moitié au profit de la complantation avec les pâtures et surtout au profit des subéraies qui dominent principalement vers Argelès. L'exploitation du liège était présentée alors comme une alternative à la viticulture. L'économie vivrière, marquée par les terres ou les oliveraies, apparaît en net recul, au profit des pâtures qui se transforment progressivement en maquis. Ces tendances s'affirment au milieu du XX^e siècle, où les bois ont peut-être été exploités car ils régressent dans les parties les plus reculées, cela est aussi dû à des destructions successives par incendies.

Une tendance lourde commence à voir le jour: le délaissement progressif de la vigne rive gauche. En effet, la tradition des vins de Banyuls est consacrée par une reconnaissance en AOC qui est obtenue en 1936, l'AOC Collioure arrive en 1971, et l'AOC Côtes du Roussillon (côté Argelès), est promulguée en 1977. Même si, aujourd'hui, le label n'amène plus de façon systématique la même plus-value, ce sont les appellations et les productions à plus forte valeur ajoutée comme les vins doux naturels qui ont donné sa place à la viticulture dans le bassin-versant du Ravaner. Cette tendance ne se dément pas aujourd'hui où le paysage est presque devenu binaire, vigne côté Collioure, maquis mélangé aux bois côté Argelès. La vigne retrouve presque ses proportions ante-phylloxérique dès 1953 à cet endroit, et stagne depuis au même niveau. Sa répartition a évolué près des côtes, grignotée par l'extension urbaine, routière et balnéaire de Collioure.

Le vignoble s'enfonce profondément à l'intérieur des terres en amont du hameau du Rimbau, en rive droite du Ravaner, sur des parcelles qui n'ont jamais été dédiées à la viticulture. Ces plantations sont essentiellement le fait de la cave coopérative «Terre des Templiers» qui contrôle les trois quarts de la production de Banyuls et de Collioure. Il faut remarquer que depuis trente ans maintenant, ces vignes ont été créées ex-nihilo avec des engins de terrassement qui ont façonné des terrasses sans aucun aménagement

traditionnel, au mépris du risque érosif¹⁴. Nous sommes passés d'un paysage de la terrasse arrimée sur des lignes rocheuses, en suivant les courbes des versants, à terrasser en entaillant une pente pour créer le plat au risque de générer de nouvelles pentes plus rudes. Le paysage traditionnel s'arrête là où prenait fin la viticulture avant la crise du phylloxéra, au niveau du hameau du Rimbau, derrière le massif de la tour Madeloc (Fig. 1).

Cette analyse qualitative et spatiale a été reproduite sur différents bassins versants de l'appellation, Le Ravaner, le bassin versant du Cosprons, commune de Port-Vendres, les bassins versants du Mas des Abeilles et des Escoumes, commune de Banyuls-sur-Mer¹⁵. A chaque fois les mêmes tendances générales se dégagent.

La stabilité d'occupation des parcelles examinées de façon générale en fonction des différents pas de temps paraît bien faible. Ce qui explique l'instabilité en amont versant et l'évolution vers la déprise, des parcours pâturés et des parcelles labourées devenant maquis et même forêt si l'incendie n'intervient pas souvent. Les parcelles stables sont occupées seulement par quelques bois et forêts dans les parties les plus reculées et les plus pentues du bassin-versant.

L'instabilité en aval versant relève des crises viticoles (phylloxéra en premier lieu), et du cortège socio-économique accompagnant le système vitivinicole (phases de méventes, de concurrence balnéaire et/ou immobilière). La Fig. 4 montre aussi le glissement qui s'est opéré en deux siècles vers le maquis, les reboisements en chêne-liège dont certains perdurent, et la construction des zones bâties liées à la littoralisation. Dans la partie nord en rive droite du Ravaner, c'est une partie de la vigne exposée au sud-ouest qui se maintient sur les deux siècles étudiés. Cette stabilité à quelques endroits précis dépend d'un côté de la structuration en AOC de plus forte valeur ajoutée (Banyuls et Collioure) en rive droite qu'en rive gauche (Côtes du Roussillon). Elle dépend d'un autre côté d'un facteur naturel, des expositions ouest à sud-ouest favorisant une viticulture de qualité.

Au-delà des évolutions à l'échelle du bassin-versant, la vigne apparaît comme très peu stable à l'échelle parcellaire. On y constate souvent la succession de vigne, de formes dégradées de celle-ci, ou de maquis.

L'instabilité est illustrée par la disparition mais aussi par la plantation de nouvelles parcelles dans l'amont-bassin en rive droite à la fin du XX^e siècle, témoins de l'essor du vignoble à cette époque. Le système patrimonial conserve une même vocation, la vigne y revient tant que le marché le permet, mais c'est l'enfrichement qui prend généralement le pas aujourd'hui.

¹⁴ CONSTANS, 2010.

¹⁵ ROUVELLAC, 2013.

3. UNE INSTABILITE RELATIVE DE LA REPARTITION DE LA VIGNE?

L'instabilité parcelaire est de mise, mais de manière différenciée et il serait très exagéré d'imaginer des paysages en constante mutation. Nous avons pu mettre en évidence les évolutions paysagères globales de l'AOC puis, à une granularité fine, les fluctuations de la nature des parcelles et notamment de l'emplacement des vignes dans le bassin-versant.

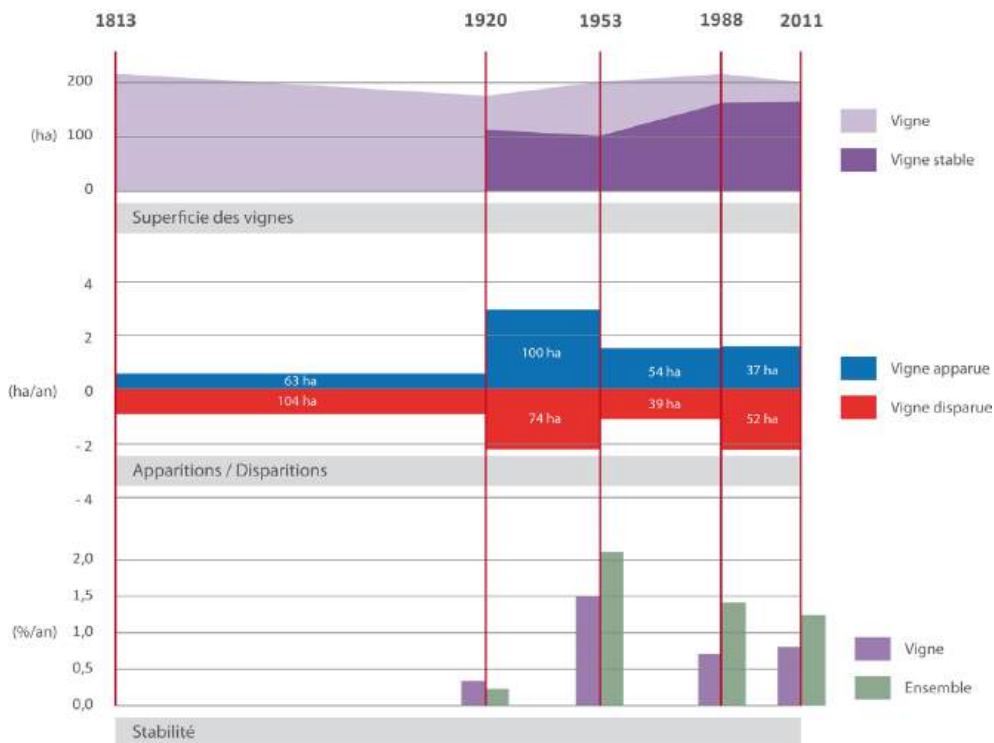


Fig. 5. Évolutions et stabilités quantitatives des superficies en vignes dans le bassin versant du Ravaner
Réalisation : R. Crouzevialle, F. Cerbelaud

Au XIX^e et jusqu'au début du XX^e siècle, la mobilité de l'implantation parcelaire des vignes peut paraître faible au regard de la durée de la période étudiée (Fig. 5), mais on peut supposer que la disparition de 104 ha de vignes s'est en grande majorité produite à partir des premiers effets de la crise du phylloxéra en 1888. Dans le contexte post-phylloxérique, on constate une forte turbulence dans l'implantation des vignes. En 1953, la moitié des 200 ha de vignes est issue de parcelles renouvelées. Si entre 1920 et 1953, la superficie en vigne augmente de 26 ha, soit de 13%, cela correspond en fait à un bilan de 74 ha disparus pour 100 ha apparus. La phase suivante, entre 1953 et 1988, amène une stabilisation de l'implantation des vignes existantes et l'apparition de vignes nouvelles notamment avec

la création de l'AOC Collioure en 1979, alternative au Banyuls en perte de vitesse à cause de changements de goûts des consommateurs et de concurrence entre vins qui peuvent satisfaire le même goût de ces derniers. Cette stabilité est confirmée malgré l'impact des implantations balnéaires dont certaines remplacent les vignes les plus proches du littoral. L'implantation des vignes existantes se renforce entre 1988 et 2011, 52 ha disparaissent sous l'influence de la littoralisation mais surtout à cause des crises de méventes successives qui touchent le secteur viticole dans son ensemble. Cependant c'est à la fin de cette période qu'on observe la plus grande stabilité avec environ 80% des parcelles de vignes n'ayant pas évolué. Si elles sont à nuancer en fonction des périodes, ces données montrent une importante variabilité des parcelles plantées en vigne. Si on examine la superficie de la totalité des parcelles ayant été plantées en vigne au moins une fois depuis 1813, 37,6% ont aujourd'hui disparu et seulement 9,5% ont toujours été plantés en vigne. Les autres possibilités sont très diverses. Par exemple, 19,6% ont connu au moins pendant un pas de temps un abandon puis une replantation de la vigne. Cependant, cette instabilité n'est pas propre à la vigne. Hormis jusqu'en 1920, l'ensemble des autres parcelles apparaît toujours plus instable que celui des vignes. Ce renouvellement atteint 2,1% par an entre 1920 et 1953. Dans le contexte plus stable de la période suivante, il représente tout de même le double de celle de la vigne (1,4% pour l'ensemble des parcelles contre 0,7% pour la vigne).

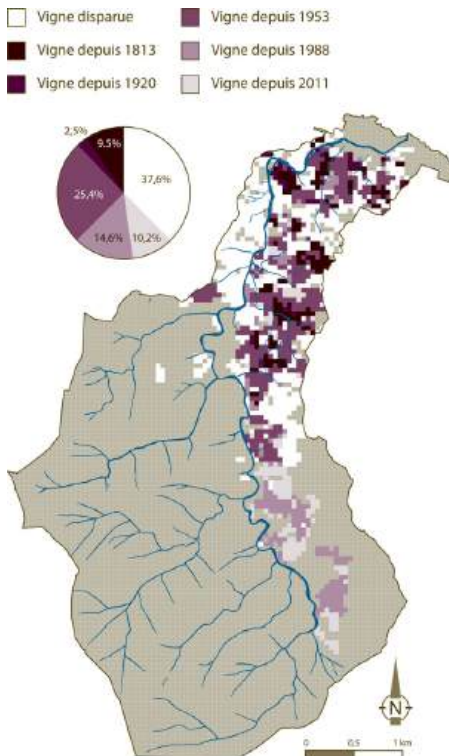


Fig. 6. Évolution spatiale de la vigne dans le bassin versant du Ravaner entre 1813 et aujourd'hui
 Réalisation : R. Crouzevialle, F. Cerbelaud

Nos données nous permettent d'appréhender spatialement ces variabilités quantitatives. L'abandon de la rive gauche du Ravaner (Fig. 6) prend sa source dans les réputations des appellations forgées au XX^e siècle par le monde socio-économique du vin et des consommateurs, qui a vu ici les vins de Banyuls perdre de l'influence, mais ceux de Collioure acquérir une certaine réputation alors que l'AOP Côtes du Roussillon ne renvoyait pas une image assez qualitative. Il ne faut pas oublier la concurrence balnéaire au détriment de la vigne dans les parties littorales, la déprise rurale par exode rural important jusqu'à la fin des années 1960, le vieillissement général des producteurs (la moitié à plus de 60 ans), les difficultés à vaincre des conditions naturelles limitantes (fortes pentes, érosion, absence de sol, rendements faibles par rapport aux exigences du marché ayant impliqué un recours massif aux herbicides depuis 50 ans). Tous ces facteurs ne peuvent que favoriser des difficultés du maintien du vignoble banyulenc.

Au final, aucune superficie viticole ne peut se targuer d'une stabilité d'occupation sur les périodes considérées ici, relativement courtes par rapport à l'histoire plurimillénaire de la vigne dans le bassin méditerranéen occidental. Il y a ainsi de véritables petits îlots abandonnés à cause de tous les facteurs cités plus haut, au sud à cause des pentes fortes qui dominent, au nord par l'implantation de la route de contournement côtier construite en 1993 qui favorise en plus des installations urbaines et balnéaires.

Ceci se déroule dans un contexte de fort morcellement parcellaire lié à la pluriactivité quasi généralisée dans le vignoble et dans un contexte de perte de rentabilité du Banyuls, avec de faibles rendements par rapport à la somme de travail non mécanisable et aux conditions naturelles limitantes (épaisseur très faible du sol, sécheresse...).

Le point positif qui peut être mis en avant est la valorisation en AOC puis AOP avec l'introduction en appellation des vins secs de Collioure en 1979, à côté des vins mutés de Banyuls. Ceci a permis de stabiliser l'emprise viticole face à la baisse de consommation des vins mutés dits d'apéritifs ou de desserts. Au point que l'amont du bassin versant a été planté pour répondre à la demande en vins de Collioure, assurant le maintien de la vigne, mais sur une partie non viticole jusqu'alors, et renforçant donc l'instabilité spatiale du vignoble sur de moyens termes.

Cela constitue un petit paradoxe. Non seulement à cause des risques d'érosion déjà évoqués ou de l'empreinte patrimoniale particulière du paysage viticole, mais aussi par la communication qui utilise les images des vignes traditionnelles autour du Rimbau, sans jamais utiliser une partie des nouvelles plantations, beaucoup moins soignées et remarquables, sans terrasses et «peus de gall» aménagées.

L'implantation de la vigne semble être parfois corrélée aux paramètres morphométriques, altitude, pente, exposition. Il faut cependant analyser avec prudence leur impact et se demander s'ils ne révèlent pas, en trompe l'œil, la prédominance d'autres facteurs, surtout socioéconomiques (Fig. 7).

La part de la vigne au-dessous de 100 m d'altitude baisse constamment de 1813 à 2011, de 120 ha à 61 ha, la part entre 100 et 200 m fluctue mais reste stable, autour de 85 ha. Par contre la part des vignes au-delà de 200 m est multipliée par 4 (de 12 à 45 ha), et se remarquent désormais 14 ha au-dessus de 300 m, ce qui est un phénomène récent.

Si on observe de manière plus détaillée les surfaces de vignes abandonnées ou plantées, ce phénomène apparaît nettement. Les vignes abandonnées se situent majoritairement à des altitudes plus faibles, tandis que les plantations se font désormais à des altitudes au-delà de la moyenne des altitudes des autres vignes. Sur la période 1988-2011, la moyenne d'altitude des vignes abandonnées est de 90 m, celle des vignes existantes est de 125 m, quant à celles plantées, elle est de 175 m.

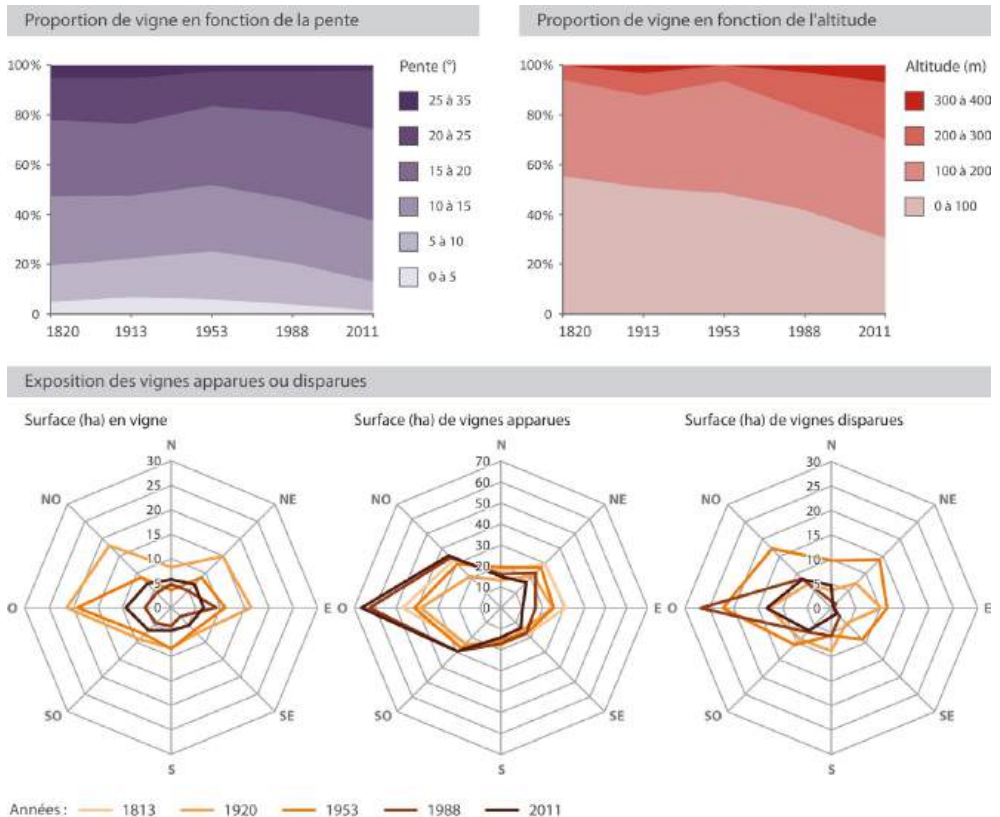


Fig. 7. Variations de l'orientation, de la pente et de l'altitude des vignes plantées entre 1813 et aujourd'hui
Réalisation : R. Crouzevialle, F. Cerebelaud

Il serait tentant d'en déduire une conséquence du réchauffement climatique ou de la prise de conscience de celui-ci. Mais la vigne a plutôt été plantée plus en altitude car des terrains étaient vacants et plus facilement accessibles, peut-être aussi moins onéreux et moins en concurrence avec les extensions immobilières et balnéaires. Au sein des parcelles plus élevées, plantées en amont-versant du Ravaner entre 200 et 300 m, ce sont les vignes plantées par la cave coopérative Terres des Templiers qui ont été introduites.

Les vignes se répartissent au final de manière assez harmonieuse sur les plus fortes pentes, toujours entre 10 et 25°, durant les deux siècles étudiés. Elles sont aussi les plus abandonnées au cours du XXe siècle, en effet ce sont les vignes les plus difficiles à entretenir. La reconstruction post-phyllloxérique a touché des pentes un peu moins fortes, surtout entre 5 et 20°, et de manière marginale des parcelles faiblement pentues de pieds de versant ou de fond de vallon, de moins de 5°.

L'analyse du critère de l'orientation montre l'abandon du versant ouest, rive gauche du Ravaner et commune d'Argelès-sur-Mer, exposé principalement à l'est. Si ce versant semble moins propice climatiquement à une viticulture de qualité que celui exposé à l'ouest, cette évolution ne s'explique pas principalement par des critères environnementaux mais plutôt par des critères économiques liés à la valorisation induite par le système d'appellations. Ce versant ouest ne fait pas partie des AOC Banyuls-Collioure mais est compris dans l'AOC Côtes du Roussillon, cette dernière étant moins valorisée par le marché. L'augmentation de vignes exposées au couchant, à partir de 1953, paraît montrer que la valorisation viticole se tourne vers l'appellation en vins naturels de Banyuls, avec un complément de gamme non négligeable porté par les vins secs de l'appellation Collioure.

4. L'EVOLUTION DU PARCELLAIRE VITICOLE PEUT-ELLE ETRE ENVISAGEE DE FRANCE SYSTEMIQUE?

On ne peut pas parler de permanence des parcelles plantées en vigne. Nous avons montré des variations historiques globales, et l'évolution de tous les types d'occupation de parcelles. Si l'instabilité des parcelles viticoles est un peu moins importante que les autres, elles connaissent des changements, le phénomène de leur instabilité à l'échelle parcellaire est observé de manière très nette. Très peu de parcelles sont restées plantées en vigne depuis 1813 et, même au-delà de ces quelques cas exceptionnels, il apparaît rare que la vigne se maintienne longtemps sur la même parcelle. Si on prend en compte les surfaces actuelles de vigne, 23% ont toujours eu cette vocation depuis 1813. Si sont comprises toutes les surfaces plantées en vigne lors d'au moins un des pas de temps étudiés, cette proportion n'est que de 9,5%. On observe même un phénomène d'occupation éphémère puisque 33% de ces superficies n'ont été plantées en vigne que lors d'un seul pas de temps. C'est par exemple autour du hameau du Rimbau que la vigne est la plus stable au cours des deux derniers siècles, les viticulteurs y habitant traditionnellement entretenant la continuité viticole.

Au-delà de cette évidente variabilité, nous pouvons tenter de décrire l'évolution qualitative de ces parcelles de vigne pour nous interroger sur son aspect systémique.

L'observation de l'occupation précédente des parcelles sur lesquelles sont plantées de nouvelles vignes, ou à l'inverse, de la nature suivante des parcelles de vignes abandonnées nous permet d'affiner et mettre en perspective l'image d'instabilité de la vigne que nous avons jusqu'alors établie (Fig. 8).

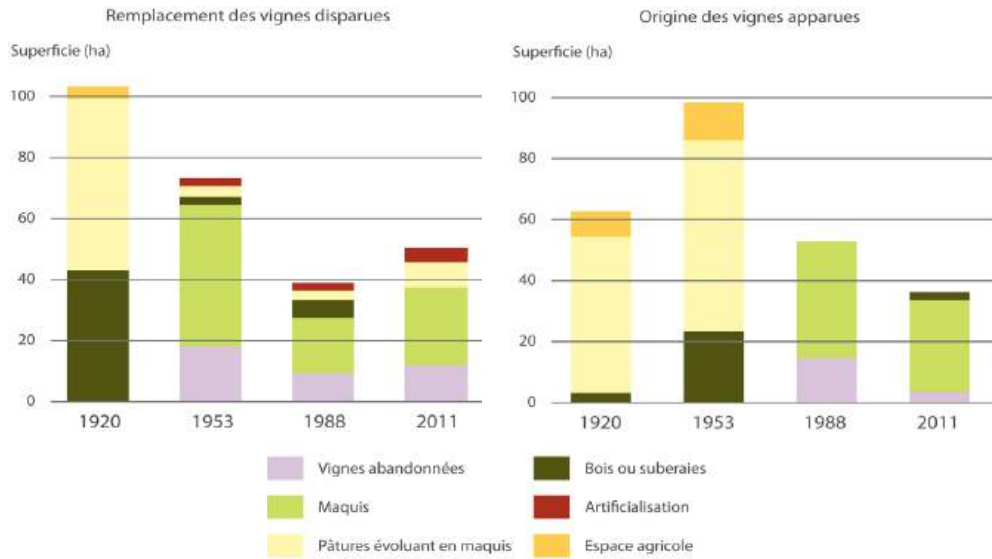


Fig. 8. Remplacement des vignes disparues et origines des vignes créées depuis 1813
Réalisation : R. Crouzevialle, F. Cerebald

Si on examine les créations, jusqu'en 1953 les vignes sont majoritairement plantées au détriment des pâtures, même si la part des bois remplacés augmente. Après ce sont les maquis qui constituent le principal support des vignes créées. Quelques vignes abandonnées sont replantées.

Concernant les disparitions, jusqu'en 1920 la plupart des vignes abandonnées ont disparu au profit de pâtures et de bois. Le phénomène de développement de suberaies destinées à la production de chêne liège comme alternative aux vignes détruites par le phylloxéra est observé à cette époque de manière importante dans tout le vignoble de Banyuls — Collioure.

Après 1920, nous observons davantage des phénomènes d'abandon, la vigne cédant la place à des formes dégradées évoluant naturellement vers le maquis. Nous observons donc un phénomène souvent circulaire. Les vignes abandonnées évoluent en pâtures et certaines pâtures sont plantées en vigne au début de la période étudiée. Par la suite, le maquis prend la place de la pâture.

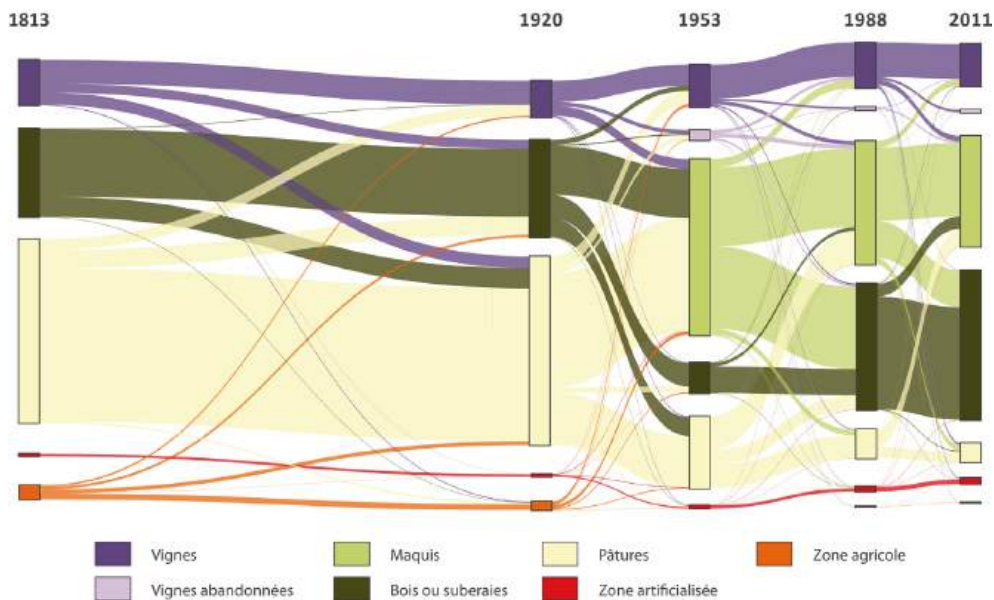


Fig. 9. Évolution de l'occupation du parcellaire dans le bassin-versant du Ravaner au cours des 2 derniers siècles
Réalisation : R. Crouzevialle, F. Cerebald

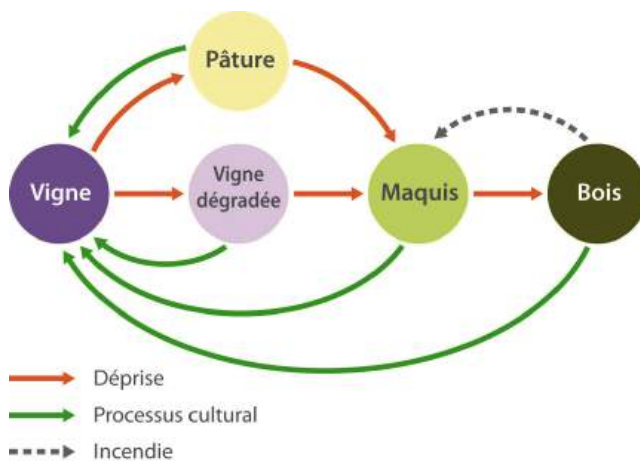


Fig. 10. Système dominant d'évolutions du parcellaire viticole
Réalisation : R. Crouzevialle, F. Cerebald

En définitive, les vignes sont assez instables mais évoluent à l'intérieur d'un système plutôt stable (Figs. 9 et 10). En dehors d'une faible proportion évoluant vers l'artificialisation (balnéaire, chemin de fer ou route), ou en terres et vergers, leur majorité s'inscrit dans un système où se succèdent vigne dégradée, pâture, maquis et bois.

Depuis l'optimum ante-phyloxérique et les crises qui s'en sont suivies, la vigne connaît une évolution soit en pâture soit en vigne dégradée. Ces dernières se végétalisent en maquis puis en bois si les incendies n'en décident pas autrement, à cause de l'exode rural, de la perte de rentabilité du vignoble la fin locale du pastoralisme. En revanche, ce sont des processus culturels et socio-économiques qui amènent des parcelles à être replantées, si le marché et les habitudes du consommateur le permettent. Autour de rares îlots de parcelles toujours en vigne depuis le début du XIX^e siècle, la grande majorité des autres parcelles obéit à la logique d'évolution à l'intérieur du système que nous avons mis en avant (Fig. 11).

Ce système dominant d'évolutions du parcellaire viticole est la règle pour 20,5% de la superficie totale du bassin-versant et surtout 85% de la superficie des parcelles ayant été plantés au moins une fois en vigne. Celui-ci est marqué par la déprise progressive, avec une constance dans la recherche des meilleurs potentiels des lieux, des meilleurs terroirs.

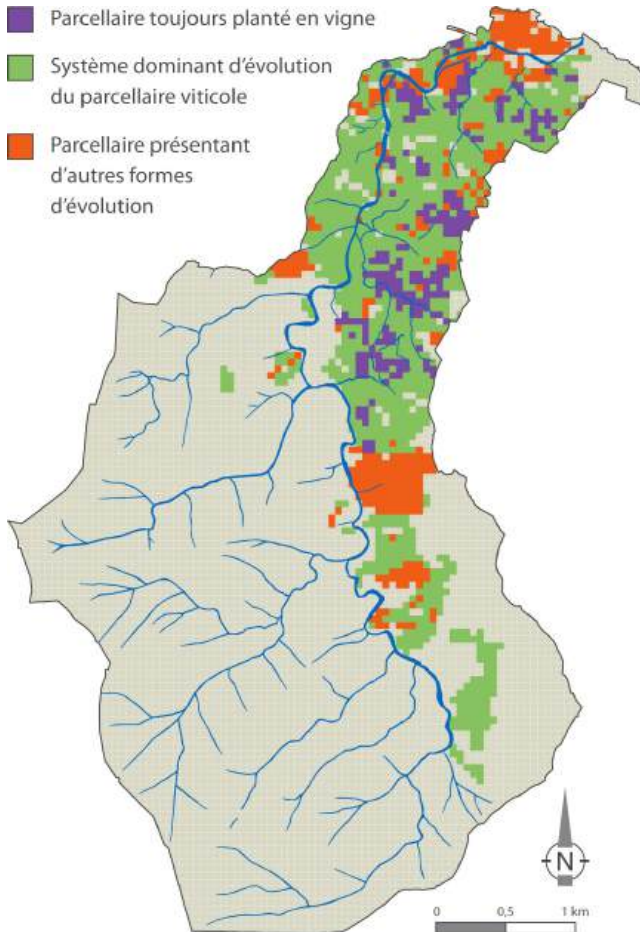


Fig. 11. Système dominant d'évolutions du parcellaire viticole
Réalisation : R. Crouzevialle,
F. Cerbelaud

CONCLUSION

Y-a-t-il des paysages viticoles historiques à Banyuls? Une certaine image d'un paysage viticole et de ses caractères historiques sont entretenues par la communication et le marketing¹⁶. Cette idée est renforcée par les aménagements pérennes et patrimoniaux des versants, en murettes et «peus de gall».

Le paysage patrimonial est-il forcément emblématique? Les vignes n'ont pas forcément une antériorité allant bien au-delà de deux siècles, mais leur superficie varie à l'intérieur d'un système qui lui a au moins deux siècles. Stabilité et instabilité ne sont pas en opposition, mais opèrent en fonction de l'échelle. Les vignes se situent dans un système qui varie assez peu à l'extérieur des groupes de parcelles plantées puis abandonnées, ce qui donne une fausse impression de stabilité, la vigne variant de place de manière assez importante à l'intérieur de ce système.

Il y a des paysages patrimoniaux dans le vignoble de Banyuls mais ce ne sont pas obligatoirement ceux mis en avant ou les plus productifs. Leur nature est à nuancer, par rapport à la vision proposée dans le cadre de la communication autour du tourisme balnéaire ou œnologique. Il existe un paysage historique dont il faut chercher les origines au XIX^e siècle. Si la vigne y joue un rôle important, sa culture n'est pas la seule à façonner sa physionomie. Ce paysage historique est vivant et son image est loin d'être immuable. Si la vigne et ses aménagements en sont le trait principal et spectaculaire, le paysage banyulenc n'est pas un jardin construit artificiellement autour d'eux et il se dessine autour de dynamiques socio-économiques plutôt que patrimoniales, culturelles ou esthétiques.

BIBLIOGRAPHIE

- ALCARAZ, Françoise (1997). *Feixes, agouilles et peus de gall: le dispositif anti-érosion du vignoble de Banyuls. Étude des pratiques d'entretien des terrasses de culture*. «Montagnes méditerranéennes». 5, 21-26.
- ALCARAZ, Françoise (1999). *Les terrasses méditerranéennes, entre terroirs et paysages (nord-ouest du bassin méditerranéen)*. Toulouse: Université de Toulouse Jean Jaurès. Thèse de doctorat.
- BONARDI, Luca (2018). *Les terrasses et la vigne, une histoire durable*, In PÉRARD, Jocelyne; WOLIKOW, Claudine, *orgs. Quelle durabilité en vigne et en cave?* Dijon: Centre Georges Chevrier, pp. 67-75.
- BRUN, Jean-Pierre; LAUBENHEIMER, Fannette (2001). *La viticulture en Gaule*. «Gallia». 58.
- COMBAUD, Anne; MARRE, Alain; STROPPA, Lionel (2012). *Caractérisation physique et évolution historique d'un terroir viticole champenois: le cas de la commune de Sézanne (Marne — France)*. «Physio-Géo». 6:1, 223-242. DOI: 10.4000/physio-geo.2758.
- CONSTANS, Michèle (2010). *Le patrimoine paysager viticole de Banyuls entre reconstruction et destruction*. In PERARD Jocelyne; PERROT Maryvonne, *dirs. Paysages et patrimoines viticoles, Rencontres du Clos-Vougeot 2009*. Dijon: Chaire UNESCO Culture et tradition du vin; Centre Georges Chevrier, pp. 181-199.
- FERRER, Georges (1930). *Le vignoble de Banyuls-sur-Mer*. «Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest». 2, 185-192.

¹⁶ GEORGIS, 2005; ROUVELLAC, 2016: 103-116.

- GIORGIS, Sébastien (2005). *Le paysage singulier du cru Banyuls dans les Pyrénées Orientales (France)*. In DURIGHELLO Regina; PIERRE-Marie, Tricaud. *ICOMOS, Études thématiques, les paysages culturels viticoles dans le cadre de la Convention du Patrimoine mondial de l'UNESCO*. Paris: [s.n.], pp. 78-83.
- GILLES, Elodie (2010). *Les dynamiques paysagères du vignoble de Banyuls*. Limoges: Université de Limoges.
- LAMMOGLIA, Adrien; LETURCQ, Samuel (2017). *Le vignoble d'Azay-le-Rideau (XVII^e-XX^e siècles). À la recherche de facteurs de dynamiques spatiales*. «Mappemonde». 120. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponible en <<http://mappemonde.mgm.fr/120as2/>>.
- MABY, Jacques (2002). *Les enjeux paysagers viticoles*. In *Actes du IV^e Symposium International sur le zonage vitivinicole*. Avignon: Office International de la Vigne et du vin, pp. 1-8.
- MICHEL, André (1960). *La forte pluviosité de l'automne 1959 à Banyuls, conséquences sur l'érosion des sols*. «Revue forestière française». 4, 257-266.
- OLIVIER, Guy (2002). *Le paysage de terrasses du cru Banyuls (Pyrénées Orientales) et son évolution*. [Consult. 19 nov. 2022]. Disponible en <www.pierreseche.com>.
- ROCHARD, Joël; HERBIN, Carine (2006). *Les paysages viticoles. Regards sur la vigne et le vin*. Bordeaux: Éditions Féret.
- ROUVELLAC, Eric (2013). *Le terroir, essai d'une réflexion géographique à travers la viticulture*. Limoges: Université de Limoges.
- ROUVELLAC, Eric (2016). *Le terroir, outil ou prétexte dans le monde vitivinicole*. In CORNOT, Danielle; POUZENC, Michaël; STREHAIANO, Pierre, *dirs. Les arts et les métiers de la vigne et du vin*. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, pp. 103-116.

«I PAESAGGI VITIVINICOLI DEL PIEMONTE: LANGHE, ROERO E MONFERRATO»: AN ITALIAN EXAMPLE OF UNESCO CULTURAL LANDSCAPE BASED ON THE VALORISATION OF TRADITIONAL *TERROIRS**

ALESSANDRA RENZULLI**

Abstract: *Wine-growing landscapes represent the intersection and dialogue of natural and human factors, a cultural landscape that is stratified over time to represent the customs of the local community. They describe a living landscape where transformation reflects farmers' desire to improve forms of construction and design content concerned with the cultivation of wine. Wine has a determined value because of the territory's historical context, and it becomes a tool for enhancing the territory as an economic driver. In particular, the UNESCO cultural landscapes constitute a trademark that attracts people worldwide and is a brand of global significance in tourism. An example is «I paesaggi vitivinicoli del Piemonte: Langhe, Roero e Monferrato» that, since becoming part of the UNESCO heritage in 2014, has brought a significant increase in tourist flow to the region. The brand power acquired over time has also shaped the identity of neighbouring areas not included in the nomination.*

Keywords: *wine-growing landscapes; Italian cultural landscapes; wine tradition; Langhe-Roero e Monferrato; UNESCO brand effect.*

Resumo: *As paisagens vitícolas representam a intersecção e o diálogo de fatores naturais e humanos, uma paisagem cultural que inclui elementos estratificados ao longo do tempo para representar os hábitos da comunidade local. Descrevem uma paisagem viva em que a transformação reflete o desejo dos agricultores de melhorar as formas de construção e o conteúdo do projeto relacionado com o cultivo do vinho. O vinho determinou um valor através da história do território, e torna-se um instrumento para valorizar o território como motor económico. Em particular, as paisagens culturais da UNESCO constituem uma marca que ainda atrai pessoas de qualquer parte do mundo e é uma marca de importância global no turismo. Um exemplo italiano é «I paesaggi vitivinicoli del Piemonte: Langhe, Roero e Monferrato» que, desde que se tornou parte do património da UNESCO em 2014, trouxe um aumento significativo do fluxo turístico para a região. O poder adquirido ao longo do tempo modelou a identidade das áreas vizinhas não incluídas na nomeação.*

Palavras-chave: *paisagens vitícolas; paisagens culturais italianas; tradição vinícola; Langhe-Roero e Monferrato; efeito da marca UNESCO.*

* If the copyright for tables, graphs and other images is not indicated, it belongs to the author of this text.

** Architect, Master in Architecture for Sustainable Design, PhD candidate in Ingegneria dell'Architettura e dell'Urbanistica, at Sapienza Università di Roma (Italy) and in Géographie Humaine et Régionale, at Université Paris 8 (France).

INTRODUCTION

A cultural landscape represents the dialogue between space and time, the outcome and mirror of the action of natural and human factors and their interrelationship. The adjective cultural is added when the community recognises it and launches initiatives to protect, enhance and maintain it with a perspective of continuous balance and adaptation to time and events. In particular, the tradition of local production linked to wine often defines the basis for representing a territory: hills, rows of vines, architecture and a vernacular heritage are the elements stratified over time, in addition to the raw material, the grape, that determine the form of the land and the community's identity that has shaped it and is cultivated through the ages. This cultural landscape is a unique and complex system that UNESCO assigns and recognises with a universal value. These countryside landscapes are considered among the most significant expressions of human activity for the important impact they leave on the land and represent a remarkable and rare example of the cultural landscape that the vineyard provides due to the massive presence of social traditions associated with them. They describe a living landscape, where every transformation reflects man's desire to improve forms, contents and functions concerning the cultivation of wine¹. Wine has determined a value precisely because of the story that the territory tells, and at the same time, it becomes a tool for enhancing the *terroir* as an economic driver. The main purpose of the international, national and local administration is to recognise those values within it and to protect it as a vital testimony and identity resource, as a demonstration of one of the factors contributing to the identity-building processes. The admission of landscape as UNESCO cultural heritage takes into account, through ambitious management plans, the maintenance of very high-quality standards, ensuring a proper balance between conservation, sustainability and economic development and presenting new opportunities for the area. In particular, by economic solid impulses and strategies.

1. «I PAESAGGI VITIVINICOLI DEL PIEMONTE: LANGHE, ROERO E MONFERRATO» ARE EXAMPLES OF UNESCO EXCEPTIONALITY

«I paesaggi vitivinicoli del Piemonte: Langhe, Roero e Monferrato» are an Italian cultural landscape that was added into the World Heritage List in 2014 after ICOMOS declared a recommendation deferral in 2012. The acknowledgement of their heritage is due to the values of criteria III and V of the parameters defined by UNESCO and represent the mix of different elements combined in a single territorial system. It is a serial site composed of six land components within Alessandria, Asti and Cuneo's territorial borders that measure 10.789 hectares. From a geographical point of view, three are within the district

¹ GANDINO, MERIGGIO, 2016.

of the Langhe and three in the Monferrato. The landscape components were selected to exemplify the significant places of winemaking from cultivation to production, from conservation to distribution, retracing and emphasizing all the elements that distinguished them in the production process, the historic settlement and architectures, road networks, etc. Each area is linked to specific a wine grape variety, a *terroir*, a winemaking technique, or significant historical places, ranging from castles to artefacts of a vernacular nature, for the history and development of wine growing and winemaking on a national and international scale. The structure of the native vineyards is distinctive: they are planted around the hilltops with moderate or gentle slopes characterised by the absence of walls and terrain, resulting in a systematic arrangement of rows running along the oblique curves of the hillside. All these elements have created a district in a unitary and complete geographical reality: it has made the cultural heritage capable of fortifying and shaping the identity of the UNESCO landscape.



Fig. 1. Monocultural landscape of Langhe

2. UNESCO: AN ICONIC WORLDWIDE BRAND

The vineyard landscapes of Langhe, Roero e Monferrato comprises two buffer zone with unique, different and incomparable landscapes. For buffer zone 1, we refer to a polycultural landscape: 8-10% vines, which despite attempts to increase the number of vines, the percentages have remained very low. Their recognition as UNESCO World Heritage Sites is due to a unique rural architecture as *infernot*, a small underground space, dug into the stone without light and ventilation, usually reached through a cellar, and used to store bottled wine. Buffer zone 2 instead is characterised by a historical monoculture landscape: 80-90% vines; the high percentage of the wine-covered landscape was the main element for including the areas in the nomination.

The notoriety of wine-growing landscapes continues to acquire worldwide prestige over time and the choice of the Langhe monocultural landscape as the representative backdrop for the Piemonte region in the *Ti Amo Italia project*. The Special Edition held in 2020 and promoted by Ferrero, the producer of *Nutella*, comprising a limited series of thirty jars celebrating all the regions of Italy. The project is realised by ENIT (Agenzia Nazionale del Turismo). It aims to enhance and promote the Italian territory using a QR code, in which consumers can virtually visit symbolic locations of Italy. As a consequence of this iconic branding, it follows that economic results are closely linked to the valorisation and enhancement of those elements of the territory that are most attractive to tourists, sometimes at the expense of other traditional values, landscapes and architecture.

3. THE UNESCO BRAND EFFECT THROUGH DATA ANALYSIS

Since the cultural landscape of the Langhe, Roero and Monferrato became a UNESCO World Heritage Site, it has brought significant increases in tourist flows to the region (+4%). As Marco Valle, an expert in cultural heritage and one of the curators of the UNESCO heritage nomination process of «I paesaggi vitivinicoli del Piemonte: Langhe, Roero e Monferrato», reports, if we consider that the national trend for the same period was around 1% year on year, we can easily understand how strong the UNESCO brand impact has been. This success can also be seen in the inclusion of Piemonte among the ten most beautiful places in Europe as noted by the «Lonely Planet», by «Wine Enthusiast USA» and as the best wine travel destination by the «New York Times»².

To gain a full understanding of the influence that the UNESCO nomination has brought to these territories, we will proceed by reporting the data on the tourist influx in Piemonte and the reference ATL (Azienda Turistica Locale) elaborated by the Osservatorio Turistico della Regione Piemonte in collaboration with the Direzione Turismo. The data have been summarised from the annual reports from 2014 (year of publication 2015) through 2020. The charts and values reported in Fig. 2 show the evaluation

² VALLE, 2015.

carried out first of the tourist flow balance in terms of presence and arrivals in the Langhe Roero and Monferrato area, second the accommodation offered, and the beds occupied by tourists. The presence data indicate the number of nights spent by the clients in the receptive establishments (hotel or complementary accommodations); the arrivals instead indicate the number of Italian and foreign clients hosted in the respective establishments (hotel or complementary accommodation) in the period considered.

As shown in the chart in the Fig. 2, the analysis of tourist influx increased through 2018: in terms of presence, a value of 640,485 in 2014 to 803,600 in 2018. In 2019, due to the imposed national and global shutdown of COVID-19, the influx trend dropped to 622,122 and continued to drop in the year 2020 with 561,630 total presence. The same phenomena impacted the total arrivals in the year 2019: from 2018, 803,600 arrivals in the territory, it reverts to a value of 277,961 (about 275,536, value of 2014) and continues to fall to 249,468 in 2020. The percentage compared to the previous year is equivalent to a loss of -51.69% for total presence and -54.39% for total arrivals in the Langhe Roero and Monferrato area. The distribution between the national and foreign markets remains more or less the same through the period analysed and is around 40% for Italian presence, 60% for foreigners, around 47% for Italian arrivals, and 53% for foreigners. As reported for 2020, following the pandemic the Italian market has invested mainly in the Langhe Roero and Monferrato areas. Indeed, the percentage of presences is reported to be about 62% and arrivals about 69% for foreigners. The foreign countries that have benefited, and continue to benefit, from the beauty of this area are primarily Switzerland, Belgium, Germany, France, the USA, the United Kingdom and the Netherlands.

Moreover, the trends related to accommodation facilities and the number of occupied beds have been increasing since the admission of Langhe Roero Monferrato as a UNESCO World Heritage. In particular, the trend has remained positive until 2018 with a value of 832, the maximum recorded in the years for accommodation facilities, and 12,292, slightly lower than the previous year, the maximum recorded value of 12,418. The value is being normalized slowly with the recovery after COVID 19.



Fig. 2. The analysis of tourist influx in the Langhe Roero and Monferrato areas during the year from 2014 to 2020

As far as 2021 is concerned, data are still being processed by the SPOT project and by the Osservatorio Turistico della Regione Piemonte. They analyse several factors regarding culture and tourism during the COVID-19 pandemic in Langhe, Monferrato and Roero, and found a strong correlation to the UNESCO brand. Looking at the trends in the territories under the jurisdiction of the Agenzie Turistiche Locali, all the districts increased their tourist movements compared to 2020, reducing the gap recorded last year compared to 2019. The best positive outcome of the Piemonte region was recorded in the Langhe Monferrato Roero areas, where the 2021 final balance was less than 20% lower than in 2019. The UNESCO value maintained a stable trend over nineteen years, notwithstanding the imposed shutdown in 2020.

Recently, a first data analysis reveals that residents embraced a static representation of the local cultural tourism's appeal and heritage, while tourists were motivated primarily by gastronomic and wine experiences. According to this provisional data accumulated, the percentage of potential Italian and foreign tourist influx to the Piemonte region is that 57% of Italians who plan to go on holiday will choose Piemonte during the autumn period. As far as foreigners are concerned, tourists from Benelux, Switzerland and Scandinavia seem to prevail, as they prefer to go there during autumn

and summer. The sentiment analysis, carried out on the territory by point of interest and interviewees, show that the value of the sentiment analysis of the Langhe Monferrato Roero is +1.3% compared to the previous year and more optimistic compared to Italy as a whole. Moreover, more positive among users from the foreign market (Swiss, French, and Germans)³.

The first results seem to be positive compared to the year of standstill that the territory suffered during 2020, the COVID year. In the UNESCO cultural landscapes of the three municipalities of Alessandria, Asti and Cuneo, with an increase of 20% in a tourist presence and an economic impact on the entire area estimated at around 425 million euros over five years. In 2019 tourism in Piemonte recorded a +1.82% growth in terms of arrivals, with a greater gain for foreign visitors, equal to +3.7%. Although overnight accommodation decreased by one percentage point, visitor satisfaction and positive sentiment increased. In particular, for the accommodation segment that relates significantly to tourist arrivals, the number of reviews posted by operators in Piemonte's tourism industries throughout 2021 increased by +33.3% compared to 2020. The sentiment index for the period for the Piemonte tourism product as a whole (accommodation, restaurants and attractions) stands at 88/100, more positive than the overall number for Italy, which is 87.2/100. The index for the accommodation sector, 87.7/100 for Piemonte, is also better than the national index (86.5/100). The analysis of tourist flows shows that the ATL Langhe Monferrato Roero is the best performing area in Piemonte when comparing the 2021 and 2019 data on arrivals and presences. Langhe Monferrato Roero registered 1,028,036 presences for 2021: a figure that is close to the total presence of the pre-pandemic year, with a loss reduced to 12%, the best Piemonte data. A positive performance supported by the absolute record of presences reached for four consecutive months, from August to November 2021, which therefore recorded a greater monthly flow of tourists than pre-pandemic levels.

In addition to surveys and statistical measurements, another set of data that make up the new LRM Observatory is based on the monitoring of online reviews of visitor destination points of interest (accommodation, catering, and attractions), which show a decrease in the number of reviews posted, in line with the spring lockdown and summer recovery. The attractiveness of the area was able to recover from the losses in arrivals and presences after the spring lockdown, reaching, in August, the levels recorded in 2019. During three separate surveys, carried out in May, August and November, on Italians' inclination to spend their holidays in Italy on the one hand, it emerged that the number of holidaymakers who would have chosen Piemonte for holiday has progressively decreased from 58% in May to 12% in November; on the other hand, the share of those who would have chosen Piemonte for holiday has progressively

³ RECH, MIGLIORATI, 2021.

increased from 25% to 42%. In all three surveys, Langhe Roero e Monferrato remain consistently in second place among the Piemonte destinations chosen, after the Turin area. In the first seven months of 2021, the sentiment of the Langhe Monferrato Roero tourism destination in online reviews increased. There was an increase in reviews: +12.1% in the overall sector, +34.5% in accommodation and +6.6% in catering, and the sentiment indicator improved 90.6/100 in the overall sector (+1.3% compared to the same period last year), 93.2/100 In accommodation (+0.8%) and 89.8/100 in catering (+1.1%). For the city of Asti, there were more than 10,000 reviews for the total services of the wine sector with an overall sentiment of 86.9/100. The sentiment index for the tourism product of the ATL areas as a whole (accommodation, catering and attractions) is higher than the national value, 87.2/100, with the Langhe Monferrato Roero recording a better rate than the Piemonte region: 90.1/100⁴.

The UNESCO effect has guaranteed an even more significant increase in cultural tourism, business development and the property land market. In the first few years, the influx of tourists and accommodation facilities improved considerably. According to the Annual report published by CREA (Consiglio per la Ricerca in Agricoltura e l'Analisi dell'Economia Agraria) on the value of Italian vineyards, prices were stable in 2019 at 53,600 euros per hectare. To understand real trends, we need to look at least at five and ten year data sets: only the Piemonte region, among all Italian regions, had a growth of more than 2% in both periods. If we look at the average value per hectare of Piemonte vineyards, we can see that from 2014 to 2019 the values have risen significantly: in 2014, the value is 64.9 EUR/hectare compared to 72.1 EUR/hectare in 2019. In the last year surveyed alone (2018/2019) there is an increase of +2.7% in property value, while the annual variation in vineyard prices between 2014 and 2019 is around 2.1%. As CREA also declared, the average land value of vineyards in Asti, Alessandria and Cuneo peaked after three years after 2014, whereas in the other municipalities outside the UNESCO heritage area, Turin Biella, Novara and Vercelli, values have decreased. The graphical chart included shows that in the Alessandria, Asti and Cuneo areas, values have increased respectively.

⁴ OSSERVATORIO TURISTICO DELLA REGIONE PIEMONTE, 2020.

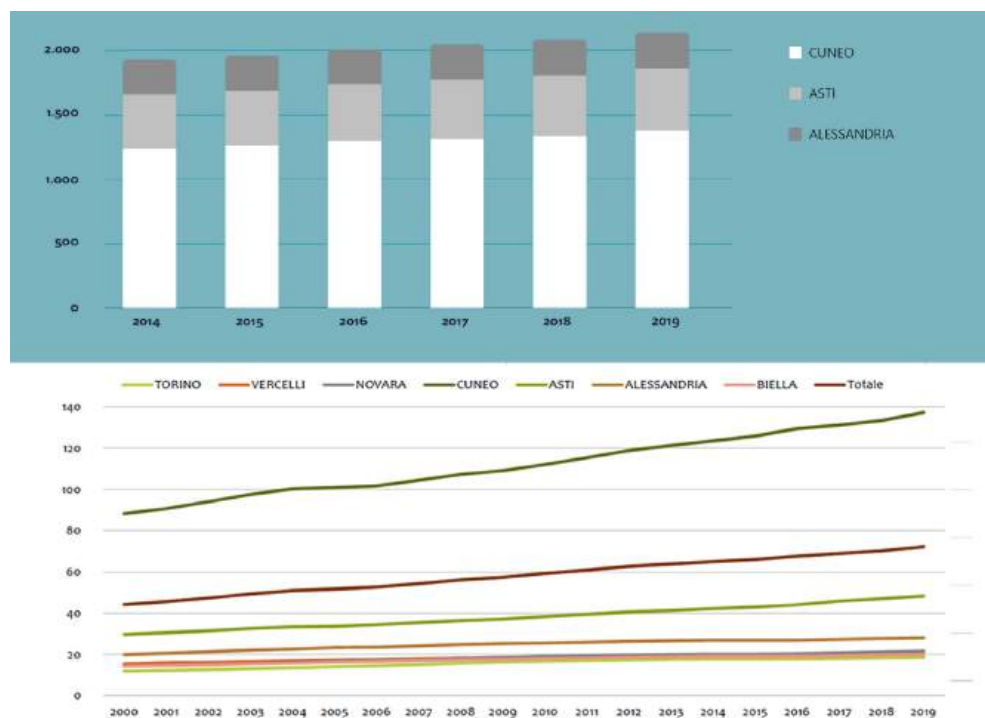


Fig. 3. On the top: average values of vineyards by UNESCO provincial altitude zone (Cuneo, Asti, Alessandria); on the bottom: Average values of vineyards by UNESCO regional altitude zone (Cuneo, Asti, Alessandria, Torino, Biella Vercelli)

The nomination as a UNESCO heritage area also continues to have a positive influence on wine and food tourism from abroad in the Langa areas and the vineyard lands (especially for the production of Barolo and, with increased interest, Barbaresco) maintain exceptionally high prices that continue to increase. According to CREA's surveys, the most highly quoted vineyards are still those of Barolo DOCG (Denominazione di Origine Controllata e Garantita), with a range that can go from 200,000 euros to 1.5 million euros, ahead of those of Brunello di Montalcino, which produces an exceptional Tuscany wine, which oscillates between 250,000 and 700,000 euros per hectare. Barbaresco also ranks high overall, with quotations of around 600,000 euros.

The landscapes appear to continue to preserve their exceptional value on a national and international scale from the original survey result. This is attributable to the considerable attention and investments associated with their UNESCO nomination and management pursuit.

4. THE UNESCO BRAND EFFECT ON THE NEIGHBOURING LANDSCAPES

Undoubtedly, the UNESCO label attracts many people from within Italy and even more so internationally. To increase visibility and tourist influx, a minor boundary modification project has recently been proposed by the management body «I paesaggi vitivinicoli del Piemonte: Langhe, Roero e Monferrato» to extend the buffer zone to surrounding areas. The new boundaries would include about forty new municipalities divided among the three provinces of Asti, Alessandria, and Cuneo. The project envisions the inclusion of seventeen municipalities in the Roero area, in the province of Cuneo, five municipalities in the province of Asti and fifteen municipalities in the province of Alessandria. The management body intends to create a stronger connection with the Roero region which was previously excluded in the earlier nomination process and is nowadays represented in the UNESCO buffer zone boundaries by just two municipalities Monticello d'Alba, and Santa Vittoria d'Alba and fortify it with the landscape of the province of Alessandria. Alessandria is the municipality associated with the UNESCO heritage area of Monferrato. The area was selected within one of the buffer zones for the presence of *infernot*, a vernacular architectural typology built by farmers for the domestic conservation of wine. The site «Il Monferrato e gli Infernot», which represents core zone 6, includes eight urban centres on high ground characteristic for the widespread use of *Pietra da Cantoni*, a sandstone which is only found in the hilly basin of Langhe, Roero and Monferrato. The extension of the boundaries of the buffer zone, in this case, is due to the desire to include new wine companies; already 104 in the Alessandria UNESCO area, and the vineyard landscape within the territorial dynamics. The aim is to make new vine plantings sprout in the territory and to approach the problem of climate change in an environmentally correct manner. The motivation is linked up with the idea that the area is more related to polyculture than to monoculture, where the percentage of wine-growing area is only around 5/10% of the total surface. This value is extremely low when compared to the Langhe area, where 85/90% of the landscape is planted with vines. In the 19th century, however, the Monferrato area had a vineyard coverage of 80/90%, a value that at the time almost exceeded that of the Langhe and Roero. The lack of economy and the presence of *flavescente dorée*, however, led to the disappearance of the wine-growing landscape and allowed for a change in cultivation, either by diversifying it or by turning the hills into *gerbido*, in other words no longer cultivated. Currently, the landscape does not have continuity with the Langhe in particular, as there is not a high percentage of vines to give it this denomination. It is from this moment that the history and rural architecture linked to the wine production chain acquire an inestimable value: the site is indeed made up of five components plus a sixth, that of the *infernot* whose presence was essential for annexing the territory of Alessandria to have the nomination as a UNESCO

heritage site. Although it would be of great merit the inclusion of these municipalities and their relative areas would nevertheless entail a strong anthropisation. Assessed not just in terms of built-up areas, but in terms of the transformation of the landscape as well. The intense anthropization could compromise the agricultural territorial system of these landscapes. For example, the Roero has plenty of forestry crops, unlike Langhe, where the landscape is largely vines, such as Monferrato, where polyculture is still preserved. The UNESCO effect could resonate to such an extent that the strong tourist momentum would lead to a considerable increase in vineyards closely related to them. As well as the desire to plant new vines in the Monferrato area to contrast the meticulous work carried out over the years by *flavescence dorée* and the lack of income in the vineyards.

Following this logic, it sways the neighbouring territories outside the buffer zone boundary, as in Alta Langa, a hilly area located more on the border with Liguria to pursue a similar UNESCO designation. It is mainly characterised by thick vegetation alternating with cultivated farmland and forests. Hazelnuts are a typical product of the area, and the fields permit the cultivation of large areas of cereals and wine and the grazing of animals for cheese production. In recent years, the landscape has been undergoing significant transformation mainly linked to the desire to plant new vineyards in the high hills to expand the DOCG area. As of 2018, the Piemonte region has promoted calls for increasing it to produce Alta Langa DOCG. On the one hand, this has made it possible to recover abandoned or uncultivated *terroir* to upgrade. On the other hand, it has also eliminated crop expansion due to higher value return from forest planting. However, this process is not only linked to the specific area of Alta Langa, though there are also numerous requests for admission to the DOCGs of Barolo or Barbaresco every year. Neighbouring areas such as Verduno and La Morra submit similar requests to be included in higher sector and value production and thus sell more bottles with more prestigious affiliations.

CONCLUSION

Even though the UNESCO brand is regulated and strict guidelines have been drawn up for its use, the effects it intrinsically has on the territory are considerable: from the general attitude and willingness by citizens and enterprises to use the logo for any type of product or event, to the increase in business development, market value and tourism in the geographical borders; from the desire to become part of the landscape at any cost by entering into new buffer zone boundaries or the most important DOCG zones, to the transformation of more traditional agricultural landscapes to be associated with the iconicity of vineyard scenery. In particular, the economy of the Langhe has driven an already wine-growing landscape to increase its product with 85/90% vines, with peaks of increase in recent years. However, it is necessary to be careful about the transformation of the landscape towards monoculture, especially in consideration of climate change and the historical and cultural dedication that belongs to the varied areas.

For example, in the case of Monferrato Alessandrino, the negative economic consequences of *flavescence dorée* did not allow the natural evolution of the monocultural landscape. Farmers cut down and removed plants which had little value in the present condition in favour of accelerating the planting and cultivation of forest ecosystems that produced a higher economic return. The thought and decision by many farmers were mainly related to the family heritage, in particular to pass on to their children and grandchildren a landscape of little to no value. This has been the reason why many vines have been uprooted and how the landscape has been radically transformed in the region.

Climate change initiatives are helping this process of landscape transformation, but the continuing drive to the iconic nature of the Langhe's rows of vines encourages new winegrowers to plant new ones and above all to buy plots of land on higher ground, at around 500 m.

To conclude, «I paesaggi vitivinicoli del Piemonte: Langhe, Roero e Monferrato» constitutes a unique testimony to a cultural tradition that is still powerfully alive, as its UNESCO fame and quality attest. Today's Langhe landscape results from a historical attachment to the land on the part of countless generations of winegrowers and centuries of intense and constant work necessary to carry out an agricultural transformation of exceptional dimensions and original character. To this end, care must be taken to ensure that the characteristic elements of each part of the Piemonte landscape system, stimulated by excessive attractiveness to the site, do not compromise the universally recognised underlying value to the detriment of the minor elements that have enabled its recognition.

BIBLIOGRAPHY

- AGNOLETTI, Mauro (2013). *Italian Historical rural Landscape. Cultural Values for the Environment and Rural development*. Berlin: Springer.
- BOOKING PIEMONTE (2014). [Interview] 2015, *How to nominate a site for UNESCO [to] Marco Valle*.
- GANDINO, Elisa; MERIGGIO, Luisa (2016). *Valorizzare un patrimonio UNESCO. Il primo progetto finanziato con la legge 77/2006 nei Paesaggi Vitivinicoli del Piemonte*. Bra: Associazione per il patrimonio dei paesaggi vinicoli di Langhe-Roero e Monferrato.
- ITALIA. Ministero dei Beni delle Attività Culturali e del Turismo (2006). *Legge 77/2006 Siti Unesco Italiani*. 1.^a ed. Roma: Direzione Generale per la Valorizzazione del patrimonio culturale.
- MAZELLI, Redina; RENZULLI, Alessandra (2019). *Progettazione e realizzazione pratica del recupero di piccoli edifici in pietra in Alta Langa*. Torino: Politecnico di Torino. Master's thesis.
- OSSERVATORIO TURISTICO DELLA REGIONE PIEMONTE TORINO (2020). *VisitPiemonte — DMO Piemonte*. [Consult. 25 apr. 2022]. Available at <<https://www.visitpiemonte-dmo.org/rapporti-sta-tistici/>>.
- RECH, Giovanna; MIGLIORATI, Lorenzo (2021). *Social Representations about Cultural Tourism in the Time of COVID-19: A Case Study of Langhe, Monferrato and Roero (Italy)*. «Sustainability». 13, 6301.
- REGIONE PIEMONTE (1999). *Sistema delle colline centrali del Piemonte Langhe Monferrato Roero*. Torino: Regione Piemonte.
- UNESCO. World Heritage List (2014). *The Vineyard Landscape of Piemonte: Langhe-Roero and Monferrato. Executive Summary*. Paris: World Heritage.

A VINHA NA ILHA DE SANTA MARIA, AÇORES — RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA DE VALORES PAISAGÍSTICOS, SOCIOCULTURAIS E PRODUTIVOS*

BÁRBARA MESQUITA**

Resumo: Na ilha de Santa Maria, a vitivinicultura teve expressão na agricultura e na economia desde os primórdios do povoamento. O cultivo da vinha é tradicionalmente feito em socalcos nas baías, num sistema de currais estruturados por muros de pedra, tirando proveito das condições ambientais. Nas últimas décadas, tem-se assistido, contudo, ao abandono das vinhas. A relevância destas paisagens, a par da sua adequação para os vinhedos, conduziu a diversas iniciativas de recuperação, sobretudo desde 2018. O presente estudo pretende fazer uma apresentação deste processo de recuperação. Partindo-se da contextualização temporal e espacial da vinha nos Açores, introduzem-se diferentes valores paisagísticos, socioculturais e produtivos intrínsecos às paisagens marienses. Tendo presente a necessidade da resiliência da paisagem, as reflexões conclusivas atendem ao contexto tempo-espaço e às iniciativas de recuperação. Para existir resiliência, consideraram-se essenciais duas condições: o reconhecimento dos valores paisagísticos; a continuidade da função produtiva que presidiu à construção desta paisagem.

Palavras-chave: vinha em currais; recuperação; paisagem; Santa Maria; Açores.

Abstract: On the island of Santa Maria, viticulture has been relevant in agriculture and in the economy since the settlement. The cultivation of the vine is traditionally done on terraces in the bays, in a system of corrals structured by stone walls, taking advantage of the environmental conditions. In recent decades vineyards have been abandoned. The relevance of these landscapes, along with their suitability for vineyards, has led to recovery initiatives, especially since 2018. This paper aims to present this recovery process. Starting from the temporal and spatial contextualization of the vineyard in the Azores, different landscape, social-cultural and productive values intrinsic to the vines of Santa Maria are presented. Taking into account the need for landscape resilience, the conclusive reflections are drawn upon the time-space context and the recovery measures. In order to achieve resilience, two conditions were considered essential: the recognition of the landscape values; the continuity of the productive function which originated the construction of this landscape.

Keywords: vineyard in corrals (currais); recovery; landscape; Santa Maria; Azores.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar o processo de recuperação da paisagem de vinha tradicional da ilha de Santa Maria, Açores. As vinhas marienses foram construídas através de socalcos e muros de pedra, principalmente localizados nas baías, em sistemas destinados à sustentação dos terrenos e à proteção das videiras. Trata-se de paisagens vinhateiras de reconhecido valor, mas que conhecem um abandono parcial.

* Se o *copyright* de tabelas, gráficos e outras imagens não for indicado, pertence à autora deste texto.

** Doutoranda em Geografia, com projeto de investigação na ilha de Santa Maria, Açores, no IGOT-ULisboa (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa).

Muito embora se trate de um texto sobre Santa Maria, não se pôde deixar de observar o contexto açoriano, ou, pontualmente, o madeirense e o canário. Com efeito, a vitivinicultura açoriana tem especificidades locais e, simultaneamente, características transversais a praticamente toda a região, e com extensões a outros territórios insulares atlânticos.

Após as palavras introdutórias, serão desenvolvidos, no ponto 1, elementos gerais de contextualização temporal e espacial da vitivinicultura na região dos Açores. Segue-se, no ponto 2, uma caracterização, não exaustiva, do cultivo da vinha em Santa Maria. Procurando enfatizar a singularidade das vinhas marienses, o trabalho foi orientado pela ideia de «valores», tendo sido considerados os seguintes: paisagísticos, socioculturais e produtivos. Trata-se de uma separação cujos limites são indefinidos, havendo temáticas que naturalmente se cruzam. Serve-se, contudo, o propósito de sistematizar a informação mobilizada. Neste ponto, haverá igualmente remissões para o contexto regional açoriano. O ponto 3 contém a enumeração de dificuldades e das principais iniciativas do processo de recuperação. Finaliza-se no ponto 4, com quadros-resumo dos valores identificados e algumas reflexões conclusivas¹.

Os conteúdos aqui apresentados resultam de: 1) revisão extensiva de literatura, que abrangeu simultaneamente publicações científicas e literatura genérica; 2) trabalho de campo, que englobou o reconhecimento de terreno e reuniões exploratórias com diferentes atores e *stakeholders*. De notar que a literatura existente incide principalmente sobre a vitivinicultura das ilhas do Grupo Central, justificando-se a necessidade de ter mais investigação sobre o cultivo da vinha e a produção de vinho nas restantes ilhas.

1. A VITIVINICULTURA NOS AÇORES — ELEMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO TEMPORAL E ESPACIAL

O povoamento insular, realizado no século XV, caracterizou-se genericamente por uma distribuição de terras pelos capitães-donatários a colonos detentores de certo capital social e económico. Este processo permitiu que um grupo de terratenentes concentrasse a posse de vastas propriedades e, conseqüentemente, pudesse controlar as principais produções agrícolas. Por outro lado, os produtos introduzidos nos Açores e na Madeira atenderam ao potencial de comercialização: plantas tintureiras, cereais, ou vinho — todos com valor nas economias da época. No período quinhentista, ambos os arquipélagos detinham já estruturas de tipo empresarial — do trabalho braçal até à venda final estava envolvida toda uma cadeia produtiva e comercial².

¹ Este estudo resulta dos trabalhos preparatórios para o projeto de doutoramento em Geografia, que tem a orientação da Professora Doutora Margarida Queirós, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) — Universidade de Lisboa.

² GIL, 1981: 371-374.

Santa Maria, a par de São Miguel e da Terceira, são as ilhas açorianas nas quais a estrutura fundiária de propriedade vinculada, característica do Antigo Regime, persistiu mais intensamente. Nestas ilhas, nos primeiros anos do século XIX, haveria poucas terras libertas, o que, à época, foi visto como obstáculo ao desenvolvimento das atividades agrícolas³.

A introdução da vinha e a produção de vinho nas ilhas terão primeiramente assegurado a manutenção dos hábitos alimentares e tradições religiosas dos primeiros povoadores. O vinho tornou-se, depois, um produto duplamente destinado ao consumo local e ao comércio com o exterior — era controlado oficialmente e tributado nas diferentes fases do seu comércio, gerando importantes receitas para os concelhos. Perante crises de abastecimento, as autoridades podiam recorrer ao controlo da produção vinícola através de medidas como o embargo da exportação⁴.

Nos Açores, as terras foram exploradas de forma quase integral — desde os terrenos mais pobres do litoral até às serras. Houve o aproveitamento em função dos cultivos permitidos pelos diferentes patamares ecológicos, gerando-se uma agricultura diversificada, que congregou plantas autóctones com plantas provenientes de regiões climáticas que variam entre as subtropicais e as temperadas⁵.

Assim, o cultivo da vinha nos Açores, já generalizado no século XVI, foi ajustado às condições físicas insulares: ocupou preferencialmente solos pedregosos e pouco evoluídos, nomeadamente de lavas recentes (caso dos «biscoitos»), e não colidiu com culturas essenciais como a dos cereais. Originou-se, desta forma, um padrão principalmente caracterizado por porções de vinhas descontínuas e de pequena dimensão. O transporte das uvas e/ou do mosto podia ser feito por terra ou por mar, consoante o tipo de acessibilidade às parcelas. De uma forma geral, mas com variações temporais e espaciais, o cultivo teve maior peso relativo na economia agrícola do Grupo Central, particularmente na Graciosa, Pico e São Jorge. Assumiu, ainda, muita importância no Faial, Santa Maria, São Miguel e Terceira, tendo sido residual no Corvo e nas Flores. Historicamente, foi na ilha do Pico, por um conjunto de condições físicas e humanas, que o cultivo da vinha e a produção de vinho atingiram maior relevância e reputação⁶.

Existindo um padrão geral de aproveitamento e uso das terras, o impacto paisagístico da vinha difere de ilha para ilha: as paisagens do Pico impressionam pela extensão; na Graciosa existe um mosaico diversificado de paisagem agrícola, onde as vinhas estão

³ COSTA, 2003: 255-256, 259.

⁴ LIMA, 1960: 233-234; SOUSA, 2004: 126; MENESES, 2011: 180-182, 185; MADRUGA, BORBA, 2017: 79-80. O papel regulador cabia tradicionalmente aos municípios que, em períodos de escassez, controlavam as exportações, facto também observado aquando da falta de cereais. A ilha de Santa Maria terá conseguido escapar a alguns dos flagelos cíclicos de falta de alimentos (COSTA, 2003: 200-201).

⁵ SOUSA, 2004: 127-128; 2015: 150.

⁶ MEDEIROS, 1994: 199-202, 209-210, 226; SOUSA, 2004: 126-128, 131.

integradas com os restantes cultivos; os Biscoitos, na Terceira, constituem uma porção de terra perfeitamente delimitada cujas características naturais são particularmente favoráveis ao cultivo da vinha⁷.

A produção de vinho no século XVII estava concentrada nas ilhas do Grupo Central, particularmente no Pico. No século XVIII, o vinho foi um produto que assegurou a integração do Faial, Pico e São Jorge no comércio internacional, tendo por destinos a América do Norte e o Brasil, e funcionando a Horta como o seu principal porto comercial. Por comparação com a Madeira e Canárias, os vinhos açorianos, com a exceção do licoroso do Pico, não alcançaram renome. Assim, as estruturas de produção e de comércio nunca atingiram dimensão comercial de relevo além-arquipélago. As vantagens da exportação de vinho enquanto lastro foram perdidas com a evolução para a navegação a vapor e consequente diminuição da relevância da localização dos Açores nas rotas atlânticas⁸.

A vinha açoriana foi-se ajustando em função de diferentes fatores: tipos de solos disponíveis; necessidades de consumo local; gestão do cultivo com outros produtos; tipos de procura externa e capacidades de escoamento — nomeadamente a proximidade a portos de maior dimensão e as rotas da navegação atlântica. No Grupo Central, a viticultura e a produção de vinho contribuíram para o crescimento de atividades económicas diversas, principalmente a partir do final do século XVI, com consequências como a criação do concelho da Madalena (Pico), em 1723, ou o desenvolvimento do porto da Horta (Faial) em escala comercial de grandes rotas. O alargamento do cultivo das vinhas nos Açores ocorreu genericamente ao longo do século XVI, e perdeu expressão aquando das pragas sobre os vinhedos, a partir de meados do século XIX⁹.

Algumas dinâmicas semelhantes às descritas caracterizaram a vitivinicultura madeirense. Assim, também nesta ilha, os tipos de solos e de microclimas contribuíram para a definição das áreas de vinha. Em termos comerciais, o mercado consumidor foi-se moldando de acordo com as conjunturas económicas e políticas do Atlântico, sofrendo alterações provenientes dos destinos da exportação¹⁰. Aliás, em termos históricos,

⁷ Observa-se que o plantio da vinha na Graciosa faz o aproveitamento das terras mais quentes e secas da beira-mar, mas em articulação com outras culturas como árvores de fruto, batata, milho e, até mesmo, matos nas extremas dos terrenos (SOUSA, 2015: 153-154).

⁸ SOUSA, 2004: 129-131. O autor alerta para o facto de haver poucos estudos sobre o mercado regional do vinho açoriano. Por outro lado, tem dominado a tendência de generalização, importando aferir os contextos locais de cada ilha quando se estudam os produtos agrícolas e seus ciclos económicos. Nesta mesma linha, importa notar que a ideia de ciclo de um produto de exportação não deve ser extrapolada para a conclusão de práticas de monocultura — nas economias insulares atlânticas nunca vigoraram produtos únicos e houve sempre os destinados às economias de subsistência (VIEIRA, 2003: 39-40).

⁹ MENESES, 2011: 178-185. Este autor sugere que a constituição do concelho da Madalena até teria sido tardia face ao desenvolvimento económico ocorrido. Este facto pode assentar na sujeição socioeconómica ao Faial e na consolidação da viticultura picoense na segunda metade do século XVII (MENESES, 2011: 184).

¹⁰ VIEIRA, 1990: 11; 2003: 65.

é visível que as diferentes regiões vitivinícolas europeias têm a sua dinâmica produtiva e comercial na estreita dependência da procura de vinho para o abastecimento dos navios comerciais e militares¹¹.

Ao longo da sua história, a agricultura açoriana teve sempre em vista os cultivos diversificados, vitais à subsistência, e as produções destinadas aos negócios e à exportação¹². O vinho enquadrado-se, como já se viu, nesta dupla orientação. A par do autoabastecimento, o vinho foi produto de exportação, num período que se prolongou, com diferentes intensidades e características, até ao século XIX. Conjuntamente com os cereais, o vinho figurou nas principais exportações até ao início do século XIX. A sua comercialização com o exterior funcionava na estreita dependência das relações comerciais atlânticas e, particularmente, no papel desempenhado por alguns portos do arquipélago. No último quartel do século XIX, o vinho encontrava-se eminentemente destinado ao consumo local e regional, perdendo relevo nas exportações açorianas¹³.

2. O CULTIVO DA VINHA EM SANTA MARIA — CARACTERIZAÇÃO

2.1. Valores paisagísticos

Os tipos de viticultura tradicionalmente praticados em Portugal estão, como se sabe, adaptados às diferentes regiões, originando paisagens distintas, nas quais se observam alguns traços comuns¹⁴. Na viticultura dos arquipélagos dos Açores e da Madeira é possível identificar afinidades com regiões continentais, nomeadamente com a duriense¹⁵. O caso da paisagem de vinha do Pico tem vindo, aliás, a ser também estudado na perspetiva comparada com o Alto Douro Vinhateiro¹⁶.

Igualmente, nas ilhas Canárias, encontram-se exemplos de técnicas trazidas do continente europeu e que foram adaptadas aos meios insulares. Os solos pouco erodidos, resultantes de erupções vulcânicas — os *malpaíses* — foram aproveitados para o cultivo da vinha, numa articulação eficaz entre as características físicas do meio e o seu aproveitamento através dos muros de pedra seca para a proteção dos ventos dominantes¹⁷. Os socacos — *bancales* — são uma das principais características da paisagem agrícola das Canárias, estando presentes em diversas ilhas e em tipos que variam na função das condições ambientais ou dos cultivos praticados.

¹¹ BONARDI, 2019: 15.

¹² MADRUGA, BORBA, 2017: 79.

¹³ JOÃO, 1991: 41, 43, 47, 49; 1992: 293, 300.

¹⁴ Adota-se aqui a definição de «paisagem» da Convenção Europeia da Paisagem de 2000, e que define no seu artigo 1.º: a paisagem «designa uma parte do território tal como apreendido pelas populações e cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos» (EUROPA. Conselho da, 2000).

¹⁵ VIEIRA, 1990: 103.

¹⁶ COSTA, 2018; 2019; VISEU, 2018. Estes estudos estão enquadrados em publicações do CITCEM.

¹⁷ MACÍAS HERNÁNDEZ, 2005: 352, 354, 360.

A técnica tradicional de cultivo de vinha nos Açores, recorrendo a parcelas simultaneamente protegidas e divididas por muros de pedra — genericamente designadas «currais» —, agregadas em reticulados, está presente em diferentes ilhas do arquipélago. No Pico, estes valores paisagísticos foram formalmente reconhecidos pela UNESCO, com a atribuição do estatuto de Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico — Património Mundial, em 2004.

Em Santa Maria, o pendor das falésias levou a que os «currais» vinhateiros das principais extensões de vinha fossem construídos em sistemas de socalcos, gerando-se paisagens deveras singulares. Estes socalcos declivosos, amparados por paredes de pedra, são considerados quase exceção no arquipélago, estabelecendo-se um paralelo com a Madeira e as Canárias¹⁸. Os muros de pedra marienses têm uma dupla função: suporte dos terrenos, minorando os processos da erosão, e proteção das plantas do efeito de ventos marítimos.

Os socalcos são uma das mais importantes heranças agrícolas mundiais e acumulam conhecimento de milénios da história humana. Constituem sistemas paisagísticos particularmente importantes em ecossistemas frágeis, como é o caso dos de montanha, resultando de um trabalho intenso e duro para converter terrenos declivosos em solos agrícolas produtivos¹⁹. O sistema dos socalcos marienses, exemplo do que atrás foi dito, destaca a «densa compartimentação murada» dos «currais», dotando de interesse particular a paisagem que originaram. As principais manchas de cultivo são as da Maia e de São Lourenço, num esquema construtivo que se repete em ambos os lugares, embora seja mais fragmentado no segundo caso²⁰.

Os socalcos murados destinados à viticultura encontram-se disseminados pela Europa, em diversas regiões continentais, mediterrâneas e atlânticas. A sua localização está sempre marcada pela proximidade a vias fluviais ou marítimas, numa relação direta com os sistemas de transporte. Este fator é particularmente importante para compreender a existência de vastas áreas de socalcos de vinha em regiões costeiras e insulares. Considerando a densidade e extensão dos socalcos de vinha, os Açores encontram-se entre as regiões mais relevantes da Europa²¹.

Na ilha de Santa Maria, o cronista quinhentista Gaspar Frutuoso observou a existência de vinha e a produção de vinho, permitindo concluir que estas atividades remontam ao século XV²². Nos finais do século XV, a paisagem da ilha estaria já profundamente

¹⁸ GASPAR, 2005: 328; ALBERGARIA, 2021: 270, 273. No caso da ilha da Madeira, os terraços estreitos que caracterizam a paisagem agrícola são designados por «poios».

¹⁹ AGNOLETTI, 2019: V.

²⁰ FERNANDES, JANEIRO, MESTRE, 2000: 44.

²¹ BONARDI, 2019: 7-9, 14-15.

²² ALBERGARIA, 2021: 275.

humanizada e, no século XVI, a vinha seria cultivada em larga escala. No decorrer do século XVII, o cultivo intensificou-se, ocupando preferencialmente terrenos pedregosos e com boa exposição solar²³.



Fig. 1. Maia, novembro de 2021



Fig. 2. São Lourenço, outubro de 2021

²³ CONSTÂNCIA, 1982: 233-235, 237.

Nesta ilha de pequena dimensão, muito embora a extensão das vinhas e a produção vinícola possam ter tido um peso inferior a outras do arquipélago, está certamente entre aquelas onde a marca paisagística é das mais impactantes²⁴. A vinha foi plantada, principalmente, nas baías e fajãs, ocupando arribas íngremes que dificilmente se poderiam destinar a outro tipo de plantio. Originou escadarias em socacos, principalmente a sul e leste da ilha, semelhantes na sua construção a algumas regiões do território continental²⁵. Nestas arribas, os «currais» estão distribuídos entre o mar e o ponto onde a inclinação ainda permite o cultivo, originando propriedades estreitas no sopé, mas que se alongam pela encosta acima.

Deve referir-se que foram também plantadas vinhas no interior da ilha, habitualmente a cotas entre 100 e 200 m, as denominadas «vinhas por terra dentro». Nestes casos, as vinhas são preferencialmente protegidas com sebes vivas. O vinho que destas se obtém é tido como de qualidade inferior ao das arribas²⁶.

Sendo Santa Maria a ilha açoriana de povoamento mais antigo, observam-se aspetos dos primórdios desta cultura, nomeadamente os lagares escavados na rocha. A localização destes lagares, atualmente em diferentes estados de conservação, ou já desaparecidos, foi descrita com detalhe por Gaspar Frutuoso, podendo a sua existência estar refletida na toponímia²⁷.

O já assinalado impacto paisagístico assume as suas maiores proporções em São Lourenço e na Maia, onde a extensão de vinhas ocupa, ainda hoje, e apesar do processo de abandono, largas porções das baías. Outro lugar onde este tipo de paisagem de vinha ainda resiste, embora em abandono, é a localidade de Sul. Aqui, é particularmente ilustrativo como foram ocupados terrenos de muito difícil acesso, obrigando a um árduo trabalho físico, não só na construção da paisagem, como na manutenção dos vinhedos e nas operações das vindimas²⁸.

²⁴ Santa Maria, com uma área de 97,2 km², é a terceira ilha de menor dimensão do arquipélago (Corvo: 17,1 km²; Graciosa: 61,2 km²). De acordo com os Censos 2021 — Dados Provisórios, Santa Maria tem 5408 habitantes, sendo a quarta com menos população (Corvo: 384 habitantes; Flores: 3428 habitantes; Graciosa: 4091 habitantes). Cf. INE. *Censos 2021 — Dados Provisórios*. Disponível em <https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html>. [Consult. 04 jan. 2022].

²⁵ MEDEIROS, 1994: 203.

²⁶ GASPAR, 2005: 334, 336.

²⁷ Este tipo de lagar, de dimensões variáveis, foi amplamente utilizado no território continental português, e existem evidências do seu uso na ilha da Madeira (VIEIRA, 1990: 65; 2003: 21). Em Santa Maria, foi recentemente realizada uma inventariação e estudo dos lagares rupestres, da autoria de RAMALHO (2021) e com edição da Câmara Municipal de Vila do Porto. Foram descritos dezassete lagares, um número muito superior aos habitualmente referenciados.

²⁸ A paisagem vinhateira de Santa Maria está exemplarmente documentada no trabalho fotográfico de José Guedes da Silva, publicado em três edições da Câmara Municipal de Vila do Porto: *Pedras da Maia — Santa Maria* (1995); *O Sul de Nossa Senhora da Boa Morte* (1999); *Basalto Azul — S. Lourenço, ilha de Santa Maria* (2001). A tese de RUGHI contém um detalhado dossiê fotográfico das vinhas da Maia e de São Lourenço (2019: 56-71).



Fig. 3. Localidade de Sul, julho de 2017

Atualmente, a Maia e São Lourenço integram o Parque Natural da Ilha de Santa Maria²⁹. Ambas as baías têm o estatuto de «área de paisagem protegida». Igualmente as plantações de vinha na costa norte da ilha integram o território do parque: a Costa Norte tem o estatuto de «área protegida de gestão de recursos»³⁰.

Nas arribas, as vinhas encontraram condições muito adequadas, e o vinho produzido com estas uvas foi sempre tido como de muito boa qualidade. Com efeito, o sistema de «currais» em socalcos foi incrementado com «calçada» criando-se, desta forma, condições ecológicas tão favoráveis que o cultivo de algumas castas podia dispensar os habituais tratamentos. Em diferentes períodos históricos, autores diversos observaram a fertilidade da ilha, indicando a sua autossuficiência em termos de vinho. As maiores manchas de vinha, da Maia e São Lourenço, com orientação a nascente, detinham condições particularmente adequadas de exposição solar. Em ambas as localizações, a vinha era plantada até à altitude aproximada de 100 m. Enquanto as vinhas da Maia surgem mais fragmentadas, as de São Lourenço compõem uma paisagem compacta e uniforme³¹. Existiu, ainda, o aproveitamento para o cultivo da vinha de outras baías e respetivas arribas, de menor dimensão, nomeadamente a Cré, Raposo e Tagarete na costa norte de Santa Maria.

²⁹ Os diplomas aplicáveis são: Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A, de 7 de novembro — cria o Parque Natural da Ilha de Santa Maria; Decreto Legislativo Regional n.º 39/2012/A, de 19 de setembro — primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A.

³⁰ Disponível em <<https://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/parques/2/areasprotegidas>>. [Consult. 23 fev. 2022].

³¹ GASP, 2005: 328-331, 340.

A paisagem vinhateira açoriana obrigou primeiramente à remoção e arrumação das pedras, num esforço que se tornava mais ou menos árduo de acordo com o tipo de solos: de lajido ou mais evoluídos. Seguiu-se a construção dos diferentes elementos necessários às vinhas e que, no caso de Santa Maria, são principalmente: «quartéis», «currais» ou «curraletas», as parcelas de poucos metros quadrados, muradas e de geometria regular, destinadas ao cultivo³²; «paredes de encosto» ou «paredes secas», os muros em pedra, com altura variável e genericamente entre um a três metros, que sustentam os socalcos ou terraços escavados em terrenos declivosos; os «traveses» e os «girões», paredes de proteção em pedra que dividem os «currais»; «escadórios» e carreiros estreitos de acesso; «valados» que permitem a drenagem; «calçada», a pedra solta que cobre os «quartéis»; e «casolas», «covachos» ou «caldeiras», os espaços livres circulares com diâmetro de 50 a 60 cm, em número variável de acordo com a dimensão do «quartel», onde crescem, em cada um, dois a três pés de videiras. Genericamente, as paredes de sustentação diminuem de altura consoante ocorre afastamento do mar, ou nos pontos mais elevados das arribas³³.



Fig. 4. Escadório na Maia, novembro de 2021

³² De acordo com GASPARG, a designação «quartel» é de uso mais antigo em Santa Maria, tendo vindo a ser substituída por «curral» (2005: 337).

³³ MEDEIROS, 1994: 216-218; SILVA, 1995, 1999; GASPARG, 2005: 336-341; ALBERGARIA, 2021: 270-272. De notar que esta terminologia observa repetições, ou variações, nas diversas ilhas vinhateiras do arquipélago.



Fig. 5. Interior do curral de vinha — Maia, novembro de 2021

Associados a estes elementos, existem os destinados às funções de abrigo e/ou guarda de utensílios e à produção. No caso dos primeiros, trata-se de «casotas» ou «cafuas» de planta circular e podendo ter um assento, e que são escavados na parte inferior do socalco³⁴. Este tipo de abrigo não é, no entanto, exclusivo das vinhas e está disseminado por toda a ilha. Os abrigos podem ainda ser pequenas casas com as quatro paredes em pedra seca e telhados cobertos com as tradicionais telhas de meia-cana. Os segundos são os lagares, incluindo os escavados na rocha, as adegas, e, para o transporte, os pequenos embarcadouros e portos. O acesso às vinhas é feito preferencialmente pelas cotas mais baixas, onde também se situam adegas e casas.

Finalmente, são de registar alguns objetos necessários à vindima e à produção do vinho, como os «cestos de almude», os «cestos de mão» ou os «quintos» (barris)³⁵.

Os lagares escavados na rocha permitiam o transporte do mosto, já liberto do engaço, em barris de madeira, facilitando as operações da produção de vinho em terrenos de muito difícil acesso. Já o fabrico e a armazenagem do vinho decorriam, principalmente, em adegas situadas nas áreas residenciais afastadas das vinhas³⁶.

Na inventariação do património imóvel açoriano, Maia e São Lourenço foram inscritas como «unidades paisagísticas construídas», num reconhecimento do interesse

³⁴ GASPAR, 2005: 342.

³⁵ Glossários constantes de SILVA, 1995, 1999.

³⁶ GASPAR, 2005: 343-344.

destes dois conjuntos. Em São Lourenço, foi também inventariada uma adega, classificada como «construção utilitária». As funções associadas a este tipo de património são as de cultivo de vinha e de habitação sazonal³⁷.

Assim, tradicionalmente, as construções nas baías de São Lourenço e da Maia, junto às vinhas, eram adegas ou residências temporárias para o período das vindimas. Nas últimas décadas, a sua função alterou-se para a de casas de veraneio habitadas sazonalmente. Este tipo de uso levou ao aumento da construção e a uma consequente pressão urbanística que coloca novos problemas, nomeadamente de acesso viário, saneamento e recursos hídricos. Estes problemas obrigam a uma gestão territorial complexa, na medida em que se trata da orla costeira e de espaços pertencentes ao parque natural.



Fig. 6. Habitações de veraneio em São Lourenço, novembro de 2021

2.2. Valores socioculturais

O cultivo da vinha em Santa Maria, remontando ao povoamento, permitiu um acumular de práticas aperfeiçoadas ao longo de gerações. Este conhecimento, construído nas diferentes ilhas vinhateiras, contém um corpo comum que convive com variações locais de nomenclatura e de técnicas. Em Santa Maria, infelizmente, uma parte deste conhecimento tem-se perdido com as transições geracionais e o abandono gradual das vinhas. Por outro lado, ocorreu uma simplificação de procedimentos, e as práticas tradicionais não são já utilizadas na sua íntegra.

³⁷ INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA (2005). O trabalho de campo para o levantamento do património de Santa Maria foi realizado em 2000.

Começa por destacar-se o conhecimento gerado na interação constante com o meio, que permitiu a compatibilização entre as condições físicas e os objetivos do cultivo. Para tal, como já foi dito, foram principalmente aproveitadas áreas de boa exposição solar e sem grande préstimo para outras culturas. Geraram-se paisagens culturais caracteristicamente composta por reticulados de muros que sustentam os socalcos embutidos no declive das vertentes. Estas construções, se por um lado respeitam as necessidades da vinha, por outro, evitam a erosão e estabilizam as arribas através dos seus muros, redes de acesso e de drenagem.

Os *quartéis* murados permitem proteger as plantas do ar salgado marítimo, e a cobertura de *calçada* tem a dupla função de concentrar o calor irradiado pelo basalto, reduzindo a humidade, e dispensar, ou facilitar, a monda. Cria-se, desta forma, uma espécie de microclima com um ar mais seco e reforço da temperatura, adequado à manutenção das plantas e maturação dos frutos. As vinhas eram regularmente mondadas e podadas; a maior parte do ano cresciam horizontalmente e junto ao chão — *rasteiros* —, tendo em vista a proteção dos rebentos. As operações de limpeza eram designadas por «dar a volta à vinha». A partir dos meses de verão, era tradicionalmente utilizado o processo de «subir as vinhas», com recurso a canas, para suspender os cachos, facilitando a maturação dos bagos. Na operação de levantar as vinhas, era deixada certa proximidade à pedra para incrementar a maturação através do calor irradiado. A técnica da «virada», consistia em retirar as pedras que cobrem o solo, sachar e proceder à sua recolocação. Aquando da substituição das vinhas velhas, através do plantio de novos pés, o revestimento era obrigatoriamente retirado para se «virar as terras». O chão empedrado era também utilizado em São Miguel e na Terceira; no caso de Santa Maria, a disponibilidade de pedra nas proximidades seria insuficiente para as construções, obrigando a operações de rachar e transportar rocha³⁸. As práticas estão adequadas ao local de cultivo: o tipo de proteção das videiras depende de a localização ser mais ou menos abrigada, nomeadamente arribas ou terras interiores, podendo recorrer a paredes de pedra seca ou a sebes vivas. Nos locais mais expostos, as vinhas são deixadas no chão e levantadas apenas no princípio do verão. As mais protegidas são erguidas aquando da poda, podendo ficar amarradas a canas para continuarem afastadas do chão³⁹.

Seguidamente, destaca-se, enquanto valor, o aparecimento de um novo produto vínico em virtude da adaptação imposta pelas pragas de oídio e filoxera de meados do século XIX, que, como é sobejamente sabido, afetaram as diferentes regiões vinícolas europeias. Trata-se do «vinho de cheiro», tão enraizado no consumo açoriano, e que foi o resultado da substituição das castas europeias pelas americanas, naturalmente mais resistentes⁴⁰.

³⁸ MEDEIROS, 1994: 217-218; FERREIRA, 1997: 35, 37; SILVA, 1999; GASPAR, 2005: 337, 339-341; ALBERGARIA, 2021: 271-272; REIS, 2021: 100.

³⁹ GASPAR, 2005: 337.

⁴⁰ Em Portugal Continental, este tipo de vinho, popularizado em alguns lugares, é designado de «morangueiro».

A introdução das castas americanas no arquipélago terá ocorrido a partir de São Miguel, cerca de 1854. Iniciou-se com a híbrida Isabela, chegada num lote de plantas exóticas, enquanto planta ornamental. Pela sua resistência natural, muito embora sujeita ao oídio se plantada em locais mais húmidos, foi alvo de atenção em contexto de destruição pelas pragas e posterior reconversão dos vinhedos⁴¹.

Na região dos Açores, as vinhas de castas europeias eram produtoras diretas até ao período de pragas, a partir do qual as castas americanas ou as híbridas passaram a ser os porta-enxertos e/ou a produzir diretamente as uvas. A alteração forçada no cultivo e na produção teve consequências óbvias nas economias locais. Afetou mais as ilhas onde a vinha assumia uma importância significativa, nomeadamente Graciosa e Pico: aqui, diversas alterações de posse e uma certa fragmentação de propriedades ocorreram neste período⁴². Em termos de organização administrativa territorial, houve consequências como a extinção do concelho da Madalena, no Pico, entre 1895 e 1898, e, na Graciosa, deu-se a extinção do concelho da Praia, em 1855⁴³.

Como foi dito, existiu uma fase anterior de cultivo e produção a partir das castas europeias. Estas foram introduzidas no arquipélago, principalmente a partir da Madeira e do território continental, sendo a mais conhecida a Verdelho, cujo vinho foi também produzido em Santa Maria. No século XIX, a adaptação às então consideradas novas castas foi gradual e passou por um período de adaptação ao paladar dos consumidores. O consumo e a preferência por este vinho ficaram fortemente enraizados, não apenas pelo seu aroma, mas por se tratar de um vinho pouco graduado que permite ser bebido em maior quantidade⁴⁴. A título de curiosidade, vale a pena referir que, de acordo com relato de viajante estrangeiro, no início do século XIX, os hábitos de consumo dos camponeses faialenses eram de um vinho jovem e fraco, que se misturava com água. Em 1876, o abundante «vinho de cheiro» era vendido nas tabernas de São Miguel⁴⁵. O consumo de vinhos fracos, tanto por motivos de preço como para proporcionar ser bebido em maior quantidade, foi aquele que vigorou junto da população com menor poder de compra.

O consumo dos vinhos de castas americanas ou híbridas, resistentes às pragas, tornou-se comum em todo o arquipélago e, a partir do final do século XIX, era um produto autêntico e tradicional. Passaram a existir locais de proveniência bastante apreciados nos circuitos comerciais da região, nomeadamente os vinhos de Santa Maria, São Miguel e Terceira (Biscoitos)⁴⁶.

⁴¹ SOUSA, 2004: 150-151.

⁴² MEDEIROS, 1994: 214, 219.

⁴³ MEDEIROS, 1994: 214; SOUSA, 2015: 160.

⁴⁴ MEDEIROS, 1994: 200; GASPAR, 2005: 89, 93, 327; ALBERGARIA, 2021: 278.

⁴⁵ SOUSA, 2004: 126, 176-177.

⁴⁶ MEDEIROS, 1994: 207, 212-214, 223.

Na opção de castas predominantes, parece ter havido uma evolução diferente nas ilhas do Grupo Oriental e Central: enquanto em Santa Maria e São Miguel, de acordo com informação oficial da década de setenta do século XX, já não se registavam vinhas com castas europeias, o mesmo não se passava na Graciosa, Pico, São Jorge e Terceira, onde o seu cultivo persistiu através do Verdelho e do Arinto⁴⁷. É de sublinhar que os viticultores micalenses, na sua generalidade, não retêm memória do cultivo das castas europeias, muito embora na ilha possa ter restado um cultivo residual. No caso mariense, terá resistido a casta europeia Bastardo ou Bastardinho, e existem memórias e registos do vinho Verdelho⁴⁸. No entanto, terá existido uma certa variedade de uvas cultivadas nas fajãs, observando-se, na primeira metade do século XX: Isabela, Verdelho, Diagalves, Bastardo, Sabrainho, Mourisco, Alicante e Moscatel⁴⁹.

O «vinho de cheiro», proveniente de castas americanas e/ou híbridas, continuou a ser produzido e consumido em Santa Maria. Era, aliás, o tipo de vinho tradicionalmente servido nos *Impérios* das importantes festividades do Espírito Santo, celebradas em toda a região açoriana. Em Santa Maria, este vinho, conjuntamente com as sopas e os diferentes pães e biscoitos, completava a tríade de ingredientes cereal-carne-vinho proveniente das esmolas dadas pela população na época das colheitas e das vindimas. Os alimentos confeccionados para os bodos dos impérios eram, depois, repartidos pelos mais carenciados no domingo de Pentecostes⁵⁰.

No que respeita ao vinho dado como esmola para estas festividades, e de acordo com Jaime Figueiredo, tratava-se do «vinho mosto, o bom vinho doce», de baixo grau alcoólico e parecido com o «verdasco, que se produz em toda a região nortenha». O vinho era oferecido numa quantidade que dependia da abundância da colheita. O mesmo autor indica que também se servia o vinho por ocasião dos trabalhos preparatórios das festividades, nomeadamente na escolha do cereal e na preparação da farinha⁵¹.

A persistência do «vinho de cheiro» nos Açores é interessante na medida em que, há décadas, que a produção e a comercialização de vinhos de castas americanas foram inviabilizadas na Europa. Em Portugal, data de 1935 e 1938 a legislação que tornou ilegal a plantação de vinhas americanas (designadas «produtores diretos americanos»).

⁴⁷ De acordo com informação estatística constante de MEDEIROS, 1994: 223-224. GASPAR, 2005: 91.

⁴⁸ De acordo com os testemunhos recolhidos por FERREIRA, o «vinho bastardo» era o melhor e, conseqüentemente, servido nas missas (1997: 62); GASPAR, 2005: 91, 344, 512-514.

⁴⁹ FIGUEIREDO, 1990 [1954]: 31.

⁵⁰ FIGUEIREDO, 1990 [1954]: 32; 1957: 14-15, 53-57, 86-88. Veja-se ainda os versos do padre Serafim de Chaves na sua descrição das Festas do Espírito Santo em Santa Maria (CHAVES, 1983: 63):

«Aparte em aposento reservado,
Espécie de telónio, mesureiro,
Serve o copeiro o bom vinho de cheiro
E o biscoito de orelha tão falado.
Com agrado oferece à ordeira gente
Que entra e sai, sem convite, alegremente.»

⁵¹ FIGUEIREDO, 1957: 56, 77, 85-86.

Salvaguardando-se a produção para consumo familiar, a legislação classificou o vinho destas castas como «de inferior qualidade, desequilibrado e sem condições de conservação»⁵². Alegadamente, a sua composição química também poderia ser prejudicial à saúde, o que, entretanto, já não corresponde ao conhecimento atual. Após a adesão à União Europeia, o hábito de consumo vigente nos Açores, a par da compensação pela insularidade, levou a uma exceção para a produção e consumo destes vinhos, embora circunscrita ao espaço do arquipélago. Com efeito, a regulamentação comunitária não permite fabricar vinhos com as castas Isabela, Jacquez e Herbemont, entre outras⁵³.

É de ressaltar que as castas americanas, devido à resistência natural das plantas e dos aromas peculiares das suas uvas, estão atualmente a despertar interesse em diversos países europeus. Em França, país onde, na década de trinta do século XX, estas castas foram proibidas, gerou-se recentemente um movimento para a sua legalização e revitalização na produção vinícola⁵⁴.

2.3. Valores produtivos

A economia da vinha e do vinho nos Açores é um tema cujo estudo tem vindo a ser bastante aprofundado. São identificados períodos de produção e comercialização cujas características derivam de diferentes condicionalismos: circuitos comerciais; regime de propriedade; pragas que afetaram o cultivo (e, conseqüentemente, o tipo de vinho produzido); hábitos de consumo; viabilidade económica; técnicas utilizadas⁵⁵. Historicamente, estes condicionalismos estiveram presentes em todas as regiões vinhateiras; e, no caso português, os mesmos estão associados a momentos de transformações na vitivinicultura⁵⁶.

Genericamente, as produções vinícolas insulares atlânticas, designadamente as dos Açores, Canárias e Madeira, sofriam limitações específicas, como os custos de produção mais elevados, ou a divergência de interesses económicos regionais face aos nacionais. Detinham, por outro lado, uma forte vantagem: como portos de refresco, onde se carregavam porões, eram pontos importantes da navegação atlântica. Neste contexto, os Açores têm sido genericamente considerados como uma região com vinhos de menor notoriedade e cuja produção estava essencialmente concentrada na Graciosa, Pico e São Jorge. As áreas de cultivo fisicamente limitadas e conseqüentemente escassas eram fator

⁵² PORTUGAL. Ministério da Agricultura, 1935, 1938.

⁵³ UNIÃO EUROPEIA. Parlamento e Conselho Europeu, 2013.

⁵⁴ ASTIER, 2017.

⁵⁵ Os autores assinalam insegurança nas estatísticas disponíveis, o que dificulta a reconstituição da economia vitivinícola açoriana. Há, ainda, motivos para crer que exista subestimação da produção de algumas ilhas, nomeadamente Santa Maria, ou exagero nas exportações anuais do vinho açoriano. Finalmente, os estudos privilegiam a dimensão de exportação, sendo escassos, ou omissos, no que respeita à produção para consumo local. Veja-se a este propósito: MEDEIROS, 1994: 211-213, 215; COSTA, 2003: 285-287; SOUSA, 2004: 117-118, 120, 124, 131, 139; GASPARG, 2005: 442-443.

⁵⁶ SOUSA, 2004: 115-116.

impeditivo para concorrer com os restantes exportadores. Assim sendo, as referências aos vinhos açorianos são marginais se comparadas com os arquipélagos das Canárias e da Madeira⁵⁷.

Em realidades produtivas que diferem de acordo com períodos históricos e contextos locais, indicam-se, seguidamente, alguns factos genéricos que ilustram a importância da produção vinícola açoriana.

No século XVI, o vinho produzido nos Açores esteve presente nos circuitos comerciais em estreita relação com a cabotagem. Esta navegação fazia o transporte entre ilhas, ou diversos locais da mesma ilha, assegurando as comunicações regionais. Ao longo do século XVII, os Açores tornam-se centros de diversas produções: pastel, trigo, vinho e aguardente assumem relevo no tráfego internacional. Neste mesmo século, há evidências da integração do vinho açoriano nas grandes rotas oceânicas, ou, mais em particular, nas atlânticas. Muito embora considerado como um produto de qualidade limitada, o seu comércio externo era permitido pelo aproveitamento de escalas. Este vinho tinha o centro produtor no Pico, contou com o envolvimento de mercadores estrangeiros e teve destinos como o Brasil, ou as Antilhas. Por outro lado, a comercialização do vinho dinamizou atividades associadas, como o fabrico de pipas e outros recipientes. Nas primeiras décadas do século XVIII, em que os mercadores ingleses predominavam nas trocas, os Açores eram um ponto de passagem principalmente no comércio com o Brasil. Chegavam ao arquipélago produtos brasileiros como açúcar e tabaco, estando o vinho e a aguardente entre os produtos exportados. O arquipélago tinha os circuitos comerciais preferencialmente organizados em torno do Faial, São Miguel e Terceira. Nesta época, a ilha de Santa Maria está igualmente referenciada nos circuitos comerciais com o exterior⁵⁸. No primeiro quartel do século XIX, a economia dos Açores continuava a ter no vinho, a par dos cereais e das laranjas, uma das principais exportações. O vinho era destinado a mercados como a Inglaterra, o Brasil ou os Estados Unidos da América. No final do século XIX, com o «vinho de cheiro» a substituir o antigo verdelho no consumo regional, procurou-se que este então novo vinho encontrasse mercados mais vastos — foi exportado de São Miguel para o Brasil, sob a marca *Açor*⁵⁹.

Decorrente desta evolução, na primeira vintena do século XIX, a vinicultura era uma atividade consolidada e com peso na economia do arquipélago. Contudo, a literatura circunscreve-se ao comércio com o exterior, não estando estudado o consumo local. No entanto, a produção para o autoconsumo é precisamente uma das características das ilhas de menor dimensão como Santa Maria. Esta ilha teria, no conjunto do arquipélago, pouco peso económico, mas com certo relevo na exportação de cereais,

⁵⁷ SOUSA, 2004: 117-119, 132.

⁵⁸ SILVA, 1999: 207-208, 212, 215.

⁵⁹ LIMA, 1960: 234-238; GIL, 1982: 365-366; 1983: 143, 164, 171, 177-178; MEDEIROS, 1994: 202, 207-208, 215-216; SILVA, 1999: 207-208, 212, 215; MADRUGA, BORBA, 2017: 105.

barro e objetos em barro⁶⁰. Para 1801, um estudo detalhado do porto de Ponta Delgada evidencia o número de barcos com proveniência de Santa Maria, inferindo-se a intensidade do comércio de proximidade. Releva-se a quantidade e variedade dos produtos desta ilha, que parecem ser todos de produção local, nomeadamente: trigo, cevada, barro, telhas, loiças e vinho (24 pipas)⁶¹. No século XX, e de acordo com informação de 1938, as exportações de Santa Maria destinadas ao comércio de cabotagem eram compostas pelos produtos excedentários na ilha e incluíam «pipas de vinho de cheiro e alguns quintos de verdejo»⁶².

Atendendo à importância da vitivinicultura na região, o oídio e as pragas subsequentes tiveram um forte impacto nas economias locais. Em São Miguel, a chegada do oídio é indicada em 1850, e quase deixou de haver uvas em 1852. Esta quebra afetou, por um lado, os produtores agrícolas e, por outro, as receitas públicas associadas. No ano de 1887, a filoxera é tida como existente em força na Terceira e em São Miguel. Levou à prática de enxertar a casta Isabela noutras americanas mais resistentes. A partir de 1886, surgia a antracnose, outra doença que atacava principalmente as vinhas mais afastadas do litoral e que veio agravar os prejuízos⁶³.

Para o período imediatamente anterior à chegada do oídio, tomando como referência o ano de 1853, a produção de Santa Maria totalizaria quatrocentas pipas, e não se destinava à exportação. A sua produção era a mais pequena das ilhas vinhateiras (não inclui Corvo e Flores), seguindo-se a Terceira com seiscentas pipas⁶⁴. Já as estatísticas de produção para o concelho único da ilha, Vila do Porto, no período entre 1845 e 1863, revelam uma quebra de 1030 para 30 barris, acompanhando a diminuição ocorrida em todos os restantes concelhos do distrito de Ponta Delgada. Santa Maria, no ano de 1873, teve a produção mais baixa do arquipélago: estimada em 65 hectolitros⁶⁵. Existe, aliás, um testemunho de viajante, datado de 1870, observando que as vinhas de São Lourenço, em terrenos pedregosos que apenas permitiam a vinha, à época pouco produziam devido ao oídio⁶⁶.

Num relatório de 1891, dos serviços agrónomos do distrito de Ponta Delgada, indicava-se que todos os vinhedos estavam a ser atacados pela filoxera, excetuando uns

⁶⁰ COSTA, 2003: 251-252, 282, 285, 306, 321-322.

⁶¹ CID, 1979: 147-148, 159-160.

⁶² FIGUEIREDO, 1990 [1954]: 32-33.

⁶³ SOUSA, 2004: 124-125, 154, 168-172. O autor salvaguarda que a progressão das pragas no arquipélago não é um processo uniforme, nem existem certezas de datas.

⁶⁴ MORELET, 1860: 109, 113-114. Este autor indica que a capacidade da pipa comercialmente utilizada nos Açores era de 400 litros. De notar que, cerca de cem anos mais tarde, em Santa Maria, a capacidade da pipa é indicada em 480 litros, FERREIRA, 1997: 40.

⁶⁵ Estatística relativa à produção de vinho no distrito de Ponta Delgada, que incluía a Vila do Porto, SOUSA, 2004: 154-155. Estatística de PERY, a partir de SOUSA, 2015: 161. Tomando como referência MORELET: 1 pipa = 400 litros, seria uma produção de aproximadamente dezasseis pipas.

⁶⁶ MACHADO, 1870: 24.

poucos hectares plantados sobre as areias, em Santa Maria. A par deste facto, é interessante notar que, no *Catálogo da Exposição Distrital de Artes e Indústrias de Ponta Delgada*, de 1895, de trinta vinhos expostos, catorze eram originários de Santa Maria. O clima mais seco desta ilha poderá tê-la tornado menos sujeita a pragas⁶⁷. Assim, e apesar do decréscimo, as condições naturais da ilha e a introdução de castas resistentes poderão ter permitido uma recuperação mais fácil da produção.

As ilhas economicamente mais afetadas foram necessariamente as mais dependentes da vitivinicultura: Pico, Faial e São Jorge, mas mais intensamente as duas primeiras⁶⁸. O oídio, associado a uma série de maus anos agrícolas, em 1857-1858-1859, provocou fomes e um conseqüente aumento da emigração do Pico para o Brasil e os Estados Unidos da América. Os grandes proprietários e morgados do Faial e do Pico assistem à desvalorização das terras, e os lavradores mais abastados veem reduzir um dos seus principais produtos de mercado. É feita alguma reconversão dos terrenos para cereais, mas, no caso do Pico, pelas características físicas e tradição agrícola desenvolvida, era difícil substituir a vinha. Em São Jorge, apesar de alguns esforços, nunca mais a produção de vinho atingiu a centralidade anterior às pragas. Os antigos terrenos de vinha foram reconvertidos para pastos ou cultura do milho. O quadriculado dos muros começou a cobrir-se de silvados e matos, provocando uma grande alteração da paisagem das vertentes a sul, e conseqüente desvalorização destas propriedades. As suas plantações em pequena escala e em prédios de reduzida dimensão dificultavam a reconversão, pelo que a vinha se foi tornando uma cultura local e destinada ao autoconsumo. As ilhas menos dependentes da vinha, como a Terceira ou a Graciosa, terão sentido as conseqüências de forma mais atenuada. Na Graciosa, devido às suas condições ecológicas de ilha mais seca, prosseguiu-se com as produções agrícolas tradicionais: vinho, comumente tido como de menor qualidade, e conseqüentemente afastado de mercados internacionais, cevada e trigo. Neste período de crise vinícola, a Graciosa assumiu importância no abastecimento do mercado regional⁶⁹.

Os meados do século XIX foram, deste modo, determinantes para a vitivinicultura açoriana: deu-se o quase desaparecimento das castas europeias — o Verdelho foi-se mantendo sobretudo no Pico e na Graciosa; fez-se a substituição pelas castas americanas consideradas inferiores, mas resistentes e produtivas; e ocorreu a conseqüente alteração de mercados e do gosto dos consumidores locais. Estas circunstâncias criaram

⁶⁷ Informação a partir de SOUSA, 2004: 184-185.

⁶⁸ MENESES, 2011: 186.

⁶⁹ SOUSA, 2004: 156-162, 173-174, 191-192; 2015: 151-152, 158, 160, 164. Este autor observa que o fabrico de aguardente na Graciosa permitiu obter um produto de conservação e valor comercial superiores ao do vinho. Assim, ficavam parcialmente ultrapassadas as dificuldades de produzir numa ilha mais pequena e com menor capacidade de acesso aos mercados e às redes comerciais (SOUSA, 2015: 154, 156).

um contexto em que o mercado interno (local e regional) se tornou o mais importante. Este mercado, apesar de diminuto, oferecia rentabilidade ao pequeno e médio produtor, que era, na verdade, a dimensão da maioria dos viticultores das ilhas⁷⁰.

No Faial, Graciosa, Pico e São Jorge, os vinhedos eram uma significativa fonte de rendimentos para as elites possuidoras de terras. Estas famílias passavam os verões nas propriedades vinhateiras e recorriam a feitores que organizavam todo o processo, incluindo o recrutamento de mão de obra. Este trabalho, com carácter sazonal, era possível em períodos onde a sempre presente emigração açoriana não se fazia sentir tão intensamente. As décadas iniciais do século XIX são precisamente um período de crescimento da plantação e da produção em todo o arquipélago⁷¹.

Em Santa Maria, a posse das vinhas estava igualmente concentrada nos principais proprietários de terra. Muito embora não existam estudos aprofundados da posse e usos das terras agrícolas, há registos que permitem inferir semelhanças com as ilhas do Grupo Central. O caso de São Lourenço, através dos testemunhos recolhidos, denota semelhanças: propriedades pertencentes a elites da ilha; cultivo e produção vinícola organizado por vinhateiros; e trabalho realizado pelas gentes que precisavam do rendimento das tarefas da viticultura⁷². É de notar que, em Santa Maria, no decorrer do século XIX, a divisão das propriedades rústicas, em consequência do aforamento, teria já tido efeitos benéficos na atividade agrícola⁷³. Eventualmente, após as pragas nos vinhedos, e já na entrada no século XX, a pertença dos currais de vinha estava substancialmente dividida por um número maior de proprietários.

No que respeita à qualidade atribuída aos vinhos açorianos, com a exceção dos que mereceram reconhecimento, a sua fraqueza foi apontada aos cuidados e métodos de cultivo, produção e conservação⁷⁴. Perante este cenário, esforços de modernização e aperfeiçoamento foram encetados pelos viticultores açorianos⁷⁵. No caso de São Miguel, aproveitando a reconversão operada com as castas híbridas, ocorreu, no final do século XIX, o incremento técnico. Trabalhou-se no sentido de contornar características como, por exemplo, a maturação irregular dos bagos na casta Isabela. Numa conjuntura exportadora favorável, e sendo estes novos vinhos apreciados no Brasil e em França, os viticultores micaelenses, tendo em vista ampliar a comercialização, recorreram, em 1886, à orientação técnica francesa. Em 1887, perante a produção excedentária, houve exportação para o Brasil e a França de um vinho pouco alcoólico da marca Açor. No entanto, terá sido um sucesso curto e de alcance reduzido⁷⁶.

⁷⁰ SOUSA, 2004: 148-152, 172.

⁷¹ SOUSA, 2004: 143-144.

⁷² FERREIRA, 1997.

⁷³ CONSTÂNCIA, 1982: 240.

⁷⁴ MEDEIROS, 1994: 208; SOUSA, 2004: 207; 2015: 156.

⁷⁵ SOUSA, 2004: 125.

⁷⁶ SOUSA, 2004: 178-179, 185, 189; GASPAR, 2005: 94-95, 100.

Vale a pena anotar que isto foi possível num período anterior à ilegalização das castas híbridas americanas em França, posta em prática na década de trinta do século XX.

A preferência regional pelos vinhos das castas americanas garantiu um mercado açoriano para o consumo. No caso de Santa Maria e de São Miguel, são três as castas híbridas que ganharam preponderância: Isabela (também designada «vinha de cheiro» ou «americana»), Jacquez e Herbemont. É de notar que, em Santa Maria, existe uma inversão na designação das castas Jacquez (Herbemont nas restantes ilhas) e Herbemont (Jacquez nas restantes ilhas)⁷⁷.

Ao longo da primeira metade do século XX, nos Açores, observou-se um aumento da superfície de vinha (excetuando em São Jorge). Nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX, surgem adegas cooperativas no Pico e na Graciosa⁷⁸. Os vinhedos de elevada produtividade, a existência de mercado local e regional, os preços que viabilizavam a produção e garantiam o retorno do investimento podem ser fatores explicativos para este aumento.

Nesta expansão, o «vinho de cheiro» ganhou terreno e teve a sua produção assegurada particularmente em Santa Maria, São Miguel e Terceira. A produção a partir de Verdelho era mais dispendiosa que a das castas americanas e, assim, na Terceira e no Pico, foi-se reduzindo a área afeta a esta vinha. Por outro lado, a atividade da vitivinicultura aumentou a sua importância em São Miguel e na Terceira⁷⁹.

Entre 1950 e 1970, Graciosa e Santa Maria encontravam-se no leque das principais ilhas vinhateiras e com capacidade de exportação. Era enviado vinho da Graciosa para o Faial, São Jorge, São Miguel e Terceira. O vinho de Santa Maria era remetido para São Miguel, onde, apesar do custo do transporte, era vendido por melhor preço⁸⁰. Em Santa Maria, a produção vinícola conheceu uma curva ascendente ao longo deste século e até 1960⁸¹. Já no ano de 1998, observou-se que o «vinho de cheiro» produzido era insuficiente para o consumo na ilha⁸².

O principal mercado para o vinho açoriano é, até presentemente, o próprio arquipélago, tanto para as castas híbridas como para as europeias. O vinho das castas híbridas tem preços mais baixos — videiras mais produtivas e com uma resistência que permite evitar alguns tratamentos⁸³. A Isabela e as restantes castas americanas ou híbridas foram solução

⁷⁷ GASPAR, 2005: 100-101, 344-345.

⁷⁸ SOUSA, 2004: 210-211, 214.

⁷⁹ SOUSA, 2004: 211-213; 2015: 151.

⁸⁰ GASPAR, 2005: 479-480.

⁸¹ ALBERGARIA, 2021: 280.

⁸² GASPAR, 2005: 345-346, 512-514.

⁸³ GASPAR, 2005: 476, 479.

para ultrapassar o período das pragas: além de se terem adaptado às condições ecológicas, produziram vinhos para o mercado regional⁸⁴. Assim, e ao longo do século XX, a produção do arquipélago era escoada e gerava o rendimento necessário aos viticultores.

A recolha de testemunhos orais evidenciou a importância do trabalho nas vinhas, nas décadas de quarenta e cinquenta do século XX. Perante alguma escassez de oferta laboral em Santa Maria, as vinhas representavam possibilidade de remuneração, na maior parte das vezes paga em géneros, e que complementava magros rendimentos. Foi uma altura em que o vinho da ilha tinha muita procura, um preço que assegurava o lucro, e a produção conhecia escoamento garantido tanto dentro de Santa Maria como para São Miguel⁸⁵.

Para este período há relatos de atividades complementares: o fabrico de pipas e tonéis pelos carpinteiros da ilha, simultaneamente tanoeiros, e a produção de «aguardente da terra», vendida na ilha — embora se assistisse a uma redução dos alambiques⁸⁶.

Em Santa Maria, o vinho das uvas plantadas nas arribas da Maia e de São Lourenço era o mais apreciado. No entanto, as «vinhas de terra dentro» revelavam-se mais produtivas⁸⁷. Desta forma, para rentabilizar, existia a prática de lotear o vinho. Por outro lado, com o vinho da casta Herbemont (localmente designado Abremon ou Bremon — e Jacquez nas restantes ilhas), um tinto menos apreciado, mas mantido porque servia para lotear com o «vinho de cheiro» (casta Isabela), acentuando a cor, e do seu mosto era produzido o «vinho abafado». Esta prática era corrente em São Miguel e Santa Maria para o fabrico do típico «vinho de cheiro» que só raras vezes é feito exclusivamente de Isabela: acentuava-se a cor de vinho tinto, mas sem alterar o aroma típico, indo ao encontro da preferência dos consumidores locais⁸⁸. Esta prática detinha ainda a vantagem de tornar o vinho mais graduado. O loteamento pode ser feito em separado, respeitando os diferentes períodos de maturação dos frutos de cada uma das castas. O vinho branco da casta Jacquez, localmente designado «Jacquês» (casta Herbemont nas restantes ilhas), é produzido em maior quantidade; a facilidade de a planta pegar de estaca foi condição para a disseminação desta videira na ilha. Acresce a sua resistência superior à das uvas tintureiras, que torna possível ser cultivada sem recurso aos

⁸⁴ SOUSA, 2004: 187-188, 190. Apesar de tudo, e de acordo com este autor, no final do século XIX, observam-se anos em que a produção do «vinho de cheiro» também ficava comprometida devido às doenças da vinha.

⁸⁵ FERREIRA, 1997: 37, 39, 42, 46; REIS, 2021: 99-101.

⁸⁶ FERREIRA, 1997: 40-41, 49.

⁸⁷ Em termos históricos, esta mesma constatação foi feita para o Pico e para a Graciosa. No Pico, os terrenos de lagido, mistério e biscoitos eram quase exclusivos para as vinhas, e, destas, obtendo-se vinhos de melhor qualidade. Já no chão de terra, a produção era mais abundante, mas de qualidade inferior, e convivendo com o cultivo do milho e da batata-doce. Na Graciosa, a vinha plantada em terras lavradas permitia aumentar a produtividade, mas obtinha-se vinho de qualidade inferior. Veja-se, a este propósito, SOUSA, 2004: 205-207; 2015: 154-155. É de salientar que, na ilha da Madeira, existe uma distinção entre vinhas do norte e vinhas do sul, e de acordo com a altitude. O vinho considerado de qualidade superior era o das vinhas plantadas nas «meias terras abaixo» da vertente sul (VIEIRA, 1990: 27, 105; 2003: 71).

⁸⁸ Localmente, esta prática de misturar para obter a mesma graduação e cor designava-se «passar o vinho a limpo» (FERREIRA, 1997: 40). Sobre este procedimento, existem também testemunhos recolhidos por REIS, 2021.

habituais tratamentos. Genericamente, é um vinho sem expressão comercial e destinado ao consumo privado. No entanto, em Santa Maria, há alguma comercialização de «Jacquês»⁸⁹.

De acordo com informação oficial, no concelho de Vila do Porto, a superfície cultivada com vinha, em 1885, era de 103 ha⁹⁰. Os dados do Recenseamento Geral Agrícola de 1989 registam, em Santa Maria, 132 ha de vinha e, em São Miguel, 471 ha, para um total de 2297 ha em toda a região⁹¹. No decorrer do século XX, apesar das vicissitudes, em Santa Maria a área de vinha aumentou.

Em 1994, o decreto-lei n.º 17/94, de 25 de janeiro, criou as zonas vitivinícolas da Região Autónoma dos Açores e, em 1995, foi constituída a Comissão Vitivinícola Regional dos Açores (CVR Açores). Atualmente, existe a Indicação Geográfica «Açores», e três Denominações de Origem Protegida (DOP): Graciosa, Biscoitos (Terceira) e Pico.

Na ilha de Santa Maria, ao abrigo do VITIS, iniciou-se o processo de reconversão de vinhas tradicionais, numa extensão inicial de 4 ha em 2020, que obriga à mudança para castas europeias.

3. O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO

3.1. Dificuldades

O declínio do cultivo da vinha nos Açores deve ser enquadrado no decréscimo geral da atividade agrícola. Na década de sessenta do século XX, na Graciosa e no Pico, foi feito um esforço de revitalização, nomeadamente através de adegas cooperativas. Estes processos enfrentaram, desde logo, diversas dificuldades ao nível dos mercados e dos custos elevados das explorações (inviabilidade de mecanização e preço da mão de obra). Na Graciosa, observou-se até o declínio da adega cooperativa na década de oitenta. A retoma da atividade tem enfrentado duplamente as limitações inerentes ao «vinho de cheiro», e o ritmo lento da reconversão para castas europeias⁹².

Outros tipos de dificuldades foram identificados: os terrenos afetos às vinhas são muito desiguais, o que dificulta um tipo comum de vinho; e, apesar da existência de diferentes áreas de cultivo, genericamente, o clima húmido e a orografia são pouco favoráveis e tornam o rendimento por hectare inferior ao das restantes regiões vinícolas portuguesas. A modernização operada no setor, no final do século XIX, em Portugal, teve componentes que dificilmente se adequavam à realidade dos Açores, nomeadamente a mecanização e a dimensão das propriedades. A produção açoriana tornou-se pouco competitiva, restando o mercado regional e o cultivo preferencial

⁸⁹ GASPAR, 2005: 341, 345-346, 465-470, 487-488.

⁹⁰ Informação estatística constante de SOUSA, 2004: 178.

⁹¹ Informação a partir de MEDEIROS, 1994: 223-224.

⁹² MEDEIROS, 1994: 221-222, 225, 227.

das castas americanas. Apesar dos constrangimentos, o arquipélago observou um aumento da área de cultivo no início do século XX, tal como sucedeu no restante território português⁹³.

O processo de recuperação e/ou reconversão da vinha em Santa Maria, mais tardio que o de outras ilhas vinhateiras, enfrenta as condições de partida transversais ao contexto açoriano, mas agravadas pelo difícil acesso às parcelas de vinha.

Nesta ilha, ainda antes do oídio e da filoxera, na segunda metade do século XIX, já se observava o abandono das vinhas e se faziam esforços para a sua recuperação, nomeadamente daquelas localizadas nos Anjos, Figueiral e Abegoarias, as áreas de povoamento inicial da ilha e com proximidade à Vila do Porto⁹⁴. Estas são, aliás, também situadas junto ao mar, mas a cotas mais baixas, e com relevo menos vigoroso, estando atualmente destinadas a outros usos.

No entanto, ao longo da história, Santa Maria faz parte das ilhas vinhateiras, precisamente por dispor de áreas ecologicamente adequadas. Como referido, em determinadas partes da ilha, as manchas dos vinhedos adquiriram uma extensão considerável para a escala do território açoriano. É, a par da Graciosa, uma ilha tendencialmente menos húmida, e que foi produtora de vinhos apreciados no arquipélago.

O acesso aos «currais» de vinha marienses terá acentuado o seu abandono e passagem a mortórios. A ocorrência de movimentos de vertente é um fenómeno que pode ter levado ao abandono de algumas vinhas situadas na orla costeira⁹⁵. A dificuldade física do acesso envolve esforços adicionais de mão de obra e, conseqüentemente, maiores custos de manutenção e de vindimas. Em virtude destas características, foi estabelecida uma majoração nos apoios à reconversão das vinhas marienses.

Habitualmente, já no século XX, este trabalho sazonal nas principais extensões de vinha da Maia e de São Lourenço recorria à mão de obra local, e era parcamente remunerado. A disponibilidade de força de trabalho ficou diminuída com a emigração para o Canadá e os Estados Unidos da América, a par da criação de novas atividades económicas na ilha⁹⁶. Assim, a dificuldade em tornar rentável a produção de vinho é recorrentemente indicada como o principal obstáculo à recuperação das paisagens vinhateiras marienses. Desta forma, a sobrevivência da atividade deriva da motivação pessoal de alguns antigos vinhateiros e proprietários de vinhas⁹⁷.

⁹³ Dificuldades identificadas para o período entre o final do século XIX e 1950, SOUSA, 2004: 182, 184, 194-195, 208-210; 2015: 151, 166, 170-171.

⁹⁴ GASPAR, 2005: 335.

⁹⁵ GASPAR, 2005: 332.

⁹⁶ Em Santa Maria, a construção do aeroporto, na década de quarenta do século XX, ainda no contexto da Segunda Guerra Mundial, terá sido a mais relevante.

⁹⁷ FERREIRA, 1997: 37, 41-43, 45; REIS, 2021: 102-103.

Foram também ocorrendo alterações do regime da posse das parcelas vinhateiras: de pertença das principais famílias proprietárias da ilha, num processo gradual de transferência, foram divididas e vendidas, resultando em propriedades na sua maioria de pequena dimensão⁹⁸.

Os emigrantes marienses desempenharam um papel considerável na transformação das propriedades na Maia e em São Lourenço: aproveitando a localização nas baías, antigas construções de apoio às vinhas passaram a casas de veraneio⁹⁹. Este processo, se, por um lado, aumentou a pressão urbanística, paralelamente, contribuiu para manter o cultivo da vinha ou, pelo menos, para impedir a completa degradação dos «currais» murados.

O abandono da atividade acarretou a perda dos conhecimentos e das técnicas tradicionais de cultivo, manutenção e produção, observando-se que os cuidados prestados e a minúcia das tarefas do cultivo decaíam¹⁰⁰. Adicionalmente, verificou-se um progressivo desinteresse no consumo de «vinho de cheiro», a par da maior preferência pelos vinhos oriundos de Portugal Continental¹⁰¹. Atualmente, em Santa Maria, não existem estruturas cooperativas, ou outras oficiais, destinadas ao apoio à vinificação.

As propriedades marienses são de dimensão reduzida: entre 2000 e 800 m² no caso de parcelas maiores, e 50 m² no caso das mais pequenas. Existe simultaneamente um problema de atualização do cadastro: muitas heranças estão indivisas e/ou existe mesmo um desconhecimento de quem são os proprietários.

O Recenseamento Geral Agrícola de 1989 registava, em Santa Maria, 132 ha de vinha¹⁰². Para o início do século XXI, existe a indicação de uma área de exploração de cerca de 60 ha e de um total de 225 explorações¹⁰³. Na Maia e em São Lourenço, consideram-se atualmente recuperáveis aproximadamente 80 ha.

3.2. Principais iniciativas

Tal como notado por Medeiros¹⁰⁴, a vinha açoriana caracteriza-se por uma «inserção harmoniosa na paisagem rural do arquipélago», justificando-se ser do maior interesse classificar e salvaguardar os valores paisagísticos, socioculturais e produtivos inerentes. O reconhecimento foi consagrado mundialmente pela UNESCO no caso

⁹⁸ FERREIRA, 1997: 41, 62; ALBERGARIA, 2021: 278, 280-281.

⁹⁹ No caso de São Lourenço, este processo está parcialmente documentado em FERREIRA, 1997. Seria, contudo, necessário um estudo detalhado da evolução da posse de propriedade.

¹⁰⁰ É de sublinhar que, em virtude da evolução histórica do cultivo da vinha, em Santa Maria, tal como em São Miguel, as práticas e o conhecimento estavam preferencialmente dirigidos para as vinhas híbridas e americanas.

¹⁰¹ MEDEIROS, 1994: 221; FERREIRA, 1997: 42, 71.

¹⁰² MEDEIROS, 1994: 224.

¹⁰³ BASTOS, 2003: 69.

¹⁰⁴ MEDEIROS, 1994: 227.

da paisagem picoense. Neste trabalho, procurou-se evidenciar e justificar a importância das paisagens vinhateiras marienses, assim como da tradição vitivinícola que ainda subsiste.

Em Santa Maria, a perda da viabilidade económica da vitivinicultura é a justificação corrente e consensual para o abandono das parcelas. Pode, assim, concluir-se que foi a tradição produtiva e o consumo local que impediram a extinção da atividade. A par da tradição local que ainda resta, há um interesse paisagístico e patrimonial das vinhas marienses, que reconhecidamente extravasa o nível local. Essencialmente são estes fatores que têm contribuído para que, na ilha, pelo menos desde a década de noventa do século XX, se vão mobilizando esforços dirigidos à recuperação das paisagens de vinha.

Em 1995, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas anunciou os apoios destinados à viticultura da Região Autónoma dos Açores. Com recurso às verbas do então Quadro Comunitário de Apoio 1994-1999, foram criados incentivos à reestruturação de vinha e incremento da qualidade do vinho. Para a produção de vinhos e licorosos de qualidade as ajudas restringiram-se às ilhas Graciosa, Pico e Terceira. No que respeitava aos apoios dirigidos a vinhos e uvas de mesa, as ajudas podiam ser acedidas pelos viticultores de todo o arquipélago. As condições estabelecidas para o acesso obrigavam a que se fosse possuidor de vinhas abandonadas, assim como ao compromisso da recuperação dos respetivos currais ou lagidos¹⁰⁵.

Em 2018, arrancou o Projeto de Revitalização e Valorização da Paisagem Cultural da Vinha de Santa Maria. Trata-se de uma parceria mobilizadora de diferentes entidades locais e regionais, nomeadamente: Câmara Municipal de Vila do Porto, empresa Sustain Azores, Universidade dos Açores, Parque Natural da Ilha de Santa Maria, Serviço de Desenvolvimento Agrário e Direção Regional da Cultura. O objetivo principal reside na recuperação da paisagem cultural das baías da Maia e São Lourenço. Sendo uma paisagem não formalmente reconhecida, foi iniciado um processo de classificação junto da Direção Regional da Cultura dos Açores¹⁰⁶.

Em termos da agricultura, existem diversos apoios dirigidos ao cultivo da vinha, nomeadamente através do Regime POSEI — Apoio às regiões ultraperiféricas e do PRORURAL+. Especificamente, tem vigorado anualmente o VITIS — Regime de apoio à reestruturação e reconversão de vinhas, cujo objetivo é o «aumento da competitividade do setor vitivinícola através da reestruturação da vinha e melhoria da qualidade do vinho»¹⁰⁷. Existem apoios disponíveis para a exploração, nomeadamente na manutenção de vinha orientada para a produção de vinhos com denominação de origem e vinhos com indicação geográfica, e para a manutenção das «curraletas». Na campanha anual de 2020-2021, as três castas prioritárias foram: Arinto dos Açores, Terrantez do Pico

¹⁰⁵ REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES. Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, 1995a, 1995b.

¹⁰⁶ As iniciativas apresentadas a partir deste parágrafo resultam da informação obtida nas reuniões exploratórias.

¹⁰⁷ REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES. Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, 2019.

e Verdelho¹⁰⁸. Dentro dos apoios ao investimento, existem os destinados aos equipamentos. A ilha de Santa Maria, pelas características das suas principais manchas de vinha, foi alvo de adequação e/ou majoração de apoios destinados a: preparação dos terrenos; sendo a reconstituição dos muros especificamente para «muros de suporte de terras». No âmbito das medidas existentes, em 2020, foi possível avançar com a reconversão de quatro hectares de vinha. Tem existido um trabalho articulado e orientação técnica entre os Serviços de Desenvolvimento Agrário de Santa Maria e os serviços congêneres do Pico. Foi realizada formação junto dos produtores interessados e encontra-se em preparação um projeto de instalação de estruturas de vinificação, enquadrado na cooperativa agrícola.

Pela participação no projeto europeu RURITAGE, financiado pelo programa Horizonte 2020 e coordenado pela Universidade de Bolonha, através dos casos das paisagens de vinha da Maia e de São Lourenço, foi desenvolvido um processo de inovação sistémica que enfoca a importância do equilíbrio entre a conservação e a requalificação do património rural. Este trabalho sistémico procura que as ações de regeneração tenham em conta os interesses ambientais, agrícolas e culturais inerentes a estas paisagens¹⁰⁹.

Foram levadas a cabo iniciativas de reconhecimento, inventariação e estudo do património, bem como de divulgação da paisagem de vinha. A título de exemplo, pode referir-se o trabalho de integração de Santa Maria nas rotas de enoturismo nacionais e regionais. Um exemplo desta orientação para fins turísticos está materializado nas «Rotas Açores — Itinerários Culturais e Paisagísticos», com a integração de São Lourenço na «Rota das Vinhas»¹¹⁰.

Finalmente, foi recomendado o acompanhamento dos trabalhos sobre *heroic viticulture* promovidos pelo Center for Research, Study, Safeguarding, Coordination and Valorisation of Mountain Viticulture — CERVIM, na medida em que as vinhas marienses se enquadram nesta tipologia¹¹¹.

O *IV Congresso Mundial ITLA — Territórios de Terraços e Socalcos*, organizado nas Canárias, em 2019, promoveu diversas viagens de reconhecimento aos territórios da Macaronésia, e que incluíram a ilha de Santa Maria. Neste âmbito, o Governo Regional dos Açores indicou a relevância paisagística do cultivo das vinhas marienses e a importância de implementar medidas para a sua recuperação e valorização¹¹².

¹⁰⁸ REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES. Direção Regional do Desenvolvimento Rural, 2019.

¹⁰⁹ RUGHI, 2019: 21-22.

¹¹⁰ Disponível em <<https://rotas.azores.gov.pt/wineroute/>>. [Consult. 20 mai. 2022].

¹¹¹ ALBERGARIA, 2021: 273.

¹¹² AÇORES. Governo, 2019.

4. REFLEXÕES CONCLUSIVAS

*Aqui ninguém vive do vinho. Mesmo que se quisesse, era difícil. Aqui, faz-se o vinho para ir vivendo e honrando o legado. Se não se fizer nada, dentro de poucos anos esta extraordinária paisagem vinhateira vai ser completamente comida pela vegetação. Há séculos de história condensados naqueles quartéis de pedra seca. Num mundo cada vez mais igual, são lugares como estes que nos distinguem do resto do mundo*¹¹³.

Retomando aquele que é o objetivo central do presente estudo — identificar os valores emanados das paisagens vinhateiras de Santa Maria —, finaliza-se com um resumo destes valores, aos quais se seguem reflexões conclusivas.

Partindo da ideia genérica e potencialmente consensual de que as paisagens vinhateiras de Santa Maria devem manter um carácter funcional e ser recuperadas, valorizadas e conservadas na dupla ótica da sustentabilidade e resiliência, passa-se a descrever num formato de quadro-resumo os valores identificados, e que desejavelmente devem estar presentes no desenho dos processos associados à recuperação das vinhas.

Tabela 1. Valores paisagísticos das paisagens de vinha da ilha de Santa Maria, Açores

Valores paisagísticos
<p>Património construído, como os muros de pedra seca, escadórios, lagares, entre outros.</p> <p>Foi já reconhecido no <i>Inventário do Património Imóvel dos Açores</i> (2005) que existe uma relevância forte das paisagens de vinha de Santa Maria, surgindo a Maia e São Lourenço como «unidades paisagísticas construídas»; e estando em curso junto da Direção Regional da Cultura dos Açores um pedido de classificação destas paisagens.</p>
<p>Cultivo de vinha em socialcos, num modelo de agricultura adequado às características físicas do território, que permite um grau elevado de eficiência agroecológica. Será bastante relevante atender aos processos em curso em unidades paisagísticas com afinidades, nomeadamente nos territórios insulares da Madeira e das Canárias.</p>
<p>Convivência de diferentes usos do território, que origina paisagens de forte impacto visual, genericamente caracterizadas por uma harmonia entre os diferentes elementos que as compõem. Esta característica obriga à necessidade da gestão e do ordenamento do território equilibrarem os diferentes usos.</p>
<p>«Carris» de vinha enquanto espaços que integram o Parque Natural da Ilha de Santa Maria, estando inseridos em «áreas de paisagem protegida» (Baía da Maia e de São Lourenço) ou «área protegida de gestão de recursos» (Costa Norte). Será relevante valorizar as funções ecológicas de uma paisagem humanizada que permite, por exemplo, minorar os efeitos da erosão das arribas. A conservação tem necessariamente de ser multifacetada e sistémica, atendendo a todos os elementos presentes na paisagem.</p>

¹¹³ GARCIAS, 2018.

Tabela 2. Valores socioculturais das paisagens de vinha da ilha de Santa Maria, Açores

Valores socioculturais
Conhecimento — parcialmente perdido — de práticas e técnicas de cultivo e manutenção de vinha , acumuladas e aperfeiçoadas ao longo de gerações, na sua interação com o meio. A recuperação, valorização e aprofundamento deste conhecimento são essenciais para os objetivos de recuperação paisagística.
Importância histórica da produção e do comércio do vinho produzido em Santa Maria , com relevância em termos de estudos e de investigação, mas que permite, ainda, a identificação de sinergias com diversas atividades económicas. Existe toda uma herança histórica e patrimonial que pode ser mobilizada para alavancar ações destinadas à recuperação das vinhas.
Riqueza cultural composta por tradições de cultivo, produção e consumo que remontam ao povoamento, ou que podem ser mais recentes (caso do «vinho de cheiro»). A importância que o vinho tem assumido na cultura açoriana, transversal a domínios, como a gastronomia ou as festividades, encerra um conjunto de valores que se justifica manter e revitalizar.

Tabela 3. Valores produtivos das paisagens de vinha da ilha de Santa Maria, Açores

Valores paisagísticos
Potencial para produzir vinhos de qualidade e dirigidos a mercados mais vastos, atendendo às condições criadas pela Indicação Geográfica «Açores» e eventuais possibilidades de futuras «DOP — Denominações de Origem Protegida» e pelos incentivos dados à reconversão das vinhas.
Manutenção da produção tradicional , como o «vinho de cheiro», ou o «abafado». Enquanto produtos tradicionais, desenvolvidos e consumidos localmente, justificam uma atenção renovada, mesmo não estando enquadrados nos incentivos agrícolas.
Produção vitivinícola enquanto atividade de rendimento agrícola , que pode beneficiar, mesmo que complementarmente, os proprietários de vinha.

Os valores identificados podem ser equacionados e mobilizados sob diferentes perspetivas que, seguramente, darão diferentes formas e rumos ao processo de recuperação da atividade vitivinícola que está já em marcha. Sendo os motivos de conservação do património material e imaterial suficientemente fortes para preservar estas paisagens, seriam, por si só, incapazes de abarcar toda a riqueza que está em causa. Assim, manter estas paisagens produtivas e consonantes com a sua função de origem tem sido a opção preferencial e seguramente um passo importante para reverter o seu abandono.

Em processos de recuperação de paisagem é sempre útil ter em conta realidades semelhantes ou aproximadas. Neste estudo, olhou-se já pontualmente para o caso das Canárias, onde se vislumbram diversas afinidades. Nomeadamente, os socalcos de La Gomera, que revelam paisagens idênticas às marienses, têm assim sido equacionados e valorizados sob a perspetiva da manutenção dos sistemas agroecológicos que lhes estão subjacentes.

Os socalcos são uma forma de uso do solo ecologicamente sustentável: preservam a paisagem e a diversidade biocultural e protegem a qualidade da água e do solo. Constituem, assim, uma forma de prática agrícola que pode cumprir objetivos de resiliência, garantindo a prestação continuada dos serviços dos ecossistemas¹¹⁴.

As paisagens em socalcos são justamente a expressão do conhecimento campesino de gestão agroecológica do território para conseguir produzir alimentos sob condições limitadoras como é o caso da escassez de solo fértil em regiões montanhosas. Nesta medida, a sua conservação, quando é feita após o abandono, requer que, numa primeira etapa, se recupere a funcionalidade. Caso não se observe esta condição, a recuperação e conservação consubstanciam-se em paisagens «mortas». Manter a produção agrícola perante dificuldades como o acesso às parcelas, ou a quase impossibilidade de mecanização, constitui um desafio. Uma das condições essenciais é, naturalmente, a valorização dos produtos resultantes destas agriculturas¹¹⁵.

No caso de La Gomera, observou-se que o rompimento com o modelo económico agropastoril anterior à década de oitenta do século XX levou ao abandono gradual dos socalcos (*bancales*), iniciando-se um processo de desapropriação social. Na ótica da análise patrimonial, esta é a consequência esperada quando a paisagem, que é dinâmica, deixou de cumprir a função socioeconómica para a qual foi construída. Desta forma, a preservação das paisagens implica não só o reconhecimento dos seus valores patrimoniais e culturais, mas, também, o sentimento de pertença coletiva que permite conservar e transmitir esses valores¹¹⁶.

Ainda nas Canárias, é reconhecido que a vitivinicultura persistiu após um período de contração do mercado externo graças a duas condições: o mercado local e a existência de solos pobres, dificilmente adequados a outras culturas. Face a estes dois aspetos, tornou-se possível garantir um legado de grande valor, que, além de preservado, tem vindo a ser revitalizado¹¹⁷.

Num reconhecimento geral das potencialidades que o património encerra, quer em termos socioculturais quer em termos económicos, o *Inventário Açoriano* assinala como a individualidade de cada ilha, o seu tipo de ocupação e as suas atividades se encontram sintetizados nesse mesmo património imóvel. Justificou-se, assim, a decisão de inventariar os diversos elementos «com qualidade intrínseca e significativa» e com «valor coletivo, social ou cultural»¹¹⁸. Desta orientação, resultou a inclusão das paisagens vinhateiras marienses.

¹¹⁴ AGNOLETTI, 2019: VI.

¹¹⁵ PERDOMO MOLINA, 2019: 16.

¹¹⁶ ROMERO MARTÍN, 2020: 127-128.

¹¹⁷ MACÍAS HERNÁNDEZ, 2005: 363.

¹¹⁸ BRUNO, 2005.

O trabalho em curso para Santa Maria inclui propostas de valorização da paisagem que abrangem os aspetos estéticos, mas não esquecendo a importância de manter a produção vitivinícola, o reforço do conhecimento da história, da transmissão da memória e da identidade cultural inerentes a este património vinhateiro. Nesta medida, os muros de pedra seca e o reconhecimento pela UNESCO desta arte enquanto Património Cultural Imaterial devem ser um dos elementos a valorizar nas paisagens vinhateiras de Santa Maria¹¹⁹.

A dificuldade em tornar rentável o cultivo da vinha e a produção do vinho parece ser o principal obstáculo em Santa Maria. Assim, a recuperação da paisagem, que assenta largamente na disponibilidade dos proprietários dos «quartéis» para levar a cabo o trabalho, tem progredido dentro de alguma complexidade. A disponibilização de apoios públicos, podendo estimular, não parece ainda constituir, por diferentes motivos, o elemento determinante e mobilizador. A maior adequação destes benefícios à realidade de Santa Maria, nomeadamente as majorações e a dinamização de estruturas de apoio, poderá, contudo, motivar um maior número de proprietários.

Conclui-se considerando que as iniciativas de recuperação beneficiarão se se articularem mais vigorosamente com o mosaico das atividades económicas da ilha. A escala e as características do cultivo da vinha observados em Santa Maria podem não viabilizar a recuperação sustentável e resiliente da paisagem caso o objetivo primordial seja a produção vitivinícola rentável. Neste sentido, parece coerente que, para alcançar o objetivo da recuperação paisagística, exista não só a integração das vinhas no setor agrícola, mas que se faça uso das complementaridades existentes com as atividades de conservação ambiental, patrimoniais-culturais, educativas-académicas e turísticas. No entanto, parece essencial não perder de vista aquele que foi o garante da sobrevivência desta atividade no arquipélago: o consumo local e regional dos vinhos produzidos nas diferentes ilhas.

¹¹⁹ RUGHI, 2019: 49-51.

AGRADECIMENTOS

Sem pretender vincular os nomes mencionados às conclusões do presente estudo, a autora agradece os contactos e reuniões exploratórias tão amavelmente concedidos por: Alessia Rughi — Universidade de Bolonha | Graça Morais — vereadora da Câmara Municipal de Vila do Porto | Isabel Albergaria — professora da Universidade dos Açores | Isabel Mendes — técnica do Serviço de Desenvolvimento Agrário de Santa Maria — Secretária Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural | Joana Coutinho — fundadora e consultora da Sustain Azores | Manuel Amorim — mestrando da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto | Paulo Ramalho — antropólogo | Rita Câmara — diretora do Parque Natural da Ilha de Santa Maria — Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas de Santa Maria | Rosa Sousa — proprietária de vinhas em São Lourenço | Rui Andrade — proprietário de vinhas na Maia.

A autora está igualmente grata pelos comentários e sugestões de melhoria apresentados na revisão por pares.

BIBLIOGRAFIA

- AÇORES. Governo (2019). *Marta Guerreiro sublinha intercâmbio entre territórios da Macaronésia nas políticas de paisagem*. [Consult. 19 fev. 2022]. Disponível em <<https://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-natureza/conteudos/noticias/2019/Junho/Marta+Guerreiro+sublinha+interc%C3%A2mbio+entre+territ%C3%B3rios+da+Macaron%C3%A9sia+nas+pol%C3%ADticas+de+paisagem.htm?lang=pt&area=ct>>.
- AÇORES. Governo (2022). *Rotas Açores | Itinerários Culturais e Paisagísticos*. [Consult. 20 mai. 2022]. Disponível em <<https://rotas.azores.gov.pt/wineroute/>>.
- AGNOLETTI, Mauro (2019). *Series Editor's Preface*. In VAROTTO, Mauro; BONARDI, Luca; TAROLLI, Paolo, eds. *World terraced landscapes: history, environment, quality of life*. Berlim: Springer, pp. V-VII. (ENVHIS; 9).
- ALBERGARIA, Isabel (2021). *A paisagem da vinha em Santa Maria: génese e evolução de uma «viticultura heroica» nos Açores*. In CHAVES, Duarte, coord. *Viagens à volta da mesa nas ilhas da Macaronésia — Itinerários turísticos do património gastronómico e vinícola*. Ponta Delgada: Edições Letras Lavadas, pp. 269-282.
- ASTIER, Marie (2017). *Des paysans cévenols font renaître des vins issus des cépages «interdits»*. «Reporterre». [Consult. 22 fev. 2022]. Disponível em <<https://reporterre.net/Des-paysans-cevenols-font-renaitre-des-vins-issus-des-cepages-interdits>>.
- BASTOS, Sérgio (2003). *Um olhar geográfico sobre Santa Maria*. Vila do Porto: Edição CADEP-CN — Clube dos Amigos e Defensores do Património-Cultural e Natural.
- BONARDI, Luca (2019). *Terraced vineyards in Europe: the historical persistence of highly specialised regions*. In VAROTTO, Mauro; BONARDI, Luca; TAROLLI, Paolo, eds. *World terraced landscapes: history, environment, quality of life*. Berlim: Springer, pp. 7-25. (ENVHIS; 9).
- BRUNO, Jorge Paulus (2005). *O Método*. In INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA. *Inventário do Património Imóvel dos Açores*. [Consult. 29 jan. 2022]. Disponível em <<https://www.iac-azores.org/iac2018/projetos/IPIA/metodo.html>>.

- CHAVES de, Serafim (1983). *Império — Função do Divino Espírito Santo na Ilha de Santa Maria, Açores*. Vila do Porto: Edição da Câmara Municipal de Vila do Porto.
- CID, Isabel (1979). *O porto de Ponta Delgada em 1801. Subsídios para o seu estudo*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». XXXVII, 139-229. [Consult. 7 fev. 2022]. Disponível em <<http://ihit.pt/pt/boletins>>.
- CONSTÂNCIA, João (1982). *A ilha de Santa Maria: evolução dos principais aspectos da sua paisagem humanizada (sécs. XV a XIX)*. «Arquipélago». 4, 225-244. [Consult. 29 jan. 2022]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.3/599>>. (Série Ciências Humanas).
- COSTA, Manuel (2018). *Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico*. In LAGE, Otilia, coord. *Alto Douro e Pico — Paisagens Culturais Vinhateiras, património mundial em perspetiva multifocal: experimentação comparada*. Porto: CITCEM, pp. 47-61.
- COSTA, Manuel (2019). *Muros de basalto negro: um repositório da geodiversidade, da biodiversidade e da história da ilha do Pico*. In PEREIRA, Gaspar Martins; AMORIM, Maria Norberta; LAGE, Maria Otilia Pereira, coords. *Douro e Pico — Paisagens culturais património mundial*. Porto: CITCEM, pp. 7-19.
- COSTA, Ricardo (2003). *Os Açores em finais do regime de Capitania Geral — 1800-1820*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Tese de doutoramento.
- EUROPA. Conselho da (2000). *Convenção Europeia da Paisagem*. Florença. [Consult. 06 fev. 2022]. Disponível <<https://www.coe.int/en/web/landscape/text-of-the-european-landscape-convention>>.
- FERNANDES, José; JANEIRO, Maria de Lurdes; MESTRE, Vítor (2000). *Santa Maria*. In TOSTÕES, Ana et al. *Concep. Geral Arquitectura Popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, pp. 30-81.
- FERREIRA, Adriano (1997). *São Lourenço — Um recanto de sonho*. Santa Maria: Edição do Círculo de Amigos de São Lourenço.
- FIGUEIREDO, Jaime (1957). *Impérios Marienses — Folclore Açoriano*. Lisboa: C. de Oliveira, Limitada.
- FIGUEIREDO, Jaime (1990) [1954]. *Ilha de Gonçalo Velho — da Descoberta até ao Aeroporto*. Vila do Porto: Edição da Câmara Municipal de Vila do Porto.
- GARCÍAS, Pedro (2018). *Tens de vir a Santa Maria antes que estas vinhas desapareçam*. «Público». (28 jul. 2018). [Consult. 02 fev. 2022]. Disponível em <<https://www.publico.pt/2018/07/28/fugas/opiniao/tens-que-vir-a-santa-maria-antes-que-estas-vinhas-desaparecam-1838985>>.
- GASPAR, José (2005). *Os Bons e os Maus — Vinhos e Categorias Nativas nos Açores*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Tese de doutoramento.
- GIL, Maria Olímpia (1981). *Os Açores e a nova economia de mercado (séculos XVI-XVII)*. «Arquipélago — Série Ciências Humanas». 3, 371-425. [Consult. 02 fev. 2022]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.3/588>>.
- GIL, Maria Olímpia (1982). *Açores — Comércio e comunicações nos séculos XVI e XVII*. «Arquipélago». 4, 349-415. [Consult. 02 fev. 2022]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.3/604>>. (Série Ciências Humanas).
- GIL, Maria Olímpia (1983). *Os Açores e o comércio Atlântico nos finais do século XVII (1680-1700)*. «Arquipélago». Número Especial, 137-204. [Consult. 19 fev. 2022]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.3/655>>. (Série Ciências Humanas).
- INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA (2005). *Santa Maria — Vila do Porto. Inventário do Património Imóvel dos Açores*. [Consult. 29 jan. 2022]. Disponível em <<https://www.iac-azores.org/iac2018/projetos/IPIA/index.html>>.
- INE (2021). *Censos 2021 — Resultados provisórios*. [Consult. 04 jan. 2022]. Disponível em <https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html>.
- JOÃO, Maria Isabel (1991). *Os Açores no século XIX — Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.

- JOÃO, Maria Isabel (1992). *Economia e desenvolvimento dos Açores numa perspectiva histórica*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». L, 289-305. [Consult. 20 jan. 2022]. Disponível em <<http://ihit.pt/pt/boletins>>.
- LIMA, Hélder (1960). *Os Açores na economia Atlântica — Contribuição para o seu estudo nos séculos XV, XVI e XVII*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». XXXIV, 103-390. [Consult. 20 jan. 2022]. Disponível em <<http://ihit.pt/pt/boletins>>.
- MACHADO, Marianno (1870). *Uma viagem à ilha de Sancta Maria*. São Miguel: Tip. De M. A. Tavares Resende.
- MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio (2005). *El paisaje vitícola de Canarias. Cinco siglos de historia*. «Éria». 68, 351-364. [Consult. 06 fev. 2022]. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1987730>>.
- MADRUGA, João; BORBA, Alfredo (2017). *A Importância da Capitania-Geral na evolução económica dos Açores*. In MENDES, João; COSTA, Ricardo, eds. *Actas da Conferência Comemorativa dos 250 anos da Capitania Geral dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 79-108.
- MEDEIROS, Carlos (1994). *Contribuição para o estudo da vinha e do vinho nos Açores*. «Finisterra». XXIX:58, 199-229. DOI: 10.18055/Finis1832.
- MENESES, Avelino (2011). *O vinho na história dos Açores — a introdução, a cultura e a exportação*. «Arquipélago». 2:XIV-XV, 177-186.
- MORELET, Arthur (1860). *Notice sur l'histoire naturelle des Açores*. Paris: J. B. Baillière et Fils.
- PERDOMO MOLINA, Antonio (2019). *Recuperando banales: ¿taxidermistas del paisaje o revitalizadores de su función productiva?* In PALERM SALAZAR, Juan, dir. *Re-Encantar Banales — Habitar en territorios de terrazas y banales — Conclusiones del IV Congreso Mundial ITLA 2019 y Declaración de La Gomera*. Canarias: Ed. Gobierno de Canarias, Canarias Cultura en Red, Observatorio del Paisaje de Canarias, p. 16. DOI: 10.5281/zenodo.5938505.
- PORTUGAL. Ministério da Agricultura (1935). *Lei n.º 1891*. «Diário do Governo Série I». 67 (1935-03-23) 423-425.
- PORTUGAL. Ministério da Agricultura (1938). *Decreto-Lei n.º 28 783*. «Diário do Governo Série I». 143 (1938-06-23) 1000-1001.
- PORTUGAL. Ministério da Agricultura (1994). *Decreto-Lei nº 17/94*. «Diário da República Série I-A.», 20 (1994-01-25) 354-356.
- RAMALHO, Paulo (2021). *Lagares rupestres da ilha de Santa Maria*. Vila do Porto: Edição da Câmara Municipal de Vila do Porto.
- REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES. Secretaria Regional da Agricultura e Pescas (1995a). *Portaria n.º 25/95*. «Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores I Série». 17: Suplemento (1995-04-27).
- REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES. Secretaria Regional da Agricultura e Pescas (1995b). *Portaria n.º 47/95*. «Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores I Série». 29 (1995-07-20).
- REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES. Assembleia Legislativa (2008). *Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A*. «Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores I Série». 217 (2008-11-13).
- REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES. Assembleia Legislativa (2012). *Decreto Legislativo Regional n.º 39/2012/A*. «Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores I Série». 147 (2012-09-19).
- REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES. Direção Regional do Desenvolvimento Rural (2019). *Aviso de abertura para a submissão de candidaturas VITIS — Campanha 2020-2021*. [Consult. 17 mar. 2023]. Disponível em <<https://portal.azores.gov.pt/documents/37730/962681/AvisoVITIS1.pdf/0daa48e-3-a701-1f1b-8b94-2e520b05be0b?t=1597335373658>>.
- REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES. Secretaria Regional da Agricultura e Florestas (2019). *Portaria n.º 78/2019*. «Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores I Série». 130 (2019-11-08).

- REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES. Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (2022). *Parque Natural de Santa Maria | Áreas Protegidas*. [Consult. 23 fev. 2022]. Disponível em <<https://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/parques/2/areasprotegidas>>.
- REIS, Rosélio (2021). *As vinhas*. In REIS, Rosélio. *Instantes do Passado II*. Lisboa: Chiado Books, pp. 99-103.
- ROMERO MARTÍN, Lidia (2020). Los bancales como señas de identidades de los gomeros: una mirada al territorio. In PALERM SALAZAR, Juan, dir. *Re-Encantar Bancales — Habitar en territorios de terrazas y bancales — Conclusiones del IV Congreso Mundial ITLA 2019 y Declaración de La Gomera*. Canarias: Ed. Gobierno de Canarias, Canarias Cultura en Red, Observatorio del Paisaje de Canarias, pp. 127-135. DOI: 10.5281/zenodo.5938505.
- RUGHÌ, Alessia (2019). *Valorizzazione del paesaggio vitivinicolo di Santa Maria: I casi dei vigneti di São Lourenço e di Maia*. Bologna: Università di Bologna. Dissertação de mestrado.
- SILVA, José (1995). *Pedras da Maia — Santa Maria*. Vila do Porto: Edição da Câmara Municipal de Vila do Porto.
- SILVA, José (1999). *O Sul de Nossa Senhora da Boa Morte*. Vila do Porto: Edição da Câmara Municipal de Vila do Porto.
- SILVA, José (2001). *Basalto Azul — S. Lourenço, ilha de Santa Maria*. Vila do Porto: Edição da Câmara Municipal de Vila do Porto.
- SILVA, Maria Júlia (1999). *A importância das Ilhas Atlânticas no comércio dos mercadores estrangeiros — sobretudo ingleses — nas primeiras décadas do século XVIII*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». LVII, 205-234. [Consult. 21 jan. 2022]. Disponível em <<http://ihit.pt/pt/boletins>>.
- SOUSA, Paulo (2004). *Para uma História da vinha e do vinho nos Açores (1750-1950)*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira». LXII, 115-217. [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<http://ihit.pt/pt/boletins>>.
- SOUSA, Paulo (2015). *Produzir na Periferia: a Vinha e o Vinho na ilha Graciosa, 1800-1950*. In VI Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX. Horta: Edição do Núcleo Cultural da Horta, pp. 149-174.
- UNIÃO EUROPEIA. Parlamento e Conselho (2013). *Regulamento (EU) n.º 1308/2013*. «Jornal Oficial da União Europeia». L347 (2013-12-20) 671-854. [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<http://data.europa.eu/eli/reg/2013/1308/oj>>.
- VIEIRA, Alberto (1990). *Breviário de vinha e do vinho na Madeira*. Ponta Delgada: Marinho Matos — Eurosigno Publicações, Lda.
- VIEIRA, Alberto (2003). *A vinha e o vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- WISEU, Albano (2018). *Alto Douro e Pico — Territórios de pedra, territórios de vinha: como o relevo pode condicionar ou definir a cultura vinica (1850-1970)*. In LAGE, Otília, coord. *Alto Douro e Pico — Paisagens Culturais Vinhateiras, património mundial em perspetiva multifocal: experimentação comparada*. Porto: CITCEM, pp. 38-46.

IV

GESTÃO E SALVAGUARDA DA PAISAGEM CLASSIFICADA

O SISTEMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DO ALTO DOURO VINHATEIRO, PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE — REFLEXOS E CONTRIBUTOS DE UMA GESTÃO ADAPTATIVA, PEDAGÓGICA E PROATIVA

HELENA TELES*

Resumo: *Decorridos vinte anos sobre a classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial (ADVPM) pela UNESCO, na categoria de paisagem cultural, evolutiva e viva, a entidade gestora, propõe, como abordagem ao tema — Gestão e salvaguarda da paisagem classificada —, uma reflexão isenta sobre os resultados alcançados com a implementação do atual sistema de gestão e monitorização. A proximidade com o território e a interação proativa e pedagógica com os seus principais agentes têm tido resultados e reflexos concretos na salvaguarda e valorização da paisagem vinhateira.*

Palavras-chave: *gestão; monitorização; interação; resultados; salvaguarda.*

Abstract: *Twenty years after the Alto Douro Wine Region classification as World Heritage by UNESCO, in the category of cultural, evolutionary and living landscape, the management entity proposes to address the theme — Management and safeguarding the classified landscape — by presenting an exempted reflection on the results achieved with the implementation of the current management and monitoring system. The proximity to the territory and the proactive and pedagogical interaction with its main agents have had concrete results and reflexes in the safeguard and enhancement of this vineyard landscape.*

Keywords: *management; monitoring; interaction; results; safeguard.*

Dando continuidade à parceria estabelecida com o CITCEM, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para a prossecução do projeto *Douro e Pico — Paisagens Culturais Património Mundial*, a Missão Douro tem a honra de participar neste Simpósio Europeu *Paisagens Culturais da Vinha*, num reforçado compromisso com o território, os seus agentes e a chancela UNESCO, quando se celebram vinte anos da classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial.

A participação neste projeto, nomeadamente nos três *workshops* anteriormente realizados, foi determinante para a comunicação e promoção dos atributos e valores intrínsecos deste sítio, bem como do sistema de gestão e monitorização que tem vindo a ser implementado.

* Licenciada em engenharia civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, é chefe de Estrutura Sub-regional de Vila Real da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Gabinete Técnico da Missão Douro.

Assinalar esta data com um evento científico e cultural desta amplitude configura uma mais-valia excecional, não só do ponto de vista da consolidação e difusão de conhecimentos, decorrentes da participação de especialistas e investigadores conceituados, oriundos de vários pontos da Europa, mas também pela partilha de experiências e estreitamento de parcerias, fundamentais para a gestão diária do vasto território duriense. Está ainda em causa o reforço de uma plataforma de cooperação que nos permita enfrentar os desafios que se colocam à região e suas populações, tirando partido dos ativos inerentes à classificação e ao reconhecimento mundial do seu Valor Universal Excecional (VUE).

Com efeito, este é o momento de promover uma reflexão sobre a evolução recente do território, repensando o futuro de forma prospetiva, envolvendo e valorizando o apoio de todos aqueles que, diariamente, concorrem com o seu trabalho, conhecimento e liderança para a salvaguarda deste património, a construção da paisagem e o desenvolvimento da região, personificados no Duriense, anónimo construtor da paisagem, e em instituições como o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, a Liga dos Amigos do Alto Douro Vinhateiro, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Associação de Empresas do Vinho do Porto e, como não poderia deixar de ser, a Comissão Nacional da UNESCO e o ICOMOS Portugal, parceiros de relevo nesta missão conjunta.

Enfrentamos um futuro incerto e exigente, indissociável dos efeitos das alterações climáticas, das crises socioeconómicas e sanitárias que nos afetam, veja-se a crise pandémica ainda em curso e as suas repercussões nos setores vitivinícola e turístico da região.

Como tal, é imperativo reforçar a apropriação dos valores intrínsecos à chancela UNESCO, consolidar a identidade coletiva em torno de uma herança secular, incorporando novos fatores de sucesso com a inovação, a tecnologia, a competitividade, a capacitação e fixação de recursos humanos, como forma de potenciar a região de forma integrada e sustentável.

Neste contexto, a comunicação da Missão Douro pretende abordar os principais desafios associados à operacionalização do sistema de gestão e monitorização, focando alguns dos resultados alcançados, no que concerne à preservação e salvaguarda da paisagem.

A partir de uma apresentação sucinta sobre os atributos que conferem VUE ao Alto Douro Vinhateiro, realçam-se as intervenções que mais têm concorrido para a sua evolução, em particular a reconversão da vinha e manutenção dos muros de pedra posta de xisto. Destaque ainda para o papel do vitivinicultor duriense enquanto principal agente de transformação do território e guardião de saberes e tradições associados à cultura da vinha, um interlocutor ativo no que toca à disseminação e incorporação de boas-práticas, técnicas e materiais tradicionais, imprescindíveis à preservação do património, potenciando, em simultâneo, a sustentabilidade económica do setor. Ao longo dos anos, a entidade gestora tem privilegiado o contacto direto com estes agentes,

por via da sensibilização e aconselhamento técnico no local, da formação e capacitação e ainda da transmissão geracional do conhecimento tradicional, determinantes para a manutenção do carácter antrópico desta paisagem vinhateira, enquanto herança coletiva multissecular, numa gestão adaptativa, pedagógica e proativa.

1. IDENTIDADE E VALOR UNIVERSAL EXCECIONAL DO ALTO DOURO VINHATEIRO

Localizado no interior norte do país, ocupando uma área de 24 600 ha ao longo do vale do rio Douro, o Alto Douro Vinhateiro constitui a mancha mais representativa e bem preservada da secular Região Demarcada do Douro, com uma área total de 250 mil ha, que coincide, na generalidade, com a sua Zona Especial de Proteção (ZEP).

A paisagem vinhateira, tal como hoje a conhecemos, resulta da conjugação de inúmeros fatores e do trabalho, persistência e perseverança do Homem duriense na apropriação e adaptação das condições naturais adversas à cultura da vinha. Com efeito, características biofísicas do território condicionam a ocupação do solo, determinam a sistematização e armação do terreno das vinhas, a alternância com outras culturas e, conseqüentemente, as atividades económicas da região.

O vale encaixado do rio Douro e a sua rede de afluentes marcada por vertentes abruptas e xistosas obrigaram o Homem duriense a um esforço hercúleo na modelação do terreno para adaptação dos sistemas de cultivo da vinha, trabalho manual que só recentemente tem vindo a ser parcialmente mecanizado. Também o clima é especial e, hoje, os efeitos decorrentes das alterações climáticas que já se fazem sentir na região são uma preocupação que tem levado os vitivinicultores e as instituições com responsabilidade no território à definição de estratégias que permitam adaptar a produção vitivínicola a novas condições, resultantes da escassez de água, do aumento das temperaturas e da frequência de fenómenos extremos.

Este território distingue-se igualmente pelo seu riquíssimo património natural, com destaque para um coberto vegetal autóctone, onde predominam espécies mediterrâneas e uma biodiversidade exuberante, que, além das funções de sustentabilidade ambiental, representam, no seu conjunto, um importante ativo turístico.

Do ponto de vista histórico, o Douro encerra toda uma herança coletiva fortemente marcada pela vitivinicultura de montanha, cujos testemunhos são uma constante na paisagem. Desde os primeiros vestígios arqueológicos que comprovam a ocupação pré-histórica no Parque Arqueológico do Vale do Côa, aos primeiros indícios da cultura da vinha nos achados do período romano, como a Fonte do Milho, passando pelo legado da Ordem de Cister. O incremento da agricultura e da vitivinicultura muito ficou a dever a estes monges que, a partir do século XII, se fixaram na região.

Porém, um dos momentos mais marcantes na história da região ficou a dever-se à ação do ministro do rei D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal,

que, em 1756, cria a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e ordena a primeira delimitação da Região Demarcada do Douro, passando esta a constituir-se como a mais antiga região vinhateira regulamentada e demarcada do mundo, processo que em muito contribuiu para que os seus mais autênticos atributos chegassem aos nossos dias.

Já no século XIX, as doenças fitossanitárias que atingiram as vinhas do Baixo e Cima Corgo, em particular a filoxera, com um efeito verdadeiramente devastador, constituíram um dos principais agentes de transformação da paisagem e da socio-economia, pela destruição dos vinhedos e outras perdas causadas aos vitivinicultores, que se viram obrigados a vender e a abandonar as suas propriedades, deixando as suas parcelas ao abandono, vindo-se a tornar num importante testemunho histórico e marca paisagística dessa época — os mortórios. Esta crise fez emergir outra importante personagem histórica, D. Antónia Adelaide Ferreira, a *Ferreirinha*, pela busca de soluções eficazes no combate desta praga e no investimento que fez na recuperação das propriedades devastadas e novas plantações.

Em paralelo, a melhoria das acessibilidades da via fluvial, nomeadamente com a abertura do Cachão da Valeira à navegação e, posteriormente, com a chegada do caminho de ferro a Barca de Alva, levaram à expansão da cultura da vinha para o Douro Superior, onde hoje se consolida a produção de vinhos DOC de excelência reconhecida, segmento que veio complementar o tradicional e único vinho do Porto.

Esta interação entre o Homem e a Natureza resultaram numa narrativa histórica única, cujas camadas se encontram plasmadas num mosaico paisagístico policromo, rico e alternado de terraços, socalcos e outras formas de armação do terreno para a sistematização e cultura da vinha, muros de pedra posta de xisto e outros elementos de arquitetura vernacular (como casebres, escadas, condutas de água), de alternância de culturas (com a presença de oliveiras, amendoeiras, pomares de citrinos) e pequenas hortas, povoados, aldeias e vilas, as quintas, edifícios e locais de culto, entre muitos outros, refletidos nos três critérios de classificação:

- critério iii — o Alto Douro Vinhateiro produz vinho desde há cerca de dois mil anos; a sua paisagem foi moldada pelas atividades humanas;
- critério iv — as componentes da paisagem do Alto Douro Vinhateiro são representativas do completo leque de atividades associado à produção vitivinícola — socalcos, quintas, aglomerados, capelas e vias de comunicação;
- critério v — a paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro constitui um excepcional exemplo de uma região vitivinícola tradicional europeia, refletindo a evolução desta atividade humana através do tempo.

Foram precisamente a antiguidade da cultura da vinha e as componentes únicas e identitárias representativas desta atividade ao longo dos séculos que, com base nos

critérios acima referidos, levaram ao reconhecimento e inscrição do Alto Douro Vinhateiro na Lista do Património Mundial da UNESCO, em 14 de dezembro de 2001, com a categoria de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva, ponto de viragem para o seu reconhecimento e projeção à escala global. Mas também o assumir de um novo compromisso com a herança patrimonial de Humanidade, facto que obrigou o Estado Português à implementação de um conjunto de medidas e ao aperfeiçoamento contínuo do sistema de gestão.

2. UMA GESTÃO ADAPTATIVA, PROATIVA E DE PROXIMIDADE

Condicionada qualquer abordagem mais exaustiva sobre as soluções regulamentares, programáticas e operacionais que marcaram a gestão deste sítio, importa referir que uma das principais vantagens associadas à opção governamental de incorporar a gestão do ADVPM na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte) se prende com a oportunidade e pertinência de uma abordagem integrada no conjunto de competências que lhe estão atribuídas em termos de Ordenamento do Território, Ambiente, Fiscalização, Desenvolvimento Regional, de gestão dos Quadros Comunitários de Apoio, tirando partido da sua posição estratégica, privilegiada, enquanto interlocutora para a coordenação de políticas setoriais na região.

A publicação da Resolução Conselho de Ministros n.º 4/2014, de 10 de janeiro, veio, precisamente, clarificar o sistema de gestão do ADVPM, determinando que a missão de o proteger, conservar e valorizar, bem como divulgar e promover, passaria a ser diretamente assegurada pela CCDR-Norte, tendo sido criado o Gabinete Técnico Missão Douro (GTMD), integrado e na dependência da Estrutura Sub-Regional de Vila Real (ESRVR), cujo principal papel consiste na operacionalização da gestão e monitorização do território classificado. Estabeleceu ainda o modelo de governança e representação setorial, institucional e da sociedade civil pela constituição de dois órgãos consultivos: o Grupo Coordenador Permanente, que integra entidades públicas com responsabilidade na gestão do território como a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, a Direção Regional da Cultura, o Turismo de Portugal, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial e o Turismo do Porto e Norte; já o Conselho Consultivo inclui cerca de cinquenta entidades públicas e privadas, representativas dos diferentes setores de atividade, fórum privilegiado para análise e discussão regular e sistemática sobre os principais desafios e dinâmicas regionais.

No que concerne ao modelo de monitorização, este foi estruturado de forma a dar resposta ao processo de gestão adaptativa do sítio e à necessidade de acompanhamento e reporte sistémico do seu estado de conservação, atendendo à dimensão e circunstâncias específicas de toda a área abrangida.

Do quadro de componentes de monitorização então estabelecido, a paisagem tem merecido especial atenção, quer pela complexidade da sua estrutura e funcionamento,

quer pelos desafios constantes de uma entidade em permanente mudança, quer ainda pelo leque de indicadores definidos que incluem, por exemplo, a área de vinha reconvertida, os socalcos, os patamares, a vinha ao alto, a vinha sem armação, a área de olival, a área de amendoal, a área ocupada por outras culturas, a existência de bordaduras, os pomares de citrinos, os mortórios, a reconstrução e construção de muros tradicionais do Douro, as manchas de matos, matas, povoamentos florestais e galerias ripícolas, a preservação e valorização do edificado, entre outros elementos patrimoniais.

Com efeito, a gestão diária de outras competências relacionadas com o Ordenamento do Território e Ambiente tem concorrido e facilitado a metodologia de trabalho adotada e continuamente melhorada, nomeadamente pela georreferenciação de todos os polígonos correspondentes a áreas intervencionadas no terreno. A gestão transversal e holística dos projetos que enformam estas alterações ao uso do solo e outras de maior envergadura e passíveis de gerar eventuais impactes leva a que sejam georreferenciados e mapeados com recurso a uma base de dados geográficos, diariamente atualizada, cuja informação é complementada e validada através de visitas de campo regulares. A análise comparativa desta informação tem sido determinante para o acompanhamento e avaliação das dinâmicas de mudança à luz da sua consentaneidade e compatibilidade com os atributos e critérios de classificação do Alto Douro Vinhateiro.

Importa ainda referir que o processo de monitorização, além das áreas de amostragem definidas como prioritárias, que correspondem às dez paisagens de referência com uma área aproximada de 500 ha cada, tem sido alargado a toda a área delimitada pela respetiva ZEP.

Por outro lado, a gestão e monitorização destes processos têm obrigado a incursões no terreno, não só em fase prévia ao sentido de decisão sobre os pedidos de intervenção aí consubstanciados, como também em fase posterior, para verificação *in loco* das disposições e orientações emanadas pela entidade gestora. Sobre esta metodologia foram dados exemplos concretos: um com identificação e ilustração da mesma parcela de terreno antes e depois da implementação do projeto, onde se sinalizaram as intervenções, posteriormente verificadas e validadas; outro, ilustrando a aprovação parcial de uma intervenção, acautelando a manutenção do património arbóreo e arbustivo mediterrâneo e alguns elementos vernaculares aí presentes.

No que à monitorização diz respeito, importaria lembrar que o Alto Douro Vinhateiro assume o cariz de uma paisagem marcada pela vitivinicultura de montanha, cujas características se replicam noutras paisagens culturais classificadas da Europa, enfrentando os desafios associados à sustentabilidade socioeconómica de base territorial.

Cinque Terre, em Itália, Wachau, na Áustria, Lavaux, na Suíça, são alguns exemplos de paisagens de forte pendor evolutivo e vivo, logo, em permanente mudança, recorrendo, por questões operacionais, a plataformas de dados espaciais e sistemas de informação

geográfica que permitam, por um lado, mapear as alterações, por outro, reunir dados de suporte a modelos de gestão adaptativos e colaborativos, adequados a identidades e realidades territoriais distintas.

Outra das vantagens associadas à gestão integrada de competência, pela equipa técnica no terreno, prende-se com o acompanhamento de projetos que, pela sua natureza, tipologia e envergadura, estão sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), sendo que a Missão Douro integra as respetivas comissões de avaliação, analisando e emitindo pareceres sobre diferentes fatores ambientais nas fases do procedimento, dando enfoque à salvaguarda dos atributos do Bem, equacionando sempre as alternativas e soluções menos lesivas dos valores em presença, avaliando ainda os efeitos cumulativos dos projetos.

Já a Avaliação de Impacte em Património (AIP) é uma prática de gestão que tem vindo a ser implementada para outros projetos públicos e privados, que, mesmo não estando sujeitos ao Regime Jurídico da AIA, merecem uma abordagem focada na avaliação de eventuais impactes, considerando o Bem como um todo, onde, além dos fatores ambientais, são consideradas outras componentes patrimoniais, como o contexto histórico, o espírito de lugar, a perspetiva imaterial e demais atributos que conferem Valor Universal Excepcional ao Bem (em resultado da *Declaração de Sintra*, 2017).

A par da melhoria contínua da metodologia de trabalho, não só na aplicação dos mecanismos e regulamentos de gestão e salvaguarda em vigor para a área classificada e respetiva ZEP, a Missão Douro tem procurado tirar o máximo partido do capital de experiência e conhecimento técnico da sua equipa e da relação de proximidade com o território e seus agentes.

Depois de um processo de capacitação interna, que incluiu sessões de formação para uniformização de abordagens aos principais aspetos a considerar na análise dos processos, não só ao nível dos valores patrimoniais em presença, mas também das boas-práticas agrícolas e ambientais a implementar, e ainda o manuseamento e domínio destas novas ferramentas digitais de trabalho. A formação do quadro técnico incluiu ainda trabalho de campo, com visitas acompanhadas a quintas de referência na região.

A aposta na capacitação e formação foi alargada aos vitivinicultores e suas associações, complementada com numerosas sessões públicas de informação e sensibilização e ainda com visitas aos locais das intervenções visando a avaliação da situação de partida para subsequente aconselhamento técnico quanto às soluções a adotar.

O fomento do trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias com agentes públicos e privados de diferentes setores de atividade têm sido pedra de toque do processo de governança e do envolvimento da comunidade local no acompanhamento das dinâmicas atuais e desígnios futuros da região.

Aqui destacaram-se as ações em parceria com a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, nomeadamente as edições consecutivas do curso de formação anual de professores sobre o ADVPM, com comunicações sobre o ADV e o seu Valor Universal

Excepcional, bem como o seu sistema de gestão e monitorização, acrescido do acompanhamento de visitas de campo. Enquadrados na mesma parceria, os concursos escolares destinados à comunidade educativa da região visam premiar os melhores trabalhos sobre o ADV e proporcionar às turmas vencedoras visitas de estudo ao Património Mundial.

Nesta vertente, importa ainda referir que, ao longo dos últimos anos, a entidade gestora tem sido convidada a integrar fóruns temáticos promovidos por instituições de ensino superior de referência, sendo que os membros da equipa técnica são convidados a fazer comunicações, sobretudo para alunos de mestrado e a acompanhar os respetivos grupos em visitas de estudo pelo ADVPM.

No entanto, o interesse pela temática do Património Mundial e pelas potencialidades que esta classificação representa para a região e seus agentes, como fator diferenciador de desenvolvimento e competitividade, tem-se replicado noutros setores, que cada vez mais se preocupam em incorporar nos seus projetos e eventos conhecimento sobre esta temática. Nesta medida, multiplicam-se os convites para apresentação de comunicações em certames organizados por entidades associadas ao turismo, cultura, forças de segurança, ordens profissionais, gestão autárquica, natureza e florestas, entre outras.

Assim, numa área territorial tão extensa e tão segmentada do ponto de vista institucional, a Missão Douro tem privilegiado a cooperação, o trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias como formas de potenciar o desenvolvimento integrado, coeso e sustentável da região. No entanto, o alvo prioritário nesta gestão de proximidade será sempre o construtor da paisagem e a comunidade local, no seio dos quais importa enraizar o sentido de pertença e a apropriação dos valores intrínsecos à chancela Património Mundial, como forma de preservar e levar às gerações futuras esta herança cultural única, potenciando o melhor aproveitamento de todos os seus recursos patrimoniais e endógenos na melhoria das suas condições de vida.

CONCLUSÃO

Tendo em consideração que o limite temporal para uma apresentação desta natureza exclui uma abordagem mais abrangente e alargada ao ADVPM, importa reter, em síntese conclusiva, alguns aspetos preponderantes para a reflexão a que nos propusemos:

- a primeira prende-se com o facto de o ADVPM ter uma localização geográfica e estratégica privilegiada em relação aos outros sítios classificados do norte de Portugal e da vizinha Espanha, mantendo a função secular de corredor de povos e culturas;
- a segunda, com a riqueza natural, cultural e patrimonial excepcional que detém, associada à crescente notoriedade da chancela UNESCO, que lhe confere uma margem de crescimento e de sustentabilidade, determinante para ultrapassar, com resiliência, o efeito recessivo da pandemia; o desequilíbrio sociodemográfico e correspondente tendência de esvaziamento do território e envelhecimento

da população; a falta de mão de obra qualificada para os trabalhos inerentes à vitivinicultura; o agravamento dos efeitos das alterações climáticas, entre outros desafios futuros.

Importa ainda considerar o sistema de gestão e monitorização que tem vindo a ser implementado e a sua adequação à realidade territorial da área classificada e respetiva ZEP. Sob este prisma, os resultados apurados a partir do último exercício de avaliação permitem-nos perceber que, entre 2014 e 2021, as alterações ocorridas e monitorizadas nas dez paisagens de referência foram muito reduzidas e resultaram de pequenas transformações à ocupação do uso do solo e ao sistema de armação da vinha, consideradas, na globalidade, consentâneas com os valores de autenticidade e integridade do ADV. A avaliação dessas alterações assume um carácter quantitativo e qualitativo, através da Magnitude da Mudança e do Sentido da Mudança, respetivamente. A Magnitude da Mudança indica-nos a evolução da paisagem em termos quantitativos e é avaliada com base na diferença entre a área de uso de solo em 2014 e 2021 relativamente à área total de cada local de amostragem, expressa em percentagem.

Assim, decorridos vinte anos sobre a classificação do Alto Douro Vinhateiro pela UNESCO como paisagem cultural evolutiva e viva, podemos considerar que, apesar das dificuldades e constrangimentos inerentes à dimensão, diversidade territorial e multiplicidade de atores locais e regionais envolvidos no processo, o caminho por todos percorrido tem-se revelado frutuoso, não só no que respeita à preservação e salvaguardados dos seus valores e atributos, como à melhoria significativa das intervenções com reflexos na paisagem, desde a mais pequena parcela de vinha ao empreendimento hoteleiro arquitetonicamente mais cuidado e integrado, culminando com o crescente enraizamento comunitário do sentido de pertença e apropriação de uma herança secular e única.

Com efeito, a opção adotada pelo Estado Português em 2014 de internalizar na CCDR-Norte a missão de proteger, conservar e valorizar, bem como divulgar e promover a paisagem classificada, trouxe como mais-valia o desempenho em paralelo das competências no âmbito do Ordenamento do Território, Ambiente, Desenvolvimento Regional e Norte 2020 e da Missão Douro, com ganhos significativos para a gestão sistémica do território.

Atendendo ao carácter evolutivo deste sítio, o processo de monitorização sofreu alguns desenvolvimentos pelo incremento de medidas tendentes à sua otimização, quer ao nível da metodologia de trabalho quer ao nível da qualidade das intervenções no terreno, no contexto de uma gestão adaptativa do território.

Os resultados da monitorização, expressos no último relatório enviado ao Centro do Património Mundial, revelam que ocorreu uma transformação ao nível do uso do solo, com o aumento de área de vinha, sem que, no entanto, se tenham afetado os valores de autenticidade e integridade do ADV. Pelo contrário, algumas das intervenções levadas a cabo contribuíram para a qualidade da paisagem.

Nesta conclusão, cabe ainda uma referência à comemoração dos cinquenta anos da Convenção do Património Mundial, motivo acrescido para a promoção de uma discussão mais abrangente sobre esta temática, incorporando-a no programa comemorativo dos vinte anos do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade que se inicia a 14 de dezembro de 2021 e se prolonga durante um ano, até 14 de dezembro de 2022. Este programa inclui uma série de iniciativas desenvolvidas pelo conjunto de instituições regionais ligadas ao Douro Património da Humanidade, integrantes dos Órgão Consultivos da Missão Douro, que constituem uma Comissão Organizadora incluindo a CIM do Douro, a Direção Regional de Cultura do Norte, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte, o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, Museu do Douro e Fundação do Côa.

A programação, além do conceito comemorativo que procura assinalar publicamente a data e o seu significado, apresenta um pendor prospetivo e reflexivo sobre os grandes desafios de desenvolvimento para o horizonte 2030, bem como de *marketing* territorial cujas ações procurarão valorizar a identidade regional.

Importa, pois, continuar a fomentar um sentimento sustentável de autoestima e pertença das comunidades locais, valorizando a identidade cultural, o património imaterial, as pessoas e as suas conquistas coletivas a par de todos os fatores identitários e diferenciados do Douro enquanto território de excelência.

A Missão Douro continuará, assim, focada no seu desígnio de entidade gestora de um sítio tão exigente quanto desafiante, apostada na adoção de boas-práticas de planeamento, gestão, comunicação, participação e cidadania.

FONTES ELETRÓNICAS

- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<http://www.ccdr-n.pt/>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<https://en.unesco.org/>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<https://www.apambiente.pt/>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<https://www.unescopor-tugal.mne.pt/pt/a-cnu>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<https://www.ivdp.pt/>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<https://www.rmpm.pt/repositorio>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<http://www.parconazionale5terre.it/page.php?id=82>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <<https://www.region-du-le-man.ch/en/Z9278/lavaux-unesco-terraced-vineyards>>.
- «Instituto dos Vinhos do Douro e Porto». [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em <https://kipdf.com/project-vitour-landscape_5aec18177f8b9a75508b4586.html>.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Fernando Bianchi de *et al.*, coord. (2002). *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro*. Vila Real: UTAD.
- ANDRESEN, Teresa; REBELO, José (2013). *Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro — Paisagem Cultural Evolutiva Viva*. Porto: CCDRN/EMD; CIBIO UP/UTAD, vol. 1. Relatório de Avaliação.
- FUNDAÇÃO REI AFONSO HENRIQUES (2000). *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: Marca-Artes Gráficas.

L'EFFET DU CLASSEMENT UNESCO SUR L'OFFRE ŒNOTOURISTIQUE DES VIGNOBLES EUROPÉENS*

SOPHIE LIGNON-DARMAILLAC**

Résumé: *Ce texte analyse les effets de la labélisation UNESCO dans l'offre œnotouristique des vignobles classés au Patrimoine Mondial de l'Humanité. Tous sont européens, alors même que de grandes destinations en matière de tourisme vitivinicole appartiennent au Nouveau Monde. En quoi le classement UNESCO différencie ces vignobles? Quelles sont les caractéristiques paysagères et patrimoniales des vignobles UNESCO, en quoi sont ils valorisés, ou non, pour développer, plus qu'ailleurs, une activité œnotouristique riche et diversifiée.*

Mots-clés: vignobles; œnotourisme; patrimoine; UNESCO.

Resumo: *Este texto analisa os efeitos do selo UNESCO na oferta enoturística das vinhas classificadas como Património Mundial da Humanidade. Todos são europeus, embora os principais destinos do enoturismo pertençam ao Novo Mundo. Como a classificação da UNESCO diferencia esses vinhedos? Quais são as características paisagísticas e patrimoniais das vinhas da UNESCO, como são valorizadas, ou não, para desenvolver, mais do que em qualquer outro lugar, uma atividade enoturística rica e proposta.*

Palavras-chave: vinhas; enoturismo; património; UNESCO.

L'œnotourisme ne cesse de se développer, tant dans l'Ancien-Monde viticole que dans la nouvelle planète des vins. La concurrence augmente sur les marchés mondiaux du vin, entraînant celle des différentes destinations œnotouristiques, chacune devant valoriser l'image de son vignoble et de ses productions. Les vins sont reconnus par leurs appellations, les offres œnotouristiques, à leur image, recherchent à accroître leur notoriété à travers différents labels, à l'échelle de leur pays, mieux, à l'échelle internationale. C'est dans ce contexte que la reconnaissance par l'UNESCO¹ de quinze paysages culturels viticoles comme Patrimoine Mondial, entre 1999 et 2019, a offert à ces vignobles une image d'exception, d'excellence, un signe de distinction recherché par nombre de ceux restés à ce jour, à l'écart de ce club très exclusif. A côté de ces paysages culturels, ont été classés au Patrimoine Mondial de l'UNESCO, trois «biens viticoles»: en Hongrie — Hollókő, le vieux village et son environnement; le Parc National de Hortobágy et le Paysage Culturel de Fertő / Neusiedlersee; en Italie — la Côte amalfitaine (Fig. 1).

* Si le *copyright* des tableaux, graphiques et autres images n'est pas indiqué, il appartient aux auteurs de ce texte.

** Maitresse de Conférences-HDR, UFR de Géographie, Sorbonne-Université, Paris.

¹ La reconnaissance d'un bien par l'UNESCO repose sur la Convention du Patrimoine Mondial concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel, élaborée et adoptée par la Conférence Générale de l'UNESCO le 16 novembre 1972. Le concept de paysage culturel, soutenu par l'ICOMOS (International Council for Monuments and Sites) est reconnu par le Comité du Patrimoine Mondial en 1994 en tant que «œuvre conjuguée de l'homme et de la nature». Les paysages viticoles en sont une dimension; identifiés et préservés dans leur diversité à travers le monde, ceux qui sont retenus expriment «la longue et intime relation des peuples avec leur environnement» (PRATS, 2014).

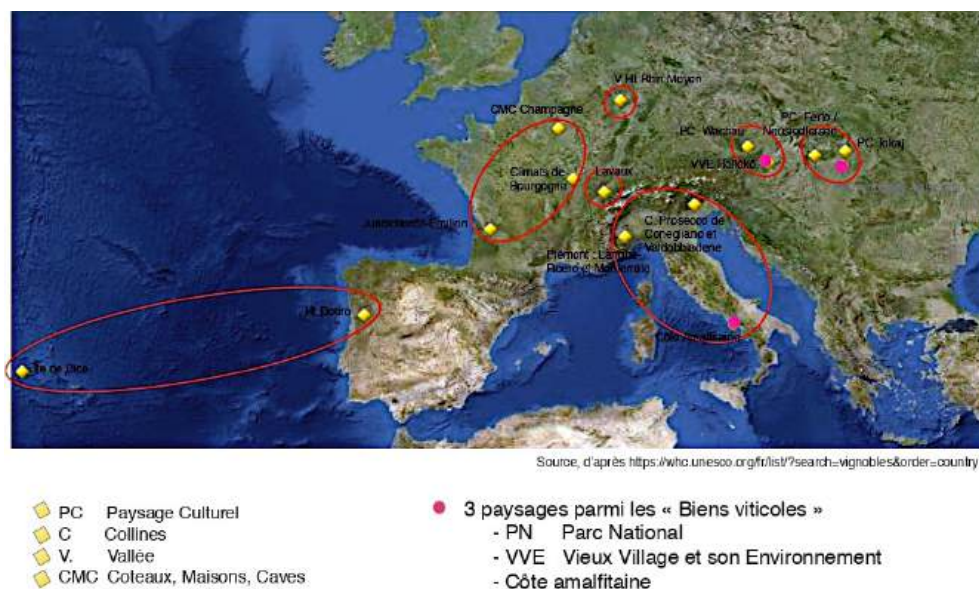


Fig. 1. Vignobles classés au patrimoine mondial de l'UNESCO

Seuls des vignobles européens ont été classés, appartenant à sept pays: France, Autriche, Portugal, Allemagne, Hongrie, Suisse et Italie. Certains d'entre eux comptent plusieurs «vignobles UNESCO», la France (3), l'Italie (3), la Hongrie (3) le Portugal (2), et l'Autriche (2), d'autres un seul, l'Allemagne et la Suisse. L'Espagne, grand pays viticole européen, le premier par la superficie de ses vignes, n'en compte cependant aucun comme tous les grands vignobles de l'hémisphère sud ou des Etats-Unis, Pour appartenir à ce réseau UNESCO, tous répondent au moins à un des critères II, III, IV, V ou VI reconnus par l'organisation internationale:

- II. *Témoigner d'un échange d'influences considérable pendant une période donnée ou dans une aire culturelle déterminée, sur le développement de l'architecture ou de la technologie, des arts monumentaux, de la planification des villes ou de la création de paysages,*
- III. *Apporter un témoignage unique ou du moins exceptionnel sur une tradition culturelle ou une civilisation vivante ou disparue,*
- IV. *Offrir un exemple éminent d'un type de construction ou d'ensemble architectural ou technologique ou de paysage illustrant une ou des périodes significative(s) de l'histoire humaine,*
- V. *Etre un exemple éminent d'établissement humain traditionnel, de l'utilisation traditionnelle du territoire ou de la mer, qui soit représentatif d'une culture (ou de cultures), ou de l'interaction humaine avec l'environnement, spécialement quand celui-ci est devenu vulnérable sous l'impact d'une mutation irréversible,*

VI. Etre directement ou matériellement associé à des événements ou des traditions vivantes, des idées, des croyances ou des œuvres artistiques et littéraires ayant une signification universelle exceptionnelle (Le Comité considère que ce critère doit préférentiellement être utilisé en conjonction avec d'autres critères).

La «valeur universelle exceptionnelle», reconnue pour devenir Patrimoine Mondial, n'est donc pas liée à la qualité des vins produits, mais bien à une culture historique, multi séculaire, qui a façonné des paysages originaux de terroirs ancestraux. Ces paysages culturels témoignent d'échanges d'influences, qui ont enrichi les savoirs-faire locaux pour engendrer des architectures et des constructions paysagères originales, uniques (Tableau 1).

Tableau 1. Critères de sélection pour chacun des vignobles UNESCO

	France	Autriche	Portugal	Allemagne	Hongrie	Portugal	Suisse	Italie	France	Italie		
	Juridiction de Saint-Émilien	Wachau	Paysage culturel de Fertő-Neusiedlersee Frontière Autriche-Hongrie	Vallée du Haut Douro	Vallée du haut Rhin moyen	Tokaj	Ile de Pico	Lavaux	Piemont	Coteaux maisons et caves de Champagne	Climats du vignoble de Bourgogne	Collines de Prosecco de Conegliano
	1999	2000	2001	2002		2004	2007	2014	2015	2019		
II		X		X								
III	X		X		X	X	X	X	X	X		
IV	X	X	X	X			X		X			
V			X	X	X	X	X	X		X	X	
VI									X			

En répondant à ces critères, les vignobles classés traduisent une parfaite adéquation entre la nature et le savoir-faire humain, une totale adaptation à des environnements naturels souvent hostiles, là où de fortes pentes ou des sols volcaniques ne semblaient pas destinés à l'origine à des productions d'excellence. Pour parvenir à l'élaboration de paysages exceptionnels, des communautés humaines ont dû s'implanter durablement, transmettre de générations en générations des savoirs-faire ingénieux, pour développer des traditions tant dans l'art de produire que de vivre. Pour maintenir une activité viticole si exigeante, ces communautés vigneronnes ont fait de leurs vins si chèrement produits, beaucoup plus que des breuvages bons à boire. Elles ont élaboré des boissons de fêtes, des symboles de vie, des vins qui ont inspiré de multiples œuvres d'art, des sculptures, des peintures, des poèmes ou des musiques.

Ces vignobles reconnus au Patrimoine Mondial de l'Humanité offrent ainsi une inestimable richesse tant culturelle que paysagère, tant par le soin apporté aux cultures qu'à l'habitat, tant par l'originalité de leurs territoires que par leurs traditions festives. Dans ces conditions, l'on peut penser que le potentiel œnotouristique est ici plus riche qu'ailleurs, l'offre plus diversifiée, animée par la vie de ces sociétés reconnues au-delà d'une notoriété locale. Cette mise en tourisme freine l'exode rural qui dans bien des campagnes conduit à l'abandon des terres là où ces dernières ne permettent pas l'intensification des cultures. L'œnotourisme peut alors être une activité d'appoint, une source de revenus complémentaires, tout en permettant de conserver, à plus long terme, les paysages vivants.

Pour autant, dans ce contexte, les vignobles du Patrimoine Mondial de l'Humanité offrent-ils un développement touristique original, une plus grande fréquentation, un réel enrichissement ou ne sont-ils que pipeau, pas plus attractifs que d'autres vignobles non labellisés UNESCO²? Les sites classés par l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture s'imposent-ils comme «une collection de lieux qu'il faut absolument avoir vus dans sa vie»? Que leur apporte ce label? Quelle peut être la valeur ajoutée par l'UNESCO, lorsque, par ailleurs, plusieurs vignobles d'un même pays bénéficient de cette reconnaissance patrimoniale et peuvent, dans ce contexte, être concurrents, alors que d'autres grands pays viticoles, telle l'Espagne, ne possèdent aucun vignoble UNESCO, mais figurent pourtant parmi les destinations œnotouristiques les plus prisées (Jerez, La Rioja, Le Penedès). Certes, des vignobles classés au Patrimoine de l'Humanité sont parmi les principales destinations œnotouristiques de leur pays (Saint-Emilion, leader des territoires œnotouristiques bordelais, première destination française en matière de tourisme viticole), mais d'autres vignobles, non classés par l'UNESCO, devancent par leur fréquentation d'autres destinations œnotouristiques de leur pays, par exemple, au Portugal, l'Alentejo, sans label UNESCO, est tout autant reconnu que le Haut Douro, et bien plus fréquenté que le vignoble classé de l'Île de Pico.

1. LES VIGNOBLES UNESCO: DES DESTINATIONS PRIVILEGIEES DU TOURISME RURAL ET DURABLE

En 1992, l'UNESCO reconnaît les premiers paysages culturels dans la Liste du Patrimoine Mondial de l'Humanité, parmi lesquels en 1999, le premier vignoble, la Juridiction de Saint-Emilion. Autrement dit, c'est précisément dans les années où l'œnotourisme commence à se développer en Europe que certains d'entre eux bénéficient d'une reconnaissance internationale par la qualité de leurs paysages³.

Peu à peu réunis par leur appartenance au Patrimoine Mondial de l'UNESCO, ces paysages culturels viticoles forment un ensemble de territoires très différents par leur superficie, moins de 1000 ha pour Pico et Lavaux, plus de 20 000 ha dans la vallée du

² FORRAY, 2021.

³ LIGNON-DARMAILLAC, 2009.

Rhin, du Haut Douro ou dans les collines du Prosecco, ou par leur situation le long d'un fleuve (Rhin, Douro, Danube) ou d'un rivage lacustre (Wachau). Ces régions viticoles sont plus ou moins densément habitées, plus ou moins reconnues pour leur patrimoine bâti (châteaux et église troglodyte de la Juridiction de Saint-Emilion). Leur offre œnotouristique est dès lors avant tout renforcée par leurs spécificités, et non par leur appartenance commune au club très restreint des vignobles UNESCO. Certains sont privilégiés pour développer une activité touristique par la proximité d'une grande ville, Bordeaux, Lausanne, Venise ou Turin, d'autres sont au contraire très isolés telle l'île de Pico, ou plus difficilement accessibles comme le Haut-Douro, à une centaine de kilomètres de Porto, loin des chais de Vila Nova de Gaia, qui seuls sont à proximité de la ville. Certains bénéficient de la notoriété internationale de leurs vins, Champagne, Prosecco, Porto, Bordeaux, d'autres moins reconnus sur les marchés d'exportation.

A l'occasion des Journées Européennes du Patrimoine, l'UNESCO a lancé en septembre 2017 la première plateforme en ligne pour valoriser le Patrimoine Mondial et le tourisme durable, le «*World Heritage Journeys* (Sur la route du Patrimoine Mondial)». Conçue avec le soutien de l'Union Européenne, et développée en collaboration avec «National Geographic», cette plateforme présente trente-quatre sites du Patrimoine Mondial répartis dans dix-neuf pays de l'Union Européenne. L'objectif est de changer la manière dont les gens voyagent en les incitant à rester plus longtemps sur place, à explorer la culture locale, son environnement et se familiariser avec les valeurs du Patrimoine Mondial. Ces sites doivent appartenir à l'Europe antique, médiévale, royale ou souterraine. Parmi eux, quatre paysages culturels viticoles bénéficient de cette nouvelle reconnaissance internationale: deux sites de l'Europe romantique, en Allemagne, la Vallée du Haut-Rhin moyen, cœur du Saint-Empire romain, en Autriche, le Paysage culturel de la Wachau, paysage médiéval remarquablement bien préservé, et deux autres sites de l'Europe souterraine, en France, les Coteaux, Maisons et Caves de Champagne, en Hongrie, le Paysage culturel historique de la région viticole de Tokaj.

Cette nouvelle classification, renforce le tourisme rural pour promouvoir le patrimoine ayant pour vocation un tourisme durable pour:

- promouvoir un tourisme en accord avec la valeur universelle exceptionnelle du Patrimoine Mondial;
- attirer les visiteurs chinois en Europe dans le cadre de l'Année du tourisme Union Européenne-Chine 2018;
- inciter les touristes à séjourner plus longtemps, à explorer la culture locale et son environnement, et se familiariser avec les valeurs du Patrimoine Mondial de la région visitée;

Comme pour l'ensemble des paysages culturels du Patrimoine Mondial, ces vignobles revendiquent la valorisation de la nature à travers un tourisme vert, à travers vignes. Ces vignobles sont sillonnés par diverses routes pédestres, cyclables, ferroviaires ou

fluviales Des sentiers sont particulièrement renommés pour apprécier les sites remarquables de territoires viticoles. Tel est le cas du sentier des terrasses empierrées de la Wachau, 180 km organisés en quatorze étapes, sentier relié à la section locale du chemin de Saint-Jacques. Le pic du Jauerling, le plus haut sommet qui domine le Danube, 750 m au-dessus du fleuve, permet une vue remarquable sur les pentes du vignoble, la découverte d'une vingtaine de forteresses, ruines et châteaux ou de trois monastères, d'explorer ainsi un patrimoine architectural remarquable, qui renforce le caractère culturel du vignoble. Ailleurs, l'Eurovelo 6 (1200 km de Donaueschingen en Allemagne à Budapest en Hongrie) longe le Danube, en partie à travers les vignes de la Wachau, le long de chemins de halage, en traversant les villages médiévaux de Spitz, Weißenkirchen et Dürnstein.

Dans d'autres cas, des trains touristiques empruntent des voies panoramiques à Lavaux ou dans le Douro, où le train historique est à nouveau à vapeur! Dans ce vignoble, la desserte de la gare de Pinhão permet de découvrir à la fois le vignoble et ses vins, mais aussi la culture des azulejos portugais, à travers de multiples tableaux de céramiques qui illustrent la vie vigneronne, les paysages viticoles ou le commerce du Porto par les embarcations traditionnelles, les *rabelos* (Fig. 2).

L'appartenance de ces circuits touristiques à des vignobles remarquables, se traduit aussi par l'offre des promenades gourmandes telle celle du «train des vignes» de Vevey à Chexbres jusqu'au lac Léman. Ainsi, comme paysages culturels de l'Humanité, ces vignobles conjuguent toujours un attrait pour la nature, tout autant dans sa dimension culturelle que culturelle.



Fig. 2. Azulejos de la gare de Pinhão

2. UNE OFFRE CENOTOURISTIQUE CULTURELLE REMARQUABLE

Reconnus ou non par l'UNESCO, les terroirs viticoles sont toujours considérés comme le fruit du travail de l'homme sur la nature, comme l'une des formes les plus remarquables de paysages agricoles résultant de l'activité humaine. A ce titre, l'offre culturelle est indissociable de l'œnotourisme, tout particulièrement par l'intérêt porté aux «paysages culturels» de ce Patrimoine Mondial. Cette offre est parfois liée à l'architecture des villages ou des monuments des vignobles, parfois liée à des événements, de grandes manifestations festives qui incitent les œnotouristes à revenir pour découvrir des programmations de spectacles différentes d'une année à l'autre.

Ce patrimoine architectural, peut être historique, des châteaux tels le château de Rheinstein qui surplombe le Rhin, ou le château de Pfalzgrafenstein à Kaub, lieu d'inspiration pour Victor Hugo (île desservie par un petit ferry), des abbayes ou des monastères, des églises... Ce patrimoine architectural peut être celui de résidences seigneuriales qui ont favorisé l'économie viticole locale, ou avoir une fonction spécifiquement liée à l'élaboration du vin et à son vieillissement, grand ou petit patrimoine, murets et cabanes de vignes ou chais. Des châteaux peuvent être des propriétés viticoles, dans le Bordelais, ou de grandes maisons, dont les caves souterraines, comme les cratères de Champagne, sont le principal intérêt des visites touristiques. Y sont alors organisées des dégustations comme autant de visites insolites, telles celles de la Maison Ruinart à Reims ou des caves hongroises, comme la cave de Rákóczi, peut-être la plus touristique des caves de Tokaj. Construite au début du XV^e siècle, elle a été la propriété de rois et de princes, connue en 1526 par l'élection du roi János Szapolyai, elle présente un véritable dédale de galeries creusées dans la roche volcanique, avec des milliers de fûts de chêne impeccablement alignés.

Ces monuments historiques ouverts aux œnotouristes de l'Ancien-Monde des vignobles labellisés par l'UNESCO ont suscité de nouvelles architectures, de nouvelles caves dignes de la plus grande renommée, pour intégrer pleinement le tourisme à l'économie viticole. Ainsi les *wineries* californiennes, malgré la non-reconnaissance du label UNESCO, figurent parmi les caves les plus fréquentées. Dans des vignobles n'appartenant pas au Patrimoine Mondiale de l'Humanité, en Rioja, comme en Amérique, apparaissent des chais construits par des architectes de renom international, véritable *winescapes* conçus par les starchitctes de grand renom. Conscients de l'image iconique de telles constructions, les vignobles européens, classés par l'UNESCO, s'inspirent peu à peu de ces nouvelles architectures. L'offre œnotouristique s'enrichit de nouveaux chais à visiter à Saint-Emilion, le chai cathédral de Mario Botta du Château Faugères dès 2009 ou en 2011, au Château Cheval Blanc, où l'architecte Christian de Portzamparc construit un nouveau chai qui symbolise «l'élévation du sol, les voiles de béton, de la lumière au ciel»!

Le classement UNESCO, encourage cependant un tourisme évènementiel. En Champagne, depuis plus de vingt ans, les Habits de Lumière, organisent à Epernay le festival annuel d'art et de gastronomie qui réunit des compagnies d'artistes chargés d'animer l'avenue de Champagne par des défilés d'art de rue, des spectacles pyrotechniques, des parades automobiles de voitures anciennes. Parallèlement, dans une autre approche culturelle les Habits de Saveurs permettent la rencontre de chefs étoilés et de vignerons, pour animer des dégustations dans la cour des grandes maisons... Mais en 2015, l'anniversaire du classement des Côteaux, Maisons, et Caves de Champagne au Patrimoine Mondial de l'UNESCO, est célébré par le «Séjour des Réconciliations», Fête annuelle qui commémore, à travers un «tourisme d'Humanité», les valeurs de l'UNESCO, en rappelant l'histoire de la Champagne, région de la réconciliation franco-allemande en 1962. Un dîner de gala est donné au profit d'une œuvre caritative, des conférences sur les enjeux de la réconciliation sont organisées, un grand lâcher nocturne de lanternes transporte des messages d'Humanité et de paix pour clore la fête.

Pour autant, malgré la richesse de ces patrimoines et de ces manifestations, les vignobles classés au Patrimoine Mondial offrent-ils des atouts spécifiques, sont-ils des destinations touristiques plus recherchées, plus attractives que d'autres vignobles?

3. LES VIGNOBLES UNESCO: DES DESTINATIONS TOURISTIQUES PARMIS D'AUTRES

Les vignobles classés au Patrimoine de l'Humanité ne sont pas toujours les plus grands, ni les mieux desservis. Par exemple, l'île de Pico, perdue au milieu de l'archipel des Açores, est particulièrement difficile d'accès. Certes, la richesse patrimoniale des vignobles UNESCO est grande, mais les châteaux viticoles du Médoc ont une renommée comparable à celle des châteaux de Saint-Émilion, les villages de la route des vins d'Alsace n'ont rien à envier à ceux du Haut-Rhin moyen, les *wineries* de la vallée de la Napa ou les bodegas chiliennes et argentines offrent un plus grand nombre, une plus grande diversité de *winescapes* que les vignobles du Patrimoine Mondial.

Par ailleurs, outre le label UNESCO, un autre label, plus exclusif encore, reconnaît onze vignobles également de grande notoriété, ceux appartenant au réseau des *Great Wine Capitals* (Capitales de Grands Vignobles) créé en 1999 à l'initiative de la CCI de Bordeaux⁴. Parmi ces dernières, cinq sont à la fois paysages culturels et capitales de grands vignobles: les vignobles de Mayence-Hesse Rhénane en Allemagne, Porto au Portugal, Vérone en Italie, Bordeaux en France et Lausanne en Suisse. Cependant, six autres capitales n'appartiennent pas au réseau des vignobles de l'UNESCO: Bilbao-Rioja en

⁴ Ce réseau conduit des programmes de coopération et d'échanges, spécialement en matière d'œnotourisme. Le concours des *Best Of Wine tourism* récompense les meilleures initiatives œnotouristiques des villes membres, réalise des études de marché sur l'impact de l'œnotourisme dans l'activité de leurs propriétés viticoles, attribue des bourses de recherche, organise des missions dans les vignobles...

Espagne, Mendoza en Argentine, Valparaíso Casablanca Valley au Chili, San Francisco en Napa Valley aux USA, Adelaïde en Australie, le Cap-vignoble du Cap en Afrique du Sud. Ainsi apparaissent de notoriété internationale des destinations œnotouristiques incontournables, un vignoble du pays européen aux plus vastes surfaces viticoles, et des vignobles de la nouvelle planète des vins, jusque-là exclue des paysages culturels viticoles.

Les «meilleurs vignobles du monde» ne sont donc pas toujours labellisés UNESCO. Ils sont par ailleurs reconnus selon la qualité de leur offre œnotouristique et non plus spécifiquement par le caractère exceptionnel de leur patrimoine. Ainsi, le *World's best vineyards*⁵ établit le Top 50 des expériences viticoles les plus étonnantes, les meilleurs endroits pour déguster des vins et en apprendre davantage sur la vinification et la viticulture. Il classe des caves d'architecture remarquable, ancienne ou très contemporaine, des caves qui associent à leurs infrastructures des restaurants étoilés Michelin, ou des caves plus modestes de domaines familiaux où les propriétaires organisent des visites. Les établissements classés proposent une offre œnotouristique originale: une visite en calèche d'époque à travers le vignoble, des tapas au milieu d'une collection de voitures classiques magnifiquement restaurées, des œuvres d'art de Pablo Picasso, des cours de cuisine sur un feu ouvert... La liste est établie par près de six cent experts du vin, des voyages et de l'œnotourisme du monde entier. Pour concourir, les propriétés, domaines ou caves viticoles, doivent seulement être ouvertes au grand public, sans autres critères prédéterminés.

La liste 2020 couvre dix-huit pays, vingt en 2019, de l'Ancien comme du Nouveau-Monde, parmi lesquels seuls cinq pays ont des vignobles classés au Patrimoine Mondial: la France, l'Italie, l'Allemagne, le Portugal et l'Autriche, la Hongrie et la Suisse n'y figurent pas. A l'inverse, certains pays, peu connus pour leurs vignobles ont au moins une cave classée dans ce Top 50: le Canada en 2019, le Japon et l'Inde en 2020. En 2020, Le Chili, figure au niveau de la France, en tête du classement. L'Espagne, l'Argentine et les USA devancent les autres pays classés à l'UNESCO.

Parmi les caves classées dans ce Top 50, une minorité, seize en 2019, dix-sept en 2020, appartiennent à un vignoble UNESCO. Aucune en tête de liste, au premier rang des caves labellisées, la Quinta do Crasto du Haut-Douro portugais en 4^{ème} position en 2019, deux parmi les dix premières, le Domaine Wachau autrichien en 3^{ème} position en 2020, quatre parmi les dix premières.

Nous constatons ces mêmes conclusions à d'autres échelles d'analyse. En France, selon les données d'Atout France, sans doute autant par la notoriété de leurs vins que par leur label UNESCO, le vignoble bordelais est le plus fréquenté de France (18% des visiteurs), puis la Champagne (17,2%), mais l'Alsace (16,9%), non labellisée UNESCO, devance de peu la Bourgogne (16,2%).

⁵ Disponible en <<https://www.worldsbestvineyards.com>>. [Consult. 2 Fév. 2022].

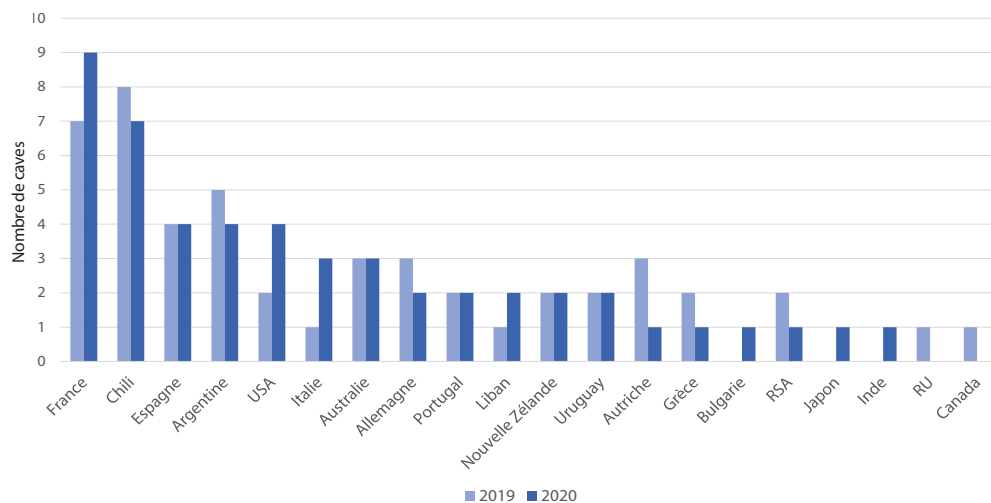


Fig. 3. Pays représentés au Top 50 des *World's Best Vineyards* 2019 et 2020

A l'échelle régionale, autant de châteaux médocains ont reçu un «Best of Wine Tourism» entre 2004-2016 que les châteaux saint-émilionnais. Certes, parmi les vignobles girondins, le vignoble de Saint-Emilion a reçu le plus grand nombre de visites, 41% ont choisi Saint-Emilion-Pomerol-Fronsac, 21% le Médoc, moins encore les Graves et le Sauternais, 10%, l'Entre-deux-Mers 6%, autant que les Côtes de Bourg et de Blaye, la métropole de Bordeaux, pour d'autres types de visites, 15%⁶. Pourtant, plus que le classement UNESCO, compte ici l'accessibilité de la destination, ou la nature de la visite, la Maison du vin de Saint Emilion a reçu 149 214 visiteurs en 2018 lorsque la Cité du vin de Bordeaux en recevait près de trois fois plus, 421 000 et la Citadelle de Blaye 460 870.

En Champagne, l'effet du classement ne semble pas non plus avoir totalement bénéficié à la fréquentation œnotouristique locale. Le «rapport sur l'œnotourisme en Champagne, et plus spécifiquement sur le Grand Reims: vision quantitative et quantitative des acteurs et de leur développement» atteste d'un effet UNESCO depuis le classement de 2015, d'une croissance de 10-15% de la fréquentation les trois premières années. Cependant, depuis, «seuls quelques professionnels actifs et volontaires — à l'instar de Taittinger et Ruinart — ont réussi à maintenir ces croissances annuelles»⁷. Malgré ce classement, les priorités de la Champagne ne sont pas prioritairement orientées vers l'œnotourisme. L'Union des Maisons de Champagne recense 76 grandes maisons mais toutes ne sont pas visitables, seules 21 le sont, soit moins de 30%. Quant aux vigneron, ils sont d'après le comité Champagne 15 800. Pour autant, sur le site du Comité Champagne, 533 vigneron seulement ouvrent leur exploitation aux visiteurs ainsi que

⁶ GIRONDE TOURISME, 2022. Disponible en <gironde-tourisme.fr>. [Consult. 2 Fév. 2022].

⁷ PUYDEBA, [s.d.].

26 coopératives, soit au total, 559 exploitations ouvertes à l'œnotourisme, au total, moins de 4% de la totalité des vigneronns. Ce taux de caves ouvertes à la visite est très inférieur à ce qu'il est dans les autres régions viticoles: 15% en Alsace, 10% dans les Côtes du Rhône, 6% dans le Val de Loire, plus de 10% des propriétés du Bordelais⁸.

De même en Italie⁹, en 2019 la Toscane, par la richesse et la diversité de ces paysages agricoles était de loin la première destination œnotouristique du pays, 45,41% des touristes, loin devant le Piémont qui en attirait 17,35%, malgré la présence sur son territoire du vignoble de Langhe Roero Monferrato classé à l'UNESCO, les «Collines del Prosecco di Conegliano e Valdobbiadene» ne rendant guère la Vénétie viticole plus attractive, 6,12% des œnotouristes.

Pareillement, les caves champenoises reçoivent un peu moins de visiteurs que les caves de Jerez de la Frontera dont le vignoble n'est pas classé à l'UNESCO, mais représente la première destination œnotouristique espagnole, petit vignoble de 15 000 ha, les grandes maisons de sa route des vins recevaient 568 997 visiteurs en 2019.

En Italie, la Toscane se confirme d'année en année comme la région œnotouristique la plus attractive d'Italie, avec près de la moitié des préférences mondiales (45,41%), devant le Piémont, le Trentin-Haut-Adige, la Vénétie et la Campanie. Au-delà de l'offre viticole de ces vignobles, il faut noter que ces territoires sont très touristiques, leur offre paysagère et patrimoniale est riche et variée, l'œnotourisme n'offre qu'un motif supplémentaire de visite motivée par une expérience touristique originale, plus rare, mais non exclusive.

Ainsi en Suisse, à Lavaux, peu de personnes interrogées indiquent que le classement UNESCO ait motivé leur visite. On vient à Lavaux pour le paysage, pour la randonnée, mais pas prioritairement pour le vignoble pourtant inscrit sur la liste du Patrimoine mondial, ni spécialement pour la renommée de ses vins¹⁰.

CONCLUSION

Les vignobles UNESCO sont des destinations œnotouristiques reconnues à l'échelle internationale. L'augmentation de la fréquentation des vignobles classés au Patrimoine Mondial est sans doute le fruit de touristes sensibles à ce classement de renommée mondiale, touristes adeptes des visites des lieux et biens inscrits à l'UNESCO. Pour autant, le label n'est pas une manne. L'inscription est certes une source de notoriété, mais la politique menée par les Etats, les régions, la proximité d'une grande ville et la facilité d'accès qui en découle restent plus fondamentaux. L'œnotourisme semble rechercher, plus que le nombre, la qualité de l'offre et de la fréquentation des vignobles. Les vigneronns verraient mal les touristes en trop grand nombre dans les rangs de leurs vignes! L'image d'un tourisme de masse serait très dommageable à leur notoriété.

⁸ PUYDEBAT, [s.d.].

⁹ *XVI Rapporto Sul Turismo Del Vino In Italia*, 2020: 35.

¹⁰ REYNARD *et al.*, 2017-2019.

Pourtant, certains vignobles, tels ceux de Sancerre, d'Alsace ou de Cadillac espèrent intégrer la liste du patrimoine de l'UNESCO. Tous souhaiteraient améliorer ainsi leur réputation, leur attractivité par une offre jugée plus exclusive, une réputation plus favorable à un œnotourisme haut de gamme.

BIBLIOGRAPHIE

- CARDOSO, António (2009). *A investigação fundamental em turismo e enoturismo*. In CARDOSO, António Barros; DURBIANO, Claudine; GONÇALVES, Eduardo Cordeiro, *coords. I Jornadas Internacionais sobre Enoturismo e Turismo em Espaço Rural — Cadernos de Resumos*. Maia: Edições ISMAI, pp. 13-15.
- FORRAY, Didier (2021). *Le label UNESCO est ce du pipeau?* «Espaces». [Consult. 2 Fév. 2022]. Disponible en <https://documentation.departement06.fr/index.php?lvl=notice_display&id=753555>.
- LIGNON-DARMAILLAC, Sophie (2009). *L'œnotourisme en France, la valorisation des vignobles. Analyse et bilan*. Bordeaux: Féret.
- MARTINEZ ARNALIZ, Marta; BARAJA RODRIGUEZ, Eugenio; MOLINERO HERNANDO, Fernando (2019). *Criterios De La UNESCO Para La declaración De Regiones vitícolas Como Paisaje Cultural: Su aplicación Al Caso español*. «Boletín De La Asociación De Geógrafos Españoles». 80, 1-33. DOI: 10.21138/bage.2614.
- PRATS, Michèle (2011). *Les retombées économiques du patrimoine culturel en France*. In ICOMOS 17th General Assembly. Paris.
- PRATS, Michèle (2014). *Les paysages viticoles: une quête d'excellence*. «CULTUR». 8:03, 128-143.
- PUYDEBAT, Jean-Michel [s.d.]. *Rapport sur l'œnotourisme en Champagne, et plus spécifiquement sur le Grand Reims: vision quantitative et quantitative des acteurs et de leur développement*. Reims: Site de l'Office du Tourisme. [Consult. 2 Fév. 2022]. Disponible en <<https://ot-reims.fr/docs/observatoire/RAPPORT%20SUR%20L%27OENOTOURISME%20EN%20CHAMPAGNE%20-%20PV2D.pdf>>.
- XVI RAPPORTO Sul Turismo Del Vino In Italia. Siena: Ed. Città Dell'vino, 2020.
- REYNARD, Emmanuel *et al.* (2017-2019). *Mieux connaître le tourisme à Lavaux*. Lausanne: Institut de Géographie et Durabilité.

LA PATRIMONIALISATION EN FAVEUR DES PAYSAGES VITICOLES DE LA PLAINE DE MORNAG: UN NOUVEL AXE DE DÉVELOPPEMENT LOCAL D'UN TERRITOIRE A DES CONFLITS D'USAGE*

ABDELKARIM HAMRITA**

AMIRA BOUSSETTA***

RAFAEL MATA OLMO****

HICHEM REJEB*****

Abstract: *The concept of patrimonialization of terroirs and local products concerns rural areas with a strong identity and also so-called ordinary and peri-urban areas with quality products, know-how, and elements with a strong patrimonial value [...]. In Tunisia and since independence, the process of heritage is set up by the strong will of public authorities supported by international organizations and tourism. Currently, and based on research in Mornag, a rich agricultural plain located southeast of Tunis, populated by village communities practicing various intensive crops, particularly market gardening and vineyards inherited from Italian settlers and presenting conflicts of use, the process of heritage appears to be bottom-up, mobilizing a diverse set of actors and resources. It illustrates the interaction between the strategies carried by the still predominant public authorities and the intentions of local collectives or individual actors, and it illustrates the evolution of the values attributed to the rural and peri-urban countryside, re-interrogating their importance for local development.*

Keywords: *patrimonialization; terroir; local development; vineyards; Mornag; Tunisia.*

Resumo: *O conceito de património de terroirs e produtos locais diz respeito a zonas rurais com uma forte identidade e também às chamadas zonas ordinárias e periurbanas com produtos de qualidade, know-how e elementos com um elevado valor patrimonial [...]. Na Tunísia, desde a independência, o processo de desenvolvimento do património tem sido implementado por uma forte vontade das autoridades públicas apoiadas por organizações internacionais e pelo turismo. Atualmente, e através do estudo da zona de Mornag, uma rica planície agrícola situada no sudeste da metrópole de Tunes povoada por comunidades aldeãs que praticam várias culturas intensivas, em particular a horticultura*

* Si le *copyright* des tableaux, graphiques et autres images n'est pas indiqué, il appartient aux auteurs de ce texte.

** Institut Supérieur Agronomique de Chott Mariem. Université de Sousse. Docteur en études du paysage et développement territorial, professeur à l'ISA-IRESA-Université de Sousse et professeur invité à l'Universidad Autónoma de Madrid.

*** Institut Supérieur Agronomique de Chott Mariem. Université de Sousse. Département des Sciences Horticoles et du Paysage.

**** Departamento de Geografía. Universidad Autónoma de Madrid. Professeur ordinaire d'Analyse Géographique Régionale et directeur du Département de Géographie et de Développement Territorial de l'Universidad Autónoma de Madrid. Chercheur et conseiller auprès du Ministère de l'Économie et de la Compétitivité du gouvernement espagnol et, à l'international (Europe, Amérique latine, UNESCO...).

***** Institut Supérieur Agronomique de Chott Mariem. Université de Sousse. Docteur en Sciences Agronomiques, Gembloux – Belgique, professeur de l'Enseignement Supérieur, directeur de l'Unité de Recherche « Horticulture, Paysage, Environnement » UR13AGR06, et co-responsable du Programme Doctoral « Etude des Paysages et Développement des Territoires » de l'ISA- IRESA- Université de Sousse.

e a vinha herdada dos colonos italianos, e apresentando conflitos de utilização, o processo de patrimonialização parece estar orientado numa abordagem ascendente mobilizando uma multiplicidade de atores e recursos, ilustra a interação entre as estratégias das autoridades públicas ainda predominantes e as intenções dos coletivos locais ou dos atores individuais e exemplifica a evolução dos valores atribuídos à paisagem rural e periurbana e reinterroga a sua importância para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: patrimonialização; terroir; desenvolvimento local; vinhas; Mornag; Tunísia.

Ce travail est structuré en trois parties. La première partie est consacrée à une révision conceptuelle des notions de paysage et de patrimoine afin de définir le concept des paysages patrimoniaux. La seconde partie est consacrée au fait méthodologique de rapprochement des paysages et des paysages patrimoniaux à partir des idées fortes comme, le caractère, les représentations et les vecteurs patrimoniaux. La dernière partie va se concentrer sur le processus de patrimonialisation des paysages de vignobles de la plaine de Mornag et l'importance de la participation publique à identifier, caractériser et évaluer les paysages significatifs pour monter le projet de développement local basé sur les paysages patrimoniaux.

1. PAYSAGE, PATRIMOINE, PAYSAGES PATRIMONIAUX

«Aujourd'hui, tout est potentiellement patrimoine»¹ grâce au caractère évolutif de ce concept². Pour avancer sur ce point, il nous semble indispensable d'effectuer un détour par le concept du patrimoine et son évolution jusqu'à la considération croissante des valeurs patrimoniales de la nature, des territoires et des paysages. Le concept de patrimoine évolue d'une conception individuelle (héritage personnel) vers le bien commun: culturel. Dans ce cadre, il a évolué d'une manière accumulative en trois directions: i) temporelle, jusqu'à la considération des biens contemporains, industriels comme patrimoine; ii) sémantique, jusqu'à l'incorporation des biens en relation avec le monde du travail et biens de nature immatérielle (patrimoine ethnographique³); et iii) territoriale, à travers la considération de territoire comme bien culturel sur la base des figures patrimoniales émergentes (itinéraires et paysages culturels)⁴. Le patrimoine appelé naturel a aussi évolué de la valorisation de la biodiversité à la signification des milieux et espaces par l'insistance sur le caractère patrimonial de la biodiversité et des biotopes. Cette révision conceptuelle et stratégique permet l'ouverture du concept de patrimoine qui a commencé à abandonner ses prétentions conceptuelles absolues de départ et donne naissance à des interprétations en rénovation et révision continue comme produit enrichissant la gestion du patrimoine et son rôle dans la réflexion culturelle. En accord avec cette évolution, le patrimoine regroupe

¹ DI MÉO, 2008: 3.

² PRATS, 2006.

³ UNESCO, 2003.

⁴ SILVA PÉREZ, 2016.

l'ensemble des éléments matériels et immatériels (un monument, une formation naturelle, perception sociale, un paysage culturel...) et la volonté de protéger les biens appelés naturels devient une action culturelle, levier de valorisation, de création et de renouvellement des liens sociaux⁵, sous-tendu par des enjeux politiques⁶. Pour de nombreux spécialistes en patrimoine, le paysage est converti en un type particulier de patrimoine; une extension du patrimoine culturel et une interprétation de ses signes historiques et culturels présentant dans une grande partie des configurations paysagères⁷. En conséquence, le terme paysage culturel définit comme ouvrage combiné de la nature et de l'homme, est classé par l'UNESCO en trois types: a) paysage défini, conçu et créé par l'homme; b) paysage évolutif résultant des exigences sociales, économiques, administratives et/ou religieuses; et c) paysage associatif conjuguant des phénomènes religieux, artistiques, ou culturels avec des éléments naturels⁸, souvent traité sans réflexion et vision stratégique, donne place à l'expression de *paysages patrimoniaux*, afin de les considérer comme paysages à forte signification et intérêts culturels. Ces paysages patrimoniaux correspondent à des unités territoriales singulières construites par une superposition de couches spatiales (base naturelle, usage du sol, formes de peuplement, voies de communication...), sociale (alimentation, *habitat*...) et temporelles (créées à différentes périodes historiques). L'ensemble de ces éléments possédant une valeur identitaire attribuée par la population locale et/ou reconnue par les institutions constituent ce qu'on appelle les *vecteurs patrimoniaux*⁹. La définition du paysage de la Convention Européenne du Paysage «une partie du territoire, tel que perçu par la population, dont le caractère résulte de l'action de facteurs naturelle et/ou humaines et de leurs interactions»¹⁰ et principalement sa dernière partie considère le caractère de chaque paysage comme le résultat de l'action de facteurs naturels et humains et de ses interactions. Le sens du terme caractère comme signe ou marque qui s'imprime sur le territoire devient très proche de l'idée d'empreinte singulière et significative de patrimoine et de territoire¹¹. Le terme *caractère* est donc pertinent et abrite un important contenant patrimonial. En conséquence, le patrimoine est considéré comme l'expression du caractère symbolique et singulier qui favorise la proximité conceptuelle entre patrimoine et paysage¹². Le plus pertinent aujourd'hui est de considérer cette reconnaissance patrimoniale en un processus puisqu'il est plus significatif que son résultat pour la société qui le crée. Le concept de patrimoine ne cesse de changer et son évolution conduit à considérer davantage le processus de patrimonialisation que le patrimoine lui-même.

⁵ MICOUD, 2004: 81.

⁶ BORTOLOTTI, *dir.*, 2011.

⁷ CRUZ PÉREZ, ESPAÑOL-ECHANIZ, 2009.

⁸ UNESCO, 1972.

⁹ SILVA PÉREZ, 2016; SILVA PÉREZ, FERNÁNDEZ SALINAS, MATA OLMO, 2018.

¹⁰ CONSEIL DE L'EUROPE SUR LE PAYSAGE, 2000.

¹¹ MATA OLMO, 2010; MATA OLMO, MEER, PUENTE, 2012.

¹² MATA OLMO, 2010; MATA OLMO, MEER, PUENTE, 2012.

Ce processus d'action et de perception sociale est partagé avec la notion de paysage, particulièrement connue par une large tradition de sauvegarde et de protection en premier lieu, et ouverte sur l'aménagement et la gestion, en deuxième lieu. Les paysages présentant une valeur exceptionnelle suscitent un intérêt croissant et ont généré des nombreuses actions de protection et de valorisation¹³. En détournant la définition du paysage de la Convention Européenne de Paysage (CEP), on pourrait dire que tous les paysages, habités ou peuplés ou l'ayant été intègrent des valeurs identitaires et sont potentiellement patrimoniaux. Et sachant que le processus de patrimonialisation se caractérise par la sélection de ce qui est significatif en raison de la reconnaissance de sa valeur élevée, par un ou des groupes d'acteurs, tous ces paysages méritent potentiellement d'être reconnus et protégés. En effet, la conversion d'un paysage en paysage patrimonial dépend des processus d'appropriation sociale et d'attribution des valeurs qui peuvent aller dans un double sens; un sens ascendant *bottom up* quand la société civile insiste sur sa patrimonialisation¹⁴ et un sens descendant *top down* quand la valorisation patrimoniale provient des références normatives et institutionnelles ou de l'extension des études académiques à forte impact social¹⁵. L'ensemble de cette démarche conceptuelle nous a aidé à établir la méthodologie de travail qui ne correspond plus à un simple inventaire des éléments patrimoniaux et paysagers de la plaine de Mornag mais, bien plus à une sélection des paysages significatifs et représentatifs basés sur les différentes composantes territoriales déterminant leurs caractères, les différents et forts arguments patrimoniaux (vecteurs patrimoniaux) et les processus d'appropriation sociale (processus de patrimonialisation).

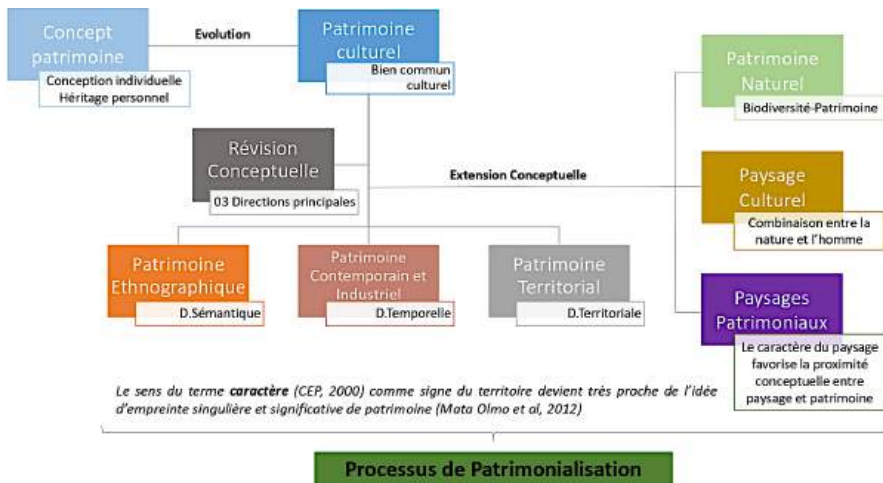


Fig. 1. Évolution du concept du patrimoine vers le Processus de Patrimonialisation

¹³ SILVA PÉREZ, 2016.

¹⁴ STOBELAAR, PEDROLI, 2011.

¹⁵ ARNESEN, 2011.

2. CLES DE LA DEMARCHE METHODOLOGIQUE

L'approche méthodologique sur la quelle est construit ce travail de recherche est une approche pluridisciplinaire faisant référence au territoire, aux paysages et aux vecteurs patrimoniaux. La première entrée fait référence au territoire, vu comme modèle d'organisation sociale et fonctionnelle qui exprime les modèles de comportement spatial et les valeurs que les communautés attribuent à l'espace dans son processus actuel. La deuxième entrée fait référence au paysage comme expression du caractère de territoire (*Landscape Character Assessment*)¹⁶. Les variables relevant de la structure du paysage (forme et organisation, systèmes de production...), les variables en rapport avec le fonctionnement (orientations de production, orientations techniques, ménages des exploitations...), les variables de la gestion (classification de l'occupation du sol, adaptation et résistance, les politiques mobilisées...) et les variables de la perception sociale sont les variables déterminantes pour l'identification et la caractérisation du paysage. La reconnaissance patrimoniale d'un territoire est sélective et basé sur l'ensemble des vecteurs patrimoniaux, leurs interactions et leur localisation afin de distinguer les zones de densité et de diversité patrimoniales différentes (*zonage à dire d'acteurs*)¹⁷. Les vecteurs patrimoniaux sont capables d'établir pour l'ensemble des paysages que pour certaines parties qui les composent, des zones d'intensité patrimoniale élevée, moyenne, faible ou en voie de dé-patrimonialisation. L'intérêt de ce triple exercice n'est pas seulement analytique, mais aussi prospectif, car il permet d'établir les lignes directives sur ce qu'il faut protéger dans les paysages (caractères, vecteurs patrimoniaux) et souligner les aspects qui devraient relever de la protection, de la planification et de la gestion des paysages patrimoniaux.

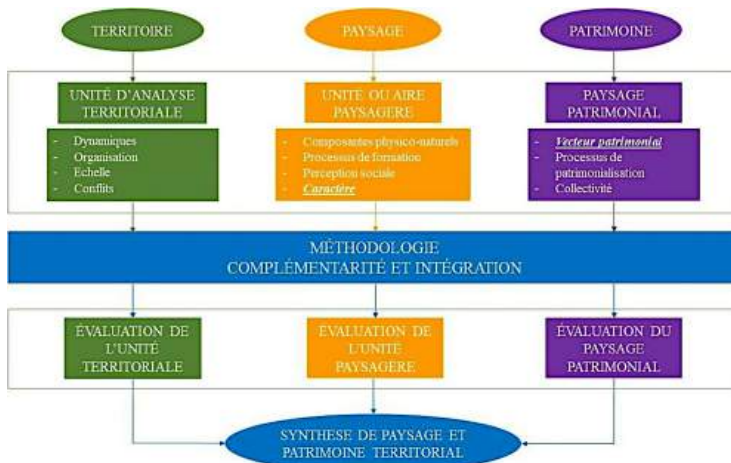


Fig. 2. Diagramme Méthodologique Intégré : Territoire-Paysage-Patrimoine (DMI_TPP)

¹⁶ HAMRITA, 2017.

¹⁷ BOUSSETTA, 2019.

3. RESULTATS

3.1. Histoire des paysages viticoles à Mornag

Les premières plantations de vigne remontent à la période punique (-800 av. JC), à l'initiative des Phéniciens qui ont fondé Carthage. Les Carthaginois ont été les premiers à adopter une approche scientifique pour développer le vignoble selon le traité d'agronomie rédigé par le père de l'agronomie méditerranéenne *Magon*. La présence du vignoble dans le pays est alors attestée depuis l'époque romaine, par le traité du carthaginois Magon. La culture de la vigne a prospéré pendant l'époque carthaginoise et romaine. La riche collection de mosaïques et de fresques notamment du Musée du Bardo à Tunis illustre la véracité et permet d'attester l'habileté de ces anciens agriculteurs, et de montrer leur amour de la vigne et du vin¹⁸. L'origine de la région de Mornag remonte à l'époque romaine. Sa proximité de la mer et ses terres fertiles expliquent l'attractivité de cette région. Les nations qui sont passées par Mornag sont les romains, les byzantins, les andalous, les conquérants arabes, les turques et les européens comme les italiens, les maltais et les français¹⁹. Conscients des richesses et caractéristiques historiques et agronomiques de cette région, les colons français, alsaciens et lorrains venus en 1871, contribuèrent à la ré-exploitation et à l'expansion du vignoble dans cette vallée. Ainsi, d'immenses champs de vignes ont réapparu, au milieu desquels furent construites plusieurs caves à vin. Un exemple est celui de la ferme du colon Créte, qui, déjà en 1892, possédait 221 ha, dont la plupart étaient de la vigne, et cultivés avec des moyens techniques très avancés comme la charrue à vapeur. Il arrivait à employer quelques centaines de travailleurs et c'est justement là que s'était formé le premier centre habité qui a pris le nom de Créteville ainsi qu'à la sédentarisation des populations locales comme le déjà confirmé Poncet dans son livre sur la colonisation agricole européenne de la Tunisie: «la vigne faisait vivre et fixait au sol une petite population européenne, transformant le paysage humain et physique des zones viticoles»²⁰.

3.2. La plaine de Mornag: unité territoriale dynamique et à des conflits d'usage

La plaine de Mornag est constituée par la basse vallée de l'Oued Miliane et entourée par un ensemble de collines de faible altitude (Jebel Ererouf, Jebel Et Tella, collines de Khlidia et collines de Radès). Elle est située au gouvernorat de Ben Arous à 16 km au sud de la capitale Tunis. Regroupant près de 20.000 hectares de zones agricoles utiles, la délégation de Mornag constitue le bastion agricole du gouvernorat appuyé par 8660 hectares de zones irriguées, de barrages et de lacs collinaires. Elle s'étend sur 39.600 hectares

¹⁸ CHAOUECH, 2010.

¹⁹ MIMOUNI, 2001.

²⁰ PONCET, 1961.

dont plus de la moitié sont des terres agricoles utiles. Elle est dominée par un sommet, le Jebel Ressas (795 mètres) et entourée par un ensemble de reliefs (Jebel Ressass, Jebel Boukornine, collines de Rades...). Elle constitue la zone aval du bassin hydrographique de l'oued Miliane qui s'étend sur une superficie de 2000 km² et auquel vient s'adjoindre un affluent, l'Oued El Hamma. Historiquement peuplée par les colons français et italiens, la population rurale estimée à 21.742 représente 40% de la population totale de la délégation²¹. La région de Mornag est caractérisée par trois éléments naturels essentiels; une topographie plane, un climat de type méditerranéen et un sol assez riche. La plaine de Mornag renferme, l'unique système aquifère de la région de Ben Arous d'où l'importance qu'acquiert cette nappe pour soutenir les principales activités économiques de la région; l'agriculture en premier lieu et l'activité industrielle et minière en second lieu. Le territoire de Mornag était à peu près divisé en deux parties le long d'un axe sud-ouest/nord-est perpendiculaire à la route Tunis-Grombalia. Dans la partie nord-ouest on a pu reconstruire la présence de l'olivier sur des terrains *habous*, composée de 321.000 pieds d'olivier, assez morcelés et exploités par de petits agriculteurs. La partie sud-est constituait le domaine des grands propriétaires exploitaient le terrain par la culture de céréales et de vignes avec 56.000 ha en 1993. A ces trois principales cultures s'ajoute la culture des arbres fruitiers et le maraîchage introduit suite aux encouragements de l'état et pour des raisons d'approvisionnement alimentaire du pays. Comme toutes les plaines agricoles périphériques, la plaine de Mornag a subi fortement l'emprise d'une bourgeoisie citadine intéressée au développement de la production céréalière et d'un élevage indispensable aux besoins de la consommation urbaine, et ce bien sa considérée comme bien fertile et porte des cultures commerciales et vivrières mais se trouve en ordure du Grand Tunis²² qui renvoie à une diffusion incontrôlée de l'urbanisation au-delà de la zone métropolitaine centrale, dans une zone qualifiée comme zone de solidarité métropolitaine et dans des nouvelles marges périurbaines²³. Le grignotage des terres agricoles a commencé depuis les années soixante-dix, particulièrement autour de Cébalat Mornag²⁴, se poursuit jusqu'à ces dernières années et se fait selon un ordre dispersé de résidences pavillonnaires à l'intérieur du périmètre communal et une avancée massive dans des excentrées compactes le long de voies de communication à la faveur des implantations industrielles. A cause de sa situation très proche de la métropole Tunis, la plaine de Mornag a perdu une grande partie de ses terres agricoles fertiles et particulièrement des vignobles. L'analyse de la carte de l'occupation du sol (Fig. 3) montre le recul de la viticulture au détriment de l'urbanisation du Grand Tunis et des petits noyaux urbain à l'intérieur de la plaine qui ont tendance à grignoter mêmes les terres agricoles

²¹ BOUSSETTA *et al.*, 2015b.

²² HAMMAMI, 2005.

²³ DLALA, 2011.

²⁴ DLALA, 2011.

en zone d'interdiction et en zone de sauvegarde. Le changement de la perception sociale des espaces agricoles périurbains comme celui des vignobles de la plaine Mornag, des espaces de production à des espaces de loisirs était aussi un facteur déclencheur de l'apparition des nouveaux types d'urbanisation appelés résidentielle (villas et résidences de plaisance) et agrotouristique (gîtes ruraux). Ce sont aussi les opérations d'habitat réglementé qui menacent la plaine de Mornag et prévues par des organismes officiels comme la SNIT (Société Nationale Immobilière de Tunisie)²⁵. Cette zone périurbaine récente forme une «ligne de conflit» avec le voisinage rural du secteur de la plaine²⁶ confirmé par les résultats des interviews montrant que l'étalement urbain apparaît comme premier risque sur cette zone agricole. Selon les interviews, les nouveaux habitats de la SNIT, les habitats spontanés et les villas de la bourgeoisie tunisienne veulent fuir le centre-ville et provoquent une marginalisation des ressources naturelles de la plaine et un bouleversement de son paysage à dominance rural. La plaine de Mornag souffre aussi de plusieurs problèmes environnementaux, notamment, le changement climatique, principalement, la pénurie d'eau et la dégradation de sa qualité, la dégradation de ressources naturelles (eau, sol, paysage...), et la pollution atmosphérique et du sol par les résidus de plomb et autres polluants dont les principales sources de pollution sont les carrières et la cimenterie de Carthage situés sur Jebel Ressass et appartenant à la même société (Cimenterie de Carthage). Selon les acteurs de la plaine, principalement les agriculteurs, cette pollution atmosphérique et du sol agit sur la qualité de l'air, la couleur de la végétation et la fertilité du sol et sa vie microbologique faisant perdre à la plaine l'image d'un paysage méditerranéen qui s'est transformé en un paysage sec, quasi-steppique et inondé de poussière et de polluants chimiques. En troisième position vient le risque des déchets ménagers et des décharges publiques incontrôlées²⁷.



Fig. 3. Carte des vignobles et caves à vin de la plaine de Mornag et le Cap Bon
Source: élaboration propre à l'auteur principal

²⁵ CHALINE, 1996.

²⁶ DLALA, 2011.

²⁷ BOUSSETTA *et al.*, 2015a.

3.3. Le caractère des paysages viticoles de la plaine de Mornag

Selon les notes humoristiques de Jacques De La Forge dans son ouvrage (Tunis-Port-De-Mer), «Le Mornag, une immense plaine plantée de vignes et d'oliviers. [...] Cette immense plaine de Mornag ne renferme ni villages, ni hameaux, seulement quelques domaines fort éloignés les uns des autres et dans ce désert de vignes, séparé de Tunis par plusieurs lieux, il faut savoir suffire à soi-même»²⁸. Cette plaine constitue la plus grande partie de la ceinture verte de la capitale et présente des importants paysages agraires qui confondent l'image de la nature, mais la nature «cultivée». Sur ces terres les vignes, les oliviers et les pêchers se démarquent dans les paysages. Ils sont des éléments omniprésents et symboles de ces paysages. La plaine de Mornag est caractérisée par un paysage agraire dominé par des vergers d'oliviers, de pêchers et des champs de vignes et de céréales délimités par des brise-vent. Les agglomérations sont développées autour de noyaux à constructions coloniales et habitats dispersés. Les paysages viticoles de la plaine de Mornag, comme tous les paysages agraires, œuvres combinés de l'homme et de la nature, sont classés en tant que paysages culturels et évolutifs résultant de l'exigence économique: la production du vin. La couleur représente la composante la plus visible dans l'ensemble de ce paysage, les feuilles de vigne possèdent une richesse chromatique intéressante tant selon les saisons ou bien encore selon les cépages. La dimension paysagère du vignoble de la plaine de Mornag est essentiellement fondée sur ses éléments naturels: les ceps nerveux de la vigne avec leurs formes vivantes accrochés à des piquets en béton ou en métal, le sol avec sa texture, sa couleur et sa topographie plate. A ces éléments naturels s'ajoute l'action de la population sur la plaine avec le mode de conduite de la vigne et son architecture, les formes géométriques des parcelles donnant naissance à une trame régulière en timbre de poste, les voiries et les éléments du bâti (châteaux, caves à vin...). Le paysage d'openfield est façonné par des espaces de verdure inscrits dans cette mosaïque paysagère, plus spécifiquement prairial, offrant un aspect entretenu et maîtrisé, ouvert et clair. A ce paysage agraire s'ajoute les paysages à dominance naturels marquant et structurant le territoire de Mornag. Les paysages naturels sont composés essentiellement de montagnes, de lacs et de forêts. La montagne de Jebel Ressay est un massif imposant par sa domination de la plaine de Mornag, son sommet qui montre d'importantes falaises et ses versants relativement abrupts. Outre son intérêt géologique qui le rapproche du Jebel Zaghouan il présente une flore et faune relativement riches (Thuya de Berberie associés à des formations oléo-lentiques). Le Jebel Ressay est un élément identitaire important du paysage de la région et crée un contraste frappant avec le relief plat de la plaine, d'où des valeurs esthétiques écologiques ainsi qu'économiques (anciennes mines de Plomb et carrière).

²⁸ DE LA FORGE, 1894.



Fig. 4. Oliveraie et vignoble contrastant avec le relief de Jebel Ressas

Source: BOUSSETTA *et al.*, 2015b

3.4. Le patrimoine culturel dans la législation tunisienne

En Tunisie, le droit du patrimoine remonte à la fin du XIX^{ème} siècle. Ce code s'est formé progressivement au fil des années et au fil de l'évolution même de la perception du patrimoine par le législateur et les collectivités territoriales et locales. En premier temps le droit s'est limité aux biens historiques et archéologiques. Dès le début du XX^{ème} siècle, des mesures spécifiques à la protection des médinas et de leurs faubourgs ont été décrétées. Les premiers textes législatifs qui ont introduit la notion du site dans le code du patrimoine incluant ainsi à degrés variables l'espace environnant des biens patrimoniaux sont assez récents et datent des années cinquante. Vers les années 1980, la nécessité de protéger les sites naturels, ruraux et urbains symboliques et significatifs est affirmée afin de sauvegarder le patrimoine culturel. Plus tard, la notion de bassin culturel est manifestée. Il s'agit d'un concept prioritairement organisationnel et économique pour faciliter le tourisme culturel. Il correspond à l'ensemble patrimonial regroupant des sites archéologiques, des monuments, des ensembles urbains historiques significatifs et/ou ordinaires, des espaces naturels et ruraux. La création de l'Institut National du Patrimoine (INP) marque la volonté de l'état à prendre en charge la gestion de cet héritage, avec un encadrement juridique clair, mais avec des moyens financiers et humains modestes. Plusieurs sites culturels sont inscrits sur la liste du Patrimoine Mondial de l'UNESCO et une attention particulière est portée aux savoir-faire artisanaux fortement lié au tourisme et à l'export. L'intérêt pour le patrimoine immatériel est limité au domaine des arts du spectacle, en relation étroite avec le tourisme, notamment à travers des festivals à thème. Le processus de patrimonialisation du rural est progressivement lancé afin de mettre en place l'idéologie du développement durable, concilier la conservation et la valorisation économique des ressources et développer de formes alternatives

de tourisme en milieu rural et réhabiliter positivement le terroir comme modèle et base d'un développement agricole durable et adapté aux zones rurales en difficulté²⁹. En ce qui concerne le paysage, un inventaire des paysages naturels et ruraux de la Tunisie a été accompli en 2009³⁰. Il s'agit d'une première ébauche d'identification des paysages qui a permis la mise en place d'une base des données pour approfondir les études sur les paysages, les paysages culturels et les paysages patrimoniaux.

3.5. Processus et vecteurs de patrimonialisation

Le paysage viticole de la plaine de Mornag est l'association d'un terroir, d'un climat, d'un produit à forte plus-value est d'autre part la combinaison d'un terrain, d'un cep et d'un savoir-faire. Tous ensemble s'associe pour donner un paysage rempli d'atouts naturels et d'apports culturels. Grâce à la démarche méthodologique employée dans cette recherche, nombreux vecteurs patrimoniaux ont été sélectionnés comme significatifs et représentatifs et considérés comme forts arguments patrimoniaux pour l'établissement de processus d'appropriation social et de patrimonialisation dont les principaux vecteurs patrimoniaux de la plaine de Mornag sont:

- **L'Église de la Cebala** — un des importants éléments architecturaux de Mornag construite en 1911. Désacralisée au moment du *modus vivendi*, signé le 10 juillet 1964, entre la république tunisienne et le Vatican. L'église a été cédée à l'état tunisien sous condition de la dédier à des activités culturelles. C'est ainsi qu'un concours a été lancé dont ce programme comprenait la restauration de l'église ainsi qu'une extension avec des espaces d'exposition, une salle polyvalente, des clubs, une salle de projection dans un style architectural contemporain mettant en valeur l'Église de la Cebala;
- **les anciennes fermes coloniales et son architecture** — Le corps de la ferme coloniale forme un paysage typique et singulier, constitué des parcelles de plantation, une somptueuse avenue de cupressus conduit à une habitation château construite en plein cœur de la ferme et entourée de beaux ombrages présentant une longue terrasse à peine surélevée de quelques marches et un toit en tuiles patinées. L'architecture vitivinicole coloniale est une composante singulière du paysage de la plaine de Mornag. En effet les colons agriculteurs ont construit dans ces espaces des bâtiments et des corps de fermes bien intégrés dans le paysage. Ces fermes jalonnent le paysage et se distinguent grâce aux toitures inclinées en tuiles rouges de leurs châteaux et caves. La forme unificatrice de la toiture, la clarté des contours et les façades constituent des parties parfaitement distinctes et identitaires;

²⁹ MICHON *et al.*, 2016.

³⁰ ABDELKAFI, 2009.

- **les caves à vin** — le domaine viticole de Mornag est formé de plusieurs édifices nécessaires pour la vinification. De plan rectangulaire, munie d'une toiture de tuiles, la cave est construite avec soin afin de l'aérée et la protégée du soleil. L'utilisation de la pente du terrain, naturelle ou artificielle, est importante dans la technique de construction de ce bâtiment enterré aux deux tiers afin de réguler sa température. Cet édifice est généralement pourvu de deux niveaux accessibles ce qui va faciliter la réception de la récolte. Les caves sont les témoins de leurs époques, elles présentent généralement une façade très bien architecturée et décorée où on trouve la gravure des noms des propriétaires ainsi que les dates de leurs constructions;
- **Jebel Ressass** — les paysages naturels marquent et structurent le territoire de Mornag. Les espaces naturels sont composés essentiellement de Montagnes de lacs et de forêts. Jebel Ressass est l'avant dernier massif de la dorsale tunisienne qui est caractérisée par un alignement de massifs jurassiques bordés sur leurs flancs orientaux par la faille de Zaghouan;
- **le produit de terroir AOC — Grand Cru Mornag** — le Château Mornag est le vin tunisien le plus connu au monde, situé dans l'Appellation d'Origine Contrôlée Grand Cru Mornag. Vendangé manuellement, ce vin est issu d'un assemblage Carignan, Syrah et Merlot qui ensemble expriment une belle robe au rouge profond, brillante et légèrement tuilée. Le vin de Sidi Sâad situé dans l'Appellation d'Origine Contrôlée Grand Cru Mornag est un assemblage harmonieux par un équilibre entre les raisins de Cabernet sauvignon et de Syrah vendangés manuellement et vinifiés traditionnellement, avec un contrôle rigoureux des températures. La bouteille du Sidi Sâad dont la forme est une amphore rappelant le passé carthaginois, est une exclusivité des Vignerons de Carthage;
- **le Festival des vignes de Mornag** — le Festival des vignes de Mornag a commencé en 2016 afin de mettre en avant les richesses de la région ainsi que les produits du terroir, notamment les raisins et les vins. Cette manifestation est organisée par la Jeune Chambre Économique de Mornag, en partenariat avec l'Union Tunisienne de l'Agriculture et de la Pêche (UTAP), la Municipalité de Mornag, la Direction Régionale de la Culture de Ben Arous ainsi que la Direction Régionale de Développement Agricole de Ben Arous. Cette fête qui honore les vignerons et les habitants de cette région agricole était l'occasion de déguster les différentes sortes de raisins et leurs dérivés ainsi que d'autres produits de la région et de profiter des diverses animations proposées par les organisateurs. D'autres objectifs sont assignés à ce festival, à savoir; la mise en valeur du patrimoine agricole et touristique de Mornag, la création d'un espace commercial où se réunissent les agriculteurs, les professionnels de l'agriculture, de l'agroalimentaire et du machinisme agricole, afin de promouvoir leurs activités respectives et de partager l'information sur la

situation de la viticulture à Mornag et ses problèmes, à travers un programme de colloques et de séminaires ciblés et ouverts aux publics;

- **l'itinéraire culturel des vins — Iter Vitis Magon** — est un nouveau produit touristique prometteur à vocation culturelle a vu le jour dans le cadre d'une coopération transfrontalière entre la Tunisie et l'Italie, les deux voisins du sud de la Méditerranée aux particularités culturelles et historiques assez identiques. Ce nouvel itinéraire culturel en Méditerranée entre la Tunisie et la région de Sicile est développé par la société de services culturels «Animed» en partenariat avec ses partenaires tunisiens dans le cadre du projet européen Magon. Ce produit touristique et culturel insiste sur l'originalité de cet itinéraire qui se démarque des circuits habituels proposés aux touristes qui viennent en Tunisie pour leur faire découvrir cet aspect peu connu de la vitiviniculture et ses ramifications dans le patrimoine historique et archéologique du pays. L'originalité de ce produit réside dans sa vocation basée sur la valorisation de la culture de la vigne et du vin dans des contextes paysager patrimonial et du terroir avec pour objectif primaire la promotion des produits «vins» et «paysages» de qualité et de forte valeur patrimoniale.

4. DISCUSSIONS

La valorisation des paysages patrimoniaux significatifs et/ou ordinaires, a augmenté grâce à des initiatives *top down* souvent jouant un rôle moteur dans les dynamiques territoriales et économiques des terroirs, mais le rôle de l'État, reste toujours prédominant. L'inventaire participatif des paysages patrimoniaux a tendance à être le principal moyen d'identification, de caractérisation et d'évaluation des paysages patrimoniaux et de leurs produits susceptibles de faire l'objet d'une indication géographique et d'une valorisation commerciale, mais aussi paysagère. Cette initiative de protection et de valorisation des paysages patrimoniaux par les collectivités territoriales (festival de vigne, itinéraire des vins, stands de vente, stands de dégustation, le marché de produits de terroir) fait l'objet d'une nouvelle stratégie de développement local des territoires défavorisés, notamment de l'intérieur du pays. Le discours démontre combien cette stratégie est là pour réaffirmer le rôle primordial du caractère de paysage périurbain et rural comme alternative à la métropole en termes d'équipement culturels et patrimoniaux. Le renversement démographique de la ville de Tunis a été nourri par des produits de terroir de voisinage qui a pris des nouvelles formes qui cherchent à se positionner et à montrer qu'elles offrent une qualité de vie meilleure que le centre-ville dont la patrimonialisation est une partie prenante dans ses stratégies urbaines et de développement local. Certes, que les vignes et les vins de la plaine de Mornag constituent des produits de terroir de renommée nationale et internationale, dont leurs paysages sont *en processus de patrimonialisation* et contribuent à affirmer le caractère de la plaine, mais à côté de ces produits, s'ajoute l'oléiculture, la polyculture fruitière et maraichère, les grandes cultures et l'élevage

affirmant la diversité des productions de la plaine de Mornag et la possibilité d'offrir à la métropole du Grand Tunis une gamme diversifiée de produits frais, de qualité, et de proximité. Sur cette base, les projets de développement doivent insister sur le fait que cette agriculture périurbaine à forte valeur patrimoniale est garante du maintien de la qualité de vie pour les résidents de ce territoire métropolitain et facteur d'attractivité en termes de paysage patrimonial et tourisme alternatif de proximité. Le festival des vignes de Mornag cherchait à valoriser tous les patrimoines de la plaine de Mornag, dont les paysages et les produits de terroir sont des composantes majeures. La vitiviniculture redevient un objet symbolique, identitaire et fédérateur du processus de patrimonialisation de ce terroir et contribue à mettre en réseaux différents types d'acteurs: agriculteurs, associations, habitants..., conscient que la métropole Grand Tunis a besoin de ses compagnes proches pour ses prochains projets de développement.

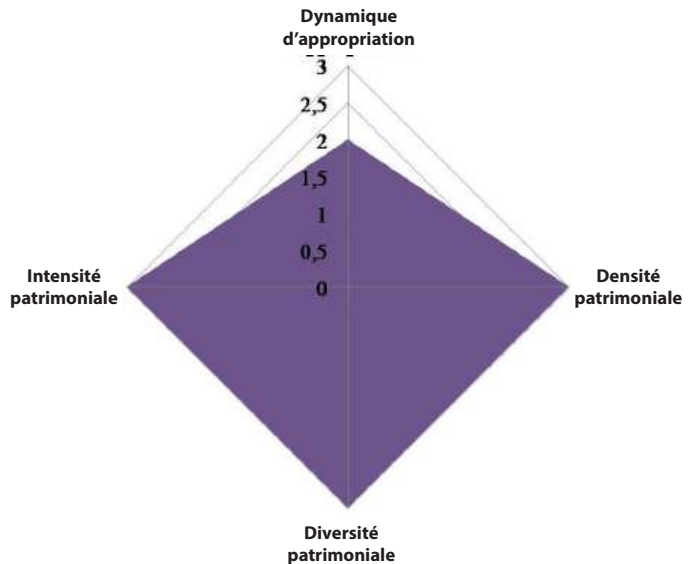


Fig. 5. Diagramme de processus de patrimonialisation des paysages vitivicoles selon les acteurs de la plaine de Mornag. 0 = aucune, 1 = faible, 2 = moyenne, 3 = forte

CONCLUSION

L'exemple développé de la plaine de Mornag illustre que la notion de patrimonialisation est le processus d'attribution de valeurs et d'appropriation d'un bien matériel ou immatériel par la communauté locale. Le festival des vignes, l'itinéraire Iter Vitis Magon, le marché des produits de terroir, la gastronomie..., sont des initiatives innovantes et très intéressantes pour les paysages patrimoniaux impliquant la population et les acteurs locaux par opposition aux déclarations institutionnelles de biens culturels par le gouvernement. Le processus de patrimonialisation peut contribuer à qualifier des territoires et des paysages en devenant en s'appuyant sur leurs caractères et leurs vecteurs

patrimoniaux. Il apparaît davantage comme une valeur ajoutée identitaire et un outil; de mobilisation des espaces périurbains pour le développement d'un nouveau produit touristique de proximité et différent de celui du tourisme de masse, de développement des produits agricoles de qualité et «courts», de résolution des conflits et de consolidation des compromis entre ruralité et urbanité.

BIBLIOGRAPHIE

- ABDELKAFI, Jellal (2009). *Atlas des paysages de Tunisie*. Tunis: Direction générale de l'aménagement du Territoire/Ministère de l'équipement, de l'habitat et de l'aménagement du Territoire.
- ARNESEN, Tor (2011). 'Landscape' as a sing: Semiotics and methodological issues in landscape studies. In ROCA, Zoran; CLAVAL, Paul; AGNEW, John, eds. *Landscapes, identities and development*. Farnhan: Ashgate, pp. 363-376.
- BOUSSETTA, Amira (2019). *De la réinterprétation aux valorisations. Des paysages agri-urbains de Jebel Ressay et la plaine de Mornag de la ville de Ben Arous*. [S.l.]: ISA- IRESA-Université de Sousse. Thèse de doctorat.
- BOUSSETTA, Amira et al. (2015a). *Le zonage a dires d'acteurs un outil en faveur de l'éco-paysage: Mornag et Jebel Ressay*. In REJEB, Hichem, éd. *Alternatives éco paysagères dans les régions méditerranéennes*. [S.l.]: Université de Sousse, pp. 63-72.
- BOUSSETTA, Amira et al. (2015b). *Comprendre un paysage et un territoire au travers d'un outil de spatialisation participatif: Cas de la zone de Mornag-Jebel Ressay*. Tunisia: Proceedings of the Spatial Analysis and GEomatics conference.
- BORTOLOTTI, Chiara, dir. (2011). *Le patrimoine culturel immatériel. Enjeux d'une nouvelle catégorie*. Paris: La Maison des Sciences de l'Homme.
- CHALINE, Claude (1996) *Les villes du monde arabe*. Paris: A. Colin.
- CONSEIL DE L'EUROPE SUR LE PAYSAGE (2000). *Convention du Conseil de l'Europe sur le paysage*. [Consult. 12 sep. 2022]. Disponible en <<https://www.coe.int/fr/web/landscape/the-european-landscape-convention>>.
- CRUZ PÉREZ, Linarejos; ESPAÑOL ECHÁNIZ, Ignacio (2009). *El paisaje. De la percepción a la gestión*. Madrid: Ediciones Liteam.
- DE LA FORGE, Jacques (1894). *Tunis-Port-De-Mer. Notes humoristiques d'un curieux*. Paris: Librairie Marpon et Flammarion.
- DI MEO, Guy (2008). *Processus de patrimonialisation et construction des territoires*. In *Colloque Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes: connaître pour valoriser*. Poitiers-Châtelleraut: Hal Open Science, pp. 87-109. [Consult. 12 sep. 2022]. Disponible en <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00281934/document>>.
- DLALA, Habib (2011). *L'émergence métropolitaine de Tunis dans le tournant de la mondialisation*. «Méditerranée. Revue géographique des pays méditerranéens». 116, 95-103.
- HAMMAMI, Saida (2005). *Analyse des relations agriculture périurbanisation dans le Grand Tunis: Etude de cas de la région de Mornag*. [S.l.]: PTP ISA-IRESA-Univ Sousse, pp. 109-111.
- HAMRITA, Abdelkarim (2017). *Le devenir des espaces agricoles et naturels dans le territoire de la ville métropolitaine. De la protection au projet de paysage. Cas du Grand Sousse*. [S.l.]: ISA-IRESA-Université de Sousse; Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. Thèse de doctorat.
- MATA OLMO, Rafael (2010). *La dimensión patrimonial del paisaje. Una mirada desde los espacios rurales*. In MADERUELO, Javier, dir. *Paisaje y Patrimonio*. Madrid: Abada Editores, pp. 31-74.

- MATA OLMO, Rafael; MEER, Ángela de; PUENTE, Leonor de la (2012). *Sustainable development and the making of territory and everyday landscapes as heritage. An experience in the cantabrian mountains*. In MARIA FERIA, José, ed. *Territorial Heritage and Development*. London: Taylor & Francis Group, pp. 141-158.
- MICOUD, André (2004). *La patrimonialisation ou comment redire ce qui nous relie (un point de vue sociologique)*. In BARRÈRE, Christian et al., dirs. *Réinventer le patrimoine. De la culture à l'économie, une nouvelle pensée du patrimoine?* Paris: L'Harmattan, pp 81-97.
- MICHON, Geneviève et al. (2016). *Les enjeux de la patrimonialisation dans les terroirs du Maroc*. In BERRIANE, Mohamed; MICHON, Geneviève, dir. *Les terroirs au Sud, vers un nouveau modèle? Une expérience marocaine*. Marseille: IRD Éditions, pp. 161-179.
- MIMOUNI, (2001). *L'étalement urbain au détriment des terres agricoles et ses influences sur la vie des agriculteurs*. Cas de Mornag.
- PONCET, Jean (1961). *La colonisation et l'agriculture européennes en Tunisie depuis 1881. Étude de géographie historique et économique*. Paris: Mouton & Co.
- PRATS, Llorenç (2006). *La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias*. «Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico». 14:58, 72-80.
- SILVA PÉREZ, Rocío (2016). *Landscape, heritage and territory. Some notes from the Spanish geographic perspective. Crisis globalization and social and territorial imbalances in Spain*. In *Spanish Contribution to 33rd IGC Beijing 2016*. Madrid: Spanish Committee International Geographical Union, pp. 54-62.
- SILVA PÉREZ, Rocío; FERNÁNDEZ SALINAS, Víctor; MATA OLMO, Rafael (2018). *Concepto, ámbito y significado de los pasajes patrimoniales*. In MOLINERO HERNANDO, Fernando et al., eds. *Paisajes patrimoniales de España*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación — Ministerio para la Transición Ecológica, pp. 13-34. Tomo I: *Paisajes patrimoniales de dominante natural*.
- STOBBELAAR, Derk Jan; PEDROLI, Bas (2011). *Perspectives on Landscape Identity: A Conceptual Challenge*. «Landscape Research». 36:3, 321-339.
- UNESCO (1972). *Convention concernant la protection du patrimoine mondial culturel et naturel*. [Consult. 12 sep. 2022]. Disponible en <<https://whc.unesco.org/archive/convention-fr.pdf>>.
- UNESCO (2003). *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. [Consult. 12 sep. 2022]. Disponible en <<https://ich.unesco.org/doc/src/15164-EN.pdf>>.

INCENTIVOS E RESTRIÇÕES INSTITUCIONAIS AO DESENVOLVIMENTO DO ENOTURISMO: A PERCEÇÃO DOS GESTORES DE OITO QUINTAS NO ALTO DOURO VINHATEIRO*

TISSIANE SCHMIDT DOLCI**

ARTUR FERNANDO ARÊDE CORREIA CRISTÓVÃO***

MARCELINO DE SOUZA****

Resumo: *O presente trabalho visa analisar os incentivos e restrições institucionais ao desenvolvimento do enoturismo no Alto Douro Vinhateiro (ADV), a partir da percepção de gestores de turismo de oito quintas da região. Para tal, realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, que contou com investigação bibliográfica, observação de campo e aplicação de roteiros de entrevistas aos gestores do turismo das respectivas quintas. Concluiu-se que, na percepção destes gestores, a catalogação do ADV como património da UNESCO atuou sinergicamente às políticas de incentivo ao turismo no espaço rural em Portugal, com a mobilização de recursos privados e públicos na qualificação da infraestrutura turística, sendo uma importante instituição incentivadora do enoturismo. As principais restrições institucionais estão relacionadas com a falta de uma política eficiente para evitar a emigração dos jovens e dificuldades na atuação coletiva para implementação de rotas enoturísticas.*

Palavras-chave: *instituições; turismo; património; vinhedos.*

Abstract: *This paper aims to analyze the institutional incentives and constraints to the development of wine tourism in Alto Douro Wine Region (ADV), from the perception of tourism managers of eight farms in the region. To this end, an exploratory and descriptive research was carried out, which included bibliographic research, field observation and application of interview scripts to the tourism managers of the respective farms. It was concluded that, in the perception of these managers, the listing of the ADV as a UNESCO heritage site acted synergistically with the incentive policies for tourism in rural areas in Portugal, with the mobilization of private and public resources in the qualification of tourism infrastructure, being an important institution to encourage wine tourism. The main institutional constraints are related to the lack of an efficient policy to prevent the emigration of young people and difficulties in collective action for the implementation of wine tourism routes.*

Keywords: *institutions; tourism; heritage; vineyards.*

* Se o *copyright* de tabelas, gráficos e outras imagens não for indicado, pertence aos autores deste texto.

** Professora da Área Acadêmica de Administração, Turismo e Economia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) — Campus Porto Alegre (Brasil).

*** Professor catedrático aposentado do Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Escola de Ciências Humanas e Sociais da UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro).

**** Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e de Agronegócio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

INTRODUÇÃO

É recorrente, na literatura, a ligação do enoturismo à paisagem cultural, de forma que os territórios que têm paisagens classificadas como Património Mundial da UNESCO são propícios para o desenvolvimento do enoturismo, despertando o interesse de estudiosos sobre a temática¹.

Com base neste contexto do enoturismo e para sustentar a análise, o estudo fundamentou-se na teoria institucional de Douglass North, que defende a ideia de que existe uma matriz institucional que suporta e explica o desenvolvimento², com a existência de instituições que incentivam e outras que restringem a ação das organizações que atuam nas interações socioeconómicas, de tal forma que promovem ou restringem o desempenho económico.

A partir desta conceção, derivou-se a ideia de que existe uma matriz institucional que suporta o desenvolvimento do enoturismo no Alto Douro Vinhateiro (ADV), propondo-se a presente análise. Nesse sentido, este estudo propôs-se analisar os incentivos e restrições institucionais ao desenvolvimento do enoturismo no ADV a partir da perceção de gestores de turismo de oito quintas que operam na região.

Este território é reconhecido, desde 2001, como Património Cultural da Humanidade da UNESCO, tendo a sua história fortemente vinculada à vitivinicultura, possuindo aspetos culturais e naturais que fornecem um bom pano de fundo para a implementação de atividades enoturísticas. Para tal, foram delineados os seguintes objetivos específicos: contextualizar, a partir de uma perspectiva histórica, o surgimento da vitivinicultura e do enoturismo na região; caracterizar as quintas pesquisadas; e identificar as instituições restritivas e incentivadoras do enoturismo, na perspetiva dos gestores de quintas que operam neste território.

O presente artigo está estruturado em oito secções. A primeira secção traz esta breve introdução, a segunda e a terceira apresentam, respetivamente, a abordagem teórica e a metodologia utilizada na pesquisa. A quarta, a quinta e a sexta secções tratam dos resultados da pesquisa, atendendo aos objetivos delineados. Finalmente, na última secção do artigo são apresentadas as considerações finais.

1. A ABORDAGEM INSTITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH

A Nova Economia Institucional (NEI) abrange estudos focados na análise de instituições, arranjos institucionais e custos de transação. Douglass North, um dos principais expoentes desta corrente teórica, centra-se no estudo das instituições e sua relação com o desempenho económico. No decorrer de sua obra, o autor tratou de compreender

¹ SIGALA, 2019.

² NORTH, 1990.

a dinâmica institucional, considerando as instituições como principais reguladores das interações e atividades humanas³.

North propõe que a análise económica seja realizada ao longo do tempo. Ao incorporar a história no seu modelo de análise, admite que costumes, trajetórias, cultura, valores, leis, ou seja, instituições, têm influência, além do comportamento racional dos agentes económicos. Ao fazer estas afirmações, admite ainda a incerteza, a racionalidade limitada e a assimetria de informação como pressupostos fundamentais no ambiente das trocas económicas e sociais. Neste sentido, as instituições são criadas para reduzir as incertezas, estabelecendo uma estrutura estável que orienta as transações e interações humanas⁴.

O pressuposto da racionalidade limitada coloca em xeque a suposta racionalidade económica e utilitarista, admitindo que o ser humano não consegue analisar todas as alternativas possíveis na tomada de decisão. Motivações, bem como sistemas cognitivos, afetam as percepções e as escolhas, de forma que não existe um comportamento humano plenamente racional⁵. Sendo assim, num ambiente caracterizado pelas incertezas, em que os agentes têm racionalidade limitada, assume-se que há assimetria de informação, ou seja, nem todos possuem as mesmas informações para transacionar. Neste cenário, há espaço para comportamentos oportunistas, como a busca do autointeresse⁶. Portanto, há precaução das partes ao transacionar para evitar os prejuízos de um possível comportamento oportunista.

Historicamente, as sociedades começam com instituições mais simples, de modo que as normas sociais, as tradições e os costumes são suficientes para orientar comportamentos de pequenos grupos em que há confiança entre as partes. Porém, quando aumenta a complexidade das interações, as instituições vão evoluindo, tornando-se estruturas complexas com regras formais e informais que orientam as interações sociais, económicas e políticas⁷.

As precauções para transacionar incluem coleta e aferição de informações, salvaguardadas em contratos e utilização do sistema jurídico. Os custos tidos com essas precauções são os custos de transação⁸. Dito de outra forma, os custos de transação consistem nos custos de mensurar os atributos valorativos do que está sendo transacionado e nos custos de proteger os direitos de propriedade, de fiscalizar e de fazer cumprir os acordos⁹.

Por sua vez, tais custos são a fonte das instituições. Frequentemente, um contrato será redigido com características específicas para que a transação seja cumprida, contudo tais contratos são incompletos devido ao custo de mensuração. Nesse contexto,

³ NORTH, 1990, 1991, 1994.

⁴ NORTH, 1990, 2005.

⁵ MANTZAVINOS, NORTH, SHARIG, 2004; NORTH, 2005.

⁶ WILLIAMSON, 2012.

⁷ NORTH, 1990.

⁸ AZEVEDO, 2000; BUENO, 2004.

⁹ NORTH, 1990, 2005.

as instituições informais (padrões de comportamento, reputação, convenções) terão um papel principal no acordo¹⁰, bem como leis e sistema jurídico que possibilitem que sanções sejam implementadas, caso o contrato não seja cumprido.

Para o autor, a evolução das instituições cria um ambiente propício às soluções cooperativas para as transações complexas do mundo moderno. Considerando essas premissas, quanto mais eficientes forem as instituições em incentivar que os agentes ajam buscando a eficiência econômica, mais desenvolvimento haverá¹¹. Portanto, depreende-se que instituições fortes e eficientes propiciam mais condições para países, regiões, territórios e empresas se desenvolverem. Assim, pressupõe-se que um conjunto de instituições conformou o desenvolvimento do enoturismo no Alto Douro Vinhateiro.

É necessário esclarecer a distinção que North faz entre instituições e organizações, sendo as primeiras compreendidas como o conjunto de regras, e as segundas entendidas como entidades que reúnem indivíduos com uma finalidade específica. Analogamente a um jogo, as instituições são as regras e as organizações são os jogadores. As instituições são criadas com a função de reduzir as incertezas e inibir comportamentos oportunistas nas transações e interações humanas, enquanto as organizações têm o objetivo de ganhar o jogo¹².

O conceito de instituições inclui as restrições formais (leis, regras), informais (normas, crenças, padrões de comportamento, convenções) e as características de *enforcement* (fazer cumprir), abrangendo regras escritas e não escritas, delimitando o que é permitido e o que é proibido nas interações econômicas e sociais. Já as organizações são criadas para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo ambiente institucional e vistas como agentes de mudanças, que surgem dentro de um determinado contexto institucional, mas que, ao longo do tempo, ao interagirem com outras organizações e com as instituições, têm o papel de mudar a estrutura institucional¹³.

Neste modelo, há uma contínua interação entre as instituições e organizações que, no longo prazo, influenciam o desempenho econômico¹⁴. O ambiente institucional influencia a estruturação das organizações e, simultaneamente, as organizações influenciam a matriz institucional. Argumenta-se, assim, que o desenvolvimento do enoturismo num território é derivado de uma teia de instituições que, ao longo do tempo, propiciou oportunidades de ação para organizações nesse âmbito. Assim, esse arcabouço institucional conforma o comportamento dessas organizações no desenvolvimento do enoturismo.

¹⁰ NORTH, 1991.

¹¹ NORTH, 1991, 2001.

¹² NORTH, 1990, 1991, 2005.

¹³ NORTH, 1990, 2005.

¹⁴ NORTH, 1990, 1991, 1994.

Compreende-se que o ambiente institucional direciona a busca de conhecimentos e habilidades por parte das pessoas e das organizações e que é fator essencial no desenvolvimento da sociedade. A competição, fruto da interação entre instituições e organizações, é ponto-chave para a mudança institucional, pois impulsiona as organizações a investirem em competências e conhecimento para sobreviver¹⁵. Ademais, as tecnologias também são afetadas pelas instituições¹⁶, isto é, enquanto houver um quadro institucional que estimule o investimento em determinadas tecnologias, competências e conhecimentos, estas serão aplicadas para solucionar os problemas que se apresentam na sociedade¹⁷.

Portanto, o processo de difusão da informação e inovação deriva do quadro institucional. A falta de incentivos para gerar conhecimentos e inovações produtivas coloca alguns países, regiões e territórios em posição de desvantagem perante aqueles que estimulam esses processos¹⁸. Mudar esta trajetória de crescimento não é fácil. A matriz institucional caracteriza-se por ser estável, devido à variedade de instituições e possíveis interações que a conformam e, principalmente, à *path dependence*. Por outras palavras, não será a mudança numa única instituição que provocará a mudança da matriz institucional. A mudança institucional efetiva-se com base na mudança incremental no longo prazo: a alteração de uma norma combina-se com a modificação de uma convenção e assim por diante, resultando na elaboração de uma matriz institucional que irá determinar o desempenho económico e político¹⁹.

A *path dependence* (dependência da trajetória) é entendida como «o caminho pelo qual instituições e crenças derivadas do passado influenciam escolhas» presentes dos indivíduos e das organizações²⁰. Tal conceito é fundamental para a compreensão da dinâmica institucional, demonstrando que soluções ineficientes podem persistir ao longo do tempo²¹. Contudo, há um entendimento mais complexo sobre o termo, que o torna um fator fundamental na continuidade de uma sociedade. A aprendizagem cria *path dependence* de ideias, ideologias e instituições. Assim, os sistemas de modelos mentais apresentam *path dependence*, de tal forma que abordagens de desempenho ineficientes podem persistir por períodos longos²². Posto isto, a dificuldade de alterar as trajetórias das sociedades é evidente, sugerindo que o processo pelo qual as sociedades possuem determinadas matrizes institucionais no presente restringe as escolhas futuras²³.

¹⁵ NORTH, 1994.

¹⁶ NELSON, WINTER, 2002.

¹⁷ NORTH, 2005.

¹⁸ NORTH, 2001.

¹⁹ NORTH, 1991.

²⁰ NORTH, 2005: 21.

²¹ GALA, 2003.

²² DENZAU, NORTH, 1994.

²³ NORTH, 2005.

Sendo assim, sociedades cujas experiências passadas as condicionaram a considerar a mudança inovadora com desconfiança contrastam com aquelas cuja herança forneceu uma percepção favorável a essa mudança.

Enfim, é a partir desta abordagem que este trabalho se propõe a analisar os incentivos e restrições institucionais ao desenvolvimento do enoturismo no ADV, considerando que, antes de oferecerem atividades de enoturismo, as quintas tinham suas atividades focadas essencialmente na produção vitivinícola e, em dado momento, uma conjuntura institucional propiciou que passassem a desenvolver o turismo em seus empreendimentos.

Assim, a partir da teoria de Douglass North, buscou-se responder às seguintes questões de investigação: O que motivou as quintas ofertarem o enoturismo? Quando e como isso aconteceu? Quais as instituições formais e informais que, na percepção dos gestores, incentivaram e ou restringiram o desenvolvimento do enoturismo ao longo do tempo neste território? Neste contexto, na próxima secção será apresentada a metodologia utilizada para operacionalizar a investigação.

1.1. Metodologia

Para alcançar os objetivos delineados para este estudo, que assumiu um carácter exploratório e descritivo, foi adotada uma abordagem qualitativa. A perspectiva teórica de Douglass North foi norteadora para a construção da problemática, escolha metodológica, interpretação e análise das informações. A partir desta abordagem, evidenciou-se a necessidade de compreender a história precedente ao surgimento do enoturismo.

Desse modo, realizou-se investigação bibliográfica sobre o desenvolvimento da vitivinicultura e do enoturismo na região, observação de campo e entrevistas semiestruturadas realizadas aos gestores de oito quintas situadas na região do Alto Douro Vinhateiro, no período compreendido entre fevereiro e março de 2020, contemplando ainda a aplicação de questionários com utilização de escalas Likert. O roteiro das entrevistas abrangeu os eixos e variáveis apresentados na Tabela 1.

Os dados obtidos nas entrevistas foram organizados com o auxílio dos *softwares* NVivo12 e Excel para posterior análise, juntamente com as observações de campo. Os dados obtidos foram codificados em nós primários e secundários, correspondentes aos eixos e variáveis, respetivamente.

A escolha das oito quintas ocorreu através da definição de uma amostra intencional, não probabilística, levando em conta o conhecimento e a experiência de um dos autores, melhor conhecedor da região e das empresas ligadas ao setor.

Tabela 1. Características gerais das quintas estudadas

Eixos de Pesquisa	Variáveis
Características das quintas	Tempo de existência Início do enoturismo Tempo de existência do enoturismo Administração familiar
Oferta turística dos empreendimentos	Serviços e produtos ofertados no início Serviços e produtos ofertados atualmente Fluxo de turistas Existência de excursões de autocarros turísticos Existência de contratos com operadoras e agências turísticas Percentual de lucros provenientes do turismo
Tomada de decisão para investir em turismo	Motivação para empreender Apoio ou influência de alguma organização na decisão de empreender Decisões sobre a oferta de novos serviços aos turistas e investimentos em infraestruturas Utilização de assessorias e consultorias técnicas em turismo
Instituições	Instituições informais (crenças sobre competição, cooperação, história e cultura do vinho, trabalho familiar) Instituições formais (leis, programas, projetos, linhas de incentivo financeiro)

A análise das informações obtidas na pesquisa foi organizada em dois segmentos, que serão apresentados a seguir, trazendo primeiramente a contextualização histórica do surgimento da vitivinicultura e do enoturismo na região e, posteriormente, a análise das percepções dos gestores das quintas sobre as restrições e incentivos institucionais ao desenvolvimento do enoturismo, juntamente com dados de caracterização das quintas estudadas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ORIGENS DA VITIVINICULTURA E DO ENOTURISMO NO DOURO

A partir da premissa de North²⁴, de que a história importa e que as instituições e organizações evoluem lentamente, não há como falar em desenvolvimento do enoturismo sem primeiramente considerar o estabelecimento prévio da vitivinicultura no Douro. Afinal, os padrões de comportamento das organizações nas interações económicas de hoje são resultado da evolução da teia institucional ao longo do tempo.

Há que ressaltar que todas as quintas estudadas têm como principal atividade a produção de vinho e, assim, as suas atuações no mercado foram, em grande medida, influenciadas por uma matriz institucional ampla e sedimentada no âmbito da vitivinicultura. Então, tem-se um cenário de organizações que possuem um *path dependence* oriundo das suas experiências prévias e aprendizagens compartilhadas de geração em geração no mercado vitivinícola.

²⁴ NORTH, 1990.

Isto posto, destaca-se que a RDD é a mais antiga região do mundo com regulamentação e delimitação da produção vitivinícola. A primeira demarcação da RDD data de 1756²⁵ e já sofreu várias alterações, datando de 1921 a última mudança significativa²⁶. Parte do território da RDD, o Alto Douro Vinhateiro (ADV), é reconhecido pela UNESCO, desde 2001, como Património Cultural da Humanidade, tendo a sua história fortemente vinculada à vitivinicultura e constituindo-se na porção mais representativa e preservada da RDD²⁷.

A vinha e a produção do vinho nesse território têm origem em tempos longínquos, que frequentemente remetem à ocupação romana²⁸. Registos documentais da época medieval revelam que, desde o século XII, havia uma produção vitícola intensa que foi expandida ao longo dos séculos XIII e XIV. Essa intensificação da produção e melhoria da qualidade das vinhas vinculam-se à fixação de mosteiros da ordem monástica de Cister, que investiram em grandes explorações vitivinícolas na região²⁹.

Os negócios relacionados com a exportação de vinhos foram crescendo ao longo do século XVII, atraindo parceiros de outros países, predominantemente os ingleses³⁰. É nesse período que se tem a primeira referência ao vinho do Porto para indicar os vinhos produzidos na região do Douro³¹. Essa época é marcada por divergências políticas entre a Inglaterra e a França, que culminaram com a assinatura do Tratado de Methuen, entre Portugal e Inglaterra, em 1703³². A partir daí, o vinho do Porto assumiu um papel importante na balança comercial de Portugal. Nessa conjuntura, entre crises e adulterações do produto, procedeu-se à primeira demarcação da RDD³³.

Desde então, a especialização na vitivinicultura e a integração ao mercado exportador de vinhos têm caracterizado a economia do Douro. Entre ciclos de pujança e crise económica, destacam-se as profundas mudanças ocorridas nesse território durante a segunda metade do século XIX provocadas pela filoxera, legislação mais liberal e avanços nos meios de transporte, que propiciaram que a região de vinhedos se expandisse até à fronteira, havendo uma reordenação do espaço vinícola pós-filoxera no final do século XIX e início do século XX³⁴.

No que toca ao ambiente institucional para o desenvolvimento da vitivinicultura, há uma alternância entre períodos de maior ou menor regulação e protecionismo³⁵,

²⁵ PEREIRA, 2006.

²⁶ SOUSA, 2007.

²⁷ TELES, SOARES, 2019.

²⁸ PEREIRA, BARROS, 2016.

²⁹ PEREIRA, 2006; TELES, 2018.

³⁰ PEREIRA, BARROS, 2016.

³¹ TELES, 2018.

³² PEREIRA, 2006; TELES, 2018; SOUSA, 2007.

³³ AGUIAR, 2002; SOUSA, 2007.

³⁴ PEREIRA, 2006.

³⁵ SEQUEIRA, 2013.

orientando as ações das organizações. No decorrer das primeiras décadas do século XX, continuaram os esforços para regulamentação, fiscalização e certificação dos vinhos, com a criação de várias organizações, entre as quais se destacam a Casa do Douro e o Instituto do Vinho do Porto³⁶.

No início do século XXI, algumas características do setor vitivinícola do Douro são: expansão da área de vinhedos; incremento da produção de vinhos, com crescimento das exportações e dos preços; melhoria da qualidade dos vinhos; reforço da reputação de qualidade dos vinhos; reestruturação do modelo institucional de regulamentação da RDD, com o objetivo de regular e controlar a produção e comercialização dos vinhos com Denominação de Origem³⁷; criação do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP), que, desde então, atua como órgão regulador das Indicações Geográficas Douro e Porto³⁸; patrimonialização do Alto Douro Vinhateiro na categoria de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva, da classificação da UNESCO³⁹.

Os avanços do final do século XX e início do século XXI na vitivinicultura são acompanhados pelo início da estruturação do enoturismo nas quintas. De acordo com Joukes e Rachão⁴⁰, apesar da beleza cénica do território, devido ao relevo montanhoso e características do rio, por muito tempo, o Douro permaneceu isolado. Aliado a isso, a falta de recursos financeiros e o atraso tecnológico da região foram impeditivos do rompimento das barreiras geográficas que afastavam visitantes e turistas.

Apesar disso, existem relatos do século XIX sobre a realização de atividade de lazer e turismo nas quintas. Tais atividades eram sobretudo realizadas por viajantes que negociavam vinho e promovidas por proprietários das quintas, que reuniam amigos e parentes⁴¹. A linha de comboio do Douro foi implementada na segunda metade do século XIX, dada a necessidade de escoar a produção, de trazer produtos fitossanitários para combater a filoxera e de atender a procura dos grupos exportadores de vinho que se estabeleceram na região e propulsionaram tal implementação⁴².

Conforme Joukes e Rachão⁴³, em 1936, realizou-se o *I Congresso Nacional de Turismo* em Portugal, evento em que foram auscultadas as partes interessadas em iniciar um planeamento do turismo no país. No entanto, estas autoras destacam que não há qualquer menção ao Douro como atrativo a ser alvo de planeamento do ponto de vista turístico.

As grandes mudanças para oferta turística têm início na década de 1980, com a melhoria dos acessos à região e a adesão de Portugal à CEE. Em 1985, abriu-se a última

³⁶ PEREIRA, 2006.

³⁷ PEREIRA, 2006.

³⁸ BRITO, 2006.

³⁹ TELES, 2018.

⁴⁰ JOUKES, RACHÃO, 2019c.

⁴¹ JOUKES, RACHÃO, 2019b.

⁴² MESQUITA, PINA, 2003: 400 *apud* BENTO, *coord.*, 2019: 63.

⁴³ JOUKES, RACHÃO, 2019b.

eclusa do rio Douro, que possibilitou a navegabilidade desde a sua foz até a fronteira, desvelando os caminhos para o turismo de cruzeiros. É importante referir que foi através do rio Douro que, em tempos já longínquos, se fez o escoamento da produção vitivinícola para a cidade do Porto, criando reputação aos vinhos produzidos nesse território⁴⁴. Atualmente, é no rio que acontece grande parte do turismo, com os cruzeiros que partem da cidade do Porto trazendo visitantes das mais variadas nacionalidades para o interior do norte de Portugal⁴⁵ e fazendo com que o turismo de cruzeiros seja um dos principais subsetores na região⁴⁶.

A adesão de Portugal à CEE, em 1986, é um marco institucional importante na análise da expansão e organização do enoturismo na região do Douro. A partir da entrada de Portugal nas Comunidades, tem-se acesso a apoios económicos, materializados nas políticas de desenvolvimento territorial e nos incentivos financeiros, com a implementação de programas voltados para a dinamização da economia e do turismo⁴⁷. Em 1986, ocorre ainda a promulgação do primeiro instrumento normativo planificador do turismo em Portugal, o Plano Nacional de Turismo 1986-1992⁴⁸.

No início da década de 1990, no âmbito da CEE, criou-se o Programa Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER), com fundos comunitários de apoio financeiro, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de comunidades rurais, dinamizando a economia⁴⁹. Paralelamente, ao longo dos anos de 1990, tem-se o primeiro quadro de referências do papel da União Europeia (UE) no turismo⁵⁰ com o lançamento do *Livro Verde da Comissão Europeia, O Papel da União em Matéria de Turismo*⁵¹.

Portanto, é nesse período, em consonância com as políticas vigentes de desenvolvimento rural da UE, que são criadas várias Associações de Desenvolvimento Local, entre as quais a Associação Douro Superior, a Associação Douro Histórico e a Associação Beira Douro. Essas associações, dentro das suas áreas de intervenção, vêm apoiando projetos de fortalecimento do turismo e de dinamização das áreas rurais⁵². Na década de 1980, essa estruturação tem início por meio dos projetos de Turismo de Habitação em Espaço Rural (TER), o que viria converter-se em enoturismo na década de 1990, com degustações e visitas às adegas⁵³ e a criação da Rota do Vinho do Porto⁵⁴.

⁴⁴ PEREIRA, 2006.

⁴⁵ JOUKES, RACHÃO, 2019b.

⁴⁶ BERNARDO, *coord.*, 2018.

⁴⁷ LEAL, 2001.

⁴⁸ MILHEIRO, SANTOS, 2005.

⁴⁹ COMUNIDADE EUROPEIA, 2006.

⁵⁰ SANTOS, 2014.

⁵¹ MILHEIRO, SANTOS, 2005: 123.

⁵² MANFIO, MEDEIROS, CRISTOVÃO, 2020.

⁵³ SANTANA, 2019b.

⁵⁴ CRISTOVÃO, 2011.

Já na década de 1990, a construção de autoestradas ajudou a romper com o isolamento histórico, possibilitando o aumento do turismo⁵⁵. Atenta-se que, em paralelo com a melhoria da rede rodoviária, nas décadas de 1980 e 1990, houve a desativação de vários trechos da Linha do Douro, inclusive a parte internacional, que foram deixados em estado de total abandono⁵⁶, constituindo um ponto negativo para a mobilidade turística na região.

Muito recentemente, com a abertura do túnel do Marão, esse território rompeu efetivamente o seu isolamento⁵⁷. Bento refere que o Túnel do Marão «quebrou uma barreira física, geográfica, psicológica e social entre o litoral e o interior Norte de Portugal»⁵⁸. De acordo com Joukes e Rachão⁵⁹, entre 2012 e 2018, o número de turistas estrangeiros quadruplicou. Segundo estas autoras, o enoturismo teve um desenvolvimento sem precedentes, com a oferta de experiências que abrangem passeios de bicicletas nas vinhas, provas de vinhos, refeições harmonizadas, participação nas vindimas, assim como a ampliação da oferta de alojamento.

A oferta turística, composta por produtos culturais e naturais alicerçados na paisagem vinhateira classificada pela UNESCO, expandiu-se e consolidou-se, havendo ainda investimentos em museus, centros de interpretação e revitalização de monumentos que ampliam as opções turísticas⁶⁰. Conforme Teles⁶¹, a classificação da UNESCO gerou uma obrigação do poder público central de empreender esforços e recursos para a região⁶², havendo a criação de organismos para gestão e monitoramento da paisagem, bem como para a dinamização do território⁶³. Em tal contexto, o turismo vem ganhando especial atenção, sendo estratégica para a valorização de recursos, a promoção da região e a diversificação económica⁶⁴.

Portanto, nesta breve contextualização das origens da vitivinicultura e do turismo no Douro, demonstra-se que a vitivinicultura tradicional e a reputação dos vinhos produzidos na região são elementos seculares, enraizados no território e que têm um papel preponderante na economia do Douro há longo tempo. Entretanto, evidencia-se que o enoturismo é um fenómeno recente, que teve sua real expansão somente no século XXI.

⁵⁵ BERNARDO, *coord.*, 2018.

⁵⁶ BENTO, *coord.*, 2019.

⁵⁷ BERNARDO, *coord.*, 2018.

⁵⁸ BENTO, *coord.*, 2019: 47.

⁵⁹ JOUKES, RACHÃO, 2019a.

⁶⁰ SANTANA, 2019b.

⁶¹ TELES, 2018.

⁶² SANTANA, 2019a.

⁶³ AGUIAR, 2002; TELES, 2018.

⁶⁴ CRISTÓVÃO, 2011.

Retomando o objetivo do presente estudo de analisar a percepção dos gestores de turismo das quintas sobre os incentivos e restrições do ambiente institucional ao desenvolvimento do enoturismo no Alto Douro Vinhateiro (ADV), na próxima secção será apresentada a análise institucional a que se propôs esta investigação.

3. INCENTIVOS E RESTRIÇÕES INSTITUCIONAIS AO DESENVOLVIMENTO DO ENOTURISMO NO ALTO DOURO VINHATEIRO: PERCEPÇÃO DOS GESTORES

Nesta secção, busca-se analisar a percepção dos gestores das quintas pesquisadas sobre os incentivos e restrições institucionais ao desenvolvimento do enoturismo no Alto Douro Vinhateiro.

Primeiramente, na Tabela 2, expõem-se algumas características das quintas estudadas. Como pode ser notado, com exceção da Quinta 1, todas as outras têm uma longa existência, com trajetórias que muito se assemelham ao que foi abordado na secção antecedente, abrangendo a crise da filoxera, falências, mudança de mãos de proprietários, vendas e aquisições por grandes grupos corporativos. Evidencia-se ainda que todas as quintas possuem administração familiar. Entretanto, nesse ponto, há que referir que, nas quintas pertencentes a grupos corporativos, a família envolve-se com a administração mais ampla do grupo, isto é, não está presente no dia a dia das propriedades rurais.

Como pode ser visto, quatro quintas pertencem a grupos corporativos que atualmente abrangem tanto a produção vitivinícola quanto o enoturismo. A Quinta 7 pertence a um grupo que conta com 27 quintas e é um dos maiores produtores de vinho de Portugal, sendo a sua administração integrada pelas quarta e quinta gerações da família, de origem inglesa. A Quinta 8 pertence a um grande grupo administrado por uma família inglesa desde o século XIX. Ao longo do tempo, essa família foi adquirindo outras quintas e várias marcas renomadas de vinho, sendo uma das pioneiras a ofertar enoturismo na década de 1990. Nos últimos vinte anos, esta empresa tem investido fortemente no turismo, possuindo hotéis, restaurantes, cafés, espaços para eventos e serviço de travessia de barco no rio Douro, entre outros empreendimentos.

As quintas 4 e 6 pertencem a grupos corporativos menores, sendo o primeiro um dos mais tradicionais de Portugal e o segundo criado recentemente, no final do ano de 2020. A Quinta 1 é a de menor porte, com uma produção estritamente familiar e, embora a propriedade rural tenha sido herdada pela família, esteve abandonada até 1998. A Quinta 2 tem origem nos mosteiros, tendo passado pelas mãos de amigos dos reis, nobres e outros proprietários até ser adquirida, em 1940, pela família que atualmente tem a sua posse.

A Quinta 3 pertence à família descendente de uma das personagens mais emblemáticas da história do Douro, possuidora de muitas quintas. Nos anos de 1990, grande parte dos negócios dessa família, incluindo as suas marcas, foi vendida a um grupo

empresarial. Apesar disso, a família não vendeu a Quinta 3 e continuou a produzir vinhos, criando uma marca para esses produtos. Já a Quinta 5 possui registos da produção de vinhos em seu território desde 1615, sendo que, somente no início do século XX, a marca e a casa de vinhos foram criadas, com a aquisição dessa quinta pelos ascendentes dos atuais proprietários.

Tabela 2. Características gerais das quintas entrevistadas

Quinta	Desde quando existe?	Início do enoturismo	Administração familiar	Pertence a grupo corporativo
Quinta 1	1998	2006	Sim	Não
Quinta 2	XVI/XVII	2004	Sim	Não
Quinta 3	1716	2005	Sim	Não
Quinta 4	1738	1998	Sim	Sim
Quinta 5	1615	2011	Sim	Não
Quinta 6	1759	2005	Sim	Sim
Quinta 7	1867	2015	Sim	Sim
Quinta 8	Início do século XIX	1992	Sim	Sim

Apesar da longa existência das quintas, verifica-se que a prática do enoturismo é muito recente, sendo a Quinta 8 e a Quinta 4 pioneiras na oferta do turismo ligado aos vinhos do Douro, nos anos de 1990. As demais quintas abriram-se ao enoturismo somente nos anos 2000, após a paisagem desse território já ser reconhecida como património mundial pela UNESCO.

Sobre a oferta recente do enoturismo, evidencia-se que todos os entrevistados mencionam o isolamento da região até os anos de 1990, enfatizando que o turismo era muito reduzido, tanto no que diz respeito à oferta como à procura, em conformidade com os estudos bibliográficos realizados. Posto isto, depreende-se que a lacuna de políticas e investimentos no acesso e mobilidade para a região foi uma restrição ao desenvolvimento do turismo até a década de 1990.

Na Tabela 3, apresentam-se os produtos e serviços turísticos oferecidos pelas quintas, inicialmente e na atualidade (2019/2020), bem como os motivos pelos quais as propriedades passaram a empreender experiências de enoturismo. Enquanto três quintas entraram no enoturismo por meio da oferta de quartos para alojamento em espaço rural, outras cinco detiveram-se na oferta tradicional de provas de vinhos (degustações) e loja para comercialização dos produtos, sendo que quatro também ofereciam visitas guiadas. Ao observar a oferta atual, nota-se que as provas de vinhos, as visitas guiadas e o alojamento se mantiveram. Houve ampliação e diversificação nos

serviços oferecidos, que passam a ser denominados de experiências de enoturismo, e incluem atividades na época da vindima, refeições e piqueniques harmonizados, passeios, aulas e *workshops* de vinhos e culinária, entre outros.

Tabela 3. Mudanças na oferta de enoturismo

Quinta	Oferta inicial de enoturismo	Oferta atual de enoturismo	Motivos para empreender em enoturismo
Quinta 1	Turismo rural com oferta de quartos, pequeno-almoço.	Provas de vinhos com visita. Gastronomia com agendamento. Os quartos estão desativados devido às adequações para obra de ampliação.	Sobrevivência. Necessidade. Não sobrevivem somente com o vinho.
Quinta 2	Turismo rural com oferta de quartos e pequeno-almoço.	Hospedagem com pequeno-almoço. Provas de vinhos, visita <i>workshops</i> de vinhos e cozinha portuguesa. Passeios e disponibilização de bicicletas, piscina. Colheita e pisa na vindima.	Estratégia para pagar as contas da restauração da quinta. Somente com o vinho não sobrevivem.
Quinta 3	Turismo rural com cinco quartos na casa, pequeno-almoço e refeições caseiras sob agendamento para os hóspedes.	Hospedagem em treze quartos com oferta de pequeno-almoço, serviço de <i>spa</i> , piscina, disponibilização de bicicletas e caiaques. Restaurante com almoço e jantar harmonizados. Visitas na adega, provas de vinho, loja de vinhos, passeios de jipe na quinta, piquenique e experiências na vindima.	Promover imagem e <i>marketing</i> para vender os vinhos. Levar a marca ao conhecimento de pessoas de outros países. E, mais adiante, vender vinhos pelo canal direto.
Quinta 4	Visitas guiadas e provas de vinho. Loja de vinhos.	Hospedagem no hotel e nos barris de vinho com pequeno-almoço. Restaurante. Eventos. Visitas guiadas e provas de vinho. Piqueniques, almoço ao ar livre. Aulas de cozinha, <i>wine blending</i> (visitante produzir seu próprio lote de vinhos). Colheita e pisa da uva na vindima.	A própria necessidade do mercado.
Quinta 5	Provas de vinho com agendamento. Loja de vinhos.	Programas de provas de vinho (mais curtos e mais extensos). Refeições harmonizadas com escolha de ementa prévia. No verão, é possível usufruir do terraço e piscina. Tudo sob agendamento.	A procura. Turistas que passavam pela região e vinham, e o enólogo tinha de parar o que estava a fazer para atender. Foi uma ação reativa e não proativa.
Quinta 6	Pequena loja de vinhos.	Loja com provas de vinhos. Visitas guiadas com três programas diferentes: visitas de autocarro, visitas de jipes e visita <i>Vintage</i> (personalizada com prova de vinhos <i>premium</i>).	Alavanca e uma forma mais fácil de chegar ao consumidor. Mostrar a singularidade dos vinhos diante da globalização e da massificação do mercado.

(continua na página seguinte)

Quinta	Oferta inicial de enoturismo	Oferta atual de enoturismo	Motivos para empreender em enoturismo
Quinta 7	Visitas autoexplicativas e guiadas. Provas de vinhos. Loja de vinhos.	Visitas autoexplicativas e guiadas. Provas de vinhos. Piqueniques no terraço.	Conhecimento e comunicação da marca, de forma que os turistas sejam embaixadores das marcas do grupo em seus locais de morada.
Quinta 8	Visitas guiadas. Provas de vinhos. Piqueniques. Pisa de uva na vindima.	Visitas guiadas. Provas de vinhos. Piqueniques. Animações com grupos de cantares ou contadores de histórias, canoagem, passeios de barco, <i>workshops</i> de vinho do Porto, aluguel de salas para reuniões e serviços. Atividades na vindima.	Conhecimento e projeção da marca.

Dois quintas mencionaram que empreender em enoturismo foi uma questão de sobrevivência, visto que a produção vitivinícola não era suficiente para sustentar o negócio. Tais quintas caracterizam-se por serem as menores da amostra pesquisada; a Quinta 1 não possui funcionários e conta com o trabalho de três membros da família, e a Quinta 2 possui apenas um funcionário e um grupo familiar de três pessoas envolvidas nas atividades de vitivinicultura e de enoturismo. Em ambas as quintas, os trabalhos na vinha são contratados por empreitada, quando há necessidade.

A estratégia de diversificação adotada pelas quintas 1 e 2 está em consonância com revisão de estudos sobre enoturismo⁶⁵, que indica que muitas vinícolas pequenas dependem do enoturismo para sustentar os seus negócios, sendo essa atividade um importante agregador de renda. Na Tabela 4, tem-se essa confirmação, já que o enoturismo representa 50% e 60% da faturação das quintas 1 e 2, respetivamente. Das quintas estudadas, 50% afirmaram que o objetivo inicial de empreender em enoturismo está relacionado com a comunicação e imagem da marca, o que é suportado por vários estudos, indicando que as experiências positivas vivenciadas pelos turistas têm impacto na sua percepção sobre as marcas, podendo influenciar o consumo de uma determinada marca e/ou região⁶⁶. Para essas quintas, a faturação proveniente do enoturismo é bem menos expressiva.

⁶⁵ CARLSEN, 2004.

⁶⁶ MITCHEL, HALL, 2004; MITCHELL, 2006; PATEL-CAMPILLO, DELESSIO-PARSON, 2016.

Tabela 4. Informações sobre o enoturismo nas quintas

Quinta	Número de turistas/ano	Acolhimento de grupos de cruzeiros e autocarros	Existência de contratos com agências e operadoras	Faturação proveniente do enoturismo (%)	Existência de funcionário gestor do enoturismo
Quinta 1	Não tem dados	Não	Não	50%	Não
Quinta 2	4000	Sim	Sim	60%	Não
Quinta 3	15 000	Sim	Sim	20%	Sim
Quinta 4	90 000	Sim	Sim	50%	Sim
Quinta 5	5000	Não	Sim	Muito pouco	Sim
Quinta 6	15 000	Sim	Não	Menos de 5%	Não
Quinta 7	20 000	Não	Sim	Cerca de 5%	Sim
Quinta 8	60 000	Sim	Sim	Pouco	Sim

Outras duas quintas percebem que, nos seus casos, o crescimento do turismo na região e o aumento da procura foram os fatores que impulsionaram o desenvolvimento do enoturismo. A Quinta 4, apesar de citar essa motivação, foi uma das pioneiras na oferta enoturística. Já a Quinta 5 iniciou a operação de enoturismo em 2011, quando, de facto, existia um volume considerável de turistas circulando na região.

Observa-se que o fluxo de turistas nas quintas varia bastante. A quinta que mais recebe turistas é a que tem uma maior diversificação da oferta de produtos e serviços enoturísticos, incluindo hotel, restaurante aberto ao público, visitas guiadas, provas de vinho, eventos e uma diversidade de experiências turísticas. As quintas 2 e 5 recebem um menor número de turistas contabilizados, não possuindo capacidade para ampliar esse fluxo devido à sua atual estrutura para receção de visitantes.

Cinco das quintas pesquisadas recebem grupos de turistas de cruzeiros e de excursões de autocarro, sendo que, em algumas delas, os grupos são divididos em subgrupos menores, com cerca de quinzd pessoas, para que se possa realizar uma experiência satisfatória. Outras três quintas recebem apenas visitantes particulares e grupos menores. Das oito quintas, apenas duas não têm contratos com agências e operadoras de turismo, sendo que a Quinta 6, apesar de não ter contratos formais, faz negociações de preço e reservas com agências e operadoras. A existência de contratos com agências e operadoras mostra como o enoturismo está institucionalizado nessas quintas.

A institucionalização e profissionalização é notada também na contratação de gestores específicos para tratar do enoturismo, que ocorre nas quintas 3, 4, 5, 7 e 8. Na Quinta 6, um mesmo profissional gere a parte de vitivinicultura e a de enoturismo. Nas quintas 1 e 2, o enoturismo e as demais atividades da propriedade rural são ainda geridos pela família.

Enfim, com a apresentação dessas características, é possível apreender que o enoturismo nas quintas é um fenómeno recente, que teve a sua expansão no início do século XXI e se vem solidificando nos últimos anos. Os motivos que levaram as quintas a investirem em enoturismo divergem para as quintas maiores e menores: enquanto para as primeiras a projeção da marca é a principal motivação para oferta, para os pequenos empreendimentos trabalhar com o enoturismo é uma questão de sobrevivência. Contratos com agências e operadoras, oferta de serviços diversificados, receção de grupos e contratação de mão de obra especializada em enoturismo já são uma realidade para a maioria dessas quintas, demonstrando a institucionalização dessa atividade.

No que toca à percepção dos entrevistados sobre as instituições informais que incentivaram e restringiram o enoturismo, destacam-se as suas crenças sobre a cooperação e competição. Na Figura 1, tem-se a percepção dos entrevistados sobre a cooperação, demonstrando que, embora 87,5% concorde com sua importância para o desenvolvimento do enoturismo, e 75% concorde totalmente que sua empresa atua em parceria e cooperação com outras quintas, somente 50% percebe que a cooperação existe efetivamente.

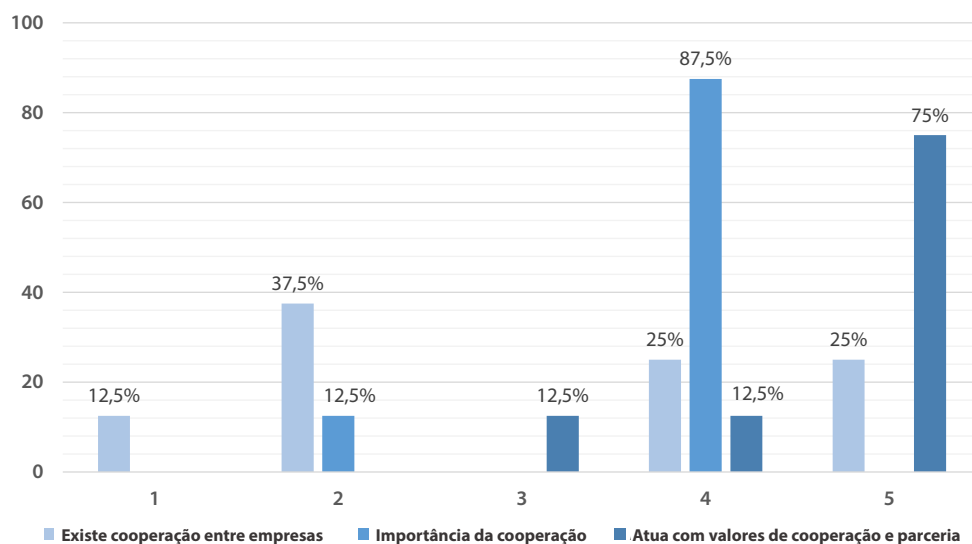


Fig. 1. Percepção sobre cooperação no desenvolvimento do enoturismo
Escala (1, discordo totalmente e 5, concordo totalmente)

Para os entrevistados das quintas 2 e 8, as dificuldades históricas com organizações cooperativas e associativas na vitivinicultura do Douro, com uma trajetória de falências, falta de pagamento aos agricultores, gastos excessivos e desavenças, fazem com que as pessoas não acreditem no associativismo. Tal afirmação é congruente com a ideia de

path dependence proposta por North⁶⁷, demonstrando que as experiências e trajetórias passadas limitam as escolhas presentes e futuras, influenciando as interações econômicas. Conforme o depoimento de uma entrevistada:

Porque a associação no Douro é muito difícil. Nós já tentamos fazer uma rota, três ou quatro vezes, e não foi possível. Porque ninguém está de acordo. E eu, ainda há 2 anos telefonei para uma quinta vizinha. E eu perguntei o que ela fazia, quais os preços que ela praticava, para podermos oferecer o mesmo serviço dentro do mesmo padrão de preços. E fui corrida. Disseram que não diziam nada, e que não tinha nada que saber. E, portanto, as relações empresariais do Douro ainda são muito complicadas⁶⁸.

Nesse ponto, é interessante destacar que a Rota do Vinho do Porto, referenciada na literatura, não está ativa. As oito quintas estudadas participaram dessa rota e atribuem a sua descontinuidade a uma diversidade de motivos. A entrevistada da Quinta 1 percebe a falta de participação do empresariado nas assembleias, o não pagamento de quotas e os problemas financeiros como motivadores do insucesso da rota.

Na percepção das entrevistadas das quintas 3 e 4, a dificuldade de trabalhar em conjunto está vinculada às assimetrias de interesse e visões entre as empresas, conforme os depoimentos apresentados a seguir:

Eu acho que é porque há realmente muitas assimetrias. Casas com uma dimensão enorme, com centenas de anos, com uma história secular; grandes casas do vinho do Porto, que originalmente estavam na mão dos ingleses: uma Taylor's, uma Sandeman... Todas essas marcas assim já com uma dimensão imensa; e depois, com uma quantidade imensa de pequenos e médios produtores, que tem um negócio mais familiar. Obviamente que os interesses nunca vão ser os mesmos. Obviamente. Portanto, o entendimento será sempre extremamente difícil de atingir⁶⁹.

Não vou dizer que as rotas ou essas associações na realidade funcionem muito bem. Portanto, não podemos esperar que uma rota nos traga clientes, todos nós temos de fazer por isso. Nós pertencemos a uma associação. [...] Eram dezasseis quintas, que já nos recomendávamos umas às outras. [...] Então, tentámos juntar todos e trabalhar um bocadinho a promoção, criar um mapa, criar um flyer, ter alguma coisa mais personalizada. [...] Só que, na realidade, andámos um ano em reuniões, ver o que íamos fazer e não fizemos nada. Foi perda de tempo. Porquê? Porque são empresas. Cada uma tem a sua forma de ver. As associações nunca resultam.

⁶⁷ NORTH, 2005.

⁶⁸ Depoimento da entrevistada da Quinta 2, obtido a 05 de fevereiro de 2020.

⁶⁹ Depoimento da entrevistada da Quinta 4, obtido a 06 de fevereiro de 2020.

Estamos falando com pessoas com diferentes formas de ver e resolver. Não acredito muito. Já estive no Alentejo, como eu disse, quatro anos. Tem rota dos vinhos do Alentejo. Funciona um pouco melhor. Porque, como as coisas são muito distantes, eles precisam. É que nós também precisamos. Porque não podemos ser egoístas ao ponto de dizer que não precisamos. Aliás, eu fui uma das pioneiras a dizer isso e eu era uma das que não precisava. Porque a quinta estava sempre cheia. [...] Mas não deu em nada. Acabou que todos se zangaram e infelizmente acabou. Mas, acho que elas devem existir e que haja tentativas. Mas depois, como são diferentes empresas, para dar certo é difícil⁷⁰.

Nesses depoimentos, são evidentes os pressupostos de incerteza, a racionalidade limitada e a assimetria de informação em que as interações económicas estão imersas⁷¹. Dois entrevistados mencionam que essa descrença no trabalho em conjunto é limitante ao desenvolvimento do enoturismo, que precisa da ação coletiva para a construção de rotas e de produtos turísticos. Conforme North⁷², é a evolução institucional que propicia um ambiente favorável às soluções cooperativas, no entanto, a *path dependence* pode limitar essa evolução.

Nesse contexto, as entrevistadas das quintas 2 e 3 explicam que as parcerias e cooperações acontecem em termos mais privados, em pequenos grupos, em que os proprietários dos empreendimentos têm um relacionamento pessoal próximo, o que, conforma a ideia de que, em grupos pequenos, onde existe confiança, não é necessário uma teia institucional complexa para orientar as interações⁷³. Já as ações coletivas formais, como a participação em associações e rotas, são consideradas difíceis de ser viabilizadas; prova disso é que, quando essa investigação foi conduzida, não havia uma rota de vinho ativa na região, concluindo-se que não existem hoje instituições estáveis que estimulem o trabalho coletivo.

Juntamente com a cooperação, a competição entre as organizações é fundamental para o desenvolvimento do enoturismo⁷⁴. Conforme pode ser notado na Figura 2, a maior parte dos entrevistados concorda totalmente (55,56%) e concorda (44,44%) com a afirmação de que as empresas na qual atuam buscam ser competitivas. Na visão de North⁷⁵, um ambiente competitivo é importante ao pressionar a busca, por parte das empresas, de conhecimentos, tecnologias e competências para competir e sobreviver no mercado.

⁷⁰ Depoimento da entrevistada da Quinta 3, obtido a 14 de fevereiro de 2020.

⁷¹ NORTH, 1990, 2005.

⁷² NORTH, 1990.

⁷³ NORTH, 1990.

⁷⁴ SALVADO, 2016; SALVADO, KASTENHOLZ, 2017.

⁷⁵ NORTH, 1994.

Apesar da maior parte dos gestores das quintas se assumir como empresa competitiva, como pode ser evidenciado na Figura 2, não há uma percepção forte de que a competição seja importante para o desenvolvimento do enoturismo. Nesse gráfico, apenas três entrevistados enfatizaram que a região é beneficiada com a competitividade e a ampliação da oferta, pois possibilita que o turista tenha mais opções de atividades e permaneça por mais tempo, observando que há bastante espaço para empreender no mercado enoturístico do Douro.

Ainda sobre as instituições informais, os entrevistados foram questionados sobre a sua percepção em relação à valoração da história e da cultura da região e do trabalho familiar. Verificou-se que, além de perceberem a importância da história para o enoturismo, a totalidade dos entrevistados concorda inteiramente com a afirmação de que a história é valorizada no âmbito do enoturismo nas quintas em que atuam. Da mesma forma, todos os entrevistados afirmaram que o trabalho familiar é importante para o desenvolvimento do enoturismo no território, e 87,5% percebe que a quinta que representa foi alicerçada no trabalho familiar.

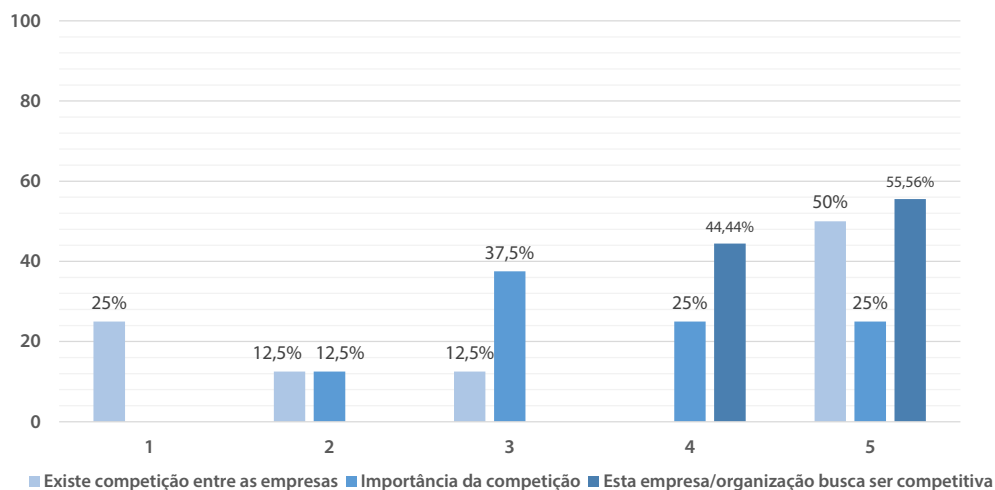


Fig. 2. Percepção sobre a competição no desenvolvimento do enoturismo
Escala (1, discordo totalmente e 5, concordo totalmente)

Em termos de incentivos institucionais formais, os apoios às infraestruturas, nomeadamente a navegabilidade do rio Douro e a melhoria da rede viária, culminando com a finalização do túnel Marão em 2016, são mencionados pelos entrevistados como fatores determinantes para o desenvolvimento do enoturismo. Na percepção dos entrevistados das quintas 2, 3, 4, 7 e 8, o turismo de cruzeiros foi, em grande medida, responsável por aumentar o fluxo turístico no Douro.

Considera-se que tais incentivos, possibilitadores de que a região transpusesse seu isolamento histórico, estão relacionados com a classificação do Alto Douro Vinhateiro como Paisagem Cultural Evolutiva e Viva, pela UNESCO, em 2001. Cabe ressaltar que as instituições formais que são aderentes às instituições informais existentes costumam ter mais sucesso⁷⁶, ou seja, a patrimonialização terá mais hipóteses de ter sucesso se a valoração da história da vinha na região estiver enraizada na cultura, e, conforme foi observado quanto às instituições informais, esta valoração histórica existe.

A atenção à cultura, como âncora do turismo na região, foi reforçada com a escolha da cidade do Porto, Capital Europeia da Cultura em 2001, como principal porta de entrada no Douro. Conforme depoimento da entrevistada da Quinta 3, a chancela da UNESCO funcionou como uma alavanca ao desenvolvimento do enoturismo:

Eu acho que ajudou como uma alavanca. Como arranque, como início. Que era necessário fazer algumas alterações, pelo facto de termos ganho, ou termos sido considerados. Uma delas foi realmente a mais importante, os acessos. Depois, foi abertura ao financiamento. Alguém olhar para esta região e achar. Se alguém viu que tem potencial, então nós temos de ajudar. Estava tudo centralizado na capital ou no litoral. E o interior ficava muito esquecido. O facto de termos sido considerados veio ajudar a olharem para o Douro. Dar atenção ao Douro. E isso fez com que realmente muitas das coisas despontassem⁷⁷.

Interpreta-se que a chancela da UNESCO atuou de várias formas no desenvolvimento do enoturismo, tanto na promoção do destino como na aplicação de recursos financeiros e esforços por parte do poder público nessa região. Manter o ADV significa garantir que essa paisagem seja protegida, monitorizada e valorizada, contemplando ao mesmo tempo as especificações da UNESCO e as necessidades do território. Nesse âmbito, um quadro institucional complexo para a proteção e monitorização da paisagem foi criado, incluindo a elaboração de um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro (PIOTADV)⁷⁸.

Essa atenção do poder público, com a consequente melhoria dos acessos, sinérgica ao reconhecimento da UNESCO, criou um ambiente oportuno para as quintas investirem no enoturismo. As visitas às adegas, que já eram uma realidade em Gaia, foram sendo implementadas também no interior (Douro), onde, de facto, a vinha é cultivada. Conforme depoimentos dos entrevistados das quintas 2, 3, 4, 5, 6 e 7, os investimentos feitos pelas grandes marcas de vinho do Porto no enoturismo do Douro incentivaram o fluxo de turistas para a região.

⁷⁶ NORTH, 1990.

⁷⁷ Depoimento da entrevistada da Quinta 3, obtido a 14 de fevereiro de 2020.

⁷⁸ TELES, 2018.

Na Figura 3, verifica-se que todos os entrevistados percebem que a institucionalização do ADV foi importante para o desenvolvimento do enoturismo e que a paisagem é um atrativo relevante para o enoturismo. Além disso, os entrevistados concordam ou concordam totalmente que existem normativas adequadas à proteção dessa paisagem.

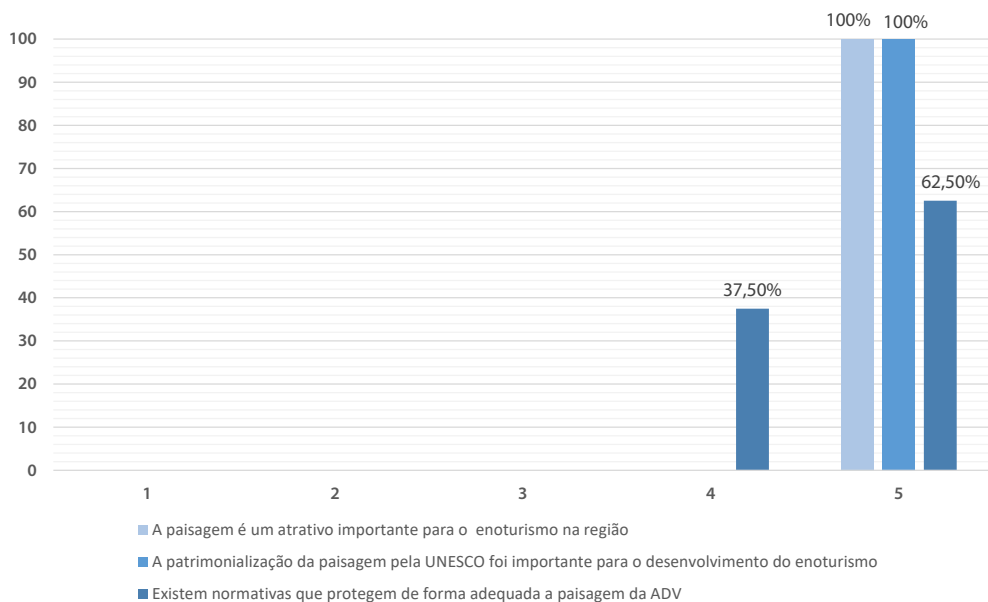


Fig. 3. Visão dos entrevistados sobre a paisagem, o património e as normativas
Escala (1, discordo totalmente e 5, concordo totalmente)

Na visão de todos os entrevistados, a patrimonialização trouxe visibilidade e reconhecimento ao território. Conforme o depoimento da entrevistada da Quinta 5, houve um aumento no número de turistas que visita a quinta pelas suas paisagens e não especificamente pelos seus vinhos. Esse tipo de turista, segundo essa entrevistada, define os roteiros pelo país em função dos sítios classificados pela UNESCO, que, em Portugal, atualmente são 17.

Apesar de alguns entrevistados mencionarem a rigidez e a limitação nas regras sobre as construções e ampliações nas propriedades localizadas na área patrimonializada, percebem que essas normativas de uso territorial e salvaguarda da paisagem são benéficas para a região e o desenvolvimento do enoturismo, pois, em tempos anteriores, houve um crescimento desordenado em muitos locais, trazendo prejuízos ao território e à paisagem. Atualmente, o *enforcement*, com a aplicação de multas e penalizações, garante que os regulamentos e normas são cumpridos. Duas entrevistadas mencionaram que, por vezes, essas normas, ao limitarem as construções nas propriedades rurais, restringem a expansão do enoturismo.

Os entrevistados relatam que, nos últimos vinte anos, tem ocorrido muito investimento privado em projetos de enoturismo na região, com melhoria das quintas, qualificação das adegas e salas de provas, construção de alojamento e de pequenos hotéis. Quando questionados sobre os valores e crenças que orientam os empresários no desenvolvimento do enoturismo, cinco entrevistados percebem que existe um tecido empreendedor proativo e dinâmico neste território.

Além dos investimentos próprios, algumas quintas receberam recursos financeiros de incentivo, como pode ser evidenciado na Tabela 5, demonstrando que houve uma conjugação de investimentos privados e públicos.

Tabela 5. Incentivos financeiros para o desenvolvimento do enoturismo nas quintas

Quinta	Apoio financeiro	Quais incentivos financeiros?
Quinta 1	Sim	Ministério da Agricultura começou a trabalhar com a Comunidade Europeia e começaram a vir os subsídios, o dinheiro, para poder instalar gente e fazer aquilo que queria fazer
Quinta 2	Sim	Primeiramente, recebemos um apoio, que era de 30%, mas, depois, houve apoios melhores, programas que ofereciam 50% dos fundos e financiavam os outros 50%. Houve outros apoios dos quais eu não beneficiei, mas sei que houve imensos apoios ao longo desses anos todos. Eram fundos europeus e depois tinha uma participação portuguesa também
Quinta 3	Sim	Apoio com subsídios do Turismo de Portugal e fundos da Comunidade Europeia
Quinta 4	Sim	Turismo de Portugal, Norte 2020 e fundos da Comunidade Europeia
Quinta 5	Não	–
Quinta 6	Não	–
Quinta 7	Não	–
Quinta 8	Sim	Fundos da Comunidade Europeia. O recurso foi para outro empreendimento, para um grupo e não especificamente para a quinta

Verifica-se, assim, que o turismo, de facto, se desenvolve no Douro a partir do momento em que instituições formais, em nível nacional e da Comunidade Europeia, começam a ser instauradas, incentivando o turismo rural, o turismo de cruzeiros e o enoturismo, seja por meio de instrumentos planificadores, seja por incentivos financeiros, demonstrando o quanto a definição de instituições formais é importante para direcionar as inovações, os conhecimentos e as competências organizacionais⁷⁹.

Apesar da percepção destes direcionamentos pela esfera pública, quatro entrevistados percebem que os investimentos públicos nas infraestruturas, com exceção dos

⁷⁹ NORTH, 1990.

acessos (rodoviário e fluvial), são residuais. A ausência de normalização e padronização da sinalética é indicada como uma restrição que dificulta a mobilidade do turista e gera poluição visual. Uma entrevistada citou, como restrição ao enoturismo, a falta de iniciativas efetivas para reativar trechos da linha férrea, que foram descontinuadas no passado recente. Ademais, seis entrevistados consideram que, ao nível dos concelhos, o turismo é bastante desordenado e que há vários organismos e associações que trabalham com o turismo, porém, sem que haja comunicação e estratégias conjuntas. Segundo a entrevistada da Quinta 1, há imensa variação entre os concelhos no que se refere ao turismo, sendo alguns mais ativos, interagindo com as partes interessadas e outros nem tanto. Já o entrevistado da Quinta 8 entende que as estruturas locais e regionais de turismo são ineficientes.

A inexistência de rotas turísticas e itinerários e de informação sistematizada sobre a região são percebidos pelos entrevistados das quintas 3, 5, 7 e 8 como restrições ao enoturismo, conforme é exemplificado nos seguintes depoimentos:

Não há uma rota, por exemplo, específica das quintas, nós vamos para outras regiões do mundo, Napa Valley, Rioja, as coisas estão muito mais bem organizadas e aqui não existe essa organização⁸⁰.

Nós não sabemos vender como um todo. Nós tivemos de fazer publicidade da quinta, o hotel X faz publicidade do hotel X, e não é tão fácil como às vezes viajar para um outro destino qualquer, em que nós sabemos, que vamos, «eu vou marcar a viagem e sei que quero ir ali» e está tudo de forma clara. Um turista inglês ou americano, que procura no Google, que nós começamos por aí, vamos ser honestos, e que coloque wine tourism, ele vai sentir-se completamente perdido. Já começa a haver um site ou outro que funcionam como motores de reserva, não de informação, mas de reserva, em que têm o país dividido por regiões, que sugerem não só as atividades, mas os hotéis e alojamentos para dormir. Mas acho que ainda falta muita dessa informação sair por exemplo do Turismo de Portugal ou do turismo do Porto e Norte de Portugal. Esses departamentos que haviam de trabalhar a região como um todo lá fora, no mercado nacional, acho que só orienta um pouco melhor. Mas lá fora sobretudo⁸¹.

Cabe ressaltar que a institucionalização do planeamento estratégico do turismo em Portugal é recente. Desde o primeiro plano, o processo de planeamento do turismo vem-se transformando, havendo um esforço para auscultar os anseios das comunidades regionais e locais. No entanto, alguns autores constataam que o nível regional de governança da região do Douro vem exercendo um papel bastante restrito no planeamento do turismo⁸².

⁸⁰ Depoimento da entrevistada da Quinta 7, obtido a 11 de março de 2020.

⁸¹ Depoimento da entrevistada da Quinta 5, obtido a 11 de fevereiro de 2020.

⁸² RODRIGUES, BERNARDO, DOMINGUEZ, 2018.

Apenas em 2007 foi instituído o primeiro Plano Nacional Estratégico de Turismo (PENT), posicionando o turismo como um setor prioritário para o desenvolvimento de Portugal e estabelecendo produtos estratégicos, entre os quais «Gastronomia e vinhos»⁸³. Posteriormente, no documento *Estratégia Turismo 2020*, não houve identificação de produtos estratégicos, mas a gastronomia e o vinho foram postos em destaque na oferta turística nacional⁸⁴. No instrumento *Estratégia Turismo 2027*, foram definidos ativos do turismo, a saber: ativo estratégico, ativos diferenciadores, ativos qualificadores e ativos emergentes. Nesse documento, identificou-se «Pessoas» como o ativo estratégico do país e definiu-se «História, cultura e identidade» como um dos ativos diferenciadores (âncoras do turismo). A «Gastronomia e Vinhos» foram identificados como ativos qualificadores, que agregam mais-valia à experiência turística⁸⁵.

É importante constatar que o ativo estratégico «Pessoas», definido no documento *Estratégia Turismo 2027*, trata da principal problemática enfrentada pelo enoturismo no território investigado, segundo a percepção dos entrevistados. De um lado, o documento expressa:

Receber bem em Portugal não é mero marketing: é cultura, é atitude, é identidade. Consubstancia-se numa vocação universalista que traduz um genuíno interesse por conhecer outras culturas, valorizar a diferença e o entendimento com outros povos; a nossa vontade e capacidade de valorizar as relações humanas, expressa na forma de nos relacionarmos com os outros e é consistentemente reconhecida por quem nos visita. As pessoas são, assim, um ativo único e transversal, com particular importância no Turismo — uma atividade de pessoas para pessoas⁸⁶.

De outro lado, os entrevistados percebem que a inexistência de instituições que incentivem as pessoas a permanecerem na região é a principal problemática presente e imensa incerteza para o futuro da vitivinicultura e do enoturismo nesse território, o que é exemplificado nos depoimentos dos entrevistados que seguem:

Mão de obra. Falta de mão de obra. Falta de formação da mão de obra. Portanto, falta de mão de obra qualificada. Porquê? Pensando que as pessoas ainda preferem o litoral. Ainda preferem o litoral e as grandes cidades. Portanto, tem de haver atrativos do governo para colocar pessoas no interior. Portanto, no interior tem de haver, pelo menos, melhores condições para as pessoas que vêm. Baixa de impostos. As pessoas têm de pagar menos impostos no interior, porque é mais difícil viver aqui. Não é? Portanto, esperamos que no futuro isso possa acontecer. Porque, mesmo assim, a região

⁸³ PORTUGAL. Ministério da Economia e da Inovação, 2007: 6.

⁸⁴ PORTUGAL. Ministério da Economia, 2015.

⁸⁵ PORTUGAL. Ministério da Economia, 2017.

⁸⁶ PORTUGAL. Ministério da Economía, 2017: 46-48.

*de Trás-os-Montes é uma região muito pobre. Douro dentro do Trás-os-Montes destaca-se um bocadinho por causa do vinho, e do vinho do Porto e do turismo. Mas Trás-os-Montes ainda é uma região muito fechada, com condições climáticas adversas, com pouca população, as pessoas saem*⁸⁷.

*O maior medo, hoje, para nós, é a cultura do povo daqui que trabalhava 90% para a vinha, que se vai acabando. Jovens não vão querer trabalhar na vinha. Esse é o nosso maior medo. É o que mais assusta para nós, produtores de vinhos, para o futuro. Porque a maioria dos nossos colaboradores da vinha tem uma idade média entre 50 e 60 anos. E todos eles eram filhos de antigos funcionários daqui. Todos eles. Se formos ver, todos aqueles funcionários têm a mesma origem familiar. Porque são primos e tios, irmãos. E todos vêm de gerações anteriores, estão há gerações na mesma empresa. Agora, a nova geração, já não*⁸⁸.

*Mão de obra qualificada. Essa é uma das dificuldades no Douro. Acho que não só no turismo, mas muito no turismo, a mão de obra. Estamos a pagar caro agora, o facto de sermos do interior, e grande parte da juventude quer fugir para as zonas litorais e grandes cidades e acabamos por não ter a mão de obra que necessitamos. Está melhor, a UTAD tem ajudado muito nisso, porque acaba retendo ou até atraindo jovens que não são daqui. A escola de turismo de Lamego também e, enquanto miúdos, enquanto crianças, percebem que não têm de fugir daqui ou emigrar*⁸⁹.

*Temos problemas, temos, recursos humanos por exemplo e desertificação da região. Acho que aqui, portanto, tem de haver um investimento do poder central nas infraestruturas, não podemos fechar escolas só porque há cinco alunos, tem de se manter a escola nem que seja um custo social, porque, se queremos manter as pessoas aqui, temos de dar condições às pessoas e jovens que querem regressar. Mas, então, e se eu tiver filhos pequenos? Vou pôr os meus filhos a andarem cinquenta minutos de autocarro de manhã? Tem de haver, da parte do investimento do poder central, do governo, uma intervenção imediata que é crítica na região, porque nós temos vindo a perder população jovem num ritmo assustador e a população idosa está a ir embora também, não é? [...] Portanto, para mim, as peças fundamentais, neste momento do enoturismo, são recursos humanos e a região precisa muito de investir para que, além das condições que os privados dão, para que as pessoas consigam fazer vida aqui, tenham escolas, tenham hospitais, tenham estruturas críticas essenciais para poderem viver aqui, e o que se vê é que realmente, infelizmente, temos a população jovem a sair da quinta, isso é crítico em tudo*⁹⁰.

⁸⁷ Depoimento da entrevistada da Quinta 2, obtido a 05 de fevereiro de 2020.

⁸⁸ Depoimento da entrevistada da Quinta 3, obtido a 14 de fevereiro de 2020.

⁸⁹ Depoimento da entrevistada da Quinta 5, obtido a 11 de março de 2020.

⁹⁰ Depoimento da entrevistada da Quinta 7, obtido a 11 de fevereiro de 2020.

O processo de esvaziamento populacional na região, iniciado nos anos sessenta do século passado, vinculado à desvalorização das atividades económicas agrícolas e à busca de melhores oportunidades em áreas urbanas, no litoral ou em países estrangeiros⁹¹, é complexo e afeta profundamente a vitivinicultura e o turismo, e as dinâmicas socioeconómicas gerais da região. Nos relatos dos entrevistados, percebe-se que, mesmo tendo oportunidades de trabalho nas quintas, as pessoas preferem migrar para outras regiões e países, que oferecem uma suposta melhor qualidade de vida. Nessa conjuntura, a falta de incentivos estruturais à permanência das pessoas no interior e nas áreas rurais restringe o desenvolvimento do enoturismo. Sendo assim, a definição de «Pessoas» como ativo estratégico transversal do turismo carece de instituições estruturais que possibilitem que as pessoas tenham melhores condições para viver no território estudado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a partir das informações analisadas, conclui-se que, na percepção dos gestores das quintas estudadas, a institucionalização do ADV como património da UNESCO, abrangendo um quadro normativo para salvaguarda e valorização do território e da paisagem, com mobilização de recursos financeiros, atuou incentivando o desenvolvimento do enoturismo neste território. A classificação do ADV, em sinergia com as instituições que melhoraram os acessos à região, nos âmbitos rodoviário e fluvial, propiciou uma conjuntura institucional, incentivadora para os investimentos privados na requalificação das quintas e na oferta enoturística.

As principais restrições institucionais estão relacionadas com a falta de uma política eficiente para evitar a migração dos jovens para outras regiões e países. Além disso, a assimetria de interesses entre os proprietários das quintas de diferentes dimensões e a *path dependence* dos *stakeholders* em trabalhar individualmente dificultam a organização e a ação coletiva para a criação de rotas do vinho e outras iniciativas em cooperação. A inexistência de uma rota enoturística institucionalizada, situada num território cuja paisagem da vinha é classificada pela UNESCO e a denominação de origem dos vinhos tem notoriedade mundial, impede as quintas de usufruírem dos benefícios sinérgicos proporcionados por esse tipo de ação coletiva, sendo, assim, um fator restritivo ao desenvolvimento do enoturismo.

Essa análise institucional revela que as instituições formais e informais se entrelaçam, delineando caminhos de desenvolvimento singulares às especificidades de cada território, reforçando, assim, a premissa de que é preciso olhar as instituições em toda a sua complexidade para compreender o desenvolvimento de um destino enoturístico.

⁹¹ BERNARDO, coord., 2018.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Fernando Bianchi de (2002). *O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural, evolutiva e viva*. «Douro — Estudos & Documentos». 7:13, 143-152. [Consult. 10 abr. 2021]. Disponível em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9585.pdf>>.
- AZEVEDO, Paulo (2000). *Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura*. «Agricultura em São Paulo». 7:1, 33-52.
- BENTO, Ricardo, coord. (2019). *Acessibilidades e mobilidades turísticas no Douro*. Tenerife: Pasos. [Consult. 17 abr. 2021]. Disponível em <<https://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEedita26.pdf>>.
- BERNARDO, Edgar, coord. (2018). *Para um enfoque territorial do turismo no Douro*. Tenerife: Pasos, [Consult. 20 nov. 2020]. Disponível em <<https://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEedita21.pdf>>.
- BRITO, Carlos (2006). *A network perspective of the port wine sector*. «International Journal of Wine Marketing». 18:2, 128-138. DOI: 10.1108/09547540610681103.
- BUENO, Newton (2004). *Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: Uma resenha temática sobre a Nova Economia Institucional*. «Economia». 5:2, 361-420.
- CARLSEN, Jack (2004). *Review of Global Wine Tourism Research*. «Journal of Wine Research». 15:1, 5-13. DOI: 10.1080/0957126042000300281.
- COMUNIDADE EUROPEIA (2006). *A abordagem LEADER. Um guia básico*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. [Consult. 25 nov. 2020]. Disponível em <https://www.rederural.gov.pt/images/A_abordagem_LEADER.pdf>.
- CRISTÓVÃO, Artur (2011). *Ação colectiva e turismo em espaço rural: as Rotas do Vinho e do Azeite no Douro e Trás-os-Montes, Portugal*. In SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo, coords. *Turismo rural: iniciativas e inovações*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, pp. 101-142.
- DENZAU, Arthur; NORTH, Douglass (1994). *Shared Mental Models: Ideologies and Institutions*. «Kyklos». 47:1, 3-31. DOI: 10.1111/j.1467-6435.1994.tb02246.x.
- GALA, Paulo (2003). *A teoria institucional de Douglass North*. «Revista de Economia Política». 23:2 (90), 276-292. DOI: 10.1590/0101-31572003-0684.
- JOUKES, Veronika; RACHÃO, Susana (2019a). *Interligando o Douro com a História do Turismo*. In SANTANA, Maria Olinda, coord. *Para uma história do Turismo no Douro*. Vila Real: Sodivir, pp. 19-34.
- JOUKES, Veronika; RACHÃO, Susana (2019b). *Práticas Turísticas*. In SANTANA, Maria Olinda, coord. *Para uma história do Turismo no Douro*. Vila Real: Sodivir, pp. 93-136.
- JOUKES, Veronika; RACHÃO, Susana (2019c). *Vias e Meios de Transporte: algumas reflexões*. In SANTANA, Maria Olinda, coord. *Para uma história do Turismo no Douro*. Vila Real: Sodivir, pp. 71-92.
- LEAL, Catarina (2001). *O turismo rural e a União Europeia: uma realidade em expansão. Guia prático de investimento*. Coimbra: Almedina.
- MANFIO, Vanessa; MEDEIROS, Rosa; CRISTÓVÃO, Artur. (2020). *Território, desenvolvimento e associativismo: uma análise sobre a Região do Douro, Portugal*. «GEOUERJ». 36, 1-21. DOI: 10.12957/geouerj.2020.35802.
- MANTZAVINOS, Chrysostomos; NORTH, Douglass; SHARIG, Syed (2004). *Learning, institutions, and economic performance*. «Perspectives on politics». 2:1, 1-19.
- MILHEIRO, Eva; SANTOS, Jorge (2005). *O turismo em Portugal: que passado? Que futuro? «Aprender»*. 30, 119-125.
- MITCHELL, Richard (2006). *Influences on Post-visit Wine Purchase (and non-purchase) by New Zealand Winery Visitors*. In CARLSEN, Jack; CHARTERS, Stephen, eds. *Global wine tourism: research, management & marketing*. UK: CABI, pp. 95-109.

- MITCHELL, Richard; HALL, Michael (2004). *The Post-visit Consumer Behaviour of New Zealand Winery Visitors*. «Journal of Wine Research». 15:1, 39-49. DOI: 10.1080/0957126042000300317.
- NELSON, Richard; WINTER, Sidney (2002). *Evolutionary Theorizing in Economics*. «Journal of Economic Perspectives». 16:2, 23-46. DOI: 10.1257/0895330027247.
- NORTH, Douglass (1990). *Institutions, institutional change, and economic performance — political economy of institutions and decisions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NORTH, Douglass (1991). *Institutions*. «Journal of Economic Perspectives». 5:1, 97-112. DOI: 10.1257/jep.5.1.97.
- NORTH, Douglass (1994). *Economic Performance Through Time*. «The American Economic Review». 84:3, 359-368. [Consult. 20 nov. 2019]. Disponível em <www.jstor.org/stable/2118057>.
- NORTH, Douglass (2001). *Why Some Countries Are Rich and Some Are Poor*. «Chicago-Kent Law Review». 77:1, 319-330. [Consult. 15 set. 2019]. Disponível em <<https://scholarship.kentlaw.iit.edu/cklawreview/vol77/iss1/13>>.
- NORTH, Douglass (2005). *Understanding the process of Economic Change*. Princeton: Princeton University.
- PATEL-CAMPILLO, Anouk; DELESSIO-PARSON, Anne (2016). *Why types of operations, trade associations, and production trends matter in the geographic branding of an emerging Industry*. «Journal of Wine Research». 27:3, 242-256. DOI: 10.1080/09571264.2016.1202218.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2006). *A evolução histórica*. In SOEIRO, Teresa et al. *Viver e Saber Fazer Tecnologias Tradicionais da Região do Douro. Estudos Preliminares*. 2ª ed. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, 2006, pp. 103-12.
- PEREIRA, Gaspar Martins; BARROS, Amândio (2016). *O vinho do Porto e a Região do Douro na Época Moderna*. «Revista Iberoamericana de Viticultura, Agroindustria y Ruralidad». 3:8, 110-126. [Consult. 14 nov. 2020]. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=469546449007>>.
- PORTUGAL. Ministério da Economia e da Inovação (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. [Consult. 17 out. 2020]. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/7732801/Plano-Estrategico-Nacional-do-Turismo-PENT-Min-Economia-e-Inovacao>>.
- PORTUGAL. Ministério da Economia (2015). *Turismo 2020: Cinco princípios para uma ambição*. [Consult. 17 out. 2020]. Disponível em <<https://www.historico.portugal.gov.pt/me-dia/15123712/20150805-turismo-2020.pdf>>.
- PORTUGAL. Ministério da Economia (2017). *Estratégia turismo 2027: Liderar o turismo do futuro*. [Consult. 17 out. 2020]. Disponível em <<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>>.
- RODRIGUES, Vitor; BERNARDO, Edgar; DOMINGUEZ, Caroline (2018). *Public tourism framework in the Douro region: tourism governance in perspective*. «Tourism and Hospitality International Journal». 10:1, 55-75. [Consult. 15 set. 2021]. Disponível em <<https://thijournal.isce.pt/index.php/THIJ/issue/view/20/25>>.
- SALVADO, Josefina (2016). *Enotourism ecosystem: stakeholders' coopetition model proposal*. «Tourism and Hospitality International Journal». 6:2, 77-93.
- SALVADO, Josefina; KASTENHOLZ, Elisabeth (2017). *Sustainable Wine Tourism Eco-systems through Co-opetition*. «Revista Turismo & Desenvolvimento», 27/28, 1917-1931.
- SANTANA, Maria Olinda (2019a). *Breve Contextualização Histórica*. In SANTANA, Maria Olinda, coord. *Para uma história do Turismo no Douro*. Vila Real: Sodivir, pp. 57-70.
- SANTANA, Maria Olinda (2019b). *Algumas sugestões para novas práticas turísticas*. In SANTANA, Maria Olinda, coord. *Para uma história do Turismo no Douro*. Vila Real: Sodivir, pp. 200-211.
- SANTOS, José (2014). *Turismo: Uma nova política da União Europeia, Contributos para a sua Integração na Política de Coesão 2014-2020*. «Revista de Estudos Sociais», 16:31, 116-130. [Consult. 12 out. 2020]. Disponível em <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/1992>>.

- SEQUEIRA, Carla (2013). *Modalidades de intervenção do Estado no sector do vinho do Porto, 1852-1932*. In PÉREZ, Sebastián; PÉREZ, Juan, coords. *Património Cultural de la Vid y el Vino*. Madrid: UAM Ediciones, pp. 171-175.
- SIGALA, Marianna (2019). *Developing and Branding a Wine Destination Through UNESCO World Heritage Listing: The Case of the Mount Lofty Ranges Agrarian Landscape*. In SIGALA, Marianna; ROBINSON, Richard, coords. *Wine Tourism Destination Management and Marketing (Theory and Cases)*, pp. 113-134. DOI: 10.1007/978-3-030-00437-8_9.
- SOUSA, F. (2007). *O Alto Douro. Da Demarcação Pombalina à Classificação de Património Mundial*. «População e Sociedade». 13, 18-30. [Consult. 10 abr. 2021]. Disponível em <<https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/revista-populacao-e-sociedade-no-13>>.
- TELES, Helena (2018). *Plano de Gestão e Monitorização do Alto Douro Vinhateiro (ADV)*. In LAGE, Maria Otilia, coord. *Alto Douro e Pico, Paisagens Culturais Vinhateiras Património Mundial em Perspectiva Multifocal: experimentação comparada*. Porto: CITCEM, 2018, pp. 11-20. [Consult. 15 set. 2021]. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1584&sum=sim>>.
- TELES, Helena; SOARES, Patrícia (2019). *Alto Douro Vinhateiro património da humanidade — contributos para a sua valorização e sustentabilidade*. In PEREIRA, Gaspar Martins; AMORIM, Maria Norberta; LAGE, Maria Otilia Pereira, coords. *Douro e Pico, Paisagens Culturais Património Mundial*. Porto: CITCEM, pp. 21-27. [Consult. 15 set. 2021]. Disponível em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17803.pdf>>.
- WILLIAMSON, Oliver (2012). *As instituições Económicas do Capitalismo: Firmas, Mercados, Relações contratuais*. São Paulo: Pezco.



PAISAGENS CULTURAIS DA VINHA IDENTIDADES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

COORD.
GASPAR MARTINS PEREIRA
MÁRIA OTÍLIA PEREIRA LAGE
CARLA SEQUEIRA